

REVISTA CIENTÍFICA
MULTIDISCIPLINAR O SABER
MULTIDISCIPLINARY SCIENTIFIC JOURNAL

ISSN 2675-9128

DOI 10.51473

RCMOS

Revista Científica Multidisciplinar o Saber

Volume 4 - Número 4
Abril de 2021

APRESENTAÇÃO

A edição número 4 de 2021 da Revista Científica Multidisciplinar O Saber – RCMOS é lançado mantendo o seu fluxo editorial e consolidando a responsabilidade com a comunidade científica.

A publicação dessa edição vem ainda, em meio, a pandemia de Covid-19 em que se espera ansiosamente pelo dia em todos estejam vacinados. Sem dúvidas, vivemos em um momento de mudanças, no qual acesso a acervos, documentos, arquivos, bibliotecas teve que ser reinventado com implantação de sistemas que ultrapassem barreiras de distâncias, somando-se ao esforço em divulgar cientificamente dados, informações e conhecimentos.

Nossas jornadas de trabalho regida pela rotina das nossas casas e a busca constante por adequação dos sistemas de informação, faz jus ao reconhecimento de que nossa revista científica permanece com o compromisso de garantir que a difusão do conhecimento fortaleça suas bases.

Com relevante contribuição dos autores, esta edição é composta por 15 artigos e 2 dissertações que abordam diferentes temáticas. Destacamos o mérito coletivo evidenciado pelo empenho da equipe editorial e dos autores que submetem seus artigos, contribuindo para manter a periodicidade e qualidade da RCMOS.

À equipe, autores e leitores o meu sincero agradecimento.

Boa leitura.

Aline Ferreira

PROPOSTA DE
UMA ESTRUTURA
ÉTICA
COMPUTACIONAL

PROPOSAL FOR A
COMPUTER
ETHICS
FRAMEWORK

TOLEDO, Thiago Ferreira de [1]

[1] Mestre em Engenharia Elétrica
e Computação

RESUMO

A sociedade atual está imersa em meios tecnológicos, com inúmeras invenções criadas desde o último século, as quais trouxeram consigo dilemas éticos inéditos. Do advento dos computadores até a sua popularização, e uso rotineiro, transformou muitos aspectos da vida humana, pois a forma de interação entre os indivíduos e a maneira de trabalhar – apenas para citar exemplos –, mudaram em curto período, se comparado com o tempo que compreende a primeira civilização até a atual. A velocidade com que os meios computacionais foram introduzidos na sociedade não foi acompanhada por uma sólida e consistente análise ética para que o seu uso pudesse ser corretamente avaliado, no sentido de empregá-lo para a prosperidade da civilização, e, em hipótese alguma, utilizá-los para fins que não contribuam para bons propósitos. Dentro desse contexto, este trabalho objetiva apresentar uma Estrutura Ética Computacional, compreendendo os princípios éticos de respeito, tolerância, liberdade, responsabilidade, justiça e privacidade, para ser empregada em auxílio aos profissionais desse campo de atuação a verificar a ética de seus empreendimentos, podendo avaliá-los desde a concepção até após a sua conclusão. Para isso foi realizado uma revisão narrativa da literatura, bem como a consideração de alguns princípios éticos da Ciência Logosófica. Em seguida, com a finalidade de testar a Estrutura Ética Computacional, ela foi aplicada para averiguar se uma Aplicação *Web* pode ser considerada ética sob a perspectiva da estrutura proposta, o qual foi constatado que a aplicação precisa melhorar em alguns pontos para atender aos princípios de respeito, liberdade e privacidade.

Palavras-chave: Ética Aplicada. Ética em Computação. Logosofia. Moral.

ABSTRACT

The current society is immersed in technological means, with numerous inventions created since the last century, which have brought with them unprecedented ethical dilemmas. From the advent of computers to their popularisation, and routine use, many aspects of human life have been transformed, as the form of interaction between individuals and the way of working – just to cite examples –, have changed in a short period, if compared with the time between the first civilisation and the present one. The speed with which computer means were introduced into society was not accompanied by a solid and consistent ethical analysis so that their use could be correctly evaluated, in the sense of using them for the prosperity of civilisation, and, under no circumstances using them for ends that do not contribute to good purposes. Within this context, this work aims to present a Computer Ethics Framework, comprising the ethical principles of respect, tolerance, freedom, responsibility, justice and privacy, to be used to help professionals in this field verify the ethicality of their projects, evaluating them from conception until after its conclusion. For this, end a narrative review of the literature was undertaken, as well as consideration of some ethical principles of Logosophical Science. After that, with the purpose of testing the Computer Ethics Framework, it was applied to verify if a Web Application can be considered ethical under the perspective of the proposed framework, which was found that the application needs to improve in some points to meet the principles of respect, freedom and privacy.

Keywords: Applied Ethics. Computer Ethics. Logosophy. Moral.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade de hoje é marcada pelo extensivo uso de tecnologias de informação e comunicação, as quais estão presentes em diversos momentos do cotidiano, sendo utilizadas para variados fins, desde trabalho e estudo até nos momentos de lazer e descontração, cuja acentuada incorporação tecnológica criou situações até então inéditas para a humanidade, pois, se considerarmos apenas os computadores digitais, criados há cerca de oito décadas, daquele tempo até os dias atuais, houve uma acelerada modificação na sociedade.

Essa rápida transformação foi impulsionada, em alguma medida, pela introdução dos computadores, cujas implicações geradas merecem especial atenção e uma profunda reflexão sobre as suas consequências, já que as possibilidades advindas com essas tecnologias podem ser utilizadas tanto para o bem como para o mal. Dessa forma, lidar com as questões éticas sobre o uso computacional é essencial para que este não seja uma ferramenta prejudicial, ao contrário, devendo servir como um instrumento para favorecer a prosperidade da civilização.

Nesse contexto, este trabalho tem como finalidade propor uma Estrutura Ética Computacional para auxiliar os profissionais da área a avaliar a eticidade dos seus trabalhos. A ideia é a de que a equipe de desenvolvimento pondere sobre pontos éticos fundamentais no momento em que estão projetando e desenvolvendo alguma solução tecnológica, bem como averiguar algum trabalho já concluído a fim de encontrar questões que não haviam sido previamente percebidas. Este artigo está organizado da seguinte maneira: na próxima seção é fundamentado o tema sobre a ética computacional, além de citar algumas sugestões de leituras e abordagens propostas para aplicar a ética nessa área, cujos trabalhos foram selecionados através de uma revisão narrativa da literatura. Em seguida é apresentada a Estrutura Ética Computacional e exemplificado uma maneira de utilizá-la. E a última seção traz a conclusão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Ética Computacional

O trabalho produzido por James H. Moor, em 1985, publicado na revista *Metaphilosophy*, venceu o concurso de ensaios sobre ética computacional, que, em suas palavras é definida como:

Na minha opinião, a **ética computacional** é a análise da natureza e impacto social da tecnologia computacional e a correspondente formulação e justificação de políticas para a utilização ética de tal tecnologia. Utilizo a frase "tecnologia da computação" porque levo o assunto do campo de uma forma geral a incluir computadores e tecnologia associada. Por exemplo, incluo preocupações sobre *software*, bem como *hardware* e preocupações sobre redes que ligam computadores, bem como os próprios computadores. (MOOR, 1985, p. 266, tradução nossa, destaque do autor).

O papel central da ética computacional é o de dispor de políticas adequadas de como os computadores devem ser utilizados, já que a sua introdução na sociedade forneceu novas opções de ações aos indivíduos, e por isso, se faz necessário a formulação de políticas adequadas para orientar as atuações. Para tanto, é necessária uma estrutura conceitual coerente já que a falta de política e de conceitos são problemas básicos que precisam ser tratados. A ausência desses fatores resulta em uma espécie de vácuo político (MOOR, 1985).

Como os computadores executam uma vasta gama de tarefas, pode ser que surjam novas aplicações onde não haja amadurecimento suficiente, como nos casos onde não exista um preparo ético para lidar com a nova situação, criando assim, uma lacuna ética por não haver uma ideia clara de como seria uma atuação adequada. Uma lacuna também pode surgir quando a sociedade faz alguma adaptação à tecnologia existente, originando um vácuo político, e, para preenchê-lo, é necessário propor uma política que seja eticamente justificável, legalmente fundamentada e socialmente aceitável (MOOR, 1998a). Além disso, um bom começo para a criação de uma conduta ética responsável principia por evitar políticas que possam resultar em danos aos outros indivíduos (MOOR, 1998b).

Em seu turno, Johnson (1991) agrega que um vácuo ocorre quando não existem leis ou políticas para orientar condutas em determinadas circunstâncias, sendo, por isso, necessário averiguar quais são os direitos de cada parte envolvida na questão. O sentido oposto do vácuo é a complexidade, ou seja, quando há atitudes e opiniões conflitantes entre si, ou uma mistura de valores e ideias, atitudes e opiniões. Em situações complexas pode-se recorrer à análise de outros casos que possam auxiliar no atual, ou se perguntar como o conflito seria solucionado caso não houvesse a introdução de computadores.

A ética computacional engloba tanto as considerações de políticas pessoais quanto sociais. É, por isso, um campo de estudo dinâmico e complexo, que também considera as relações entre fatos, conceituações, políticas e valores no que diz respeito à tecnologia computacional, pois, a sua introdução transformou a natureza básica, ou o propósito de muitas atividades humanas, e instituições sociais (MOOR, 1985). Em outras palavras, a forma de os indivíduos se relacionarem entre si e com as organizações são modificadas, porque é reduzido ou eliminado o contato humano direto. Assim, quando as regras morais relacionadas com alguma questão que não seja óbvia, ou quando princípios morais se conflitam entre si, é necessária uma análise filosófica e ética (JOHNSON, 1984).

No que diz respeito ao comportamento, às crenças e às atitudes das pessoas, Johnson (1984) expõe que pode haver uma espécie de reivindicação empírica e descritiva sobre essas questões, que comumente se baseiam em dados obtidos pela observação, e não de forma teórica. E se tratando de como as pessoas devem se comportar, as reivindicações podem ser filosóficas e prescritivas, as quais podem se basear na aceitação de algum princípio ou regra

moral subjacente, que, embora não expresse diretamente, fica subentendido. Por exemplo, é errado fazer uma cópia ilegal de um sistema computacional porque as pessoas têm direito aos produtos do seu trabalho.

Moor (1998b) sugere a investigação empírica quando houver situações onde há uma disputa entre políticas éticas para avaliar quais são as consequências reais caso a política proposta seja implementada. Ele sugere ainda outras técnicas, como a de assumir uma posição ao avaliar a política, por exemplo, se imaginar como um indivíduo que não seria beneficiado por sua implementação, ou, pior, sendo prejudicado; e a resolução por analogia.

A respeito da analogia, mais tarde Moor (2005) acrescenta que ela pode ser usada para resolver alguma confusão conceitual quando é introduzida uma nova tecnologia que requeira atenção ética. No entanto, essa técnica talvez não seja decisiva ou convincente, requerendo outra abordagem, tal como considerar diversas políticas que poderiam ser adequadas ao dado problema e selecionar a melhor, cuja escolha seria baseada na análise das consequências, ou por outros métodos justificativos.

Entretanto, Maner (1996) argumenta sobre o fracasso em encontrar analogias úteis que possam ser empregadas em ética computacional, devido à singularidade dessa área; por isso é necessário descobrir e formular novos valores morais, desenvolver novas políticas e encontrar caminhos possíveis para resolver as novas situações.

Os computadores, assim como quaisquer outras criações tecnológicas, criam tanto possibilidades desejadas quanto indesejadas. Mesmo que ambas essas questões se relacionem entre si, é possível distingui-las entre sociológicas e éticas, cuja primeira se refere ao impacto gerado pela introdução dos computadores na sociedade, e a questão ética trata de temas relacionados às mudanças que já ocorreram e passaram a fazer parte da sociedade, bem como o impacto resultante nas relações humanas e nas instituições, de modo que tais influências desafiam as noções morais comuns, principalmente sobre as concepções de direitos e responsabilidades individuais. Além disso, a introdução dos computadores também pode ter alterado as ideias sobre os bens anelados e as estratégias empregadas na manutenção das instituições existentes (JOHNSON, 1991).

Vale destacar que para resolver as questões introduzidas pelas tecnologias computacionais há o envolvimento de outras temáticas, como a ética aplicada, a sociologia

digital, os valores tecnológicos e os crimes envolvendo computadores. Assim, a ética computacional é um campo de investigação que instiga os estudiosos a revisar constantemente as tecnologias e seus valores com o intuito de fornecer princípios para a compreensão, conceituação e uso (KUZU, 2009).

Para um maior aprofundamento no assunto, nos seguintes trabalhos são elucidados sobre a história da ética computacional: Bynum (2020), Vacura (2015) e Ramalho (2013). E alguns exemplos de abordagens propostas para auxiliar na solução de questões éticas podem ser encontradas em Masiero (2004), Friedman, Kahn e Borning (2006), Brey (2012) e Rehg (2015).

2.2 Estrutura Ética Computacional

O termo ética computacional foi cunhado por Walter Maner em meados de 1970 (BYNUM, 2020). Ele foi o primeiro a lecionar sobre esse campo de estudo como uma disciplina universitária, marcando assim, a primeira geração da ética computacional, onde foram sugeridos limites para o uso de meios informatizados na vida, de modo a não comprometer a privacidade dos indivíduos (VACURA, 2015). Além disso, por ser este um fator de interesse para todos os seres humanos muito antes da possibilidade da existência de qualquer máquina de calcular, a sua importância se tornou ainda mais evidente com o advento das tecnologias computacionais, que, devido à facilidade de armazenar, recuperar e até mesmo cruzar informações entre diferentes bases de dados, pode comprometer sobremaneira a privacidade do usuário.

Apenas para citar alguns exemplos de autores que consideraram a privacidade em seus trabalhos, tem-se: Johnson (1984), Mason (1986), Huff (1996), Moor (1997) e Masiero (2004).

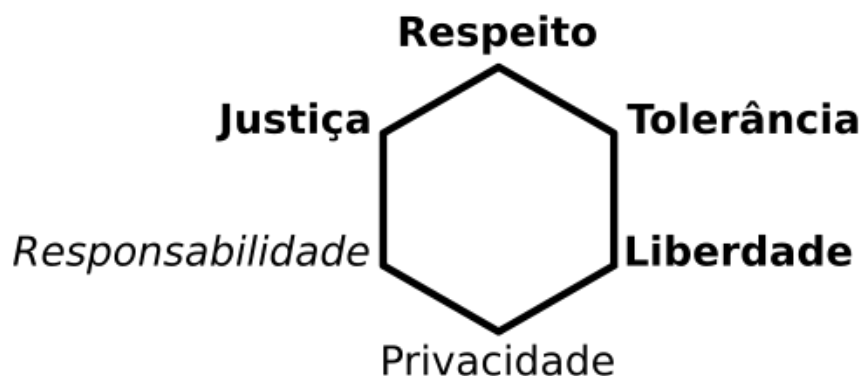
Dada a sua relevância, a privacidade foi incorporada à Estrutura Ética Computacional, a qual é composta por outros elementos originários da Ciência Logosófica, a começar pela tríade: respeito, tolerância e liberdade os quais são os princípios éticos norteadores da

Fundação Logosófica¹ (PECOTCHE, 2012), cujas qualidades formam a base para uma boa convivência (TOLEDO, 2021).

Para um indivíduo usufruir do direito de sua liberdade, antes é preciso saber dos seus deveres, os quais requerem responsabilidade de sua parte. Ademais, é preciso que o indivíduo atue com justiça, para que não abuse de sua liberdade, e não falte com responsabilidade ao assumir uma atitude de parcialidade. Com mais esses dois princípios, responsabilidade e justiça, formam o todo da Estrutura Ética Computacional, conforme ilustrado na Figura 1 (TOLEDO, 2021).

O estudo detalhado de como foi formado o conjunto de princípios éticos de respeito, tolerância, liberdade, responsabilidade e justiça, pode ser verificado no artigo "Proposta de uma Estrutura Ética em Pesquisa" (TOLEDO, 2021).

Figura 1: Estrutura Ética Computacional.



Fonte: Adaptado de Toledo (2021).

O princípio ético de respeito foi tratado em um trabalho anterior, o qual objetivou sugerir como aplicá-lo no desenvolvimento de sistemas computacionais (TOLEDO, 2020).

¹<https://logosofia.org.br/>

2.3 Exemplo de Uso da Estrutura Ética Computacional

O caso de exemplo se trata do desenvolvimento de uma Aplicação *Web* a fim de gerar laudos médicos referente ao exame de um paciente, utilizando para isso sistemas de reconhecimento de fala, os quais, ao identificar o discurso o converte automaticamente em texto. Esse sistema pode ser verificado em detalhes no livro "Integrando Sistemas de Reconhecimento Automático de Fala em Aplicações *Web*" (TOLEDO, 2019), ou de acesso facilitado na dissertação disponível em Toledo (2017).

Usando esse projeto como exemplo, a seguir é descrito como considerar cada um dos princípios da Estrutura Ética Computacional para averiguar a sua eticidade:

- **Respeito:** a Aplicação *Web* foi projetada para ser de fácil uso e com o mínimo de elementos visuais possíveis para que as telas contivessem apenas informações e opções de ações relevantes. É claro que a questão de "fácil uso" é um tanto subjetiva, porque pode não o ser para todos. Por isso, é necessário testar a aplicação para o grupo de usuários que a utilizará, dando-lhes a oportunidade de sugerir melhorias;
- **Tolerância:** o laudo médico é gerado ao reconhecer a fala de qualquer indivíduo falante da língua portuguesa do Brasil, não requerendo treinamento prévio para reconhecer uma voz específica;
- **Liberdade:** o usuário da Aplicação *Web* pode gerar o laudo médico por meio de ditado, ou o digitando. Por outro lado, o paciente não pode solicitar a exclusão do seu cadastro ou dos seus exames e laudos médicos;
- **Responsabilidade:** ao editar um laudo médico são armazenados no banco de dados todas as versões editadas, bem como a atual. Assim, cria-se um histórico com todas as modificações, contendo data e hora, e o nome do usuário que fez as alterações;
- **Justiça:** o usuário tem a opção de escolher entre dois sistemas de reconhecimento de fala e corrigir o texto gerado, bem como poder digitar o laudo médico, se assim preferir;
- **Privacidade:** esse princípio foi considerado permitindo o acesso aos exames e aos seus respectivos laudos médicos apenas para usuários cadastrados e ativos na Aplicação *Web*. No entanto, qualquer usuário autenticado tem acesso a todos os exames, podendo editá-los, bem como editar e gerar novos laudos. Além disso, os dados eram armazenados sem

criptografia, assim, alguém com acesso ao banco de dados, ou alguma invasão a ele, comprometeria a privacidade dos indivíduos caso suas informações fossem expostas.

Como conclusão, a Aplicação *Web* falhou nos princípios de respeito, liberdade e privacidade. Para o primeiro princípio ser atendido, é necessário a realização de testes para que os usuários possam emitir as suas opiniões; isso seria uma atitude respeitosa ao considerar as suas impressões, dificuldades e demais assuntos que julgassem pertinentes, as quais serviriam para melhorar a usabilidade da aplicação.

O fato de que o paciente não pode optar por ter o seu cadastro excluído, ou o dos seus exames e laudos médicos, afeta a sua liberdade, além de comprometer a sua privacidade. Com relação à privacidade, apenas o usuário que criou o exame, e os respectivos laudos, poderiam ser aptos a acessá-los, assim como necessitaria criar mecanismos que permitam transferir o exame para outros profissionais da saúde, desde que devidamente autorizado pelo paciente.

Ademais, de modo geral, para garantir maior segurança aos dados armazenados na Aplicação *Web*, eles deveriam ser armazenados de forma criptografada. Portanto, seguindo a Estrutura Ética Computacional, para que a aplicação atendesse aos seus princípios, as questões acima precisariam ser revistas.

Um último ponto, talvez o mais importante, é a de que os dois sistemas de reconhecimento de fala são provenientes de empresas de terceiros, desse modo, o processo de reconhecimento necessariamente precisa enviar a gravação da fala do usuário para os servidores das respectivas empresas para que fosse retornado o texto correspondente. Dessa forma, abrem-se novas brechas que podem comprometer a privacidade do paciente; por exemplo, caso haja a interceptação dos dados no momento em que o canal de comunicação entre a Aplicação *Web* e o servidor da empresa estiver aberto, ou ainda se a empresa armazenar ou utilizar os dados para outros fins.

CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou uma Estrutura Ética Computacional para servir aos profissionais da área a avaliarem os seus trabalhos no que concerne a sua eticidade. Isso foi alcançado considerando alguns princípios éticos presentes na Logosofia, a saber: respeito,

tolerância, liberdade, responsabilidade e justiça. Ademais, a privacidade também foi incluída, pois, esse elemento tem sido motivo de preocupação desde o nascimento da ética computacional como um campo de estudo próprio. E hoje não é diferente, já que esse é um valor comum e um direito de todo indivíduo; devendo ser um ponto-chave no desenvolvimento tecnológico, pois a tecnologia não pode ser um meio para invadir a privacidade alheia.

Dessa forma, ao averiguar a eticidade de uma Aplicação *Web* com a Estrutura Ética Computacional, foi possível constatar que alguns pontos requerem atenção, são eles: respeito, liberdade e privacidade, pois seria necessário realizar testes, desenvolver novas funcionalidades de controle de acesso, possibilitar a exclusão do cadastro, de exames e laudos médicos dos pacientes, bem como armazenar as informações no banco de dados de forma criptografada.

Por último, a Estrutura Ética Computacional pode ser ampliada para receber novos elementos que satisfaçam as necessidades particulares de cada projeto dado o contexto particular ao qual será empregada.

REFERÊNCIAS

BREY, P. A. E. Anticipating Ethical Issues in Emerging IT [Antecipando Questões Éticas em TI Emergente]. **Ethics and Information Technology**, v. 14, p. 305-317, 24 mai. 2012. <https://doi.org/10.1007/s10676-012-9293-y>.

BYNUM, T. Computer and Information Ethics [Ética da Informação e Computacional]. In: ZALTA, Edward N. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Summer 2020. ed.

FRIEDMAN, B.; KAHN, P. H.; BORNING, A. Value Sensitive Design and Information Systems [Sistemas de Informação e Projeto Sensível ao Valor]. In: ZHANG, P.; GALLETTA, D. F. **Human-computer Interaction and Management Information Systems: Foundations Advances in Management Information Systems**. Estados Unidos da América: Routledge, v. 5, 2006, p. 348-372. cap. 16.

HUFF, C. Unintentional Power in the Design of Computing Systems [Poder não Intencional no Projeto de Sistemas Computacionais]. **ACM SIGCAS Computers and Society**, v. 26, n. 4, p. 1-9, dez. 1996. "Esta versão foi um pouco modificada a partir daquela versão original e inclui novas referências e texto. (2003)".

JOHNSON, D. G. Computers and ethics [Computadores e Ética]. **National Forum**, v. 71, n. 3, 1991. Este artigo é reimpresso com permissão da The Encyclopedia of Ethics, editado por Lawrence Becker (New York: Garland Publishing, Inc., 1991).

JOHNSON, D. G. Mapping Ordinary Morals onto the Computer Society: A Philosophical Perspective [Mapeamento da Moral Comum na Sociedade da Informática: Uma Perspectiva Filosófica]. **The Society for the Psychological Study of Social Issues**, v. 40, n. 3, p. 63-76, 1984.

KUZU, A. Problems Related to Computer Ethics: Origins of the Problems and Suggested Solutions [Problemas Relacionados à Ética Computacional: Origens dos Problemas e Soluções Sugeridas]. **Turkish Online Journal of Educational Technology**, v. 8, n. 2, abr. 2009.

MANER, W. Unique Ethical Problems in Information Technology [Problemas Éticos Únicos na Tecnologia da Informação]. **Science and Engineering Ethics**, v. 2, p. 137-154, jun. 1996. <https://doi.org/10.1007/BF02583549>.

MASIERO, P. C. **Ética em Computação**. São Paulo: Edusp, 2004.

MASON, R. Four Ethical Issues of the Information Age [Quatro Questões Éticas da Era da Informação]. **MIS Quarterly**, v. 10, n. 1, Mar. 1986. <https://doi.org/10.2307/248873>.

MOOR, J. H. If Aristotle were a Computing Professionals [Se Aristóteles fosse um Profissional de Computação]. **ACM SIGCAS Computers and Society**, v. 28, n. 3, set. 1998a. <https://doi.org/10.1145/298972.298977>.

MOOR, J. H. Reason, Relativity, and Responsibility in Computer Ethics [Razão, Relatividade e Responsabilidade na Ética Computacional]. **ACM SIGCAS Computers and Society**, v. 28, n. 1, p. 14-21, mar. 1998b.

MOOR, J. H. Towards a Theory of Privacy in the Information Age [Rumo a uma Teoria da Privacidade na Era da Informação]. **ACM SIGCAS Computers and Society**, v. 27, n. 3, p. 27-32, set. 1997. <https://doi.org/10.1145/270858.270866>.

MOOR, J. H. What is computer ethics? [O que é Ética Computacional?]. **Metaphilosophy**, v. 16, n. 4, p. 266-275, 4 out. 1985.

MOOR, J. H. Why we Need Better Ethics for Emerging Technologies [Por que Precisamos de uma Melhor Ética para as Tecnologias Emergentes]. **Ethics and Information Technology**, v. 7, p. 111-119, set. 2005.

PECOTCHE, C. B. G. **Exegese Logosófica**. Tradução Fundação Logosófica. 11. ed. São Paulo: Logosófica, 2012. Tradução de: Exégesis Logosófica.

RAMALHO, R. A. S. **Tecnologia e Sociedade: Responsabilidades e Desafios na Era da Informação Digital**. São Carlos: UAB-UFSCar, 2013. Disponível em: <http://livresaber.sead.ufscar.br:8080/jspui/handle/123456789/2664>. Acesso em: 26 mar. 2021.

REHG, W. Discourse Ethics for Computer Ethics: A Heuristic for Engaged [Ética do Discurso para a Ética Computacional: Uma Heurística para o Engajamento]. **Ethics and Information Technology**, v. 17, p. 27-39, dez. 2015.

TOLEDO, T. F. de. **Desenvolvimento de um Protótipo de Sistema Web para Elaboração de Laudos Médicos Utilizando Sistemas de Reconhecimento Automático de Fala**. Foz do Iguaçu, 2017. Dissertação (Engenharia Elétrica e Computação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2017. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3399>. Acesso em: 23 mar. 2021.

TOLEDO, T. F. de. **Integrando Sistemas de Reconhecimento Automático de Fala em Aplicações Web**. Curitiba: Appris, 2019.

TOLEDO, T. F. de. Proposta de uma Estrutura Ética em Pesquisa. **Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 3, n. 3, p. 1-11, mar. 2021. <https://doi.org/10.51473/rcmos.v3i3.39>.

TOLEDO, T. F. de. Respect as an Ethical Principle in System Development [Respeito como Princípio Ético no Desenvolvimento de Sistemas]. *In*: 18TH JOHANNESBURG INTERNATIONAL CONFERENCE ON SCIENCE, ENGINEERING, TECHNOLOGY AND WASTE MANAGEMENT (SETWM-20). 2020. **Proceedings [...]** nov. 16-17, 2020 Johannesburg (South Africa), 2020. 151-154 p. Disponível em: <https://doi.org/10.17758/EARES10.EAP1120234>. Acesso em: 26 mar. 2021.

VACURA, Miroslav. The History of Computer Ethics and its Future Challenges [A História da Ética Computacional e seus Desafios Futuros]. *In*: CONFERENCE INFORMATION TECHNOLOGY AND SOCIETY INTERACTION AND INTERDEPENDENCE, 23rd Interdisciplinary InformationManagement Talks. 2015. **Proceedings [...]** Linz, Austria, 2015.

ATUAÇÃO DO ESTETICISTA NO PRÉ E PÓS- OPERATÓRIO DE ABDOMINOPLASTIA

PERFORMANCE OF AESTHETICIST IN THE PRE AND POST- OPERATIVE OF ABDOMINOPLASTY

SOUZA, Wanessa De Oliveira [1]

[1] Mestranda em ciências da saúde, graduanda em biomedicina pela Faculdade Joaquim Nabuco (UNINABUCO), graduada em Estética pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), Pós graduada em estética avançada e educação a distância pela Uniasselvi e Pós graduada em acupuntura pela Faculdade da Região Serrana (FARESE).
wanessadeoliveirasouza@gmail.com

RESUMO

A estética está em evidência. A efetividade de uma cirurgia plástica não depende unicamente da sua organização cirúrgico pois a atenção com os cuidados no pré e pós-operatório tem evidenciado fator preventivo de prováveis complicações e promoção de um resultado estético mais satisfatório, nesse contexto a abdominoplastia é uma cirurgia comum entre as mulheres, e sua realização acontece normalmente após perda de peso excessivo, perda da musculatura e após a gestação. O presente estudo teve como propósito analisar a atuação do esteticista antes e após a realização da abdominoplastia, verificando se as abordagens estéticas adotadas são efetivas para proporcionar o restabelecimento completo do paciente, e evitar as possíveis intercorrências. Se realizo uma revisão bibliográfica sobre a temática em destaque em livros e periódicos, este artigo também é observacional e descritivo, caracteriza-se por um estudo de prevalência realizado com um grupo de oito pacientes do sexo feminino que previamente foram submetidas a uma cirurgia de abdominoplastia, na cidade de Belo Horizonte Minas Gerais. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário estruturado e investigativo sobre o pré e pós-operatório da abdominoplastia. A estética está fundamentada em conceitos científicos sólidos e muito tem contribuído tanto no pré quanto no pós-operatório, prevenindo e/ou tratando as complicações advindas das cirúrgicas plásticas, propiciando ainda a redução da apreensão pós-operatória, edemas habituais advindos do trauma cirúrgico, fibroses e cicatrizes.

Palavras-chave: Abdominoplastia. Pré e pós operatório. Eletroterapia. Esteticista.

ABSTRACT

Aesthetics are in evidence. The effectiveness of a plastic surgery does not depend solely on its surgical organization because the care with pre and postoperative care has shown a preventive factor for probable complications and the promotion of a more satisfactory aesthetic result. In this context,

abdominoplasty is a common surgery among women, and its performance usually happens after excessive weight loss, muscle loss and after pregnancy. This study aimed to analyze the performance of the esthetician before and after the abdominoplasty, verifying if the aesthetic approaches adopted are effective to provide the complete recovery of the patient, and to avoid possible complications. If I carry out a bibliographic review on the topic highlighted in books and periodicals, this article is also observational and descriptive, characterized by a prevalence study carried out with a group of eight female patients who had previously undergone abdominoplasty surgery, in the city of Belo Horizonte Minas Gerais. The instrument used for data collection was a structured and investigative questionnaire about the pre and postoperative period of abdominoplasty. Conclusion: Aesthetics is based on solid scientific concepts and has contributed a lot both in the pre and postoperative period, preventing and / or treating complications arising from plastic surgeries, also providing a reduction in postoperative anxiety, recurrent edema of surgical trauma, fibrosis and scarring.

Keywords: Abdominoplasty. Pre- and post-operative. Electrotherapy. Beautician.

1 INTRODUÇÃO

O índice de cirurgias plásticas estéticas tem crescimento contínuo no Brasil, a busca por beleza e corpo perfeito faz com que a procura pelas cirurgias plásticas aumente a cada dia (SOARES; SOARES; SOARES, 2012). A abdominoplastia se baseia na correção estética da parede abdominal que pode estar alterada devido a vários fatores, dentre eles estão às sucessivas gestações, amplo emagrecimento, excesso de tecido adiposo na parede abdominal e porção inferior do abdômen e flacidez da muscular (SOARES; SOARES; SOARES, 2012). Em relação ao resultado da abdominoplastia podem ocorrer a redução de peso devido à retirada de excesso de pele e tecido adiposo, no entanto os abdomens que apresentam os melhores resultados são aqueles em que se fazem as menores retiradas (MAUAD; NARESSI; BANZATO, 2011).

No que se refere ao pós-operatório podem ser observadas várias alterações. Dentre elas ocorrem edema acentuado, equimose na região pubiana e/ou flancos, hipoestesia, seroma abaixo da cicatriz e hematomas. Consequências tardias à cirurgia também devem ser evitadas e tratadas, como cicatriz hipertrófica, queloides, aderências cicatriciais, dor, flacidez e fraqueza muscular, fibrose e perda da sensibilidade (LEAL; SARA, 2017). Os sintomas do pós-operatório podem ser reduzidos pelo atendimento do especialista por meio de procedimentos e técnicas pré e pós-operatórias. Constata-se o decréscimo do edema e hematomas, com auxílio da neoformação vascular e nervosa, além de evitar ou reduzir o

desenvolvimento de cicatrizes hipertróficas ou hipotróficas, retrações e queloides (LEAL; SARA, 2017).

Diante deste cenário e a partir da oferta de diversos procedimentos em clínicas de estética dotadas de equipamentos modernos e recursos tecnológicos inovadores, espera-se com esse artigo verificar a relação entre esses procedimentos pré e pós-operatórios de abdominoplastia e a eficácia da cirurgia. Considerando que o sucesso da cirurgia plástica, não depende apenas do procedimento cirúrgico e do cirurgião, mas, também de uma abordagem pré e pós-operatória e embasamento técnico científico e experiência (LEAL; SARA, 2017). O problema da pesquisa tem como pergunta norteadora: Como o esteticista pode atuar no pré e pós-operatório de abdominoplastia para diminuir ou evitar as possíveis intercorrências?

Para responder à pergunta norteadora apresentada no problema da pesquisa, este estudo teve como objetivo descrever a atuação do esteticista e os benefícios dos procedimentos estéticos no pré e pós-operatório de abdominoplastia; e, especificamente identificar técnicas usadas no pré e pós-operatórios; descrever os resultados apresentados pela literatura científica; analisar as melhores práticas e demonstrar a importância da atuação do esteticista no pré e pós-operatórios de abdominoplastias.

Justifica-se essa pesquisa por considerar importante a apropriação da literatura para avançar no conhecimento em relação a procedimentos pré e pós-operatórios de abdominoplastia, principalmente sobre a atuação do esteticista nesse contexto. Esse estudo foi organizado em introdução, onde está exposto o tema, problema, objetivos e justificativa; referencial teórico, no qual se encontram estudo da literatura em relação ao objetivo proposto; metodologia, que descreverá o percurso metodológico adotado; e, finalmente as considerações finais, com os achados importantes sobre a atuação do esteticista no pré e pós-operatório de abdominoplastias.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ABDOMINOPLASTIAS OU DERMOLIPECTOMIAS ABDOMINAIS.

Para Santos, Cândido e Silva (2013) no princípio do século XIX, houve câmbios no padrão estético de beleza, as pessoas buscam mais condutas cirúrgicas por ser um método

veloz, eficiente e que demanda pouco esforço físico para o paciente. Satisfazendo essas peculiaridades a abdominoplastia é uma intervenção cirúrgica muito requisitada e embasa-se na remoção de tecido abdominal em demasia, por meio de uma incisão supra púbica com deslocamento do umbigo e com a plicatura dos músculos reto-abdominais, geralmente associa-se a lipoaspiração, cuja finalidade é eliminar o excedente de tecido adiposo por meio de delgadas cânulas, concedendo uma redefinição corporal. No tocante a abdominoplastia, o quadro 1 a seguir apresenta a abordagem conceitual dada por vários autores.

Quadro 1 - Definições de abdominoplastia.

Referência	Definição
Migotto (2012)	Abdominoplastia é uma correção estética e funcional da parede abdominal, devido alterações ocasionadas por flacidez muscular, emagrecimentos em excesso, gestações sucessivas, diástase abdominal, extenso depósito de tecido adiposo na parede abdominal e hérnias.
De Araújo; Cabral (2011)	Abdominoplastia é uma intervenção cirúrgica, plástica e estética do abdômen concretizada sob anestesia geral ou peridural com sedação, a critério da equipe cirúrgico-anestésica e geralmente dura entre 3 a 5 horas. Caracteriza-se pela extração da lipodistrofia encontrada no baixo abdômen, pela remoção da flacidez tecidual em torno do umbigo e das estrias.
Souza; Harada; Bolognani (2017).	A abdominoplastia pode experimentar associação a uma lipoaspiração, com o objetivo de eliminar o excesso de gordura através de delgadas cânulas, possibilitando uma redefinição total do abdômen.
Lange (2012)	A abdominoplastia consiste nos seguintes procedimentos: Uma incisão transversa baixa; Deslocamento da pele até o processo xifoide e rebordo costais; Intervenção de toda parede músculo-aponeurótica; Produção de um novo umbigo, processo que se denomina onfaloplastia, e a retirada do excesso de pele e tecido gorduroso; Colocação de drenos; a fixação da porção inferior do retalho e a sutura do retalho na região supra púbica, com fio absorvível.
Borges; Scorza; Jahara (2010)	A abdominoplastia é indicada para pacientes com moderada ou intensa flacidez cutânea, correlacionada a lipodistrofia localizada, podendo estar presente hérnias da parede abdominal. O seu objetivo é restabelecer o contorno corporal, eliminando o excesso cutâneo e o tecido adiposo, quando possível; e corrigir a flacidez muscular e eventuais hérnias. Está contraindicada se a flacidez tecidual for pequena, e em enfermos pulmonares, diabéticos e tabagistas por existir risco de necrose tecidual.
Fonseca <i>et. al.</i> (2018)	Os procedimentos operatórios utilizados para modificar o contorno e a forma do abdômen contém a abdominoplastia, também chamada de dermolipectomia clássica; a abdominoplastia modificada ou “mini abdominoplastia” e a abdominoplastia circunferencial.
Chi <i>et. al.</i> (2016)	A cicatriz da abdominoplastia é exponencialmente antiestética e injuriosa, apesar disso a cirurgia é realizada com demasiada frequência.
Da Silva <i>et. al.</i> (2014)	Dentre as técnicas de abdominoplastia destaca-se a mini abdominoplastia sem descolamento do umbigo, que trata apenas a porção inferior ao umbigo, por isso não há necessidade de reposicioná-lo; a mini abdominoplastia com descolamento do umbigo, suturando-o 2 a 3 centímetros abaixo da sua posição original; a abdominoplastia clássica que trata todo o abdome anterior e confecciona-se um novo

	orifício para o umbigo; a abdominoplastia com pequeno descolamento e a lipoabdominoplastia procede-se a lipoaspiração abdominal liberando a musculatura sem lesão dos vasos; Retira-se os excessos cutâneos inferiores e confecciona-se um novo orifício umbilical.
De Macedo e De Oliveira (2010)	Durante a abdominoplastia as suturas são internas e externas que serão retirados conforme a o planejamento medico no pós-operatório. Geralmente se coloca drenos que podem ser retirados entre 24 a 96 horas de pós-operatório, com orientação médica. Se faz um curativo no local e se coloca um modelador cirúrgico com espuma de algodão nos primeiros 30 a 60 dias.
Deterling <i>et. al.</i> (2010)	As imperfeições abdominais podem ser alterações estéticas e/ou funcionais. As limitações estéticas são aquelas que alteram o contorno corpóreo e devem-se sobretudo à flacidez da parede abdominal, ao acúmulo de adipose e enfraquecimento músculo-aponeurótico. Fatores indicativos mais comuns para a abdominoplastia.
Di Martino <i>et. al.</i> (2010)	A cirurgia plástica abdominal tem o intuito a correção das deformações na parede abdominal. Essas alterações atingem a cobertura tegumentar e a estrutura músculo-aponeurótica, então a abdominoplastia procura atingir o padrão compatível com o que se considera “normal” para o contorno corporal.

Fonte: Desenvolvido pela autora.

Corroborando com as ideias dos autores acima defino a abdominoplastias como um procedimento em que se remove o excesso de gordura e de pele do abdômen, restaurando os músculos enfraquecidos ou separados, criando um perfil abdominal harmônico e tonificado. O conhecimento sobre os aspectos cirúrgicos são fundamentais para uma boa atuação do esteticista no pré e pós-operatórios de abdominoplastias.

2.2 COMPLICAÇÕES DO PÓS-OPERATÓRIO

Independentemente das técnicas aplicadas, a abdominoplastia ainda é uma cirurgia com alto índice de complicações, todavia de fácil manipulação e bom prognóstico. As complicações pós-operatórias abrangem o hematoma, a infecção, a deiscência, as irregularidades, as depressões, as aderências, o edema, a fibroses, cicatrizes mal posicionadas, cicatrizes hipertróficas e queiloideanas, equimose, a necrose, o seroma, as depressões e os excessos cutâneos. São situações que podem variar de acordo com cada cirurgia e a técnica aplicada (LEAL; SARA, 2017; BORGES; SCORZA; JAHARA, 2010; DA SILVA, 2014; SOARES; SOARES; SOARES, 2012).

Tais inconvenientes poderiam ser evitadas, na grande prevalência dos casos, pela correta indicação da cirurgia e pelo respeito aos princípios técnicos que a orientam, além da atenção cuidados específicos, que devem ser tomados tanto no pré, inter e pós-operatório,

tanto pelo médico quanto pela equipe multidisciplinar que geralmente está acompanhando o paciente (YACOURB; BAROUDI; YACOURB, 2012).

A formação do seroma é a mais frequente complicação local na abdominoplastia. Quando presente, o tratamento dos seromas é realizado pela equipe médica, de modo geral, essa complicação é resolvida sem maiores problemas. Nos casos em que o seroma é volumoso, ou mesmo persistente após múltiplas punções, a nova intervenção cirúrgica, ocasionalmente, e a inserção de drenos são necessárias (LEAL; SARA, 2017). A infecção é a segunda complicação local mais comumente observada em abdominoplastias, sob a forma de infecção da ferida operatória e/ou seroma infectado (LEAL; SARA, 2017; NEAMAN *et. al.*, 2013).

Pacientes imunossuprimidos, desnutridos e diabéticos são mais propensos à infecção pós-operatória, especialmente se associados à obesidade (MURSHID *et. al.*, 2010; LEAL; SARA, 2017). Tabagismo também eleva o risco de infecção, devido ao fato da vasoconstrição resultante dos componentes presentes no cigarro, que modificam a microcirculação cutânea, diminuem a imunidade celular intrínseca, além de necrose tecidual e seroma oculto. A infecção deve ser administrada pela equipe médica com a realização do diagnóstico e a administração de antibióticos. Quando presentes, os sinais clássicos de infecção são a dor, o calor, o rubor, o endurecimento e o eritema (MURSHID *et. al.*, 2010; LEAL; SARA, 2017).

A necrose cutânea expõe-se de forma simples, como epiteliólise, geralmente autolimitada e pequenas deiscências, até amplas necroses. Necrose isolada do umbigo, por sua vez, pode ocorrer em raros casos, geralmente decorrente de plicatura excessiva ao redor desta estrutura (LEAL; SARA, 2017; NEAMAN *et. al.*, 2013). Tabagismo triplica as chances de evolução de necrose cutânea por isso é o principal fator de risco das necroses. O paciente deve desistir do hábito de fumar por, pelo menos, dois meses antes da cirurgia (MURSHID *et. al.*, 2010; LEAL; SARA, 2017).

É recomendado evitar cirurgias prolongadas e associação com outras cirurgias estéticas no mesmo momento, pois aumentam o risco de morbidade pós-operatória (LEAL; SARA, 2017; NEAMAN *et. al.*, 2013). As necroses mínimas e/ou deiscência devem ser manuseadas de modo cuidadoso, geralmente são tratadas com curativos, pomadas e hidratantes medicinais, sua recuperação dura de semanas a meses. As necroses amplas e aprofundadas devem ser tratadas com desbridamento cirúrgico com intuito de estimular a

formação de tecido de granulação para o fechamento da lesão. Recursos como oxigenoterapia hiperbárica e terapêutica por pressão negativa têm vantagens comprovadas, e podem ser indicadas quando necessário (LEAL; SARA, 2017).



Figura 1: Seroma infectado com necrose em paciente no vigésimo dia de pós-operatório de lipoaspiração e abdominoplastia. A: Necrose tecidual; B: Seroma infeccionado; C: Tecido de granulação derivado de desbridamento e terapêutica por pressão negativa; D: Produto final após enxertia. Fonte: (LEAL; SARA, 2017; NEAMAN *et. al.*, 2013).



Figura 2: Assimetria e cicatriz inestética pós necrose no pós operatório de abdominoplastia associada a lipoaspiração. Paciente em pós-operatório tardio de lipoaspiração e abdominoplastia com histórico de tabagismo e uso de cinta apertada no pós-operatório. Manejada com desbridamento químico e antibióticos, evoluiu com cicatriz inestética por segunda intenção e mau posicionamento do umbigo por retração cicatricial. Fonte: (LEAL; SARA, 2017; NEAMAN *et. al.*, 2013).

O hematoma é a terceira complicação local mais frequente em abdominoplastias. Alteração pressórica durante e no pós-operatória, hemostasia inadequada e coagulopatias preexistentes são considerados os principais fatores de risco para ocorrência do hematoma. Não houve relatos que relacionassem o aumento do risco para hematoma quando há associação com lipoaspiração. O hematoma é geralmente assintomático ou não diagnosticado, e não provoca sequelas graves. Entretanto, hematomas volumosos podem evoluir com

instabilidade hemodinâmica e compressão do retalho descolado, o que pode propiciar necrose cutânea, e devem ser prontamente explorados (Figura 3) (SAMRA *et. al.*, 2010).



Figura 3: Hematoma volumoso com instabilidade hemodinâmica no pós operatório recente de abdominoplastia
Fonte: (SANTOS; CÂNDIDO; SILVA, 2013).

Cicatriz queloidiana deve ser abordada com cautela, para que a lesão não piore. Assimetria de contorno corporal pode ser decorrente de mal resultado de plicatura da diástase dos músculos reto abdominais. Esta pode ocorrer em virtude de frouxidão da sutura, ruptura ou mesmo de tensão excessiva e consequente isquemia (LEAL; SARA, 2017). Alguns autores recomendam plicatura em duas camadas de modo a formar uma fibrose mais persistente, porém, há o risco teórico de isquemia e consequente deiscência aponeurótica (LEAL; SARA, 2017).

Macedo e de Oliveira (2010) descrevem a fibrose como ondulações que surgem na área lesionada, em maior ou menor grau. Esta alteração se caracteriza pela formação de colágeno de modo desorganizado, ocasionando a produção de ondulações, que causam repuxamento e dor. A fibrose está correlacionada a presença de deficiências na cicatrização devido a produção em demasia da matriz extracelular e pelo alto índice de mitose dos fibroblastos dérmicos.

Para deter a formação de fibrose, é indicado intervir terapêuticamente de imediato, no início da resposta a agressão tecidual, quando sucede a síntese de colágeno. Amontoamento de adipose localizada, ressecção incompetente de pele e mal posicionamento da cicatriz também são fatores insatisfação pós-operatória. Casos de dor crônica ocorrem, usualmente, de lesão do nervo cutâneo femoral lateral. Para tal, é aconselhado dissecação cuidadosa próxima à espinha ilíaca anterossuperior (MACEDO; DE OLIVEIRA, 2010). A dor se apresenta sob a

forma de parestesias e “pontadas”, geralmente é autolimitada. Nos casos refratários, exploração cirúrgica visando a liberação do nervo enclausurado ou ressecção de um neuroma, pode ser necessária (LEAL; SARA, 2017).

O edema é um acúmulo excessivo de fluidos nos tecidos, sendo altamente benéfico, pois é uma resposta do organismo sinalizando que há indícios de reparação tecidual, o hematoma ocorre devido ao sangue que se acumula na região lesionada, advindo do rompimento dos capilares na área afetada. Já o seroma se dá devido ao excessivo deslocamento do retalho abdominal e está caracterizado pelo excedente de líquido de cor amarela que fica retido no tecido subcutâneo (DI MARTINO *et. al.*, 2010; SOUZA; HARADA; BOLOGNANI, 2017).

Outra consequência da agressão do tecido é a fibrose que surge por baixo da pele na fase proliferativa que vai até 21 dias do pós operatório, à medida que o processo cicatricial progride, o tecido de granulação transforma-se em um tecido mais fibroso e menos vascular até se tornar, tecido fibroso denso (ROBERTSON, 2011). Esse novo tecido de início é frágil e posteriormente pode virar a tornar-se rígido e doloroso (BARROS, 2017; BRAVO *et. al.*, 2013; ANGELIM, 2010; CHI *et. al.*, 2016).

2.3 RECURSOS ESTÉTICOS

Em harmonia com os pensamentos de Vieira e Netz (2012) além da organização cirúrgica a efetividade de uma cirurgia plástica depende também da intervenção e dos cuidados antes e depois da cirurgia, prevenindo as prováveis complicações e promovendo um resultado estético mais satisfatório. Novos protocolos de intervenção estética vêm sendo utilizados na para reduzir as complicações pós operatórias citadas anteriormente.

Os principais recursos terapêuticos estéticos usados nesses protocolos são, os manuais (drenagem linfática manual - DLM e massagem clássica), a cinesioterapia, o ultrassom, o laser terapêutico, os eletroterápicos (estimulação elétrica nervosa transcutânea (TENS), a radiofrequência, a vacuoterapia, a crioterapia, a fototerapia, a termoterapia, os Leds, entre outros (LEAL; SARA, 2017; BORGES; SCORZA; JAHARA, 2010).

2.3.1 Drenagem linfática manual

As manobras fundamentais de Drenagem Linfática Manual (DLM) foram Publicadas por Vodder em 1936, elas foram classificadas em círculos verticais, bombeamento, movimento de tração e de torção. Para Zanell; Ruckl e Voloszin (2011) a técnica de Vodder baseia-se em movimentos monótonos, lentos, harmoniosos, suaves e rítmicos, respeitando sempre o sentido do fluxo linfático superficial em direção ao terminal (subclavicular), onde finda a circulação linfática. Em concordância com de Godoy e Godoy (2020) a drenagem linfática manual consiste em um dos principais pilares no tratamento do linfedema, ela foi elaborada a partir de uma pesquisa observacional e divulgada nas décadas de 60 e 70 fomentando interesse na área médicos em razão dos resultados obtidos.

Zanell; Ruckl e Voloszin (2011) mencionam que para a expansão das manobras práticas da DLM, consideraram as técnicas de Vodder e outros que continuaram as pesquisas na área e conseguiram constatar a eficiência de algumas manobras na DLM, potencializando os resultados.

2.3.2 Ultrassom

O ultrassom (US) na frequência de 3MHz é extremamente utilizado na fase inflamatória da cicatrização, ele age promovendo o reparo tecidual na área lesionada, fomentando a angiogênese, o tecido de granulação, o número de fibroblastos e a síntese de colágeno, além da redução na quantidade de leucócitos e macrófagos na área. Há evidências que relatam a eficácia do US nas diversas fases do reparo tecidual. Seu uso no pós operatório de cirurgias plásticas contribui na reabsorção de hematomas, diminuindo as chances de formação de fibrose, previne a formação de cicatrizes hipertróficas e queloides, também melhora a nutrição celular, diminuindo o edema e a dor, devido a melhora da circulação sanguínea e linfática (SANTOS; CÂNDIDO; SILVA, 2013).

O emprego do calor no pós operatório, proveniente de recursos terapêuticos térmicos propõe melhorar a qualidade do tecido cicatricial, tratando as fibroses e aderências. Seu uso deve iniciar no momento e que se avalia a presença de fibroses, normalmente na fase proliferativa. No entanto, para alcançar o nível terapêutico de aquecimento a temperatura deve

estar entre 40° e 45°, abaixo desse nível os efeitos do aquecimento são insuficientes (SANTOS; CÂNDIDO; SILVA, 2013).

O US promove por meio dos seus efeitos térmicos e não térmicos o incremento na velocidade de reparo dos tecidos e na cura das lesões, o aumento do fluxo sanguíneo e da capacidade de extensão dos tecidos, a deterioração das reservas de cálcio e a redução da dor, por meio da alteração da condução nervosa e da permeabilidade da membrana celular. Além dos benefícios já citados, a reabsorção de hematomas estimulada pelo US é fundamental na primeira fase do tratamento PO evitando que fibroses se instalem como consequência (SANTOS; CÂNDIDO; SILVA, 2013; FONSECA, 2018).

2.3.3 Crioterapia

A crioterapia é outro recurso térmico que contribui durante o pós operatório das cirurgias plásticas. Constata-se que o frio causa vasoconstrição reduzindo o fluxo sanguíneo regional e conseqüentemente, a hemorragia na área traumatizada, limitando, portanto, o trauma tecidual. Sua ação é remetida à vasoconstrição imediata das arteríolas e vênulas, e ainda a diminuição do metabolismo celular e das substâncias vasoativas, tais como histamina. Trata-se de uma técnica altamente empregada, de baixo custo, relativamente de simples manuseio e competente na redução da dor, edema e inflamação (SANTOS; CÂNDIDO; SILVA, 2013; FONSECA, 2018).

2.3.4 Laser

Laser é uma palavra de origem inglesa e sua abreviação Light Amplification by Stimulated Emission of Radiation, significa a emissão de luz por radiação. Alguns pesquisadores viram o seu potencial em radiação de baixa intensidade, causando alguns fatores como foto estimulação do processo de cicatrização dos tecidos (SANTOS; CÂNDIDO; SILVA, 2013; FONSECA, 2018). As propriedades transmitidas pela à luz do laser pode ser invisível, ou de lâmpada infravermelho (SANTOS; CÂNDIDO; SILVA, 2013; FONSECA, 2018). Os efeitos fisiológicos do uso do laser é aumentar a circulação das

artérias, vênulas, melhorar a circulação, regeneração, reparação, recrutar o colágeno, angiogênese SANTOS; CÂNDIDO; SILVA, 2013; FONSECA, 2018).

2.3.4 Fototerapia e Leds

O uso da fototerapia laser ou LED processo inflamatório, promove o incremento do fluxo linfático e da performance dos neutrófilos e macrófagos reduzindo assim o edema e fomentando a resposta imune; incrementa a formação de colágeno, estimula a formação de fibroblastos, aumento da circulação lateral e micro circulação (ESPER,2010). O terapeuta deverá definir a dosagem da energia a ser depositada no tecido, levando-se em consideração o tipo de patologia, a profundidade da lesão, tipo de lesão, o tipo de tecido, o objetivo da terapia, a cor da pele, a idade do paciente e sua condição sistêmica, entre outros itens analisados na anamnese, esta deve estar entre 1 a 6 J/cm² (DETERLING *et. al.*, 2010).

Conforme Ramos *et. al.* (2017), o LED vermelho, pode ser usado após traumas de cirurgia plástica, ele diminui o tempo de resolução dos eritemas, edema e hematomas, em metade do tempo a um terço, por sua efetiva ação anti-inflamatória. A densidade de energia é um dos mais importantes parâmetros da terapia a laser. A fototerapia pode ser estimulante ou inibitória, dependendo da dose usada (RAMOS *et. al.*, 2017). A irradiação com luz não coerente tem melhor custo benefício, pois tem custo menor e eficácia similar a dos lasers. Desta maneira, recentemente os LEDs estão sendo usados como uma alternativa para as terapias que utilizam laser de baixa intensidade no controle do edema (RAMOS *et. al.*, 2017).

3 METODOLOGIA

Para o cumprimento do objetivo da pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a temática em destaque em livros e periódicos. Foram considerados para análise artigos nos idiomas português, espanhol e inglês. Os textos foram analisados a fim de obter informações consistentes no que diz respeito à atuação do esteticista no processo de tratamentos realizados no pré e pós de abdominoplastia. conduziu-se uma análise de títulos e resumos para obtenção de artigos potencialmente relevantes para a revisão. Para critério de inclusão, os artigos deveriam relacionar-se a cirurgia plástica de abdominoplastia e

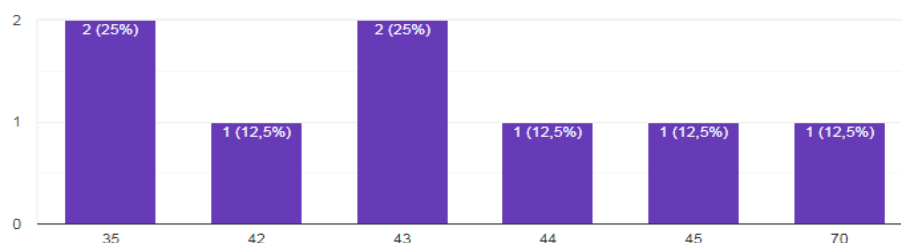
lipoaspiração, modalidades estéticas de forma geral e seus efeitos no tratamento do pré e pós-operatório. Foram desconsiderados os artigos que não se referiam ao tema pesquisado ou que não havia disponibilidade de referência.

Este artigo também é qualitativo e descritivo. Caracteriza-se por um estudo de prevalência realizado com um grupo de oito pacientes do sexo feminino que previamente foram submetidas a uma cirurgia de abdominoplastia, na cidade de Belo Horizonte Minas Gerais. O primeiro contato foi realizado por telefone para agendamento do envio do questionário. Todas aceitaram participar da pesquisa. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário estruturado e investigativo sobre o pré e pós-operatório da abdominoplastia.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

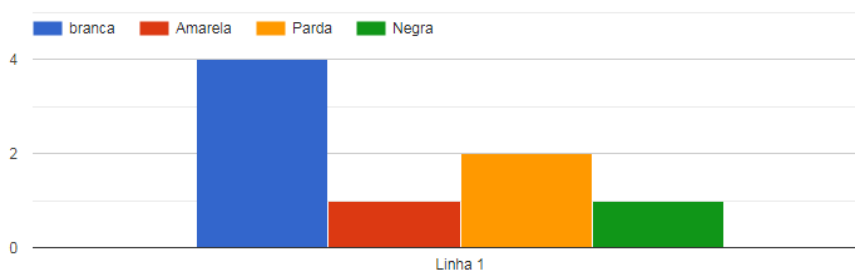
Abaixo estão relacionados os gráficos referentes às repostas fornecidas pelas entrevistadas que serão discutidos no próximo subtópico.

Figura 4: Faixa etária



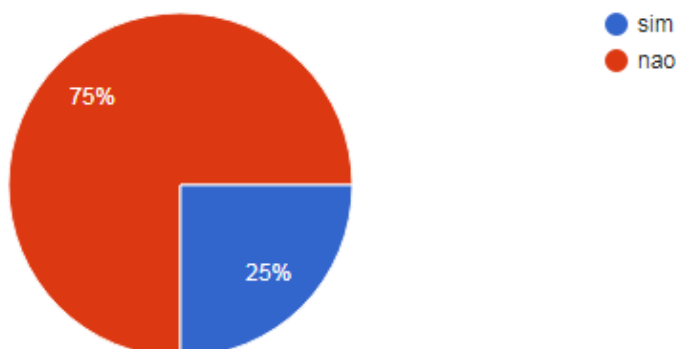
Fonte: Dados da pesquisa

Figura 5: Informação de Etnia



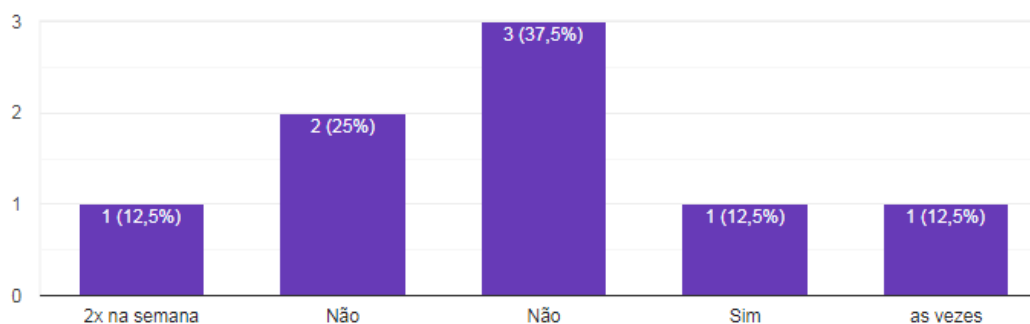
Fonte: Dados da pesquisa

Figura 6: Informação de Tabagismo



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 7: Informação de consumo de bebida alcoólica



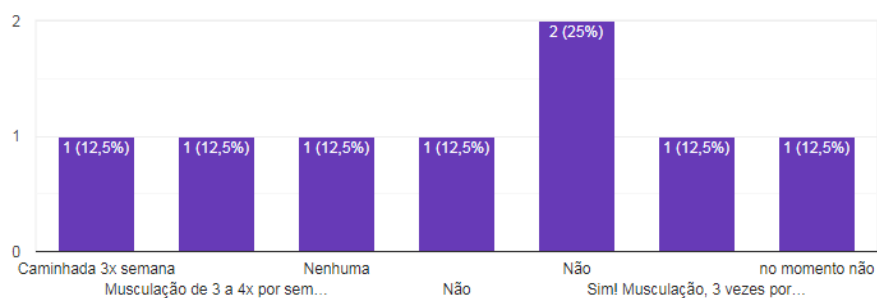
Fonte: Dados da pesquisa

Figura 8: Fator que a levou a fazer uma abdominoplastia



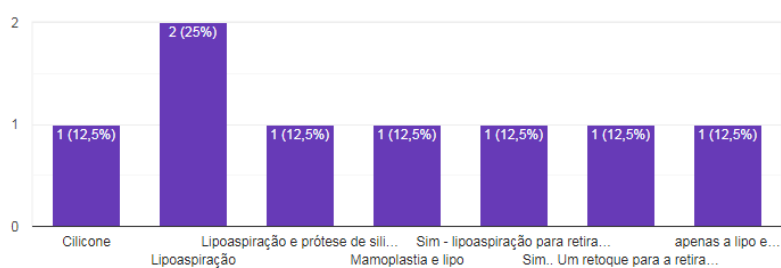
Fonte: Dados da pesquisa

Figura 9: Prática de atividades físicas



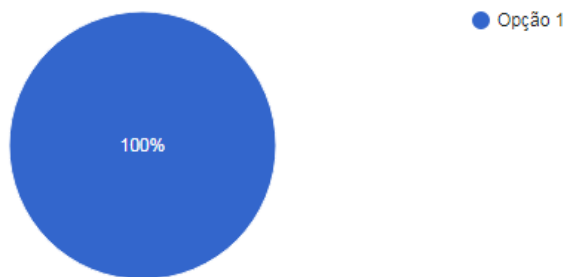
Fonte: Dados da pesquisa

Figura 10: Procedimentos associados à abdominoplastia



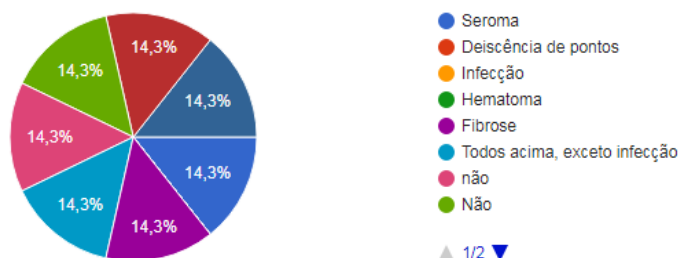
Fonte: Dados da pesquisa

Figura 11: Atuação do esteticista



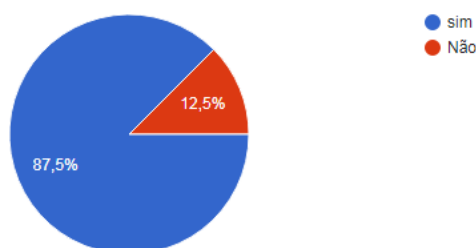
Fonte: Dados da pesquisa

Figura 12: Intercorrências pós-operatório



Fonte: Dados da pesquisa

Figura 13: Satisfação final



Fonte: Dados da pesquisa

4.1 ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS

A partir do questionário enviado as entrevistadas de forma eletrônica, foi possível quantificar que um total de oito pacientes do sexo feminino se dispusera a responder todos os questionamentos, dentre elas, duas com 35 anos, uma com 42 anos, duas com 43 anos, uma com 44 anos, uma de 45 anos e uma de 70 anos. Quatro são caucasianas, uma amarela, duas pardas, e uma negra. Vieira e Netz (2012) menciona que o Brasil está classificado como o segundo no mundo, em número de cirurgias plásticas. Após indagar sobre o consumo do cigarro, somente duas afirmaram que possuem o habito de fumar diariamente.

Murshid *et. al.*, (2010); Leal e Sara (2017) Afirmam que o habito de fumar aumenta consideravelmente o risco de infecções, que é explicado pela vasoconstrição causada pelos componentes do cigarro alterando a microcirculação cutânea, diminuem a imunidade e podem causar necrose nos tecidos e seroma oculto, o tabagismo e o principal fator de risco para o

aparecimento de complicações pós operatórias o que triplica as chances de desenvolver necrose cutânea, eles aconselham que o paciente deve abandonar o habito de fumar pelo menos dois meses antes do procedimento cirúrgico.

Perguntamos a respeito do consumo de bebidas alcoólicas, e dentre elas, somente uma mencionou fazer uso de bebidas alcoólicas duas vezes por semana, uma afirmou fazer uso de vez em quando, restando cinco que afirmaram não fazer uso de álcool. Em nossa pesquisa todas as oito participantes afirmaram ter optado pela abdominoplastia por vontade própria, não havendo previa indicação medica. Para Santos, Cândido e Silva (2013), no início do século XIX, houve mudanças no padrão estético de beleza, as pessoas procuram mais intervenções cirúrgicas por ser um método rápido, eficaz e sem tanto esforço.

Vieira e Netz (2012) afirmam que a mídia é a responsável por propor um "padrão de beleza". As cirurgias plásticas, quando realizadas com indicações pertinentes, podem proporcionar transformações, ajudando as pessoas a melhorarem sua autoestima e com isso a qualidade de vida.

Borges; Scorza; Jahara (2010) mencionaram que a abdominoplastia é indicada para pacientes com moderada ou acentuada flacidez cutânea associada à Lipodistrofia localizada ou generalizada, com ou sem hérnias da parede abdominal, com o objetivo de restabelecer o contorno corporal, eliminando o excesso cutâneo e o tecido adiposo, quando possível; e corrigir a flacidez muscular e eventuais hérnias. Está contraindicada quando houver flacidez tecidual mínima, em pacientes com alterações pulmonares, diabetes e grandes tabagistas por existir risco de necrose tecidual. Yacoub; Baroudi e Yacoub (2012) afirmam que as complicações pós-operatórias poderão ser evitadas, na grande maioria dos casos, pela correta indicação da cirurgia e pelo respeito aos princípios técnicos que a norteiam, associados também com os cuidados específicos, que devem ser tomados tanto no pré, inter e pós-operatório, tanto pelo médico quanto pela equipe multidisciplinar que geralmente está acompanhando o paciente.

No que se refere a pratica da atividade física, quatro afirmaram praticar três vezes por semana, e quatro mencionaram não realizar nenhum tipo de atividade, se enquadrando como sedentárias. A respeito do tempo decorrido desde a cirurgia, quatro mencionaram ter sido realizada a menos de um ano, duas a quatro anos, uma a 12 anos e uma a 15 anos. A pesquisa realizada revelou que todas foram submetidas a algum procedimento associado à

abdominoplastia, sendo duas com próteses mamaria e lipoaspiração e seis com a lipoaspiração. Souza; Harada; Bolognani (2017) dizem que a abdominoplastia pode estar associada a uma lipoaspiração, com a intenção de proporcionar retirada de excesso de gordura através de finas cânulas, permitindo uma redefinição global do tronco.

De acordo com as entrevistadas, duas não tiveram nenhuma recomendação médica pré-operatória e seis tiveram recomendações médicas pré-operatória, como perda de peso, exames laboratoriais, não fazer uso de cigarro ou bebida alcoólica e jejum de 12 horas antes da cirurgia. Dessas seis pacientes uma destacou a recomendação médica de fazer seis sessões de Drenagem linfática antes da cirurgia. Após a realização da cirurgia de abdominoplastia as recomendações medicas repassadas as pacientes foram de repouso por 30 dias, uso de anti-inflamatório e medicamento para alívio da dor, dormir de decúbito dorsal, andar ligeiramente curvada para frente por 15 dias, uso de cintas e início da Drenagem linfática com no mínimo quinze sessões.

De acordo com Borges; Scorza; Jahara (2010) após a intervenção cirúrgica recomenda-se: - O uso da cinta elástica no período de 45 a 60 dias; 9 - Repouso de 24 a 48 horas, até que os drenos sejam retirados; - Andar com o tronco ligeiramente curvado; - Evitar atividades que necessitam de esforço físico. Vieira e Netz (2012) mencionaram que estas recomendações são importantes para o próprio bem-estar do indivíduo e a sua correta recuperação

No que se refere à drenagem linfática, pode-se observar que as participantes relataram: uma afirmou que realizou apenas uma sessão; uma afirmou que realizou cinco sessões; uma afirmou que realizou onze sessões; uma afirmou que realizou quinze sessões; duas outras afirmaram que realizaram vinte sessões cada; uma afirmou que realizou quarenta sessões; dentre as oito participantes, apenas uma não utilizou aparelho de ultrassom, e uma utilizou tanto ultrassom quanto a radiofrequência.

Ao que foi possível analisar somente duas não mencionaram sofrer nenhuma intercorrência no pós-operatório, uma afirmou ter sofrido várias intercorrências, somente não teve infecção, e as outras cinco pacientes tiveram todas as intercorrências mais conhecidas, como fibrose, infecção, deiscência de pontos e seroma. Devido as intercorrências foi necessário que 2 das 8 mulheres ficassem afastadas por um período maior que 30 dias, uma retornou ao trabalho após quarenta e cinco dias e a última retornou após sessenta dias.

Leal; Sara (2017); Borges; Scorza; Jahara, (2010); Da Silva, (2014); Soares; Soares; Soares, (2012) relataram que as complicações pós-operatórias como hematoma, infecção, deiscência, irregularidades, depressões, aderências, edema, fibroses, cicatrizes mal posicionadas, cicatrizes hipertróficas e queloidianas, equimose, necrose, seroma, depressões e excessos cutâneos. São situações que podem variar de acordo com cada cirurgia e a técnica aplicada. Tais complicações poderão ser evitadas, na grande maioria dos casos, pela correta indicação da cirurgia e pelo respeito aos princípios técnicos que a norteiam, associados também com os cuidados específicos, que devem ser tomados tanto no pré, inter e pós-operatório, tanto pelo médico quanto pela equipe multidisciplinar que geralmente está acompanhando o paciente (YACOUB; BAROUDI; YACOUB, 2012).

Os procedimentos estéticos segundo relato de três das entrevistadas foram feitos por enfermeiras da equipe medica que realizou a cirurgia de abdominoplastia, e as outras cinco realizaram os procedimentos estéticos com uma profissional esteticista. Todas afirmaram que os procedimentos estéticos foram primordiais para o restabelecimento da rotina diária. Novos protocolos de tratamento vêm sendo utilizados na tentativa de reduzir as complicações citadas anteriormente. Dentre os recursos utilizados nestes protocolos, podemos citar os recursos manuais (drenagem linfática manual - DLM e massagem manual), cinesioterapia, ultrassom, laser terapêutico, os eletroterápicos como: estimulação elétrica nervosa transcutânea (TENS), radiofrequência, a vacuoterapia, a crioterapia, a fototerapia, a termoterapia, o uso dos Leds, entre outros (LEAL; SARA, 2017; BORGES; SCORZA; JAHARA, 2010).

Segundo De Godoy e Godoy (2020) a drenagem linfática manual constitui em um dos grandes pilares do tratamento do linfedema e contribui para transformar a abordagem clínica na principal forma de tratamento. O ultrassom (US) na frequência de 3MHz é bastante utilizado na fase inflamatória, atua estimulando o reparo tecidual sendo que seu efeito benéfico tem sido demonstrado sobre diversos tecidos destacando-se o aumento da angiogênese, do tecido de granulação, do número de fibroblastos e da síntese de colágeno, além da diminuição de leucócitos e macrófagos.

Existem evidências que demonstram a eficácia do US nas diferentes fases do reparo. Sua utilização no PO de cirurgia plástica auxilia na reabsorção de hematomas, reduzindo as chances de formação fibrótica, previne a formação de cicatrizes hipertróficas e queloides, e

ainda melhora a nutrição celular, reduzindo o edema e a dor, consequências da melhora da circulação sanguínea e linfática (SANTOS; CÂNDIDO; SILVA, 2013; FONSECA, 2018).

O US proporciona através de seus efeitos térmicos e não térmicos o aumento da velocidade de reparo dos tecidos e cura das lesões, aumento do fluxo sanguíneo, aumento da extensibilidade do tecido, dissolução dos depósitos de cálcio e redução da dor, por meio da alteração da condução nervosa e alterações da permeabilidade da membrana celular. Além dos benefícios já citados, a reabsorção de hematomas estimulada pelo US é fundamental na primeira fase do tratamento PO evitando que fibroses se instalem como consequência (SANTOS; CÂNDIDO; SILVA, 2013; FONSECA, 2018). De modo geral sete pacientes afirmaram que ficaram satisfeitas com o resultado final da abdominoplastia.

4.2 REFLEXÕES SOBRE ATUAÇÃO DO ESTETICISTA NO PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO.

A estética funcional é fundamentada em uma sólida base científica sendo uma forte contribuinte tanto no pré quanto no pós-operatório, prevenindo ou tratando as respostas advindas das intervenções cirúrgicas, possibilitando ainda a diminuição da ansiedade pós-operatória e apesar de seu papel ter início no pré-operatório, sua atuação torna-se fundamental no pós-cirúrgico, Visto que o esteticista possa avaliar e eleger os métodos que possam auxiliar o tratamento pré e pós-operatório de cirurgia plástica, será possível o entendimento de todo o processo de interação entre o esteticista e o cirurgião plástico, visando em minimizar intercorrências e concorrer para uma boa evolução pós-operatória (LEAL; SARA, 2017; BORGES; SCORZA; JAHARA, 2010).

Embora pareça desnecessário para alguns cirurgiões, o atendimento estético antes da cirurgia plástica é de extrema importância na reabilitação do paciente operado. A presença de fibroses pós-operatórias de cirurgias anteriores também pode interferir no resultado da cirurgia e devem ser preferencialmente tratadas no pré-operatório. A presença de alterações circulatórias como edemas, linfedemas e fibro edema gelóide deve ser identificada no pré-operatório para conscientização do paciente de que nem todas as afecções estéticas serão tratadas com a cirurgia e de que será necessário um tratamento pré e pós-operatório complementar (LEAL; SARA, 2017; BORGES; SCORZA; JAHARA, 2010). O pré-operatório funciona também como orientação para o paciente. É o momento de preparo para a

cirurgia, e onde se conhece suas limitações e inicia-se o plano de tratamento pós-cirúrgico (LEAL; SARA, 2017; BORGES; SCORZA; JAHARA, 2010). O papel do esteticista tem início no pré-operatório, visando uma recuperação cirúrgica mais rápida, eficiente e funcional (DE MACEDO; DE OLIVEIRA, 2010). A estética apresenta importante atuação nas abdominoplastias. Durante a fase pré-operatória, iniciamos o trabalho de drenagem linfática, com o objetivo de prevenir episódios de linfedema complexos no pós-operatório, comum principalmente nas dermolipectomias totais do abdome.

A manipulação de tecido conjuntivo e de grande importância, promovendo mobilidade a pele em seus planos mais profundos e facilitando o seu descolamento durante o ato cirúrgico. A região periumbilical também merece ser manipulada para ativação e incremento a circulação periférica, com o objetivo de prevenir possíveis fibroses (LEAL; SARA, 2017; BORGES; SCORZA; JAHARA, 2010).

Ressalte-se que o esteticista atuará, no pré-operatório, prevenindo a formação das aderências, principal fator agravante no pós-operatório, pois estas aderências impedem o fluxo normal de sangue e linfa, aumentando ainda mais o quadro edematoso, retardando a recuperação. No pós-operatório é importantíssimo para o paciente que ele seja encaminhado ao tratamento na fase imediata. A formação do esteticista lhe permite identificar o tipo e a profundidade dos tecidos envolvidos, determinar o estágio da cicatrização e reconhecer as contraindicações ao uso das modalidades de tratamento. Além do mais, poderá priorizar os problemas, estabelecer as metas e planejar o tratamento de forma a alcançar o melhor resultado possível BORGES; SCORZA; JAHARA (2010).

Infere-se que cada vez mais os esteticistas estão montando suas próprias equipes ou fazendo parte de equipes lideradas por médicos. A estética está cada vez mais em evidência na sociedade, a cada dia novos cursos de especialização e aperfeiçoamento profissional surgem no mercado de capacitação profissional nessa área, preparando o profissional para atuarem nos três níveis de atenção à saúde, por meio de medidas preventivas, restauradoras e reabilitadoras e fornecem uma formação acadêmica com visão multiprofissional (DE ARAÚJO; CABRAL, 2011).

Há na literatura científica embasamento para justificar a escolha dos diversos recursos utilizados nas patologias englobadas pela estética. Por outro lado, pesquisas relatam que muitos pacientes submetidos a cirurgia plástica não são encaminhados ao tratamento pré e

pós-operatório com o fisioterapeuta ou são encaminhados em fases muito tardias, o que pode levar a resultados poucos satisfatórios (DE MACEDO; DE OLIVEIRA, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se optar por realizar uma cirurgia plástica, é necessário que a pessoa tenha consciência dos cuidados que devem ser tomados no pós-operatório e de possíveis complicações que podem ocorrer nesse período. Faz-se necessária toda uma preparação física, mental e emocional. Percebe-se que o paradigma reabilitador também se aplica aos pacientes que se submetem as abdominoplastias. No entanto, se houver disponibilidade de atenção durante o pré-operatório, é possível informar, prevenir e orientar o paciente assim como seus familiares, sobre os cuidados indispensáveis no período pós-operatório imediato, tais como, cuidados com a incisão, importância de repouso e os esclarecimentos de possíveis dúvidas que o paciente tenha nesse momento.

Visto que o esteticista possa avaliar e eleger os métodos que possam auxiliar o tratamento pré e pós-operatório de abdominoplastia, será possível o entendimento de todo o processo de interação entre os esteticistas e cirurgiões plásticos, visando a minimizar intercorrências e concorrer para uma boa evolução pós-operatória. O papel do esteticista tem início no pré-operatório, visando uma recuperação cirúrgica mais rápida, eficiente e funcional. Na atualidade, há um crescimento das cirurgias plásticas no país e a tomada de decisão por tal procedimento, faz com que seja necessário o esclarecimento prévio das técnicas adotadas e as possíveis complicações pós-operatórias. O esteticista desempenha um importante papel no tratamento pré e pós operatório de abdominoplastia, prevenindo e/ou minimizando complicações comuns dessa cirurgia. Para que o tratamento seja efetivo, o esteticista tem que conhecer e entender as fases da cicatrização e suas características clínicas.

A partir do estudo realizado, existem vários recursos estéticos que podem ser usados no tratamento, porém a drenagem linfática foi a mais citada. É necessário que sejam realizados novos estudos sobre o tema e, como sugestão de nova pesquisa, sugere-se uma pesquisa de caráter longitudinal, comparando os resultados no curto, médio e longo prazos de pessoas que realizaram esta cirurgia e utilizaram a drenagem linfática ao longo do período pós-operatório.

REFERÊNCIAS

ANGELIM, D. **Radiofrequência x Fibrose**. Informativo Beauty, jun. 2010.

BARROS, C. J. P. **Metabonômica baseada em RMN como ferramenta para discriminação de grãos de soja irradiados & diagnóstico de hepatites e fibrose hepática**. 2017.

BORGES, F. dos S.; SCORZA, F. A.; JAHARA, R. S. **Modalidades terapêuticas nas disfunções estéticas**. 2010.

BRAVO, B. S. F. *et. al.* Tratamento da lipodistrofia ginoide com radiofrequência unipolar: avaliação clínica, laboratorial e ultrassonográfica. **Surgical & Cosmetic Dermatology**, v. 5, n. 2, p. 138-144, 2013.

CHI, A. *et. al.* O uso do linfortaping, terapia combinada e drenagem linfática manual sobre a fibrose no pós-operatório de cirurgia plástica de abdome. **Fisioterapia Brasil**, v. 17, n. 3, p. 197-203, 2016.

DA SILVA, R. M. V. *et. al.* **Avaliação da fibrose cicatricial no pós operatório de lipoaspiração e/ou abdominoplastia**. CATUSSABA-ISSN 2237-3608, v. 3, n. 2, p. 19-28, 2014.

DE ARAÚJO, A. P. S.; CABRAL, M. L. **Fisioterapia dermato-funcional: um perfil dos cursos de pós-graduação do estado do paraná**. 2011.

DE GODOY, J. M. P.; GODOY, M. de F. G. Drenagem linfática manual: novo conceito. **Jornal Vascular Brasileiro**, v. 3, n. 1, p. 77-80, 2020.

DE MACEDO, A. C. B.; DE OLIVEIRA, S. M. A atuação da fisioterapia no pré e pós-operatório de cirurgia plástica corporal: uma revisão de literatura. **Cadernos da Escola de Saúde**, v. 2, n. 4, 2010.

DETERLING, L. C. *et. al.* Benefícios do laser de baixa potência no pós-cirúrgico de cirurgia plástica. **Revista Augustus**, v. 14, n. 29, p. 45-53, 2010.

DI MARTINO, M. *et. al.* Seroma em lipoabdominoplastia e abdominoplastia: estudo ultrassonográfico comparativo. **Revista Brasileira de Cirurgia Plástica**, v. 25, n. 4, p. 679-687, 2010.

ESPER, L. R. **Análise comparativa do efeito da terapia com laser ou LED de baixa potência durante o movimento ortodôntico-Estudo clínico** [Tesis de Maestria en Ingeniería Biomédica]. São José dos Campos, SP: Universidade Do Valle Do Paraíba, Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento; 2010.

FONSECA, R P. *et. al.* Influência da abordagem fisioterapêutica no pós-operatório de abdominoplastia: Uma abordagem científica. **Semana de Pesquisa da Universidade Tiradentes-SEMPESq**, n. 19, 2018.

LANGE, A. **Drenagem linfática manual no pós-operatório das cirurgias plásticas**. Curitiba-PR: Vitoria gráfica e editora, 2012.

LEAL, S. **Atuação da fisioterapia dermatofuncional nas complicações da abdominoplastia**. 2017.

MAUAD, R. **Estética e cirurgia plástica: tratamento no pré e pós-operatório**. São Paulo: Editora SENAC, 2011.

MIGOTTO, J. S. Atuação fisioterapêutica dermato funcional no pós-operatório de cirurgias plásticas. **Gestão e Saúde**, v. 4, n. 1, p. 1365-1377, 2012.

MURSHID, M. *et. al.* Abdominoplasty in obese and in morbidly obese patients. **Journal of plastic, reconstructive & aesthetic surgery**, v. 63, n. 5, p. 820-825, 2010.

NEAMAN, K. C. *et. al.* **Outcomes of traditional cosmetic abdominoplasty in a community setting: a retrospective analysis of 1008 patients**. Plastic and reconstructive surgery, v. 131, n. 3, p. 403e-410e, 2013.

RAMOS, R. F. M. *et. al.* **Comparação entre a aplicação e não aplicação do LED (Light Emitted Diode) na cicatrização de pacientes submetidas e abdominoplastia**. 2017.

ROBERTSON, V. **Eletroterapia explicada: princípios e prática**. Elsevier Brasil, 2011.

SAMRA, S. *et. al.* **Complication rates of lipoabdominoplasty versus traditional abdominoplasty in high-risk patients**. Plastic and reconstructive surgery, v. 125, n. 2, p. 683-690, 2010.

SANTOS, Lorryne Pereira; CÂNDIDO, R. C. P.; SILVA, G. Fisioterapia dermatofuncional no pós-operatório de abdominoplastia: revisão de literatura. **Revista Amazônia Science & Health**, p. 05-07, 2013.

SOARES, L. M. A.; SOARES, S. M. B.; SOARES, A. K. Estudo comparativo da eficácia da drenagem linfática manual e mecânica no pós-operatório de dermolipectomia. **Revista Brasileira em promoção da saúde**, v. 18, n. 4, p. 199-204, 2012.

SOUZA, L. S. de; HARADA, M. N.; BOLOGNANI, E. M. C. Comparação da ocorrência de seroma entre as técnicas de abdominoplastia convencional e em âncora nos pacientes pós-bariátricos. **Rev Bras Cir Plást**, v. 32, n. 1, p. 78-86, 2017.

VIEIRA, T. S.; NETZ, D. J. **A formação da fibrose cicatricial no pós-cirúrgico de cirurgia estética e seus possíveis tratamentos: artigo de revisão**. Balneário Camboriú: Universidade do Vale do Itajaí, 2012.

YACoub, C. D.; BARoudI, R.; YACoub, M. B. **Abdominoplastia reversa estendida**. Revista Brasileira de Cirurgia Plástica, v. 27, n. 2, p. 328-332, 2012.

ZANELLA, B. I.; RUCKL, S.; VOLOSZIN, M. A importância da drenagem linfática manual no pós-operatório da abdominoplastia. **Rev. Lit.** [periódico na internet], 2011.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Todas as questões abaixo referem-se ao pré e pós-operatório de abdominoplastia.

1. Nome:
2. Idade:
3. Etnia: Branca, parda, amarela ou Negra
4. Você fuma: Sim ou Não
5. Você faz uso de bebida alcoólica? Com que frequência?
6. Você faz uso de bebida alcoólica? Com que frequência?
7. Praticar atividades físicas? Quais? E com que frequência?
8. A quanto tempo você fez a abdominoplastia?
9. Fez algum outro procedimento associado a abdominoplastia? Quais?
10. Quais as recomendações médicas antes de realização da abdominoplastia?
11. Após a cirurgia, quais as recomendações médicas e medicamentos utilizados?
12. O médico lhe recomendou algum procedimento estético como a drenagem linfática após a cirurgia? Quais outros?
13. Quantas sessões você fez de Drenagem linfática? Quantas vezes por semana?
14. Ao realizar os procedimentos estéticos, fez uso de algum aparelho (ultrassom, radiofrequência e etc.) durante o tratamento? Quais?
15. Qual o profissional que realizou este atendimento no seu pré e pós-operatório?
16. Acredita que atuação do profissional, no seu pré e pós-operatório, foi primordial para o restabelecimento da sua rotina diária?
17. Houve alguma intercorrência no pós-operatório?
18. Ficou satisfeita com o resultado da cirurgia?

A EFICÁCIA DO
LASER DE
DIÓXIDO DE
CARBONO (CO₂)
FRACIONADO NO
TRATAMENTO DAS
ESTRIAS RUBRAS E
ESTRIAS ALBAS

THE
EFFECTIVENESS
OF
FRACTIONATED
CARBON DIOXIDE
(CO₂) LASER IN
THE TREATMENT
OF RED STREAKS
AND STREAK
STREAKS

SOUZA, Wanessa De Oliveira
[1]

[1] Mestranda em ciências da saúde, graduanda em biomedicina pela Faculdade Joaquim Nabuco (UNINABUCO), graduada em Estética pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), Pós graduada em estética avançada e educação a distância pela Uniasselvi e Pós graduada em acupuntura pela Faculdade da Região Serrana (FARESE).
wanessadeoliveirasouza@gmail.com

RESUMO

A pesquisa desenvolvida constituiu-se na análise da eficácia do laser de CO₂ fracionado no tratamento das estrias. Dentre as principais alterações estéticas corporais esta as estrias. A estria é uma lesão estética atrófica, ocasionada por enorme estiramento e a consequente ruptura das fibras de colágeno e elastina, responsáveis pela elasticidade da pele. Acometem grande parcela da população, sendo mais frequente em mulheres adolescentes e gestantes, embora também possa apresentar-se em obesos, pacientes com desequilíbrios hormonais, usuários de medicamentos e portadores de histórico genético. Os tratamentos para estrias variam de acordo com o estágio de evolução da estria e o fototipo da pele do paciente. Dentre os mais procurados está o laser de CO₂ fracionado, sua atuação consiste em promover dano tissular através de dano térmico e vaporização das células, levando ao estímulo da neocolagênese, tendo como principal alvo a água presente nos tecidos. O estudo realizado teve como propósito avaliar a efetividade no uso do laser de CO₂ fracionado no tratamento das estrias rubras e albas, identificando os seus benefícios, descrevendo o seu mecanismo de ação e analisando os resultados apresentados pela literatura científica. Para tanto realizou-se uma pesquisa bibliográfica nas principais bases de dados, a biblioteca virtual em saúde (bvs); scientific electronic library online (scielo), Google acadêmico e lilacs. Concluindo, assim, que o laser de CO₂ fracionado é eficaz para o tratamento de estrias, contudo é necessária atenção com o fototipo do paciente devido as complicações que podem ocorrer, como hiperpigmentação pós-inflamatória, hiperpigmentação persistente, cicatrizes, queimaduras e síndrome Koebner.

Palavras-chave: Pele. Estrias. Laser de CO₂ fracionado. Estética.

ABSTRACT

The research developed consisted of analyzing the effectiveness of fractional CO₂ laser in the treatment of stretch marks. Among the main aesthetic changes in

the body, this one is like stars. The stretch mark is an atrophic aesthetic lesion, caused by a huge stretch and a consequent rupture of the collagen and elastin fibers, responsible for the elasticity of the skin. They affect a large portion of the population, being more frequent in adolescent and pregnant women, although it can also present in obese people, patients with hormonal imbalances, users of medications and patients with a genetic history. The treatments for stretch marks vary according to the stage of evolution of the stretch and the phototype of the patient's skin. Among the most sought after is the fractional CO₂ laser, its practice consists of promoting tissue damage through thermal damage and vaporization of cells, leading to the stimulation of neocolagenesis, with the main target being the water present in the tissues. The purpose of the study was to evaluate the effectiveness of using fractional CO₂ laser in the treatment of red and white streaks, identifying its benefits, describing its mechanism of action and analyzing the results obtained by the scientific literature. To this end, a bibliographic search was carried out in the main databases, a virtual health library (bvs); online electronic scientific library (scielo), academic Google and lilacs. Therefore, concluding that fractional CO₂ laser is effective for the treatment of stretch marks, however, attention is needed with the patient's phototype due to complications that may occur, such as post-inflammatory hyperpigmentation, persistent hyperpigmentation, scarring, burns and Koebner syndrome.

Keywords: Skin. Stretch marks. Fractional CO₂ laser. Aesthetics.

1 INTRODUÇÃO

O mundo moderno é circunscrito pelo tributo ao corpo e pela busca incessante pelo padrão de beleza ditado pela mídia, de modo a afetar a relação que os indivíduos constroem com o seu próprio corpo resultando em comprometimento emocional, baixa autoestima e desagrado com a própria aparência (DANTAS, 2011; QUEIROZ, RODRIGUES, DE CONTE, 2021). A Estética está em evidencia, dada à enorme procura por tratamentos estéticos em uma sociedade que prioriza a saúde e valoriza a aparência corporal. São inúmeras as razões que levam um indivíduo a desenvolver uma insatisfação com a própria imagem. Dentre as principais alterações estéticas corporais esta as estrias (QUEIROZ; RODRIGUES; DE CONTE, 2021).

A estria é uma injúria estética atrófica, ocasionada pela demasiada distensão e a consequente ruptura das fibras de colágeno e elastina, responsáveis pela elasticidade da pele (TACANI; TACANI, 2011). Acometem grande parcela da população, sendo mais frequente em no sexo feminino e na fase da puberdade, embora também possa apresentar-se em obesos, gestantes, usuários de medicamentos e portadores de desequilíbrios hormonais (BORGES; SCORZA; JAHARA, 2010; DA COSTA, 2016; COSTA, 2016; DOS REIS; VIEIRA, 2018). Há indícios que relatam que sua manifestação é decorrente da associação de fatores

mecânicos, endocrinológicos, predisposição genética e história familiar (REZENDE; PINHEIRO; MENDONÇA, 2016; LOPES, 2017). As zonas com maior existência de estrias são as mamas, nádegas, abdômen e coxas, por serem áreas mais sensíveis ao estiramento exagerado da pele (DOS REIS; VIEIRA, 2018).

Nesse contexto, são diversos os recursos terapêuticos estéticos desenvolvidos pelo mercado para atingir esse público consumidor que tem a intenção de melhorar a imagem corporal (PETROSKI; PELEGRINI; GLANER, 2012). Os tratamentos para estrias variam de acordo com o estágio de evolução e o fototipo do paciente. Dentre os mais procurados está o Laser de CO₂ fracionado (DOS REIS; VIEIRA, 2018). Sua atuação consiste em promover dano tissular através de dano térmico e vaporização das células, levando ao estímulo da neocolagênese, tendo como principal alvo a água presente nos tecidos (CROCCO; MANTOVANI; VOLPINI, 2012; DOS REIS; VIEIRA, 2018).

Diante desse cenário e levando em consideração que o laser de CO₂ fracionado atualmente, vem sendo usado em ríptides, rejuvenescimento facial, cicatrizes de acne e estrias, espera-se com esse artigo verificar a eficácia do laser de CO₂ fracionado no tratamento das estrias (CROCCO; MANTOVANI; VOLPINI, 2012; DOS REIS; VIEIRA, 2018).

Considerando que nenhum dos tratamentos atualmente utilizados para estrias tem sido considerado padrão ouro, e que existe uma grande demanda de clientes que buscam centros especializados em estética para amenizar essa afecção, demonstrando a necessidade de mais estudos que comprovem a verdadeira eficácia dos atuais procedimentos estéticos utilizados para esse fim; tendo sido escolhido o laser de CO₂ fracionado como objeto de estudo desse artigo, devido a carência de materiais científicos que relacionem o seu uso para tratamentos das estrias (EL TAIEB; IBRAHIM, 2016; LOPES, 2017; COSTA, 2016; NEPOMUCENO; DA-SILVA, 2018), o problema de pesquisa tem como pergunta norteadora: Qual a efetividade do laser de CO₂ fracionado no tratamento das estrias?

Para responder à pergunta norteadora apresentada no problema de pesquisa, este estudo teve como objetivo avaliar a efetividade no uso do laser de CO₂ fracionado no tratamento das estrias rubras e albas; e, especificamente identificar os benefícios do uso do laser de CO₂ fracionado no tratamento das estrias; descrever o seu mecanismo de ação e analisar os resultados apresentados pela literatura científica. Justifica-se essa pesquisa por considerar importante a apropriação da literatura para avançar no conhecimento em relação ao uso do laser de CO₂ fracionado como recurso terapêutico eficaz no tratamento das estrias.

Após uma análise da literatura especializada, refletiu-se que, todavia, não há estudos científicos suficientes sobre o laser de CO₂ fracionado para embasar o seu uso no tratamento das estrias, e ao analisar o seu mecanismo de ação, considera-se que o seu uso poderia ser eficaz para o tratamento das estrias.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ANATOMIA, HISTOLOGIA E FISIOLOGIA DA PELE

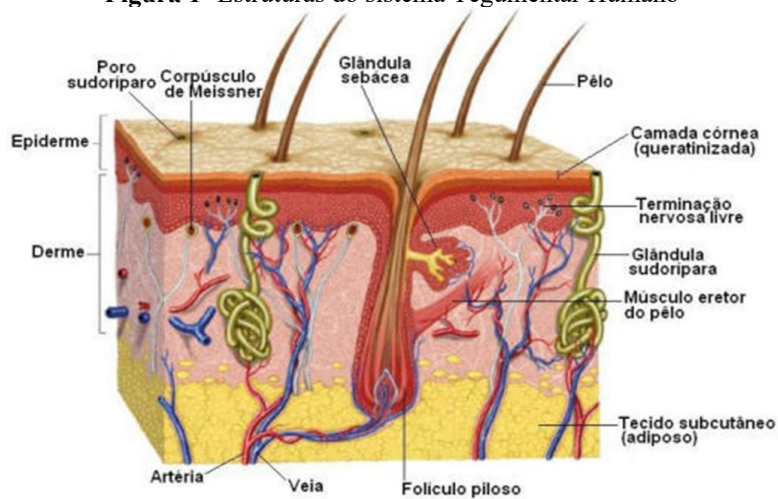
A pele é o maior órgão do corpo humano pois recobre toda a superfície corpórea, pesa aproximadamente 4,5Kg, representando 15% do peso corporal humano. Possui estruturas especializadas, flexíveis, resistentes e complexas, sendo responsável por diversas funções de importância significativa, dentre elas a transpiração, percepção, proteção física e imunológica, pigmentação, nutrição, queratogênese, defesa, metabolização, absorção, secreção, excreção e a termorregulação, pois a pele se comporta como isolante térmico, regulando a perda hídrica e de eletrólitos do organismo, resultando na conservação da temperatura corporal (FONTENELE; CARDOSO, 2011; KHAVKIN; ELLIS, 2011; COSTA, 2016; VENUS; WATERMAN; MCNAB, 2010; NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; GONDIM, 2012; DA COSTA, 2016).

A pele age como uma membrana envolvente e isolante, uma barreira física contra agressões externas, reduzindo a penetração de substâncias estranhas, químicas e nocivas, protegendo contra a ação de microrganismos patogênicos e radiação ultra violeta, além da sua capacidade de regeneração tecidual, um processo complexo que visa a restauração da integridade do tecido lesionado, fator importante para o resultado no tratamento das estrias (FONTENELE; CARDOSO, 2011; KHAVKIN; ELLIS, 2011; COSTA, 2016; VENUS; WATERMAN; MCNAB, 2010; NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; GONDIM, 2012; DA COSTA, 2016).

Os nervos sensoriais e autonômicos são parte estrutural da pele, eles são necessários para detecção do toque, vibração, pressão, temperatura, dor e prurido, suas propriedades biomecânicas agem em resposta à força de deformação (VENUS; WATERMAN; MCNAB, 2010; KHAVKIN; ELLIS, 2011; COSTA, 2016). A pele está constituída por três camadas sobrepostas de tecidos. A epiderme é a camada a mais externa, é a principal barreira de

defesa, a intermediária é a derme, muito vascularizada, e a camada mais profunda é a hipoderme, constituída de tecido adiposo. Na figura 1 é possível observar essas três camadas. Elas desempenham suas atividades de forma independente, sofrendo regulação, modelação molecular e celular ao desempenharem suas funções. A água compõe aproximadamente 70% da pele, se distribuindo pelas camadas, sendo a hipoderme a mais hidratada, possui também proteínas, lipídeos, glucídios e sais minerais (GONDIM, 2012; KHAVKIN; ELLIS, 2011; VENUS; WATERMAN; MCNAB 2010; COSTA, 2016; DA COSTA, 2016; LOPES, 2017).

Figura 1- Estruturas do sistema Tegumentar Humano



Fonte : (Oliveira, 2011).

2.1.1 Epiderme, derme e hipoderme

De acordo com Borges; Scorza; Jahara (2010), a epiderme é composta por epitélio pavimentoso estratificado que se renova continuamente. Devido ao fato de ser avascular, os capilares da derme superficial nutrem a epiderme por difusão. Sua composição celular é principalmente de queratinócitos (>90%), que regulam a homeostasia e a constante renovação dos folículos pilosos da epiderme (KHAVKIN; ELLIS, 2011; VENUS; WATERMAN; MCNAB, 2010; COSTA, 2016; DA COSTA, 2016; GONDIM, 2012; CAUSSA; VILA, 2015; LOPES, 2017). Os queratinócitos através da sua constante diferenciação renovam o epitélio ao longo da vida pela queratinização, eles se deslocam progressivamente a partir da membrana basal até a superfície da pele, onde descamam, formando ao longo deste trajeto várias camadas distintas, figura 2, são elas: o estrato basal ou germinativo, a camada mais

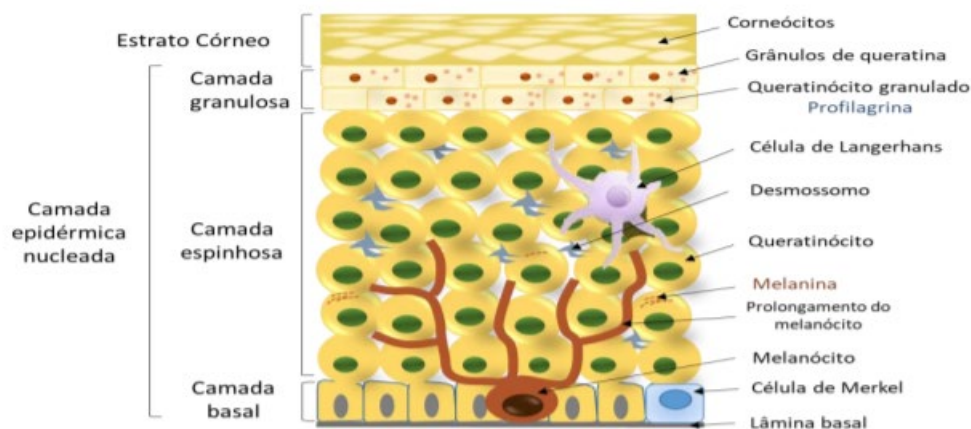
profunda, ligadas a derme pelos hemidesmossomas que estão fixados a membrana basal, esse estrato é constituído de uma única camada de queratinócitos na sua maioria, intercalados por células de Merkel e melanócitos, sendo os melanócitos responsáveis pela produção de melanina que conferem a pigmentação da pele. A partir da divisão dessas células se forma o estrato granuloso (KHAVKIN; ELLIS, 2011; VENUS; WATERMAN; MCNAB, 2010; COSTA, 2016; DA COSTA, 2016; GONDIM, 2012; CAUSSA; VILA, 2015; LOPES, 2017).

O estrato espinhoso ou de Malpighi está localizado sobre o estrato basal e se constitui de 8 a 10 camadas de células, contem desmossomos e célula de Langerhans que participam da função imunitária. O estrato granuloso antecede o espinhoso e está constituído por 2 a 5 camadas de células achatadas com estrutura granular devido a presença de grãos de queratohialina que atuam como barreira e participam da coesão entre as células devido a sua elevada quantidade de lipídios, fosfolipídios e proteínas. Na superfície desse estrato, o núcleo e organelas da célula se desintegram e a célula morre, formando o estrato córneo (KHAVKIN; ELLIS, 2011; VENUS; WATERMAN; MCNAB, 2010; COSTA, 2016; DA COSTA, 2016; GONDIM, 2012, LOPES, 2017).

O estrato córneo é a camada mais superficial da epiderme e contém várias camadas de células pavimentosas mortas, unidas por desmossomos, denominadas corneócitos, são queratinócitos mortos, anucleados e queratinizados, elas são ricas em queratina, lipídios e água, formando uma barreira impermeável (KHAVKIN; ELLIS, 2011; VENUS; WATERMAN; MCNAB, 2010; COSTA, 2016; DA COSTA, 2016; GONDIM, 2012, LOPES, 2017).

A espessura do estrato córneo pode variar de acordo com a região do corpo, chegando a 1,5 mm nas plantas dos pés e palma das mãos, onde ganha uma camada adicional palmo-plantar, o estrato lucido, essa camada é composta por células mortas, homogêneas e translúcidas cuja função é de proteção. A renovação celular dura aproximadamente 28 dias, podendo sofrer alterações ocasionada por processos patológicos (KHAVKIN; ELLIS, 2011; LOPES, 2017; VENUS; WATERMAN; MCNAB, 2010; COSTA, 2016; DA COSTA, 2016; GONDIM, 2012).

Figura 2- Camadas da epiderme.



Fonte: (SOUSA, 2018).

Segundo Naylor; Watson; Sherratt (2011), a derme é composta por substancia fundamental amorfa, anexos cutâneos córneos e diversas células, dentre elas, temos o fibroblastos, responsável pela síntese de colágeno e elastina, ela está localizada acima da hipoderme e abaixo da epiderme, unida a ela pela junção dermoepidêmica, uma estrutura composta por fibroblastos, esses formam o colágeno e a elastina que oferecem resistência contra forças externas que causam deformação, servindo como barreira impermeável, e realizando a sinalização para crescimento e regeneração tecidual. A derme possui espessura variável e grande resistência contra agressões mecânicas, nela se encontram estruturas vasculares e nervosas, glândulas sebáceas e sudoríparas e folículos pilosos. Embaixo da derme, há também, a hipoderme, formado por tecidos fibrosos, elásticos e gordurosos. (VENUS; WATERMAN; MCNAB, 2010; COSTA, 2016; DA COSTA, 2016; GONDIM, 2012; FONTENELE; CARDOSO, 2011).

O colágeno é a proteína mais abundante e funcional presente no corpo humano, ela constitui o arcabouço extracelular em todos os seres vivos, oferece resistência e integridade estrutural a vários órgãos e tecidos, atua também no processo de cicatrização e/ou regeneração tecidual além de auxiliar na hidratação da pele. Há dezenove classes distintas de colágeno, distribuídas entre tipos I a XIX. O tipo I é o mais abundante no corpo humano, ele é o mais importante para a elasticidade do tecido, enquanto o tipo IV, integra a junção dermoepidêmica e membrana basal. O colágeno representa 30% da derme total e 75% deste, é formado pelo colágeno tipo I e tipo III (VENUS; WATERMAN; MCNAB, 2010; GONÇALVES *et. al.*, 2015; COSTA, 2016).

A elastina é uma proteína fibrosa com resistência elástica que permite que a pele recupere sua forma original após ser tracionada. Essas fibras são finas na derme papilar, permitindo que haja ramificações verticais em relação à epiderme, e grossas com orientação horizontalizada na derme reticular (WANG et al, 2015; GONÇALVES *et. al.*, 2015; COSTA, 2016). Elasticidade é a capacidade da pele em retornar ao seu estado inicial, após cessarem as forças que provocam essa extensão. Esta capacidade depende da atividade das fibras elásticas e colágenas, e do estado de hidratação da substância fundamental, determinando a importância da manutenção do conteúdo hídrico da pele (LOPES, 2017).

A derme se segmenta em derme superficial ou papilar, esta localizada na junção dermoepidérmica, ela é muito vascularizada, rica em fibras e terminações nervosas, viabilizando os trocas metabólicos com a camada germinativa, possui várias células e finos feixes fibrilares; já a derme profunda ou reticular, está localizada na parte inferior da derme, ela é composta por feixes calibrosos de colágeno, e finalmente a derme adventícia, constituída por finos feixes de colágeno, distribuída entre os anexos e vasos (HWANG; YI; CHOI, 2011; LOPES, 2017; AZIZ *et. al.*, 2016; DA COSTA, 2016; VENUS; WATERMAN; MCNAB, 2010; GONDIM, 2012; FONTENELE; CARDOSO, 2011; COSTA, 2016).

A hipoderme é a camada mais profunda da pele localizada abaixo da derme reticular, ela se relacionando em sua porção superior com a derme profunda, constituindo-se a junção dermo-hipodérmica. A hipoderme possui espessura variável e está formada exclusivamente de adipócitos, colágeno e vasos sanguíneos, esses com maior calibre que os da derme, ela se comporta como uma tela subcutânea, tecido subcutâneo ou fáscia superficial. Ela funciona como um reservatório de energia que se denomina tecido adiposo, um isolante térmico que além de amortecer a pele permitir sua mobilidade sobre os tecidos adjacentes (FONTENELE; CARDOSO, 2011; COSTA, 2016; GONDIM, 2012; LOPES, 2017; DA COSTA, 2016).

A distribuição do tecido adiposo não é uniforme em todas as regiões do corpo, algumas regiões podem não acumular gordura, como as pálpebras, a cicatriz umbilical, a região do esterno, o pênis, e as dobras articulares. Em outras regiões em contra partida, há maior acúmulo de tecido adiposo: a porção proximal dos membros e as porções laterais da parede abdominal (FONTENELE; CARDOSO, 2011; COSTA, 2016; GONDIM, 2012; DA COSTA, 2016).

2.2 HISTOLOGIA

A histologia estuda os tecidos do organismo e os fluidos orgânicos que contêm células. Diversas células e a matriz extracelular formam os tecidos. Há uma variedade de tecidos no corpo humano, eles se dividem em quatro grupos: tecido epitelial, tecido conjuntivo, tecido muscular e tecido nervoso. Os tecidos epiteliais e conjuntivos são os principais tecidos encontrados na pele, nas camadas epiderme e derme (DA COSTA, 2016; LOPES, 2017; COSTA, 2016).

2.2.1 Tecido epitelial e tecido conjuntivo

O tecido epitelial é composto por células unidas entre si pela matriz extracelular. O epitélio de revestimento e o epitélio glandular são categorias fundamentais do tecido epitelial, eles se diferenciam de acordo com a sua estrutura e suas funções. O epitélio de revestimento envolve as cavidades internas e externas do corpo humano, recobrando a porção interna da cavidade oral, fossas nasais, estômago e intestinos, e a porção externa, é a epiderme. O tecido epitelial se classifica de acordo com o número de camadas de células, podendo ser epitélio simples, apresenta uma única camada de células ou estratificado com mais de uma camada celular. Os epitélios simples e estratificado podem ser subdividir em pavimentoso (plano), cúbicos e prismáticos, de acordo com a forma das suas células (DA COSTA, 2016; LOPES, 2017; COSTA, 2016).

O tecido conjuntivo apresenta fibroblastos, macrófagos, linfócitos, plasmócitos, mastócitos, adipócitos e leucócito, separadas por um abundante material extracelular ou substância fundamental, ele é classificado em tecido conjuntivo frouxo e denso, o frouxo é encontrado na pele, nas mucosas e nas glândulas, o denso é encontrado nos tendões musculares. As principais fibras do conjuntivo são as colágenas, reticulares e elásticas. As fibras colágenas compõem 95% do tecido conjuntivo da derme, sendo mais delgadas e laxos na derme papilar e mais espessos e compactos na reticular (DA COSTA, 2016; LOPES, 2017; COSTA, 2016).

O colágeno pode ser classificado de acordo com sua estrutura e função em colágenos que formam fibras, colágenos associados a fibras, colágenos que formam redes e colágenos de ancoragem. O colágeno que formam as fibras se une para sintetiza-las, pertencem a esse

grupo os colágenos tipo I, II, III, V e XI. O tipo I é o colágeno mais numeroso no corpo humano, presente nos ossos, dentina, tendões, envoltórios de inúmeros órgãos, derme entre outros. O colágeno associado as fibras fundem as fibras colágenas umas às outras e aos elementos da matriz extracelular, participam desse grupo os colágenos tipo IX e XII. O colágeno que forma a rede é um dos principais integrantes da lâmina basal, sendo assim o tipo IV, e o colágeno de ancoragem é do tipo VII, ele faz a união do colágeno tipo I às lâminas basais (DA COSTA, 2016; LOPES, 2017; COSTA, 2016).

As fibras colágenas conferem força de tensão as lesões no decorrer da fase de cicatrização. Nos tecidos saudáveis, o metabolismo resume-se em homeostase entre biossíntese e degradação. Quando ocorre uma lesão tecidual os fibroblastos não se dividem, mas durante a reparação tecidual eles entram em mitose para a cicatrização da lesão e realizam a síntese de fibras colágenas e elásticas (DA COSTA, 2016; LOPES, 2017; COSTA, 2016).

As fibras reticulares são semelhantes às fibras colágenas, pois também formam fibrilas, mas com aspecto estriado e são compostas de colágeno tipo III, porém diferenciam-se das reticulares por serem mais delgadas e em forma de rede, não formando fibras espessas. As fibras reticulares estão no tecido conjuntivo frouxo, associado aos epitélios, pequenos vasos sanguíneos, nervos e células musculares, curtas, finas e inelásticas. As fibras reticulares são distintas das fibras elásticas, as reticulares são mais delgadas e não apresentam estriação longitudinal (DA COSTA, 2016; LOPES, 2017; COSTA, 2016).

As fibras elásticas são delgadas, de cor amarelada que têm como principal componente a elastina, sendo está muito mais resistente que o colágeno e a micro fibrila elástica, ela cede a grandes forças de tração e são capazes de retornar facilmente ao seu aspecto original. A elastina é uma fibra elástica curta e sobreposta, fabricada por um precursor secretado pelos fibroblastos, tal como o colágeno, sendo responsável pela elasticidade da pele, capaz da distensibilidade de 100 a 140%. Anomalias relacionadas as fibras elásticas logram ser encontradas na pele de idosos, de jovens diabéticos ou portadores de estrias atroficas (DA COSTA, 2016; LOPES, 2017; COSTA, 2016).

2.3 PROCESSO DE REPARO TECIDUAL

Em concordância com o Portal Educação (2021) o processo de reparação dos tecidos, também denominado cicatrização, é um fenômeno muito complexo, que tem por objetivo

restabelecer a morfologia e funcionalidade de um tecido lesado, é uma cascata sistematizada de acontecimentos que interagem para que ocorra a restauração tecidual. Esse processo depende de fatores relacionados ao tipo de pele, a localização do tecido a ser reparado, a idade do paciente, a saúde geral e nutricional no paciente, o tipo de lesão tecidual e o nível de ressecamento da pele durante o reparo.

O processo de cicatrização se subdivide em fases, sendo elas a fase inflamatória, a fase proliferativa e a fase de remodelamento, essas fases são interdependentes e ocorrem simultaneamente. Inicia-se com a fase inflamatória, que vai desde o momento em que ocorre a lesão tecidual e perdura de 24 a 48 horas, se configura por exibir calor, rubor, edema e dor, com a possibilidade de perda parcial ou total das funções celulares, ocorre também a limpeza da área lesada, com a remoção dos tecidos desvitalizados e a migração de linfócitos, mediadores químicos, neutrófilos e macrófagos. Os macrófagos fagocitam os tecidos sem vitalidade, secretam agentes quimiotáticos que atraem para o local da lesão outras células inflamatórias e produzem prostaglandinas que são potentes vasodilatadores que afeta a permeabilidade dos micros vasos (ALBUQUERQUE, *et. al.*, 2010; PORTAL EDUCAÇÃO, 2021).

A segunda fase é a proliferativa, nela ocorre o fechamento da lesão. Ela é subdividida em três subfases: A reepitelização, quando os queratinócitos das laterais da lesão e dos anexos epiteliais migram para a lesão. A segunda subfase é a fibroplasia, quando ocorre a formação de elastina e colágeno tipo III, imaturo, desorganizado e com pouca resistência, e por fim, a angiogênese, a última subfase momento que ocorre a formação de um novo tecido e criação dos novos vasos. O tecido de granulação e novos vasos juntamente com os macrófagos, fibroblastos e células epiteliais vão preencher a lesão, a ferida se contrai reduzindo o seu diâmetro. A fase proliferativa dura de três dias a três semanas (ALBUQUERQUE, *et. al.*, 2010; PORTAL EDUCAÇÃO, 2021).

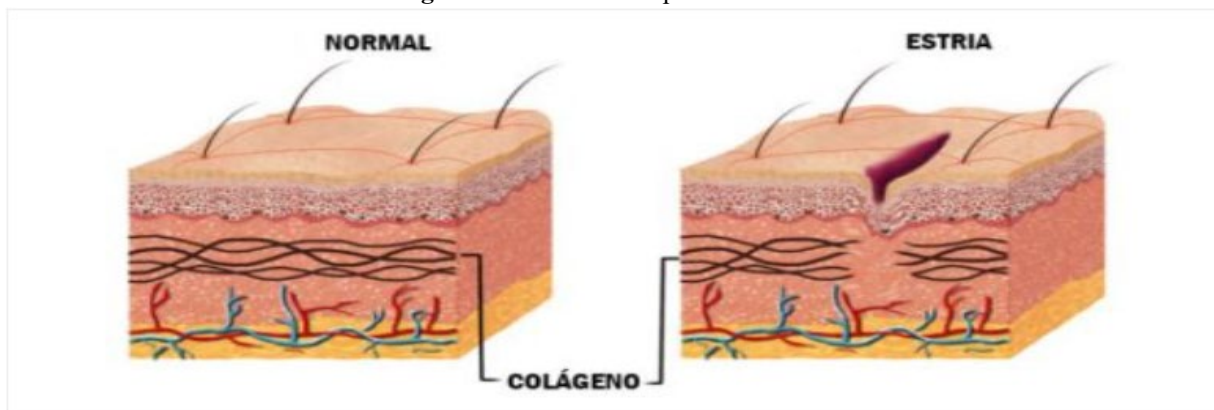
O Remodelamento é a terceira e última fase da cicatrização, é a maior fase podendo perdurar por anos, nela ocorre o realinhamento das fibras de colágeno do tecido cicatricial, diminuindo a cicatriz e aumentando a força tensão, isso ocorre devido a substituição do colágeno tipo III pelo tipo I que passar e ser organizado e funcional (ALBUQUERQUE, *et. al.*, 2010; PORTAL EDUCAÇÃO, 2021).

2.4 ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA DA EPIDERME E DERME

Mudanças nessas estruturas ocasionam alterações na espessura do tecido conectivo que aliado a maiores tensões sobre a pele produzem estriações cutâneas. As fibras elásticas com lesões recentes, estão estriadas e nas lesões antigas, se desmembram se concentrando em locais isolados, explicando essa leve depressão na textura da pele que é visível em estrias albas. Há três classes de lesões dérmicas que apresentam diferentes alterações nas fibras elásticas e colágenas, na substância fundamental amorfa e nos fibroblastos. São elas, as estrias atróficas, a lesão senil da derme papilar, a lesão senil da derme reticular e a cicatriz (ALBUQUERQUE, *et. al.*, 2010; PORTAL EDUCAÇÃO, 2021).

A estria é um processo degenerativo cutâneo benigno com variação da cor conforme sua fase de evolução. Caracteriza-se clinicamente pela morfologia linear, atrófica e superficial, com discretas ondulações e mínimas rugas que desaparecem quando tracionadas. Sua evolução clínica é semelhante as fases da cicatrização, se comparadas com a pele de aspecto normal. Possuem redução das fibras colágenas e elásticas, figura 3, podendo apresentar-se no início rubras, ou seja, com aspecto avermelhado ou albas, pois após 4 a 18 meses se tornando esbranquiçadas ou nacaradas. A variação da cor depende da presença ou não dos componentes microvasculares, do tamanho e atividade dos melanócitos e do fototipo do paciente, fototipos mais elevados tendem a ter estrias Hiperocrômicas (DA COSTA, 2016; COSTA, 2016; MAIO, 2016; ALBUQUERQUE, *et. al.*, 2010; PORTAL EDUCAÇÃO, 2021).

Figura 3- Pele normal e pele com estria



Fonte: (ALDAHAN *et. al.*, 2016)

2.4.1 As Estrias atróficas e estrias distensivas

Em 1773 Roederer realizou o primeiro estudo clínico de estrias em gestantes, em 1989, Troisier e Menetrier nomearam as estrias como doença inócua e desfigurante, Unna em 1984 criou a hipótese de que fatores endógenos influenciam as fibras elásticas do tecido conjuntivo e em 1936 Nardelli nomeou como estrias atróficas e nos dias atuais as estrias continuam sendo um desafio para os profissionais no que se refere a avaliação e tratamento (ALBUQUERQUE, *et. al.*, 2010; PORTAL EDUCAÇÃO, 2021; DA COSTA, 2016; MAIO, 2011; BUCHANAN; FLETCHER; REID, 2010).

As estrias atróficas apresentam aspecto cicatricial, hipocromia e flacidez central, criando uma depressão média. As estrias albas ou nacaradas são estrias maduras que também são consideradas atróficas, figura 5. Já as estrias, rubras são recentes e eritematosas devido ao aumento da vascularização local, figura 4. No que se refere as estrias cerúlas tem coloração azulada e são comuns em portadores da síndrome de Cushing ou usuários de corticoide por longos períodos, figura 6. As estrias enegrecidas são chamadas de estrias nigra, elas aparecem em indivíduos do fototipo IV e V, figura 7 (ALBUQUERQUE, *et. al.*, 2010; PORTAL EDUCAÇÃO, 2021).

Figura 4- Estrias Rubras



Fonte: AL-HIMDANI *et. al.*, 2012

Figura 5- Estrias Albas



Fonte: BUCHANAN; FLETCHER; REID, 2010

Figura 6- Estrias Cerúlas



Fonte: COSTA, 2016

Figura 7- Estrias Nigra



Fonte: FAAD, 2015

As *striae distensae* são estrias de distensão, estabelecidas como atrofia tegumentar adquirida que se propagam na derme, suas fibras elásticas são escassas na região periférica da estria e inexistentes na região central. São nomeadas atróficas devido as suas características, pois a atrofia é uma diminuição de espessura da pele, e as estrias são causadas pela ruptura das fibras colágenas e elásticas da derme. Elas tendem a ser simétricas e bilaterais e podem surgir em todos os tipos de pele. Possui diversas nomenclaturas levando em consideração o idioma, etiologia, aspecto da pele, e de acordo com a situação em que ocorrem, popularmente conhecidas como estrias, elas podem ser estrias de distensão (*striae distensae*), estrias atróficas, estrias gravídicas (*striae gravidarum*), *striae albicante* e *striae infectiosae* (ALBUQUERQUE, *et. al.*, 2010; PORTAL EDUCAÇÃO, 2021; DA COSTA, 2016; MAIO, 2011; BUCHANAN; FLETCHER; REID, 2010).

2.4.2 Striae Gravidarum

Durante a gestação ocorrem alterações endocrinológicas, imunológicas, metabólicas e vasculares que afetam todo o corpo inclusive a pele. As estrias ocorrem durante a gravidez devido a fatores mecânicos, genéticos e hormonais, além de história familiar, cor e fototipo da pele, idade da gestante, idade gestacional, peso do feto, diabetes, peso materno e a presença de estrias anteriores a gestação. As estrias gestacionais são alterações cutâneas benignas que afetam de 50 a 90% das gestantes, geralmente ocorrem a partir do segundo trimestre de gestação e tem preferência pela região abdominal, mamas, glúteos, coxas e axilas. As gestantes podem experimentar prurido local das estrias e caso a gestante a coce pode lesionar o local e causar infecção. As gestantes portadoras de *striae gravidarum* podem sofrer impactos psicológicos negativos, resultando em diminuição da autoconfiança e angustia. Essas lesões são de difícil prevenção e tratamento (VORA *et. al.*, 2014; TAAVONI *et. al.*, 2011; UD-DIN *et. al.*, 2013; COSTA, 2016; WANG, *et. al.*, 2015; NARIN *et. al.*, 2015; BUCHANAN; FLETCHER; REID, 2010; SOLTANIPOUR *et. al.*, 2014).

2.4.3 Estágios de evolução das estrias

As estrias Rubras se referem ao estágio agudo da evolução das estrias, são denominadas imaturas, figura 4. São lesões eritematosas, avermelhadas e um pouco elevadas,

podem ser sintomáticas, com a presença de prurido, queimadura e desconforto ou serem assintomáticas, elas estão perpendiculares ao sentido da tensão da pele. No estágio crônico as estrias são atróficas, enrugadas e hipopigmentadas, ou seja, ausência de do processo de melanização, elas estão paralelas a linha de tensão da pele, são denominadas estrias albas ou maduras, figura 5. Geralmente são assintomáticas, mas em casos raros podem apresentar urticaria, edema, despigmentação, ulceração, deiscência e enfisema subcutâneo. Em indivíduos de pele branca, as estrias iniciam como lesões eritematosas rosadas de superfície lisa e tensa e gradativamente perdem a pigmentação tornando-se atróficas e brancas (LOPES, 2017; UD-DIN; MCGEORGE; BAYAT, 2016; DEVILLERS *et. al.*, 2010; ERSOY *et. al.*, 2016; ROSS *et. al.*, 2017; AL-HIMDANI *et. al.*, 2014; NAPOMUCENO; DA-SILVA, 2018; COSTA, 2016; SAVAS *et. al.*, 2014; WANG *et. al.*, 2015 GILMORE *et. al.*, 2012).

2.4.4 Etiologia, epidemiologia e histo-patogenia das estrias

Até o momento, todavia não se conhece de fato as causas para o aparecimento das estrias, porem há teorias que se esforçam para justificar sua etiologia. A teoria mecânica enfatiza que o fato da pele sofrer um estiramento, ruptura ou perda das suas fibras elásticas dérmicas, seja devido ao aumento excessivo e/ou repentino da área corporal, demonstrando um possível mecanismo para surgimento das estrias, como em casos de obesidade e seu aumento excessivo do tecido adiposo, podendo ocorrer também durante a gravidez, puberdade, atividade física vigorosa e crescimento. A teoria endocrinológica se baseia no entendimento que o uso terapêutico de hormônios adrenais corticais, produção de glicocorticoides aumentada, o uso indiscriminado de anabolizantes, distúrbios nutricionais bioquímicos, distúrbios hormonais e iatrogenias estão associadas ao aparecimento das estrias com efeito localizado em algumas regiões corporais (COSTA, 2016; NARIN, *et. al.*, 2015; FAAD; MD, 2015; LOPES, 2017; FARAHNİK, *et. al.*, 2017).

A teoria infecciosa preconiza que seria os processos infecciosos os causadores de danos às fibras elásticas e então os responsáveis pelo aparecimento das estrias. Há relatos surgimento das estrias após a febre tifoide, febre reumática e outras infecções, além das hepatopatas crônicas, hepatite crônica, síndrome de Marfan, síndrome de Cushing, pseudo xantoma elástico, caquexia e síndrome de Buschke Ollendorf. A predisposição genética e familiar seria a teoria genética, pois se supõe que a expressão dos genes determinantes para

formação do colágeno, elastina e fibronectina estariam diminuídas em pacientes portadores dessa afecção, alterando no metabolismo dos fibroblastos ou causando uma deficiência do tecido conjuntivo (COSTA, 2016; NARIN *et. al.*, 2015; ROSS *et. al.*, 2017; LOPES, 2017).

A respeito da teoria hormonal, ela se baseia no entendimento que os hormônios esteroides influenciariam a atividade catabólica dos fibroblastos, diminuindo assim a quantidade de colágeno na matriz dérmica, então as alterações nas concentrações de estrogênios, androgênios e glucocorticoides explicando o fato dos adolescentes e as gestantes estarem no grupo de alto risco para o aparecimento das estrias, e ainda associados ao crescimento rápido e o aumento de peso, além das alterações hormonais que ocorrem (COSTA, 2016, NARIN *et. al.*, 2015; WANG *et. al.*, 2015; LEDOUX *et. al.*, 2011; ROLFE; WURM; GILMORE, 2012; LOPES, 2017). As gestantes, adolescentes e portadores de doenças endócrinas são considerados os grupos com maior predisposição ao desenvolvimento das estrias, devido aos fatores hormonais, mecânicos e endócrinos respectivamente. As estrias são mais comuns no sexo feminino do que no masculino, tem preferência pela raça negra, e é mais comum em gestantes jovens, geralmente aparece por volta do sexto e sétimo mês de gestação, mas há relatos de antes das 24 semanas de gestação. As estrias podem ter maior incidência em fumantes do que não fumantes (ROSS, *et. al.*, 2017; LOPES, 2017; SAVAS *et. al.*, 2014).

A nível tissular a pele normalmente se apresenta com pequenos feixes de colágeno e fibras de elastina que gradualmente vão aumentando sua espessura em direção as camadas mais profundas da pele. No momento em que as estrias se tornam visíveis na pele, é sinal de que ocorreram alterações no colágeno, elastina e fibrilina, componentes da pele que fornecem resistência a tração e elasticidade. Nas estrias rubras as fibras teciduais estão finas e em grande quantidade na derme papilar e espessas e desorganizadas na periferia, os vasos dérmicos estão dilatados, pode haver edema e a presença de linfócitos perivascularares. As fibras de elastina e fibrilina reduzem a quantidade e são reorganizadas, ocorrem câmbios estruturais nas fibras de colágeno se tornando densas e compactas nas linhas paralelas. (HAGUE; BAYAT, 2017; LOPES, 2017).

Nas estrias albas se pode observar atrofia epidérmica, pouca vascularização e as fibras de colágeno horizontais estão densas, compactadas, finas, fragmentadas e de aspecto cicatricial. A epiderme está mais fina e plana, as fibras elásticas estão separadas e fragmentadas, os mastócitos sofrem desgranulação o que resulta na ativação dos macrófagos, intensificando

a elastólise. A fibrilina da junção dermoepidérmica e a elastina dérmica papilar diminui sua quantidade e a elastina e as fibras de fibrilina da derme reticular se realinham, produzindo o aspecto atrófico das estrias albas (HAGUE; BAYAT, 2017; LOPES, 2017; REZENDE; PINHEIRO; MENDONÇA, 2016; EL TAIEB; IBRAHIM, 2016; REZENDE; PINHEIRO; MENDONÇA, 2016; KASIELSKA-TROJAN; OBCZAK; ANTOSZEWSKI, 2015; PARK *et. al.*, 2012; SAVAS *et. al.*, 2014; WANG *et. al.*, 2015; UD-DIN *et. al.*, 2013).

2.4.5 Métodos de avaliação das estrias no pré e pós procedimento

São usados métodos visuais e métodos com dispositivos de imagem para avaliar as estrias. O método de Davey é visual, o abdômen é dividido em quadrantes usando linhas verticais e horizontais, usando a cicatriz umbilical como referência central, e então cada quadrante é avaliado quanto a quantidade de estrias, sendo 0 para ausência, 1 para moderado, 2 para muitas. A pontuação de Atwal também é um método visual em que se quantifica a presença de estrias e eritema no abdômen, quadris, mama, coxas e nádegas. Sendo 0 para ausência de estrias e/ou ausência de eritema, 1 para <5 estrias e/ou presença de eritema vermelho claro, 2 para 5-10 estrias e/ou eritema vermelho escuro e 3 para > 10 estrias e/ou eritema roxo (AL-HIMDANI *et. al.*, 2014; LOPES, 2017).

A dermatoscopia é o método de avaliação complementar a avaliação clínica das estrias em que se utiliza um dermatoscópio para avaliar as lesões da pele, oferecendo um aumento de 10 vezes, permitindo avaliar as estruturas da epiderme, da junção dermoepidérmica e da derme papilar e reticular superficial, não visíveis a olho nu, nas estrias rubras há uma hipermelanose e nas estrias albas uma leucoderma secundária e melanócitos reduzidos. A Colorimetria de epi luminescência é um método de avaliação em que se usa o colorímetro de epi luminescência acoplado a um computador para medir a cor das estrias em pequenas áreas definidas (AL-HIMDANI *et. al.*, 2014; LOPES, 2017).

Na Microscopia confocal de reflexão se usa uma fonte pontual de luz que ilumina uma pequena área e a fotografa, sendo possível visualizar as fibras de colágeno e elastina, em áreas com estrias a pele está com mais rugosidades do que na pele adjacente. É possível obter imagens da epiderme e derme papilar e reticular superficial e profunda. Com a câmera primos 3D é possível produzir uma imagem 3D, e assim avaliar a topografia da superfície da pele, da derme e da hipoderme (AL-HIMDANI *et. al.*, 2014; LOPES, 2017).

A fotodocumentação vem sendo utilizada durante a análise da condição pré e pós tratamento permitindo o acompanhamento da resposta ao tratamento realizado e a demonstração dos resultados para o paciente. A fotografia científica é um método padrão, não invasivo, rápido, de baixo custo, preciso e de fácil utilização para o acompanhamento da área de uma lesão, sendo necessário possuir a câmera fotográfica e um computador com software para arquivar as imagens. Os profissionais da área de estética utilizam o registro fotográficos devido ao fácil acesso as informações no momento de apresentar aos seus pacientes os resultados do tratamento, apresentando ainda, versatilidade em estudos acadêmicos. Deve-se tomar precauções para tirar boas imagens, atentando-se com maquina, que deve ser de qualidade e estar posicionada em local fixo, o lugar e a iluminação adequada, O uso de flash pode comprometer a imagem (RODRIGUES *et. al.*, 2013; ALGHAMDI *et. al.*, 2012; TABERNER; CONTESTÍ, 2010; COSTA, 2016; TAHERI; YENTZER; FELDMAN, 2013).

2.4.6 Estratégias para prevenir e/ou retardar as Estrias Cutâneas

É fundamental prevenir e/ou retardar o aparecimento das estrias, alguns cosméticos de uso tópico podem ser usados com o intuito de manter a elasticidade e hidratação da pele. São usados produtos específicos para cada tipo de estria e para cada fototipo de pele. Na estria rubra é possível reduzir o eritema, o edema e a irritação e na estria alba é possível aumentar a produção de colágeno, fibras elásticas, melhorar a hidratação e reduzir a inflamação. Os cosméticos tópicos utilizados na prevenção das estrias, geralmente tem ação emoliente pois contém componentes lipídicos como óleos, ceras, extratos com fito esteroides entre outros e ação nutritiva capaz de regenerar o tecido, tais como o ácido hialurônico e vitaminas e por fim ação reparadora, como antioxidantes. Alguns ativos podem trazer benefícios no tratamento e prevenção das estrias, tais como, a manteiga de cacau, a centella asiática, óleo de amêndoas, lanolina, estearina, trietanolamina, glicerina e colágeno hidrolisado (LOPES, 2017; RIBEIRO *et. al.*, 2015; COSTA, 2016; WANG *et. al.*, 2015; BUCHANAN; FLETCHER; REID, 2010; MOORE; KELSBERG; SAFRANEK, 2012; SOLTANIPOUR, *et. al.*, 2014; TAAVONI *et. al.*, 2011; HERNÁNDEZ *et. al.*, 2013).

2.4.7 Tratamento para as estrias

Diversas são os procedimentos terapêuticos indicados para amenizar a aparência das estrias, porém ainda não existe um tratamento padrão que seja capaz de eliminar totalmente as estrias. As abordagens realizadas durante o estágio inicial têm melhores resultados pois quando as estrias evoluem para o estágio final, torna-se difícil amenizar a sua aparência. É fundamental a correta gestão das expectativas quanto aos resultados do tratamento, os pacientes devem estar cientes dos possíveis resultados e das suas características individuais, além dos cuidados pré e pós tratamento, seus possíveis efeitos colaterais do procedimento e a importância do uso do protetor solar (SOLTANIPOUR et al, 2012; COSTA, 2016; EL TAIEB; IBRAHIM, 2016; ROSS *et. al.*, 2017; KAUSHIK; ALEXIS, 2017).

Dentre os procedimentos mais utilizados no tratamento das estrias estão os lasers fracionados ablativos e não ablativos, cujo mecanismo de ação é a estimulação da produção de colágeno, ele remove a epiderme e causa danos a derme promovendo a regeneração do colágeno. Os lasers fracionados atingem áreas específicas causando danos a tecidos específicos, enquanto os lasers tradicionais visam uma área de pele maior. Os lasers fracionados ablativos (LFA) têm comprimentos de onda entre 2.940 nm a 10.600 nm, gerando à destruição total da espessura da pele, eles estão associados a intervenções mais profundas, sendo necessário um período maior de recuperação e aumento dos riscos de complicações em pacientes com fototipo IV a VI. Este estudo focara no estudo do Laser de dióxido de carbono (CO₂) fracionado (KAUSHIK; ALEXIS, 2017).

2.4.7.1 Laser fracionado de dióxido de carbono (CO₂)

Este tipo de laser é eficiente em processos de cicatrização pois interferem na camada epidérmica e assim penetram profundamente na derme. A ablação e a coagulação do tecido incitam a neocolagênese e a deposição de elastina no decorrer da cicatrização. Apresenta um risco de Hiperpigmentação pós-inflamatória principalmente em fototipos mais altos. O laser de CO₂ surge como uma opção para o tratamento das estrias cutâneas, principalmente nas estrias atróficas, apesar dos relatos de efeitos colaterais consideráveis como a dor, hiperpigmentação, eritema e crosta pós-intervenção, esses efeitos são bem aceitos pelos pacientes. Comparado com os lasers não ablativos, o Laser de CO₂ é mais doloroso e requer

maior tempos de recuperação (ALDAHAN, *et. al.*, 2016; AL-HIMDANI *et. al.*, 2014; HAGUE; BAYAT, 2017; YANG; LEE *et. al.*, 2011; LOPES, 2017).

Lee et al (2010), realizaram um estudo com o laser fracionário de CO₂ de 10,600nm em voluntárias com estrias de distensão, houve enorme melhora na metade das voluntarias, porem algumas apresentaram hiperpigmentação, eritema e crostas no pós procedimento. O estudo realizado por Marques *et. al.* (2012) a respeito do laser fracionário de CO₂ para tratamento de estrias, demonstram um acréscimo na espessura da epiderme, e um aumento na quantidade de fibras colágenas e elásticas após o tratamento. sugerindo que esse procedimento seria uma opção promissora para o tratamento das estrias devido a remodelação dérmica que ele provoca (MARQUES *et. al.*, 2012).

Dentre os recursos terapêuticos da eletroterapia, os lasers ablativos fracionários, são os que apresentaram maiores efeitos colaterais, no entanto estes efeitos tendem a ser recuperados semanas após o término do tratamento. Dentre os efeitos encontrados podemos citar o edema, o eritema e a hiperpigmentação. O emprego do laser terapêutico colabora no processo de cicatrização, pois ele estimula produção de ATP, que potencializa a atividade mitótica e mitocondrial, que por tabela favorece a síntese proteica propiciando a regeneração dos tecidos afetados pelas estrias. Na sequência, há a estimulação da microcirculação e do subsídio nutricional que incentiva o aumento da velocidade mitótica, multiplicando as células. E por fim, sucede a neoformação vascular e o processo de vasodilatação (CROCCO; MANTOVANI; VOLPINI, 2012; LEE *et. al.*, 2010; SHIN *et. al.*, 2011).

Os lasers ablativos são eficazes na cicatrização, pois causam danos na camada epidérmica e penetram até a derme profunda. A ablação e a coagulação de tecidos estimulam a neocolagênese e a deposição de elastina durante a cicatrização. Entretanto, é preciso precaução no tratamento de pacientes com fototipos altos, pois estes possuem maior risco de hiperpigmentação pós-inflamatória (YANG; LEE, 2011; SAVAS *et. al.*, 2014; SHUN *et. al.*, 2011).

2.4.7.1.1 Método de aplicação do laser de CO₂ fracionado

A pele do paciente a ser tratada precisa ser preparada com antecedência mínima de 15 dias do procedimento com a fórmula tríplice contendo tretinoína 0,05%, hidroquinona 4% e acetinado fluocinolona 0,01%, é indicado também que o paciente realize a terapia anti-

herpética, com aciclovir 400mg 8/8h iniciada um dia antes do procedimento e mantida por cinco dias. É indicado a aplicação de anestésico tópico no local 30 a 45 minutos antes do procedimento, este deve ser removido antes da aplicação do Laser. O aparelho deve ser calibrado para potência de 30mJ e então deve-se iniciar a aplicação do laser na longitude da estria. Após o procedimento o paciente deve ser orientado a lavar a o local duas vezes ao dia e nele aplicar vaselina sólida durante cinco dias (YANG; LEE, 2011; SAVAS, *et. al.*, 2014; SHUN *et. al.*, 2011).

2.4.7.1.2 Precauções e contra indicações no uso do laser de co2 fracionado

Vários critérios devem ser observados antes de iniciar um tratamento com o Laser CO2 fracionado a fim de evitar complicações. Se o paciente possuir alterações hormonais, o tratamento deve ser descontinuado, pois essas alterações podem estar relacionadas com o surgimento das estrias, está contra indicado para grávidas e pós parto recente, deve-se respeitar o retorno dos níveis hormonais anteriores a gestação. Durante a puberdade evita-se o tratamento por ser um período com grandes alterações hormonais (BORGES, 2010; YANG; LEE, 2011; SAVAS *et. al.*, 2014; SHUN *et. al.*, 2011).

Pacientes portadores de marcapasso e doenças crônicas descontroladas, diabetes, hemofilia, terapias com esteroides e anti-inflamatórios também devem evitar, pois nestas condições poderá haver modificação na resposta inflamatória diferente da esperada com a utilização do laser de CO2 fracionado. Pessoas com propensão a desenvolver queloides e cicatrizes hipertróficas também não devem ser tratadas com o laser (BORGES, 2010; YANG; LEE, 2011; SAVAS *et. al.*, 2014; SHUN *et. al.*, 2011).

2.4.7.1.3 Complicações pós aplicação do laser de CO2 fracionado

Após o procedimento podem surgir complicações suaves como eritemas, erupções superficiais e acneiformes, purpura e edema, estas geralmente tendem a desaparecer em alguns dias pós procedimento. Há também as complicações denominadas moderadas, como infecção, alterações pigmentares, ceratoacantomas eruptivos e toxicidade da anestesia, estas devem ser avaliadas com cautela quanto a necessidade de intervenção medica ou medicamentosa. As complicações graves são cicatrizes e infecção disseminada. O paciente

que apresentar qualquer sinal de infecção deve ser encaminhado para atendimento médico imediato (BORGES, 2010; YANG; LEE, 2011; SAVAS *et. al.*, 2014; SHUN *et. al.*, 2011).

No momento da aplicação do laser a sensação é de calor intenso, com desconforto moderado, de 24 a 48 horas após o procedimento pode haver uma sensação de ardor intenso no local com vermelhidão, pode ocorrer inchaço local e é observado um escurecimento irregular com um toque “áspero” da pele. A partir das 72 horas ocorre uma descamação da camada superficial e recuperação da pele em aproximadamente 7 dias. Os resultados de estímulo de colágeno e reepitelização aparecem em aproximadamente 30 dias. O efeito colateral posterior ao Laser CO2 fracionado mais relatado na literatura é a hiperpigmentação pós inflamatória, mais frequente nos foto tipos mais altos e com parâmetros mais agressivos. Esta complicação pode ser evitada pela utilização de fórmula tríplice na preparação da pele e ainda pela utilização de parâmetros mais agressivos apenas focalmente nas estrias (BORGES, 2010; YANG; LEE, 2011; SAVAS *et. al.*, 2014; SHUN *et. al.*, 2011).

3 METODOLOGIA

Para o presente estudo, foram realizados os seguintes procedimentos: Realizou-se uma pesquisa bibliográfica nas principais bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Lilacs. Tendo em vista que a proposta deste trabalho é realizar uma abordagem avaliativa acerca da eficácia e os benefícios do laser de CO2 fracionado no tratamento das estrias rubras e albas, descrever o seu mecanismo de ação e analisar os resultados apresentados pela literatura científica. Foram utilizadas as seguintes palavras-chaves: anatomia, histologia e fisiologia do tecido epitelial; reparo tecidual; elasticidade do tecido epitelial; estrias e laser de co2 fracionado. A pesquisa bibliográfica foi realizada no período compreendido entre 01 de dezembro de 2020 e 10 de fevereiro de 2021, para materiais publicados nos últimos 10 anos. Para critério de inclusão, os materiais deveriam relacionar-se a ao tecido epitelial, as estrias e ao laser de co2 fracionado para a apresentação da introdução e justificativa revisão teórica e conclusão do presente trabalho. materiais localizados na pesquisa bibliográfica que não contemplassem nenhum dos critérios anteriormente descritos ou que não tivessem disponibilidade de referências não foram selecionados para inclusão neste trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 EFICÁCIA DO LASER DE CO₂ NO TRATAMENTO DAS ESTRIAS RUBRAS E ALBAS

A análise da literatura atual demonstra que em geral os lasers fracionados parecem ser a alternativa mais promissora no tratamento das estrias porque eles podem distribuir uniformemente a energia e também limitar a área de tratamento para dentro da margem da estria. As estrias rubras podem ser tratadas com sucesso com uma variedade de lasers fracionados e não fracionados, muito embora há uma insuficiência de estudos comparativos para decidir qual parâmetros do laser é mais eficaz. Os tratamentos combinados podem produzir melhores resultados clínicos com menos efeitos adversos, mas outros ensaios clínicos randomizados em larga escala serão necessários para validar a sua utilização na prática

O laser fracionado não ablativo pode levar a melhores resultados para estrias distensas, além da recuperação ser mais precoce do que com os lasers ablativos. Por isso, o laser fracionado não ablativo 1.540-nm demonstrou ser uma modalidade terapêutica relevante como linha de frente no combate as estrias. Entretanto, são necessários estudos futuros mais amplos para padronizar protocolos. Pesquisadores futuros devem cogitar incluir maior amostragem, estudos comparativos randomizados de longa duração, com medidas de resultados objetivas como biópsias de pele e estudos moleculares demonstrando aumento das fibras de colágeno e elastina que correlacione com melhoras clínicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a literatura é escassa acerca dos recursos terapêuticos utilizados para o tratamento das estrias. Há necessidade de um maior número de pesquisas sobre este tema, visto que, as estrias continuam sendo um importante alvo de investigação e talvez os estudos sobre a estimulação da remodelação dérmica irá contribuir para a elucidação destas alterações cutâneas. Os recursos terapêuticos, usados de maneira correta por profissionais adequados geram resultados positivos e satisfatórios.

Muitas são as causas do aparecimento das estrias no corpo humano tornando-se uma patologia sem distinção de gênero ou idade. Existem diversos tratamentos estéticos para trata-

las, porém, não há estudos que comprovem sua eficácia para o desaparecimento total das estrias. Essas técnicas podem ser usadas tanto em conjunto como separadas. Cabe ao profissional da área da estética avaliar corretamente e indicar o tratamento mais adequado para cada situação.

Os tratamentos com novas tecnologias ganham mais espaço e são menos dependentes de médicos, pois usam parâmetros preestabelecidos pelos fabricantes dos aparelhos. No entanto, é necessário destacar que o tratamento das estrias é multimodal e variado, com melhores respostas com associação de técnicas, tendo ainda o laser de co2 fracionado o seu papel, com excelentes resultados. O laser de CO2 fracionado demonstrou ser opção segura e eficaz para o tratamento das estrias.

A prevenção e tratamento das estrias permanecem um desafio clínico como evidenciado pela variedade de métodos alternativos existentes para prevenir e tratar as estrias. As limitações incluem poucos ensaios clínicos randomizados para avaliar a eficácia a longo termo e segurança que comparem diferentes modalidades de tratamento que usam métodos de avaliação padronizados universalmente validados. Os lasers fracionados não ablativos, em especial o 1.540-nm, destacam-se como modalidade terapêutica interessante para o tratamento das estrias. Este estudo não tinha a intenção de esgotar esse assunto, outras pesquisas devem ser feitas para dar sequência, pois esse estudo tem relevância e novas pesquisas devem ser realizadas buscando esse entendimento.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. G. *et. al.* Efeitos do laser terapêutico no processo de cicatrização das queimaduras: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Queimaduras**, v. 9, n. 1, p. 21-30, 2010.

ALDAHAN, A. S. *et. al.* Laser and light treatments for striae distensae: a comprehensive review of the literature. **American journal of clinical dermatology**, v. 17, n. 3, p. 239-256, 2016.

ALGHAMDI, K. M. *et. al.* Assessment methods for the evaluation of vitiligo. **Journal of the European Academy of Dermatology and Venereology**, v. 26, n. 12, p. 1463-1471, 2012.

AL-HIMDANI, S. *et. al.* Striae distensae: a comprehensive review and evidence-based evaluation of prophylaxis and treatment. **British Journal of Dermatology**, v. 170, n. 3, p. 527-547, 2014.

AZIZ, J. *et. al.* Molecular mechanisms of stress-responsive changes in collagen and elastin networks in skin. **Skin pharmacology and physiology**, v. 29, n. 4, p. 190-203, 2016.

BORGES, F. dos S.; SCORZA, F. A.; JAHARA, R. S. **Modalidades terapêuticas nas disfunções estéticas**. São Paulo. Phortes, 2010. Paulo.

BUCHANAN, K.; FLETCHER, H. M.; REID, M. Prevention of striae gravidarum with cocoa butter cream. **International Journal of Gynecology & Obstetrics**, v. 108, n. 1, p. 65-68, 2010.

CAUSSA, Jordi Esquirol; VILA, Elisabeth Herrero. Factor de crecimiento epidérmico, innovación y seguridad. **Med. clín (Ed. impr.)**, p. 305-312, 2015.

COSTA, C. F. da C. S. **Utilização de corrente microgalvânica para o desenvolvimento de dois protocolos para tratamento de estrias albas**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

CROCCO, E. I.; MANTOVANI, P. A.; VOLPINI, B. M. Fornazier. Em busca dos tratamentos para Striae Rubra e Striae Alba: o desafio do dermatologista. **Surgical & cosmetic dermatology**, v. 4, n. 4, p. 332-337, 2012.

DA COSTA, R. S. Principais Métodos para Tratamento Estético de Estrias. **Instituto de Ensino Superior e Pesquisa**. Recife, 2016.

DANTAS, J. B. **Um ensaio sobre o culto ao corpo na contemporaneidade**. 2011.

DEVILLERS, C. *et. al.* High resolution skin colorimetry, strain mapping and mechanobiology. **International journal of cosmetic science**, v. 32, n. 4, p. 241-245, 2010.

DOS REIS, C. T.; VIERA, E. K. Recursos terapêuticos no tratamento de estrias. **Revista saúde integrada**, v. 11, n. 22, p. 59-70, 2018.

EL TAIEB, M. A.; IBRAHIM, A. K. Fractional CO2 laser versus intense pulsed light in treating striae distensae. **Indian journal of dermatology**, v. 61, n. 2, p. 174, 2016.

ERSOY, E. *et. al.* Is it possible to prevent striae gravidarum? **Journal of the Chinese Medical Association**, v. 79, n. 5, p. 272-275, 2016.

FAAD, D. S. S. MD. Therapeutic update on the treatment of striae distensae. **J Drugs Dermatol**, v. 14, n. 1, p. 11-12, 2015.

FARAHNIK, B. *et. al.* Striae gravidarum: Risk factors, prevention, and management. **International journal of women's dermatology**, v. 3, n. 2, p. 77-85, 2017.

FONTENELE, F. C.; CARDOSO, M. V. L. M. L. Lesões de pele em recém-nascidos no ambiente hospitalar: tipo, tamanho e área afetada. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 1, p. 130-137, 2011.

GILMORE, S. J. *et. al.* A mechanochemical model of striae distensae. **Mathematical biosciences**, v. 240, n. 2, p. 141-147, 2012.

GONÇALVES, G. R. *et. al.* Benefícios da ingestão de colágeno para o organismo humano. **Revista Eletrônica de Biologia (REB)**. ISSN 1983-7682, v. 8, n. 2, p. 190-206, 2015.

GONDIM, R M. F. **Avaliação da cicatrização cutânea: fluorescência e estereologia**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

HAGUE, A.; BAYAT, A. Therapeutic targets in the management of striae distensae: A systematic review. **Journal of the American Academy of Dermatology**, v. 77, n. 3, p. 559-568. e18, 2017.

HERNÁNDEZ, J. Á. *et. al.* Use of a specific anti-stretch mark cream for preventing or reducing the severity of striae gravidarum. Randomized, double-blind, controlled trial. **International journal of cosmetic science**, v. 35, n. 3, p. 233-237, 2013.

HWANG, K.-A.; YI, Bo-Rim; CHOI, K.-C. Molecular mechanisms and in vivo mouse models of skin aging associated with dermal matrix alterations. **Laboratory animal research**, v. 27, n. 1, p. 1, 2011.

KASIELSKA-TROJAN, A.; SOBCZAK, M.; ANTOSZEWSKI, B. Risk factors of striae gravidarum. **International journal of cosmetic science**, v. 37, n. 2, p. 236-240, 2015.

KAUSHIK, S. B.; ALEXIS, A. F. Nonablative fractional laser resurfacing in skin of color: evidence-based review. **The Journal of clinical and aesthetic dermatology**, v. 10, n. 6, p. 51, 2017.

KHAVKIN, J.; ELLIS, D. A. F. Aging skin: histology, physiology, and pathology. **Facial Plastic Surgery Clinics**, v. 19, n. 2, p. 229-234, 2011.

LEDOUX, M. *et. al.* A case-control study of cutaneous signs in adult patients with Marfan disease: diagnostic value of striae. **Journal of the American Academy of Dermatology**, v. 64, n. 2, p. 290-295, 2011.

LEE, S. E. *et. al.* Treatment of striae distensae using an ablative 10,600-nm carbon dioxide fractional laser: a retrospective review of 27 participants. **Dermatologic surgery**, v. 36, n. 11, p. 1683-1690, 2010.

LOPES, I. F. **Estrias cutâneas: processo, estratégias para prevenir e retardar o aparecimento**. 2017. Tese de Doutorado.

MAIO, M. **Tratado de Medicina Estética**. 2. ed. 3. vol. São Paulo: Roca, 2011.

MARQUES, E. *et. al.* Twenty-four months of clinical follow-up for the treatment of striae distensae using fractional CO₂ laser in 200 Brazilian patients using a new tridimensional

photography documentation. **Journal of the American Academy of Dermatology**, v. 66, n. 4, 2012.

MOORE, J.; KELSBERG, G.; SAFRANEK, S. Do any topical agents help prevent or reduce stretch marks? 2012.

NARIN, R. *et. al.* Can different geographic conditions affect the formation of striae gravidarum? A multicentric study. **Journal of Obstetrics and Gynaecology Research**, v. 41, n. 9, p. 1377-1383, 2015.

NAYLOR, E. C.; WATSON, R. E. B; SHERRATT, M. J. Molecular aspects of skin ageing. **Maturitas**, v. 69, n. 3, p. 249-256, 2011.

NEPOMUCENO, A. C.; DA-SILVA, L. C. Tratamento a laser para estrias de distensão: revisão bibliográfica. **Rev. bras. cir. plást.**, p. 580-585, 2018.

PARK, K. Y. *et. al.* Treatment of striae distensae using needling therapy: a pilot study. **Dermatologic surgery**, v. 38, n. 11, p. 1823-1828, 2012.

PETROSKI, E. L.; PELEGRINI, A.; GLANER, M. F. Motivos e prevalência de insatisfação com a imagem corporal em adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 4, p. 1071-1077, 2012.

PORTAL EDUCAÇÃO, **Processo de reparo tecidual – estética**. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/estetica/processo-de-reparo-tecidual/31783#>. Acesso em 10 fev. 2021.

QUEIROZ, S. K. D.; RODRIGUES, G. de S. C.; DE CONTI, M. H. S. Técnica de Microagulhamento no tratamento de estrias: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 4497-4519, 2021.

REZENDE, P. P.; PINHEIRO, N. M.; MENDONÇA, A. C. Recursos terapêuticos para tratamento de estrias de distensão: uma revisão sistemática. **JBACS**, v. 1, n. 3, p. 59-67, 2016.

RIBEIRO, A. S. *et. al.* Main benefits and applicability of plant extracts in skin care products. **Cosmetics**, v. 2, n. 2, p. 48-65, 2015.

RODRIGUES, D. F. *et. al.* O programa Image j como ferramenta de análise morfométrica de feridas cutâneas. 2013.

ROLFE, H.; WURM, E.; GILMORE, S. An investigation of striae distensae using reflectance confocal microscopy. **Australasian journal of dermatology**, v. 53, n. 3, p. 181-185, 2012.

ROSS, N. A. *et. al.* Striae distensae: preventative and therapeutic modalities to improve aesthetic appearance. **Dermatologic Surgery**, v. 43, n. 5, p. 635-648, 2017.

SAVAS, J. A. *et. al.* Lasers and lights for the treatment of striae distensae. **Lasers in medical science**, v. 29, n. 5, p. 1735-1743, 2014.

SHIN, J. U. *et al.* The effect of succinylated atelocollagen and ablative fractional resurfacing laser on striae distensae. **Journal of Dermatological Treatment**, v. 22, n. 2, p. 113-121, 2011.

SOLTANIPOUR, F. *et al.* The effect of olive oil and the Saj® cream in prevention of striae gravidarum: A randomized controlled clinical trial. **Complementary therapies in medicine**, v. 22, n. 2, p. 220-225, 2014.

TAAVONI, S. *et al.* Effects of olive oil on striae gravidarum in the second trimester of pregnancy. **Complementary Therapies in Clinical Practice**, v. 17, n. 3, p. 167-169, 2011.

TABERNER, R.; CONTESTÍ, T. Digital photograph storage systems in clinical dermatology. **Actas Dermo-Sifiliográficas (English Edition)**, v. 101, n. 4, p. 307-314, 2010.

TACANI, R. E.; TACANI, P. M. Técnicas manuais nas condições inestéticas. **Tratado de medicina estética**. 2. ed. São Paulo: Roca, p. 1511-50, 2011.

TAHERI, A.; YENTZER, B. A.; FELDMAN, S. R. Focusing and depth of field in photography: application in dermatology practice. **Skin Research and Technology**, v. 19, n. 4, p. 394-397, 2013.

UD-DIN, S.; MCGEORGE, D.; BAYAT, A. Topical management of striae distensae (stretch marks): prevention and therapy of striae rubrae and albae. **Journal of the European academy of dermatology and venereology**, v. 30, n. 2, p. 211-222, 2016.

UD-DIN, S. *et al.* A double-blind controlled clinical trial assessing the effect of topical gels on striae distensae (stretch marks): a non-invasive imaging, morphological and immunohistochemical study. **Archives of dermatological research**, v. 305, n. 7, p. 603-617, 2013.

VENUS, M.; WATERMAN, J.; MCNAB, I. Basic physiology of the skin. **Surgery (Oxford)**, v. 28, n. 10, p. 469-472, 2010.

VORA, R. V. *et al.* Pregnancy and skin. **Journal of family medicine and primary care**, v. 3, n. 4, p. 318, 2014.

WANG, F. *et al.* Marked disruption and aberrant regulation of elastic fibres in early striae gravidarum. **British Journal of Dermatology**, v. 173, n. 6, p. 1420-1430, 2015.

YANG, Y. J.; LEE, Ga-Y. Treatment of striae distensae with nonablative fractional laser versus ablative CO2 fractional laser: a randomized controlled trial. **Annals of dermatology**, v. 23, n. 4, p. 481, 2011.

EL CRIMEN DE
TORTURA: SU
HISTORIA Y
DELIMITACIÓN EN
EL
ORDENAMIENTO
JURÍDICO
BRASILEÑO

O CRIME DE
TORTURA: SUA
HISTÓRIA E
DELIMITAÇÃO NO
ORDENAMENTO
JURÍDICO
BRASILEIRO

OLIVEIRA, Lícia Mara da Silva
[1]

[1] Advogada. Aluna do Curso Intensivo válido para o Doutorado da Universidade de Buenos Aires-UBA. Mestre em Neurociências, Universidade Federal do Pará. Servidora na Procuradoria Geral do Estado do Pará.

RESUMEN

La tortura, una práctica que nos gustaría considerar abolida, todavía está presente hoy, aunque estrictamente prohibido por convenciones internacionales. El acto de tortura se ha llevado a cabo entre las esferas del poder público en varios países como un instrumento para obtener la confesión de crímenes, o simplemente para castigar al criminal por sus actos. Este documento aborda la práctica de la tortura, y para trazar un punto de partida al tema, nos apropiamos de las visiones y aportes de Beccaria (1738-1794) y Foucault (1926-1984), además de construir un breve histórico sobre los derechos humanos, centrándose en de que forma el Ordenamiento Jurídico Brasileño ha reaccionado, a la luz de las condiciones internacionales, a la falta de respeto a las garantías fundamentales en cuanto a la práctica de la tortura, y su compromiso para cohibir esta práctica en territorio brasileño. El Estado Democrático de Derecho, a través de la sociedad civil organizada ha conseguido avances significativos en la denuncia contra la práctica de tortura, centrándose en comprender la importancia del dispositivo constitucional, cual sea el Principio de la Dignidad de la Persona Humana.

Palabras-clave: Tortura. Derechos Humanos. Ordenamiento Jurídico Brasileño.

RESUMO

A Tortura, prática que gostaríamos de considerar abolida, existe ainda hoje, embora estritamente proibida pelas convenções internacionais. O ato de tortura tem sido praticado nas esferas do poder público em diversos países como instrumento para obter a confissão de crimes, ou simplesmente para punir o criminoso por seus atos ilícitos. Este documento trata da prática da tortura, e para traçar um ponto de partida ao tema, nos apropriamos das visões e contribuições de Beccaria (1738-1794) e de Foucault (1926-1984), além de construir um breve histórico sobre os direitos humanos, enfocando como o ordenamento jurídico brasileiro tem reagido, à luz das condições internacionais, ao desrespeito às garantias quanto à prática da tortura e seus compromissos para inibir tal prática em território

brasileiro. O Estado democrático de Direito, por meio da sociedade civil organizada, tem feito avanços significativos na denúncia da prática da tortura, enfocando a compreensão da importância do dispositivo constitucional, qual seja o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Palavras-chave: Tortura. Direitos Humanos. Ordenamento Jurídico Brasileiro.

1 INTRODUCCIÓN

El término "tortura" indica cualquier tipo de imposición, dolor o sufrimiento físico o psicológico, practicada por una persona (llamada Torturador) en detrimento de otra (llamada Torturado), a través de crueldad, de castigo o de intimidación, con la finalidad de obtener algún tipo de información, o confesión, o para castigarla por la presunción de un acto cometido, o, aún, simplemente intimidar, por puro placer del torturador.

Entre tanto, aunque considerada inaceptable en la actualidad, la tortura no fue siempre objeto de repudio en la sociedad. Esta práctica fue largamente utilizada como medio legal de prueba, tratando la búsqueda de la "verdad" en el proceso, o entonces, como especie de pena cruel impuesta para determinados crímenes.

La práctica de la tortura es inaceptable en un Estado democrático de Derecho, principalmente cuando practicada por los órganos encargados del cumplimiento de las leyes que no pueden actuar de forma ilícita.

La tortura presente en la Historia de Brasil fue, durante siglos, utilizada en casi todo el mundo, como un ejercicio de venganza y dominio sobre el alma y el cuerpo de aquellos que infligían las leyes. De esta forma, es importante que, mismo de forma breve, se rescata como las prácticas de tortura estuvieron presentes en nuestro ordenamiento jurídico y cuales las secuelas dejadas por el período dictatorial enfrentado por la Nación brasileña, en el período de la dictadura militar, que abrazó los años 1964 a 1985, y como Brasil reaccionó a este período de violaciones de Derechos Fundamentales, ratificando, posteriormente, Tratados Internacionales de Protección a la Tortura y de Derechos Humanos.

Así, el trabajo tiene el objetivo precipuo de presentar una breve contextualización acerca del crimen de tortura y sus entremedios históricos, bien como explicitar de que forma el Ordenamiento Jurídico Brasileño ha reaccionado, a la luz de las condiciones internacionales, a la falta de respeto a las garantías fundamentales en cuanto a la práctica de la tortura, y su compromiso para cohibir esta práctica en territorio brasileño.

En este contexto, es presentado un panorama histórico y sociológico sobre la temática, en estudio, teniendo su objetivo centrado en el empleo de la tortura en Brasil y la tortura a la

luz de los Derechos Humanos. Por fin, fue abordada la cuestión de la tortura bajo la óptica de los Tratados Internacionales y de Derechos Humanos, permeándose la cuestión con los dispositivos internacionales que mencionan el tema. Se procuró, aún, registrar de qué forma Brasil, ha actuado frente al problema, que aún está diseminado en suelo brasileño.

2 FUNDAMENTACIÓN TEÓRICA

2.1 TORTURA: ASPECTOS HISTÓRICOS Y SOCIOLÓGICOS

La tortura se constituye en un tema complejo y encuentra eco en varias áreas del conocimiento. En este contexto, estudios históricos y sociológicos relatan la historia de la práctica de la tortura, enunciando las razones para su prohibición en la sociedad occidental (FOUCAULT, 1987; OLIVEIRA, 1994). No obstante, el abordaje histórico, destacando las concepciones jurídicas existentes en cada época con relación a este fenómeno, es importante resaltar de qué forma el crimen de tortura es inserida en el ordenamiento jurídico brasileño, coadunando con los análisis histórico y sociológico que son importantes para explicar la persistencia de la tortura incluso luego de su abolición.

La temática de la tortura, también, está presente en estudios relacionados a los sistemas de punición y de violencia policial, no de forma central, sino como consecuencia de una serie de factores políticos, sociales y culturales. Se resalta, aún, que la tortura es descripta, por algunos, como un ritual de expiación, que establece límites de la comunidad contra los transgresores (LYRA, 2004).

Estudios antropológicos mencionan el uso de la violencia durante la colonización de América, siendo la tortura uno de los componentes utilizados para el control y sumisión de los nativos por los colonizadores (TODOROV, 1983; TAUSSING, 1993). Más allá de esto, se considera importante la discusión del significado de la tortura en sociedades “primitivas”, cuya característica no es infligir el dolor como forma de castigo corporal u obtención de confesión e informaciones, sino como práctica de un ritual para marcar en el cuerpo de sus miembros las leyes que deben ser respetadas por todos (CLASTRES, 1988; ANTAKI, 2007).

Según Oliveira (1994), pocos son los estudios que realizan un análisis acerca de los efectos morales de la tortura, mostrando la fragilidad de la prohibición moral de la misma, una vez que a aquellos que entienden que su aplicación es necesaria relativizan los términos morales

que acompañan tal práctica. De esta forma, podemos considerar las discusiones que encaminan la práctica de la tortura como moralmente aceptada, teniendo, dentro de este modelo, las situaciones de guerra y enfrentamiento del enemigo, para la obtención de informaciones (SHUE, 1978; SUSSMAN, 2005). Conforme estos estudios, la relativización de la tortura es amparada por el entendimiento de que ella es necesaria y que sus daños se justifican, frente al enemigo, para evitar algún mal mayor.

Durante el período de la inquisición, la justicia religiosa pasa a tener el control de la práctica de la tortura, que era empleada a los crímenes de herejía como forma de obtener la confesión del reo, pues según el pensamiento de la época, la herejía tenía su génesis en lo íntimo del individuo y, por lo tanto, era un crimen difícil de ser descubierto, a no ser por la confesión.

La historia registra que, en el año 1252, el Papa Inocencio IV, a través de la bula *Ad extirpanda*, autorizo la tortura como forma de no promover tratamiento diferenciado a los herejes, de aquel ya extendido a los crímenes comunes de mayor gravedad. Entre tanto, su aplicación, requería algunos criterios y, según Gonzaga (1993), las condiciones eran las de que no podría poner en riesgo la vida y la integridad física de las personas sometidas a tales actos y solo podría ser empleada una sola vez, jamás reiteradamente. Luego, la tortura comenzó a ser encarada como práctica natural por eclesiásticos, jurisperitos, nobles y por el propio pueblo como práctica importante en la tutela del bien común.

En la contemporaneidad, surgen polémicas en relación al tema con la llegada de la “tortura light” que comprende el ahogamiento, la privación del sueño, el aislamiento, la humillación, largas exposiciones al calor y al frío extremos, siendo estas modalidades de tortura consideradas aceptables por el gobierno de los Estados Unidos (2001-2009) para el enfrentamiento de la llamada “guerra contra el terror”. Esta práctica, ahora adoptada, defiende que la “tortura light” se diferencia de la tortura padrón, por esta última ser más violenta y dejar mutilaciones en el cuerpo.

2.2 LA TORTURA EN LA VISIÓN DE CESARE BECCARIA

Cesare Beccaria (1738-1794) es considerado el principal representante del Iluminismo Penal e, imbuido por los valores e ideales iluministas, se volvió reconocido por contestar la triste condición en que se encontraba la esfera punitiva de Derecho en Europa. En este contexto, Beccaria se presenta como figura importante en la defensa de eliminación de prácticas de tortura

para la obtención de confesión del reo. Los argumentos encontrados para defender su postura en relación a la práctica de la tortura se basan en el hecho de que la práctica era funcional a los débiles, pero acababa por absolver a los criminales fuertes, pues el dolor del tormento hace, muchas veces, que la persona para liberarse del sufrimiento inmediato opte por la confesión. Entonces, “este es el medio seguro para absolver a los delincuentes de constitución resistentes y condenar a los inocentes débiles y debilitados”. No obstante, complementa con lo que hoy nos disciplina la Constitución Federal de Brasil, en su artículo 5º, inciso LXII que “un hombre no puede ser culpado antes que la sentencia del juez lo declare”. En este caso el crimen estaría basado en dos proposiciones como siendo cierto e incierto. En la primera el acusado debería ser punido apenas con la sanción fijada en la Ley y mismo si es considerado incierto, no podría ser sometido a tormentos por crimen que pueda ser inocente, pues no quedo probada su culpabilidad. En la perspectiva de Beccaria de que el crimen es cierto o incierto, se aleja de la idea de Foucault de que habría una culpa parcial.

Es importante la concepción de Beccaria porque, según él, el resultado de la tortura no tiene ninguna relación con la verdad, pero indica apenas la resistencia física del atormentado.

La obra de Beccaria representa todo un movimiento intelectual que no acepta más un sistema destituido de racionalidad. Su libro, “*Dos Delitos e das Penas*” (1995) fue de suma relevancia para desestructurar el sistema penal entonces vigente, fue una obra política de gran repercusión, en la cual se demostró que el sistema penal debe tener como criterio la utilidad, renegando toda forma de violencia institucional que no sea útil y necesaria.

Beccaria rechaza tal concepción religiosa, mística, procurando imponer siempre la racionalidad, por medio de un argumento lógico. Es verdad que él no abandona la emoción al mencionar la tortura, o la punición, valiéndose de adjetivos constantes como cruel y atroz. Entre tanto, la emoción sirve para sensibilizar sobre el sufrimiento de los reos y la razón sirve para demostrar la inutilidad y falta de necesidad de tal dolor. (ZAFFARONI, 1987, p. 91)

Así, Beccaria combate la tortura demostrando, racionalmente, su inutilidad, su ineficacia para la obtención de la verdad. Aunque use expresiones con el fin de sensibilizar, de conmover, la fuerza de esta argumentación está en su racionalidad, al comprender y demostrar que, siendo ineficaz, no hay como mantenerse la cruel práctica de la tortura.

2.3 LA TORTURA, EN LA VISIÓN DE LOS SUPPLICIOS DE MICHEL FOUCAULT

Michel Foucault (1926-1984) en sus teorías aborda la relación entre poder y conocimiento y como ellos son usados como una forma de control social por medio de instituciones sociales. El autor, en su obra “*Vigiar e Punir*” (2005), probablemente sea el único a describir con minucias los métodos de tortura a que eran sometidos los acusados de crímenes en la Edad Media, dentro de una especie de liturgia punitiva, ejemplificando esta tortura con el caso de DAMIENS, un reo condenado en el año 1757, mediante al que se denominaba **supplicios**.

[Damiens fue condenado, el 2 de marzo de 1757], a pedir perdón públicamente delante de la porta principal de la Iglesia de Paris [donde debía ser] llevado y acompañado en una carroza, desnudo, de camisola, cargando una tocha encendida de dos libras; [y seguida], en dicha carroza, en la plaza de huelga, y sobre un patíbulo que ahí será erguido, atenazado en los pezones, brazos, muslos y barriga de las piernas, su mano derecha asegurando la faca con que cometió dicho parricidio, quemada con fuego de azufre, y a las partes que será atenazado se aplicarán plomo derretido, óleo hirviendo, alquitrán en fuego, cera y azufre derretidos conjuntamente, y a seguir su cuerpo será tirado y desmembrado por cuatro caballos y sus miembros y cuerpo consumidos al fuego, reducidos a cenizas, y sus cenizas lanzadas al viento (FOUCAULT, 2005, p. 9).

En este caso, el uso de la tortura, conforme apunta Foucault, no era desmedido: “cruel, ciertamente, pero no salvaje”. Al contrario, había una serie de reglas que detallaban el tormento, fuese estipulando la duración, fuese definiendo los instrumentos utilizados (FOUCAULT, 1999). En fin, no se trataba de una masacre practicada sin criterio por el verdugo.

La confesión hecha sobre tortura debería ser ratificada, posteriormente, para que tuviese validez. Si no fuese hecha la ratificación, el reo podría ser sometido a nueva sesión de tortura, por dos o tres veces, dependiendo de la legislación (VALIENTE, 1994).

Según Foucault, hubo una especie de ajuste entre el reo-torturado - llamado paciente - y el juez, en una especie de disputa: si el reo soportase, el juez no podrá hacer uso de las pruebas ya obtenidas.

Como suplicio de la verdad, el interrogatorio encontraba su funcionamiento. La confesión era la pieza complementar de una información escrita y secreta. Pero, vale destacar que el interrogatorio no era una manera de arrancar la verdad a cualquier precio. Era cruel, pero no salvaje, como mencionó Foucault (2012, p. 42), tratando a la tortura como una práctica reglamentada que obedecía a un procedimiento definido, siendo el sufrimiento, el confront y la verdad ligados unos a los otros. Así, el suplicio se insertó fuertemente en la práctica judicial porque era revelador de la verdad y agente del poder. Su práctica permitió que el crimen fuera

reproducido y volcado contra el cuerpo del criminal. Siendo así, la población era, sin duda, el personaje principal de las ceremonias de suplicio. Atraídos por el espectáculo hecho para aterrorizarlos, podrían até alterar o rumbo do momento punitivo: impidiendo la ejecución, persiguiendo los ejecutores, haciendo tumulto contra la sentencia. Los grandes asesinatos se volvieron el juego silencioso de los sabios (FOUCAULT, 2012, p. 67).

Solamente a partir de 1850, se inicia en Europa un movimiento de protesta de parte de intelectuales, juristas y parlamentares con la aquiescencia del pueblo, contra las penas de suplicio consideradas, ahora, tiranía y crueldad. Se buscaba, extinguir el duelo entre soberano y acusado. La justicia criminal paso a punir a los criminales y no a vigilar sus crímenes, siendo inserido en la orden jurídica el principio de la proporcionalidad entre el crimen y la pena.

2.4 ASPECTOS LEGISLATIVOS DE LA TORTURA

La Declaración Universal de los Derechos Humanos de la ONU, datada de 10.12.1948, establece en su artículo V que “nadie será sometido a tortura ni a tratamiento o castigo cruel, deshumano o degradante”. En el mismo giro, establece la Convención Americana sobre Derechos Humanos (Pacto de San José de Costa Rica), de 1969, en su artículo 5º., n.º 2, que “nadie debe ser sometido a tortura, ni a penas o tratos crueles, deshumanos o degradantes. Toda persona privada de la libertad debe ser tratada con el respeto debido a la dignidad inherente al ser humano”. La Convención de la ONU, en su artículo 1º, conceptúa tortura como:

Cualquier acto por el cual dolores o sufrimientos agudos, físicos o mentales son infligidos intencionalmente a una persona a fin de obtener, de ella o de una tercera persona, informaciones o confesiones, de castigarla por acto que ella o una tercera persona haya cometido, o sea sospecha de haber cometido; de intimidar u obligar a esta persona u otras personas; o por cualquier motivo basado en discriminación de cualquier naturaleza; cuando tales dolores o sufrimientos son infligidos por un funcionario público u otra persona en el ejercicio de funciones públicas, por su instigación, o con su consentimiento o aquiescencia.

En Brasil, desde la Constitución Imperial de 1824, se tiene una declaración solemne contra la tortura y otros tratamientos deshumanos, disciplinada en el artículo 179, §19 de aquel diploma, que aduce: Desde ya quedan abolidos los azotes, la tortura, la marca de hierro caliente, y todas las demás penas crueles.

Así, la condena explicitada en la Constitución Federal de 1988, en el artículo 5º, III, XLIII, XLVII y XLIX, en referencia la práctica de la tortura y otros tratamientos o penas crueles, degradantes o deshumanas ya fuera prevista en constituciones anteriores. Aunque la

Constitución Federal de 1988, haya hecho mención de repudio a la tortura, quedó a cargo del legislador ordinario determinar cuáles son los límites y la definición de las conductas que representan la práctica de la tortura y la violación de los derechos fundamentales del ser humano.

Se registra, que la primera manifestación del legislador ordinario patrio sobre la tipificación del crimen de tortura se dio con la promulgación del Estatuto del Niño y del Adolescente – Ley n.º 8.069/90 que, en su artículo 223, previa como crimen el acto de “someter al niño o adolescente, bajo su autoridad, guarda o vigilancia a la tortura”. No obstante, la Ley de los Crímenes Hediondos – Ley 8.072/90, en seguida, vino a equiparar el crimen de tortura a los llamados crímenes hediondos, en plena concordancia con el dispositivo constitucional previsto en el artículo 5º., XLIII. c/c con los artículos 1º y 2º de la ley 8.072/90.

Finalmente, en 1997 Brasil introdujo la Ley n.º 9.455/97, llamada Ley de la Tortura, que prevé un crimen específico para la tortura. La referida ley, pune al individuo que comete la tortura y cualquier persona que tenga conocimiento sobre el acto y que tenga el deber de prevenirlo. La tortura es, por lo tanto, punible con pena de prisión, que es determinada de acuerdo con las circunstancias del caso. La Ley n.º 9.455/97 entra en vigor en el Ordenamiento Jurídico Brasileño como instrumento regulador de la práctica de Tortura, previéndola como crimen sin fianza y no susceptible de gracia o amnistía, disciplinando, aún, que el condenado por ese crimen iniciará el cumplimiento de pena, necesariamente, en régimen cerrado.

Además, de positivar legítimamente el crimen de tortura, la ley revoco expresamente el artículo 223 del Estatuto del Niño y del Adolescente, a través de su artículo 4º y proceso a la previsión del crimen de tortura a través de lo dispuesto en su artículo 1º, incisos, letras y párrafos:

Art. 1º. – Constituye crimen de tortura:

I – Obligar a alguien con empleo de violencia o grave amenaza, causándole sufrimiento físico o mental:

- a) Con el fin de obtener información, declaración o confesión de la víctima o de tercera persona;
- b) Para provocar acción u omisión de naturaleza criminal;
- c) En razón de discriminación racial o religiosa;

II – Someter a alguien, bajo su guarda, poder o autoridad, con empleo de violencia o grave amenaza, a intenso sufrimiento físico o mental, como forma de aplicar castigo personal o medida de carácter preventivo.

Pena: reclusión, de 2 (dos) a 8 (ocho) años.

§1º - En la misma pena incurre quien somete a una persona presa o sujeta a medida de seguridad, a sufrimiento físico o mental, por intermedio de la práctica de acto no previsto en ley o no resultante de medida legal.

Se resalta, que la referida ley, también, incorpora la Convención de las Naciones Unidas contra la Tortura en el Derecho Interno Brasileño.

2.5 EL EMPLEO DE LA TORTURA EN BRASIL: UNA INTERFASE CON EL RÉGIMEN DICTATORIAL

Las tres Ordenanzas del Reino Portugués, cuáles sean: Manoelinas, Afonsinas y Filipinas, poseían rigor excesivo en las penas, no proporcionalidad entre las penas y los castigos cometidos, siendo permitido del azote a la marca de fuego, con el propósito de imponer el terror a los condenados, a través de la mutilación de sus cuerpos.

Se resalta que, entre esas Ordenanzas, las Ordenanzas Filipinas vigoraron en Brasil, en el período de 1609 hasta 1830, período en que paso a vigorar el Código Criminal del Imperio. Fue establecido por las Ordenanzas que un Juez, sería la figura que, delante de indicios, podría ordenar que el individuo fuese torturado hasta confesar o delatar a sus cómplices. En la muerte cruel, la vida era acabada lentamente, entreverada de suplicios. Muchas veces, la elección del medio para volver más sufrido el pasatiempo del reo escapaba del control del juez o del ejecutor (ZAFFARONI, 2002).

Con la Constitución de 1824, en la observancia de su artículo 179. XIX, fueron abolidas las penas de tortura, en respeto al dispositivo que disponía estar abolido el azote, la tortura, la marca de hierro y todas las demás penas crueles.

El Código Penal de la República Vieja, estuvo en vigor de 1890 hasta 1941 y no se manifiesta en cuanto la práctica de tortura, en congruencia con las Constituciones de 1946 y 1967, que juntamente con la Emenda Constitucional n.º 1, de 1969 poseen textos omisos en cuanto a la práctica de la tortura.

Bajo la excusa de temporalidad y bajo el pretexto de proteger al país de la amenaza comunista, el régimen militar fue instaurado el 1º de abril de 1964 en Brasil. En ese momento, no era favorable a los militares que la Constitución de 1946, continuase en vigor, teniendo entonces, la queda del gobierno legitimado por esta Constitución y la ascensión del comando militar. En este contexto, surge el Acto Institucional n.º 5. Este conjunto normativo, dilaceró la democracia, firmó elecciones indirectas para presidente, militarizó la Presidencia de la República, acabó con el federalismo, decretó la pena de muerte para crímenes de seguridad nacional y restringió al trabajador el derecho de huelga. Más allá de esto, volvió legal la

casación de políticos y ciudadanos de oposición, puso fin a derecho de *habeas corpus*, extinguió partidos políticos, cerró el Congreso Nacional y suspendió derechos constitucionales.

Nen el régimen militar, la tortura era utilizada como estrategia para intimidar adversarios, desestructurando la oposición. La tortura era aplicada independientemente de edad, sexo, situación moral, física o psicológica de los sospechosos. La finalidad de la práctica era la de causar dolor físico y psicológico, rompiendo los límites emocionales para la confesión de informaciones.

Cabe resaltar, que, más allá de someter a la propia nación al terror, Brasil exportó su régimen para diversas otras dictaduras latinoamericanas, por medio de técnicas de tortura, de interrogatorio, de la formación de torturadores y de la figura del desaparecido político (COIMBRA, 2001).

Aún que existan diferencias conceptuales acerca de los derechos fundamentales en cuanto a ser innatos al hombre o no, es cierto que su ápice garantista se da con la Declaración Universal de los Derechos Humanos, aprobada en 1948, por la Asamblea General de las Naciones Unidas. En este documento, constan como fundamentales la igualdad, los derechos políticos, la presunción de inocencia, la libertad de pensamiento, de reunión y asociación y la prohibición de las discriminaciones de cualquier padrón y de las prisiones arbitrarias. En su artículo V, aduce, aún, que “nadie será sometido a tortura ni a tratamiento o castigo cruel, deshumano o degradante” (NACIONES UNIDAS, 1948)

Un nuevo aliento, en cuanto al repudio a la práctica de la tortura, viene con la Constitución de la República Federativa de Brasil, de 1988 que, influenciada por el Pacto de San José de Costa Rica, prohíbe la práctica de la tortura y los tratamientos deshumanos o degradantes, considerándolos crímenes sin fianza y no susceptibles de gracia o amnistía (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 5º, XLIII).

2.6 TORTURA A LA LUZ DEL DERECHO INTERNACIONAL Y DE LOS DERECHOS HUMANOS

La práctica de la tortura es absolutamente prohibida en el Derecho Internacional y no puede ser justificada bajo ninguna circunstancia. La Organización de las Naciones Unidas – ONU considera la tortura como una negación de los propósitos de su Carta y como violación de Derechos Humanos y de las libertades fundamentales proclamados en la Declaración

Universal de Derechos Humanos. La prohibición de la tortura es encontrada en innumerables tratados internacionales de derechos humanos y tratados humanitarios internacionales, siendo considerada un principio general de Derecho Internacional. La prohibición de la tortura sigue, entonces, la norma de Derecho Internacional “*jus cogens*”, que es una norma imperativa y que vincula a todos los Estados, mismo a aquellos que no hayan ratificado un tratado en particular. De esta forma, los preceptos “*jus cogens*” no pueden ser derogados o contrariados por tratados u otros preceptos del Derecho Internacional (FOLEY, 2011).

Brasil, solamente ratificó los dos pactos de Derechos Humanos bien después de sus vigencias en el plan internacional, lo que, por sí solo, demuestra el *déficit* brasileño en relación al conocimiento y a la concretización de los derechos humanos. El hecho nos lleva a creer que en Brasil hay deficiencia teórica y práctica en la promoción de los derechos humanos (LEITE, 2014).

La Convención Americana sobre Derechos Humanos, también llamada Pacto de San José de Costa Rica, entro en vigor en el plano internacional el 22 de noviembre de 1969, pero, infelizmente, solamente fue ratificada por Brasil el 6 de noviembre de 1992, por medio del Decreto n.º 678.

El reconocimiento y la protección de la dignidad de la persona humana, entonces, fueron frutos, en gran parte, de intensas violaciones a la integridad física y psicológica de grandes colectividades de seres humanos, siendo entonces la barbarie la gran impulsora de estas conquistas. En las palabras de Comparato (2010, p. 50):

(...) A cada gran brote de violencia, los hombres retroceden, horrorizados, a la vista de la ignominia que al final se abre claramente delante de sus ojos; y el remordimiento por las torturas, por las mutilaciones en masa, por las masacres colectivas y por las explotaciones degradantes hace nacer en las consciencias, ahora purificadas, la exigencia de nuevas reglas de una vida más digna para todos.

En esta comprensión las Naciones Unidas, desde su creación en 1945, no han medido esfuerzos en el estímulo y en la promoción de Derechos Humanos para todos. En este contexto, la Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas, en día 10 de diciembre de 1948, adoptó y proclamó la Declaración Universal de los Derechos Humanos que paso a representar el marco en la historia de los derechos humanos. Así, de acuerdo con lo preconizado en la Declaración, la tortura es considerada como condición inaceptable en todas sus formas.

En el mismo entendimiento, la Convención Europea de Salvaguarda de Derechos Humanos de la ONU, firmada en Roma en día 4 de noviembre de 1950, en su artículo 3º que:

“nadie puede ser sometido a torturas, ni a penas o tratamientos deshumanos o degradantes”, siendo esta incorporada a las leyes internas de los países-miembros.

El comité contra la tortura fue creado en conformidad con lo dispuesto en el artículo 17 de la Convención contra la Tortura y otros Tratamientos o Penas Cruelles, Deshumanos o Degradantes, teniendo como principal objetivo controlar la aplicación, por los Estados Partes, de las disposiciones de la Convención. De este modo, el Comité posee competencia para instaurar investigaciones en caso de sospecha bien fundamentada de la práctica sistemática de la tortura en el territorio de un Estado Parte (artículo 20) y para analizar quejas presentadas por Estados Partes o particulares contra un Estado que haya reconocido la competencia del Comité para tal efecto (artículos 21 y 22 de la Convención).

A Convención establece, también, que ningún Estado parte expulsará o extraditará a una persona para otro Estado cuando existan motivos serios para creer que pueda ser sometido a la tortura.

Para el crimen de tortura, la jurisdicción es compulsoria y universal, en los términos de los artículos 5° a 8° de la Convención contra la Tortura y otros Tratamientos o Penas Cruelles, Deshumanos y Degradantes. Es compulsoria porque los Estados Partes están obligados a punir a los torturadores, independientemente del territorio en que el hecho haya ocurrido, de la nacionalidad del autor del hecho y de la víctima. Es universal porque el torturador, donde quiera que esté debe ser procesado (CASTILHO, 2013). La práctica de la tortura está prohibida por la mayoría de los ordenamientos jurídicos nacionales en el mundo. Aún que no exista el crimen específico de tortura, en un determinado ordenamiento jurídico, hay, normalmente, otras leyes por medio de las cuales los perpetradores pueden ser responsabilizados. De esta forma, aún que un Estado no haya ratificado determinado tratado que prohíba la tortura, tal país está de cualquier forma vinculado en virtud del Derecho Internacional General, a través de la fuerza imperativa de la norma “*jus cogens*” (FOLEY, 2011).

Así, la prohibición de la tortura es encontrada en el artículo 5° de la Declaración Universal de los Derechos Humanos (1948) y en varios tratados internacionales y regionales de Derechos Humanos, la mayoría de los Estados ratificó tratados que contienen dispositivos que prohíben la tortura y otras formas de malos tratos. Esta normativa incluye el pacto Internacional sobre Derechos Civiles y Políticos (1966), la Convención Europea de Derechos Humanos (1950), la Convención Americana sobre Derechos humanos (1978) y la Carta Africana de los Derechos Humanos y de los Pueblos (1981).

2.7 LA PERSISTENCIA DE LA TORTURA EN BRASIL¹

A pesar de su prohibición absoluta, por los instrumentos normativos, la tortura en Brasil permanece ampliamente diseminada. Una de las mayores preocupaciones en relación a esta práctica abusiva, se direcciona al uso excesivo de la fuerza por policías y agentes penitenciarios, bien como las condiciones de las prisiones y superpoblación en prisiones. En este contexto, los organismos internacionales se declaran preocupados con la cultura de violencia e impunidad que prevalece en Brasil, en cuanto Estado Parte.

Los informes elaborados sobre la problemática brasileña, apuntan que el número de personas asesinadas bajo custodia es un problema grave, observando, aún, que la frecuencia de rebeliones y muertes en las prisiones es resultado de una serie de factores, entre los cuales podemos citar: la superpoblación que provocan la agitación de los internos, la incapacidad de los agentes de las prisiones en efectivamente prevenir la entrada de armas y aparatos de teléfonos celular para el interior de las celdas, el bajo nivel de educación y pocas oportunidades de trabajo, las fallas en asegurar al preso y régimen de progresión de la pena, los atrasos en el proceso de transferencia combinados a la violencia de los agentes y las precarias condiciones de las prisiones. El Comité de Derechos Humanos apunto su preocupación con el diseminado uso de fuerza excesiva por los agentes aplicadores de la ley, con la ejecución extrajudicial de sospechosos, con el uso de la tortura para extraer confesiones de sospechosos, con los malos tratos de individuos bajo la custodia de la Policía y con los diversos informes de amenazas y homicidios de testigos, vigilancia de la Policía y Jueces. En este contexto, el Comité, también observó que las condiciones de detención en cárceles, se configura como deshumano.

El Gobierno brasileño declaro reconocer la gravedad de la condición que la Nación enfrenta, en cuanto a la práctica de la tortura en territorio nacional, y en el año 2007, reaccionó al problema con un “Plan de Acciones Integradas de Prevención y Combate a la Tortura”, basado en las recomendaciones del Relator Especial, Nigel Rodley, encaminadas en 2001 a la Comisión de Derechos Humanos de la ONU. Actualmente, 12 (doce) estados brasileños adhirieron al Plan, creando Comités estatales con el objetivo de promover, en nivel local, las medidas previstas en aquel instrumento. Más allá de esta medida, existió la creación del Comité Nacional de Prevención y Combate a la Tortura en Brasil, el 26 de junio de 2006, y ratificado

¹ Texto adaptado de FOLEY, C. Protegendo os brasileiros contra a tortura: Um manual para Juízes, Promotores, Defensores Públicos e Advogados.

el Protocolo Facultativo a la Convención Contra la Tortura de la ONU en enero de 2007. El Gobierno Brasileño, entonces, declaró que están siendo tomadas providencias para la construcción de un mecanismo nacional de prevención y combate a la tortura, en atención a los compromisos establecidos en el Protocolo Facultativo recientemente ratificado.

CONSIDERACIONES FINALES

A partir del estudio, se observó que la tortura es considerada, por la gran mayoría de la población mundial, un tratamiento deshumano. Brasil, a su vez, legalmente repudia cualquier acto de tortura que, cuando es practicada, hiere principios constitucionales brasileños, como, por ejemplo, el principio de la dignidad de la persona humana.

En el contexto, son importantes las contribuciones de estudiosos como Michel Foucault que, de forma brillante y con una riqueza de detalles, elucida el carácter punitivo, en detrimento del investigativo, de la práctica de la tortura. Sus ideas trajeron humanización tanto al proceso penal, como a la propia aplicación de la pena, no sirviendo más esta como el reflejo de la aplicación de la ley en el cuerpo del apenado. Vale resaltar, también, la importancia de Cesare Beccaria para la formación de la opinión mundial a respecto de este tema polémico, pues en sus lecciones explican aspectos negativos que la tortura trae para la sociedad, con la punición de inocentes y la libertad de verdaderos culpados, se vuelve esta, un medio de impunidad.

Es notorio que la práctica de la tortura ocurrió paralelamente con la historia de los pueblos de la humanidad. Su observancia viene de lejos como forma legítima para imponer el orden y garantizar el poderío absoluto de reyes y de la iglesia. Durante el proceso histórico de evolución natural que la humanidad viene alcanzando, mucho ha sido hecho en el sentido de elaborar instrumentos que cohiban esta práctica violenta y deshumana, ahora utilizada a la obtención de pruebas de cualquier naturaleza, ahora para obtener informaciones o declaraciones de sujetos, más allá de cuidar para prevenir que sujetos en custodia del Estado no sean sometidos a tal atrocidad.

El Estado brasileño tuvo, en su historia, un período dictatorial que, como en cualquier Gobierno absolutista, violó mucho los derechos y garantías fundamentales de sus ciudadanos. No obstante, las reservas que eran hechas en relación con el modo de vida de los brasileños, en este período, consideremos las prácticas violentas de torturas practicadas, bien como las innumerables desapariciones ocurridas en el período en tema. Aún hoy, el Estado brasileño,

principalmente en la figura de sus militares, se niega a admitir las atrocidades ocurridas en el período de la dictadura, estableciendo una especie de “calla-boca” entre los involucrados, contribuyendo para que no sea promovido ningún tipo de reparación, que sea moral o financiera a las familias de muertos desaparecidos políticos. Así, el período dictatorial vivido por Brasil, en mucho se confunde con la narración de los suplicios de Michel Foucault.

Entre tanto, el Gobierno brasileño ha estado atento en acompañar los instrumentos protectores internacionales, a fin de responder a la sociedad brasileña, criando a expectativa de que tales prácticas estén en el camino de ser definitivamente abolidas en nuestro Estado Democrático de Derecho. Realidad que puede ser utópica, y que no agota las discusiones en el momento, pero las Convenciones y Tratados, incluso ratificados hace corto tiempo por Brasil, embuten en los ciudadanos brasileños el sentimiento de respeto y de protección de sus miembros por la Nación, acentuando la perspectiva de garantía de derechos y de garantías fundamentales.

Con esto, el Estado Democrático de Derecho, a través de la sociedad civil organizada ha conseguido avances significativos en la denuncia contra la práctica de tortura, respetándose la dignidad de la persona humana, a fin de no constituir al ciudadano o a los operadores de la ley en la posición de justicieros, dejando a cargo de la justicia, y tan solamente de ella, la carga de la sanción penal.

REFERENCIAS

BORN, G. B. **O emprego da tortura no regime militar sob a ótica dos direitos humanos e tratados internacionais.** UNB, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília/DF, 1996.

BRASIL. **Lei Complementar nº 9.445/97** – Define crimes de tortura e dá outras providências. Constituição Federal, Código de Processo Penal, Código Penal. Organizador Luiz Flávio Gomes, 5.ed. ver. atual e ampl. San Pablo: Editora Revistas dos Tribunais, 2003.

CABETE, E.L.S. **A definição do crime de tortura no ordenamento jurídico brasileiro,** 2008.

CASTILHO, R. **Direitos Humanos.** San Pablo: Saraiva, 2013.

COIMBRA, C. M. R. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. **Psicol. Estud.** v.6, n. 2, 2001.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7. ed. San Pablo: Saraiva, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 29.ed., Petrópolis: Vozes, 1987.

FOLEY, C. **Protegendo os brasileiros contra a tortura**. Um Manual para Juizes, Promotores, Defensores Públicos e Advogados. Tradução: Tatiana Dicenzo, Rita Lamy Freund – Brasília: International Bar associations's Human Rights Intitute (IBAHRI) (IBA)/Ministério das relações Exteriores Britânico e Embaixada Britânica no Brasil, 2011.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 20. ed., trad.: Raquel Ramalhete, Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência das prisões**. 30. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

GONZAGA, J. B. G. **A Inquisição em seu Mundo**. San Pablo: Saraiva, 1993.

JESUS, M. G. M. **O crime de tortura e a justiça criminal: um estudo dos procesos de tortura na cidade de São Pablo**. Mestrado (Departamento de Sociologia). Universidade Federal de São Paulo, 2009.

LYRA, D. A. **A perpetuação da Tortura em uma Ordem Democrática: expiação e marginalidade social no Brasil redemocratizado**. Ríó de janeiro: Dissertação (Mestrado em Sociologia), IUPERJ, 2004.

VALIENTE, F. T y. **La tortura en España**. 2. ed. Barcelona: Editorial Ariel, 1994.

WOLOSZYN, A. L. **O crime de tortura na história e sua evolução no direito penal brasileiro**. UFRGS, 2003.

ZAFFARONI, E. R. **Tratado de Derecho Penal**. Parte General, tomo II, Buenos Aires: Ediar, 1987.

ZAFFARONI, E. R., PIERANGELI, J. H. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 4. ed., San Pablo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

DESAFIOS DA
GESTÃO PRISIONAL

CHALLENGES OF
PRISON
MANAGEMENT

BOHN GASS, Eduardo [1]

BECKER, Carol Elisa [2]

[1] Pós-graduado em Direito Processual Civil e Temas Relevantes de Direito Civil–Faculdades Integradas Machado de Assis.

E-mail: bohngass@yahoo.com.br

[2] Mestrado em Agronomia Agricultura e Ambiente. UFSM

E-mail:

carol.becker1@yahoo.com.br

RESUMO

Esse artigo possui como tema a análise dos diversos fatores que dificultam a gestão das casas prisionais. Para tanto o trabalho tem como objetivo geral demonstrar a dificuldade da gestão prisional e, como objetivos específicos, a análise de fatores como a gestão de recursos, população carcerária e efetivo funcional. A metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica, utilizando-se o método de abordagem hipotético-dedutivo. Os conceitos elencados demonstram que os gestores enfrentam diariamente fatores internos e externos que prejudicam sobremaneira o sistema prisional. A falta de investimentos em saúde, educação e geração de empregos contribui para o crescimento dos índices de criminalidade e da superlotação dos estabelecimentos, dificultando a reinserção dos apenados ao convívio social.

Palavras-chave: Gestão. Prisional. Dificuldades.

ABSTRACT

This article has as its theme the analysis of the several factors that hinder the management of prison houses. For this purpose, the work has as general objective to demonstrate the difficulty of prison management and, as specific objectives, the analysis of factors such as resource management, prison population and functional staff. The applied methodology was bibliographic research, using the hypothetical-deductive approach method. The concepts listed demonstrate that managers face daily internal and external factors that greatly damage the prison system. The lack of investments in health, education and job creation contributes to the growth of crime rates and the overcrowding of establishments, making it difficult to reinsert those sentenced to social life.

Keywords: Management. Prison. Difficulties.

1 INTRODUÇÃO

O sistema prisional brasileiro enfrenta problemas de estruturação e organização desde o seu surgimento. As condições que os gestores encontram para o seu gerenciamento são assustadoras, tanto do ponto de vista econômico quanto social.

A falta de recursos monetários e humanos nos sistemas prisionais vem fazendo com que essa dificuldade aumente, pois, a estrutura física encontra-se precária, causando o abarrotamento de detentos em celas. Da mesma forma, o baixo número de agentes e técnicos penitenciários em relação a população carcerária agrava ainda mais essa situação, fragilizando a segurança e a ressocialização nesses locais.

Esses problemas vêm se agravando ainda mais ao longo dos anos devido ao aumento da população carcerária, dificultando ainda mais a gestão das casas prisionais, desmascarando a precariedade das estruturas físicas prisionais, bem como a falta de agentes e técnicos penitenciários. Tendo ciência da relevância deste tema, o presente trabalho apresenta como problema de pesquisa a análise da dificuldade da gestão das casas prisionais frente à situação atual.

Levando-se em consideração tal problemática, surgem algumas hipóteses, quais sejam, o investimento em recursos humanos, a melhora e o aumento das unidades prisionais que poderão ser indicadores de redução da população carcerária, culminando em uma maior ressocialização e reinserção em sociedade desses detentos.

Sendo assim, o presente artigo tem por objetivo geral demonstrar a dificuldade da gestão prisional. Para tanto, possui como objetivos específicos, analisar fatores como a gestão de recursos, população carcerária e efetivo funcional.

Com o aumento de recursos e investimentos nos estabelecimentos prisionais a população carcerária estaria melhor atendida e o processo de ressocialização poderia ser realizado de uma melhor forma, fazendo com que uma maior parte desses detentos se reinserisse no meio social, reduzindo a população carcerária e a criminalidade como um todo.

Para a realização e desenvolvimento do presente trabalho será utilizada a pesquisa bibliográfica, utilizando-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, para verificar as dificuldades da gestão prisional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme citado anteriormente, a gestão prisional tem se tornado cada vez mais difícil ao longo dos anos. Diversos fatores como, a reduzida quantidade de servidores, a precariedade da estrutura física e o aumento da população carcerária vem agravando ainda mais essa situação.

Os problemas econômicos e sociais da população em geral têm feito com que as pessoas busquem sua renda com a venda de ilícitos, comercialização essa que aumenta a criminalidade no país e conseqüentemente faz com que aumente a população carcerária.

Com o aumento no número de apenados e diante do tempo de cumprimento das penas, a estrutura física acaba superlotando, causando desconforto entre os apenados e a sensação de estarem esquecidos pela sociedade, dificultando o processo de reinserção na comunidade. Essa conjuntura está diretamente relacionada com a quantidade de agentes prisionais, que não aumentam na mesma proporção que a população carcerária, refletindo na segurança do sistema prisional e dos apenados, sendo mais um agravante para a gestão prisional.

2.1 PROBLEMAS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA POPULAÇÃO

Com o agravamento dos problemas econômicos e sociais da sociedade como um todo, diversos indivíduos têm encontrado na marginalidade uma forma de sustento para si e para sua família. Impactando no aumento do número de crimes, na população carcerária e dificultando a gestão prisional.

2.1.1 Problemas econômicos

A crise político-financeira que o país tem enfrentado nos últimos anos fez com que muitas pessoas ficassem desempregadas. Aliado a isso, a retirada de direitos trabalhistas da população fez com que a situação econômica dos desempregados se agravasse ainda mais.

Diante desse cenário, Alvez e Pessoa (2019) afirmam que cenários como esses são alarmantes devido ao aumento da criminalidade nas periferias dos grandes centros urbanos. Esses mesmos autores asseguram que o crescimento econômico impacta no desenvolvimento,

estando intimamente relacionado com o aumento de renda da população e a redução da criminalidade.

2.1.2 Problemas sociais

A precariedade dos sistemas públicos em geral, como acesso à educação e a saúde, juntamente com os problemas econômicos da população também tem colaborado com o aumento de crimes e conseqüentemente com o aumento da população carcerária.

Jovens de diferentes idades já iniciam na criminalidade por perceberem que são desassistidos pela sociedade, “[...] arriscam-se a seguir caminhos, imaginando fazer escolhas, muitas delas já definidas pela conjuntura em que vivem e que envolvem maior risco psicossocial, como alguns dos casos de descaminhos sociais” (LEITE, BOTELHO e LIMA, 2019, p.48).

Situações sociais como essas que acabam agravando o sistema prisional como um todo, pois o indivíduo além de estar inserido em um contexto social considerado problemático, ainda, quando cumpre a sua pena em um sistema prisional, acaba se sentindo completamente desassistido e não prospecta um futuro além desse contexto.

2.2 GESTÃO PRISIONAL

Há muitos anos já se percebe a dificuldade que o sistema prisional vem enfrentando diante da falta de investimentos em recursos humanos e na estrutura física penitenciária.

[...] o Estado Brasileiro, que conviveu com episódios de violência desde a chegada dos Portugueses, passando pelas revoltas abolicionistas e lutas pela independência e posteriormente pela imposição da ditadura militar e a redemocratização do país. Todo esse trajeto de violência rural, criminal e urbana reverberam em problemas para o sistema carcerário brasileiro (CARVALHO, 2015, p. 2).

Conforme Leite (2019), gerir uma unidade prisional é um processo difícil, que necessita de engajamento, planejamento, organização, direcionamento e controle da massa carcerária. Isso implica no desempenho efetivo dos servidores para alcançar objetivos organizacionais. Sendo assim, com a redução da população carcerária, com a quantidade de agentes necessária e com a reestruturação física das penitenciárias, será possível realizar a

gestão adequada das casas prisionais. Todo esse processo fará com que os indivíduos que estão cumprindo pena se sintam parte integrante da sociedade, facilitando o processo de reinserção social. Ainda, conforme o mesmo autor citado anteriormente,

a formulação de um Modelo de Gestão para a Política Prisional tem por principal desafio conceber e implantar modos estratégicos e operacionais que privilegiem a qualificação dos servidores e o desenvolvimento das pessoas privadas de liberdade, buscando, num conjunto mais amplo de ações, romper com o processo crescente de encarceramento e com os ciclos individuais e coletivos de prisão – soltura – re- aprisionamento (LEITE, 2019, p. 7).

Corroborando com o autor acima, Silva e Alencar (2019) afirmam que um dos maiores problemas enfrentados pelos gestores dos sistemas prisionais, desde o seu surgimento, é a superlotação e as condições que se encontram os apenados, enfim, a falta de necessidades básicas para esses detentos.

Sendo assim, a gestão prisional vem sofrendo desde a criação do sistema prisional, porém, com o passar dos anos, esse papel tem se tornado cada vez mais difícil por ter aumentado a criminalidade e por conseguinte, aumentado a superlotação nas penitenciárias. Para agravar ainda mais essa situação, o Estado destina uma pequena quantidade de servidores para trabalhar nesses locais, dificultando ainda mais essa gerência.

Outro fator que vem influenciando muito negativamente na gestão prisional é a superlotação das penitenciárias. Conforme citado anteriormente, diversos fatores influenciam nessa superlotação e segundo autores referidos, esses elevados índices estão diretamente relacionados com os fatores econômicos e sociais nos quais estão inseridos os sujeitos.

Conforme informações do Departamento Penitenciário Nacional, em dezembro de 2019, a população carcerária no Brasil estava em 755.274 pessoas para 442.349 vagas, um déficit de 312.925 vagas.

Dados como esses nos levam a refletir como se encontram esses apenados nas estruturas penitenciárias, em que condições que os servidores estão trabalhando e, ampliando o debate, como é possível fazer uma gestão de uma casa prisional onde o número de apenados só aumenta e o espaço físico e o número de agentes penitenciários continuam o mesmo.

Lima (2019) afirma que existe muita dificuldade e complexidade para gerir uma unidade prisional, pelo fato do gestor liderar os servidores públicos, lidar com presos de justiça e seus familiares, além de entes públicos e privados que fazem o uso deste serviço.

Como o gestor atua no âmbito prisional, um ambiente extremamente complexo, na busca constante de melhorias para tornar a vida atrás das grades o menos degradante possível torna-se um desafio diário e fazer com que os servidores envolvidos nesse processo se mantenham sempre motivados (LIMA, 2019 p. 6).

Ainda, Barros (2019) afirma que além das questões citadas anteriormente, como os problemas econômicos e sociais que acarretam em uma superpopulação carcerária e dificulta a gestão prisional, o número de agentes penitenciários insuficientes também agrava essa situação.

Todos esses fatores fazem com que encontremos no país, um sistema prisional falido, desde o seu surgimento. Algumas práticas adotadas como direitos dos apenados dentro das penitenciárias, políticas públicas eficazes, conhecimento acadêmico dos gestores e demais servidores, tem se mostrado fatores importantes para a redução da dificuldade de gestão.

A Crise e Falência do Sistema Penitenciário Brasileiro normalmente é tratada pela perspectiva exclusiva da Segurança Pública e não como reflexo de um problema social. A segurança dos presídios não garante real proteção à sociedade, aos agentes e nem tampouco aos próprios presos. O aumento da criminalidade na sociedade reflete o aumento da superlotação no Sistema Penitenciário na mesma proporção. A existência do sistema prisional só se justifica pela situação fática de que uma quantidade considerável de criminosos não pode ser reintegrada à sociedade, apresentando assim uma relação social negativa como esta enquanto livre, pelo tempo que sua existência perdure (BARROS, 2019, p. 22).

Percebe-se que enquanto as políticas públicas não forem eficientes e os apenados não conseguirem se reinserir na sociedade, o sistema penitenciário brasileiro continuará vivendo em um caos e os problemas de gestão prisional, citados aqui, continuarão sendo enfrentados.

CONCLUSÃO

Diante de tudo acima exposto, verifica-se que o sistema prisional brasileiro há muito tempo vem enfrentando uma série de problemas que dificultam sobremaneira a gestão das casas prisionais.

Os gestores enfrentam diariamente fatores internos e externos que não permitem o ideal cumprimento da pena por parte dos infratores, o que culminaria com um maior número de apenados reinseridos ao convívio social, meta esta almejada pela legislação em vigor.

Problemas sociais, econômicos e de estruturação são os mais visíveis quando se pensa em gestão prisional e devida reinserção dos indivíduos na sociedade. Notório que o aumento

da pobreza e do desemprego faz com que as pessoas mais necessitadas, por estarem desamparadas, busquem muitas vezes no crime um meio de sobreviver.

Condições precárias de saúde e educação, falta de políticas públicas que atendam aos mais necessitados e baixo suporte estatal aos mais carentes são fatores que contribuem para o aumento da criminalidade e, por consequência, do aumento do número de pessoas privadas de liberdade.

Tal fato implica diretamente na gestão do sistema prisional, que luta para abrigar cada vez mais pessoas, sem que, em contrapartida, o número de vagas e estabelecimentos cresça no mesmo fluxo.

Para corroborar ainda mais com tais fatores, além das precárias condições dos estabelecimentos, o número reduzido de servidores, tanto agentes quanto técnicos penitenciários, dificulta ainda mais a reinserção dos internos ao convívio social, pois o devido cumprimento da pena, voltado para a ressocialização, fica deveras prejudicado.

É visível que as dificuldades enfrentadas pelos gestores estão diretamente ligadas aos problemas sociais e econômicos da população. Não há falar em gestão prisional sem falar na necessidade de investimentos em educação, saúde, emprego e, principalmente, políticas públicas que atendam todas as pessoas, em especial aos mais necessitados.

Estes são os elementos capazes de contribuir para que os indicadores de criminalidade sejam reduzidos com o passar dos anos, evitando-se que mais pessoas ingressem no sistema prisional e, caso assim o façam, o estado crie condições para que tais indivíduos possam ser efetivamente ressocializados, retornando ao convívio social.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. R. O. **A crise no sistema penitenciário**: um estudo sobre a função social e o estigma dos indivíduos pós cárcere. 2019. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Bacharelado em Direito. Centro Universitário Tabosa de Almeida, Caruaru, 2019.

CARVALHO, J. Políticas públicas prisionais: a APAC de Pouso Alegre e a sociedade. **Semana de ciência política da usfscar**, v. 3, 2015.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZWl2MmMmMzYtODA2MC00YmZiLWI4M2ItNDU2ZmlyZjFjZGQ0IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 13 ago. 2020.

LEITE, J. da S. **Panorama do sistema prisional no Brasil**. 2019. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Tecnólogo em Gestão Pública. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

LEITE, L. C.; BOTELHO, A. P.; LIMA, B. Evasão escolar, drogas, criminalidade: os descaminhos na adolescência e suas articulações com questões do sujeito. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 5, n. 10, p. 45-59, 2019.

LIMA, C. C. L. **Liderança na gestão prisional**: um estudo no Complexo Penal João Chaves. 31 f. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Bacharelado em Administração Pública. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SILVA, V. J.; ALENCAR, T. C. de S. B. D. Administração de presídios público e privados diferenças relevantes para sociedade. **Management Journal**, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2019.

FINALIDADE DA
PENA E SUA
EFICÁCIA PERANTE
A ATUAL SITUAÇÃO
DA SOCIEDADE
BRASILEIRA

PURPOSE OF THE
PENALTY AND ITS
EFFECTIVENESS
BEFORE THE
CURRENT
SITUATION OF
BRAZILIAN SOCIETY

BOHN GASS, Eduardo [1]
BECKER, Carol Elisa [2]

[1] Pós-graduado em Direito Processual Civil e Temas Relevantes de Direito Civil-Faculdades Integradas Machado de Assis.
E-mail: bohngass@yahoo.com.br

[2] Mestrado em Agronomia Agricultura e Ambiente. UFSM
E-mail: carol.becker1@yahoo.com.br

RESUMO

Esse artigo possui como tema a análise da eficácia da finalidade da pena, segundo teoria adotada pela legislação penal em vigor, diante da atual situação da sociedade brasileira. Para tanto o trabalho tem como objetivo geral verificar se a finalidade da pena é efetivamente alcançada em nossa sociedade atual e, como objetivos específicos, a análise das diferentes teorias da finalidade da pena, o seu enquadramento na legislação penal em vigor e os reflexos na sociedade contemporânea. A metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica, utilizando-se o método de abordagem hipotético-dedutivo. Os conceitos elencados demonstram que a teoria mista da finalidade da pena adotada pelo legislador pátrio é a que melhor atende aos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana. No entanto, devido à diversos problemas, as finalidades da pena, em especial a preventiva, não estão alcançando plena eficácia em nossa sociedade atual.

Palavras-chave: Pena. Teorias. Finalidade. Eficácia.

ABSTRACT

This article has as its theme the analysis of the effectiveness of the purpose of the penalty, according to the theory adopted by the penal legislation in force, given the current situation of Brazilian society. For this purpose, the work has as general objective to verify if the purpose of the penalty is effectively achieved in our current society and, as specific objectives, the analysis of the different theories of the purpose of the penalty, its framing in the penal legislation in force and the reflexes in the society contemporary. The applied methodology was bibliographic research, using the hypothetical-deductive approach method. The concepts listed demonstrate that the mixed theory of the purpose of punishment adopted by the national legislator is the one that best meets the fundamental principles of the dignity of the human person. However, due to several

problems, the purposes of the penalty, especially the preventive one, are not reaching full effectiveness in our current society.

Keywords: Feather. Theories. Goal. Efficiency.

1 INTRODUÇÃO

Partindo-se da premissa de que a pena é uma consequência jurídica da infração penal, inúmeros estudos foram sendo desenvolvidos durante os anos acerca de sua finalidade. A necessidade de uma resposta do Estado frente à criminalidade fez com que o Direito Penal desenvolvesse diferentes soluções como forma de reação ao delito, as denominadas teorias da pena.

Apesar de se tratar de uma discussão histórica, tem-se por base o surgimento de três teorias basilares que melhor buscam definir a finalidade da pena, quais sejam, a teoria absoluta ou da retribuição, a teoria relativa ou da prevenção e, por fim, a teoria mista ou conciliatória.

Tendo ciência da relevância deste tema, o presente trabalho apresenta como problema de pesquisa a análise da eficácia da finalidade da pena, segundo teoria adotada pela legislação penal em vigor, diante da atual situação da sociedade brasileira.

Levando-se em consideração tal problemática, surgem algumas hipóteses, quais sejam, a teoria adotada pelo Direito Penal Brasileiro é a que melhor atende aos princípios que norteiam a finalidade da pena, ao passo que busca ao mesmo tempo punir o autor da infração penal e prevenir a prática de novos delitos e, a atual situação do Estado encontra dificuldades estruturais e procedimentais para garantir a efetiva aplicabilidade de tais preceitos.

Em razão disso, o presente trabalho possui como objetivo geral verificar se a finalidade da pena é efetivamente alcançada em nossa sociedade atual. Para tanto, tem-se como objetivos específicos a análise das diferentes teorias da finalidade da pena, o seu enquadramento na legislação penal em vigor e os reflexos na sociedade contemporânea.

O presente trabalho revela-se de grande importância tendo em vista os crescentes índices de criminalidade, aliados ao dever do Estado em garantir a segurança da população, punindo

devidamente o autor de determinado delito e, ao mesmo tempo, criando meios que coíbam a prática de novas infrações.

Para a realização e desenvolvimento do presente trabalho será utilizada a pesquisa bibliográfica, utilizando-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, para verificar se a finalidade de pena é efetiva em nossa sociedade atual.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O aumento da criminalidade ao longo dos anos fez com que inúmeras discussões se fizessem necessárias, especialmente acerca da necessidade e das formas com que o Direito Penal deveria se comportar, através do Poder Estatal, em relação aos autores dos delitos.

A partir do momento em que há o cometimento de uma infração penal, seja crime ou contravenção penal, deve o Estado, através de seu poder/dever de punir, aplicar uma pena ao autor do fato, o que na doutrina é denominado *jus puniendi*.

Ou seja, a pena é uma consequência jurídica da infração penal, que consiste na privação de determinados bens jurídicos diante do cometimento de algum fato típico, atentando-se sempre ao princípio da legalidade, conforme Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso XXXIX, que preceitua que “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988), bem como ao princípio da anterioridade da lei, nos termos do artigo 1º do Código Penal, “não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal” (DECRETO-LEI Nº 2.848, 1940).

No entanto, para que o *jus puniendi* do Estado atinja efetivamente o mundo dos fatos e cause efeitos concretos sobre o autor do fato, deve a pena ser construída com uma finalidade, e que não busque apenas privar o indivíduo de determinados bens jurídicos de uma forma simplória de causa e efeito.

2.1 TEORIAS DA FINALIDADE DA PENA

Tendo por base o dever/poder de punir do Estado, inúmeras construções doutrinárias e legislativas foram sendo desenvolvidas através dos anos para tentar definir qual seria a finalidade da pena imposta ao autor do fato ilícito, culminando com o surgimento de três teorias basilares, quais sejam, a teoria absoluta ou da retribuição, a teoria relativa ou da prevenção e, ainda, a teoria mista ou conciliatória, as quais serão analisadas de forma breve e individualizada.

2.1.1 Teoria absoluta ou da retribuição

Esta primeira teoria entende que a pena nada mais é do que uma retribuição ao criminoso em razão de uma conduta ilícita anteriormente praticada. Ou seja, ao autor do fato será causado um prejuízo, em razão de sua própria conduta.

Tendo por base a característica retributiva, “a finalidade da pena é punir o autor de uma infração penal. A pena é a retribuição do mal injusto, praticado pelo criminoso, pelo mal justo previsto no ordenamento jurídico (*punitur quia peccatum est*)” (CAPEZ, 2009, p. 364).

Sendo assim, a teoria absolutista ou da retribuição não possui efetivamente uma finalidade, ao passo que sua aplicação possui o simples propósito de reparar um mal com outro mal. Neste sentido:

A pena é concebida como uma forma de retribuição justa pela prática do delito. Concebe-se que o mal não deve restar impune, de sorte que o delinquente deve receber um castigo como forma de retribuição do mal causado para que seja realizada a Justiça. Para essa concepção, a pena não possui nenhum fim socialmente útil, como, por exemplo, a prevenção de delitos, mas sim de castigar o criminoso pela prática do crime. Kant e Hegel são os dois grandes expoentes das teses absolutas da pena (AZEVEDO; SALIM, 2016, p. 398-399).

Da mesma forma, Bitencourt (2019) entende que a referida teoria concebe a pena como sendo um mal em retribuição à determinado mal causado pelo criminoso, sem idealizar um fim futuro, mas, simplesmente, punir o fato passado. Conforme acima referido, a aludida teoria entende que a pena se baseia apenas em uma certa exigência de justiça, ao passo que pune o

indivíduo que outrora causou mal a outro cidadão através de uma conduta ilícita, não havendo um fim útil como, por exemplo, de prevenir novos delitos.

2.1.2 Teoria relativa ou da prevenção

Também denominada de teoria finalista ou utilitária, ao contrário da anterior, esta possui uma finalidade específica, qual seja, a prevenção de novos delitos e a ressocialização do autor do fato.

A prevenção é abordada de duas formas diversas, sendo uma geral e outra especial. A primeira é dirigida para a sociedade como um todo, a qual sofre a intimidação de não cometer delitos em razão da punição que será aplicada. Por outro lado, a prevenção especial é dirigida ao criminoso, para que este seja ressocializado e não volte a cometer novos delitos. Seguindo este entendimento:

[...] a pena tem um fim prático e imediato de prevenção geral ou especial do crime (*punitur ne peccetur*). A prevenção é especial porque a pena objetiva a readaptação e a segregação sociais do criminoso como meios de impedi-lo de voltar a delinquir. A prevenção geral é representada pela intimidação dirigida ao ambiente social (as pessoas não delinquem porque têm medo de receber a punição) (CAPEZ, 2009, p. 364).

No mesmo sentido:

Enquanto a prevenção geral visa à prevenção de crimes pela intimidação da sociedade, a prevenção especial dirige-se ao criminoso em particular, visando, assim, a ressocializá-lo e reeduca-lo. A pena, nesse enfoque, tem a finalidade de impedir que o delinquente volte a cometer crimes. (AZEVEDO; SALIM, 2016, p. 400).

Vislumbra-se que esta teoria não está fundamentada na ideia de fazer justiça, mas sim, na necessidade social de aplica-la no momento correto para que o autor do fato não volte a delinquir, bem como para que novos delitos não sejam cometidos, cumprindo assim sua finalidade preventiva.

2.1.3 Teoria mista ou conciliatória

Também conhecida como teoria eclética ou intermediária, trata-se da fusão das teorias anteriores, tendo em vista que busca, ao mesmo tempo, punir o autor do fato e prevenir que novos delitos voltem a ser cometidos.

Com esta teoria “fundiram-se as duas correntes. Passou-se a entender a pena, por sua natureza, é retributiva, tem seu aspecto moral, mas sua finalidade é não só a prevenção, mas também um misto de educação e correção” (MIRABETE, 2005, p. 245). Sobre este assunto:

As teorias mistas ou unificadoras tentam agrupar em um conceito único os fins da pena. Esta corrente tenta escolher os aspectos mais destacados das teorias absolutas e relativas. Merkel foi, no começo do século, o iniciador desta teoria eclética na Alemanha, e, desde então, é a opinião mais ou menos dominante. No dizer de Mir Puig, entende-se que a retribuição, a prevenção geral e a prevenção especial são distintos aspectos de um mesmo e complexo fenômeno que é a pena [...] (BITENCOURT, 2004, p. 88).

Seguindo este entendimento:

Modernamente, adotou-se um posicionamento eclético quanto às funções e natureza da pena. É o que se convencionou chamar de pluridimensionalismo, ou *mixtum compositum*. Assim, as funções retributiva e intimidativa da pena procuram conciliar-se com a função ressocializante da sanção. Passou-se a aplicar a pena *quia peccatum est et ut ne peccetur* [...] (COSTA JR, 2000, p. 119).

Analisando a parte final do artigo 59 do Código Penal, que preceitua que “o juiz [...] estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime” (DECRETO-LEI Nº 2.848, 1940), verifica-se que foi esta a teoria adotada por nosso legislador.

Nosso ordenamento jurídico busca, através da edição de leis, a prevenção geral, ao passo que direciona uma possível sanção a qualquer indivíduo que vier a cometer um ilícito. Num segundo momento, caso já tenha ocorrido um fato típico, ao autor do fato é atribuída uma retribuição, através de uma decisão judicial.

Por fim, percebe-se o fim ressocializador da pena quando da sua execução, momento em que a prevenção especial é verificada sobre o indivíduo de forma individual.

2.2 EFICÁCIA DA FINALIDADE DA PENA

Da análise do artigo 59 do Código Penal, conclui-se que o direito pátrio adotou a teoria mista da finalidade da pena, tendo em vista que a norma vigente busca ao mesmo tempo que punir o autor do delito, retribuindo o mal injusto por ele causado, ressocializar o agente que delinuiu e prevenir que novos delitos sejam praticados.

Superada tal discussão e analisadas as principais teorias que buscam definir a finalidade da pena, não restam dúvidas que a teoria adota pela legislação brasileira é a que melhor se enquadra com os preceitos gerais que norteiam nosso ordenamento.

O Estado, sendo o detentor exclusivo de poder/dever de punir, é o único responsável por retribuir o mal praticado por determinado agente através de uma pena, mas, mais importante do que isso, deve também ter capacidade de ressocializá-lo, reeduca-lo, para que este possa retornar ao convívio social e não volte a cometer novos delitos.

No entanto, na prática, não é o que se verifica. Apensar da teoria mista ser a mais aconselhável, pois pune o agente pelo mal cometido, criando nele a consciência de que o mal causado não restará impune e, ao mesmo tempo, com sua característica preventiva, a atual situação de nossa sociedade nos faz crer que a finalidade da pena não está alcançando o plano da eficácia.

Tendo como principal pena a privação de liberdade e, conhecendo a atual situação precária de praticamente todos os estabelecimentos penais do país, é de fácil conclusão que o Estado encontra dificuldades estruturais para garantir a efetiva aplicabilidade da finalidade ressocializadora e preventiva.

Levando-se simplesmente em consideração as condições físicas deploráveis e a superlotação, conclui-se por consequência lógica que um indivíduo que delinuiu não encontrará no sistema prisional, mesmo que tenha interesse, meios efetivos para sua reinserção na sociedade.

Pelo contrário, fugas, rebeliões e os altos índices de reincidência comprovam que o sistema atual não é capaz de garantir a ressocialização e a prevenção ao cometimento de novos delitos. Vislumbra-se que não se trata apenas de coibir penas cruéis, degradantes ou que infrinjam

os preceitos fundamentais de nossa carta magna ou da Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas sim de garantir que a pena atinja sua finalidade preventiva. Nesse sentido:

Em nosso país, após lenta evolução, a Constituição Federal, visando proteger os direitos do cidadão, proibiu a cominação de uma série de penas, por entender que, todas elas, em sentido amplo, ofendiam a dignidade da pessoa humana, além de fugir, em algumas hipóteses, a sua função preventiva (GRECO, 2011, p. 469).

Visto isso, verifica-se que a teoria adotada pelo direito penal brasileiro é a que melhor representa os princípios do Estado Democrático de Direito. No entanto, a finalidade da pena, em especial a preventiva, não está sendo efetivamente alcançada em nossa sociedade atual.

CONCLUSÃO

Diante de tudo acima exposto, verificamos que a pena é uma consequência jurídica da infração penal, aplicada pelo Estado, detentor exclusivo do poder/dever de punir. Inúmeras discussões foram motivadas na busca de definir qual seria a finalidade da pena, culminando com o surgimento de três teorias basilares, quais sejam, a teoria absoluta ou da retribuição, a teoria relativa ou da prevenção e, por fim, a teoria mista ou conciliatória.

Da análise do artigo 59 do Código Penal, já acima referido, conclui-se que o legislador pátrio adotou a teoria mista, ao passo que a norma busca, ao mesmo tempo que pune o autor do delito retribuindo-lhe o mal injusto por ele causado, ressocializar o indivíduo que delinuiu e prevenir que novos delitos sejam praticados.

Não há dúvidas que a teoria adotada pela legislação pátria é a que melhor se adapta os princípios fundamentais elencados em nossa Constituição Federal, bem como aos direitos protegidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, os quais, dentre outras regras, proibem penas degradantes, cruéis ou que de alguma maneira firam a dignidade da pessoa humana.

No entanto, o que se verifica na prática é que o Estado não está conseguindo, por diversos motivos, dentre eles, falta de estrutura física e superlotação dos presídios, garantir efetivamente que a finalidade principal da pena atinja o plano da eficácia.

Conclui-se dessa forma que, tendo como principal pena aplicada em nosso sistema atual a privação de liberdade, não há como conceber que, nos moldes degradantes como se encontram a maioria das casas prisionais do país, que um indivíduo tenha condições de se ressocializar, reeducar, para voltar ao convívio social.

Desta forma, apesar da teoria da finalidade da pena acolhida pela nossa legislação primar pela prevenção, atualmente, seus efeitos não estão alcançando grande efetividade, haja vista o aumento da criminalidade, o grande número de reincidência e a dificuldade de se reinserir na sociedade um indivíduo que outrora cometera crimes.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A. de; SALIM, A. **Direito Penal: parte geral**. Salvador: Juspodium, 2016.

BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal: parte geral**, v. 1. São Paulo: Saraiva, 2004.

BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal: parte geral**, v. 1. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

CAPEZ, F. **Curso de direito penal: parte geral**, v. 1. São Paulo: Saraiva, 2009.

COSTA JR, P. J. da. **Direito Penal Curso Completo**. São Paulo: Saraiva, 2000.

GRECO, R. **Direito de direito penal: parte geral**. Niterói: Impetus, 2011.

MIRABETE, J. F. **Manual de Direito Penal: Parte Geral**, 22. edição. São Paulo: Atlas, 2005.

MEDIAÇÃO DE
CONFLITOS E
SEGURANÇA
SOCIAL

CONFLICT
MEDIATION AND
SOCIAL SECURITY

BOHN GASS, Eduardo [1]
BECKER, Carol Elisa [2]

[1] Pós-graduado em Direito
Processual Civil e Temas
Relevantes de Direito Civil–
Faculdades Integradas Machado
de Assis.

E-mail: bohnass@yahoo.com.br

[2] Mestrado em Agronomia
Agricultura e Ambiente. UFSM
E-mail:

carol.becker1@yahoo.com.br

RESUMO

Esse artigo possui como tema a análise do instituto da mediação de conflitos como forma para auxiliar na gestão da segurança pública. Para tanto o trabalho tem como objetivo geral verificar se a mediação de conflitos tem condições de ajudar na redução da violência e, como objetivos específicos, a análise do instituto da mediação de conflitos, os princípios que o norteiam e sua eficácia no plano da segurança pública. A metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica, utilizando-se o método de abordagem hipotético-dedutivo. Os conceitos elencados demonstram que os modelos tradicionais de combate à violência não estão surtindo com seus devidos efeitos. Nesta perspectiva que surge o instituto da mediação de conflitos que, diante de seus princípios e suas peculiaridades, pode contribuir sobremaneira para que problemas de diversas naturezas sejam solucionados antes que evoluam para violência e crimes.

Palavras-chave: Mediação. Princípios. Segurança.

ABSTRACT

This article has as its theme the analysis of the institute of conflict mediation as a way to assist in the management of public security. For this purpose, the work has as its general objective to verify if conflict mediation is able to help in reducing violence and, as specific objectives, the analysis of the conflict mediation institute, the guiding principles and its effectiveness in the public security plan. The applied methodology was bibliographic research, using the hypothetical-deductive approach method. The concepts listed demonstrate that the traditional models of combating violence are not having their due effects. In this perspective, the institute of conflict mediation emerges, which, in view of its principles and peculiarities, can greatly contribute so that problems of various kinds can be solved before they evolve into violence and crimes.

Keywords: Mediation. Principles. Safety.

1 INTRODUÇÃO

A questão da segurança pública sempre foi, e continua sendo, uma das principais preocupações de toda a comunidade brasileira, tendo em vista, principalmente, os alarmantes índices de violência que assolam nossa sociedade. A população, com medo, exige cada vez mais de seus governantes soluções para este problema.

Apesar de todos os esforços direcionados à solução de tal impasse, o que se verifica é que não há avanços significativos, pois, a população continua convivendo diariamente com o medo, o que nos leva a crer, pelo menos em tese, que os modelos de segurança entendidos como tradicionais não estão atingindo o plano da eficácia, ao passo que não atingem seus objetivos.

Tendo ciência da relevância deste tema, o presente trabalho apresenta como problema de pesquisa a análise do instituto da mediação de conflitos como nova ferramenta à disposição dos gestores para o enfrentamento dos problemas que envolvem a segurança pública.

Levando-se em consideração tal problemática, surgem algumas hipóteses, quais sejam, os indicadores de violência social demonstram que os modelos tradicionais de enfrentamento não estão surtindo os resultados esperados e, neste contexto, a mediação de conflitos surgiria como uma nova opção no campo da gestão da segurança pública.

Em razão disso, o presente trabalho possui como objetivo geral verificar se a mediação de conflitos tem condições de ajudar na redução da violência. Para tanto, tem-se como objetivos específicos a análise do instituto da mediação de conflitos, os princípios que o norteiam e sua eficácia no plano da segurança pública.

O presente trabalho é de grande importância tendo em vista a crescente sensação de insegurança enfrentada diariamente pela população, em consonância com o dever do Estado em garantir que a segurança pública atinja efetivamente o meio social.

Para a realização e desenvolvimento do presente trabalho será utilizada a pesquisa bibliográfica, utilizando-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, para verificar se a mediação de conflitos é capaz de auxiliar os gestores nos problemas da segurança pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O aumento da violência e da criminalidade são problemas que vem assolando a população há inúmeros anos e, pelo menos em tese, não há uma solução em vista. As pessoas convivem com o sentimento de medo diariamente, tanto na rua, enquanto saem para suas tarefas rotineiras, quanto dentro de suas próprias casas. Em detrimento disso, e com toda razão, exigem do Estado políticas públicas e ações afirmativas que garantam segurança para todos.

Apensar da segurança ser um direito fundamental garantido pela nossa Carta Magna, sempre foi um problema de difícil solução e de extrema delicadeza a ser enfrentado pelos gestores.

A crescente nos índices de criminalidade e a insatisfação da população para com a segurança pública durante o passar dos anos nos leva a crer, pelo menos em tese, que o modelo tido como tradicional de combate à violência não vem surtido seus devidos efeitos. Desta forma, cada vez mais os gestores estão buscando novas ferramentas para o enfrentamento e combate à violência.

É sob esta perspectiva que cada vez mais tem se apostado em novas formas de lidar com tais problemas. Uma destas novidades, que foge um pouco do modelo tido como tradicional, o qual simplesmente pune os indivíduos após o cometimento de determinado delito, é a utilização da mediação de conflitos, sobre a qual teceremos alguns breves comentários.

2.1 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Tratar de segurança pública sempre foi uma questão de extrema delicadeza para os gestores, haja vista os alarmantes índices de criminalidade e violência e a incessante exigência por parte da população de uma resposta efetiva do Estado para o enfrentamento deste problema. É sob este prisma que cada vez mais vem se falando em utilizar meios alternativos, que se afastam um pouco dos moldes tradicionais de justiça ao qual estamos acostumados, destes que basicamente procuram penalizar o indivíduo após o cometimento de algum fato ilícito. Nesta linha de raciocínio é que o instituto da mediação de conflitos está cada vez mais

em pauta, surgindo como uma ferramenta à disposição da sociedade para o enfrentamento dos problemas da segurança pública. Nos termos do parágrafo único do artigo primeiro da Lei 13.140/2015, a qual regulamenta o aludido instituto,

Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia (LEI N° 13.140, 2015).

Apesar de não ser tão usual na esfera criminal, já está amplamente difundida na esfera cível, trazendo maior celeridade às demandas e contribuindo para o desafogamento do Poder Judiciário, tendo em vista suas peculiaridades, em especial, a autonomia das partes e a informalidade.

Para melhor compreender o instituto da mediação, necessário analisar brevemente seus princípios, o que contribuirá metodologicamente para enfrentar a questão central deste trabalho.

2.1.1 Princípios que norteiam a mediação

A Lei 13.140/15 em seu artigo segundo dispõe sobre os princípios que norteiam a mediação. Não são princípios taxativos, aplicando-se também os princípios que fundamentam a matéria atinente ao problema envolvido, seja ele cível, penal ou de outro ramo do direito. No entanto, a mediação tem como princípio basilar o da dignidade humana. Assim dispõe a aludida lei:

Art. 2º A mediação será orientada pelos seguintes princípios:

- I - Imparcialidade do mediador;
- II - Isonomia entre as partes;
- III - oralidade;
- IV - Informalidade;
- V - Autonomia da vontade das partes;
- VI - Busca do consenso;
- VII - confidencialidade;
- VIII - boa-fé. (LEI N° 13.140, 2015).

O princípio da imparcialidade do mediador carrega consigo a ideia que de este não tenha interesse nenhum na causa ou na solução a ser encontrada, tratando os litigantes de igual forma. Percebe-se que este princípio é específico para a pessoa do mediador, que não deve aconselhar e nem tomar partido de nenhuma das partes. É fundamental que não haja

qualquer tipo de relacionamento ou conflito de interesses entre o mediador e uma das partes que possa interferir na busca da solução do conflito. Nesse sentido:

Por outro lado, percebe-se que ao juiz não lhe é exigida a neutralidade. Nem poderia. A ele caberá dizer o resultado ou, em caso de acordo por ele presidido, não lhe é defeso opinar, pelo que não é neutro.

Diferente, o mediador, além de observar todos os requisitos legais atinentes a sua imparcialidade, deve atentar, com zelo extremo, para a sua neutralidade, já que, de uma maneira ou de outra, intervém no processo comunicacional no espaço da mediação (ALBUQUERQUE, 2017, p. 79).

O segundo princípio trata da isonomia entre as partes, as quais devem ser tratadas de forma igualitária durante a mediação, para que se crie um ambiente mais confortável, passível de arrependimento por parte do ofensor e capaz de propiciar o entendimento entre as partes. O objetivo central não é julgar o certo e o errado, mas buscar a solução mais adequada para o problema. Tal princípio, no entanto, permite que o mediador indique quando notadamente o acordo beneficiar apenas uma das partes, atentando-se para a igualdade material, que é alcançada levando-se em consideração as desigualdades dos envolvidos. Sobre este tema:

A responsabilidade do mediador em garantir, durante o processo de mediação, a igualdade, o respeito à autonomia da vontade e o empoderamento dos envolvidos na solução de seus conflitos requer, sobretudo, uma postura ética. O “modo de ser” do mediador, que se traduz numa posição neutra, imparcial e de não julgamento, será determinante na sua intervenção e no sucesso de uma mediação. A mediação não se resume a um acordo, mas ao entendimento das diferenças, ao respeito às singularidades de cada um e ao entendimento de que é possível lidar com as diferenças sem desrespeitar ou desvalorizar os valores culturais, morais e éticos de cada mediando (FAGUNDES, 2017, p. 306).

A oralidade e a informalidade caminham juntas. A não exigência do formalismo exagerado permite às partes que estas proponham o melhor caminho a ser seguindo para que a solução dos problemas seja alcançada. E nada melhor que a comunicação entre as partes, seguindo o princípio da oralidade, para que tais diretrizes sejam traçadas. A conversa entre os envolvidos é peça chave neste processo, através de uma linguagem simples e corriqueira, que permite que todos exponham suas ideias e convirjam para o acordo.

O princípio da autonomia de vontade das partes significa que cabe única e exclusivamente aos envolvidos firmarem, ou não, o acordo. Por se tratarem dos personagens principais desta relação, tudo que por ventura venha a ser decidido deve ser por sua vontade e com sua permissão. O interesse das partes deve ser sempre respeitado, mesmo se estas

optarem por não mais prosseguirem com o processo de mediação. Seguindo este entendimento:

Em outras palavras, o mediador é um moderador, pois não pode sugerir uma saída para o problema enfrentado, devendo deixar a cargo das partes a negociação do litígio, para que elas cheguem a uma solução sem sua intervenção direta, devendo apenas assegurar as mínimas condições de cordialidade e diálogo entre as partes (PERPETUO, *et. al*, 2018, p. 14).

Todos estes princípios devem ser utilizados para se alcançar o consenso entre as partes, que é o foco central da mediação. As partes devem, através da conversa, encontrar a melhor solução para os seus problemas, com o auxílio do mediador, que deve atuar com extrema boa-fé, justificando a confiança depositada nele pelas partes envolvidas, tendo estas a garantia de que o que fora ali tratado estará abarcado pelo princípio da confidencialidade.

Apesar de serem estes apenas os princípios elencados na lei que regulamenta a mediação, conforme já informado, não se trata de um rol taxativo, sendo que os princípios gerais do direito, bem como dos específicos da área, devem ser sempre respeitados, para que o direito fundamental da dignidade da pessoa humana seja sempre garantido no processo de mediação.

Tecidos tais considerações acerca do instituto da mediação de conflitos, bem como dos princípios que o regem, passamos a analisar a sua aplicabilidade na gestão da segurança pública.

2.2 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E SEGURANÇA PÚBLICA

Conforme já exaustivamente analisado, os índices de violência e criminalidade comprovam que o modelo atual, e tido como tradicional, de enfrentamento à tais problemas, não está surtindo seus esperados efeitos.

É neste ambiente que surge o instituto da mediação de conflitos como nova ferramenta à disposição dos gestores para o enfrentamento deste delicado tema da segurança pública.

Apesar de já ser amplamente utilizado na esfera cível, os gestores estão tomando gosto pela utilização na área criminal. A mediação permite que os envolvidos sentem e discutam sobre os reais motivos pelos quais não estão conseguindo conviver em sintonia. Não está se buscando saber quem está certo ou errado aos olhos da lei, mas sim, o enfrentamento da raiz

do problema, para que as partes cheguem à um acordo e que desta relação não surtam mais problemas.

Salienta-se que a simples penalização de determinado ofensor não é capaz de gerar tais efeitos, pois não há o enfrentamento do problema em sua essência, sendo que, após certo tempo, provavelmente novos atritos surgirão, tendo em vista que o problema não foi posto a termo. Nesse sentido:

Atuam, outrossim, não somente na resolução, mas também na prevenção de conflitos, na medida em que os partícipes, em vez de constrangidos à decisão inafastável de um terceiro, como ocorre com os métodos hetero compositivos, são os próprios autores do acordo. Desse modo, lhes é concedida a oportunidade de resgatar a sua autonomia, com a ampliação de sua capacidade analítica e decisória, a partir do reconhecimento de suas necessidades e potencialidades, da capacitação ao diálogo colaborativo e às técnicas de negociação, a fim de que passem a prescindir do Judiciário para resolver eventuais novos conflitos (ALMEIDA, PELAJO; JONATHAN, 2016, p. 67).

Os princípios que norteiam a mediação, em especial da autonomia da vontade, informalidade e oralidade, criam condições favoráveis para que os envolvidos caminhem para um acordo que possa efetivamente acabar com o problema em sua essência.

Problemas de menor complexidade, do cotidiano da população, da relação entre parentes e vizinhos são exemplos de conflitos que podem ser resolvidos em sua origem, através de políticas de mediação, justiça restaurativa e polícia comunitária. Aproximando as pessoas aos órgãos de segurança e criando meios propícios para a mediação, inúmeros conflitos sociais podem ser resolvidos, evitando-se assim que se transformem em violência e crimes.

CONCLUSÃO

Diante de tudo acima exposto, verificamos que o problema da segurança pública sempre foi, e continua sendo, um problema de extrema delicadeza a ser enfrentado pelos gestores. Os índices de violência e de criminalidade comprovam que o modelo tido como tradicional de enfrentamento não está conseguindo dar conta.

A simples penalização do indivíduo após o cometimento de algum ilícito não é meio capaz e suficiente para evitar que novos delitos sejam praticados, tendo em vista que não há o enfrentamento real do problema. Por outro lado, o instituto da mediação de conflitos se

apresenta como uma ferramenta de grande importância para o combate à insegurança que assola a sociedade.

Princípios como o da autonomia da vontade, informalidade e oralidade, proporcionam condições favoráveis para que os envolvidos caminhem para um acordo que possa efetivamente acabar com o problema em sua essência.

A utilização deste instituto, combinado com políticas públicas direcionadas à justiça restaurativa e polícia comunitária, podem trazer grandes avanços para a segurança pública, pois aproximam a população dos órgãos de segurança e, ao mesmo tempo, problemas de menor complexidade, do cotidiano da população, de relação entre parentes e vizinhos podem ser resolvidos através do diálogo, evitando sua evolução para violência e crimes.

Tais ações são de grande valia e podem contribuir sobremaneira para que o Estado consiga fornecer mais segurança à população, bem como dar maior confiança e credibilidade aos órgãos estatais que atuam nesta área, fazendo com que o sentimento de insegurança que se perpetua em nossa sociedade seja cada vez menor.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, D. O. **O marco legal da mediação no Brasil e o mediador judicial, sua capacitação e formação continuada** – o exemplo do NUPEMEC – TJRS. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/export/processos/conciliacao/ebooks/Colecao-Mediacao-2017-Vol-II.PDF>. Acesso em: 04 ago. 2020.

ALMEIDA, T.; PELAJO, S.; JONATHAN, E. **Mediação de conflitos: para iniciantes, praticantes e docentes**. Salvador: JusPodivm, 2016. Disponível em: <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/9de9ecc398efc20c24c40b1dba5674d4.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2020.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.140**, de 26 de junho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113140.htm. Acesso em: 30 jul. 2020.

FAGUNDES, I. C. P. **A mediação no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul e a supervisão na formação do mediador judicial**. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do

Estado do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em:

<https://www.tjrs.jus.br/export/processos/conciliacao/ebooks/Colecao-Mediacao-2017-Vol-II.PDF>. Acesso em: 04 ago. 2020.

PERPETUO, R. S. *et. al.* Os métodos adequados de solução de conflitos: mediação e

conciliação. **Rev. Fac. Direito São Bernardo do Campo**. v. 24, n. 2, 2018. Disponível em:

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-FD-SBC_v.24_n.2.01.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.



ISSN 2675-9128
DOI 10.51473

Volume 4 - Número 4
Abril de 2021

A MISSÃO
CONSTITUCIONAL
DAS FORÇAS
ARMADAS DO
BRASIL NA
GARANTIA DA
ORDEM

THE
CONSTITUTIONAL
MISSION OF THE
ARMED FORCES OF
BRAZIL IN THE
GUARANTEE OF
THE ORDER

PEREIRA, Luiz Fernando de
Campos [1]

[1] Direito - Faculdade de Direito
Santo André – FADISA.

RESUMO

Esse estudo traz em seu bojo o emprego das Forças Armadas e sua atuação em operações de Garantia de Lei e da Ordem. Apresenta-se a missão Constitucional das Forças Armadas pautadas, sobretudo na proteção do território nacional e fortalecimento do efetivo para prevenção de ataques sejam eles de natureza nacional ou internacional. Concluiu-se que a missão constitucional das Forças Armadas, fundamentada no cumprimento da lei exerceram um papel fundamental para conquistas sociais e políticas.

Palavras-chave: Missão Constitucional. Forças armadas. Ordem.

ABSTRACT

This study brings with it the employment of the Armed Forces and their performance in Law and Order Guarantee operations. The Constitutional mission of the Armed Forces is presented, mainly in the protection of the national territory and strengthening of the force to prevent attacks, whether they are of a national or international nature. It was concluded that the constitutional mission of the Armed Forces, based on compliance with the law, played a fundamental role for social and political conquests.

Keywords: Constitutional Mission. Armed forces. Order.

1 INTRODUÇÃO

Apesar do emprego das Forças Armadas não ser predominantemente relacionado à violência urbana, torna-se relevante apresentar que sua atuação em operações de Garantia de Lei e da Ordem tem tornando-se cada vez mais comum, sobretudo, no Estado do Rio de Janeiro, onde a segurança pública e seu efetivo encontram-se em combate diário com

facções criminosas, seja pela quantidade de comunidades ao longo do território, seja pelo domínio exercido pela criminalidade.

Apresenta-se a missão Constitucional das Forças Armadas pautadas, sobretudo na proteção do território nacional e fortalecimento do efetivo para prevenção de ataques sejam eles de natureza nacional ou internacional, pois, o Estado deve estar preparado para enfrentar e proteger seus cidadãos de quaisquer ameaças.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 FORÇAS ARMADAS E A SUA MISSÃO CONSTITUCIONAL

O estudo das diretrizes constitucionais sobre o papel das Forças Armadas é essencial para promoção da compreensão das instituições militares responsáveis pela salvaguarda, defesa e fiscalização terrestre, área e marítima, do território nacional. As Forças Armadas são instituições compostas das seguintes Armas Exército, marinha e Aeronáutica, que juntas exercem uma função primordial para sociedade defendendo a pátria, produzindo garantias aos poderes constitucionais e servindo de forma permanente sob a autoridade do Presidente da República Brasil, seguindo os preceitos do artigo 142 da Constituição Federal de 1988¹

Pode-se questionar: qual é o efetivo das Forças Armadas? Quantos da reserva e reservistas? Se o Brasil entrasse hoje em guerra, de quantos homens poderia dispor para emprego imediato? Tem-se, hoje, a pronto emprego, 1.674.000 homens e mulheres, sendo 334.500² de militares da ativa e 1.340.000 de militares da reserva. Policiais militares no Brasil: 413.920, no ano de 2012, anuário brasileiro de segurança pública. Esse efetivo público tem a função de proteger todo o território nacional, bem como, estabelecer a proteção do país contra possíveis ataques e desentendimentos nacionais e internacionais. Segundo Friede (2018, p.13): “(...) a construção dada ao texto atual (art. 142, Constituição Federal) foi justamente evitar o

¹ Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

² Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre: III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas; (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

manejo, antes frequente, das Forças Armadas como instrumento de estabilização política, como tantas vezes ocorreu”.

O papel das Forças Armadas perante a Constituição Federal passou por um longo processo histórico, principalmente durante o período de elaboração do texto constitucional vigente, veja-se:

O general Leônidas conheceu um artigo, mas o que saiu impresso no substitutivo foi outro. Os ministros militares queriam - e continuarão querendo que o artigo reservado ao emprego das Forças Armadas fizesse expressa menção à função delas de garantirem, também, a lei e a ordem, como está dito, por exemplo, na Constituição atual. A referência à manutenção da lei e da ordem desapareceu no substitutivo de Cabral. Poderá retornar depois que o substitutivo for examinado na Comissão de Sistematização.

Essa discussão apresentava concepções divergentes entre os doutrinadores constitucionais, pois havia compreensões diferentes sobre a importância do papel das Forças Armadas. Entre os militares, enquanto parte almejava uma menção clara sobre “submissão” desta figura à de maior poder dentro Estado, outra buscava a consolidação de uma independência destas, bem como o reconhecimento de sua força institucional. Após intensos debates sobre a expressão “por iniciativa de qualquer destes”, houve a positivação do dispositivo do Artigo 142 da Constituição Federal vigente³.

Após intenso debate, definiu-se que as Forças Armadas, compostas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas de acordo com a hierarquia e disciplina sob a autoridade máxima do Presidente da República, e visam à Defesa da Pátria, a garantia do poder constitucional e a garantia de lei e ordem (FERREIRA FILHO, 2008).

A Assembleia Constituinte também determinou a adoção de uma lei complementar para estabelecer as normas gerais a serem adotadas na organização, preparação e emprego das Forças

³ Apenas os partidos de "esquerda" foram contra a aprovação do artigo que regulamenta o papel constitucional das Forças Armadas. Por 326 a 102 votos e cinco abstenções, o plenário do Congresso constituinte manteve ontem o texto da Comissão de Sistematização (idêntico ao do Centrão) que permite aos militares defender o território nacional, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de um destes (referência aos três Poderes), a lei e a ordem. [...] "Se manteve a tutela militar porque a extensão da expressão 'da lei e da ordem' é muito abrangente. Pode ser tanto uma intervenção numa greve quanto um golpe militar", disse o deputado José Genoíno (PT-SP), autor da tentativa de restringir os poderes das Forças Armadas. Sua emenda, que reproduzia integralmente o texto da ex-comissão de Estudos Constitucionais presidida pelo hoje senador Afonso Arinos (PFL-RJ), limitava a ação dos militares à defesa "da ordem constitucional". (MOREIRA, 1988, p. 6)

Armadas. Desde a Constituição de 1891, têm sido utilizadas para garantir a lei e a ordem e, como se vê na carta constitucional atual, esta missão foi mantida. Apesar dessa tradição, mas pela inserção de comandos do artigo 142, §1º da Constituição Federal de 1988, e no intuito de se evitar a repetição dos mesmos erros, é necessário delinear adequadamente o papel das Forças Armadas.

Nesse diapasão, especialmente no que tange à proteção da lei e da ordem, coordenar perfeitamente o sistema jurídico e democrático com os contornos adequados para prevenir que incidentes de controle inconstitucionais venham a ocorrer. De acordo com a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, o Ministro da Defesa exerce a chefia superior das Forças Armadas, além de outras funções, como: formular políticas e diretrizes para produtos de defesa utilizados em atividades empresariais, incluindo armamentos, munições, meios de transporte e comunicação, uniformes e materiais de uso individual e coletivo (Artigo 11-A)⁴.

Ainda no que se refere ao tema da salvaguarda da lei e da ordem, o Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, aprovou a Estratégia Nacional de Defesa, um passo importante na coordenação da legislação e no treinamento das Forças Armadas para o uso esporádico de métodos específicos para essas tarefas. Isso mostra que a Constituição e a lei definem o desempenho das Forças Armadas no nível atual.

De acordo com o **Livro Branco da Defesa Nacional (do Ministério da Defesa)**, a expressão “defesa nacional” pode ser descrita como um conjunto de medidas e ações somadas pelo país, enfatizando expressões militares para proteger o território, a soberania e os interesses nacionais de grandes ameaças ou listas externas. Por sua vez, de acordo com a Política de Defesa Nacional aprovada pelo Decreto nº 5.484 de 30 de junho de 2006, os objetivos da defesa nacional são: assegurar a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; defender

⁴ Outrossim, o art. 15 da citada Lei Complementar assevera que o emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em operações de paz, é de responsabilidade do Presidente da República, que determinará ao Ministro da Defesa a ativação de órgãos operacionais. Da mesma forma, o parágrafo 1º do mesmo art. 15 confere ao Presidente da República a decisão do emprego das Forças Armadas, por iniciativa própria ou em atendimento a pedido manifestado por quaisquer dos poderes constitucionais, por intermédio dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados. Ademais, nos termos art. 15, § 2º, a atuação das instituições militares na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados (caráter subsidiário) os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal. (FRIEDE, 2018, p. 30).

os interesses nacionais e do povo brasileiro e recursos no exterior; contribuir e manter a coesão e unidade nacionais; promover a estabilidade regional; contribuir para a manutenção da paz e segurança internacionais; fortalecer as previsões do Brasil na cooperação internacional e um maior envolvimento do Brasil no processo de tomada de decisão internacional (SILVA, 2005).

Ressalte-se que a atuação das Forças Armadas está bem definida de acordo com o referido marco normativo (Constituição Federal, Lei Complementar nº 97/99, Estratégia Nacional de Defesa, Livro Branco da Defesa Nacional, Política Nacional de Defesa), o que não ocorreu no passado. Dada a sua relevância, ainda no discurso de despedida do General Enzo Martins Peri no Comando do Exército Brasileiro em 5 de fevereiro de 2015, ele lembrou dos três últimos documentos de orientação para as atividades das Forças Armadas.

Cabe destacar que o Comandante Enzo não fez qualquer comentário de cunho político em seu discurso, mas apenas expressou o entendimento de que as Forças Armadas devem conhecer sua importância e posição no quadro institucional Brasileiro. Em que pese à clara vocação constitucional das Forças Armadas, há circunstâncias excepcionais em que podem ser empregadas subsidiariamente às autoridades descritas no artigo 144, da Constituição Federal, em atividades típicas de segurança pública, para o restabelecimento ou garantia da lei e da ordem.

2.2 DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E CLASSIFICAÇÕES

A prestação de serviços públicos está positivada no art. 175 da Constituição Federal de 1988. A partir da leitura do artigo nota-se que a titularidade dos serviços públicos é concernente ao Estado, a figura do particular na prestação de serviços públicos ocorrerá apenas ante a delegação por parte estatal. Via de regra os serviços públicos não são livres para serem exercidos pelos particulares, que somente poderão exercê-lo através de um contrato de concessão ou de permissão. E como tudo no direito é cercado por exceções temos as seguintes ressalvas. Existem serviços relevantes para a população que podem ser proporcionados tanto pelo Estado quanto pelos particulares, se prestada pelo estado são consideradas serviço público é o que ocorre com a prestação da saúde através dos hospitais públicos, postinhos, agências. Quando prestados pelos particulares serão consideradas atividades privadas com interesse público. O artigo 6º da Constituição Federal demonstra um rol exemplificativo de direitos

sociais pelo Estado à educação, a saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção a maternidade e a infância, assistência aos desamparados. As classificações abaixo dos serviços públicos são apresentadas por Hely Lopes Meirelles e Celso Antônio Bandeira de Mello (2007, p. 89):

Os serviços públicos podem ser classificados a partir de variados critérios: a primeira categoria diz respeito a essencialidade: a) serviços públicos propriamente ditos: são privativos do Poder Público por serem considerados indispensáveis e necessários para sobrevivência do grupo social e do próprio Estado. Exemplo: defesa nacional; b) serviços de utilidade pública: sua prestação não é indispensável para a sociedade, mas conveniente e oportuna na medida em que facilita a vida do indivíduo. Exemplo: energia elétrica.

Outra categoria diz respeito à adequação: a) serviços próprios do Estado: são aqueles vinculados às atribuições essenciais do Poder Público, sendo em regra prestados diretamente pelo Estado, de modo gratuito ou mediante baixa remuneração. Exemplo: saúde pública e segurança pública; b) serviços impróprios do Estado: aqueles que não afetam substancialmente as necessidades da coletividade, razão pela qual podem ter a prestação outorgada a entidades estatais descentralizadas ou delegada a particulares. Exemplo: telefonia fixa.¹⁷

E ainda no que tange a finalidade que são: a) serviços administrativos: prestados para atender necessidades internas da Administração. Exemplo: imprensa oficial; b) serviços industriais: consistem na exploração de atividades econômicas pelo Estado, produzindo renda e lucro para o prestador. Exemplo: venda de refeições a preços populares por empresa pública municipal.¹⁸

Por outro lado, segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, ante o tratamento dado pela Constituição Federal, os serviços públicos podem ser divididos em quatro categorias: a) serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado: são aqueles que somente podem ser prestados diretamente pelo Estado ou por entidades estatais, não admitindo delegação a particulares. São casos em que o Estado tem que prestar sozinho o serviço. Exemplo: serviço postal e correio aéreo nacional (MEIRELLES, 2007). Serviços que o Estado tem obrigação de prestar e obrigação de conceder: são casos em que a Constituição determina a prestação pelo Estado e simultaneamente a delegação a particulares. Em tais hipóteses, o Estado tem que prestar junto com particulares E ainda, os serviços que o Estado tem obrigação de prestar, mas sem exclusividade: é o caso dos serviços de saúde e educação, que, quando prestados pelo

Estado, são serviços públicos. Neles, o Estado não pode admitir prestação somente por particulares.

Nesse aspecto, há que se ressaltar que a classificação até apresentadas são essenciais para construção da problemática do trabalho, de modo que percebamos a existência de serviços públicos é essencial para construção e manutenção da sociedade ideal, pautada em aspectos de justiça, igualdade, equidade, nesse diapasão veremos a seguir sobre a violência urbana.

CONCLUSÃO

Apresentou-se a missão constitucional das Forças Armadas, fundamentada no cumprimento da lei e principalmente como um instrumento de estabilização política, isso porque ao longo da história as Forças Armadas exerceram um papel fundamental para conquistas sociais e políticas.

Durante a elaboração do texto constitucional vigente houve uma preocupação sobre o papel dessas forças e a quem elas seriam submissas, ou ainda, se seriam consideradas independentes funcionalmente.

Durante cada período histórico houve uma concepção da importância das policiais para organização social, isso porque um governante independente do regime, precisa dessas forças para fazer valer seu poder dentro de determinado território.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010**, altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado- Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. 2010.

BRASIL. **Sítio da 2ª Divisão de Exército**: Exercício de Garantia da Lei e da Ordem. Texto disponível em: <http://2de.eb.mil.br/exercicio/glo/2009/index.htm>. Acesso em 13 nov. 2020.
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 34. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

FRIEDE, R. Do emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem. **Jus Brasil**. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/64323/do-emprego-das-forcas-armadas-na-garantia-da-lei-e-da-ordem/4>. Acesso em 08 nov. 2020.

MARTINS, E. P. Direito Constitucional Militar. **Jus Navigandi**, ano 8, n. 63, 1 mar. 2003.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Ed. Malheiros, 2007, p. 289.

MELLO, C. A. B. de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Ed. Malheiros. 2009.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Ocasões em que as Forças Armadas (FA) foram empregadas em GLO**. Estado-Maior conjunto das Forças Armadas Chefia de Operações Conjuntas. 2018. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2018/02/levantamento-operacoes-GLO.pdf>. Acesso em 17 nov. 2020.

MOREIRA, D. **Constituinte mantém atribuições das Forças Armadas**. Folha de São Paulo, edição de 13 abr. 1988, p. 6.

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

O EMPREGO DAS
FORÇAS ARMADAS
NAS OPERAÇÕES
DE GARANTIA DA
LEI E DA ORDEM
NO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO:
ASPECTO
JURÍDICO DIANTE
O ART 16-A CPPM.

THE USE OF THE
ARMED FORCES IN
LAW AND ORDER
GUARANTEE E
OPERATIONS IN
THE STATE OF RIO
DE JANEIRO:
LEGAL ASPECT
UNDER ART 16-A
CPPM.

PEREIRA, Luiz Fernando de
Campos [1]

[1] Direito - Faculdade de Direito
Santo André – FADISA.

RESUMO

O presente trabalho trata sobre o emprego das Forças Armadas nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem uma discussão sobre o artigo 142 da Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Essa temática é extremamente relevante no cenário jurídico e fático, pois, além de ser uma questão de preservação e promoção da segurança pública em diversas facetas, também é uma forma de proteção humana e patrimonial coletiva, tendo em vista que o emprego das Forças Armadas compreende a defesa da pátria, garantia dos poderes constitucionais, garantia do cumprimento da lei e da ordem e segurança nacional. Os objetivos do presente trabalho são: apresentar a importância e relevância das Forças Armadas para a coletividade; analisar o artigo 124 da Constituição Federal; demonstrar a situação do estado do Rio de Janeiro no que tange a segurança pública. Nesse diapasão, fora necessária uma problemática que levantou os seguintes questionamentos: Sabendo que a garantia da lei e da ordem pública é fundamental para proteção coletiva, como e quando os estados brasileiros podem suscitar o apoio das Forças Armadas? O que mudou com a implementação do artigo 16-A do Código Processual Penal Militar? Assim, através de uma revisão bibliográfica com emprego dos métodos analítico e com levantamento de dados através do método qualitativo, fora possível apresentar a Forças Armadas, a missão constitucional por ela exercida, apresentação de conceitos, demonstração de aplicabilidade da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro e a competência da Justiça Militar a partir da inserção do artigo 16-A do Código Processual Penal Militar.

Palavras-chave: Segurança. Polícia. Sociedade. Legalidade. Garantia da Lei e da Ordem

ABSTRACT

The present work deals with the employment of the Armed Forces in Law-and-Order Guarantee Operations, a discussion on Article 142. This theme is extremely relevant in the legal and factual

scenario, because, in addition to being a matter of preservation and promotion of security public in various facets, it is also a form of collective human and patrimonial protection, considering that the use of the Armed Forces comprises: the defense of the country, guarantee of constitutional powers, guarantee of compliance with law and order and national security. The objectives of this paper are: to present the importance and relevance of the Armed Forces to the community; analyze article 124 of the Federal Constitution; demonstrate the situation of the state of Rio de Janeiro with regard to public security. In that pitch, a problem was necessary that raised the following questions: Knowing that the guarantee of law and public order is fundamental for collective protection, how and when Brazilian states can elicit the support of the Armed Forces? What has changed with the implementation of Article 16-A of the Military Penal Code? Thus, through a bibliographic review using analytical methods and data collection using the qualitative method, it was possible to present to the Armed Forces, the constitutional mission performed by them, presentation of concepts, demonstration of the applicability of federal intervention in the state of Rio de Janeiro and the jurisdiction of the Military Justice after the insertion of article 16-A of the CPPM.

Keywords: Security. Police; Society. Legality. GLO.

1 INTRODUÇÃO

Estudar sobre o emprego das Forças Armadas nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem e promover uma discussão sobre o artigo 142 da Constituição Federal, Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, compreende uma série de aspectos e temáticas relevantes tanto para o Direito quanto para a sociedade. Isso porque, existe uma necessidade de organização urbana, sobretudo nas comunidades em que a falta de soberania estatal leva ao domínio das facções e promoção do caos.

Nesse diapasão, o trabalho buscou através de seus objetivos apresentarem um estudo relevante e de importância jurídica e socialmente, assim os objetivos do trabalho foram: apresentar a importância e relevância das Forças Armadas para a coletividade; analisar o artigo 124 da Constituição Federal que trata da competência Justiça Militar; demonstrar a situação do estado do Rio de Janeiro no que tange a segurança pública. Assim, através destes foi possível compreender a importância de institutos como: intervenção federal prevista no artigo 34 da Constituição Federal, Forças Armadas, operações em campo, necessidade promoção da segurança pública.

Estudar um tema que envolve a segurança pública e uma intervenção das forças policiais é relevante porque a partir dele pode-se abordar sobre a organização urbana das Comunidades, ressaltar o papel das operações de Garantia da Lei e da Ordem e apresentar o principal papel exercido pelas Forças Armadas no Território Nacional. Todos esses aspectos são relevantes no

sentido de apresentação e compreensão da parceria que deve ser estabelecida entre a União Federal e os Estados membros.

Foram levantados os seguintes questionamentos para elaboração desta pesquisa: Sabendo que a garantia da lei e da ordem pública é fundamental para proteção coletiva mais seu acionamento deve ocorrer em casos de extrema necessidade, como e quando os estados Brasileiros podem suscitar o apoio das Forças Armadas? O que mudou com a implementação do artigo 16-A do Código Processual Penal Militar?

Deste modo, tratou-se das Forças Armadas seu surgimento ligado a necessidade de segurança pública desde os primórdios e a importância das organizações militares para consolidação da estrutura das Forças Armadas.

São apresentadas as previsões constitucionais e classificações pertinentes aos direitos sociais, a prestação de segurança pública, análise da importância do serviço público, sobretudo, a necessidade de proteção territorial e dos cidadãos promovida pelas Forças Armadas, além de abordar a segurança pública e organização urbana, isso porque um dos principais locais em que não há efetividade do trabalho correlacionado à segurança pública são nas comunidades e periferias, locais que se padece de segurança pública efetiva, ocasionando a necessidade interventiva estatal.

Aborda-se o conceito de intervenção federal, bem como, uma breve análise sobre o crescimento dos crimes nas comunidades no sentido de apresentação da necessidade de organização urbana nas comunidades como forma de promoção da segurança pública. Por fim, tem-se uma apresentação do artigo 16-A do Código Processual Penal Militar que trouxe uma mudança circunstancial na atuação da justiça militar em questões que envolvem garantia da lei e da ordem.

Assim, a atuação das Forças Armadas pode ser compreendida com amplitude a partir dos pontos apresentados, exercendo papel Constitucional de proteção da Pátria, sendo de grande relevância jurídica e social, onde todos os policiais exercem dentro de suas competências um papel importante para o coletivo como previsto no artigo 144 da Constituição Federal, no qual se realizou a análise em tela, fundamental para enriquecimento profissional e acadêmico sobre a temática estudada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DAS FORÇAS ARMADAS

O surgimento das Forças Armadas é fundamentado em um contexto histórico que não ocorre de forma voluntária estatal, mas, sim através de uma necessidade, de manutenção da ordem pública através do cumprimento da Lei desde a época da colonização do Brasil, onde a já existente Marinha Portuguesa com a utilização de suas Forças Armadas foram as principais responsáveis pela organização de um novo sistema de sociedade que seria implementado por Portugal no Brasil.

Quando se busca compreender a história legal das Forças Armadas, destaca-se sua existência de fato, quanto mantenedoras da ordem pública desde os períodos imperiais. Em 1824, apesar a existência de uma Constituição Política do Império, composta por 179 artigos não havia a utilização dos termos Forças Armadas de maneira clara, mas, menções aos guardas imperiais. Lado outro, apenas terminologias como Comandantes da Força de terra e Mar, no artigo 102 dessa Constituinte que tinham a obrigatoriedade de servir sua nação (MATHIAS, GUZZI, 2009, p. 45).

Nesse aspecto, o papel das Forças Armadas é demonstrado ao longo de toda a história, tendo em vista que em cada período, a guarda, política e a militância eram responsáveis por assegurar a qualidade de vida e aplicação das normas legais, levando em consideração o regime político predominante. Não diferente é o que ocorre atualmente através da ligação entre as forças armadas e o Estado.

A atuação das Forças Armadas ocorre de forma integrada por militares, isso porque o sistema militar é composto por diversas regras e princípios, dentre eles o da hierarquia, disciplina, respeito e atitudes fieis para com seu comando, civismo, em como o respeito e participação ativa nas atividades concernentes ao Pavilhão Nacional.

Vale ressaltar a existência desses princípios nas normas nacionais civilistas, sobretudo, a importância dessa temática e sua atuação. Porém dentro das Forças Armadas existe a distribuição hierárquica pautada no período de academia, condizente também com as conquistas e condutas desses membros denominados militares da pátria, e ainda possuem patentes no campo militar, pois as suas atividades militares são distribuídas e respeitam acima de tudo a hierarquia. Nesse diapasão, ao tratarmos de atividade militar é necessário evocar a noção de

que existem, atividades e agentes nas mais diversas categorias uns subordinados e outros subordinadores, que devem ser devidamente escalonados, seguir a normativa numa estrutura vertical rígida. Há que se ressaltar que os fundamentos aplicados a sociedade são diversos daqueles aplicados aos militares, pois “[...] sociedade civil é fundada na liberdade, a sociedade militar é fundada na obediência” (MATHIAS; GUZZI,2009). Há que se destacar que aqueles que integram as Forças Armadas estão submetidos à diversas circunstâncias nas quais um cidadão comum não está submetido, onde o risco de perder a própria vida é a demonstração da existência de um sacrifício em prol da Pátria e da honra de servir, ou seja, ainda que a própria vida do membro das Forças Armadas esteja em risco, servir a pátria torna-se algo maior.

O trabalho e a responsabilidade das Forças Armadas exigem muito dos seus membros, no qual a Constituição Federal de 1998, dispõe de diversas responsabilidades a esses agentes de modo a se observar o mais importante que é a defesa da pátria.

Ressalta-se o art. 5º, XLVII da Constituição Federal que tem a previsão da possibilidade de morte nos casos de guerra declarada, veja então como a profissão possui riscos. O risco de morte, e a responsabilidade de matar em casos extremos, já em confrontos policiais devem ser levados em consideração, por isso a importância da realização de um treinamento de qualidade e respeito às normas positivadas sobre as Forças Armadas.

O Estado de Defesa deve ser decretado pelo Presidente da República, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, além de ser aprovado pelo Congresso Nacional, para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçada por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza (NASCIMENTO, 2017, p. 49).

A vigência do estado de defesa é de 30 dias e pode ser prorrogável apenas por igual período e apenas uma única vez. Diferente do que ocorre no Estado de Sítio é que sua autorização depende de autorização do Congresso Nacional e do decreto presidencial, desde que sejam ouvidos o Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, isso ocorre nos casos em que existe uma grande comoção com repercussão nacional.

O Estado de Sítio também poderá ser decretado nos casos de declaração de Estado de Guerra ou resposta a agressão armada estrangeira, tendo sua vigência o tempo que perdurar a guerra ou a agressão armada estrangeira. A Intervenção Federal, por sua vez, é uma medida de exceção, ou seja, a União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para, entre outras hipóteses, repelir invasão de uma unidade da Federação em outra, pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, ou ainda, garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação (NASCIMENTO, 2017, p. 59)

Assim, a decretação do Estado de Sítio é uma medida de extrema urgência, e deve ser compreendido tanto em seu papel pela manutenção da organização do estado quanto pela proteção de seus cidadãos. Apesar da gravidade das medidas busca-se a paz social e a integridade física e nacional, considerando a importância do trabalho exercido pelas Forças Armadas, não apenas para manutenção da paz social, mas, para o equilíbrio da sociedade.

O exercício dessa profissão é relacionado aos períodos de calamidade ou guerra, porém, na maior parte do trabalho exercido pelas Forças Armadas ocorre em tempos de paz, seja para manutenção da organização civil ou ainda no sentido econômico, e principalmente na promoção da proteção dos interesses nacionais.

2.2 DA SEGURANÇA PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO URBANA

A priorização da segurança pública é uma temática que vem sendo debatida ao longo do tempo, justamente porque se trata de uma preservação da própria sociedade brasileira, o de possuir e proporcionar uma boa convivência entre os membros da sociedade, sendo uma função essencial do estado, em que a Constituição Federal prevê além dos demais direitos e garantias a questão da segurança pública (CARVALHO; SILVA, 2011).

Nesse aspecto o Estado passa a ser responsável pela sociedade ocupante de seu território, bem como, pela organização da sociedade através do sistema legal, dentro da organização sociais diversos fatores precisam ser avaliados, dentre eles a questão educacional, de saúde, de segurança pública, uma sociedade saudável e com uma boa qualidade de vida necessita de mecanismos de proteção e coesão social de modo a conseguir transitar sem demais problemas.

Sendo assim, para que exista e se mantenha uma figura estatal é imprescindível que a coletividade exerça o poder político, ou seja, que sociedade se expresse através de uma organização seja ela parlamentarista, republicana, socialista, nesse aspecto a carta magna constitucional vigente do Brasil possui aspectos republicanos democráticos¹. É nesse sentido a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) é considera carta magna, ou seja, o documento norteador das relações sociais estabelecidas em sociedade, nela temos diversas disposições a respeito de deveres, garantias, procedimentos, processos, é um documento no qual se encontram

¹ “o Estado passa a ter existência a partir do momento em que o povo, consciente de sua nacionalidade, organiza-se politicamente”. SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

as diretrizes máximas e invioláveis, que organizam de fato o ente estatal, ressalta-se a previsão do artigo 1º da Constituição Federal². Quando se analisa a perspectiva garantista brasileira, a distribuição democrática do direito e os fundamentos da nossa constituição perceberam uma preocupação com o bem-estar da sociedade de modo geral, isso porque com a preservação da soberania, da cidadania e da dignidade da pessoa humana conseguimos compreender que o Estado busca a preservação de uma sociedade organizada, com acesso a direitos. No que se refere ao artigo 1º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), Kohama (2008, p. 27), demonstra que:

[...] a União constitui-se em pessoa de direito público interno, autônoma em relação aos Estados, tendo por missão o exercício das prerrogativas da soberania do Estado brasileiro, pois se configura como entidade federal resultante da reunião dos Estados-membros, Municípios e do Distrito Federal. Consequentemente, os Estados-membros são entidades federativas que compõem a União, dotados de autonomia e também se constituem em pessoas de direito público interno.

A segurança passa ser um direito fundamental que deve ser ofertado à coletividade, assim o Estado tem como finalidades básicas: “a segurança, com o objetivo de manter a ordem política, econômica e social; e o desenvolvimento, com o objetivo de promover o bem comum” (SILVA, 2004, p. 21). A fim de cumprir as finalidades mencionadas pelo autor no qual o Estado desempenha funções múltiplas³. E essas funções devem ser executadas pelos agentes públicos cada qual dentro de suas respectivas atividades, isso porque cada órgão é responsável pela execução de um determinado serviço.

A cidade é um conjunto essencial para organização da sociedade atual, nela tem-se além dos edifícios, bens, agrupamentos, relações entre seus indivíduos, movimentos sociais, conflitos sociais dentre outras características que a tornam importante para o desenvolvimento humano. Nesse sentido, há que se ressaltar em primeiro plano a figura de um lugar que deve cumprir a sua função social de permitir a sobrevivência de uma sociedade, seja ela organizada ou não, respeitando o senso de comunidade e suportando as transformações que decorrem com a evolução da sociedade e seus mais diversos níveis sociais.

² Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político. Parágrafo único. Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. Constituição Federal de 1988.

³ O Estado tem a função de instituir e dinamizar uma ordem jurídica (função normativa, ordenadora ou legislativa); a de cumprir e fazer cumprir as normas próprias dessa ordem, resolvendo os conflitos de interesses (função disciplinadora ou jurisdicional); a de cumprir essa ordem, administrando os interesses coletivos, gerindo os bens públicos e atendendo às necessidades gerais (função executiva ou administrativa).

A histórica segregação espacial, que corresponde a uma espécie de ecologia da desigualdade social, favoreceu a que essa ponta do tráfico internacional, relacionada ao comércio a retalho para o consumo final, tivesse um de seus canais concentrado nas favelas, entre outras "periferias". Isso redefiniu a imagem pública desses territórios e afetou profundamente o entendimento coletivo de seu lugar na organização urbana (VALLADARES, 2005, p. 45).

Por outro lado, a violência urbana inevitável que decorre dessa organização acarreta à população pacífica uma sensação de insegurança que no segundo artigo demonstrou um dos principais mecanismos utilizados no combate à violência, a repressão trazida pelas UPP's (Unidades de Polícia Pacificadora no Estado do Rio de Janeiro), que tem a finalidade de reforçar a segurança.

Nesse sentido é possível compreendermos que ambas as problemáticas apresentadas são questões que possuem similaridades como, por exemplo, a necessidade de haver uma forma mais complexa e refinada de civilização, mas, sabe-se que desde os primórdios as tentativas de uma organização civilizada foram frustradas pelas condutas inadequadas ou ilícitas dos indivíduos a depender do período.

A medida adotada nas Comunidades do Rio de Janeiro como forma de controle, segurança e repressão têm se destacado, pois elas são consequências de mudanças trazidas primeiramente pelas Forças Federais, posteriormente passada ao Exército como no caso da Favela da Maré.

Os efeitos sobre a questão da segurança pública, como é fácil de compreender, são explosivos. Antes de qualquer coisa, porém, é preciso considerar que, embora afete toda a população, eles não são homogêneos. Nos territórios da pobreza, há uma inapelável contiguidade espacial com a "sociabilidade violenta", gerando condições de vida críticas para a população moradora. As camadas abastadas dispõem de mais recursos (materiais e simbólicos) para auto solar-se, além de já viverem em regiões física e socialmente mais afastadas dos "portadores" da "sociabilidade violenta". Na pesquisa que o grupo que coordeno realiza no momento, começamos a explorar a ideia de uma "sociabilidade fortaleza", sugerida por Luis Fridman a partir do conhecido livro de Caldeira (2000) sobre os condomínios em São Paulo: ela seria uma resposta reativa, uma das variantes possíveis da gramática da *violência urbana* (SILVA, 2010, p. 56).

Assim, como temos a problemática em torno da cidade que apesar de ser formada por um conjunto de bens e habitantes para alguns possui um valor intrínseco tão importante a ponto de o indivíduo sentir-se acolhido pelo meio e dele não poder ou não querer mudar-se. Nesse diapasão temos a questão dos moradores das comunidades. Diz-se "moradores das comunidades", pois, estes que residem nos locais onde as Forças Armadas estão constantemente chegando e alterando as relações sociais destes ambientes. De alguma maneira a violência

trazida por este embate demonstra que esse processo precisa ser analisado. Para Isaac Asimov “A Violência é o último refúgio do incompetente” (ASINOV, 2002, p 200).

Diante dessa afirmativa temos uma indagação importante, como a administração pública através de seus agentes poderá combater a onda de violência das Comunidades sem dela se utilizar? Esse questionamento torna-se semelhante ao levantando no contexto da cidade onde o que faz e desfaz a cidade permanente? Ambas as questões possuem respostas que nos conduzem a reflexão por viés filosófico, pessoal, intrínseco de cada indivíduo. Pois, existe a necessidade de combate à violência e para alguns a resposta será “olho por olho, dente por dente”, para outros quando se permite que os cidadãos sejam atingidos por essa violência é inadmissível. Ainda para uns, a cidade demonstra a evolução de processos políticos que impulsionam a sua existência, e para outros se trata apenas de objeto real necessário à sobrevivência humana, que passa por transformações que posteriormente a fará desaparecer.

A segurança pública continua sendo um tema complexo, e apesar das propagandas de suas ações, criou-se um senso comum negativo, pois não corresponde ao objetivo primordial ao designar UPP's de combate à violência, onde sem a existência delas não seria possível a convivência urbana.

Deste modo, o crescimento do contingente policial e o desenvolvimento acelerado das cidades proporcionam aos cidadãos a sensação de medo, incertezas, que não possuem um remédio imediato. Somente com a evolução da sociedade e conseqüentemente das cidades, com uma educação de qualidade, e com um policiamento adequado teremos uma sociedade mais sociável e mesmo hostil.

2.3 DA INTERVENÇÃO FEDERAL

A Constituição Federal de 1988, é responsável por disciplinares matérias referentes à intervenção, encontra-se disposta nos artigos 34 a 36⁴ da Carta Magna. Os três artigos

⁴ CAPÍTULO VI DA INTERVENÇÃO Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: I - manter a integridade nacional; II - repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra; III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública; IV - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação; V - reorganizar as finanças da unidade da Federação que: a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior; b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei; VI - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial; VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático; b) direitos da pessoa humana; c) autonomia municipal; d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta. e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção

conseguem apresentar situações em que é necessária uma intervenção da figura estatal na organização civil, desde que haja risco à coletividade ou desrespeito à norma, finanças, patrimônio públicos, pois a busca por assegurar os direitos constitucionais é uma preocupação constante na carta constitucional.

Segundo Cecilia de Almeida Silva (2006, p. 2) “A intervenção federal é instituto previsto no esquema avançado a partir do federalismo, de origem americana, e constitui medida extrema para situações pontuais de grande crise”, ou seja, ligado de forma direta a defesa do Estado, afetando de maneira direta o pacto federativo, tendo em vista que existe uma organização administrativa e separação dos poderes e suas respectivas funções, fazendo assim, que a intervenção federal seja um mecanismo que permite a ação interventiva de um poder em detrimento do outro.

Nesse sentido, a partir da leitura do artigo 34 da Constituição Federal verifica-se que “A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, **exceto para**” (BRASIL, 1988). É possível identificar que a regra é a não intervenção, uma vez que o exceto dentro da carta constitucional serve para apresentação de um rol taxativo (conforme ocorre neste dispositivo legal), ou seja, considera-se a intervenção como uma medida excepcional, que só pode ser aplicada nos casos taxativamente descritos na ordem constitucional.

Nessas circunstâncias, há riscos para a integridade da Federação, a ordem e a moral públicos, a segurança nacional e o cumprimento da Constituição. Portanto, a Constituição autoriza a União a atuar em nome de toda a Federação e a intervir na gestão administrativa dos

e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando: I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada; II - não forem prestadas contas devidas, na forma da lei; III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial. Art. 36. A decretação da intervenção dependerá: I - no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário; II - no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral; III - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal. § 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas. § 2º Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembléia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no mesmo prazo de vinte e quatro horas. § 3º Nos casos do art. 34, VI e VII, ou do art. 35, IV, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela Assembléia Legislativa, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade. § 4º Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal. Constituição Federal de 1988.

estados membros ou do Distrito Federal sob qualquer das exceções anteriores. Nesse diapasão, apresenta-se os requisitos para o ato interventivo, que segundo Silva (2006, p. 4) podem ser divididos entre pressupostos materiais e formais.

Nos pressupostos materiais é possível perceber que a Constituição confere à União o poder de interferir no poder administrativo dos Estados membros e extingue temporariamente a sua autonomia, limitando assim a possibilidade de interferir nas circunstâncias estipuladas no seu próprio texto. Estes fatos comprovam a racionalidade da intervenção e constituem a base material do seu pedido de intervenção. Assim, os incisos I ao IV do artigo 34 da Constituição Federal, delimitam os pressupostos materiais para ocorrência de uma intervenção federal.

Por outro lado, os pressupostos formais são demarcados pela existência de fatos específicos que podem justificar a intervenção, a Constituição estipula que é necessário o cumprimento de certas regras formais para garantir a validade do decreto. Esses requisitos são fornecidos pelo artigo 36 da Constituição Federal, que em seu §1º estipula que a intervenção será efetuada nos termos do decreto do Presidente da República e fixa o âmbito, o prazo e as condições da sua execução.

A Assembleia Nacional deve deliberar sobre o decreto de intervenção no prazo de 24 horas (SANTOS, 2009), e se o decreto estiver de férias, será convocado especialmente durante o mesmo período (SILVA, 2006, p. 5).

Com a previsão dos quatro incisos do artigo 36 da Constituição Federal, é possível compreender que existem pressupostos formais e materiais, pois a finalidade primordial dessa intervenção será a promoção da garantia dos direitos coletivos, aplicação da lei e da ordem, e, sobretudo, promoção da segurança pública nacional.

É relevante mencionar que o emprego da intervenção federal busca de maneira veemente consolidar um padrão de segurança pública, pois, os casos em que esta pode ser aplicada estão diretamente ligados à falta de segurança, de organização, de ordem e o desrespeito aos direitos sociais e, sobretudo os coletivos.

Outro aspecto importante de ser ressaltado são os efeitos de uma intervenção federal que podem ser diferentes, dependendo das razões do decreto. Se a intervenção for motivada pelo descumprimento de leis, ordens ou decisões judiciais federais, ou ainda por descumprimento de princípios constitucionais, o decreto limita-se à suspensão da execução do ato polêmico (artigo 36). Ou seja, aqueles que violam as leis federais, ordens judiciais ou violam os princípios constitucionais. Nesse caso, também é eliminada a presença de intervencionistas

federais, não havendo necessidade de destituição do governador ou do legislativo. Se o decreto envolver o poder executivo dos estados membros, o governador deve ser temporariamente destituído e, em seguida, o governador deve ser substituído por um interventor previamente nomeado. Se for para a legislatura, o deputado será destituído e suas funções serão transferidas para o governador, que também exercerá as funções legislativas do estado.

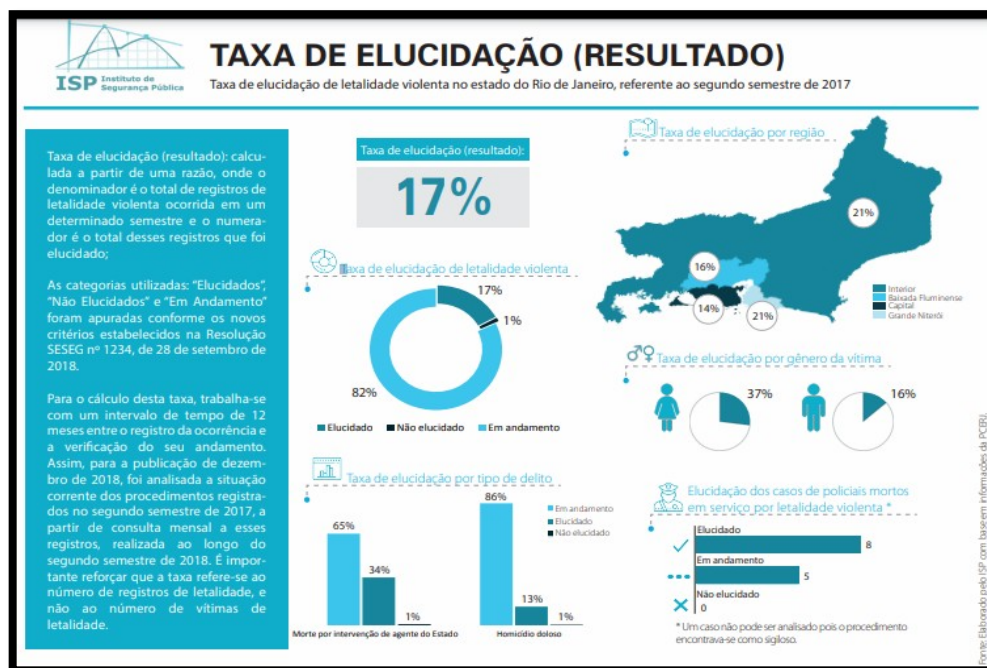
Uma vez provado que a ordem de intervenção é justificada e suspensa, a autoridade extinta retomará suas funções normais, a menos que seja legalmente proibida de fazê-lo (artigo 36, parágrafo 4º). No entanto, o principal efeito da implementação das medidas de intervenção foi à abolição temporária da autonomia nacional, que se confirmou nos princípios da auto-organização, autonomia e legislação, passando a união federal a intervir na administração de um dos estados membros ou municípios.

Dessa forma, compreendendo que a intervenção federal é um mecanismo de promoção da paz social, busca-se apresentar os dados referentes à criminalidade no estado Rio de Janeiro antes, durante e após a instauração de uma intervenção federal. Como se sabe, a intervenção requer a promulgação de um decreto, o último decreto relacionado ao Estado do Rio de Janeiro foi promulgado sob o nº 9.288 em 16 de fevereiro de 2018, com validade até 31 de dezembro de 2018.

Ocasão em que a segurança pública deixou de ser responsabilidade do então governador do estado e passou a ser responsabilidade do Interventor e General do Exército Walter Souza Braga Netto, respondendo de forma direta por todos os órgãos de segurança pública do estado, ficando subordinado apenas ao Presidente da República, deixando de responder às normas estaduais, bem como, liberado para realizar ações que cumprissem o objetivo da intervenção federal “pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública do Estado do Rio de Janeiro” (2018).⁵ Nesse sentido seguem abaixo os dados comparativos:

⁵ DECRETO Nº 9.288, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018 Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. (Revogado pelo Decreto nº 9.917, de 2019) O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso X, da Constituição, DECRETA: Art. 1º Fica decretada intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro até 31 de dezembro de 2018. § 1º A intervenção de que trata o caput se limita à área de segurança pública, conforme o disposto no Capítulo III do Título V da Constituição e no Título V da Constituição do Estado do Rio de Janeiro. § 2º O objetivo da intervenção é pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no estado do Rio de Janeiro. Art. 2º Fica nomeado para o cargo de Interventor o General de Exército Walter Souza Braga Netto.

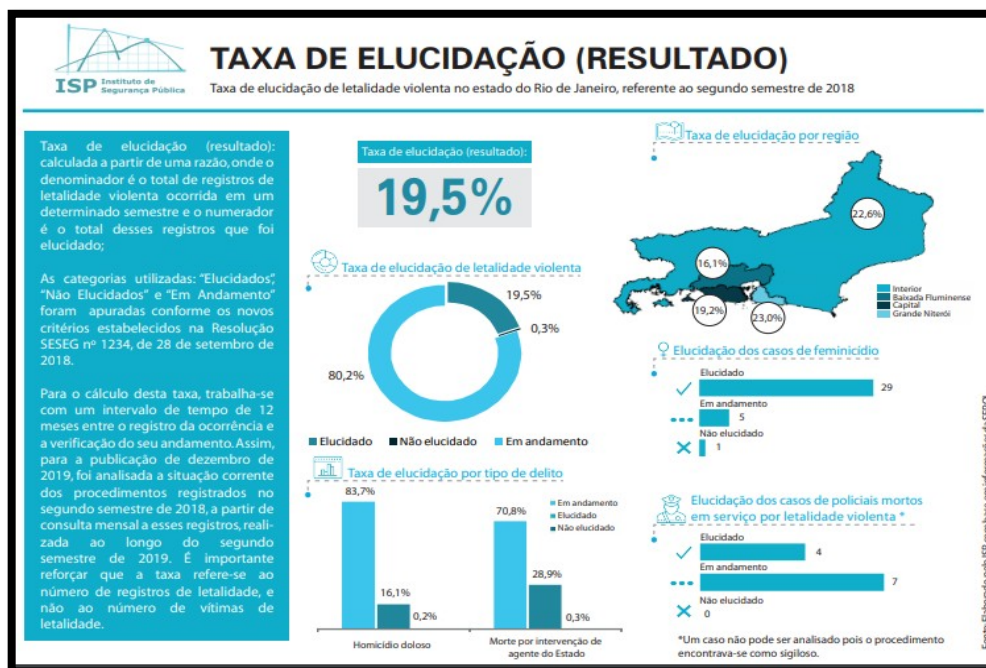
Figura 01: Taxa de Elucidação de casos em 2017 no Rio de Janeiro



Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (2018) INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA: Avenida Presidente Vargas, nº 817 - 16º andar - Centro CEP: 20.071-004 - Rio de Janeiro/RJ. Chefia de Gabinete - 2332-9709 / Comunicação Social 2332-9690 / Conselhos Comunitários de Segurança - CCS - 2332-9648 / 9693.

Os dados apresentados na figura acima demonstram uma taxa de elucidação de casos que envolvem mortes letais no Estado do Rio de Janeiro, concernente ao período de 2017, ano em que ainda não havia a promulgação e vigência do decreto de intervenção federal. Quando se analisam os dados expostos é possível perceber pela taxa de 17% que a violência expressa no estado não era solucionada de forma eficaz, e que essa morosidade corrobora para aumento e manutenção dos índices de violência.

Figura 02: Taxa de elucidação de casos em 2018 no Estado do Rio de Janeiro.



(Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (2018) INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA: Avenida Presidente Vargas, nº 817 - 16º andar - Centro CEP: 20.071-004 - Rio de Janeiro/RJ. Chefia de Gabinete - 2332-9709 / Comunicação Social 2332-9690 / Conselhos Comunitários de Segurança - CCS - 2332-9648 / 9693

Após a compreensão da necessidade de promoção de eficácia tanto no que tange ao processo investigatório e elucidatório dos delitos, quanto da necessidade de reforço e promoção da segurança pública, de modo que a ordem e a lei fossem de fatos cumpridos, durante o período de apuração pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro⁶ foi possível perceber de 2,5% na eficácia elucidatória dos crimes dolosos contra a vida com e sem intervenção estatal, bem como a investigação das mortes de agentes públicos em serviço por letalidade violenta.

Nesse sentido, fora perceptível a eficácia da intervenção federal no que tange ao processo elucidatório, no que se refere aos dados de 2019, ainda não houve por parte do instituto a sua publicação.

⁶ O Instituto de Segurança Pública, conforme atribuições previstas no Decreto nº 36.872, de 17 de dezembro de 2005, publica, com periodicidade semestral, o quadro consolidado do resultado do trabalho investigativo da Secretaria de Estado de Polícia Civil (Sepol) do Rio de Janeiro, em procedimentos cujos objetos são a apuração dos delitos que compõem o indicador “letalidade violenta” (homicídio doloso, morte por intervenção de agente do Estado, roubo seguido de morte e lesão corporal seguida de morte). Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (2018)

2.3.1 O crescimento dos crimes nas comunidades

Uma comunidade inicialmente era associada à diferentes tipos de plantas brasileiras. Com o passar do tempo contraiu outro significado, passando a representar os agrupamentos de domicílios urbanos localizados em territórios muito precários e com histórico peculiar. Pode também ser compreendido como uma resposta dada as práticas sociais e econômicas da época, sendo observado que grande maioria das pessoas que reside nas comunidades é de classe baixa ou média baixa.

Além dos nomes as mesmas têm semelhanças físicas também, uma vez que a estrutura na qual as residências ficam alocadas na favela se assemelha a forma física da planta da qual seu nome deriva. Para Cruz (1941) as Comunidades estão relacionadas diretamente a Guerra de Canudos como descrito no parágrafo abaixo.

A favela tem sua toponímia ligada à chamada “guerra de Canudos”. Terminara a luta na Baía. Regressavam as tropas que haviam dado combate e extinguiram o fanatismo de Antônio Conselheiro. Muitos soldados solteiros vieram acompanhados de “cabrochas”. Elas queriam ver a Corte. Esses soldados tiveram de arranjar moradas. Foram para o antigo morro de S. Diogo e, aí, armaram o seu lar. As “cabrochas” eram naturais de uma serra chamada Favela, no município de Monte Santo, naquele Estado. Falavam muito, sempre da sua Baía, do seu morro. E aí ficou a Favela nas terras cariocas. Os barracões foram aparecendo, um a um. Primeiro, na aba da Providência, morro em que já morava uma numerosa população; depois, foi subindo, virou para o outro lado, para o Livramento. Nascera a Favela (CRUZ, 1941, p. 102).

Com o crescimento assustador das habitações em comunidades começou a surgir grandes debates quanto à questão estrutural das moradias e das condições oferecidas pelas mesmas, pois não havia pavimentação ou saneamento em grande parte das comunidades já que as mesmas eram construídas de forma irregular e com o aparecimento de forma imediata de novas moradias a cada dia. Isso dificultava ainda mais para o governo ter um controle maior da quantidade exatas de famílias que estavam habitando nas comunidades.

À medida que os anos vão passando as comunidades nos estados crescem de forma admirável até mesmo para os governantes, sendo exigida por parte dos mesmos alguma postura políticas sobre as condições de moradias, de saúde pública e acima de tudo da segurança das pessoas, tendo em vista que grande parte das comunidades se transformaram em morros totalmente sujeitos a incêndios (ocorridos devido à instalação elétrica feita de forma clandestina) ou mesmo deslizamentos (devido ao grande volume de chuvas em certas estações). Por conta desse fato o estado passou a ter uma maior atenção para os cidadãos que residiam nas

comunidades, implantou alguns postos de saúde para assegurar uma grande epidemia ou até mesmo a contração de novas doenças relacionadas ao ambiente no qual as mesmas ficam localizadas.

Devido à grande dificuldade de conseguir emprego mais precisamente por conta da grande demanda de pessoas, começaram a ocorrer certos casos de crimes cometidos por pessoas moradas das comunidades, esses crimes se tornaram mais frequente indo desde pequenos furtos até mesmo o tráfico de drogas. Esse último ganhou destaque com o passar dos anos, se tornando atualmente o grande desafio da segurança pública do país. A cada dia que passa é crescente os números de crimes cometidos ou associados às comunidades, isso ocorre devido à dificuldade de localizar determinadas pessoas dentro delas, não somente pela difícil localidade das comunidades mais por conta das próprias pessoas moradoras de determinadas comunidades não denunciarem ou cooperarem com o poder público.⁷

Pode-se apontar esse conflito atual como uma resposta as ações governamentais feitas contra a classe pobre durante o século XIX, onde aos poucos criaram dentro do estado do Rio de Janeiro um estado a parte, com casas, mercados, sistema de eletricidade, telefonia, entre outros, independente da permissão do estado. Não se trata mais somente de problemas estruturais, pois podem ser amenizados, trata-se de um grave problema social e econômico, onde a cada dia se torna ainda mais complexo de ser resolvido (CARVALHO; SILVA, 2011).

Atualmente o crime é o subtítulo dado a comunidades, para muitos no ambiente das comunidades não existem outras pessoas se não os criminosos ou pessoas que estão associadas a eles. Porém a verdade é que por se tratar de um ambiente aberto, onde todos podem chegar e

⁷ Em mais uma análise conjuntural do município a partir do estudo “O Rio em perspectiva: um diagnóstico de escolhas públicas”, a Diretoria de Análise de Políticas Públicas da FGV, atualiza o cenário do mercado de trabalho carioca, a partir dos dados recém divulgados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) contínua do primeiro trimestre de 2017. Há três anos, o desemprego no município era em torno de 4% da população economicamente ativa. Já no final de 2016, a situação era completamente diferente, com 10,4% da população desocupada. Refletindo o comportamento geral do mercado de trabalho do país nos últimos meses, o desemprego no município do Rio de Janeiro chegou a 11,4% da população economicamente ativa no primeiro trimestre de 2017. É a maior taxa de desemprego que o IBGE levantou para o município desde 2012, quando a Pnad passou a ser divulgada por nova metodologia de pesquisa. As taxas da região metropolitana e do estado mantêm-se em patamar significativamente mais elevado, acima de 14% de desemprego, superando a cifra nacional (13,7%). Embora mais baixo, o desemprego no município começa a se aproximar do nível nacional. Esse quadro é bem diferente de meados de 2015, quando o desemprego no município chegou a ser metade do nacional e manteve-se em queda por mais tempo — seis meses — enquanto subia a desocupação no país, no estado e na região metropolitana. No primeiro trimestre de 2017, contabiliza-se um total de 382 mil desocupados, o triplo do que se estimava no segundo trimestre de 2015, revelando o ritmo acelerado de deterioração do emprego no município nos dois últimos anos. Em comparação com a análise realizada anteriormente, há um aumento de 37 mil pessoas desocupadas no município. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/o-rio-em-perspectiva-desemprego-ainda-crescente/>. FGV. 2018.

construir suas moradias a comunidades não tinha nenhum meio de se contrapor aos criminosos que com o tempo passaram a dominá-las. Como no início o governo e órgãos públicos não se importavam com as mesmas, as pessoas criminosas passaram a perceber as comunidades uma oportunidade de praticarem suas ações sem serem incomodados, existe casos em que os criminosos ajudaram a desenvolver estruturalmente as comunidades para possam desenvolver suas atividades criminosas em local de difícil visibilidade ou acesso do poder público quanto segurança pública.⁸

Somente quando não havia mais oportunidade ou forma de conter o crescimento das comunidades e das práticas criminosas que ocorriam nelas, foi que governos e órgãos públicos passaram a se preocupar em agir. Essa ação tardia custou e ainda custa a vida de muitas pessoas inocentes, uma vez que devido ao território ocupado por comunidades se torna quase que impossível ter um controle preciso de onde determinado criminoso se encontra e se o mesmo ainda reside em tais comunidades ou não. Outro ponto bastante relatado é a questão geográfica das comunidades, tendo a maioria delas várias vielas o que torna impossíveis os poderes militares transitarem de carros.

Nos últimos anos tem crescido o número de confronto entre militares e criminosos, assim como o número de vítimas devido ao alto índice de crimes cometidos no estado. Em grande parte, esses crimes são associados às comunidades ou seus moradores, porém podemos apontar tal índice como algo semeado pelo próprio governo e por suas práticas tardias. Cabe ao poder público assim como aos governantes agir de forma rápida quando identificado determinado problema principalmente social, pois foi isso que a criminalidade do Rio de Janeiro virou um problema social. Atingindo grande parte da população que reside no estado e levando aos brasileiros em geral questionar a competência militar de nosso país (CARVALHO, SILVA, 2011).

Existem inúmeras reclamações acerca do governo e das medidas adotadas pelo mesmo para evitar que o processo de comunidades se tornasse cada vez maior, porém para que tal processo fosse inibido ou mesmo combatido, os governantes precisavam de informações mais específicas sobre alguns pontos relacionados às comunidades e seus pontos fracos. Somente depois de tomar conhecimento dessas informações, os governantes poderiam realizar ações para combater ou até mesmo diminuir o crescimento desproporcional das comunidades dentro do

⁸ FGV. Fundação Getúlio Vargas. O Rio em perspectiva: desemprego ainda crescente. 2018. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/o-rio-em-perspectiva-desemprego-ainda-crescente/>. Acesso em 19 de nov. 2020.

estado (CARVALHO, SILVA, 2011). Dessa forma surgiu o Censo das comunidades, sendo descrito por muitos como uma maneira que o governo do estado encontrou de obter determinadas informações de moradores das comunidades sem que precisasse esperar pelo órgão do IBGE.

No primeiro momento o censo foi criado para fornecer umas visões gerais quanto à localização, extensão e quantidade de habitantes das comunidades que se encontravam localizadas no estado do Rio de Janeiro. O mesmo pode ser apontado como uma ferramenta muito útil até os dias atuais, por transmitir aos representantes políticos, militares e econômicos qual a real situação das comunidades e das pessoas que lhe habitam.

Por meio da obtenção de informações mais específicas sobre determinadas comunidades foram que os governantes puderem realizar algumas ações, como verificar em quais comunidades as ações criminosas era mais constante, em quais comunidades o mesmo poderia implantar certas práticas para ajudar aos cidadãos residentes nas mesmas. Além de fornecer uma visão geral de como estava ocorrendo o seu crescimento e as principais necessidades que o estado precisava suprir para evitar que tal crescimento colocasse em risco a situação do estado ou de alguma forma gerasse um incômodo político e social.

Muitas das táticas realizadas pela polícia ou exército para combater o tráfico de drogas dentro das comunidades foram organizadas mediante obtenção de dados, evitando dessa forma que a ação de combate ao tráfico atingisse os cidadãos trabalhadores ou mesmo famílias não praticantes de tais ações criminosas.

Claro que as informações em si só não são uma forma eficiente de realizar os processos de combate ou retenção das comunidades, é necessária uma profunda análise e estudo de tudo que for apresentado como informação, para que só depois o governo ou demais órgãos possam praticar o que consideram como sendo as melhores saídas.

Deve ser ressaltado que dentro das comunidades existem pessoas de bem, que se sentem muitas vezes sem valor, sem ajuda para melhorar de vida, cabendo aos governantes pensar quando forem realizar as práticas militares desejadas. Os criminosos estão infiltrados entre cidadãos e necessitam ser identificados e presos, porém o que se tem visto constantemente são mortes de pessoas inocentes e um total despreparo por parte da fonte organizadora das ações militares (REZENDE, 2009).

A criminalidade do estado do Rio de Janeiro só será contida no que se refere as comunidades quando forem fornecidas as mesmas condições sociais e econômicas para todas as pessoas, independente de sobrenome familiar ou mesmo do valor monetário que as mesmas

possuem. Quando for fornecida igualdade por parte do governo as pessoas que residem hoje em casas no alto do morro podem ter as condições necessárias para possuir uma casa boa, dentro dos padrões necessários para seu conforto deixaram de morar em comunidades.

Buscando aplicar os procedimentos de segurança, alguns estados como o Rio de Janeiro, utilizaram as Forças Armadas para combater os principais focos de criminalidades no estado, uma vez que o poderio militar da polícia não estava conseguindo atender as necessidades de segurança do estado. Ao longo dos anos se tornou muito comum a utilização de determinados grupos das Forças Armadas nas regiões com alta criminalidade, procurando dessa forma os governantes fornecer todos os recursos possíveis para que os casos de criminalidade sejam reduzidos ou trabalhados de forma eficiente.

Em alguns casos a utilização das Forças Armadas em campo visa gerar uma maior estabilidade aos procedimentos de segurança aplicados dentro do estado ou região, visando principalmente conceder aos cidadãos um sentimento que todos os procedimentos possíveis e aplicáveis por parte dos governantes estão sendo aplicados para que eles tenham sua segurança estabelecida.

Vale ressaltar que para as Forças Armadas atuarem juntamente as tropas militares estaduais os governantes precisam apresentar algumas documentações e obedecerem a determinados procedimentos estabelecidos pelos regimentos das Forças Armadas (SILVA, 2006, p. 2).

Percebe-se dessa forma que as Forças Armadas passaram a se tornar uma importante aliada de forma perigosa ao combate ao crime urbano até porque esta não faz parte da segurança pública, e sim da defesa nacional, procurando fornecer assistência aos focos internos de problemas com segurança, em muitos momentos chegou a ser utilizado como uma forma de minimizar os altos números de crimes ou atentados a segurança pública.

Já que esse pode ser considerado um dos problemas nacionais mais presentes em diversos estados do país, os governantes passaram a enxergar que somente com a implantação de determinadas parcerias militares os cidadãos poderiam se tornar mais seguros. Assim, os criminosos passaram a compreender que suas posturas diante da sociedade não seriam aceitas por nenhum órgão de segurança do país.

2.4 COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR NA GARANTIA DA LEI E DA ORDEM E O ARTIGO 16-A DO CPPM (*Código de Processo Penal Militar*).

A competência da justiça militar da União passou por um processo de ampliação a partir da aprovação da Lei de nº 13.491 de 2017, de modo que esta passou a processar e julgar os homicídios cometidos por militares, ocorrendo assim uma mudança circunstancial ao Código Processual Penal Militar. Dessa feita, a lei supracitada trouxe a alteração do artigo 9º do Código Penal Militar, inciso II, §§ 1º e 2º.

Nestas alterações, é possível perceber a competência da justiça militar no julgamento de ações que envolvem práticas ilícitas pelo efetivo das Forças Armadas, sobretudo, quando estas ações ocorrerem durante o cumprimento de ações comandadas pelo Ministro de Estado e Defesa e pelo Presidente da República, ou ainda, quando envolver segurança da instituição militar e quando for uma atuação em operações de paz, com enfoque na garantia da Lei e da Ordem.

Antes de analisar as alterações legislativas, lembre-se que este artigo foi alterado em 1996 para estabelecer que “os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos contra civil, serão da competência da justiça comum.” (Artigo 9.299 / Alterações feitas pela Lei nº 96). Sabendo que houve essas alterações de competência em 2017, no mesmo ano, de acordo com a mesma lei, o art. 82 da Lei Processo Penal Militar estipula que embora não seja um fórum dedicado, juízes militares (federais ou estaduais, porque não se faz distinção) não serão capazes de prevalecer contra o tratamento dos militares de civis quando se tratar de crimes deliberados (membros das polícias militares dos Estados membros) ou forças armadas, não diferente).

Posteriormente, o Código Penal Militar sofreu novas alterações. O artigo 9 reafirma o poder do júri de julgar crimes militares que ponham deliberadamente em risco a vida com base neste artigo, mas desta vez, exceto para os crimes de ação militar nos termos do artigo 303 da Lei do Código Brasileiro da Aeronáutica. Portanto, nas circunstâncias mencionadas, os crimes comuns (decididos por júri) não serão mais considerados crimes comuns, quando forem realizados por membros da Marinha do Brasil, Exército brasileiro, Força aérea brasileira contra civis e deliberadamente atentarem com a vida humana. Assim, com a mudança do artigo 9 é possível perceber que a justiça militar recupera a sua competência.⁹

⁹ Assim, não mais se considerariam crimes comuns (sujeitos ao julgamento pelo Tribunal do Júri) os cometidos pelos integrantes da Marinha do Brasil, contra civis e dolosos contra a vida, nos casos do referido art. 303. Neste RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo, v. 04, n. 4 p. 01-27, abril, 2021.

Há que se ressaltar, que o artigo 45 da Emenda Constitucional de 2004, a chamada reforma judiciária (aliás, nenhuma reforma foi realizada, pelo menos em grande parte o contrário), O artigo 125, em seu §4º da Constituição Federal, relativo aos tribunais e juízes dos estados, passa a ter a seguinte redação:

Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Embora a "reforma judicial" não tenha alterado os artigos 122 e 124 da Constituição, que tratam da justiça militar da União, o Código Penal Militar em seu artigo 9 deixou de ser um crime militar e, portanto, já não desta natureza. Refere-se a qualquer militar (polícia militar estadual ou forças armadas), em operações militares realizadas de acordo com o disposto neste artigo exceto na prática. Com a segunda revisão da Lei nº 12.432 / 11, foi instituído o artigo 303 do Código Brasileiro de Aeronáutica.

E, se não eram mais crimes militares, por óbvio, a competência era do Tribunal do Júri, observando-se a competência constitucional estabelecida no art. 5º., XXXVIII da Constituição Federal.

Assim, objetivamente, pode-se concluir que quando se tratasse de crime doloso contra a vida praticado por militares (obviamente em serviço) contra civis, o delito não tinha mais a natureza de crime militar, devendo o julgamento, por conseguinte, ser realizado pelo Tribunal do Júri (salvo no caso do art. 303 do Código Brasileiro de Aeronáutica). Por outro lado, caso se tratasse de um homicídio praticado por militar contra outro militar, ambos em serviço, (conduta tipificada no art. 205 do Código Penal Militar), a competência para o processo e julgamento seria da Justiça Militar (estadual ou federal, conforme o caso). Aqui, evidentemente, não se feria a competência constitucional do Tribunal do Júri, pois a competência da Justiça Militar para julgar crimes militares (como é o caso do art. 205) também tem foro constitucional (arts. 124 e 125, §§ 3º. e 4º., da Constituição).

Por exemplo, é o caso em foro em razão dos privilégios funcionais previstos na Constituição Federal (nesse sentido, ver Parecer nº 721 do Resumo do Supremo Tribunal

caso, a Justiça Castrense “recuperou” a sua competência. Foi o primeiro retrocesso! Agora, vê-se, modificasse-lo, mais uma vez, o parágrafo único do art. 9º. do Código Penal. MOREIRA, Rômulo de Andrade. A lei que tornou a competência da Justiça Militar da União. Justificando. 2017.

Federal): o júri não julgará agente federal ou um membro do magistrado ou do Ministério Público. Agora, devido à nova emenda, as vidas deliberadamente perigosas cometidas por membros das forças armadas contra civis serão responsabilizadas pelos juízes militares da coalizão, e o procedimento do júri não se aplicará.

Por este motivo, apenas membros da Marinha, Força Aérea ou Exército são obrigados a cometer infrações penais para desempenhar as funções que lhes são atribuídas pelo Presidente da República ou pelo Secretário de Defesa ou pelo Ministro de Operações. Envolve a segurança de instituições militares ou missões militares (mesmo que não militantes), e até mesmo militares. A natureza das atividades, manutenção da paz, garantia de segurança ou transferências acessórias estão todas de acordo com o art. Artigo 142 da Constituição Federal na forma da Lei Brasileira de Aviação, Lei Complementar nº 97/99 (que dispõe sobre as regras gerais de organização, preparação e emprego das Forças Armadas), Lei de Processo Penal Militar e Lei Eleitoral.

Portanto, mediante a análise da nova lei do ponto de vista constitucional há que se perguntar se a norma viola a Constituição Federal. Mas, em um sistema jurídico democrático, pelo menos em tempos de paz, a justiça militar não é permitida os crimes que foram encontrados no direito penal comum não podem ser julgados. A justiça militar pode julgar os seus próprios crimes militares apenas e em circunstâncias excepcionais, ou seja, crimes especificamente representados por legislação militar especial, que são obviamente cometidos em tempo de guerra.

Em qualquer caso, abstraído da questão levantada no parágrafo anterior, a justiça militar do Brasil tem um dispositivo constitucional que inclui regras, inclusive aquelas originárias do país constituinte original artigos 124 e 125, §§3º e 4º da Constituição Federal. Em seguida, voltando à questão levantada, questiona-se se o Tribunal do Júri pode perder a sua competência para o julgamento de crimes dolosos contra a vida praticados pelos integrantes das Forças Armadas tendo como vítimas um civil? Sim, pois, fora justamente o que ocorreu com a modificação da competência da justiça militar.

Observe que a mencionada “Reforma Judicial” nº 45 da Emenda da Constituição de 2004 não trouxeram nenhuma alteração ao art. De acordo com os artigos 122 a 124 da Constituição, a organização, a estrutura e as atribuições da Justiça Militar Federal permanecem inalteradas. Por exemplo, o Artigo 124 afirmou desde o início que a justiça militar (da coalizão)

deve processar e julgar crimes militares definidos por lei e cometidos por membros das Forças Armadas.

As polícias militares dos estados membros e Distrito Federal (incluindo os bombeiros) será julgada pela justiça militar nos termos do art. 125, §. Ao contrário do parágrafo 4 *da Constituição Federal*, quando a vítima é um civil e o crime (lesão corporal dolosa) é cometido por um policial militar em serviço, a referida alteração da Constituição reserva claramente a jurisdição do júri. De acordo com a Lei Penal Militar nº 9, o crime contra a vida deliberada cometido por militares dos Estados Membros e Distrito federal, contra civis é removido da jurisdição do júri.

Os crimes desta natureza cometidos por estes militares (e neste caso) passaram a ser de natureza militar (ocorrendo antes da emenda de 1996), pelo que devem ser proferidos julgamentos no sistema judiciário Federal castrista conforme necessário. Execute a arte dentro dos limites da instituição. Constituição 124. Aqui, a própria Constituição exclui a competência do júri, assim como o titular da jurisdição privilegiada estabelecida pela Constituição Federal (rememoração da Súmula 721 do processo do Supremo Tribunal Federal). Dados os termos técnicos claros, não será mais possível fazer tais mudanças quando se trata de crimes dentro da jurisdição militar nacional.

Assim, de acordo com a nova lei, os crimes cometidos por membros das forças armadas deixam de ser considerados crimes militares, nos termos do artigo 9, §2º do Código Penal Militar, em vez de crimes dos aspectos militares, os juízes naturais serão Conselho de Justiça da Justiça Militar da União. Em relação à Polícia Militar, tendo em vista que o mesmo se aplica aos integrantes das Forças Armadas (quando não ocorrem atos criminosos nesses contextos), nada mudou, ou seja, crimes que colocam deliberadamente a vida de civis em risco não são crimes militares, em tribunais federais, federais ou estaduais. Nesse diapasão, reitera-se que essa alteração legislativa da competência da justiça militar não é benéfica, pois, tanto a realização do ato ilícito quanto o julgamento constam em um mesmo poder com a mesma compreensão jurídica, não se trata de um benefício explícito aos agentes das Forças Nacionais, mas, sim um retrocesso concernente à instituição e manutenção do Estado Democrático de Direito.

Outro aspecto importante de ser ressaltado é o artigo 16-A¹⁰ do Código de Processo Penal Militar, que foi uma inclusão advinda do Pacote Anticrime, que trouxe diversos aspectos relevantes para atuação policial, bem como alteração de competência da justiça militar, mudança da legítima defesa policial, bem como outros aspectos relevantes para construção e modificação do direito penal.

O art. 16-A do CPPM (*Código de Processo Penal Militar*); possui seis parágrafos, idênticos ao 14-A, do CPP, sendo que, da mesma forma, e houve o veto presidencial de três parágrafos os §§ 3º, 4º e 5º. A principal diferença entre esses artigos (16-A CPPM e 14-A CPP) é o emprego da expressão servidores vinculados às instituições dispostas no art. 144 da Constituição Federal, o art. 16-A do CPPM utilizou a expressão servidora das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares. O § 6º remete aos militares das Forças Armadas que estiverem em operações de garantia da lei e da ordem, os mesmos benefícios estabelecidos para os agentes das instituições de segurança pública e fica passível das mesmas críticas e observações.

Tomando por base a expressão mais ampla "servidores vinculados às instituições dispostas no art. 144 da Constituição Federal", pode-se afirmar que serão os integrantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, Polícias Penais federal, estaduais e distritais, bem como, as Guardas Municipais dos municípios que as houverem instituídas, regidas que estão, hoje, pela Lei 13.022, de 2014 - Estatuto Geral das Guardas Municipais. Embora o objetivo deste regulamento seja a proteção dos militares envolvidos no conflito, não se deve esquecer que esta investigação pode deixar de cumprir o princípio constitucional da eficiência da administração pública, mas seu comportamento ultrapassa o modo de atuação necessário, esta fiscalização é sempre exercida pelo poder público, seja civil ou militar, por isso esta norma é

¹⁰ Art. 16-A. Nos casos em que servidores das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares figurarem como investigados em inquéritos policiais militares e demais procedimentos extrajudiciais, cujo objeto for a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício profissional, de forma consumada ou tentada, incluindo as situações dispostas nos arts. 42 a 47 do decreto-lei 1.001/69 (Código Penal Militar), o indiciado poderá constituir defensor. (Incluído pela lei 13.964/19). § 1º Para os casos previstos no caput deste artigo, o investigado deverá ser citado da instauração do procedimento investigatório, podendo constituir defensor no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da citação. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) § 2º Esgotado o prazo disposto no § 1º com ausência de nomeação de defensor pelo investigado, a autoridade responsável pela investigação deverá intimar a instituição a que estava vinculado o investigado à época da ocorrência dos fatos, para que esta, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, indique defensor para a representação do investigado. Código de Processo Penal Militar.

considerada bizarra e viola, inclusive, o princípio da igualdade que norteia toda a atividade e quaisquer servidores públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Forças Armadas são fundamentais dentro da sistemática jurídica e prática porque é através de seu efetivo que mantemos a defesa da pátria e garantia dos poderes constituintes, dentre tantas outras competências pertinentes à profissão. Foi possível compreender o conceito e a importância das Forças Armadas para a coletividade, de modo que dentro do período histórico estes já exerciam atividades dentro da sociedade, tendo a integração das polícias para a promoção de um bem maior e cumprimento da lei.

Também foi tratado sobre a segurança pública, bem como a necessidade de uma organização urbana, pois, deve-se levar em consideração que a garantia de direitos constitucionais e a promoção da segurança pública deve ser efetiva em todo o território nacional, mas não é isso que acontece na prática, pois, em locais como favelas e periferias há maior predominância da criminalidade do que da força estatal.

Porém, os estados brasileiros, principalmente o Rio de Janeiro, não têm conseguido êxito do enfrentamento dessas demandas, o que enseja uma interferência da União, através da intervenção federal, responsável por encaminhar reforços policiais para outras localidades do território nacional, sobretudo, com a função de pacificação. O Rio de Janeiro é um dos estados que ao longo dos últimos dez anos mais obteve intervenções Federais, demonstrando que seu efetivo policial e a organização estatal não logram êxito no quesito segurança pública.

Foi apresentado o crescimento das favelas, sendo possível perceber a falta de estrutura estatal para promoção do mínimo existencial, ocasionando assim uma população que vive em condições onde há a falta de segurança, educação, de saneamento básico, além de que a própria organização das favelas oferece risco a população, seja pela estrutura íngreme dos morros, seja pela falta de estrutura no geral. Assim, através de todos os aspectos, apresentou-se a competência da justiça militar para realizar julgamento de ações que envolvem como partes policiais que atuam nas Forças Armadas, pois, com a implementação do pacote anticrime houve a inserção do artigo 16A responsável pela mudança de competência que ainda reflete no cenário jurídico com enfoque primordial na questão de julgamento “privilegiado”, ou seja, que o julgamento na justiça militar de militares não obteria a parcialidade necessária para investigação e promoção da justiça.

Dessa forma, ante aos objetivos levantados no trabalho através dos questionamentos foi possível compreender questões relacionadas a competência, necessidade, relevância e importância das forças policiais, bem como a discussão de aspectos jurídicos e os sociais que envolvem a atuação das forças policiais com enfoque na promoção da segurança pública nacional.

REFERÊNCIAS

- ASIMOV, J. J. **Epilogue**. It's Been a Good Life. Amherst: Prometheus Books, 2002. p. 251–256.
- BRASIL. **Código de Processo Penal**, e na Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7627.htm. Acesso em: 20 nov. 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Decreto 7.627 de 24 de novembro de 2011** – Regulamenta a monitoração eletrônica de pessoas prevista no Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941. Planalto. 2011.
- BRASIL. **Código de Processo Penal Militar**. Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969. Código de Processo Penal Militar. Planalto. 1969.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**, dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.
- CARVALHO, V. A. de; SILVA, M. do R. de F. e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, jun. 2011.
- CRUZ, H.D. **Os morros cariocas no novo regime**: notas de reportagem. Rio de Janeiro: S/E. 1941.102p.
- CUNHA, R. S. **Manual de Direito Penal**: parte geral. v. único. 2 ed. São Paulo: Jus Podivm, 2014.
- MATHIAS, S. K.; GUZZI, A. C. Autonomia na lei, as forças armadas nas constituições nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 25 n. 73, 2009.
- MOREIRA, R. de A. A lei que tornou a competência da Justiça Militar da União. **Justificando**. 2017. Disponível em: <https://www.justificando.com/2017/10/19/lei-que-tornou-competencia-da-justica-militar-da-uniao/>. Acesso em 18 nov. 2020.
- NASCIMENTO, C. S. **O emprego das forças armadas em ações conjuntas com a segurança pública dos Estados como um remédio constitucional**. Macaé, 2017.

REZENDE, C. S. **Despesas com a função Saúde no Município de Florianópolis, no período de 2004 a 2008. 2009.** 130 p. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RODRIGUES, F. Rio é o Estado que mais usou a Garantia da Lei e da Ordem na década. **Poder 360.** 2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/rio-de-janeiro-e-estado-com-mais-glos-na-decada/>. Acesso em 16 nov. 2020.

SANTOS, G. M. G. dos. **O sistema federativo e a intervenção federal.** Universidade Católica de Salvador. 2009. Disponível em: <http://www.raul.pro.br/artigos/interven.pdf>. Acesso em 19 nov. 2020.

SILVA, C. de A. **Intervenção Federal e seus contornos no estado democrático brasileiro.** Os desafios da intervenção federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado de São Paulo. 2006. p.2.

SILVA, L. M. da. **Contabilidade governamental:** um enfoque administrativo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, L. A. M. da. "Violência urbana", segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283- 300, ago. 2010.

VALLADARES, L. do P. **A invenção da favela.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

INTERVENÇÃO DA
FISIOTERAPIA NO
TRATAMENTO DE
FIBROSE
CICATRICIAL NO
PÓS-OPERATÓRIO
DE CIRURGIA
ESTÉTICA

INTERVENTION OF
PHYSIOTHERAPY
IN THE
TREATMENT OF
CICATRIC FIBROSIS
IN THE POST-
SURGERY OF
AESTHETIC
SURGERY

MACHADO, Gleise da Camara

[1]

LIMA, Thamires Souza [2]

[1] Fisioterapia, Centro
Universitário São Francisco de
Barreiras (UNIFASB), Barreiras-
Bahia, gleisecamara32@gmail.com.

[2] limaathamires@outlook.com

RESUMO

A fibrose é uma alteração que ocorre no pós-operatório, trata-se da formação ou desenvolvimento excessivo de tecido fibroso que acontece após um trauma, apresentando-se como processo reparativo. Dentre os principais recursos usados para tratamento, tem-se: Drenagem Linfática Manual (DLM) e massagem manual, cinesioterapia, US, laser terapêutico, radiofrequência **Objetivo:** Pesquisar referências bibliográficas para evidenciar benefícios do atendimento fisioterapêutico no tratamento da Fibrose Cicatricial no pós-operatório de cirurgia plástica. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura. Utilizaram-se artigos (publicados entre 2008 a 2019) pesquisados nas bibliotecas virtuais Google Acadêmico, Lilacs e Scielo. **Resultados:** Foram encontrados oito artigos publicados entre 2008 a 2019 onde todos demonstraram a eficácia da fisioterapia na modulação da resposta inflamatória e cicatricial, atuando no tratamento de fibroses cicatriciais. **Conclusão:** Percebeu-se ser extremamente importante uma minuciosa avaliação do tecido por parte do fisioterapeuta para eleger o método mais condizente ao caso garantindo uma recuperação cirúrgica rápida e eficiente.

Palavras-chave: Fibrose Cicatricial. Fisioterapia. Pós-Operatório.

ABSTRACT

Fibrosis is a change that occurs in the postoperative period, it is the formation or excessive development of fibrous tissue that occurs after a trauma, presenting itself as a reparative process. Among the main resources used for treatment, there are: Manual Lymphatic Drainage (DLM) and manual massage, kinesiotherapy, US, therapeutic laser, radiofrequency **Objective:** To search bibliographic references to show benefits of physical therapy in the treatment of Cicatricial Fibrosis in the postoperative period of plastic surgery. **Methodology:** This is a literature review. Articles

(published between 2008 to 2019) researched in the Google Academic, Lilacs and Scielo virtual libraries were used. Results: Eight articles published between 2008 and 2019 were found where all demonstrated the effectiveness of physiotherapy in modulating the inflammatory and scar response, acting in the treatment of cicatricial fibrosis. Conclusion: A thorough evaluation of the tissue by the physiotherapist was perceived to be extremely important in order to choose the most appropriate method for the case, guaranteeing a quick and efficient surgical recovery.

keywords: Scarring Fibrosis. Physiotherapy. Postoperative.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente tem se tornado constante a busca por homens e mulheres para se alcançar um padrão de beleza estabelecido pela mídia, referente ao corpo magro e belo, as mulheres principalmente, submetem-se a sacrifícios exaustivos buscando este corpo considerado perfeito. Com isso, a fisioterapia dermato-funcional vem desempenhando um importante papel, auxiliando nessa busca pelo corpo desejado, elevando cada dia mais a sua aplicabilidade (GUIMARÃES, 2015).

Entre as principais complicações pós-cirúrgicas mais frequentes encontram-se os hematomas, infecções na cicatriz cirúrgica, seromas, alterações cicatriciais, deiscência, necrose cutânea e gordurosa, queloides, assimetrias, retrações, cicatriz, dormência ou formigamento, sangramentos, entre outras (MACEDO, 201).

A atuação da fisioterapia dermato funcional no pós-cirúrgico permite a redução de possíveis complicações e recuperação de regiões com hipoestésias, diminuindo edemas e aderências teciduais, acarretando melhorias na textura da pele evitando a formação de fibrose subcutânea. A formação da fibrose se dá pelo aumento do tecido fibroso intersticial, sendo a pouca elasticidade sua principal característica, isso acaba gerando outras complicações (SANTOS, 2013).

A fibrose é uma das principais complicações que acontece no pós-operatório, essa formação ou o desenvolvimento excessivo de tecido fibroso acontece como processo reparativo ou reativo depois de um possível trauma tecidual. Há uma reação do tecido com inflamação, remodelagem e proliferação que acontece como resposta da agressão e à medida que o processo cicatricial vai evoluindo, o tecido de granulação vai se transformando em um tecido menos vascular e mais fibroso até que se torna, um tecido fibroso denso e posterior fibrose (MACEDO, 2014). As fibroses e aderências são características bem comuns presentes

em pós-operatórios de várias cirurgias. São consideradas “normais” durante certo período de reparo pelo fato de fazerem parte do processo cicatrização, porém, não devem de forma alguma, ser consideradas parte do resultado final da cirurgia. O tratamento fisioterapêutico planejado após o processo cirúrgico é amplamente variável e é aplicado depois de uma avaliação rigorosa. Dentre os recursos usados conforme os protocolos, destacam-se a drenagem linfática manual (DLM) e massagem manual, cinesioterapia, US, LASER terapêutico, estimulação elétrica nervosa transcutânea (TENS), radiofrequência, evacuoterapia, crioterapia, fototerapia e termoterapia. Exercícios ativos também são fundamentais no processo de recuperação etc. (OLIVEIRA, 2011).

Com isso, atualmente a fisioterapia dermato funcional tem sido imprescindível no segmento da atenção ao paciente submetido à cirurgias plásticas, não somente em virtude da técnica de drenagem linfática manual, mas também por seus inúmeros recursos terapêuticos, como: o ultrassom, vacuoterapia, entre outros recursos, os quais objetivam a preparação dos tecidos para a realização do procedimento cirúrgico, assim como conseguem acelerar o processo de recuperação pós-operatória, prevenindo e controlando algumas complicações consideradas mais comuns (HECKER, 2011).

Pelo fato da fisioterapia dermato funcional ter um papel de extrema importância no tratamento pós cirúrgicos, o objetivo do presente estudo é descrever a atuação e os recursos do fisioterapeuta dermato funcional no tratamento de fibrose cicatricial em pós-operatório de cirurgia estética.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os procedimentos fisioterápicos da pós cirurgia plástica estética irá variar de acordo com as características específicas de cada procedimento cirúrgico, dessa forma, é de extrema importância o conhecimento sobre as técnicas aplicadas para planejar as condutas obedecendo as especificidades de cada paciente (GUIMARÃES, 2015).

A fisioterapia dermato funcional desenvolve um papel de extrema importância quanto a prevenção e tratamento de respostas provenientes de processos cirúrgicos, reduzindo o tempo pós-operatório (PO), restaurando a funcionalidade, tornando melhor o resultado do procedimento e reintegrando o indivíduo as suas atividades. No pós-operatório de cirurgia

plástica, a fisioterapia é fundamental para propiciar meios de recuperação rápida e adequada, sendo o reconhecimento das alterações funcionais apresentadas pelo paciente, o primeiro passo a ser investigado (MACEDO, 2014).

A fisioterapia PO poderá objetiva prevenir a formação das aderências, principal fator agravante no PO, tais aderências dificultam o fluxo normal de sangue e linfa, elevando o quadro edematoso, dificultando e retardando a recuperação do paciente. Além do mais, no pós-cirurgia o tratamento fisioterapêutico possibilita, melhorias significativas na textura da pele, diminuição do edema, elimina nodulações fibróticas no tecido subcutâneo auxiliando no processo de cicatrização (GUIMARÃES, 2015).

Há diversos recursos fisioterapêuticos que podem ser utilizados no tratamento da fibrose cicatricial no pós-operatório de cirurgia estética. Entre os métodos mais usados estão: os recursos manuais (DLM e massagem manual), cinesioterapia, ultrassom terapêutico, radiofrequência, endermoterapia, crioterapia, fototerapia e a termoterapia (MACEDO, 2014).

Preconiza-se que a técnica de drenagem linfática manual deve ser iniciada logo no primeiro dia do pós-operatório com o emprego de manobras de captação e evacuação nas redes ganglionares e vias linfáticas, devendo ser executada somente em áreas mais distantes da zona edematosa estimulando as anastomoses linfáticas. Tais manobras devem ser suaves, lentas e coordenadas, em velocidade que acompanhe os linfangions e direção da circulação linfática. A drenagem linfática é um recurso que trata das consequências causadas por alterações vasculares características da fase inicial (edema) (OLIVEIRA, 2011).

A drenagem linfática manual tem a função de atuar diretamente no deslocamento de proteínas extravasadas em prol de sua absorção. Desta forma consegue equilibrar as pressões hidrostáticas e tissulares, reduzindo o edema. Este procedimento pode ser iniciado depois de 48 horas de ocorrido a cirurgia. Assim, com a redução da secreção de cortisol liberada durante o processo inflamatório, conseqüentemente o edema será definitivamente reduzido também. A drenagem linfática manual trata-se de uma técnica não-deslizante que deve ser executada na direção do fluxo linfático, aplicando-se golpes rítmicos e curtos, com pressão mínima ou suave, está ação irá deformar o tecido subcutâneo de forma que não envolva o músculo (SANTOS, 2013). O uso do ultrassom de 3MHz no pós-operatório imediato está diretamente relacionado ao processo de cicatrização. O principal objetivo da utilização precoce deste método é promover melhorias na circulação sanguínea e na linfática, de modo a alcançar uma

melhor nutrição celular. Nesta fase, a redução da dor também é requerida. O ultrassom no pós-cirúrgico plástica tem a capacidade de promover a aceleração da cicatrização, atingir força tênsil normal e até mesmo prevenir cicatrizes hipertróficas e queloides. Dessa forma, o ultrassom proporciona uma significativa elevação na quantidade de fibroblastos, proporcionando um arranjo ideal para contração da ferida (PRAVATTO, 2007).

A endermoterapia trata-se de uma técnica de aspiração capaz de atuar a nível hipodérmico. Nesta técnica é executada uma massagem traumática à pressão negativa. No pré-operatório, antes do procedimento cirúrgico a aplicação desta, ajuda a amenizar a capa fibrosa da hipoderme, isso irá facilitar a passagem da cânula em técnicas como a fase lipossucção e lipoescultura. Em estudos realizados em que a endermoterapia foi aplicada na etapa de remodelagem para os pacientes que apresentaram fibrose, a probabilidade de redução da fibrose por esta prática, é bastante evidente em cicatrizes mais recentes, podendo ser observado em lesões mais antigas, tornando possível o seu remodelamento. Na fase inicial do tratamento, a endermologia, deve ser evitada por conta do risco de impedir a aderência da pele, isso pode acarretar flacidez, rompimento de capilares e possíveis hematomas caso não seja bem manuseada (SANT'ANA, 2007).

A radiofrequência, é um método bem recente que está sendo usado nos protocolos de pós-operatório das cirurgias plásticas. A conversão da energia eletromagnética em efeito térmico é a principal base terapêutica desta modalidade. Este tipo de calor consegue atingir tecidos a vários centímetros de profundidade, tendo uma intensidade e ação maior nas camadas internas da pele, proporcionando contração das fibras de colágeno existentes, fazendo com que estas fiquem ainda mais eficientes quanto a sustentação da pele. A radiofrequência utiliza um aparelho de frequência elevadíssima que com corrente alternada a mais de 3.000 Hz provoca diatermia, ou seja, aquecimento por calor profundo. É um tratamento não invasivo que acarreta melhorias na circulação de nutrientes, aumenta a oxigenação, hidrata os tecidos, lipólise e também tem a capacidade de reorganizar as fibras de colágeno. É extremamente importante salientar que, pacientes portadores de desfibriladores, marca-passo ou qualquer tipo de implante metálico e neoplasias tem contraindicação para serem submetidos a este tratamento (MAYER, 2010). A Liberação Tecidual Funcional (LTF) é a aplicação de tensões mecânicas no tecido em fase de cicatrização esta prática organiza os feixes de colágeno mais naturalmente, com mais elasticidade do que quando não aplica

tensão. Este é o método mais eficaz e rápido de tratamento característico para fibroses e aderências em cirurgia plástica. Como o colágeno se deposita aleatoriamente, a manipulação deverá ser executada em todos os sentidos, para que os feixes de colágeno sejam totalmente reorganizados. Evidencia-se que a intensidade do estiramento será relativa à resistência ofertada pelo tecido, sua utilização ideal, como forma preventiva, é a partir do 3º ao 5º dia pós-operatório, aplicado de 2 a 3 vezes por semana, durante a período de reparo (aproximadamente 30 a 40 dias), podendo ser associada ou não aos outros recursos de fisioterapia disponíveis (MACEDO, 2014).

A cinesioterapia também é um eficaz método de tratamento para fibroses, a execução correta e uso consciente da cinesioterapia após a cirurgia plástica é bastante útil na prevenção e no tratamento das aderências e fibroses. Assim que o paciente tiver alta hospitalar deve iniciar o exercício observando e tendo sempre cuidado com as cicatrizes. Depois de 30 dias do pós-operatório, pode-se dar início as técnicas de manipulação profunda do tecido conjuntivo e descolamento de fáscia, em prol de evitar ou minimizar saliências ou depressões no tegumento cutâneo. Tais alterações podem desencadear-se na presença de nódulos gordurosos, nódulos subcutâneos, aderências faciais ou fibroses (HECKER, 2011).

2 METODOLOGIA

Este é um estudo de revisão de literatura que aborda a intervenção da fisioterapia no tratamento de fibrose cicatricial no pós-operatório de cirurgia estética. A coleta de dados foi realizada nas bases de dados eletrônicas: Bireme, Google Acadêmico, Lilacs e SciELO, como estratégias de buscas foram utilizados os seguintes descritores “Fibrose Cicatricial, Fisioterapia, Pós-operatório” como palavras-chaves. Foram selecionados 08 artigos relacionados a cirurgias plásticas, publicados no período de 2008 a 2019 no idioma português, destes, após análise 3 foram excluídos por não se encaixarem no critério de inclusão. O critério de inclusão abrangia os artigos que abordaram o tratamento para Fibrose Cicatricial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a fisioterapia dermatofuncional tem um papel de extrema importância no pós-operatório de cirurgias plásticas, sendo composta por diferentes técnicas e métodos de tratamento para obter-se resultados positivos antes, durante e após o processo cirúrgico. Com isso, diferentes recursos da fisioterapia têm eficácia quanto a modulação da resposta inflamatória e cicatricial, podendo atuar também como prevenção de fibroses cicatriciais e tratando-as, reduzindo o tempo pós-operatório, restaurando a funcionalidade, acarretando consideráveis melhoras no resultado do procedimento e permitindo a reintegração do paciente às suas atividades.

Entretanto, é extremamente importante que o profissional fisioterapeuta realize uma prévia e minuciosa avaliação do tecido com a finalidade de se eleger o método mais propício para cada paciente de maneira específica, considerando o caso, para que assim possa garantir uma recuperação cirúrgica eficiente, rápida e funcional. Há também a necessidade de mais estudos referentes ao tema, visto que a área de dermatofuncional ainda é carente em publicações.

REFERÊNCIAS

GUIMARRÃES, L. A. Mamoplastia redutora com utilização de implantes de mamas. **Revista Brasileira de Cirurgia Plástica**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 544-551, 2015.

HECKER, C. D. Análise dos efeitos da cinesioterapia e da hidrocinesioterapia sobre a qualidade de vida de pacientes com fibromialgia – um ensaio clínico randomizado. **Fisioter. Mov.**, Curitiba, v. 24, n. 1, p. 57-64, jan. 2011.

MACEDO, A. C. B. A atuação da fisioterapia no pré e pós-operatório de cirurgia plástica corporal: uma revisão de literatura. **Cadernos da Escola de Saúde**, Curitiba, n. 05, p. 169-189, 2014.

MEYER, P. F. Radiofrequência. *In*: BORGES, F. S. **Fisioterapia Dermato-Funcional: Modalidades Terapêuticas nas Disfunções Estéticas**. São Paulo: Phorte, 2010 Cap. 25, p.601-620.

OLIVEIRA, S. M. A Atuação da Fisioterapia no pré e pós-operatório de Cirurgia Plástica Corporal. **Cadernos da Escola de Saúde. Curitiba**, v. 1, n. 5, 2011.

PRAVATTO, M. **Efeitos do ultra-som terapêutico 3MHz associado à endermoterapia no tratamento do fibro edema gelóide e da gordura localizada.** Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2007. Disponível em: <http://docplayer.com.br/4927465-Mariana-pravatto-efeitos-do-ultra-som-terapeutico-3mhz-associado-a-endermoterapia-no-tratamento-do-fibro-edema-geloide-e-da-gordura-localizada.html>. Acesso em 23 mar 2021.

SANT'ANA, E. M. C. **Fibro edema gelóide (celulite): fisiopatologia e tratamento com edermologia.** Fisioterapia Especialidade. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 33-34, out. dez., 2007.

SANTOS, L. P. Recursos fisioterapêuticos utilizados no pós-operatório de abdominoplastia. **Revista Amazônia.** v. 01, n. 02, p. 44-55, 2013.

ASPECTOS GERAIS,
TÉCNICAS DE
APLICAÇÃO E
EFEITOS
COLATERAIS DO
USO DO ÁCIDO
HIALURÔNICO NA
BIOMEDICINA
ESTÉTICA

GENERAL
ASPECTS,
APPLICATION
TECHNIQUES AND
SIDE EFFECTS OF
THE USE OF
HYALURONIC ACID
IN AESTHETIC
BIOMEDICINE

SOUZA, Wanessa De Oliveira [1]

[1] Mestranda em ciências da saúde, graduanda em biomedicina pela Faculdade Joaquim Nabuco (UNINABUCO), graduada em Estética pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), Pós graduada em estética avançada e educação a distância pela Uniasselvi e Pós graduada em acupuntura pela Faculdade da Região Serrana (FARESE).
wanessadeoliveirasouza@gmail.com

RESUMO

Este estudo descreve e analisa os aspectos gerais, técnicas de aplicação e efeitos colaterais do uso do ácido hialurônico na biomedicina estética. Levando em conta que a estética é factualmente um dos segmentos mais poderosos da economia, há uma enorme procura por procedimentos estéticos para amenizar as desordens corporais e faciais. A sociedade contemporânea está cada vez mais preocupada em manter uma aparência jovem e harmoniosa, levando a busca constante por métodos que amenizem ou retardem a expressão desses sinais, permanecendo assim com a aparência da pele jovem por mais tempo. Atualmente, a utilização de preenchedores na estética expandiu consideravelmente. Se tornando ferramenta cada vez, mas usada no auxílio ao rejuvenescimento. Há atualmente numerosos tipos distintos de preenchedores, todavia não há no mercado um preenchedor ideal, puro e sem efeitos adversos. Dentre os preenchedores, o ácido hialurônico (AH) é o que mais se aproxima dessas peculiaridades esperadas, por essa razão é o que tem sido mais utilizado, no entanto salienta-se que ele pode apresentar alguns efeitos adversos. O presente estudo teve como objetivo descrever e analisar os aspectos gerais e técnicas de aplicação do ácido hialurônico na biomedicina estética, expor seus riscos e enumerar as suas possíveis complicações. Para tanto realizou-se uma pesquisa bibliográfica nas principais bases de dados, a biblioteca virtual em saúde (bvs); scientific electronic library online (scielo), Google acadêmico e lilacs. Concluindo então que o AH é uma alternativa eficaz e relativamente segura para diversos usos na biomedicina estética.

Palavras-chave: Preenchedores. Envelhecimento Facial. Ácido Hialurônico. Biomedicina estetica.

ABSTRACT

This study describes and analyzes the general aspects, application techniques and side effects of the use of hyaluronic acid in aesthetic biomedicine. Taking into

account that aesthetics is factually one of the most powerful segments of the economy, there is a huge demand for aesthetic procedures to alleviate body and facial disorders. Contemporary society is increasingly concerned with maintaining a youthful and harmonious appearance, leading to the constant search for methods that soothe or delay the expression of these signs, thus remaining with the appearance of young skin for a longer time. Currently, the use of fillers in aesthetics has expanded considerably. Becoming a tool every time, but used to aid rejuvenation. There are currently many different types of fillers, however there is no ideal, pure filler on the market without adverse effects. Among the fillers, hyaluronic acid (HA) is the closest to these expected peculiarities, for this reason it is the one that has been most used, however it is emphasized that it can have some adverse effects. The present study aimed to describe and analyze the general aspects and techniques of application of hyaluronic acid in aesthetic biomedicine, expose its risks and list its possible complications. To this end, a bibliographic search was carried out in the main databases, the virtual health library (bvs); scientific electronic library online (scielo), academic Google and lilacs. Concluding then that HA is an effective and relatively safe alternative for several uses in aesthetic biomedicine.

Keywords: Fillers. Facial aging. Hyaluronic acid. Aesthetic biomedicine.

1 INTRODUÇÃO

A estética é factualmente um dos segmentos mais poderosos da economia, o Brasil é o terceiro maior consumidor mundial de produtos de beleza e serviços de estética, devido a enorme procura por procedimentos estéticos para amenizar as desordens corporais e faciais. A sociedade contemporânea está cada vez mais preocupada em manter uma aparência jovem e harmoniosa, pois através da aparência da pele é possível observar o avanço da idade, levando a busca por recursos que possam amenizar esses efeitos, fomentando assim o mercado da estética a evoluir seus protocolos, produtos e serviços, devido a essa demanda crescente, há a necessidade de uma constante evolução das terapêuticas disponíveis na estética, impulsionando assim a pesquisa científica na área da biomedicina estética (DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; SANTONI, 2018; FERREIRA; CAPOBIANCO, 2016).

A pele é o órgão do corpo humano com maior extensão, ela forma uma barreira semipermeável que fornece proteção e regulação entre os meios internos e externos do corpo humano, ela determina a aparência, a característica racial e sexual (SANTONI, 2018; PEREIRA; DELAY, 2017). O ácido hialurônico está presente naturalmente na matriz extracelular dos tecidos conectivos, líquido sinovial, líquido intraocular e corpo vítreo do olho, além do tecido epitelial, onde ele forma a matriz fluida elástica e viscosa que circunda as fibras colágenas, elásticas e estruturas intercelulares. Sua concentração na pele reduz com o

passar da idade, resultando em decréscimo da hidratação tornando a derme menos volumosa formando os transtornos que caracterizam o envelhecimento da pele. (DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012).

Com o passar dos anos a pele sofre câmbios nas suas características devido a fatores intrínsecos e extrínsecos, ocasionando uma redução da elasticidade do tecido e da sua camada adiposa, atrofia, perda de colágeno, entre outros, tornando assim os sinais característicos do envelhecimento da pele mais visíveis, surgem então as rugas, linhas de expressão, redução da hidratação e da luminosidade e aumento da flacidez. Por esse motivo os indivíduos estão em busca constante por métodos que amenizem ou retardem a expressão desses sinais, permanecendo assim com a aparência da pele jovem por mais tempo (DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012; SANTONI, 2018).

Atualmente, a utilização de preenchedores na estética expandiu consideravelmente. Se tornando ferramenta cada vez, mas usada no auxílio ao rejuvenescimento. Há atualmente numerosos tipos distintos de preenchedores, classificados em temporários, semipermanentes (permanência mínima de 18 meses no tecido) e permanentes, também são caracterizados de acordo com a sua composição em colágeno, ácido hialurônico, ácido poli lático, polimetilmetacrilato e hidroxiapatita (CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012; SANTONI, 2018). Os preenchedores são indicados para o tratamento de ríndes, reparação de cicatrizes atróficas e pequenas imperfeições cutâneas, além do aperfeiçoamento do contorno facial. É esperado que eles proporcionem excelente resultado estético, tenha extensa duração, sejam estáveis e seguros, com mínimas complicações (CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012).

Todavia não há no mercado um preenchedor ideal, puro e sem efeitos adversos. Dentre os preenchedores, o ácido hialurônico (AH) é o que mais se aproxima dessas peculiaridades esperadas, por essa razão é o que tem sido mais utilizado, no entanto salienta-se que ele pode apresentar alguns efeitos adversos. Ele é um preenchedor reabsorvível temporário da família dos glicosaminoglicanos (GAG), com origem sintética ou animal, é usado para minimizar os danos na pele devido a sua considerável atividade higroscópica, fornecendo preenchimento, volume, sustentação, hidratação e elasticidade da pele retardando assim os sinais de envelhecimento (CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012; SANTONI, 2018; GARBUGIO; FERRARI, 2010; SALLES *et. al.*, 2011). Diante desse cenário e levando em consideração que o ácido hialurônico, atualmente tem diversas aplicações tanto na estética quanto em outras

áreas, espera-se com esse artigo descrever e analisar os aspectos gerais e técnicas de aplicação do ácido hialurônico na biomedicina estética, expor seus riscos e enumerar as suas possíveis complicações, dessa forma, o problema de pesquisa tem como pergunta norteadora: Quais os aspectos gerais, técnicas de aplicação e efeitos colaterais do uso do ácido hialurônico na biomedicina estética? Para responder à pergunta norteadora apresentada no problema de pesquisa, este estudo teve como objetivo descrever as principais características, as técnicas de aplicação do ácido hialurônico na biomedicina estética, descrever seus riscos e enumerar as suas possíveis complicações.

Justifica-se essa pesquisa por considerar fundamental a apropriação da literatura para avançar no conhecimento a respeito das diversas aplicações do ácido hialurônico na biomedicina estética, seus riscos e possíveis efeitos colaterais. Após uma análise da literatura especializada, refletiu-se que, todavia, não há estudos científicos suficientes que relacionem o ácido hialurônico, suas aplicações, riscos e efeitos adversos na área da biomedicina estética, tornando fundamental a realização de pesquisas científicas nessa área.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 SISTEMA TEGUMENTAR HUMANO

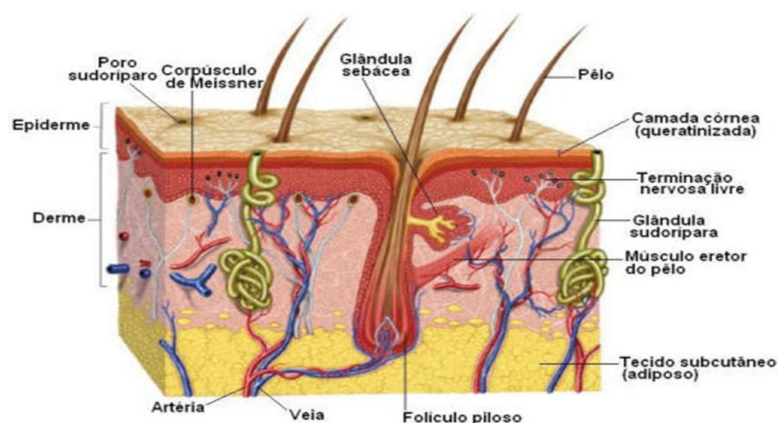
A pele é o maior órgão do corpo humano, dado que, ela reveste toda a extensão corporal, tem cerca de 4,5 Kg, ou seja, 15% do volume corporal humano. Dispõe de estruturas especializadas, flexíveis, resistentes e complexas, sendo encarregada por numerosas atribuições extremamente importantes, tais como a transpiração, percepção, proteção física e imunológica, pigmentação, nutrição, queratogênese, defesa, metabolização, absorção, secreção, excreção e a termorregulação, assim sendo a pele se comporta como isolante térmico, regulando a perda hídrica e de eletrólitos, conservando assim a temperatura corporal (NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; RUIVO, 2014; JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013; MONTANARI, 2016; ESMERALDO, 2014).

A pele age como uma membrana envolvente e isolante, uma barreira física contra agressões externas, reduzindo a penetração de substâncias estranhas, químicas e nocivas,

protegendo contra a ação de microrganismos patogênicos e radiação ultra violeta, além da sua capacidade de regeneração tecidual, um processo complexo que visa a restauração da integridade do tecido lesionado. Os nervos sensoriais e autonômicos são parte estrutural da pele, eles são necessários para detecção do toque, vibração, pressão, temperatura, dor e prurido, suas propriedades biomecânicas agem em resposta à força de deformação (NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; RUIVO, 2014; JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013; MONTANARI, 2016; ESMERALDO, 2014).

Três camadas sobrepostas compõe a pele. A epiderme é a camada a mais superficial, é a principal barreira de defesa, a intermediária é uma camada muito vascularizada denominada derme e a camada mais profunda é a hipoderme, constituída de tecido adiposo. Na figura 1 temos a representação gráfica das estruturas do sistema tegumentar humano. Elas executam suas funções de forma autônoma, experimentando regulação, modelação molecular e celular enquanto desempenharem suas funções. A água compõe cerca de 70% da pele, se distribuindo pelas camadas, sendo a hipoderme a mais hidratada, possui também proteínas, lipídeos, glucídios e sais minerais (NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013; MONTANARI, 2016; ESMERALDO, 2014).

Figura 1- Estruturas do sistema Tegumentar Humano



Fonte: (Oliveira, 2011).

2.1.1 Epiderme, derme e hipoderme

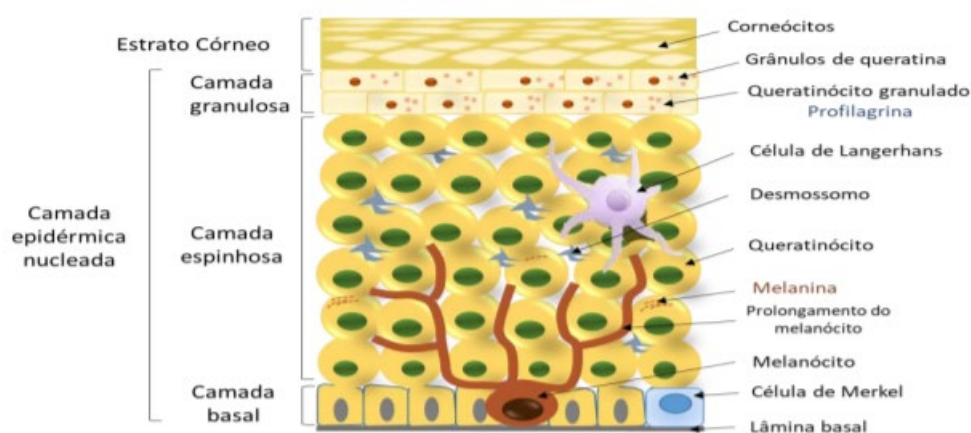
A epiderme é constituída por epitélio pavimentoso estratificado que se renova continuamente. Os capilares da derme superficial adjacente nutrem a epiderme por difusão pois ela é avascular. É composta principalmente de queratinócitos (>90%), essas células mantem a homeostasia e a constante renovação dos folículos pilosos da epiderme, essa diferenciação renova o epitélio ao longo da vida pela queratinização, os queratinócitos se deslocam progressivamente a partir da membrana basal até a superfície da pele, onde descamam, formando ao longo deste trajeto várias camadas distintas, figura 2, são elas: o estrato basal ou germinativo, a camada mais profunda, ligadas a derme pelos hemidesmossomas que estão fixados a membrana basal, esse estrato é constituído de uma única camada de queratinócitos na sua maioria, intercalados por células de Merkel e melanócitos, sendo os melanócitos responsáveis pela produção de melanina que conferem a pigmentação da pele (NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013; MONTANARI, 2016; ESMERALDO, 2014).

O estrato espinhoso ou de Malpighi está localizado sobre o estrato basal e se constitui de 8 a 10 camadas de células, contem desmossomos e célula de Langerhans que participam da função imunitária. O estrato granuloso está constituído por 2 a 5 camadas de células achatadas com estrutura granular devido a presença de grãos de querato-hialina que atuam como barreira e participam da coesão entre as células devido a sua elevada quantidade de lipídios, fosfolipídios e proteínas. Na superfície desse estrato, o núcleo e organelas da célula se desintegram e a célula morre, formando o estrato córneo, a camada mais superficial da epiderme e contém várias camadas de células pavimentosas mortas, unidas por desmossomos, denominadas corneócitos, são queratinócitos mortos, anucleados e queratinizados, elas são ricas em queratina, lipídios e água, formando uma barreira impermeável (NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013; MONTANARI, 2016; ESMERALDO, 2014).

A espessura do estrato córneo pode variar de acordo com a região do corpo, chegando a 1,5 mm nas plantas dos pés e palma das mãos, onde ganha uma camada adicional palmo-plantar, o estrato lucido, essa camada é composta por células mortas, homogêneas e

translúcidas cuja função é de proteção. A renovação celular dura aproximadamente 28 dias, podendo sofrer alterações ocasionada por processos patológicos (NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013; MONTANARI, 2016; ESMERALDO, 2014).

Figura 2- Camadas da epiderme



Fonte: (SOUSA, 2018).

Composta por substância fundamental amorfa, anexos cutâneos córneos e diversas células, dentre elas, temos o fibroblastos, responsável pela síntese de colágeno e elastina, a derme está localizada acima da hipoderme e abaixo da epiderme, unida a epiderme pela junção dermoepidêmica, uma estrutura composta por fibroblastos, esses formam o colágeno e a elastina que oferecem resistência contra forças externas que causam deformação, servindo como barreira impermeável, e realizando a sinalização para crescimento e regeneração tecidual. A derme possui espessura variável e grande resistência contra agressões mecânicas, nela se encontram estruturas vasculares e nervosas, glândulas sebáceas e sudoríparas e folículos pilosos. Abaixo da derme, há também, a hipoderme, formado por tecidos fibrosos, elásticos e gordurosos (NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013; MONTANARI, 2016; ESMERALDO, 2014).

A derme se segmenta em derme superficial ou papilar, localizada na junção dermoepidêmica, é muito vascularizada, rica em fibras e terminações nervosas, viabilizando os trocas metabólicos com a camada germinativa, possui várias células e finos feixes

fibrilares; já a derme profunda ou reticular, está localizada na parte inferior da derme, ela é composta por feixes calibrosos de colágeno, e finalmente a derme adventícia, constituída por finos feixes de colágeno, distribuída entre os anexos e vasos. A hipoderme é a camada mais profunda da pele localizada abaixo da derme reticular, ela se relacionando em sua porção superior com a derme profunda, constituindo-se a junção dermo-hipodérmica (NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013; MONTANARI, 2016; ESMERALDO, 2014).

A hipoderme possui espessura variável e está formada exclusivamente de adipócitos, colágeno e vasos sanguíneos, esses com maior calibre que os da derme, ela se comporta como uma tela subcutânea, tecido subcutâneo ou fáscia superficial. Ela funciona como um reservatório de energia que se denomina tecido adiposo, um isolante térmico que além de amortecer a pele permitir sua mobilidade sobre os tecidos adjacentes. A distribuição do tecido adiposo não é uniforme em todas as regiões do corpo, algumas regiões podem não acumular gordura, como as pálpebras, a cicatriz umbilical, a região do esterno, o pênis, e as dobras articulares. Em outras regiões em contra partida, há maior acúmulo de tecido adiposo: a porção proximal dos membros e as porções laterais da parede abdominal (NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013; MONTANARI, 2016; ESMERALDO, 2014).

O colágeno é a proteína mais abundante e funcional presente no corpo humano, ela constitui o arcabouço extracelular em todos os seres vivos, oferece resistência e integridade estrutural a vários órgãos e tecidos, atua também no processo de cicatrização e/ou regeneração tecidual além de auxiliar na hidratação da pele. Há dezenove classes distintas de colágeno, distribuídas entre tipos I a XIX. O tipo I é o mais abundante no corpo humano, ele é o mais importante para a elasticidade do tecido, enquanto o tipo IV, integra a junção dermoepidérmica e membrana basal. O colágeno representa 30% da derme total e 75% deste, é formado pelo colágeno tipo I e tipo III (NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; RUIVO, 2014; JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013; MONTANARI, 2016; ESMERALDO, 2014).

A elastina é uma proteína fibrosa com resistência elástica que permite que a pele recupere sua forma original após ser tracionada. Essas fibras são finas na derme papilar, permitindo que haja ramificações verticais em relação à epiderme, e grossas com orientação

horizontalizada na derme reticular. Elasticidade é a capacidade da pele em retornar ao seu estado inicial, após cessarem as forças que provocam essa extensão. Esta capacidade depende da atividade das fibras elásticas e colágenas, e do estado de hidratação da substância fundamental, determinando a importância da manutenção do conteúdo hídrico da pele (NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; RUIVO, 2014; JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013; MONTANARI, 2016; ESMERALDO, 2014). Considerando que a pele é o receptor de diversas substâncias de atuação cosmética, considera-se fundamental o conhecimento das suas estruturas e da sua fisiologia, do mesmo modo é imprescindível o aprendizado das nuances do envelhecimento cutâneo (DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; RUIVO, 2014; SANTONI, 2018).

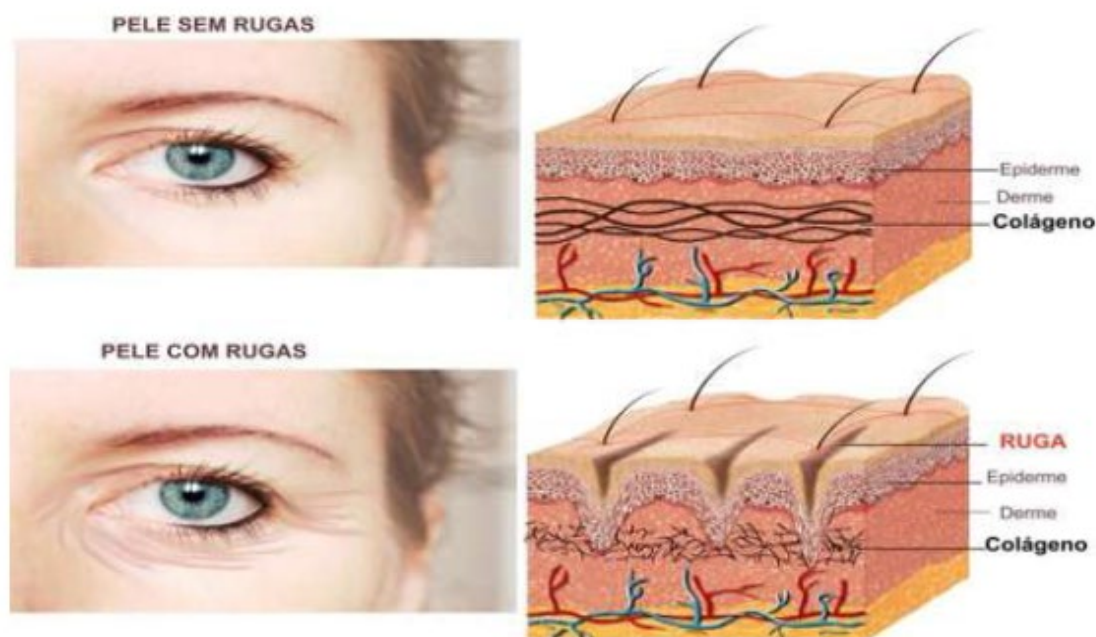
1.1.2 Envelhecimento cutâneo

O envelhecimento é um processo complexo e multifatorial, são alterações morfológicas, fisiológicas, bioquímicas, estéticas e funcionais, acarretando decréscimo das funções biológicas do corpo humano, resultando em alterações visíveis na aparência da pele ao longo do tempo, devido a degradação dos seus componentes estruturais, variação da textura e da cor, caracterizando assim envelhecimento visível da pele, nota-se o aparecimento de rugas, flacidez, manchas, diminuição da capacidade de regeneração dos tecidos, perda do tônus, da hidratação, do viço, aumento da fragilidade capilar e da aspereza da pele, figura 3. O envelhecimento está classificado em intrínseco ou cronológico, este é previsível, progressivo e inevitável, a pele cronologicamente envelhecida apresenta, palidez, ressecamento, rugas finas, flacidez, redução do tecido adiposo, alopecia e tumores cutâneos benignos (SANTONI, 2018; HOORENS; ONGENAE, 2012; SALLES, *et. al.*, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018).

Já o envelhecimento extrínseco ou foto envelhecimento é oriundo e cumulativo de fatores como a exposição crônica a radiações ultravioletas (UV), poluição, radiação infravermelha, sedentarismo, má alimentação, estresse, consumo de álcool e tabaco. A pele foto envelhecida apresenta rugas, sardas, lentigos, telangiectasias, ritides superficiais e profundas, tumores cutâneos benignos, neoplasias malignas hiperpigmentação, hipopigmentação, sendo a hipomelanose gutata a mais comum (SANTONI, 2018;

HOORENS; ONGENAE, 2012; SALLES *et. al.*, 2011). As ritides estão classificadas em dinâmicas, que surgem devido a mimica facial e movimentos repetitivos, as estáticas são oriundas da fadiga de estruturas da pele, e as gravitacionais estão relacionadas com a flacidez e ptose tissular (SANTONI, 2018; HOORENS; ONGENAE, 2012; SALLES *et. al.*, 2011).

Figura 3 – Pele jovem versus pele envelhecida



Fonte: DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018

Aproximadamente 80% do envelhecimento facial está relacionado ao foto envelhecimento, cujos principais vilões são os radicais livres, estes são moléculas de oxigênio instável que surgem devido ao estresse oxidativo ocasionado pela presença de diversos fatores, tais como, estresse, radiação solar, pesticidas, a fumaça do cigarro e a poluição. O acúmulo de radicais livres gera alterações nos componentes do tecido conectivo, dos quais se pode citar, o aumento da atividade proliferativa dos fibroblastos, redução e desorganização das fibras de colágeno e elastina e a diminuição do ácido hialurônico na pele (SANTONI, 2018; HOORENS; ONGENAE, 2012; SALLES *et. al.*, 2011; GARBUGIO; FERRARI, 2010). Alguns autores mencionam que independente das causas do envelhecimento cutâneo há algumas características que devem ser consideradas, observe a tabela abaixo:

Tabela 1- Localização das peculiaridades do envelhecimento cutâneo

Autor	Localização	Características
-SANTONI (2018) -HOORENS; ONGENAE, (2012) -SALLES <i>et. al.</i> , (2011)	Epiderme	-Achatamento da junção dermoepidermica. -Redução do número de melanócitos de 8 a 20% por década, a partir dos 30 anos, o que pode resultar em hipocromias. -Ativação dos melanócitos em alguns casos ocasionando hiperpigmentações. - Diminuição de lipídeos intercelulares tais como: cerâmicas, colesterol e ácidos graxos, fundamentais funcionalmente na barreira cutânea, essa diminuição torna a pele susceptível a perda transepidermal de água, ocasionando descamações, fissuras e ressecamento.
-SANTONI (2018)	Derme	- Achatamento das papilas dérmicas. -Comprometimento da nutrição celular. -Redução do número de fibroblastos. -Decréscimo de 1% ao ano na produção de colágeno e elastina. -Regressão da vascularização. -Redução das glicosaminoglicanos (AH).
-SANTONI (2018)	Tecido subcutâneo	-Redução do tecido adiposo na face, dorso das mãos e região tibial anterior. -Acúmulo de tecido adiposo na região abdominal.

Fonte: Desenvolvido pela autora

Corroborando com as ideias dos autores, destaco que diversos são os sinais visíveis do envelhecimento cutâneo, dentre eles os principais são: pele espessa e amarelada, aparecimento progressivo de rugas e sulcos superficiais e profundos e manchas pigmentadas. Levando em conta o exposto, indica-se alguns cuidados básicos para amenizar e retardar os sinais do envelhecimento, são eles, hábitos saudáveis de alimentação, ingestão de água e cosméticos, cita-se os preenchedores, como principal coadjuvante no tratamento dos sinais de envelhecimento, com ênfase no AH.

2.2 PREENCHEDORES FACIAIS

O preenchimento é um procedimento estético para o rejuvenescimento da pele, injetável, moderno, porém não cirúrgico, indicado na terapêutica de sulcos, rugas estáticas, cicatrizes atróficas e para aprimorar o contorno facial, pode ser usado também para ampliar o volume dos lábios e corrigir deformações nasais. Atualmente amplamente utilizados na terapêutica do rejuvenescimento, pois seus resultados são percebidos desde a primeira

aplicação, além da vantagem de não ser um método invasivo, ou seja, não é necessário internação hospitalar ou anestesia geral. (NERI *et. al.*, 2013; TAMURA, 2013; GUTMANN; DUTRA, 2018). Os preenchedores são utilizados levando em consideração a finalidade da aplicação, ele atinge desde a derme superficial, passa pela derme profunda e chega até o tecido subcutâneo, geralmente se usa anestesia local ou tópica. Para o preenchimento labial se usa a anestesia de bloqueio do nervo infraorbitário, aplicando anestesia na região do canino, além disso, deve-se realizar a anestesia do freio labial e das comissuras, utilizando técnica anestésica infiltrativa, similar a anestesia odontológica. A aplicação dos preenchedores pode ser feita em clínicas e consultórios. Dentre os diversos preenchedores faciais, um dos mais usados é o ácido hialurônico, devido a sua praticidade de aplicação, boa margem de segurança e excelente compatibilidade (NERI *et. al.*, 2013; TAMURA, 2013; GUTMANN; DUTRA, 2018).

2.2.1 Ácido Hialurônico (AH)

Os primeiros estudos a respeito do AH iniciaram em 1934, no laboratório de bioquímica oftalmológica da universidade da Columbia, Karl Meyer e John Palmer, isolaram o AH do humor vítreo bovino, na década de 40, Meyer e colaboradores isolaram o AH presente na pele, articulações, cordão umbilical e crista de galo. No ano de 1937, Kendall, Heidelberger e Dawson constataram que o polissacarídeo da cápsula do bactérias *Streptococcus* do grupo A hemolítica e o AH possuíam grande semelhança, iniciando assim as pesquisas a respeito do AH de origem microbiana. Em 1950, Meyer e sua equipe averiguaram a morfologia do AH e expuseram as suas propriedades. Trata-se de um polissacarídeo linear de alta massa molar, formado por unidades dissacarídicas polianiônicas de ácido D-glucurônico (GlcUA) e Nacetilglicosamina (GlcNAc) ligados (SANTONI, 2018; PAN *et. al.*, 2013; GARBUGIO; FERRARI, 2010)

O termo Ácido Hialurônico deriva do grego com a palavra hialoide que significa vítreo, é a descrição precisa da aparência do AH, pois hialoide significa transparente relativo ao vidro. O ácido urônico, um monossacarídeo que o compõe, também é inspiração do termo AH. O ácido hialurônico é da família das glicosaminoglicano não sulfatadas, é uma molécula que já está presente no corpo humano, sendo responsável por atrair e reter água ao seu redor,

possibilitando assim mais viço, firmeza e textura a pele. Algumas de suas peculiaridades, distinguem o ácido hialurônico de outros preenchedores, são elas, o tamanho da sua partícula, sua maior viscoelasticidade, a diferença no comprimento de cadeia dos polímeros e o tipo e densidade de *crosslinker*, para assim obter uma melhor acomodação do produto na pele, sem riscos de migração para outros locais (GUTMANN; DUTRA, 2018; REQUENA *et. al.*, 2011; CROSSO; ALVES; ALESSI, 2012; SANTONI, 2018).

A quantidade total de AH no organismo está estimada em 12 gramas, estando na pele a maior parte, cerca de 7g, é ele que fornece o volume, a sustentação, hidratação e elasticidade a pele e sua menor concentração está no sangue. O ácido hialurônico é uma das moléculas mais higroscópicas conhecidas até o momento, pois dispõe da capacidade de se ligar a água em até 1000 vezes o seu volume. Levando esse fato em consideração entende-se que o AH é extremamente relevante para a pele, devido a sua capacidade hidratante e preenchedora, contribuindo para manter e recuperar a elasticidade da pele (SANTONI, 2018)

Por causa da sua consistência gelatinosa e espessa e seu alto grau de hidratação, o AH, age como preenchedor de lacunas na derme, absorvendo choques e fornecendo estabilização, além de contribuir com as propriedades elásticas para formar a rede de estruturas helicoidais. Devido as suas propriedades biológicas de lubrificação, viscoelasticidade, retenção de líquido, biocompatibilidade e sua biodegradabilidade, o AH é retratado na literatura como hidratante potente e restaurador da pele da face, sendo seu potencial de hidratação maior do que outros polissacarídeos, ele influencia na proliferação celular, na diferenciação e no reparo dos tecidos, gerando alterações na disponibilidade e na síntese do AH (SANTONI, 2018).

Ao ressarcir o AH nas camadas profundas do tegumento, é possível restaurar o equilíbrio hídrico, ocorre a filtração, regulação e a distribuição de proteínas nos tecidos e um ambiente físico onde as células se movimentam se forma, cooperando para melhora na estrutura e elasticidade da pele, suavizando as rugas e as linhas de expressão, realçando e restaurando o volume facial, criando volume labial e proporcionando o rejuvenescimento facial. Os fornecedores comercializam o ácido hialurônico em seringa agulhada na forma de gel incolor denso, não particulado, e pode ser acondicionado em temperatura ambiente, como pode ser visto na figura 4. Não há a necessidade de um teste cutâneo antes da aplicação. Por ser um preenchedor não permanente, o AH, dura em média 6 meses, por esse motivo para prolongar a duração do AH é feita a estabilização pela técnica de *crosslinking*, nesta técnica

as moléculas que se ligam ao AH produzem macromoléculas mais estáveis porem com a mesma biocompatibilidade, sendo necessário realizar o cálculo do nível ideal de *crosslinking*, pois quanto maior o nível de crosslinking menor será a propriedade hidrofílica do AH, portanto sua eficácia será reduzida (GUTMANN; DUTRA, 2018; GUTOWSKI, 2016; SANTONI, 2018).

Figura 4- Seringa com agulha 40G contendo ácido hialurônico



Fonte: GUTMANN; DUTRA, 2018

O AH industrial é comercializado sob a forma de gel espesso, não particulado, incolor, em seringa agulhada e pode ser armazenado e conservado em temperatura ambiente, contudo sem congelar. É importante, entretanto, evitar a exposição dos produtos hialurônicos ao calor, pois pode estimular a formação de monômeros, potencialmente contribuindo para a inflamação (PAN *et. al.*, 2013; REQUENA *et. al.*, 2011; OLIVEIRA, 2021).

2.2.1.1 Técnica, locais e produtos para a aplicação do AH

O ácido hialurônico na forma de gel injetável é o mais utilizado em abordagens estéticas e configuram os melhores resultados, é geralmente utilizado para o tratamento de rugas, correção do contorno facial e reposição do volume facial, com o preenchimento de sulcos nasojungais (olheiras), de sulcos nasogenianos (“bigode chins”), na região periocular (“pés de galinha”), aumento do volume labial, linha de marionete, região malar, mandibular, mento, pescoço e mãos, cicatriz, sendo usado também na rinomodelação. A quantidade de AH a ser injetado para uma boa correção depende da profundidade dos sulcos, das rugas e também da viscosidade do ácido utilizado. São várias as opções no mercado, e a escolha do AH deve considerar aspectos como: compatibilidade biológica, segurança, estabilidade no local de aplicação, ser de baixo risco de alergia, não desenvolver reação inflamatória, não ser carcinogênico, não ser removido por fagocitose, ser de fácil aplicação, resultar em aparência natural, baixa imunogenicidade, o tempo de reabsorção, a forma de obtenção do produto e o

custo para o paciente. Estas são as características esperadas pelos preenchedores dérmicos, todas elas atendidas pelo AH, o que o torna um produto aceito em todo o mundo para o preenchimento cutâneo temporário, figura 5 (GUTMANN; DUTRA, 2018; GUTOWSKI, 2016; SANTONI, 2018; OLIVEIRA, 2021).

Figura 5- Aplicação do Ácido Hialurônico



Fonte: (OLIVEIRA, 2021).

Dentre os AH disponíveis no mercado, podemos citar o Hylaform® (Genzyme Corporation, USA) de origem animal, obtido da crista do galo, sua concentração é de 5,5 mg/ml de AH, já o Restylane® e o o Perlane® (Galderma) não possuem origem animal, e são produzidos pela fermentação bacteriana de Streptococcus, com concentração de 20 mg/ml de AH, o Juvéderm® (Allergan Industrie SAS, França) e o Surgiderm® , tem origem não animal, são produzidos pela fermentação bacteriana de Streptococcus e suas concentrações são de 18m mg/ml a 24 mg/ml de AH, Belotero® (Anteis AS, Suíça) tem origem não animal e concentração de 20 mg/ml a 26 mg/ml de AH, por fim o Redexis® (Prolenium Medical Technologies, Canada) tem origem não animal, é produzido por fermentação bacteriana de Streptococcus, com concentração de 17 mg/ml e 25 mg/ml de AH, entre outros (GUTMANN; DUTRA, 2018; GUTOWSKI, 2016; SANTONI, 2018; OLIVEIRA, 2021).

Antes de se submeter ao procedimento, o paciente deve passar por uma avaliação para saber não só sobre suas expectativas e possíveis resultados, mas também para checar o histórico de saúde, verificando possíveis contraindicações, deve-se investigar o histórico do paciente em relação a distúrbios hemorrágicos, herpes, doenças autoimunes, gravidez, alergias, tendência à formação de queloides e uso de medicamentos, como anticoagulantes, deve se definir o tipo de preenchedor mais adequado para as necessidades específicas do

paciente, a técnica que será utilizada e quais serão os custos do procedimento, também, deve ser realizada documentação fotográfica para registrar a aparência dos pacientes antes do procedimento, assim como para permitir melhor análise das áreas críticas específicas, eventuais assimetrias e comparação com o resultado final (GUTMANN; DUTRA, 2018; GUTOWSKI, 2016; SANTONI, 2018; OLIVEIRA, 2021).

A aplicação é feita na derme superficial, média e profunda. A profundidade de aplicação dependerá da viscosidade do produto, sendo que quanto mais fluido for o produto, mais superficial deverá ser sua aplicação, com isso, quanto mais superficial a aplicação, maior o risco de visibilidade. Em consequência disso, vários produtos de AH passaram a ser usados em diferentes partes do rosto, devido à diferença de tempo de permanência, persistência, injeção e necessidade de anestesia local. Para permitir maior conforto aos pacientes, é preciso um pré-tratamento com formulações tópicas de anestésico durante 30 minutos antes do procedimento. Imediatamente antes, é realizada assepsia com clorexidine alcoólico a 4%. Algumas marcas de AH possuem em sua formulação um anestésico, a lidocaína, sendo assim desnecessário o uso tópico de anestésico (GUTMANN; DUTRA, 2018; GUTOWSKI, 2016; SANTONI, 2018; OLIVEIRA, 2021).

A técnica de aplicação mais utilizada é a retro injeção ou injeção retrógrada, onde se introduz todo o comprimento da agulha na área a ser tratada, injetando-se o material no movimento de retirar a agulha, técnica comumente usada na linha da glabella, sulcos nasolabiais, lábios e sulco lacrimal, dentre outros. A técnica em leque é similar a técnica retrógrada, pois logo que a agulha é completamente retirada da pele, ela é reinserida em outra direção, e o produto é novamente injetado em uma via retrógrada. Esse processo é repetido inúmeras vezes em direções diferentes até a correção adequada ser alcançada. Essa abordagem é particularmente útil no aumento malar, mas é também usada na correção do sulco nasolabial. Na técnica de linhas cruzadas (rede ou malha) são realizadas injeções paralelas entre si, posteriormente injeções cruzadas perpendicularmente com as linhas paralelas iniciais, propondo o preenchimento de grandes áreas ou para a restauração de volume, sendo usada também para linhas de marionete e aumento de bochecha (GUTMANN; DUTRA, 2018; GUTOWSKI, 2016; SANTONI, 2018; OLIVEIRA, 2021). Na técnica pontual seriada a aplicação é feita ponto a ponto, sendo realizada em pontos bem próximos para prevenir irregularidades. Essa técnica é geralmente utilizada na correção do sulco lacrimal, no

aumento de labial e no tratamento de outras rugas e sulcos. As técnicas podem ser combinadas durante o preenchimento. Após o produto ser injetado, o local poderá ser modelado com a ponta dos dedos para suavizar qualquer irregularidade. Desta forma a técnica correta é crucial; injeções muito superficiais podem causar irregularidades aparentes e nódulos, enquanto injeções muito profundas podem ser ineficazes. O preenchimento com AH não requer cuidados especiais e não interfere com a rotina do paciente. Pode-se utilizar gelo logo após a aplicação e até mesmo no dia seguinte, caso necessário. Deve-se evitar a manipulação de área tratada exercícios físicos e exposição solar e outras fontes de calor ou frio, em média, recomenda-se aplicar na mesma região anatômica 1 ml, no máximo 2 ml, em 80% dos pacientes, geralmente é suficiente usar 1 ml de produto. Se for necessário mais produto, sugere-se um reforço em outra sessão de tratamento (GUTMANN; DUTRA, 2018; GUTOWSKI, 2016; SANTONI, 2018; OLIVEIRA, 2021).

2.2.1.2 Riscos da aplicação do ácido hialurônico

Embora os preenchimentos faciais tenham um perfil de segurança muito favorável, não há existência de preenchedor totalmente desprovido de riscos, e mesmo profissionais experientes podem se deparar com reações imediatas, como eritema, sangramentos, nodulação e necroses. Sendo assim, é de grande importância o conhecimento das possíveis complicações que podem ocorrer nesse procedimento, o profissional deve estar apto a identificar, classificar e saber tratá-la (GUTMANN; DUTRA, 2018).

2.2.1.3 Efeitos colaterais precoces do ácido hialurônico

Este ácido é considerado padrão ouro em procedimentos estéticos para correção de rugas, perda de contorno e reposição de volume facial. Embora seja uma substância degradável pelo organismo e a maioria dos seus efeitos adversos ser apenas inestético, as complicações exigem um tratamento efetivo e rápido com o intuito de diminuir o risco de sequelas ou morbidades (GUTMANN; DUTRA, 2018). Sendo ainda considerado como seguro, o implante dérmico de AH não está isento de riscos e nem de reações adversas, sendo elas reações inflamatórias, pequenos hematomas, eritema, infecção, nódulos, abscessos nos

locais de aplicação, cicatrizes hipertróficas, necrose tecidual advinda de aplicação intravascular ou compressão da rede vascular adjacente, edema persistente e granulomas. Ressalta-se que edema persistente e granulomas podem ser desencadeados por alergia a material que contenham divinil sulfona e butanediol-diglicidil-éter, ou resposta imunológica aos componentes proteicos presentes nas preparações de AH. Estas complicações podem ser tratadas com aplicação local de hialuronidase (FERREIRA; CAPOBIANCO, 2016; CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012; TAMURA, 2013; GUTMANN; DUTRA, 2018; GUIMARÃES, 2021)

As complicações também podem ser decorrentes de inexperiência do aplicador, técnica incorreta ou inerente ao próprio produto, considerando suas diferentes origens, formulações e concentrações (CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012; FERREIRA; CAPOBIANCO, 2016). A glabella é considerada área de risco, pela possibilidade de comprometimento vascular importante, levando a efeitos colaterais graves, como necrose tecidual e até cegueira. Os feixes vasculares supratroclear e supraorbitario, onde está localizado os ramos da artéria carótida interna irrigam a glabella, a parede nasal e a porção centro-inferior da fronte. A necrose tecidual nesses territórios pode ocorrer por injeção intravascular, compressão por grandes volumes de AH e/ou injúria vascular, diminuindo o suprimento sanguíneo local. Há, no entanto, outras hipóteses para o trajeto de embolização ocasionando cegueira a partir de preenchimentos na fronte medial e lateral. Há relatos de isquemia cerebral devido a difusão do material injetado para o território da carótida interna (FERREIRA; CAPOBIANCO, 2016; CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012; TAMURA, 2013; GUTMANN; DUTRA, 2018; GUIMARÃES, 2021)

Os efeitos colaterais podem ser divididos em precoces e tardios. O Eritema e edema geralmente são imediatos e observados na maioria dos casos, ocorrem por inflamação local em resposta à injúria tecidual e pela propriedade hidrofílica do AH. Podem ainda ser agravado por múltiplas injeções, material espesso e técnica incorreta de aplicação. Para aliviar deve-se colocar gelo durante cinco a dez minutos e manter a cabeça elevada, costuma regredir em horas ou em um ou dois dias. O edema pode ser evitado ou minimizado pelo uso de anestésico com epinefrina, compressa fria e menor número de picadas na pele. A equimose/hematoma geralmente ocorre imediatamente por perfuração de pequenos vasos no local da aplicação ou por compressão e ruptura secundária dos vasos. Deve-se fazer compressão local imediata

(FERREIRA; CAPOBIANCO, 2016; CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012; TAMURA, 2013; GUTMANN; DUTRA, 2018; GUIMARÃES, 2021)

Há maior risco de sangramento volumoso se houver ruptura de vasos profundos. Recomenda-se realizar a aplicação em local com boa iluminação para evitar a perfuração dos vasos. É importante saber que os preenchedores associados à lidocaína promovem vasodilatação e podem aumentar o risco de sangramento local. Geralmente melhoram em cinco a dez dias e não interferem no resultado final. Nos casos de sangramento abundante pode ser necessário a cauterização do vaso. A necrose é uma complicação rara, ocasionada por compressão local, supercorreção, intensa inflamação ou aplicação intra-arterial acidental, com embolização vascular. Casos relatados ocorreram na área das artérias angular, região nasolabial e supratrocLEAR. Não existe consenso quanto ao tratamento ideal nesses casos, mas é importante ter cuidados locais de higiene, realizar compressas mornas, massagem local para dissolver o êmbolo e pasta de nitroglicerina a 2% (FERREIRA; CAPOBIANCO, 2016; CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012; TAMURA, 2013; GUTMANN; DUTRA, 2018; GUIMARÃES, 2021). Também é descrita a injeção de hialuronidase o mais precoce possível, nas primeiras 24 horas do procedimento, reduzindo dos danos causados pela necrose. No caso de embolização pode-se realizar heparinização plena do paciente. As oclusões venosas são geralmente mais tardias, de evolução mais lenta, com menos dor local e tom azulado na pele. A infecção é provavelmente decorrente de contaminação do produto ou técnica inadequada de assepsia do paciente. Os autores acreditam que a contaminação ocorre por má higienização da pele. Os nódulos geralmente são observados a curto e médio prazos, manifesta-se como pápulas esbranquiçadas ou normocrômicas. Ocorrem na maioria das vezes por má técnica de aplicação e por injeção muito superficial do AH. O tratamento pode ser feito com massagem local, e em casos extremos o corticoide oral está indicado. Nos casos graves pode ser realizada remoção cirúrgica do material. Felizmente, a maioria dos casos tem resolução espontânea (FERREIRA; CAPOBIANCO, 2016; CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012; TAMURA, 2013; GUTMANN; DUTRA, 2018; GUIMARÃES, 2021)

Os granulomas ocorrem em 0,01 a 1% dos casos, entre seis e 24 meses após aplicação dos preenchedores. Surgem como nódulos palpáveis não dolorosos no trajeto de aplicação dos preenchedores. Acredita-se que essas reações ocorram pela presença de impurezas no processo de fermentação bacteriana na produção do ácido hialurônico e não decorrentes de

hipersensibilidade ao próprio produto. O tratamento é controverso, e pode ser realizada aplicação de hialuronidase com concentrações que variam de 50U/mL¹⁰ a 150U/mL¹⁷ ou infiltração intralesional de corticoide (FERREIRA; CAPOBIANCO, 2016; CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012; TAMURA, 2013; GUTMANN; DUTRA, 2018; GUIMARÃES, 2021).

As reações alérgicas são descritas em 0,1% dos casos, inicia-se entre três e sete dias após a aplicação do produto, prazo, entretanto, que se pode estender até o período de um a seis meses, o tratamento descrito é com corticoide oral ou infiltração intralesional de corticoide. As cicatrizes hipertróficas podem estar nos locais de puntura da pele, podendo estar relacionada com histórico de queloides, o tratamento é feito com corticoide oclusivo. As contraindicações para o preenchimento com AH são gravidez, lactação, doenças sistêmicas autoimunes e imunodepressão, distúrbios de coagulação ou uso de anticoagulantes, inflamação ou infecção no local a ser tratado e pacientes com distúrbio de comportamento (FERREIRA; CAPOBIANCO, 2016; CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012; TAMURA, 2013; GUTMANN; DUTRA, 2018; GUIMARÃES, 2021).

3 METODOLOGIA

Para o presente estudo, foram realizados os seguintes procedimentos: Realizou-se uma pesquisa bibliográfica nas principais bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Lilacs. Tendo em vista que a proposta deste trabalho é realizar uma abordagem descritiva acerca dos aspectos gerais, técnicas de aplicação e possíveis complicações no uso do ácido hialurônico na biomedicina. Foram utilizadas as seguintes palavras-chaves: preenchedores, envelhecimento facial, ácido hialurônico e biomedicina estética.

A pesquisa bibliográfica foi realizada no período compreendido entre 01 de dezembro de 2020 e 11 de abril de 2021 usando materiais publicados nos últimos 10 anos. Para critério de inclusão, os materiais deveriam relacionar-se a temática, materiais localizados na pesquisa bibliográfica que não contemplassem nenhum dos critérios anteriormente descritos ou que não tivessem disponibilidade de referências não foram selecionados para inclusão neste artigo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo da literatura atual demonstra que de maneira geral o AH é uma alternativa eficaz para o tratamento do envelhecimento facial conferindo volume, sustentação, hidratação, e elasticidade à pele, melhorando assim, sua estrutura e as linhas de expressão. O seu uso tem se tornado muito frequente, pela sua capacidade de atuar como preenchedor dérmico na correção de lábios, malar, mento dentre outras imperfeições, repondo assim o volume facial perdido com o passar dos anos. Existem ainda poucos estudos científicos que comprovem a resistência a longo prazo do ácido hialurônico ou que forneçam dados que provem a durabilidade de cada produto. Em contrapartida temos no mercado um grande número de apresentações comerciais disponíveis. Este trabalho tornou-se importante para o aprofundamento do tema, pois permite compreender melhor a função, durabilidade e efeitos do ácido hialurônico.

Sabe-se que o uso do AH para tratamentos estéticos, como harmonização facial, está em crescimento nos últimos anos. Apesar de ser considerado seguro e eficaz por sua biocompatibilidade, deve-se atentar para os riscos e as possíveis complicações, precoces e tardias: resposta inflamatória, eritema, edema, sensibilidade, dor, nodulações, ulcerações, crostas, necrose, embolia vascular, cegueira, formação de biofilme, granuloma, entre outros. Por isso, para o uso adequado, necessita-se de profissionais habilitados, com extenso conhecimento da anatomia da face e compreendam a história clínica individual. É importante avaliar os riscos e benefícios dessa aplicação e informar ao paciente todas as possibilidades de efeitos adversos, para que seja feita uma decisão conjunta e consciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de conhecimento que o envelhecimento cutâneo é um processo natural, gradativo e contínuo, determinado por processos intrínsecos e extrínsecos. Com o passar do tempo, essas alterações levam ao declínio dos níveis de colágeno, elastina e fibroblastos e consequentemente o AH também se encontra em baixas concentrações, com perda da elasticidade e flexibilidade e posteriormente formação de rugas e desidratação. Um produto para retardar os dados do envelhecimento, o AH injetável, pode melhorar o aspecto facial,

pois apresenta vários benefícios e funções como volume, sustentação, hidratação e elasticidade. Sendo um implante temporário, o AH vem sendo muito utilizado como um procedimento prático, que restaura a aparência de uma pele saudável e melhora linhas e rugas faciais.

Existem vários laboratórios que fabricam produtos a base desse ácido; e quando utilizado de forma minimamente invasiva, pode apresentar alguns efeitos colaterais, mas poucos artigos relataram complicações graves, uma vez que o AH faz parte da constituição natural da derme. A aplicação de AH tem crescido, mas os profissionais habilitados como: médicos, biomédicos, farmacêuticos e odontologistas, devem ter o devido cuidado em sua aplicação, bem como ressaltar para seus pacientes os efeitos do ativo para que o mesmo consiga perceber os resultados prometidos na restauração do preenchimento facial. Portanto, o AH é um bom coadjuvante para retardar o envelhecimento facial, combatendo os sinais de envelhecimento, possibilitando uma pele com aspecto mais jovem e hidratada

REFERÊNCIAS

CROCCO, E. I.; ALVES, R. O.; ALESSI, C. Eventos adversos do ácido hialurônico injetável. **Surgical & cosmetic dermatology**, v. 4, n. 3, p. 259-263, 2012.

DA ROCHA BRITO, D. C.; FERREIRA, L. A. Estudo de pré-formulação de gel contendo ácido hialurônico em embalagem massageadora microvibratória. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 4, n. 1, p. 130-146, 2018.

DANTAS, S. Fonseca Ingênito Moreira *et. al.* As eficácias a curto e longo prazo do preenchimento com ácido hialurônico no rejuvenescimento facial. **Saúde & ciência em ação**, v. 5, n. 1, p. 63-81, 2019.

ESMERALDO, Arthur Rafael Amorim Alves *et. al.* Atlas virtual interativo de histologia e biologia celular. 2014.

FERREIRA, N. R.; CAPOBIANCO, M. P. Uso do ácido hialurônico na prevenção do envelhecimento facial. **Revista Científica UNILAGO**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2016.

GARBUGIO, A. F.; FERRARI, G. F. Os benefícios do ácido hialurônico no envelhecimento facial. **Revista UNINGÁ Review**, Paraná, v. 2, n. 4, p. 25-36, 2010.

GUIMARÃES, A. C. R. C. *et. al.* Efeitos deletérios do uso do ácido hialurônico para fins estéticos. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 2, p. 6103-6115, 2021.

GUTMANN, I. E.; DUTRA, R. T. Reações adversas associadas ao uso de preenchedores faciais com ácido hialurônico. **Revista eletrônica biociências, biotecnologia e saúde**, v. 11, n. 20, p. 7-17, 2018.

GUTOWSKI, K. A. Hyaluronic Acid Fillers. **Clin Plast Surg**, v. 43, n. 3, p. 489-96, 2016.

HOORENS, I.; ONGENAE, K. Primary focal hyperhidrosis: current treatment options and a step-by-step approach. **Journal of the European Academy of Dermatology and Venereology**, v. 26, n. 1, p. 1-8, 2012.

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. Histologia Básica: Texto e Atlas. 12. **Koogan**, Guanabara, p. 568, 2013.

MONTANARI, T. **Histologia**: texto, atlas e roteiro de aulas práticas. 2016.

NAYLOR, E. C.; WATSON, R. E. B; SHERRATT, M. J. Molecular aspects of skin ageing. **Maturitas**, v. 69, n. 3, p. 249-256, 2011.

NERI, SRNG *et. al.* O uso da hialuronidase nas complicações causadas pelo ácido hialurônico para a volumização da face: relato de caso. **Surg Cosmet Dermatol**, v. 5, n. 4, p. 364-6, 2013.

OLIVEIRA, C. S. *et. al.* Fototerapia, cuidados e atuação da Enfermagem. **UNICiências**, v. 15, n. 1, 2011.

PAN, N. C. *et. al.* Ácido hialurônico: características, produção microbiana e aplicações industriais. **BBR-biochemistry and biotechnology reports**, v. 2, n. 4, p. 42-58, 2013.

PAPAZIAN, M. F. *et. al.* Principais aspectos dos preenchedores faciais. **Revista Faipe**, v. 8, n. 1, p. 101-116, 2018.

PEREIRA, K. P.; DELAY, C. E. Ácido hialurônico na hidratação facial. **Universidade Tuiuti do Paraná**, 2017.

REQUENA, L. *et. al.* Adverse reactions to injectable soft tissue fillers. **Journal of the American Academy of Dermatology**, v. 64, n. 1, p. 1-34, 2011.

RUIVO, A. P. **Envelhecimento Cutâneo**: fatores influentes, ingredientes ativos e estratégias de veiculação. 2014. Tese de Doutorado. [sn].

SALLES, A. G. *et. al.* Avaliação clínica e da espessura cutânea um ano após preenchimento de ácido hialurônico. **Revista Brasileira de Cirurgia Plástica**, v. 26, n. 1, p. 66-69, 2011.

SANTONI, M. T. S. **Uso de ácido hialurônico injetável na estética facial**: uma revisão da literatura. 2018.

SOUSA, N. F. da S. *et. al.* Envelhecimento ativo: prevalência e diferenças de gênero e idade em estudo de base populacional. **Cadernos de saúde pública**, v. 34, p. e00173317, 2018.

TAMURA, B. M. Topografia facial das áreas de injeção de preenchedores e seus riscos. **Surgical & Cosmetic Dermatology**, v. 5, n. 3, p. 234-238, 2013.

MULHERES
CANGACEIRAS: A
ESSÊNCIA
FEMININA COMO
QUESTÃO DE
GÊNERO E
ALGUNS FATOS
HISTÓRICOS
ACONTECIDOS NO
NORDESTE
BRASILEIRO

CANGACEIRAS
WOMEN: FEMALE
ESSENCE AS A
GENDER ISSUE
AND SOME
HISTORICAL FACTS
HAPPENING IN
NORTHEAST
BRAZIL

CRUZ, Michel Alves da [1]

[1] Mestre em Ciências Humanas - Universidade Santo Amaro Unisa. Graduado em História - Faculdade Sumaré. São Paulo - SP.

RESUMO

O mistério habita profundamente as fendas áridas e pedregosas do Nordeste Brasileiro e é nesse inóspito, selvagem e agressivo pedaço de chão ardente que nos remeteremos ao passado para entendermos algumas questões sociais que envolveram o conceito de gênero e suas adaptações ideológicas. A entrada das mulheres no cangaço criou novos rumos, alavancou um novo conceito. Elas impuseram identidade própria, personalidades singulares. Foram perseguidas, enfrentaram estruturas de poder, criaram estratégias de sobrevivência, influenciaram posturas, ditaram regras e tornaram-se respeitadas cangaceiras no contraditório mundo machista do cangaceirismo.

Palavras-chave: Mulheres Cangaceiras. História Regional. Nordeste.

ABSTRACT

The mystery deeply inhabits the arid and rocky cracks of the Brazilian Northeast and it is in this inhospitable, wild and aggressive piece of burning ground that we will refer to the past to understand some social issues that involved the concept of gender and its ideological adaptations. The entry of women in the cangaço created new directions, leveraged a new concept. They imposed their own identity, unique personalities. They were persecuted, faced power structures, created survival strategies, influenced postures, dictated rules and became respected in the contradictory sexist world of cangaceirismo.

Keywords: Women Cangaceiras. Regional History. North East.

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais a mulher tem ocupado espaços e se diferenciado em suas funções, mais nem sempre foi assim, as mulheres não tinham os mesmos direitos dos homens, só pra se ter uma ideia a mulher não tinha direito de votar e nem de ocupar cargos na sociedade. No Brasil Imperial a mulher era descartada dos

contextos sociais e só no Brasil República começaram as mudanças. Uma família brasileira clássica consistia numa família patriarcal, com a presença de um marido autoritário, cercado de concubinas escravas, que dominava os filhos e uma mulher submissa, passiva, indolente, que vivia enclausurada em casa, gerava inúmeras crianças e abusava dos escravos. Hoje o quadro é outro e a mulher tem sua importância e valorização, inclusive com a data de 08 de março dedicada ao Dia Internacional da Mulher.

Mulheres livres e pobres, lutando para sobreviver em São Paulo, atravessavam sem restrições praças e ruas públicas, agregavam-se nas fontes, nos tanques de lavar roupa, ou na beira dos rios, para exercer seu trabalho como lavadeiras. Empregavam-se como domésticas, cozinheiras, amas de leite ou costureiras. Algumas vezes, como vendedoras ambulantes enfrentavam não apenas a fome, mas também a polícia, regulamentos burocráticos e taxas impostas à sua minúscula atividade comerciais (HAHNER, 2003, p. 41).

O dia Internacional da Mulher é marcado pela história que se inicia em 08 de março de 1857, quando 130 operárias de uma fábrica de tecidos, em Nova York, foram assassinadas quando lutavam por reconhecimento e melhores condições de vida. Foi preciso uma tragédia para que a sociedade ao longo da história pudesse reconhecer o papel importante da mulher.

Pensar a educação de mulheres no Brasil do século XIX significa pensar uma educação muito reduzida, que não passa muito do universo da alfabetização. Nesse sentido é que se pode afirmar que a educação das meninas permaneceu extremamente atrasada em relação à dos meninos. (HAHNER, 2003, p. 56).

O século XX passou por profundas transformações e conquistas. Muitas mulheres entraram para a história e ficaram como símbolo de que nada seria como antes: Direito ao voto, pílula anticoncepcional, divórcio e conquistas no mercado de trabalho e outros direitos e garantias.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ALGUNS FATOS HISTÓRICOS REPRESENTADOS POR MARIA BONITA, A RAINHA DO CANGAÇO

A peculiaridade mais notável apresentada por um grupo psicológico é a seguinte: sejam quem forem os indivíduos que o compõe, por semelhantes ou dessemelhantes que sejam seu modo de vida, suas ocupações, seu caráter ou inteligência, o fato de

haverem sido transformados num grupo coloca-os na posse de uma espécie de mente coletiva que os faz sentir, pensar e agir de maneira muito diferente daquela pela qual cada membro dele, tomado individualmente sentiria, pensaria e agiria, caso se encontrasse em estado de isolamento... O grupo psicológico é um ser provisório, formado por elementos heterogêneos que por um momento se combinam, exatamente como as células que constituem um ser vivo, formam, por sua reunião, um novo ser que apresenta características muito diferentes daquelas possuídas por cada uma das células isoladamente (*apud* FREUD 1996/1921, p. 83-84).

As sociedades regem-se por padrões de condutas, leis, direitos e deveres estabelecidos. Notadamente as manifestações de épocas remotas serviram para criar personagens polêmicos, tantos odiados quanto amados, dependendo da ótica de quem vivia os extremos da situação. É notório observar que as escolhas de caminhos percorridos podem ser vistas como trajetórias positivas ou negativas, dependendo da visão de quem se posiciona fora do quadro acontecido. O Sertão nordestino tem sido palco de inesquecíveis posicionamentos de pessoas que de alguma forma mudaram suas trajetórias e envolveram vidas de outras pessoas, havendo dentre os fatos ocorridos um pré-julgamento de uma sociedade que muda seus pensamentos com o passar do tempo. A guerra de Canudos é a síntese de uma grande falha de pensamentos de uma sociedade equivocada e hoje se tenta justificar os meios utilizados, as formas de atuações e as várias análises do que na época foi chamada de Vitória de Heróis em referência às ações dramáticas realizadas pelo exército, ao martírio de um povo que almejava só provar que era possível uma vida longe dos impostos e dos deveres criados apenas para uma classe menos abastada, obedecendo ao líder Antonio Conselheiro. A esse fenômeno juntou-se Pau - de - Colher, Pedro Batista, Beato Lourenço e o polêmico e adorado Padre Cícero Romão Batista.

O fenômeno cangaço escreveu na história Brasileira uma página diferenciada de todo o contexto social de uma nação e ainda hoje há uma polêmica duradoura que recai sobre esse acontecimento. Apesar de uma grande lacuna sobre um estudo sociológico mais aprofundado ou entrando a fundo nas questões psicanalíticas, torna-se difícil a discussão; fatos gerados entre os acadêmicos e os pesquisadores de campo, com seus minuciosos detalhes reais colhidos da historiografia oral. É uma discussão há longe despertada e ainda difícil de se chegar a um consenso.

O cangaço era particularmente, pela sua brutal forma de vida, um mundo exclusivamente machista. A mulher era figura descartada nesse meio. Os cangaceiros sempre que possível mantinham suas relações sexuais, aproveitando os bailes realizados nos coitos,

sítios, fazendas, ou quando eram seviciadas e vítimas dos *GERÁS* (palavra usada na época para definir a prática do estupro).

A entrada das mulheres nos bandos foi vista por uns como sendo a desgraça e a decadência do cangaço. Para outros as mulheres vieram aplacar a fúria assassina e o desejo disforme que tanto feriram e humilharam as famílias nordestinas. Com a chegada e a permanência feminina, os cangaceiros adquiriram mais respeito para com as indefesas caboclas sertanejas. Sebastião Pereira da Silva, o famoso Sinhô Pereira, único cangaceiro a chefiar Lampião, fez a seguinte declaração:

Eu fiquei muito admirado quando soube que Lampião havia consentido que mulheres ingressassem no cangaço. Eu nunca permiti e nem permitiria. Afinal, o Padre Cícero tinha profetizado: Lampião será invencível enquanto não houver mulher no seu bando.

O certo é que Lampião contrariou todas as expectativas e cedeu às armadilhas invisíveis do amor, lançando-se nos braços formosos e entregando-se aos beijos ardentes e sedutores da bela morena, da Malhada da Caiçara.

Foi em Paulo Afonso que Lampião encontrou sua grande paixão, Maria Gomes de Oliveira, a eternizada Maria Bonita. Foi ela a primeira mulher cangaceira e com ela abriu-se o precedente das companhias femininas, sendo Paulo Afonso, responsável por uma enorme leva de mulheres para o cangaço. Das mais famosas cangaceiras que saíram de Paulo Afonso, podemos citar as seguintes: Maria Bonita (a Rainha do Cangaço), Lídia Pereira de Souza (a mais bela das cangaceiras), Nenê (Nenê, de Luiz Pedro), Otília Maria de Jesus (Otília, de Mariano), Inácia Maria das Dores (Inacinha, de Gato), Catarina Maria da Conceição (Catarina, de Nevoeiro) e a recém descoberta, Durvalina Gomes de Sá (Durvinha, de Virgínio e Moreno).

Com as mulheres vieram alguns contratemplos, pois elas não tinham a valentia e a resistência dos homens e muitas vezes atrapalhavam quando ficavam doentes ou grávidas, tendo os cangaceiros que baterem em constantes retiradas, quando dos combates, para resguardarem a integridade física das companheiras.

Segundo relatos das próprias cangaceiras sobreviventes, a pior coisa era ter filhos e não poder criá-los. O amor de mãe era substituído pela dor ao ver seus frutos carnis serem postos em outros braços. Os filhos eram doados, geralmente a algum conhecido que tivesse

condições para dar um mínimo de conforto à criança. Relato forte que temos nos dias atuais é o de Inácio Carvalho de Oliveira, Inacinho. Filho do casal de cangaceiros Moreno e Durvinha, que foi deixado com o cônego Frederico Araújo, religioso responsável pela igreja de Tacaratú, em Pernambuco.

Inacinho nasceu em plena caatinga, cercado pelo medo da aproximação dos volantes policiais, parto realizado com recursos primordiais. Diante do risco dos tiroteios e do constante choro da criança que poderia ser rastreado, a alternativa para resguardá-lo foi a entrega ao Padre. Uma sábia e abençoada decisão.

Inacinho procurou durante anos por seus verdadeiros pais, nunca perdendo a esperança e sendo recompensado pelo reaparecimento do casal e do reencontro depois de setenta longos anos. Outro caso célebre foi o caso Sílvio Bulhões, filho de Corisco e Dadá, entregue ao Padre Bulhões, em Santana do Ipanema, Alagoas.

Maria Bonita, também sofreu seus dissabores, quando do seu primeiro parto teve que se contentar com a dor ao ver seu primogênito ser um natimorto e ter que enterrá-lo no fundo do quintal do coiteiro que lhe deu guarida, o velho Venceslau, Seu Lau, fiel guardião dos trajetos do Rei do Cangaço, nas proximidades do povoado Campos Novos, em Paulo Afonso.

O que aparentemente seria uma ótima vida na visão das mulheres, que viam nos cangaceiros algo novo, uma aventura que poderia lhe trazer proveitos, acabava por mostrar o outro lado de uma vida sempre atribulada, de combates, fugas, mortes e desassossego. Arrastar as alpercatas sem ter pouso certo era tarefa penosa, muito mais para as mulheres que geralmente estavam sonhando com os príncipes que povoam seus sonhos de adolescentes. Na rebeldia de meninas-moças muitas deixaram o calor das moradias paternas para se lançarem nesse caminho sem volta. Muitas outras foram raptadas, lembrando o caso da cangaceira Dadá que foi raptada por Corisco, sendo estuprada e ficando sob a guarda de uma tia do cangaceiro. Dadá deixou um forte depoimento relatando que só o tempo curou os traumas do estupro e depois, com o passar do tempo, ela foi se apaixonando por Corisco e por ele nutriu o mais fiel sentimento de amor, até morrer.

Com Maria Bonita foi diferente ela já tinha sido casada quando conheceu Lampião e com ele resolveu seguir para o cangaço e a partir daí o cangaço nunca mais foi o mesmo, as mulheres trouxeram outra cara àquele mundo só de homens. Sobre a Rainha do Cangaço muito se escreveu, alguns fatos comprovados e outros sem comprovações, sendo que em

alguns momentos foram disseminadas pesquisas irresponsáveis de escritores que escreveram capítulos fantasiosos, que servem apenas para confundir a cabeça dos que buscam as reais informações sobre um tema tão debatido e pouco confrontado em suas bases orais. Em outros momentos os depoentes mentiram e enganaram os escritores e os leitores. O campo da pesquisa é complexo e é preciso tempo e discernimento para se aproximar das bases concretas, buscando os mínimos detalhes das falas dos depoentes, ouvindo o maior número possível de pessoas que viram ou viveram as cenas, na busca da aproximação com a veracidade.

[...]A natureza masculina é a correlativa à violência, à crueldade, diferentemente da natureza feminina, materna? São tantos os relatos de que a entrada de Maria Bonita no Cangaço, de mais de 60 mulheres, teria humanizado, feminilizado “o império do machismo nos sertões” que poderíamos supor que sim.

Pois bem. Há vários relatos de episódios em que Maria Bonita intervém em momentos de fúria e crueldade do seu amado. Um deles descrito por Melquíades da Rocha, presente no livro sobre Maria Bonita de João Lima. Trata-se do momento em que Lampião havia capturado em 1935, na Forquilha, hoje Paulo Afonso, Manoel Cândido, promotor de justiça da Comarca de Água Branca, em Alagoas e já se preparava para espetá-lo, atravessando-lhe o peito com um afiado punhal quando, suplicou a Maria Bonita que não o fizesse, pois tinha uma filhinha de seis anos que dependia dele. Nesse instante Maria Bonita pediu ao amado que evitasse tal desgraça, pois só lembrava da sua filhinha (Expedita) que também havia deixado em Jeremoabo. O embravecido Lampião, tocado pelas suplicadas da mulher que amava, o fez.

Inválido, pois, afirmar que todos os cangaceiros têm uma estrutura perversa? Que a violência cometida por eles, em nome dos ideais que possuíam e dos quais se retroalimentavam é o traço, a letra, a marca dessa perversão? Há que se esclarecer que, não é apenas a estrutura perversa que goza da perversão, uma vez que é possível identificá-la como traços em outras estruturas.

Marcela Antelo, psicanalista argentina radicada na Bahia, diz que “a falta central que a castração introduz pode estar representada pelo olhar”, conforme estabelece Lacan. Problematisa ainda mais esta questão afirmando: “nascemos sendo vistos e é esse olhar que escapa ao nosso campo de visão. A perversão constitui a tentativa de ver o que é impossível de ver. O desmentido desse impossível constitui a paixão do sujeito da perversão” ... (Dr. Juracy Marques – 2012- Diferentes Contextos que envolvem a vida da Rainha do cangaço).

2.2 MARIA BONITA: UMA BREVE BIOGRAFIA

Maria Gomes de Oliveira nasceu no dia 08 de março de 1911, na fazenda Malhada da Caiçara, distrito de Santo Antonio da Glória do Curral dos Bois. Desde 28 de julho de 1958, quando Paulo Afonso foi emancipado de Glória, o povoado Malhada da Caiçara ficou nas terras pertencentes a Paulo Afonso. Maria Bonita foi a segunda filha do casal José Gomes de

Oliveira, conhecido como Zé Felipe e Maria Joaquina Conceição Oliveira, apelidada por Dona Déa.

Teve mais dez irmãos: Benedita Gomes Oliveira, Joana Gomes de Oliveira (Nanzinha), Amália Oliveira Silva (Dondon), Francisca Gomes Oliveira (Chiquinha), Antonia Gomes de Oliveira, Olindina Oliveira Santos (Dorzina), Ozéas Gomes de Oliveira, José Gomes de Oliveira, Arlindo Gomes de Oliveira e Ananias Gomes de Oliveira (Pretão). Teve como principal amiga a prima Maria Rodrigues de Sá. Foi casada com José Miguel da Silva, conhecido por Zé de Nenê.

Entrou para o cangaço no finalzinho de 1929 ou princípio de 1930. Foi a primeira mulher a fazer parte de um grupo de cangaceiros. Morreu no dia 28 de julho de 1938, junto com Lampião e mais nove companheiros, na Grota do Angico, em Poço redondo, Sergipe.

2.3 MARIA BONITA MOTORISTA

Sobre os fatos registrados em que apontam Maria Bonita dominando o volante de um carro, existem raríssimas informações e muitas dúvidas, pela falta de testemunhas de fatos tão inusitados. Em referência aos relatos escritos, podemos citar o livro: Lampião: As mulheres e o cangaço, páginas 217 e 218, 1 edição, de 1984, de autoria de Antônio Amaury Corrêa de Araújo e que transcrevemos na íntegra:

Contou-nos Leônidas que havia na fazenda Cuiabá (pertencente a poderosa família Brito, terras do engenheiro Hercílio Brito), um carro da marca Ford, ano de 1924 ou 1925, coisa assim, e que quando o grupo de Lampião ficava por ali, Maria Bonita dirigia o tal veículo”.

Juntavam algumas companheiras ou companheiros e ela saía aos trancos e barrancos, pelas vias internas da fazenda, com o pessoal sacolejando-se todo quando o carro balançava, como um barco em mar bravio, pela estrada esburacada e cheia de pedra. Os cabras gritando, rindo e praguejando. As mulheres chamando pelos santos de devoção, dando gritinhos histéricos, pedindo cuidado a motorista aprendiz

Jamais ouvi referências sobre tal pormenor da boca de qualquer elemento do povo de Lampião. Nem das mulheres nem dos homens. “Damos as informações com as devidas reservas e fiado nas palavras do nosso caro Leônidas, que diz ter assistido tais cenas” ...

Encontramos também uma citação sobre os dotes automobilísticos de Maria Bonita, no livro “Quem Foi Lampião”, de autoria de Frederico Pernambucano de Mello, página 108, transcrito aqui, também, em sua forma original:

Nas proximidades da antiga vila de Pau Ferro, hoje Itaíba, Pernambuco, Maria Bonita aprendeu a dirigir em veículo do chefe político do município, Audálio Tenório de Albuquerque, chegando a dominar inteiramente a função, segundo ouvimos do motorista do político, Antônio Paranhos, que serviu de professor, com a concordância de Lampião (MELLO, 2005, p.108).

Os fatos relacionados acima não foram comentados por nenhum dos ex-integrantes do cangaço, tornando ainda mais difícil de colher informações e de se prolongar na averiguação dos detalhes. Nas duas transcrições dos livros não existem por parte de qualquer componente a confirmação sobre os relatos. Curiosamente os informes foram acontecidos em estados diferentes, municípios diferentes e ocasiões diferentes e sempre afirmando que o aprendizado havia sido feito nos locais citados.

A dificuldade da elucidação do caso em pauta, por não vir apoiada em testemunhas oculares pertencentes ao bando de Lampião, vem alicerçado nos relatos isolados e colhidos por dois dos maiores escritores do tema cangaço, Antonio Amaury Correa Araujo e Frederico Pernambucano de Mello, pesquisadores sérios e que transcreveram relatos de pessoas que disseram terem visto as cenas. Os escritores confiaram nas explicações de um ex-motorista e de Leônidas Fernandes dos Santos, salientando que o Leônidas foi o mesmo que inventou a mentira que Maria Bonita havia traído Lampião com o homem de sua maior confiança, o cangaceiro Luiz Pedro.

Coloca-se ao conhecimento do público estas narrativas tendo por escudo a credibilidade nos dois escritores acima mencionados. Quase impossível é saber se as histórias realmente aconteceram ou se os depoimentos foram criados por seus depoentes.

2.4 MARIA BONITA: SUA BELEZA E SEU TEMPERAMENTO NA VISÃO DOS COMPANHEIROS E CURIOSOS

Lacan, no seu Seminário da Angústia (2005) diz que: Se há uma coisa que sabemos do perverso, é que aquilo que aparece externamente como uma satisfação irrefreada é uma defesa, bem como o exercício de uma Lei, na medida em que esta refreia, suspende, detém o sujeito no caminho do gozo.

A muito se discute a beleza e o difícil temperamento de Maria Bonita. Apesar da grande quantidade de fotografias encontradas com a figura da Rainha do Cangaço, somos

sempre interpelados e postos a dar definições sobre os traços fisionômicos e esculturais da cangaceira.

Os cangaceiros sobreviventes, quando reunidos em conversas ou postos a darem suas informações sobre as façanhas vividas no cangaço, tendem naturalmente a relatar e a discutirem os traços harmoniosos das cangaceiras e em particular os traços de Maria Bonita, assim como o comportamento dela, as vezes complicados. Um fato curioso é que muitos dos sobreviventes daquela época afirmam que as cangaceiras mais bonitas eram Lídia de Zé Baiano, Durvalina de Virgínio, Maria de Pancada e Nenê de Luiz Pedro, relevando Maria Bonita a um plano além desta primeira qualificação.

O cangaceiro Balão, pai de trinta e oito filhos, estes procriados com diferentes mulheres, então conhecedor do produto feminino, tendo inclusive tido alguns encontros amorosos com Maria de Pancada, possuindo-a durante várias vezes, em um só dia, enquanto realizavam uma viagem, na época ainda vestindo o mescla azulão do cangaço. Apesar dos refinados gostos masculinos, cada um tem suas escolhas e visões. Sobre Maria Bonita, Balão deu a seguinte definição: “Ela era baixa, um pouco cambota e de bunda batida”!

Dadá comentou a beleza de Maria sem antes citar a perfeição de Lídia e Durvalina.

O relato mais grosseiro acerca de Maria Bonita foi feito pelo escritor e ex-policial de volante, Joaquim Gois, que diz ter conhecido a cangaceira, quando esteve na casa de Maria, ainda na época em que ela vivia com o sapateiro Zé de Nenê, local onde Joaquim havia ido, junto com o sargento Manoel Rosendo, com o intuito de encomendarem alguns artificios em couro. Joaquim Góis mostra sua antipatia contra Maria Bonita, onde faz o seguinte relato:

...Personagem exagerada pela fantasia popular elevada às alturas de uma beleza que não possuía, dentro da auréola de um romantismo falso que a ausência de dotes físicos tanto a distância da lenda amorosa que seu interesse por Lampião criou e difundiu, Maria Bonita, sob o refletor de uma crítica séria, desapaixonada, perde o lugar a que subiu na imaginação do povo simples.

Na crédula e comovida invencionice da ignorância o seu nome iluminou-se de simpatia e entusiasmo.

Um mito que não perdura, porque tem raízes longas na superstição ou nas mentiras ingênuas de que a credence popular constrói os seus ídolos.

..., mas a história que é inflexível, destrona essa heroína improvisada, colocando-a no lugar comum das mulheres comuns a quem a insensatez e o adultério mudaram o destino.

Para melhor retratá-la, sem retoques, na visão de sua alma mestiça, sem a moldura doirada pelos recursos fáceis da fantasia, convém vê-la no enredo barato da sua separação do marido.

Analisando os fatos: Estas são as informações proferidas por Joaquim Góis, das quais discordo baseado na seguinte análise: Como é possível Joaquim Góis ter conhecido Maria Bonita ao lado de seu marido no ano de 1932 (ano em que o referido escritor foi contratado pelas forças volantes)? Porque desta pergunta? É que desde o finalzinho de 1929 ou princípio de 1930, Maria havia acompanhado o grande chefe cangaceiro e jamais retornado a sua casa, no povoado Malhada da Caiçara, em Paulo Afonso, sendo, portanto, impossível ter sido analisada tão minuciosamente, em sua residência, por Joaquim Góis.

As filmagens e as fotos realizadas por Benjamin Abraão são registros que comprovam que Maria Bonita não era uma cabocla apagada. Fica fácil, em uma análise visual, observar os traços do rosto, a perfeição dos lábios, os contornos das pernas.

Questão de gosto é individual, essa discussão será eterna, os arquivos fotográficos estão aí para análises individuais.

2.5 O ENCONTRO DE LAMPIÃO E MARIA BONITA

A irmã de Maria Bonita, Olindina Oliveira Santos, conhecida como Dorzina, foi quem deu as melhores informações, dizendo que as primeiras vezes em que Lampião pisou as terras da Malhada da Caiçara, Maria Bonita não estava na casa dos pais e sim na casa do marido José Miguel. A ex-cangaceira Dadá, conversando, por mais de uma vez, com Antonio Amaury, dizia que dona Déa havia facilitado, de todas as formas, o encontro da filha com Rei do Cangaço.

Certa ocasião, a residência dos “Gomes de Oliveira”, recebendo a visita do grupo Lampiônico, foi surpreendida pela chegada de um primo de Maria Bonita, que viera visitar os parentes.

Quando foi se aproximando a escuridão da noite, o rapaz tentou retornar e teve sua intenção barrada por Lampião sendo impedido pelo cangaceiro que exigiu que o mesmo dormisse ali, temendo o arisco cangaceiro, ser denunciado pelo jovem.

Nessa noite Lampião dormiu encima da mesa e o primo de Maria Bonita embaixo. Lampião passava sempre a mão por baixo da mesa para confirmar a presença do jovem. O rapaz sofria de bronquite e como não queria incomodar o cangaceiro, com as horas foi transcorrendo o desejo de tossir e era sempre reprimido, tornando aquela noite um tormento

para o doente. Ao clarear do dia, os cangaceiros se prepararam para viajar e liberaram o doente. O curioso é que depois deste episódio, o moço ficou curado da velha bronquite. Santo remédio!

Segundo Antônio Marques da Silva, o Antônio, de Jacó, seu tio Elias Marques da Silva, patriarca da família, também ficou conhecendo o famoso cangaceiro quando este passou a freqüentar a região de Santa Brígida. O fato de ser amigo da família de Zé de Filipe, este deve ter facilitado este conhecimento entre Lampião e Elias, que resultou, inclusive, em que Elias Marques durante algum tempo auxiliasse o grupo cangaceiro. Posteriormente houve um desentendimento entre eles e passaram a se odiarem. Por esta momentânea amizade entre Lampião e Elias permitiu que Antônio de Jacó tivesse o conhecimento do início do namoro entre Lampião e Maria.

O que Antônio narrava, juntando com outras informações, chegou-se ao seguinte quadro:

As primeiras visitas de lampião a Malhada da Caiçara foram passagens rápidas em que o mesmo recebia comida, água e abrigo. Em uma dessas visitas o chefe cangaceiro conheceu Maria, a filha casada que residia próximo ao local e por estar em desentendimento com o marido José Miguel da Silva, situação comum entre os dois, ela encontrava-se na casa dos pais. Vários depoimentos de pessoas da época, muitas ainda vivas, confirmam que Lampião conheceu Maria Bonita, através do tio dela, o senhor Odilon Café, homem rico que residia no povoado vizinho Sítio do Tará.

O destino fez com que neste momento de separação de Maria e José Miguel, o grupo de Lampião chegasse ao local. Foi a conta! Do conhecimento para o namoro foi um passo, principalmente por que a mãe da moça deu total apoio ao relacionamento da filha com o cangaceiro. As visitas repetidas causaram transtornos a família.

2.6 MARIA NA CIDADE DE BEMBOM

Reportando ao livro: Lampião, de Ranulpho Prata, primeira edição, em foto inserida entre as páginas 180 e 181, retratando a família de José Gomes de Oliveira, pai de Maria Bonita, encontraram a seguinte legenda (seguindo a legenda da época): “Paes e irmãos de

Maria Déa, amante e companheira de “Lampião”, que se destacou no sangue do povoado Bembom, conforme depoimento do coronel Antônio Nunes, vendo-se uma das vítimas”.

A fim de esclarecer os fatos, em janeiro de 1977, Antonio Amaury, em companhia de sua esposa René Maria, estiveram no local em que teria acontecido tal episódio e descobriram que o máximo de aproximação do Rei do Cangaço aconteceu do outro lado do rio São Francisco, na localidade Oliveira, povoado de Sento Sé, defronte a Bembom, hoje ambas alagadas pela usina de Sobradinho. Oliveira, situada na parte direita do Rio e Bembom na margem esquerda. Quando do ataque dos cangaceiros a uma casa comercial em Oliveira, a mesma depois de saqueada foi incendiada, subindo aos ares uma fumaça negra, avistada de Bembom.

A informação, também veiculada em jornais, que coloca Maria Bonita como suposta autora de sangramento em vítima residente no povoado de Bembom, onde teria sangrado uma pessoa da localidade e em seguida lambido o sangue que corria de seu punhal. Foi com a intenção de confirmar ou não, este ato, que Antonio Amaury Correa de Araujo esteve nesta povoação e ao chegar, procurou antigos moradores da localidade e obteve dos senhores José Marcelo de Souza e José Guedes, a confirmação de que Lampião nunca havia estado lá.

As informações desencontradas ou às vezes mal intencionadas serviam para culpar inocentes, fantasiar uma história ou tentar engrandecer artigos de pessoas que viviam dependentes de mentiras, na tentativa de obterem reconhecimento através da notícia.

2.7 A RAINHA BALEADA

Madrugada do dia 20 de julho de 1935, mês de festas juninas e de fartura na mesa do sertanejo, o bando de Lampião chega à Vila de Serrinha do Catimbau, distrito de Garanhuns, Agreste Meridional de Pernambuco. O coronel Zezé Abílio era quem dava segurança aos cangaceiros quando eles estavam nas redondezas de Bom Conselho, Águas Belas, Itaíba e em partes do Agreste pernambucano. A visita do Rei do Cangaço à Serrinha encontra nos anais históricos duas versões, a primeira que ele tinha ido buscar dez contos de réis com o senhor Chiquito. A segunda versão e a mais provável é que Lampião teria pedido para alguns conhecidos seu organizarem um baile. A idéia do baile não foi aceita por João Caxeado, Inspetor de Quarteirão e comerciante local. A reação de João Caxeado, Oséas Correa, João

Bezerra e outras pessoas da localidade foi de apreensão e pavor, pois logo ficaram sabendo que o grupo havia assassinado o Senhor José Gomes Bezerra, na fazenda Queimada do André, distante seis quilômetros da Vila de Serrinha. A notícia do assassinato de Zé Gomes chegou como um relâmpago. Algumas informações deixam claro que a morte de José Gomes se deu como ajustes de contas entre ele e Zezé Abílio, além de que Zé Gomes teria afrontado com palavras, o Rei do cangaço, assinando sua sentença de morte com sua ignorância.

Diante da notícia da morte de Zé Gomes, João Caxeado organizou um pequeno grupo para defender o local e seu povo. Da Queimada do André o pequeno grupo de Lampião, Maria Bonita, Medalha, Fortaleza, Gato, Moita Braba, Maria Ema e Maçarico marcham para Serrinha. Vários moradores amedrontados com a aproximação dos cangaceiros fugiram. Os poucos homens que ficaram na cidade organizaram a recepção para o capitão e seu grupo. Ao dirigir-se a residência de Chiquito onde talvez fosse pegar os dez contos de réis, o Rei do Cangaço foi recepcionado por uma saraivada de balas, os primeiros disparos atingiram Maria Bonita, que vinha usando um vestido branco com os detalhes de bolinhas. A cor branca se tornara um alvo fácil de ser visualizado. Lampião diante da situação revidou os disparos e tomou como providência socorrer sua Amada. A Rainha do Cangaço foi baleada com um tiro nas costas e outro nas nádegas (segundo depoimento da cangaceira Dadá, de Corisco, Maria Bonita, depois desse ferimento passou a escarrar sangue e foi se tratar em Propriá).

O cachorro que tinha o apelido Dourado tombou na Rua de Serrinha crivado de balas. Os cangaceiros desistiram do ataque. Na fuga Lampião pegou um rapaz conhecido como Zé Tutinha para ajudar carregar Maria Bonita em uma rede. O bando tomou a direção da Serra do Ermitão, de lá seguiram para a Serra do Tará. No Tará o senhor Antonio das Guaribas prestou os primeiros socorros a Rainha Baleada. Lampião jurou voltar a Serrinha e vingar-se, especialmente de João Caxeado, Chiquito e Zé Birunda.

A sua vingança não se concretizou, pois fora aconselhado pelo Coronel José Abílio a não fazer tal vingança. João Caxeado passou quase um ano esperando a vingança de Lampião. Os habitantes de Serrinha só tiveram sossego quando Lampião morreu em 1938. Zé Tutinha, o carregador da rede teria dito que Lampião resmungava com os dentes serrados: "Traíçoeiros! Covardes! É por isso que não vale a pena tratar bem essa gente!". Lampião batia os queixos de tanto ódio com a traição dos possíveis aliados e, indignado teria dito ao

carregador da rede: “Diga aqueles papa-favas que eu vou chamar Corisco e que ele reúna seus meninos que um dia eu volto a Serrinha e juro que deixo a vila ao montão de terra, a minha vingança é sem limites”. Sobre esse episódio existe um processo contra os cangaceiros que tramitou em Serrinha e que segue transcrito, em partes e com a grafia original, abaixo:

“JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE GARANHUNS, ESTADO DE PERNAMBUCO” 1935, Distribuição N°795 – 3° Cartório, n° 85
SUMÁRIO CRIME, por denúncia de Dr. Promotor Público contra Virgolino Ferreira, vulgo Lampeão; Natalício de Tal, vulgo Fortaleza ou “Cabo Velho”; Medalha, Maçarico ou Juriti, Gato, Moita Braba; denunciados como incursos na sanção do art.268 com 18 s 1° da consolidação das Leis Penas.
O Escrivão Josaphat Pereira

AUTOAÇÃO

Aos onze dias do mez de novembro, do anno de mil e novecentos e trinta e cinco, nesta cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco, em meu Cartório, á rua Santo Antonio, 497, autoei a petição de denuncia e o inquérito policial, que adeante, se encontram, de que, para constar, fiz este termo. Eu, Josaphat Pereira – escrivão e dactylografei e subscrevo.

Agostinho Barboza de Lima, com sessenta e quatro anos de idade, casado, agricultor, filho de Jacinto Barboza Maciel, sabe ler e escrever, natural deste Estado, residente a rua de Serrinha, disse que declarava o seguinte que na madrugada de vinte de julho, por volta das trez horas foi avisado que o grupo de bandidos, chefiados por Virgulino Ferreira (vulgo “Lampião”) vinha atacar essa Villa, que o declarante providenciou esconder sua família, que de volta do esconderijo é quando o grupo vai entrando na rua, que quando o declarante que achava-se conversando mais Miguel Pereira dos Santos e Floriano Duda da Costa, dez bandidos botaram as armas em cima e disse para o declarante e seus companheiros, não se mexam, não quero alteração, aqui não há nada, e perguntaram aqui tem soldado?, que o declarante respondeu que não tinha, ainda perguntaram tem gente na espingarda? O declarante respondeu que não, que Lampião perguntou quem é o chefe daqui que o declarante respondeu é Inácio Bezerra, que Lampião ordenou Floriano Duda ir chamar Inácio Bezerra que ele chegasse até aqui, quero fazer um acordo com ele, que Floriano Duda

.....que a despença-se porque era facilitar com Inácio Bezerra que Lampião disse para Manoel Pereira você dar-se com ele que Manoel Pereira disse que dava-se, diz “Lampião” pois então vá chamar ele que Manoel Pereira seguindo “Lampião” disse vamos todos, que todos nós seguimos juntos para a porta da residência de Inácio Bezerra, que chegando Manoel Pereira bateu e chamou, mas não foi atendido; que “Lampião” disse vamos para a casa de Chiquito, que chegando a porta “Lampião” começou a bater e chamando Chiquito, Chiquito, que Manoel Pereira disse para “Lampião” estas famílias já correram tudo, que “Lampião” disse se correram tudo fogo já nessa merda, é quando saiu o primeiro tiro que feriu a bandida, que está encontrando-se na parede sem poder falar, que “Lampião” perguntou a ela foi tu que atirasse, que ela respondeu se torcendo estou ferida, que “lampião” grita aos cabras retaguarda e façam fogo, que o declarante vendo o tiroteio correu e nada mais viu, e nada mais havendo nem lhe sendo perguntado deuse por findo a declaração que depois de lida e aclamado conforme vai assinado pela autoridade pelo o declarante e por mim escrivão que o escreveu.

João Antonio da Silva
Agostinho Barboza Lima
Jucir Penha

Em seguida a acaloração de Floriano Duda da Costa, com quarenta anos de idade, casado, marchante, filho de José Celestino da Costa, sabe ler e escrever, natural deste estado, residente a rua de Serrinha, disse que declarava o seguinte:

que na madrugada de vinte de julho, por volta das três horas foi avisado(s) que o grupo de bandido chefiado por Virgulino Ferreira (vulgo “Lampião”) vinha atacando os agesteiros e com direção a esta velha, que o declarante tendo sahiu avizando sua família, que acabando a sua mição, encontra-se com Manoel Pereira dos Santos e junto achava-se Agustinho Barboza de Lima, que tendo uma pequena palestra é quando vem chegando o grupo e que este foi logo se aproximando-se do declarante e seus companheiros, que ao chegar junto, pegou no braço do declarante e perguntando de quem era, que o declarante respondeu sou um pequeno marchante e que o bandido que estava pegado.. merda deixava por terras que a bandida vendo um vulto vai abaixada ver quem era e disse para o vulto venha para cá que aqui tem é e não bicho, que ela ao ver o vulto disse se correr eu atiro, que de volta ela recebe um tiro, que “Lampião” perguntou a ela, foi tu Maria que atirou, ela respondeu estou baleada, que ele pegando a bandida.....da calçada abaixo e ali serrando tiroteio, que o declarante procede se escapulindo e nada mais sabe. E nada mais sabendo nem lhe sendo perguntado deu-se por fim a declaração que depois de lida e achada conforme vai assinada pela autoridade pelo declarante e por mim escrivão que o escrevi.

João Antônio da Silva
Floriano Duda da Costa
Jucir Penha

Além desta descrição exposta acima ainda vem um calhamaço de papel, com 39 páginas, onde são ouvidos os senhores Manuel Herculano do Santos, Celestino Bulandeira dos Santos, Ciríaco Lyra dos Santos, José Correia da Silva, Inácio Bezerra de Assunção, João Antônio da Silva, Manoel Jacob de Noronha, Aureliano Januário de Souza, Luiz Alessandro de Noronha, José Alessandro de Noronha, Antonio Vicente Ferreira, Luiz Gonzaga da Costa, e as testemunhas Euclides José dos Santos, Venâncio Bulandeira dos Santos e Maurício Francisco da Silva.

Em seqüência vem o seguinte mandado:

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE GARANHUNS, ESTADO DE PERNAMBUCO

Mandato

Dr. Edmundo Jordão de Vasconcellos, Juiz de Direito da Comarca de Garanhuns, Estado de Pernambuco, em virtude da lei, etc.

MANDO a qualquer dos officiaes de minha jurisdição, que em cumprimento do presente, indo por mim assignado, dirija a Villa de Serrinha deste município, e, ahi sendo, intime Manoel Costa Filho, Salustiano Bazílio da Silva, Pedro Baptista de Azevedo e Miguel Fabiano de Azevedo para, na qualidade de testemunhas do processo crime instaurado contra Virgulino ferreira, vulgo LAMPEÃO, Natalício de Tal, vulgo FORTALEZA ou CABO VELHO, Medalha, Maçarico ou Jurity; Gato;

Moita Braba, denunciados como incurso na sanção do art. 268 comb. Com o 18 s 1º da consolidação das Leis Penaes, comparecerem no dia 16 do andante, pelas 14 horas, na sala das audiências deste juízo, afim deporem o que souberem e lhes for perguntado, sob ás penas da lei. Citem-se os réos e científique-se o dr. Promotor Público. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Garanhuns, aos 8 de janeiro de 1936. Dactylographei e subscrevo.

Josafá Pereira, escrivão do crime
Edmundo Jordão, Juíz de Direito

Em anexo às declarações vem uma guia de exame de lesões corporais com as seguintes informações:

DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE GARANHUNS
VIOLÊNCIA CARNAL

Auto de exame feito na pessoa de: Antonia Avelina da Conceição. Aos trinta e um dias do mez de agosto de mil novecentos e trinta e cinco, nesta cidade de Garanhuns e na Delegacia Polícia, as 14:30 horas, perante o Cap. Miguel Cap. Manoel..... Cabral, commigo abaixo assignado escrivão de seu cargo, compareceram os peritos nomeados e notificados Dr. Pauloe Tavares Correia

As testemunhas também notificadas José da Silva Maia, Gerson Souza..... ordenou aos peritos sob juramento de seus cargos procedessem exame médico na pessoa de Antonia Avelina da Conceição e respondessem os quesitos seguintes:

1º si houve defloramento; 2º qual o meio empregado; si houve copula carnal; 4º si houve violência para fim libidinoso; 5º qual o meio empregado, si força physica, si outros meios que privassem a mulher de suas faculdades e assim da possibilidade de resistir e defender-se.

Em consequência os peritos, passaram a fazer exame médico na pessoa de Antônia Avelina da Conceição, no dia 31 de agosto de mil novecentos e trinta e cinco, as 14;30 horas, na delegacia de Polícia, de côr branca, altura regular, natural de Pernambuco, de.....annos de idade, residente em Distrito de Serrinha, de constituição forte, temperamento calma e constantanea.

No diário do poder Judiciário de novembro de 1935 sai a seguinte citação:

Juízo de Direito da Comarca de Garanhuns

EDITAL DE CITAÇÃO

O doutor Edmundo Jordão de Vasconcellos, Juíz de Direito da Comarca de Garanhuns, Estado de Pernambuco, em virtude da lei, etc

FAZ saber a VIRGULINO FERREIRA, vulgo LAMPEÃO; NATALÍCIO DE TAL, vulgo FORTALEZA; ou CABO VELHO; MEDALHA; MAÇARICO ou JURITY; GATO; MOITA BRABA; que o doutor promotor publico da comarca os denunciou como incurso na sanção do artigo 268 combinado com o artigo 18 parágrafo 1º da consolidação das leis penais, e como se encontrem os denunciados em lugar incerto e não sabido pelo presente edital de citação com o praso de vinte(20) dias, a contar da data da publicação, chamo-os, cito-os e os hei por citados para no referido praso comparecerem perante esse juízo, na sala das audiências, a fim de assistirem o que for a bem dos seus direitos, inclusive interrogatórios sob pena de revelia.

E para que chegue ao conhecimento dos ditos denunciados mandei passar este edital que será affixado no lugar do costume e publicado no DIÁRIO DO ESTADO.

Dado e passado nesta cidade de Garanhuns, aos 14 dias de novembro de 1935. Dactylographei e subscrevo.

Josaphat Pereira.

Escrivão.
Edmundo Jordão
juiz de direito
(S. crime)

2.8 UM MUNDO DE MENTIRAS E DE HISTÓRIAS CRIADAS POR OPORTUNISTAS IRRESPONSÁVEIS

As inverdades rondam o mundo do cangaço como se fossem tatuagens impregnadas na epiderme da história, fatos imaginários são tidos como verdadeiros e propagados com a velocidade de raio. Sempre surgem desatinados querendo vender mentiras como veracidades e se os leitores e estudiosos não conhecerem os fatos reais transformam-se em agentes propagadores de depoimentos irresponsáveis e carentes de análises.

Durante os Seminários e conferências, quando das palestras e mesas redondas é quase uma regra perguntarem se Maria Bonita traía Lampião, se no cangaço tinha homossexual, se Lampião jogava criancinhas pra cima e aparava com o punhal, se Lampião tinha por regra assassinar todos os sertanejos que encontrasse pela frente. Sem contar que alguns afirmam que Lampião não morreu na Grota do Angico, em Poço Redondo, Sergipe. Ele foi visto em Goiás, Minas Gerais e no Acre, sendo grande fazendeiro. Vez ou outra aparece alguém querendo se passar por cangaceiros como foi o caso do aparecimento, em 1984, de um suposto Ezequiel, o irmão mais jovem de Lampião, que apareceu em serra Talhada, Pernambuco e passou mais de vinte dias perambulando pela cidade dizendo que era irmão do Rei do Cangaço. O verdadeiro Ezequiel morreu no povoado Baixa do Boi, em Paulo Afonso, Bahia, atingido pelo disparo da metralhadora do tenente Arsênio de Souza, nas proximidades da Lagoa do Mel, um tanque construído por Antônio Chiquinho (vivo ainda enquanto escrevia esse texto, em 20 de janeiro de 2010, com 104 anos de idade e ainda lúcido). Sem contar que o Ezequiel mentiroso foi desmascarado e reconhecido como sendo um vendedor de cordel. Outro impostor foi desmascarado por Zé Sereno e Sila, enquanto se apresentavam em um programa de rádio, em São Paulo e por lá apareceu alguém se dizendo ser um cangaceiro que Zé Sereno conhecia bem. O impostor teve que sair amparado para não apanhar. Caso igual aconteceu em Paulo Afonso quando fiquei sabendo que o Moita Brava estava vivo e fui entrevistá-lo. O homem colocou-se como um dos maiores amigos de Lampião e quando perguntei a data de nascimento do suposto cangaceiro ele respondeu: 1940, 25 de abril de

1940 pra ser mais preciso. Quando lhe perguntei como ele poderia ser amigo de Lampião tendo nascido em 1940 e Lampião morrido em 1938, o homem desmoronou-se e a conversa acabou aí.

As indagações são diversas e muitos afirmam serem verdadeiras as histórias, pois leram nos livros sobre o cangaço, diga-se passagem, livros e autores irresponsáveis, que confundem mentes de interessados em conhecer um pouco da história e de uma época. Com a Rainha do Cangaço não poderia ser diferente, as conversas rolam colocando-a como amante do inglês que andou um tempo com Lampião, inglês esse fruto de um personagem fictício criado para o filme Lampião e Maria Bonita, da Rede Globo de Televisão. Ainda Maria teria um caso com Sabonete, cangaceiro que seria um Guarda de Honra da cangaceira e que aparece na película de Benjamin Abraão segurando algumas correntes de ouro enquanto Maria Bonita vai se enfeitando com os trancelins.

Outros boatos de traição envolvendo Maria Bonita, ainda na época sendo ela casada com o sapateiro Zé de Nenê, são citados em livros, como é o caso citado no livro do meu amigo Alcino Alves Costa, Lampião além da versão, página 133, que diz, em certo trecho: “...Faz feira, com um comércio de tecidos, em Santa Brígida, um dos descendentes da tradicional família Carvalho, de Serra Negra. É ele um jovem moço que anos depois veio a se tornar no famoso e temido tenente João Maria de Carvalho”. A futura Rainha do Cangaço inicia um romance com o prestimoso lojista que seria depois o grande patriarca daqueles sertões. Romance ardoroso. “Altamente sigiloso. Tão sigiloso que ainda hoje é negado por seus familiares. Maria Déa se atira nos braços do amante. João Maria é exatamente o inverso do marido. É explosivo, ardente, carinhoso, e arrojado, deixa a moça na mais completa felicidade...”

Em outro livro do Alcino, intitulado o Sertão de Lampião, Alcino diz que obteve a informação acima de um ex-soldado, policial que pertencia a volante de Zé Rufino e na página 114 vem o depoimento de Lindoaldo Alves de Oliveira, ex-prefeito de Santa Brígida, discordando dessa história, pois conheceu Zé de Nenê e foram muitos amigos e se verdade fosse esse boato, todos da região ficariam sabendo.

Outro artigo que foi bastante difundido foi o que Maria teria traído Lampião com o cangaceiro Luiz Pedro, justamente o maior amigo do Rei do Cangaço, o homem que jurou fidelidade ao amigo e dele só se separando quando da morte na Grota do Angico. Esse artigo

da traição veio impresso no “Informativo Xingó”, ano 10, número X, de novembro de 1999. O artigo é de Miguel Ângelo de Alencar, pesquisador da AT Aqüicultura. Segue o artigo na íntegra:

Subia o Rio São Francisco a canoa (Teresa Góes) de seu Moisés Tambanque, carregada de mantimentos para o armazém de Chiquinho Rodrigues, quando na margem, um homem acena, pedindo para que o levasse. Atendendo ao chamado, seu Moisés encosta a canoa e nesse momento é surpreendido por Lampião e Maria Bonita, acompanhados por dezessete cangaceiros que ordenam que façam a volta e desçam o Rio.

Seu Moisés, canoeiro experiente, sabia que o fato de sua canoa estar descendo o Rio, quando tinha a pouco subido e ainda estava carregada de cangaceiro, com certeza chamaria a atenção dos ribeirinhos, que poderiam alertar a polícia, provocando um possível tiroteio que colocaria a vida de todos em perigo, inclusive a sua. Resolve, então, pedir a Lampião que seus homens se sentem no lastro, para que não fossem vistos, sendo prontamente atendido. Maria Bonita foi alojada na tolda e Lampião ficou com seus homens e os passageiros.

Moisés, precisando de umas cordas que estavam na tolda, pede permissão para ali entrar, sendo atendido. Quando seu Moisés empurra a porta eis a surpresa: Luiz Pedro estava dando um beijo apaixonado na boca de Maria Bonita. Seu Moisés, fingindo não ver nada, pega suas cordas e de fininho se retira.

Em determinado momento, Lampião nota a presença de um bonito saxofone, e pergunta a quem pertence, sendo respondido por Walter, tocador de primeira, que estava com destino A Pão de Açúcar onde tocaria o carnaval. Lampião solicita que ele toque, sendo prontamente atendido com um tango que muito o agradou, pedindo que fosse repetido. Walter toca toda viagem até chegarem à fazenda Saco do Medeiro, vizinho da fazenda Jacobina, no município de Gararú, em Sergipe, onde Lampião mandou atacar.

Neste instante, Lampião paga ao saxofonista a importância de 50.000 réis pelos seus serviços e desembarcam com sua tropa se embrenhando novamente na caatinga.

“Provavelmente feliz por aquele momento de descontração, e por ignorar a traição de sua companheira com seu cabra de confiança”.

Esse é um dos mais fantasiosos capítulos já escritos sobre Maria Bonita. Segundo o escritor Alcino Alves Costa, que foi amigo do barqueiro, ele deu o seguinte depoimento: Moisés Tambanque era um beiradeiro de pura raça, nascido e criado no povoado Curralinho, hoje município de Poço Redondo, Sergipe. O Curralinho, a Capoeira, seus terrenos na beira do Rio São Francisco e a canoa Tereza Góes eram a vida de Moisés. Ali viu seus filhos crescerem e já caindo pra idade, deixou seu povoado, seu terreno, a sua canoa e se destinou para as terras distantes de Juazeiro da Bahia. Seus filhos e descendentes, ainda residindo em Curralinho e Poço Redondo, não se recordam de terem ouvido do velho patriarca, nada em referência a esse acontecimento.

Eles que tanto tempo conviveram com o pai e amigos acostumados a conversarem sobre as aventuras do dia a dia no Rio confirmam que esse é um fato inverídico.

2.9 MARIA BONITA, CRIANÇA, MENINA, MULHER, VIDA, TRAÇADOS CAMINHOS E O ÚLTIMO ATO DE UMA VIDA ATRIBULADA

Nasceu menina, criancinha, igual a todos quando nascem e não se nasce com estigmas, nem o tempo traz deformações que nos levam a ser bandidos ou heróis, não é regra natural seguir lados, natural é amar todas as coisas, se defendendo dos perigos e seguindo rumos, se bem que as sociedades modernas criaram leis e diretrizes.

Inconscientemente busca-se algo que se desconhece, reflexos dos sentidos gerados pela própria natureza, defesas decorrentes de medos do desconhecido. A humanidade em seus princípios básicos nascidos no berço da vida nos tolhe às suas circunstâncias.

Maria Gomes de Oliveira veio ao mundo como criança, foi criança, brincou de ser criança, teve bonecas, brincou de casinha, aprendeu sendo criança. O tempo a transformou em mulher, cresceu mulher, foi mulher. Conheceu pessoas, teve amigos, descobriu amores, sabores, palavras. Sentiu saudades, sonhou, chorou, correu, cansou, sangrou, sorriu, amou. Conheceu lugares, cores, se emocionou, cantou, se enfeitou, engomou, costurou, bordou, adorou, orou, andou. Colheu flores, tomou banho de chuva e se banhou nos barreiros, apreciou o orvalho, aparou águas nas biqueiras, encheu potes, acendeu candeeiros, sentiu o calor de um sol causticante, suou. Apreciou os pássaros e seus cantos, seguiu borboletas, colheu lenha, acendeu fogo, cozinhou, apagou chamas. Sentiu dor, talvez mais que muitos de sua geração. Perdoou, consolou. Olhou da janela, divisou alazão que voava nas veredas infundas, trilhou caminhos quase sem volta. Viveu momentos, muitos momentos, caminhou muitas léguas, várias tiranas, teve medo, engravidou, teve filhos, nos matos bravios da caatinga. Se embriagou com os aromas da fauna sertaneja, fragrâncias únicas. Se feriu, nos tantos espinhos, filetes de sangue a manchar-lhe a pele, a pele morena, morena tão bela. Sarou feridas, criou cicatrizes. Sentiu saudades, essas muito mais que todos. O tempo castigou, a distância fez com a vida o que faz com as flores, desseca-as. Tombou ferida, agonizou, viu a morte chegando, a sentença dos justos ou dos injustos? Momento final, a vida se foi. Cabeças expostas, corpos sem cabeças, perdidos. O fim.

Foi criança um dia, amou como criança, aprendeu sendo criança. Foi mulher e como tal viveu os sabores e as dores do mundo. Teve amigos, mãe, pai e irmãos. Engatinhou, andou, correu, percorreu estradas, amou, se emocionou, chorou, sofreu, igual todos nós, como é pra ser a vida, a vida é assim (Lima, 2005).

Maria Bonita e Lampião morreram no dia 28 de julho de 1938, na Grota do Angico, em Poço Redondo, Sergipe, atacados pelos volantes do sargento Aniceto, aspirante Chico ferreira e o comandante geral do ataque, o tenente João Bezerra. Segundo algumas informações ela foi degolada ainda com vida. Ela viveu ao lado de Lampião por quase dez anos, de 1929 a 1938, seguindo uma vida de correrias constantes. Tiveram quatro filhos, sendo dois natimortos.

Depois das mortes dos cangaceiros, as cabeças foram expostas como troféus e saíram por várias cidades sendo mostradas a população. Tempos depois as cabeças ficaram no Instituto Nina Rodrigues, em Salvador, Bahia, onde depois de uma longa briga judicial, foram enterradas.

No dia 13 de janeiro de 1969, o governador Luis Vianna Filho assinou uma ação autorizando o sepultamento das cabeças dos cangaceiros. O ato final do enterro das cabeças aconteceu no dia 13 de fevereiro de 1969.

Exame médico-legal da cabeça de Maria Bonita:

(seguindo a grafia original)

“A cabeça de Maria Bonita deu entrada às 22 horas do dia 31 de julho de 1938 no Serviço Médico Legal do Estado de Alagoas, em mau estado de conservação, razão por que não foi retirado o encéfalo, já reduzido a uma pasta esbranquiçada e amorpha que se escoava pelo orifício occipital. As partes moles infiltradas não permitiram fossem melhor apreciados os traços physiônômicos da companheira de Lampião, os quais, aliás, não pareciam desmentir o apelido que lhe deram. Aparentava ser uma mulher de trinta, trinta e cinco annos de idade. À primeira impressão, o que mais prende a attenção em vê-la é a testa alta e de todo vertical. Cabellos negros, longos, finos e lisos, arrumados em trança pendente. Tez morena clara. Pode ser incluída no grupo dos brasileiros xanthodermas da classificação de Roquette-Pinto. Perímetro cephalico é de 57 centímetros. Diâmetro transverso máximo mede 150 milímetros. Índice cephalico, 32. Por tanto bracycephala. O comprimento total do rosto alcança 190 milímetros. O comprimento total da face é de 120 milímetros. O comprimento simples da face é de 72 milímetros. Diâmetro bizigomatico ou transverso máximo da face: 153 milímetros. Índice parcial de broca: 47,0. Nariz de ápice grosso e rhombro, um pouco achatado, mede 50 centímetros de altura e tem largura máxima de 35 milímetros. Índice nasal transverso é de 70. Portanto, mesorrhina. Orelhas simétricas, tendo comprimento total de 50 milímetros e largura máxima de 40. Índice auricular de Topinard: 80. Lábios grossos, sendo a cavidade bucal de 45 milímetros. Dentes pequenos, bem plantados e em excellent estado de conservação. A largura da fenda palpebral é de 40 milímetros, olhos castanhos escuros.

São esses principaes elementos colhidos traçando-se o perfil anthropologico de Maria Bonita. Não denunciam elles a existência de quaesquer estigmas de degenerescença ou signaes atávicos. Na busca de sua constituição delinquencial muito mais importância teria o estudo psicológico que permitiria pôr em relevo os caracteres fundamentais de sua personalidade. Em verdade uma conclusão definitiva e segura só poderia ser tirada da apreciação physiopsichyca e biographica da victima, único meio capaz de revelar suas tendências criminosas mesmo se despertadas estas pela paixão e pelo amor.

Maceió, 3 de agosto de 1938

Dr. José Lages Filho, médico legista.

Fonte: jornal de Alagoas, edição do dia 4 de agosto de 1938.

2.10 POR UMA QUESTÃO DE GÊNERO: UM TOQUE FEMININO NO CORAÇÃO DO CANGAÇO

A mulher que na República já tinha um papel diferenciado na sociedade rompeu parâmetros e barreiras impostas também em um nordeste arcaico quando na década de 1930, no Sertão fragilizado por falta de políticas públicas entraram para o cangaço, quebrando convenções, protagonizando ações, provocaram o toque de gênero para se chegar à igualdade, se fizeram visíveis e influenciaram corações, na dureza de uma época e antes mesmo de entoar conquistas, muitas tombaram com a lâmina cruel da covardia.

Para entendermos algumas questões sociais que envolvem o feminino e o masculino, ou as relações construídas na sociedade sobre o homem e a mulher é necessário nos remeter as questões de gênero. Os valores das esferas públicas como o trabalho, política, educação, construção de conhecimento, dentre outros. Na esfera privada como o amor, ódio, sexualidade, casamento, família, amizade, continuam instituindo os comportamentos diferenciados por sexo. Portanto, o feminismo compreende que são esses valores que trazem prejuízos à construção de igualdade entre homens e mulheres para a transformação da sociedade.

O conceito de gênero é gestado de diversas formas, de acordo com o ambiente onde é ajustado. Assim seu uso sofre adaptações ideológicas, que em muitos casos reduzem o seu conteúdo político e, a sua potencialidade para a transformação das relações de poder. Joan Scott (1995) num artigo editado pelo SOS Corpo (Organização Feminista) define: Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. Gênero é a forma primeira de significar as relações de poder.

Logo gênero é um conceito relacional, elaborado pela teoria feminista, útil para entender a sociedade nas relações de poder, corrobora Cristina Buarque (2006).

A construção das relações sociais entre pessoas e a natureza e o desenvolvimento de cada sociedade, vão construindo aos poucos as culturas dos povos. Com base nestas culturas, vemos que homens e mulheres mudam de papéis, dependendo de qual contexto esteja inserido e do momento histórico vivenciado.

Compreendendo gênero como relações socialmente c construídas, ou seja, o ser humano do jeito que são moldados, construídos e reconhecidos culturalmente, a constituição

de gênero vai se dando no cotidiano e moldando um modelo de homem e mulher que lhe é apresentado a partir da definição de papéis sociais. Daí aquilo que é aprendido torna-se “natural”: a superioridade do homem e a subordinação da mulher. A partir disso, os estereótipos foram sendo normatizados nas relações desiguais.

Esse estado de “naturalização” tornou-se bastante acentuado no Sertão, por causa de um modelo dominante e em todas as atividades da vida aparece a situação privilegiada dos homens e a discriminação das mulheres como algo independente da vontade de cada pessoa, trazidos em leis, costumes e estruturas.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Foi elaborada uma pesquisa de campo através de entrevistas e consultas documentais na região que compreende as cidades baianas de Paulo Afonso, Glória, Rodelas, Macururé, Chorrochó, Canudos, Jeremoabo e Santa Brígida. Foram colhidos depoimentos dos remanescentes, fotografias e documentos referentes à história.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo dos relatos das antologias do cangaço é perfeitamente possível observar numa perspectiva de gênero essa construção de homens e mulheres e suas transformações culturais num cenário de adversidades do Sertão do Nordeste, em plena caatinga ocorre um curioso protagonismo de mulheres no cangaço.

Simone de Bouvoir (1974) acentua numa concepção feminista de gênero que: Cada ser humano nasce macho ou fêmea (sexo), mas torna-se homem ou mulher (gênero): “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Essa construção social de gênero também se faz no movimento do cangaço. As mulheres, de femininas, se tornaram dentro de uma concepção de gênero, mulheres.

O Sertão do nordeste do Brasil historicamente foi marcado em sua estrutura vital. Castigados por secas naturais e por cercar tão desiguais, as políticas de descaso se encarregaram de aprofundar a pobreza e reproduzir diferenças de relações sociais e de poderes estruturais. Mas, também deu espaços a lógica da contradição, que possibilitaram a

organização de populações afetadas, a mobilização, a sua alta proteção ou mesmo as suas cobranças de medidas de amparo.

Como o protagonismo das mulheres é esquecido pela história, faz-se justo, dentre tantas mulheres de destaque mundial, considerar as mulheres do cangaço. Por que não?

Dentre as controvérsias da história, se edifica um Movimento do Cangaço determinado segundo inúmeros escritos, entre um misto de justiceiros e bandidos. Frente ao absolutismo dos coronéis, num cenário sertanejo tão adverso, o papel secundário das mulheres, dá lugar à atitude frente à sobrevivência na esperança justa. Mulheres e homens como sujeitos coletivos, assumem papéis semelhantes na trajetória do cangaço.

Pobreza e exclusão são fenômenos que atingem de forma diferenciada homens e mulheres. Para as mulheres, a realidade de carência é ainda pior, pois são elas encarregadas pela herança patriarcal, de executar tarefas majoritariamente dependentes da provisão masculina para sustentar a família.

Dessa feita, numa visão preconcebida, parece inapropriado o protagonismo de mulheres embrenhadas nas caatingas, em pleno Sertão no exercício de temidas cangaceiras. Essas mulheres, de femininas tornaram-se mulheres de afronta, mesmo com querelas, a anticultura de domínio e da violência de gênero.

A condição de subalternidade das mulheres tem sido explicada por diferentes estudos, em diversas áreas do conhecimento. Mas é com base nesta concepção, que o protagonismo das mulheres no cangaço se revela, no rompimento familiar no fascínio dos bandos, nas agruras do tempo, na sorte que lhes escapavam e nos papéis que a sociedade lhe impunha, elas protagonizaram cenários.

Historicamente as mulheres têm sido coisificadas, violentadas, agredidas, subjugadas e oprimidas. A opressão “bloqueia a capacidade das pessoas encontrarem os caminhos para mudar o mundo e a si mesmos, de modo que o oprimido pode nem sequer enxergar sua opressão” (BEAUVOIR, 2000).

As mulheres do cangaço buscaram outros caminhos, se destacaram, transformaram-se de fêmeas em mulheres na condição do cangaço. Elas impuseram uma identidade própria, personalidades singulares. Foram perseguidas, enfrentaram estruturas de poder, criaram estratégias de sobrevivência, influenciaram posturas, ditaram regras e tornaram-se temidas cangaceiras no controverso mundo dos homens do cangaço. Nesta inclusão, as pessoas do

cangaço constroem novas relações de gênero, o que nos permite observar uma nova cultura e a redefinir novos vínculos.

Foi a partir desse quadro da entrada das mulheres no cangaço que ficou evidenciado uma nova faceta da mulher nordestina, ela transpôs os códigos vigentes, driblou as regras familiares, investiu em uma página a ser escrita sem pesar suas consequências.

CONCLUSÃO

A abertura do cangaço às mulheres modificou a ordem masculina e integrou a apologia do movimento enquanto desordem dos signos e dos sentidos. Uma nova economia amorosa guerreira se instaurou. As mulheres, conhecedoras ímpares do feminino no masculino, vão impor uma práxis, uma contabilidade amorosa na qual o ideal de vida vai prevalecer substituindo-se ao espectro da morte, feito espetáculo de violência sem objetivo, sem direção. Como os homens, elas sabiam que o cangaço não era uma brincadeira ou um passatempo; acreditavam, porém, na possibilidade de construir a vida a partir da morte. Era como se, doravante, a morte calculada, pensada; a morte como produto da cultura de honra e não movimento esquizofrênico de uma violência esvaziada de conteúdo, uma violência desesperada.

Ao contrário da violência dos homens, as mulheres pareciam optar pela agressividade, enquanto movimento ação e reação, alavanca necessária à autonomia dos sujeitos - uma violência positiva, quem sabe? - produtora de novos conceitos, novos saberes, numa nova sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTELO, M. O Uso Perverso do Gozo. *In.*: Agente: **Revista de Psicanálise**. Perversão Generalizada. Ano VIII. n.14. Salvador: EBP: 2007.

BEAUVOIR, S. de. **The Second Sex**. Trad. H. M. Parshley. New York: Vintage Books, 1974. (O Segundo sexo).

FREUD, S. **Psicologia de Grupo e Análise do Ego**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LACAN, J. **O Seminário, livro 10: A Angústia, Pontuações sobre o Desejo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed: 2005.

LACAN, J. **O Seminário, livro 23: O Sinthoma.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed: 2007.

LIMA, J. de S. **A Trajetória Guerreira de Maria Bonita – A Rainha do Cangaço.** Ed. Fonte Viva. Paulo Afonso, 2005.

LIMA, J. de S.; BARRETO, E. I.; GALDINO, A.; LIMA, R.; MARQUES, J. **Diferentes contextos que envolvem a vida da Rainha do Cangaço.** Ed. Paulo Afonso: Fonte Viva, 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Recife, SOS Corpo, 2005.

Tomáz, A. de F.; Brito, A. F. S.; Silva, M. S. da; Silva, D. C. da. **Por uma Questão de Gênero no Sertão. Texto apresentado no II Seminário Internacional do Centenário de Maria Bonita. NECTAS/UNEB- Campus VIII. 08 mar. 2010.**

PROPOSTA DE
UMA ESTRUTURA
ÉTICA
COMPUTACIONAL

[1]

PROPOSAL FOR A
COMPUTER
ETHICS
FRAMEWORK

FERREIRA, Hugo Silva [2]

MARTINS, Geisse [3]

SANTOS, Danillo Miguel de
Sales [4]

[1] Dissertação original apresentada em Must University Master of Science in Emergent Technologies in education. Flórida – USA.

[2] Pós-Graduação-Docência do Ensino Superior com MBA em Gestão de Pessoas e Educação Corporativa. Mestrando-Administração de Empresas. MUST University, MUST, Estados Unidos. E-mail:

prof.hugosferreira@gmail.com

[3] E-mail:

profmartinsgeisse@gmail.com

[4] E-mail:

danillo.miguel@live.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar tecnologia educacional adaptativa que atua como ferramenta para atender as demandas da sala de atendimento educacional especializado (AEE). Como base para compor os estudos e análises é apresentado um estudo de caso da plataforma educacional Simplex que oferece suporte e autoria e colaboração de conteúdo digital para trabalhar a comunicação alternativa e atividades interativas bem como intervenções pedagógicas, psicopedagógicas e neuropsicopedagógicas junto às pessoas com deficiência. A plataforma desenvolvida por brasileiros recebeu inúmeros prêmios nacionais e internacionais com reconhecimento como tecnologia disruptiva e com inovação hightech que pode impactar positivamente até um bilhão de pessoas.

Palavras-chave: Tecnologia educacional adaptativa. Atendimento educacional especializado. Plataforma educacional Simplex

ABSTRACT

This work aims to analyze adaptive educational technology that acts as a tool to meet the demands of the specialized educational assistance room (AEE). As a basis for composing the studies and analyzes, a case study of the Simplex educational platform is presented, offering support and authorship and collaboration of digital content to work on alternative communication and interactive activities, as well as pedagogical, psychopedagogical and neuropsychopedagogical interventions with people with disabilities. The platform developed by Brazilians received numerous national and international awards with recognition as a disruptive technology and with high tech innovation that can positively impact up to one billion people.

Keywords: Adaptive educational technology. Specialized educational assistance. Simplex educational platform

1 INTRODUÇÃO

1.1 Sobre Comunicação e as tecnologias na Educação Inclusiva

A comunicação humana é um processo que envolve troca de informações e utiliza sistemas simbólicos (abstratos, concretos, gestuais e sonoros) como base para esse fim. Estamos rodeados de ambientes físicos, mas, sobretudo, circundados pelo meio ambiente social e cultural, repletos de pessoas com as quais nos relacionamos e das quais dependemos: somos seres sociais por natureza, criadores e resultado da nossa própria sociedade e cultura.

A comunicação não existe sozinha, como algo separado da vida e da sociedade: tudo é comunicação e é através dela que partilhamos quem somos e expressamos o que sentimos. Ela é o canal pelo qual nossa condição de vida, nossas crenças, valores e características culturais nos foram transmitidas.

Trata-se de uma necessidade básica da pessoa humana, do ser social e confunde-se com a própria vida, pois todos os dias, do nascer ao morrer e do acordar ao dormir, realizamos inúmeros atos de comunicação: desde um beijo de bom dia, passando pela escolha das roupas e produtos de cuidados e beleza que vamos usar, a leitura de placas no caminho, o papo descontraído na hora do cafezinho ou do almoço, a discussão de relatórios no trabalho, a conversa em família no jantar, ao mesmo tempo em que assistimos à novela na televisão, até o boa noite na hora de dormir.

O ser humano percorreu um longo caminho entre a comunicação primitiva e da simples linguagem, dos gestos, posturas, gritos e grunhidos, como os demais animais, e ideogramas, até chegar à estrutura da linguagem (verbal, não verbal, escrita e gestual) e alcançar maneiras claras e evoluídas de comunicação, abrindo, com a tipografia, a era da comunicação social.

Todos nós precisamos ser entendidos e entendermos os outros e foi justamente através dessa necessidade que ganhamos o principal fator de vantagem evolutiva: a comunicação. Comunicação é uma palavra derivada do termo latino "*communicare*", que significa "partilhar, participar algo, tornar comum". A comunicação ocorre quando o emissor traduz a sua ideia para uma linguagem ou código que possa ser compreendido pelo receptor. Segundo Harari (2015), o surgimento de novas formas de pensar e se comunicar, entre 70 e 30 mil anos atrás, constitui a revolução cognitiva que possibilitou uma mudança sem precedentes na maneira de pensar e se comunicar. Tais habilidades, a de pensar e comunicar, permitem a humanidade, ao longo de

sua existência, cooperar uns com os outros. A comunicação é, portanto, característica intrínseca da evolução humana.

A comunicação humana é o meio pelo qual as pessoas se relacionam e mantém contato com os outros. É ela que propicia trocas significativas e a apropriação cultural. A comunicação e a interação interpessoal são realizadas de forma abrangente: usamos a linguagem oral, acompanhada ou não por expressões faciais, os gestos, a escrita e outros elementos comunicativos que nos permitem compreender e sermos compreendidos.

A linguagem é adquirida conforme o sujeito vai sendo inserido na sociedade, ou seja, é produto desse processo de desenvolvimento humano. A criança adquire a linguagem na medida em que interage com o meio e com os seus pares. Por meio da própria linguagem ela vai construindo a noção de realidade.

Dessa forma, fica claro que durante atividades de interação e compartilhamento ocorre uma troca de experiências culturais significativas e, para que isso ocorra, é necessário haver algum tipo de comunicação. A partir da importância da linguagem e do funcionamento comunicativo para o desenvolvimento e formação humana, pessoas que tenham ausência ou déficit de comunicação necessitam de auxílio para conseguirem realizar uma forma de comunicação e expressão que propicie, também, o desenvolvimento da cognição.

A comunicação alternativa se propõe, então, a compensar a dificuldade das pessoas com deficiência de se comunicarem, de forma temporária ou permanente, transformando-se, também, em recursos enriquecedores da Educação Inclusiva, propiciando, por fim, o pleno desenvolvimento delas, uma vez que, de acordo com Vigotski (1997), o defeito não produz uma ser menos desenvolvido, senão que apresenta um desenvolvimento qualitativamente diferenciado.

Nesse cenário, a Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) enfatiza formas diversificadas de comunicação, visando o seguinte: promover e suplementar a fala, garantindo, assim, uma forma alternativa de comunicação para o indivíduo que tem ausência, comprometimento ou prejuízo da mesma.

A comunicação alternativa, dessa forma, enfoca a promoção da capacidade comunicativa, assegurando autonomia e oportunizando participação efetiva em diversos contextos de comunicação: nos ambientes familiar, social, escolar e profissional.

Nos dias atuais, graças aos avanços tecnológicos, as novas mídias estão ao alcance da maioria das pessoas e inseri-las nos processos do ensino e da aprendizagem, como ferramentas

riquíssimas e facilitadoras, favorece a ampliação do conhecimento e a melhoria da qualidade do ensino. Um dos principais objetivos norteadores da introdução das TIC na educação é o de disponibilizar conteúdos de qualidade, que favoreçam a aprendizagem e fomentem a inovação nas práticas pedagógicas.

No ambiente educacional, a tecnologia possibilita a criação de inúmeras formas de envolver, estimular e explorar novas estratégias, de acordo com as necessidades do mundo atual, expandindo a experiência de aprendizado, tornando a comunicação e o ensino mais dinâmicos e interativos.

Também na gestão educacional, são várias as instâncias nas quais o emprego das TIC pode agregar e assumir papel relevante, a exemplo da viabilização do planejamento, o monitoramento das ações pedagógicas, da aprendizagem dos estudantes e da alocação de recursos.

As TIC se apresentam, ainda, com um papel importantíssimo na formação continuada dos professores e profissionais atuantes na educação, para que eles não sejam apenas detentores de conteúdo, mas agentes de transformação, uma vez que seus papéis estão sendo permanentemente ressignificados e reconstruídos, visando o desenvolvimento pleno das pessoas.

Já é sabido que as tecnologias educacionais ampliam os poderes cognitivos e podem ajudar o desenvolvimento, através da comunicação e trocas constantes. No mundo globalizado e competitivo em que vivemos, terá vantagem quem souber onde buscar informações e conhecimento, fazer uma observação crítica e trabalhar de forma colaborativa.

A tecnologia voltada para a educação, no entanto, precisa ser uma ferramenta que se baseia numa concepção de aprendizagem interacionista e colaborativa, na qual tanto o estudante quanto o professor sejam sujeitos atuantes, fazendo uso dos recursos disponíveis para construir espaços de aprendizagem, pois:

[...] o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daquelas que a cercam, [...] um aspecto essencial do aprendizado é o fato de ele criar a zona de desenvolvimento proximal; ou seja, o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento independente da criança (VIGOTSKI, 1988, p. 115-118).

No Brasil, a importância da tecnologia já foi descrita no Plano Nacional de Educação (2014-2024). Consta, na Meta 5, “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental” e a tecnologia é reconhecida, então, como uma estratégia valiosa:

Estratégia 5.3 – selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas [...] (BRASIL, 2015).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, também reconhece a importância da tecnologia e a inclui entre as dez competências gerais a serem desenvolvidas por todos os estudantes brasileiros: Competência nº 5:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018).

Sabemos que à medida que as tecnologias digitais evoluem, elas passam a servir a diferentes objetivos e atores e, fato é que de nada adiantará a tecnologia, se ela não servir ao trabalho pedagógico e não estiver voltada inteiramente para favorecer a aprendizagem e a inclusão sociodigital.

A Educação Inclusiva e, especialmente, a promoção da acessibilidade por meio da tecnologia assistiva são meios capazes de criar condições para a autonomia do estudante, além de atuarem como instrumentos mediadores da aprendizagem.

Nesse sentido, é preciso valorizar a diferença como condição humana e considerar que a diversidade de desenvolvimento é uma realidade que necessita ser atendida.

Como já vimos, educar para a cidadania é uma meta transversal das políticas educacionais e precisa ser incorporada nos projetos pedagógicos por meio da valorização das necessidades, na elaboração de novos espaços de socialização, novas manifestações culturais, na questão mais ampla da acessibilidade e na inclusão de recursos específicos, que proporcionem o acesso às TIC como instrumento de aprendizagem, de modo a possibilitar o desenvolvimento cognitivo e criativo dos estudantes.

Diante de tudo isso, fica evidente que o entrelaçamento entre o uso das tecnologias digitais e educação é uma discussão extremamente importante quando pensamos na

aprendizagem e no desenvolvimento de habilidades, pois a tecnologia passa a atuar como instrumento e alternativa para a construção do conhecimento.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Apresentar um estudo de caso de uma empresa brasileira que desenvolve tecnologias educacionais adaptativas para serem utilizadas nas intervenções com pessoas com deficiência.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Compreender a importância da comunicação nos processos de aprendizagem das pessoas com deficiência;
- Analisar as várias formas de aplicação de tecnologias adaptativas em suas mais diversas teorias e abordagens;
- Compreender o uso e a adaptação de métodos e abordagens da comunicação alternativa bem como de atividades interativas junto a pessoas com deficiência e;
- Compreender a aplicação e uso de tecnologias educacionais adaptadas para intervenções pedagógicas, psicopedagógicas e neuropsicopedagógicas por profissionais da educação junto às pessoas com deficiência.

A tecnologia compatibiliza-se com as demandas e objetivos previstos no plano de ensino e na política da Educação Inclusiva e Integral em todo Brasil, atuando como instrumento de apoio para a construção e/ou o desenvolvimento de atividades que irão subsidiar intervenções pedagógicas, psicopedagógicas, neuropsicopedagógicas e diagnósticas, no âmbito do Atendimento Educacional Especializado (AEE), contribuindo com a melhoria quantitativa e qualitativa dessas intervenções, assim como com o aprimoramento dos processos do ensino e da aprendizagem, empreendidos principalmente nos campos da comunicação alternativa e aumentativa e na alfabetização inicial.

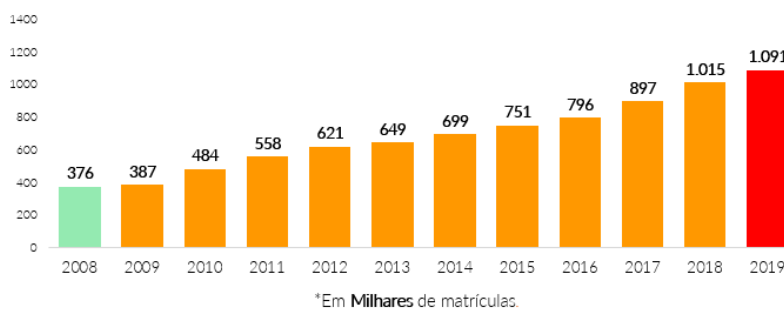
Um outro fator motivador do processo de criação e disponibilização de uma tecnologia disruptiva que fosse capaz de atender uma demanda das pessoas com deficiência não somente, mas também no mundo. De acordo com a Unesco:

Mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo vive com alguma forma de deficiência, destas quase 93 milhões são crianças. No Brasil, são 45,6 milhões de pessoas, que representam quase 24% da população brasileira com algum tipo de deficiência (“Educação inclusiva no Brasil, c2019, seção pessoas com deficiência).

Anualmente, é realizado o Censo Escolar/MEC/Inep nas escolas de educação básica, que permite a aferição e o acompanhamento dos indicadores da Educação Especial, tais como: acesso e matrícula, ingresso nas classes comuns, oferta do atendimento educacional especializado, acessibilidade nas escolas, municípios com matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais, formação docente para o atendimento às necessidades educacionais especiais e outros. Os dados de 2019 revelam que o número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, em salas de aula comuns, cresceu em todas as etapas de ensino (INEP, 2019).

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial (PNEE): equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida, oriundo da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, desde 2008, o número de matrículas na educação especial inclusiva apresentou um crescimento exponencial: em apenas 12 anos, houve um crescimento na ordem de 256% no número de matrículas na rede regular de ensino (BRASIL, 2020).

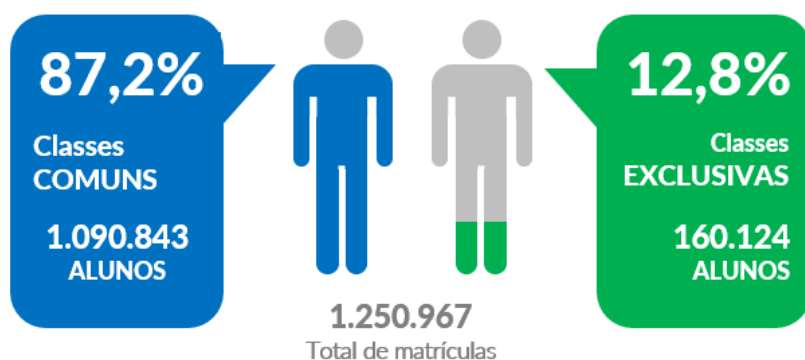
Gráfico 1 – Microdados do Censo Escolar – INEP/MEC (2008-2019)



Fonte: Inep (2019)

Com um aumento real na ordem de 79,8% no período que compreende de 2008 a 2019, houve, nesse intervalo de tempo, um aumento de 696 mil matrículas para mais de 1,25 milhão em 2019. Sendo que, de acordo com o documento, em 2008, 320 mil matrículas foram referentes a classes exclusivas e 376 mil referiam-se a escolas comuns (convencionais ou regulares). Segundo o Censo Escolar de 2019, 87,2% dos estudantes do público-alvo da educação especial inclusiva estavam matriculados em classes comuns e 12,8% estavam em escolas especializadas.

Figura 1 – Educação Especial no Brasil. Matrículas em classes comuns e exclusivas – Censo MEC/2019



Fonte: Brasil (2020)

Importante enfatizar que, diametralmente oposto, o censo apurou uma queda de 50% no número de matrículas de pessoas com deficiência em idade escolar na educação especial, e que estavam devidamente matriculadas na rede regular de ensino. De acordo com esse relatório, em 2008, como já dito, foram registradas 320 mil matrículas em classes especiais; porém, em 2019, o número era de apenas 160 mil.

Com base no cenário apresentado que a tecnologia adaptativa objeto dessa análise foi criada para suprir as demandas existentes.

1.3 Procedimentos metodológicos

Para a análise utilizou-se a metodologia de pesquisa qualitativa (Estudo de Caso) associada com técnica de observação e aplicada com fundamentação teórica bibliográfica. Conforme argumenta Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 22).

Na mesma direção e sentido Musse em seus comentários sobre o fato social de Durkheim afirma:

O estudo sociológico da educação permite compreender, de forma geral e resumida, as modalidades de constituição do ser social ao longo da história. Mas também possibilita o exame da determinação cultural da consciência, isto é, dos procedimentos que levam os indivíduos a interiorizar ideias, valores, crenças e sentimentos coletivos.

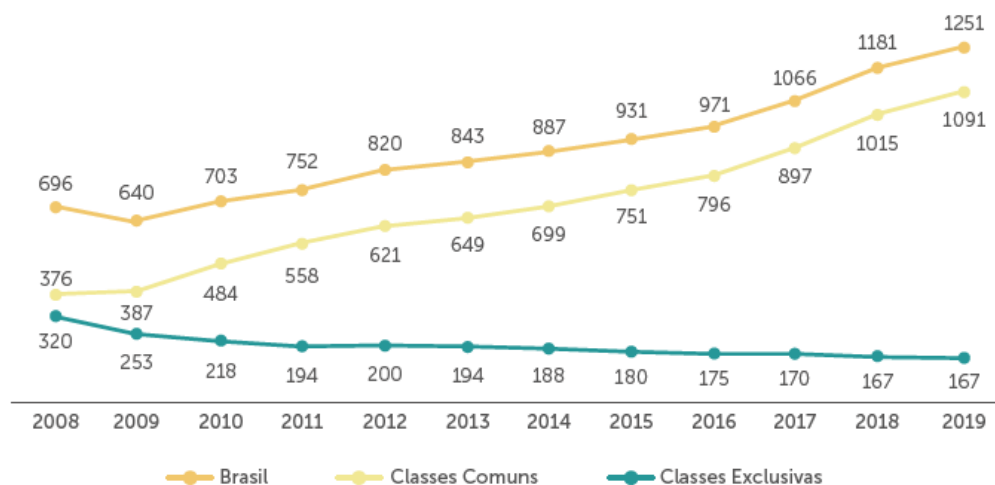
Abre-se caminho para a investigação das modificações das representações coletivas (encarregadas de manter ou reforçar a consciência individual) pela interferência de outros aspectos da vida social. (DURKHEIM, 2011, p. 14)

1.4 Fundamentação Teórica

A construção do arcabouço legal referente a educação inclusiva no Brasil foi constituída por lutas e conquistas de toda a sociedade que objetiva alcançar uma cultura inclusiva que se entrelaça em todo o tecido social. De acordo com o IBGE (2010) cerca de 24% da população se declara com algum tipo de deficiência. Nesse sentido e direção a educação de pessoas com deficiência no Brasil na última década apresentou um crescimento exponencial no que se refere ao aumento das matrículas na rede regular de ensino. De acordo com o Censo Escolar de 2019, 87,2 dos estudantes do público-alvo da educação especial estavam regularmente matriculados em classes comuns.

Total de matrículas da educação especial nos sistemas de ensino regular no período de 2008 a 2019, tanto nas classes especializadas quanto nas classes comuns.

Gráfico 2 – Matrículas de pessoas com deficiência no Brasil.



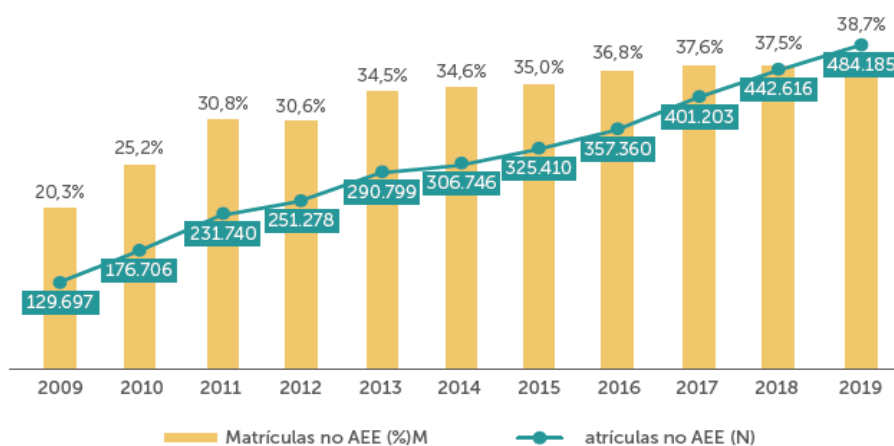
Fonte: Inep (2019)

As políticas públicas referentes as pessoas que precisam de atendimento educacional especializado são uma realidade nas escolas públicas, que absorvem o maior contingente do extrato da população. Frente a esse desafio de prover um mercado com tecnologias que vão ao encontro das demandas reprimidas deste setor, bem como também coadunar com as

determinações de oferecer substancialmente produtos e serviços para o setor da educação que atua incisivamente com a inclusão de pessoas com deficiência.

Com efeito, há também um contingente de profissionais da educação com formação continuada nos campos da educação especial e essa estratificação tem uma relevância importante nesse cenário, isto porque esses profissionais compreendem questões determinantes no uso de novas tecnologias como parte fundamental para educação de pessoas com deficiência.

Gráfico 3 – Matrículas no AEE, no Brasil, de 2009 a 2019



Fonte: Brasil (2020, p. 23)

A ampliação do número de matrículas do público-alvo da educação especial reforça a necessidade de tecnologias educacionais planejadas para a inclusão deste público. Assim, neste estudo, foi possível analisar cientificamente um estudo de caso de uma empresa brasileira e compreender como se pode aplicar essas tecnologias educacionais como ferramentas para subsidiar maior eficiência e eficácia nas intervenções junto as pessoas com deficiência alinhavadas com as políticas públicas e o cenário nacional brasileiro sobre educação inclusiva.

Evidentemente o papel do professor torna-se fundamental para que a inclusão aconteça. Nessa direção e sentido que aliar a sua prática (intervenções) com o uso e aplicação da tecnologia fundamenta-se como uma espécie de Simbiose.

O mais importante é a credibilidade do professor, sua capacidade de estabelecer laços de empatia, de afeto, de colaboração, de incentivo, de manter o equilíbrio entre flexibilidade e organização. [...] A parte principal, aquilo no qual o professor é relevante, que é ajudar o aluno a desenvolver competências cognitivas, socioemocionais, visão de futuro, isso a tecnologia não vai fazer. O papel fundamental do professor é o de mentor, o de orientar (BRANDÃO, 2000).

Além da importância do perfil inclusivo dos profissionais que trabalham diretamente com este público nas escolas, faz-se necessário uma reflexão sobre as tecnologias educacionais

adaptativas para pessoas com deficiência, que via de regra, proporciona conhecer a atualidade de um tema muito importante que está inclusive alicerçado por um rol de legislação que versam sobre esse assunto:

- LBI (Lei Brasileira de Inclusão) nos artigos 27 e 28
- Constituição Federal, nos artigos 205, 206 e 227;
- Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 9089/1990);
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394/1996) e;
- Plano Nacional de Educação (Lei n.º 10.179/2001),
- Política Nacional de Educação Especial (Decreto 10.502 de 30 de setembro de 2020).

[...] o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daquelas que a cercam; [...] um aspecto essencial do aprendizado é o fato de ele criar a zona de desenvolvimento proximal; ou seja, o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento independente da criança (VIGOTSKI, 1998, p. 118).

Inclusão Escolar via de regra está alicerçada por três grandes pilares: o primeiro é contingente de pessoas com deficiências e suas necessidades, o segundo são as políticas públicas e seus investimentos para o setor e o terceiro é o conjunto de tecnologias educacionais disponíveis para atender às demandas.

2 ESTUDO DE CASO: PLATAFORMA EDUCACIONAL SIMPLIX

Desde 2017, o Grupo Actcon disponibilizou no mercado brasileiro e em países como Estados Unidos, Chile e nos Emirados Árabes Unidos uma plataforma educacional disruptiva e com tecnologias embarcadas como *Business Intelligence*.

Grande parte dos atendimentos especializados educacionais para as pessoas com deficiência são fundamentalmente feitos através de intervenções pedagógicas, psicopedagógicas e neuropsicopedagógicas.

Os temas importantes, no contexto da Educação Inclusiva, são explicitados em suas práticas por meio de intervenções, com o uso das pranchas de comunicação multimídia da Plataforma Educacional Simplicx, centralizando sempre o enfoque nas possibilidades da pessoa atendida e não na deficiência ou limites que ela apresenta.

Isso alinha-se, fundamentalmente, com os pressupostos da teoria sociointeracionista (VIGOTSKI, 1991); com as múltiplas inteligências (GARDNER, 1995); com a taxonomia dos objetivos educacionais (BLOOM, KRATHWOHL; MASIA, 1956); com as considerações da inclusão escolar na atualidade (MANTOAN, 2006); com as novas formas de ensinar e aprender em contextos digitais e as teorias do conectivismo (SIEMENS, 2005) e; sobre a neuroplasticidade (FEUERSTEIN, KLEIN; TANNENBAUM, 1994) que, numa visão dialética, examinam não só as possíveis limitações da pessoa, mas em uma ampla análise, as suas inúmeras possibilidades.

Ao evidenciar a importância dos recursos oferecidos na Comunicação Alternativa ou Aumentada (CAA) e nos processos do ensino e de aprendizagem, pressupõe-se dialogar com essas teorias e seus pensadores.

As contribuições desses referenciais teóricos são mais do que atuais e trazem luz para a compreensão das práticas relativas à Educação Inclusiva e para a busca de uma intervenção inovadora. Os pressupostos apresentados têm ricas implicações nas práticas pedagógica, psicopedagógica e neuropsicopedagógica e foram cruciais para dar suporte ao desenvolvimento dos conceitos de modelos de pranchas, que possuem o uso de signos e imagens, para consubstanciar a CAA ou os processos do ensino e da aprendizagem e da socialização nos ambientes educacionais bem como parte integrante da inclusão sociodigital.

3 AMBIENTES DIGITAIS DE APRENDIZAGEM

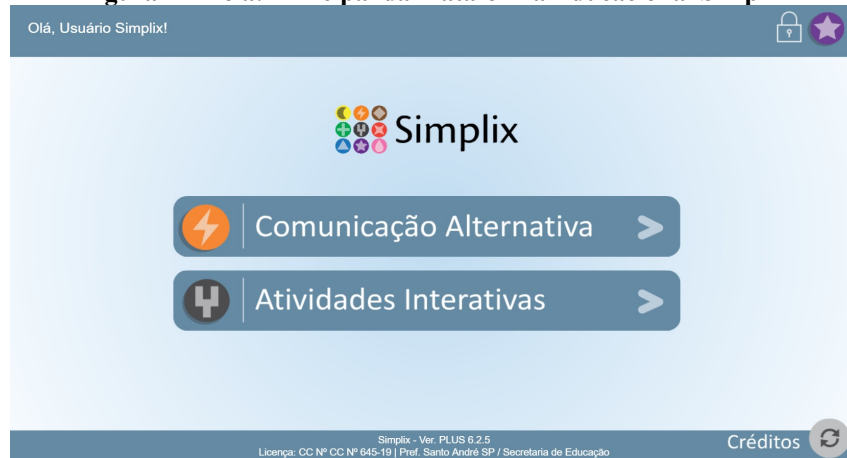
A construção de ambientes de comunicação e aprendizagem, mediados pela tecnologia, abre um universo de possibilidades pedagógicas que podem contribuir para que os estudantes desenvolvam habilidades e competências compatíveis com as novas demandas sociais, construindo um caminho peculiar de aprendizagem em seu próprio ritmo e a partir de suas necessidades. As tecnologias digitais ampliam e estimulam a cognição humana. O processo de aprendizagem não se trata mais de apenas receber e transmitir o conhecimento como outrora, mas de criar, construir e compartilhar novos saberes.

O processo de aprendizagem, mediado pelo uso de pranchas de comunicação multimídia e por intervenções interativas, tem como premissa fundamental a relação humana e, como consequência, a gênese do aprendizado (PIAGET, 1978). O conhecimento é produzido graças a uma interação do indivíduo com o seu meio, de acordo com estruturas que fazem parte dele, permitindo que o estudante seja o protagonista de seu processo de aprendizagem.

O uso da tecnologia ultrapassa barreiras arquitetônicas e transcende no tempo e no espaço, refletindo na maneira como nos comunicamos e na construção do conhecimento, não se restringindo os espaços educativos, mas adentrando nas relações sociais e na vida das pessoas. Por isso, ao se pensar sobre os processos de aprendizagem mediados pelo professor e entrelaçados com as tecnologias e a cognição, é importante considerar a perspectiva vigotskiana, que pressupõe as tecnologias digitais como instrumentos auxiliares, estimuladores na prática pedagógica, com um forte impacto em alguns aspectos psicológicos e com capacidade mediadora na promoção de processos inter e intramentais, promotores do desenvolvimento cognitivo.

Um dos maiores desafios, na educação inclusiva, é o de adaptar os objetos de conhecimento ao mesmo tempo em que se propõem estratégias didáticas para facilitar e ampliar o aprendizado. Nesse ponto, a Plataforma Educacional Simplicx se apresenta como uma ferramenta enriquecedora através da qual se ampliam todas as possibilidades de intervenções que miram a eficiência e a eficácia dos processos de ensino e de aprendizagem no AEE.

Figura 2 – Tela: Principal da Plataforma Educacional Simplix



Fonte: Grupo Actcon (2018)

Figura 3 – Tela: Comunicação Alternativa da Plataforma Simplix



Fonte: Grupo Actcon (2018)

Figura 4 – Tela: Atividades Interativas da Plataforma Simplix



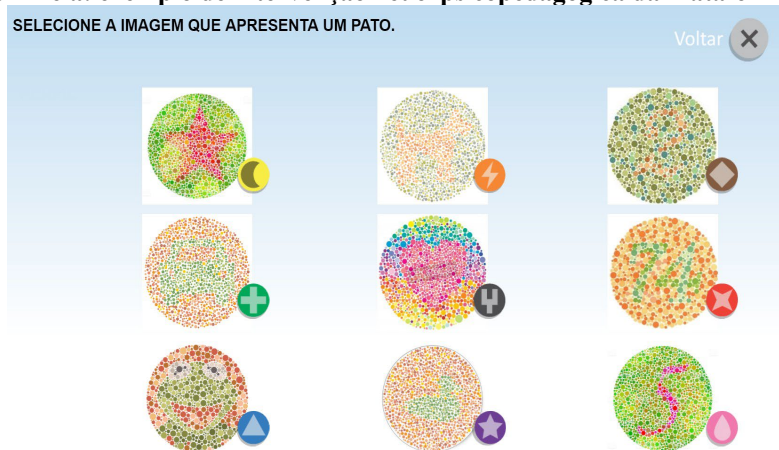
Fonte: Grupo Actcon (2018)

Figura 5 – Tela: exemplo de intervenção pedagógica – Alfabetização da Plataforma Simplicx



Fonte: Grupo Actcon (2018)

Figura 6 – Tela: exemplo de intervenção neuropsicopedagógica da Plataforma Simplicx



Fonte: Grupo Actcon (2018)

Figura 7 – Tela: exemplo de intervenção Psicopedagógica da Plataforma Simplicx



Fonte: Grupo Actcon (2018)

Figura 8 – Tela: exemplo de intervenção neuropsicopedagógica da Plataforma Simplix



Fonte: Grupo Actcon (2018)

As possibilidades de aplicação das pranchas de comunicação multimídia contribuem para gerar um ambiente de aprendizagem diferenciado e mais prazeroso, incentivando a interação, ao mesmo tempo em que promovem a autonomia e a inclusão digital.

As pranchas multimídia, em especial, proporcionam estratégias que visam não somente facilitar a aprendizagem, mas também atuam como um instrumento poderoso que favorece o trabalho dos aspectos responsáveis pela construção de conhecimentos outrora determinados no planejamento da sua prática (constantes no Plano de Desenvolvimento Individual – PDI) e, também, visam atender às especificidades de cada pessoa atendida, em total sintonia com suas peculiaridades e respeitando a sua diversidade.

É nesse bojo então, que o processo educativo, aliado à tecnologia, passa a garantir e a possibilitar um espaço educacional em que o estudante se torna sujeito ativo de sua aprendizagem, intercambiando com os mais variados espaços sociais, permitindo, de fato, que as práticas inclusivas se tornem possíveis.

a. Valorização da diversidade e do conhecimento

Há diferenças e há igualdades, e nem tudo deve ser igual nem tudo deve ser diferente, [...] é preciso que tenhamos o direito de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza (MANTOAN, 2006, p. 7-8).

A valorização da diversidade, como agente de transformação da consciência social, é o princípio da construção de uma sociedade inclusiva. E é através dela que daremos vez e voz às pessoas, de modo a viabilizar a participação social e o pleno exercício da cidadania. A educação

inclusiva é uma proposta que veio para provocar mudanças de concepção da prática pedagógica e reestruturação do ambiente escolar. Ela surgiu justamente da necessidade de olhar as singularidades, a diversidade e de combater qualquer forma de discriminação, determinando que uma pessoa, independentemente de quais sejam as suas deficiências, limitações ou dificuldades de aprendizagem, tem o seu direito, como qualquer cidadão, à educação e à aprendizagem.

Figura SEQ Figura * ARABIC 9 – Pranchas de alfabetização Sociodigital



Fonte: o autor

Nessa direção, a plataforma coaduna com as determinações da BNCC (Habilidades n.º 4 e 6). Na perspectiva de uma educação inclusiva e integral, utilizam-se os diversos tipos e métodos de alfabetização a fim de propiciar condições de ensino que criam a possibilidade de inclusão, com a finalidade de desfazer a reprodução das desigualdades baseadas no uso exclusivo de um único método. A ideia é a de que, a partir das diferenças e necessidades educacionais dos estudantes, a plataforma reforce as oportunidades educacionais.

Para tanto, utilizaram-se, também, os métodos de alfabetização amplamente empregados pelos profissionais da educação: métodos sintéticos (alfabético, silábico e fônico) e os métodos analíticos (palavração, sentencição, global e misto).

É dessa forma então, que a plataforma contribui para o desenvolvimento comunicacional e intelectual, respeitando e valorizando as diversas formas de aprender e abrindo novas possibilidades de acesso à informação, à interação, às práticas mediadas pela tecnologia e apoio aos processos escolares.

b. A mediação adaptativa com tecnologias como prática de intervenção

A Plataforma Educacional Simplicx permite, através da aplicação das pranchas de comunicação multimídia, tornar as intervenções mais significativas e inclusivas, ao combiná-

las com os diversos métodos e abordagens da CAA e com processos da aprendizagem significativa, todos cientificamente difundidos. São exemplos: Método PECS, Método ABA, Método TEACCH e AVD. Dessa forma, à medida que apoia e oportuniza a realização da comunicação, rompendo barreiras comunicacionais, a plataforma propicia condições favoráveis para que as pessoas possam expressar necessidades, emoções e vontades a serem compreendidas.

c. Modelos de prancha para a mediação pedagógica

Os modelos de pranchas da Plataforma Educacional Simplicx, voltadas à mediação pedagógica, visam proporcionar mediações apoiadas no lúdico e apontam para concepções que oportunizam ou aceleram o processo de aprendizagem, desenvolvimento e inclusão social. Através dessa ludicidade, elas asseguram elementos necessários para propor diferentes oportunidades e situações de aprendizagem, facilitam o acesso aos objetos de conhecimento, ao desenvolvimento de habilidades e às múltiplas formas de aprender.

Na ação pedagógica com as pranchas, o professor é um mediador do processo educacional que levará o estudante a “aprender a aprender”. A construção de intervenções pedagógicas eficazes e a construção do saber estão diretamente ligadas às vivências e as experiências que ocorrem entre educadores e educandos. Portanto, considera-se que nos processos de aquisição do conhecimento, a mediação proposta que apropria e fundamenta sua prática à luz das principais teorias da educação, é condição fundamental para poder estimular a cognição dos estudantes.

A aquisição de conhecimento só ocorre mediante a consolidação das estruturas de pensamento e, portanto, sempre se dá após a consolidação do esquema que a suporta; da mesma forma a passagem de um estágio a outro depende da consolidação e superação do anterior (Piaget, 1977). Também, nas palavras Juan Delval, aluno de Piaget, professor da Universidade Autônoma de Madri na Espanha,

A aprendizagem depende dos conhecimentos anteriores de cada um e de suas experiências. Para ampliá-las, além de propor situações que desestabilizem os conhecimentos estabelecidos, é preciso que os estudantes se sintam motivados a realizar um esforço cognitivo para superar o problema (DELVAL, n.d. citado em FERNANDES, 2011, p. 134).

Nessa perspectiva, os modelos de pranchas para mediação pedagógica propõem situações de aprendizagem que permitem ao estudante ampliar o seu nível cognitivo quando aprende algo novo. Para tanto, os desafios são propostos em níveis, com o intuito de possibilitar a assimilação e a acomodação (a construção de um novo conhecimento com base nos pré-existentes, mas ampliando-os), permitindo que os conceitos já assimilados passem por um processo de desestabilização e posterior reorganização, desencadeando a evolução das estruturas cognitivas, as quais Piaget (1996) deu o nome de equilibração majorante.

Nesse contexto, a aplicação dos modelos de pranchas para mediação pedagógica permite não somente ganhos na CAA, mas também na realização de práticas pedagógicas que enfatizam a interação e a colaboração, de tal forma que tragam ganhos ao desenvolvimento da proposta curricular e da aprendizagem, participando de atividades que possam estar contextualizadas com a alfabetização inicial do estudante.

Desse modo, fomentar uma alfabetização sociodigital é também permitir que o estudante se utilize de diversos espaços: públicos, escolares e sociais, pois a aprendizagem, quando entendida como um processo centrado no aluno e na sua atividade, deve ser caracterizada pelo seu aspecto significativo, ativo, interativo, social e reflexivo. Tal concepção vê o estudante como parte do processo, dentro de um espaço e tempo, como ser político, protagonista da sua própria história, capaz de viver sua cidadania de forma plena.

Na prática, as pranchas do módulo “Atividades Interativas” da tecnologia adaptativa Simplicx para a mediação pedagógica pretendem, numa perspectiva de aprendizagem ativa, estimular ideias e fazer conexões na aprendizagem dos estudantes enquanto o professor trabalha ao lado deles, fazendo perguntas, fornecendo recursos e fazendo sugestões em resposta às ideias apresentadas na execução das pranchas de comunicação multimídia. O professor cria as possibilidades para os estudantes, dando o suporte necessário para capacitá-los a trabalhar de forma independente e autônoma. Para tanto, o profissional docente deve tentar desencadear aprendizagens ainda não iniciadas, considerando a zona de desenvolvimento proximal do estudante, com o intuito de ajudá-lo a progredir, planejando o seu trabalho pedagógico para o conhecimento que o estudante ainda não tem, criando assim, novas possibilidades de aprendizagem.

Enfatiza-se desse modo, a importância da mediação pedagógica e confirma-se que a interação social é fundamental para a construção do conhecimento. Do mesmo modo, a referência vinda através do educador é o caminho pelo qual se consegue conhecer os diferentes

significados que podem ser dados ao uso das tecnologias digitais nos processos de ensino e de aprendizagem.

Nesse prisma, a aplicação das pranchas da plataforma torna-se uma poderosa aliada do professor em sua prática pedagógica, uma vez que seu uso subsidia promover ao máximo as potencialidades de cada estudante, visando o desenvolvimento de suas capacidades mentais e a ativação dos processos internos de assimilação. É nesse mesmo indivíduo que devem ser buscadas as possibilidades de superação, compensação e equilíbrio funcionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de extrema importância, para o desenvolvimento humano, a apropriação das experiências presentes em sua cultura e, sob essa ótica, as tecnologias digitais adaptativas viabilizam práticas socioculturais que permitem alterar as competências cognitivas ao propiciar novas formas de comunicação, socialização, aquisição e construção do pensamento.

A plataforma educacional adaptativa Simplicx, voltada à mediação pedagógica, visa proporcionar mediações apoiadas no lúdico e aponta para concepções que oportunizam ou aceleram o processo de aprendizagem, de desenvolvimento e de inclusão social. Através dessa ludicidade, ela assegura elementos necessários para propor diferentes oportunidades e situações de aprendizagem, facilita o acesso aos objetos de conhecimento, ao desenvolvimento de habilidades e às múltiplas formas de aprender. Sendo assim, é afirmada a suposição de que a tecnologia pode fornecer meios de promover uma comunicação alternativa para pessoas com dificuldades comunicacionais.

A aquisição de conhecimento só ocorre mediante a consolidação das estruturas de pensamento e, portanto, sempre se dá após a consolidação do esquema que a suporta; da mesma forma a passagem de um estágio a outro depende da consolidação e superação do anterior (PIAGET, 1977).

Nessa perspectiva, fica evidente que o emprego de tecnologias computacionais educacionais adaptativas que se utilizam de som e imagens (com natureza semiótica), permite uma mediação e uma interposição entre as pessoas, suas relações com o mundo e seus objetos de conhecimento, que é exatamente a proposta apresentada neste estudo de caso. A plataforma, então, apoia o processo de desenvolvimento da comunicação (alternativa e aumentativa), com vistas à inclusão e integração educacional (digital inclusive) e aos processos educacionais, bem como amplia e estimula a modificabilidade das estruturas da cognição mediadas por uso de tecnologias adaptativas para pessoas com deficiência.

Essa tecnologia adaptativa já é uma realidade e está presente e operacional em cidades como em Recife (PE), Curitiba (PR), Santo André (SP), Guarulhos (SP) e São Luiz (MA), ela atinge, atualmente, mais de 5.000 pessoas com deficiência em todo o Brasil. No ano de 2018, essa tecnologia adaptativa brasileira recebeu prêmios nos Estados Unidos da América, no Chile e nos Emirados Árabes Unidos.

REFERÊNCIAS

- BLOOM, B. S., KRATHWOHL, D. R., MASIA, B. B. **Taxonomy of educational objectives: the classification of educational goals.** New York: David McKay and Company, 1956.
- BRANDÃO, C. Entrevista José Moran. Educação do Futuro. **Revista Cidade Verde**, 1 set. 2019, n.220, p. 6-9. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2019/09/educa%C3%A7ao_futuro.pdf. Acesso: 20 abr. 2021.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso: 20 abr. 2021.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base.** Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>. Acesso: 20 abr. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.** Brasília: MEC – SEMESP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-documento-sobre-implementacao-da-pnee-1/pnee-2020.pdf>. Acesso: 20 abr. 2021.
- DURKHEIM, E. **Fato social e divisão do trabalho.** São Paulo: Ática. 2011.
- FERNANDES, E. Adaptação e equilíbrio. **Nova Escola**, 241. 1 abr. 2011. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/1351/adaptacao-e-equilibrao#_=_ Acesso em: 15 abr. 2021.
- FEUERSTEIN, R., KLEIN, P. S., & TANNENBAUM, A. J. **Mediated learning experience (MLE): Theoretical, Psychosocial and Learning Implications.** London: Freund.
- GARDNER, H. **Inteligências múltiplas: a teoria na pratica.** Porto Alegre: Artmed, 1994.
- GRUPO ACTCON. **Plataforma Educacional Simplicx (Versão PLUS 6.2.5)** [Programa de Computador] Windows, Linux. 2018.
- HARARI, Y. I. N. **Sapiens: uma breve história da humanidade.** Porto Alegre: L&PM, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar**, 2019. Brasília: MEC. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MINAYO, M. C. S (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. 2001. Petrópolis: Vozes.

MUNARI, A. **Jean Piaget**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4676.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

PIAGET, J. **Biologia e Conhecimento**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

PIAGET, J. **Epistemologia genética**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PIAGET, J. **O desenvolvimento do pensamento: Equilibração das estruturas cognitivas**. Lisboa: Dom Quixote, 1977.

PIAGET, J. Seis estudos de Psicologia. 24 ed. Rio de Janeiro: **Forense Universitária**, 1999. Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2015/01/SEIS-ESTUDOS-DE-PSICOLOGIA-JEAN-PIAGET.pdf> Acesso: 20 abr. 2021.

SIEMENS, G. **Conectivismo: Uma teoria de aprendizagem para a idade digital**. 2005. <http://docplayer.com.br/53538608-Conectivismo-uma-teoria-da-aprendizagem-para-a-era-digital.html> Acesso: 20 abr. 2021.

UNESCO. **Educação inclusiva no Brasil**. c2019. Disponível em: [https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/inclusive-education#:~:text=publications%40unesco.org,Pessoas%20com%20defici%C3%Aancia,com%20algum%20tipo%20de%20defici%C3%Aancia](https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/inclusive-education#:~:text=publications%40unesco.org,Pessoas%20com%20defici%C3%Aancia,com%20algum%20tipo%20de%20defici%C3%Aancia;); <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/inclusive-education#:~:text=publications%40unesco.org-,Pessoas%20com%20defici%C3%Aancia,com%20algum%20tipo%20de%20defici%C3%Aancia>. Acesso: 15 abr. 2021.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores** 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VIGOTSKI, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. *In*: LURIA, A. R., LEONTIEV, A., VIGOTSKI, L. S. **Psicologia e pedagogia: Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento** (12 ed.). Lisboa: Estampa, 1991.

VIGOTSKI, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. *In.*: VIGOTSKI, L. S., LURIA, A. R., LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 2 ed. São Paulo: Ícone. 1998.

COMPETÊNCIAS E
HABILIDADES NO
CURSO DE
ADMINISTRAÇÃO
POR MEIO DA
METODOLOGIA
DE
APRENDIZAGEM
BASEADA EM
PROJETOS
MEDIADA POR
TECNOLOGIA

SKILLS AND SKILLS
IN THE
ADMINISTRATION
COURSE THROUGH
PROJECT-BASED
LEARNING
METHODOLOGY

FERREIRA, Hugo Silva [2]
MARTINS, Geisse [3]
SANTOS, Danillo Miguel de
Sales [4]

[1] Dissertação original apresentada em Must University Master of Science in Emergent Technologies in education. Flórida – USA.

[2] Mestrando-administração de Empresas. MUST University, MUST, Estados Unidos. E-mail: prof.hugosferreira@gmail.com

[3] E-mail:

profmartinsgeisse@gmail.com

[4] E-mail: danillo.miguel@live.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo verificar a efetividade da aplicação da metodologia ativa Aprendizagem Baseada em Projetos, mediada por tecnologia, no desenvolvimento de competências e habilidades definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Administração. Nesse sentido, uma pesquisa descritiva, a partir da revisão bibliográfica e estudo de caso, foi realizada, na Faculdade de Administração Guaratinguetá, na disciplina Projeto Integrador dessa instituição, com abordagem qualitativa e quantitativa dos dados coletados. Considera-se que essa metodologia ativa de ensino e aprendizagem tem características e atividades específicas, que foram observadas no planejamento do professor, quanto a integrar teoria e prática, estimular o protagonismo e autonomia do estudante no processo de ensino e aprendizagem, promover o engajamento com tarefas, desenvolvimento de projeto contextualizado com a vida extraescolar, ser uma aprendizagem desafiadora, processual e participativa contribuindo para que competências e habilidades prescritas pelas diretrizes sejam desenvolvidas. Além disso, quando mediada por tecnologia, ela, ainda, contribui para a facilitação de aprendizagens individuais e grupais que, da mesma forma, contribui para o desenvolvimento de competências e habilidades, conforme aponta a amostra de pesquisa. Assim, ela é considerada efetiva para tanto. Nesse caso, como apontamento para pesquisas futuras ressalta-se a importância da contribuição que as metodologias ativas podem trazer para a construção do Projeto Pedagógico de Curso baseado em competências.

Palavras-chave: Aprendizagem Baseada em Projetos. Competências e habilidades. Metodologias ativas.

ABSTRACT

This work aims to verify the effectiveness of the application of the active Project Based Learning methodology, mediated by technology, in the

development of competences and skills defined by the National Curricular Guidelines of the Administration course. In this sense, a case study was carried out at the Faculty of Administration Guaratinguetá, as well as an action research, in the discipline Integrator Project of this institution. The research is descriptive and applied, with a quantitative qualitative approach to the results. It is considered that this active teaching and learning methodology has specific characteristics and activities, which were observed in the teacher's planning, as to integrate theory and practice, to stimulate the student's role and autonomy in the teaching and learning process, to promote engagement with tasks, development of a project contextualized with extra-school life, being a challenging, procedural and participatory learning, contributing to the development of competences and skills prescribed by the guidelines. In addition, when mediated by technology, it also contributes to the facilitation of individual and group learning, which, likewise, contributes to the development of competences and skills, as pointed out by the research sample. Thus, it is considered effective for both. In this case, as an indication for future research, the importance of pointing out the contribution that active methodologies can bring to the construction of the competency-based Pedagogical Course Projects emphasized.

Keywords: Project Based Learning, Skills and abilities, Active teaching-learning methodologies.

1 INTRODUÇÃO

A formação acadêmica em Administração requer competências e habilidades do administrador que compreende diferentes dimensões nas esferas social, interpessoal, pessoal e profissional (ODA; MARQUES, 2008) a fim de que ele tenha uma visão sistêmica das diferentes situações nas organizações empresariais, tais como resolução de problemas, inovação e melhorias (CHIAVENATO, 2007; 2014).

Nesse sentido, os cursos de Administração devem se orientar pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para este curso a fim de balizar o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) das Instituições de Ensino Superior (IES), isto é, a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), Câmara de Educação Superior (CES), nº 4, de 13 de julho de 2005(4/2005), que institui as DCNs do Curso de Graduação em Administração.

Um projeto que, segundo Nunes e Barbosa (2009), mais do que evidenciar tais competências deve, de fato, efetivá-lo, de forma que as mudanças necessárias para essa efetivação sejam percebidas na visão de todos os envolvidos no processo: alunos, professores, coordenadores de curso e da IES), repercutindo em uma formação que atenda às exigências do mercado (CHING; SILVA; TRENTIN, 2014). Dentre os processos em que se desdobram a prática educativa, as metodologias de ensino e aprendizagem no ensino superior de

Administração precisam, da mesma forma, acompanhar essas prerrogativas, além de se apoiarem nas tecnologias para mediar, intervir e favorecer a aprendizagem (ALMEIDA, 2018).

As metodologias ativas de ensino e aprendizagem se configuram como meio para viabilizar uma aprendizagem centrada no educando, sendo o professor, o mediador (MORAN, 2000). Nesse ínterim, a Aprendizagem Baseada em Projeto (ABP), pode ser eleita como capaz de atender às prerrogativas da formação de um graduando de Administração, uma vez que envolvem estudantes em tarefas e desafios para executar um projeto (MORAN, 2018), desenvolvendo competências e habilidades, inclusive em âmbito cognitivo e sócio emocional. Quando apoiadas em tecnologias, as metodologias ativas contam com a facilidade de integração, de cooperação, troca de ideias e experiências (ALMEIDA, 2018).

Dessa maneira, o presente estudo tem por objetivo verificar a efetividade da aplicação da metodologia ABP, mediada por tecnologias, no desenvolvimento de competências e habilidades definidas pelas DCNs do curso de graduação em Administração, na disciplina Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais, da Faculdade de Administração Guaratinguetá (FACEG).

Assim, o desenvolvimento do trabalho gira em torno da exposição das exigências para a formação do administrador, com base nas DCNs, em termos de competências e habilidades, na fundamentação das teorias de ensino e aprendizagem por competências e habilidades, que balizam a aplicabilidade das metodologias ativas, mediada por tecnologias de ensino, como suporte a sua execução. A metodologia de pesquisa escolhida foi a descritiva, a partir da revisão bibliográfica e estudo de caso, com abordagem qualitativa, sobre o planejamento do professor que utilizou a ABP como metodologia como capaz de desenvolver as competências e habilidades prescritas pelas DCNs; e quantitativa, sobre a percepção dos pesquisados sobre o desenvolvimento das competências e habilidades prescritas pelo documento. No segundo caso, os dados foram coletados a partir de um questionário desenvolvido com perguntas fechadas e abertas para a amostra de pesquisa.

Dessa forma, foi possível concluir que a metodologia é efetiva nesse sentido, pois suas atividades e características específicas, observadas no planejamento pedagógico, engendram o desenvolvimento de competências e habilidades prescritas pelas DCNs e que foram percebidas pela amostra de pesquisa.

2 EXIGÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR COM BASE NAS DCNS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece diretrizes para a educação superior da mesma forma que estabelece ao longo da educação básica, aproximando os diferentes níveis de educação. Em seu Artigo 43, por exemplo, percebe-se que, para que essa aproximação ocorra, no que tange ao desenvolvimento pleno e interdimensional do sujeito e sua qualificação para o trabalho, há o estabelecimento de diretrizes quanto a finalidade desta etapa de ensino, entre as quais destaca-se a de “[...] formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua” (Brasil, 1996).

A profissão do Administrador, no Brasil, foi criada pela Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965 (4769/65), dispondo sobre o exercício da profissão de Administrador. Em seu Artigo 3º, essa lei prevê que este profissional se refere ao bacharel em Administração, graduado no Brasil ou no Exterior, e ao Técnico, a nível de Ensino Médio (Brasil, 1965), sendo regulamentada pelo Decreto 61.934, de 24 de fevereiro de 1966. Nesse sentido, sua formação deve atender às seguintes atividades profissionais, conforme o Artigo 2º da Resolução 4769/65:

- a) pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos, assessoria em geral, chefia intermediária, direção superior;
- b) pesquisas, estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos da Administração, como administração e seleção de pessoal, organização e métodos, orçamentos, administração de material, administração financeira, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que esses se desdobrem ou aos quais sejam conexos. (BRASIL, 1965).

Exposto isto, é importante destacar, portanto, que as IES que ofertam cursos de graduação em Administração devem orientar-se por exigências estabelecidas por políticas educacionais que lançam mão de diretrizes específicas para cada curso a fim de graduar cidadãos que atendam às exigências tanto técnicas quanto práticas, perpassando os diferentes âmbitos da formação humana. Dentre as exigências estabelecidas, pode-se destacar a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), Câmara de Educação Superior (CES), nº 4, de 13 de julho de 2005, que, em seu Artigo 2º, orienta sobre a organização do curso de graduação em Administração na qual,

A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade, como Trabalho de Curso, componente opcional da instituição, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico (BRASIL, 2005).

Nessa composição, as DCNs de 2005, de acordo com o que solicita a LDB, elegem assegurar que os Projetos Pedagógicos de Cursos – PPC – contemplem as competências e habilidades que têm a finalidade de formar administradores aptos a exercerem suas funções no mercado de trabalho, considerando que a formação profissional tem sua gênese nas IES.

O PPC é um documento de suma importância para IES, pois ele deve contemplar, de acordo com diretrizes exigidas, todos os processos que compõem a prática educativa (planejamento, metodologia, avaliação, recursos pedagógicos) para estruturar um curso superior que atenda a tais exigências. Ou seja, uma lógica pautada na prescrição de competências e habilidades a partir da finalidade de formar um cidadão pleno (ZABALA; ARNAU, 2014) que deve se estender aos PPC das IES. Dessa maneira, aponta-se a pesquisa de Nunes e Barbosa (2009) que, com objetivo de buscar a caracterização da noção de competências na formulação/reestruturação dos cursos de Administração (2009), salientam que, dentre as IES envolvidas em sua pesquisa, a maioria evidencia as competências no PPC da instituição, mas que o seu sentido normativo deveria dar lugar a uma concepção real e efetiva, perpassando, inclusive, a formação do professor em aspectos de conteúdo, metodologias de ensino e processos de avaliação articulados a essa proposta de graduação em Administração.

Ching, Silva e Trentin (2014), relatam a experiência em contribuir na estruturação de um PPC do curso de Administração baseado em competências exigidas pelas DCNs para este curso, bem como outros órgãos de classe, tais como a Pesquisa Nacional do Conselho Federal de Administração e Conselho Regional de Administração (CFA/CRA). Concordam que tal estruturação deve repercutir em mudanças, não apenas, na teoria do ensino e aprendizagem por competências prescritas como paradigma, mas também na visão dos envolvidos no processo (alunos, professores, coordenadores de curso e da IES) a fim de formá-los mediante as exigências do mercado. Ou seja, não basta ter um PPC alinhado com as diretrizes, embasado no ensino e aprendizagem de competências se não o operacionalizar pautado pela aplicação contextualizada na prática. Nesse sentido, a Resolução 4/2005 prescreve, em seu Artigo 4º, as

competências e habilidades a serem desenvolvidas no curso de Administração a serem observadas pelas IES quanto a organização do currículo:

- I - Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- II - Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
- III - refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- IV - Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- V - Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- VI - Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;
- VII - desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações; e
- VIII - desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais (BRASIL, 2005).

Assim, sem classificá-las, essas são as competências, habilidades e atitudes que devem ser observadas na organização das disciplinas e de todo o aparato que envolve a prática pedagógica, do curso de Administração tanto em seu âmbito técnico, quanto humano e conceitual. Inclusive, essa observação também cabe às atividades complementares deste curso que devem se orientar e avaliar competências e habilidades fora do ambiente escolar, conforme institui o Artigo 8º, da CNE/CES 4/2005.

2.1 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO ADMINISTRADOR

Atualmente, vivemos o mundo *VUCA* – volátil, incerto, complexo e ambíguo. Esse termo foi utilizado inicialmente pelo exército dos Estados Unidos e adotado pela Universidade de Harvard para descrever um mundo com mudanças rápidas, que requer um profissional moderno, dotado de competências e habilidades necessárias para enfrentar os desafios impostos às organizações (ISMAIL; MALONE; GEEST, 2015). Nesse ínterim, os avanços tecnológicos

evoluíram, principalmente no que concerne às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), demandando competências e habilidades do administrador que balizam uma atuação profissional que acompanhe tais mudanças rápidas deste mundo *VUCA*.

As DCNs prescrevem esta perspectiva quando, em seu Artigo 5º, orientam a integração dos conteúdos da organização curricular entre a formação básica, a formação profissional, os estudos quantitativos e suas tecnologias e os conteúdos complementares. Nesse caso, os cursos de Administração devem se orientar, também, pela utilização de tecnologias inovadoras interrelacionada às realidades nacionais e internacionais (BRASIL, 2005).

Corroborando com essa necessidade de se adequar a tais mudanças rápidas, pode-se apontar, por exemplo, as competências e habilidades prescritas pelo documento, em seu Artigo 4º, Incisos V e VI, quanto a este futuro profissional ser aberto às mudanças, revelando-se adaptável ao uso e aplicabilidade da tecnologia em seu contexto profissional seja para gerar ou divulgar conhecimento. Para o administrador, essas competências e habilidades, desenvolvidas durante o curso, evidenciam-se ao longo de sua atuação e estabelece o desenvolvimento de um profissional que atende às necessidades do mercado.

Mas o que é Administração, no que se refere a atuação profissional, para demandar competências e habilidades em um curso de formação superior? Oda e Marques (2008, p. 7) definem a administração como uma ciência social que se vale do conjunto de “[...] teorias e técnicas para a gestão dos recursos humanos, naturais, financeiros e informacionais”, objetivando o desenvolvimento socioeconômico.

Chiavenato (2007, p. 29), por sua vez, envolvendo tanto a participação no desenvolvimento da sociedade quanto a da empresa em si como forma de demarcar seus objetivos, gerindo recursos humanos, naturais, financeiros e informacionais, define a administração como “[...] a realização de um empreendimento sob as ordens de alguém ou simplesmente como a prestação de um serviço a outrem”. Nesse mesmo sentido, e considerando os recursos humanos, naturais, financeiros e informacionais, Masiero (2012) orienta que o conceito de administração emerge, quando há integração coerente de um conjunto de conhecimentos de áreas humanas existentes nas organizações, com o intuito de que ela tenha eficiência e eficácia para sobreviver ao mercado e contribuir para o alcance de objetivos, a partir da proposição de técnicas, estratégias e ações. Assim, percebe-se que competências e habilidades se desdobram na gestão dos recursos em uma organização que devem perpassar

tendências do mercado que determinam a direção e o destino das empresas de maneira competitiva e em consonância com a visão dos consumidores. Esse conceito orienta-se pela a Teoria do conforto Total (TCT) pautada na conveniência e facilidade que o consumidor busca; na qualidade de vida; no meio ambiente; na conectividade e mobilidade; na globalização e na responsabilidade social (ODA; MARQUES, 2008). Portanto, um educando formado em Administração deve possuir competências e habilidades para a gestão e implementação desses recursos em aspectos de planejamento, organização, controle e comando seja para o alcance de objetivos da organização pública, privada ou sem fins lucrativos (LISBOA, 2016).

Para compreender as competências a serem desenvolvidas em um curso de Administração, prescrita pelas DCNs, há de se conceituar o que são competências e habilidades. Competência, segundo Roegiers (2000, p. 66) como citado em Scallon, (2015, p. 143) “[...] é a possibilidade, para um indivíduo, de mobilizar de maneira interiorizada um conjunto integrado de recursos em vista de resolver uma família de situações-problema”. Portanto, é a capacidade do indivíduo recorrer às experiências prévias adquiridas tanto na escola quanto na vida real. Ou seja, competências desenvolvidas que permitem a mobilização de recursos e sua aplicação em diferentes contextos e situações.

Para Zarifian, (2001, p. 72) é “um entendimento prático de situações que se apoia em conhecimentos adquiridos e os transforma na medida em que aumenta a diversidade das situações”. Nesse sentido, o conceito incorpora atributos vinculados aos conhecimentos (saber), às habilidades (saber fazer), aos comportamentos e experiências (saber ser), uma vez que o desenvolvimento de uma competência requer a vivência em determinado contexto (saber conviver), reforçando a importância da ação educativa, ressaltada por Delors et al. (1999), quanto à formação escolar para o século XXI.

Habilidade, por sua vez, segundo Chiavenato (2007, p. 69), “[...] é a capacidade de aplicar o conhecimento adquirido seja na resolução de problemas, na melhoria da situação ou em inovação para fazer algo completamente novo e diferente”, isto é, saber usar o conhecimento em função de uma visão ampla e sistêmica das diferentes situações presentes nas organizações.

Se as habilidades se encerram em diferentes situações de uso permeadas pelas competências, logo, envolve conhecimento de estruturas organizacionais das quais Silva (2008, como citado em LISBOA, 2016) destaca três categorias: a técnica, que corresponde a relação

entre o desempenho e a formação; a humana, que equivale as relações com as pessoas; e a conceitual, que se refere a compreender as organizações.

Inserir e desenvolver competências e habilidades na formação acadêmica do administrador requer a elaboração de uma organização curricular que possibilite, portanto, articular o contexto da formação do aluno com o mundo do trabalho, focalizando a gestão acadêmica como um processo que integra a educação formal, a experiência profissional e a experiência social.

Nesse caso, o estudante deve ser um sujeito ativo e determinante no processo, pois a lógica das competências indica que o seu desenvolvimento envolve a capacidade de mobilizar recursos, a integração entre saberes que possibilitem a sua aplicação e ação em uma situação concreta.

Mintzberg e Gosling (2003, p. 30) ressaltam que “existe uma fronteira entre o processo de educação e a prática empresarial”. Assim, essa fronteira, como linha tênue entre o que se desenvolve como competências e habilidades na graduação e sua aplicação na organização empresarial é transposta ao passo que este profissional as desenvolve durante seu processo educacional. Logo, a introdução da lógica de competências e habilidades na formação de administradores implica em repensar os currículos, rever as práticas pedagógicas, o sistema de avaliação e principalmente a ação docente. Não se pode pensar a formação do graduando em administração de forma estanque e descontextualizada do mundo do trabalho.

O estudo das competências e habilidades, por sua vez, engloba dois modelos: organizacional e individual. De acordo com Fernandes (2013, p. 19), “competência organizacional é um conjunto de recursos articulados que geram valor para a organização e que podem ser transferidos a outras áreas, produtos ou serviços da organização e impactam o desempenho organizacional em um fator-chave de sucesso”. As competências organizacionais estão vinculadas intimamente com a administração estratégica da organização e fazem parte dos elementos que compõem o sucesso competitivo de cada setor. Para Fernandes, (2013) elas iluminam os recursos a serem monitorados e alimentados pelas organizações. Em contrapartida, a competência individual é “um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que um indivíduo mobiliza e aplica, de forma reiterada, dentro de um contexto profissional, agregando valor à organização e a si mesmo” (FERNANDES, 2013, p. 48). Seja no âmbito organizacional ou individual, as competências e habilidades englobam um conjunto de

elementos que perpassam a globalidade do sujeito (empresa/colaborador) em função de aprimorá-los enquanto organização/pessoa.

Em outras palavras, espera-se de um futuro administrador, por exemplo, as competências necessárias para a gestão de pessoas, as habilidades para lidar, tratar e valorizá-las, colocando em prática esses conhecimentos em diferentes contextos. Por exemplo, a grosso modo, uma de suas competências para a gestão de pessoas seria estimular o colaborador a ter qualidade de vida no trabalho mitigando possíveis problemas de saúde, no exercício de suas funções. O que implica ter uma visão sistêmica de sua função dentro da organização que possibilite a proposição de soluções em diferentes contextos e situações. Acrescentando a este construto de competências e habilidades, como elementos interdependentes, Araújo (2010) ressalta as atitudes como parte deste conjunto. Para ele, nessas três dimensões, ratificando o que foi considerado anteriormente,

[...] o conhecimento corresponde a uma série de informações assimiladas e estruturadas pelo indivíduo, que lhe permite entender o mundo, é a dimensão do saber; a habilidade está associada ao saber-fazer, ou seja, à capacidade de aplicar o conhecimento adquirido (uso produtivo); a atitude é a dimensão do querer- saber - fazer, que diz respeito aos aspectos sociais e afetivos relacionados ao trabalho (ARAÚJO, 2010, p. 46).

Tanto é assim que, ao evidenciar alguns desses componentes, Oda e Marques (2008, p. 105) não os diferencia e os exemplifica como competências, habilidades e atitudes desse futuro profissional: “aprendizagem permanente, tomada de decisões, empreendedorismo, adaptabilidade situacional, trabalho em equipe, liderança e delegação, negociação e mudança, visão estratégica e multidimensional e atuação ética com responsabilidade social”. Logo, os conteúdos abordados no curso de Administração precisam contemplar aprendizagens a fim de que estes elementos sejam evidenciados.

Embora Oda e Marques (2008) não dividam as competências, habilidades e atitudes, Zabala e Arnau (2014) as classifica na dimensão social, interpessoal, pessoal e profissional. Pode-se dizer, dessa maneira, que há competências que são gerais e competências que são específicas. Ao abordar as competências e habilidades de um administrador, ressalta-se que, na dimensão profissional, como aferem Zabala e Arnau:

[...] o indivíduo deve ser competente para exercer uma tarefa profissional adequada às suas capacidades, a partir dos conhecimentos e habilidades específicas da profissão [...], contudo, sem se esquecer das competências gerais que perpassam a integralidade

do ser humano e, nesse caso, há de se apontar que, no âmbito dos conteúdos dessa formação, [...] as competências deverão incluir os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais a fim de não valorizar, apenas, os conhecimentos técnicos. (ZABALA; ARNAU, 2014, p. 98).

Assim, em paralelo ao que está prescrito pelas DCNs como competências da formação de um administrador, além das competências gerais, há as competências específicas da profissão quanto ao que o mercado exige deste profissional. Nesse caso, aponta-se quinze competências, que Martins-Silva, Silva e Silva Júnior (2016, p. 124) reuniram como forma de revisão de literatura dos autores Kilimnik, Sant'anna e Luz (2004) e Sant'anna, Moraes e Kilimnik (2005), para a construção de seu instrumento de coleta de dados a fim de identificar e analisar a visão dos administradores inscritos no Conselho Regional de Administração do Espírito Santo (CRA/ES) acerca do processo de formação de competências que são requeridas pelo mercado de trabalho.

(1) domínio de novos conhecimentos técnicos associados ao exercício do cargo ou função ocupada; (2) capacidade de aprender rapidamente novos conceitos e tecnologias; (3) criatividade; (4) capacidade de inovação; (5) capacidade de comunicação; (6) capacidade de relacionamento interpessoal; (7) capacidade de trabalhar em equipes; (8) autocontrole emocional; (9) visão de mundo ampla e global; (10) capacidade de lidar com situações novas e inusitadas; (11) capacidade de lidar com incertezas e ambiguidades; (12) iniciativa de ação e decisão; (13) capacidade de comprometer-se com os objetivos da organização; (14) capacidade de gerar resultados efetivos; e (15) capacidade empreendedora. (MARTINS-SILVA, SILVA; SILVA JÚNIOR, 2016, p. 124).

A experiência de vida do futuro administrador analisada na pesquisa de Martins-Silva, Silva e Silva Júnior (2016) apresentam dados em relação a esta variável, apontando, com maior ênfase, para o desenvolvimento de competências exigidas pelo mercado contemporâneo quanto à capacidade de trabalhar em equipe, capacidade de relacionamento interpessoal e a capacidade de comprometer-se com os objetivos da organização.

A experiência de vida, nesse caso, pode ser abordada pela instituição de ensino nos cursos de Administração em atividades que façam com que o estudante que, por ventura, não tenha essas capacidades desenvolvidas, possa experimentá-las e praticá-las ao longo do curso, por meio de metodologias de ensino que as oportunize e as promova. Dessa maneira, essas experiências farão parte de seu conhecimento prévio para serem retomadas ao longo da sua formação e, posteriormente, em sua carreira profissional. Portanto, entende-se que o perfil profissional indicado nas diretrizes, aliado às competências profissionais e os campos

interligados de formação propostos pelas DCNs, fornecem, portanto, subsídios para elaboração do projeto pedagógico, considerando as peculiaridades e o contexto do curso, além de diretrizes pedagógicas para o processo de ensino e aprendizagem e desenvolvimento de competências do educando.

3 ENSINO E APRENDIZAGEM

3.1 TEORIAS DA APRENDIZAGEM

A educação para o século XXI demanda mudanças em diferentes contextos, dentre os quais podemos destacar as de ordem da formação do sujeito que, atualmente, deve ser perseguida em função de uma perspectiva acadêmica, pessoal e social, isto é, de maneira integral e interdimensional, estendendo-se ao longo da vida do sujeito (DELORS *et. al.*, 1999; SILVA, 2019). Uma proposta que caminha em oposição à praticada em tempos anteriores, isto é, sob uma perspectiva fragmentada.

Logo, a educação no século XXI, mediante essa demanda de mudanças na formação escolar, requer o desdobramento nos diferentes elementos que envolvem a prática de ensino e aprendizagem. Dentre essas mudanças, no que se refere ao estudante e a aprendizagem, preconiza-se que se dê de forma autônoma, solidária e competente, isto é, que englobe as dimensões que compõem o ser humano. Quanto ao professor e o ensino, projeta-se que promovam condições para que essa formação interdimensional se efetive.

Por certo, essa mudança de pensamento foi influenciada por diferentes teorias de aprendizagem, repercutindo em processos cognitivos dos educandos, na interação entre os pares e nos papéis desempenhados no ensino e aprendizagem. Aspectos que, por sua vez, modificam a dinâmica desse processo enquanto metodologias de ensino e todo o aparato pedagógico que as configura, tais como, recurso pedagógico e tecnológico, avaliação pedagógica que destacam processos mentais ativos ao invés de memorização de conhecimento.

No campo educacional, por muito tempo a educação foi concebida como uma prática social em que o saber era transmitido do professor para o estudante por meio da exposição dos conteúdos e conhecimentos dos quais os estudantes se apropriavam do mesmo modo e no mesmo tempo. Nesse contexto, as diretrizes educacionais voltavam-se para o estabelecimento de conteúdos exigidos para cada etapa de ensino e o professor era o centro do processo de ensino e aprendizagem, uma vez que ele era o responsável por ela, o chamado Modelo de Escola Tradicional (OLIVEIRA, 2019). Nesse sentido, as teorias de aprendizagem, segundo Zanella (2003), eram baseadas em moldar comportamentos (estímulo condicionador do meio em que o

sujeito vive), uma corrente teórica conhecida como Behaviorismo, dos pensadores Pavlov e Skinner. Assim, o professor era o responsável por estimular (condicionar) uma aprendizagem (resposta), dando todas as condições para tanto, o que não necessariamente significava que desencadearia, segundo a autora, uma aprendizagem definitiva.

Seguindo essa linha de pensamento sobre a aprendizagem de forma tradicional como marca de estímulo e resposta, mas por uma perspectiva social (Construtivismo), Zanella (2003) explica a teoria da aprendizagem social na qual ela só decorre do reforço (aprendizagem) por imitação de comportamentos. Portanto, o ambiente social em que o sujeito está inserido, nesse caso, a escola, tem que prover estímulos de forma que o aprendiz os imite. Necessário expor que, embora o social tenha sido um ambiente em que diferentes formas de aprendizagem acontecem, apenas, o meio é levado em conta para desencadear aprendizagens, e não o sujeito inserido neste meio. Nesse sentido, alguns conceitos contidos no ideário do movimento da Escola Nova, em contraposição à escola tradicional dos idos de 1932, guardam ainda, relevância e atualidade com os critérios de qualidade de uma formação do indivíduo para a atuação em sociedade. Essa concepção de educação colocava “[...] no centro do processo os interesses do indivíduo – e não necessariamente das classes – para que o conhecimento escolar estivesse estritamente vinculado ao meio social ideal, mas de modo humano, solidário” (OLIVEIRA, 2019, p. 43). Dessa maneira, levava em consideração que o ensino e a aprendizagem deviam se ancorar na assertiva de que se aprende fazendo e sob uma perspectiva integral. Logo, o educando passa de receptor de informações a produtor de conhecimentos, concebido como protagonista de sua aprendizagem, um ser autônomo e com experiências e conhecimentos prévios à disposição do aprender, tendo, no professor, um mediador para tanto. Nesse caso, conforme reconhece Oliveira (2019), as metodologias ativas entram como forma de atender a esses anseios, devidos às suas características de processos ativos de produção do saber.

Zanella (2003), nesse contexto, apresenta a teoria da aprendizagem cognitiva (Cognitivismo) de Piaget que introduz elementos na prática pedagógica em que se deve observar que desafios precisam ser estimulados e propostos pelo professor para que o estudante tenha condições de pensar por si só e, por consequência, aprender por si, mediante a necessidade de modificar o conhecimento da forma como ele recebe e, assim, aplicar ao longo de sua vida. Portanto, dessa teoria pode se depreender que uma aprendizagem deve ser colocada à disposição

de forma contínua, pois a modificação na estrutura cognitiva passa a ser adaptada ao contexto de aprendizagem.

Diferente da teoria da aprendizagem social, em que o meio é o reforço para a aprendizagem, a teoria da aprendizagem sociointeracionista, de Vygotsky, segundo La Rosa (2003), acrescenta a interação como forma de demarcar aprendizagens. Assim, nessa teoria, o processo e não o produto da aprendizagem é importante de serem observados, bem como sua origem social e seus elementos mediadores. A partir dessa teoria de aprendizagem, percebe-se que o papel da aprendizagem não se encerra mais no professor, todavia, ele é o mediador das aprendizagens relacionadas à interação com o meio social.

Por fim, a Teoria da Aprendizagem Significativa (AUSUBEL, 2000), isto é, uma forma inicial de ampliar estruturas mentais cognitivas já existentes na qual, o estudante parte de suas próprias experiências. Portanto, como portador de conhecimentos prévios acerca de situações, maneiras próprias de resolver problemas e propor soluções, o estudante acrescenta novas aprendizagens às estruturas cognitivas já existentes como forma de demarcar sua participação no processo de aprendizagem e não, apenas, de receber e reter informações. O estudante, nesse caso, é um ser ativo no processo de aprendizagem.

Por conseguinte, percebe-se que a evolução do aspecto fragmentado para um aspecto mais amplo de formação, advindo das teorias de aprendizagem que balizam essa evolução, são necessárias para dar suporte a uma prática pedagógica comprometida com o desenvolvimento pleno do sujeito em aspectos acadêmicos, teóricos e práticos, pessoais e sociais, conforme requer uma aprendizagem por competências. Nesse cenário de evolução de teorias de aprendizagem, há ainda que se destacar que a inserção das tecnologias na educação foi uma maneira, tanto de acompanhar as mudanças requeridas nesse contexto, quanto de promover a visão da aprendizagem, antes centrada no professor e, atualmente, centrada nos estudantes para uma formação por competências.

Conforme aponta Almeida (2018, p. 10), as diferentes metodologias de ensino e aprendizagem que utilizam as TDIC “[...] empregadas para interagir, criar, estabelecer relações e aprender” contribuem para que o estudante, além de quebrar fronteiras entre o espaço virtual e o espaço físico, sejam mediados na aprendizagem de maneira significativa, acrescentam novos conhecimentos e facilitam o processo pelo fato de que modificam espaços e tempos de aprendizagem.

3.2 APRENDIZAGEM POR COMPETÊNCIAS

O debate sobre a aprendizagem por competências, no Brasil, veio marcado pela influência dos discursos do Banco Mundial e da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico que emergiram da ideia de que a aprendizagem não deve ensinar apenas a aquisição de conhecimentos, mas também de competências e habilidades que sejam colocadas à disposição da sociedade e da prática social do trabalho, como forma de demarcar a necessidade de formação em um aspecto mais amplo dessa prática (Oliveira, 2019). O que, para Zabala e Arnau (2014) pode contribuir substancialmente para a melhoria da educação, indo contra ao reducionismo desta como prática de memorização de conteúdos e sem aplicação na vida real.

O desenvolvimento de competências e habilidades está intimamente ligado ao processo de ensino aprendizagem. Assim, qualquer iniciativa no meio acadêmico, visando o desenvolvimento destas, passa pela discussão em torno deste processo educativo. Nesse sentido, Zabala e Arnau (2014) salientam que, como processo educativo, a aprendizagem por competências deve abarcar os âmbitos sociais, interpessoais, pessoais e profissionais de desenvolvimento, contribuindo para a formação integral do estudante. Aprender por competências, portanto, não equivale a um processo educativo pautado, apenas, na aquisição de conhecimentos, mas estes e todos os outros aspectos de aprendizagem que ele pode ensinar.

Se a aprendizagem por competências envolve aspectos não só, mas também, condizentes com a escola e intrínsecos ao estudante, enquanto pessoa que se relaciona com outras pessoas em contextos sociais e profissionais, logo, ensinar e aprender por competência deve envolver experiências reais. Analogicamente, pode-se associar essa questão das experiências reais com a característica de que ensinar e aprender por competências incide, também, sobre aplicar conteúdo para desenvolver competências a partir de situações e problemas reais, conforme aferem Zabala e Arnau (2014). Por exemplo, no curso de Administração, o desenvolvimento de um plano de negócios, como conteúdo de alguma disciplina integrado ao contexto de uma empresa real que pode desencadear uma competência desenvolvida pelo graduando a partir de sua formação.

Entretanto, Zabala e Arnau (2014) ressaltam que os conteúdos não esgotam as possibilidades para ensinar e aprender por competências, e que elas não são antagônicas aos

conhecimentos, mas ser competente significa utilizar os conhecimentos de maneira relacionada às habilidades e atitudes, isto é, essencialmente ser funcional. O que, no caso do exemplo acima, o conteúdo poderia ser flexibilizado em função de responder a algum problema social para alavancar competências que vão desde trabalhar em equipe, ter iniciativa e proatividade, até a tomada de decisão para solucionar problemas complexos na resolução deste problema social. Ou seja, uma visão centrada, antes, no conteúdo, passa a ser uma visão centrada no estudante, pois ele utilizará seus processos mentais como competência para solucionar um problema real, como faz em contextos reais de vida em que ele utiliza seus conhecimentos comuns para empregar na resolução de algum problema particular.

Assim, aprender por competências não implica em, apenas, deixar de centrar no conteúdo e centrar a aprendizagem no estudante. Todavia, centrar nos processos mentais ativos que o estudante pode produzir, ao invés de passivos em que o estudante recebe informações prontas.

As TDIC, nesse caso, auxiliam no desenvolvimento de competências, pois, segundo Almeida (2018, p. 10), de suas conexões, “[...] surgem novos modos de expressar pensamentos, sentimentos, crenças e desejos por meio de uma diversidade de tecnologias e linguagens midiáticas [...]” capazes de alcançar o desenvolvimento de competências nas dimensões cognitivas e socioemocionais, tais como a criatividade, a iniciativa, a adaptabilidade em diferentes contextos, conforme requer as DCNs para o curso de Administração.

4 METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Considerando o estudante como a figura central do processo de aprendizagem, Moran (2015, p. 18) define metodologias ativas como “[...] pontos de partida para avançar para processos mais avançados de reflexão, de integração cognitiva, de generalização, de reelaboração de novas práticas”, equivalendo ao seu papel desempenhado no processo educacional.

Conforme assume a LDB, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a educação ocorre e decorre de diferentes espaços que perpassam a vida do educando (escola, família, trabalho, práticas sociais) na qual ele é o sujeito e o centro da perspectiva de aprendizagem.

Dessa maneira, compete ao professor, como mediador do processo de aprendizagem, a reelaboração de novas práticas, evidenciando inovações no âmbito do currículo, das metodologias, dos recursos de ensino e aprendizagem (SILVA, 2019). Conforme reconhece Moran (2015, p. 19), “[...] nas metodologias ativas de aprendizagem, o aprendizado se dá a partir de problemas e situações reais; os mesmos que os alunos vivenciarão depois na vida profissional, de forma antecipada, durante o curso”. Logo, as metodologias ativas podem dar suporte para tanto de forma a integrar teoria e prática (MORAN, 2014; OLIVEIRA, 2018), sendo o estudante o centro do processo de seu desenvolvimento pautado em competências, habilidades e atitudes advindas de situações reais que perpassam sua vida.

Conforme ressalta Behrens (2000, p. 103, grifos do autor), a inovação das metodologias ativas não está no fato do tempo e espaço do ensino e aprendizagem ser virtual ou remoto, com base na tecnologia, mas na “[...] maneira como o professor vai se apropriar destes recursos para criar projetos metodológicos que superem a *reprodução* do conhecimento e levem à *produção* do conhecimento”, o que implica na elaboração de novas práticas.

A relação entre reprodução e produção de conhecimentos que define metodologias ativas como ferramentas do processo de ensino e aprendizagem deve transparecer em práticas educacionais de base presencial, a distância, ou remota demarcando, além dos outros aspectos de sua concepção, a reelaboração de novas práticas. Neste sentido, os modelos híbridos de aprendizagem em nível individual, grupal ou tutorial como descreve Moran (2015), podem

acelerar aprendizagens sempre orientadas ou supervisionadas, considerando o protagonismo do estudante.

O fato é que uma prática pedagógica que utilize as metodologias ativas como inovação engendra características que se referem à manutenção, ou não, do modelo curricular predominante das disciplinas, todavia, tendo maior envolvimento do estudante em seu processo de aprendizagem, sendo classificadas, por Moran (2015), como mudanças suaves, quando se mantém o modelo curricular; e profundas, quando rompem com a organização por disciplinas. Portanto, essa característica de inovação da prática pedagógica, como característica da ABP, engendra a flexibilização do acesso ao saber, colocando o estudante como protagonista de sua aprendizagem e o professor como mediador e facilitador desta (MORAN, 2000).

São exemplos de metodologias ativas no percurso de mudanças progressivas/suaves, indicada por Moran (2015, p. 15) “[...] o ensino por projetos de forma mais interdisciplinar, o ensino híbrido ou *blended* e a sala de aula invertida”. Essas metodologias estão fazendo parte das reflexões que assegurem uma formação escolar que extrapole a visão de sequenciamento, isto é, de passar entre os níveis de educação. Contudo, uma formação que garanta uma aprendizagem que contribua para que o estudante saiba como aprender, como fazer e como interagir com os envolvidos no processo de aprendizagem.

Quanto à metodologia ativa baseada em projetos, Moran (2015) cita as seguintes estratégias que consideram o ensino e a aprendizagem colaborativa, dentre outros exemplos, o método *Project Based Learning* (PBL), isto é, a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) e o *Team-Based Learning* (TBL) que oportunizam aprendizagens individuais e coletivas, desviando o foco de aprendizagem do professor para o estudante.

Neste trabalho, a ABP será a estratégia da metodologia ativa que fundamentará as discussões que evidenciam o desenvolvimento de competências e habilidades do curso superior de Administração de forma a atender o que preconiza as DCNs.

4.1 APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS E MEDIADA POR TECNOLOGIA

A aprendizagem baseada em projetos é individual e colaborativa definida por Moran (2018, p. 42) como “uma metodologia de aprendizagem em que os alunos se envolvem com tarefas e desafios para resolver um problema ou desenvolver um projeto que tenha ligação com

a sua vida fora da sala de aula”. Nessa metodologia, dessa maneira, há um engajamento maior dos educandos pelo fato de que sua abordagem pode tornar a aprendizagem desafiadora em um contexto inerente à vida dos estudantes.

Nesse sentido, a APB considera as premissas de educação para e no século XXI de maneira a ressaltar o acompanhamento das transformações sociais, econômicas e tecnológicas ocorridas para contribuir com a formação de cidadãos de maneira integral/interdimensional com uma prática proativa de atuação social e profissional, demarcando suas competências, habilidades e atitudes desenvolvidas na sua formação acadêmica a partir da relação entre a teoria e a prática.

Tanto é assim que Behrens (2000, p. 104) defende uma visão de educação a partir de um paradigma emergente, ou seja, uma “[...] proposição de aliança entre a abordagem progressista, o ensino e a pesquisa e a visão holística”. Uma visão que converge para as perspectivas educacionais do e para o século XXI, na qual as metodologias ativas de ensino e aprendizagem, o aprender individual e aprender com, para e a partir do outro são alternativas para o desenvolvimento de competências e habilidades. O autor sugere, nesse sentido, que o professor aborde a ABP, uma vez que os estudantes podem ressaltar as aptidões e competências a serem desenvolvidas com essa abordagem no âmbito individual ou coletivo.

Ou seja, o projeto pode ser colaborativo, mas sua proposição pode angariar competências e habilidades individuais da mesma maneira, reverberando em diferentes aspectos da formação do estudante como sujeito, seja na área do conhecimento, da relação com o outro, da ética, do profissionalismo, entre outros elementos da formação plena humana que perpassa a prática social e a qualificação para o trabalho, conforme, ainda, estabelece a LDB, sobre os princípios e fins da educação nacional.

Moran (2015; 2018) afere que a interdisciplinaridade é uma das características da ABP em que o projeto pode ser desenvolvido. Nesse contexto, pelo fato de que as decisões e as ações estabelecidas são provenientes dos estudantes, essa característica demarca o desenvolvimento e a integração de competências e habilidades em diferentes aspectos e áreas de conhecimento.

Assim, pode-se aprender aspectos da Teoria da Administração, por exemplo, por meio dessa metodologia de ensino e aprendizagem, a partir do trabalho em equipe que, por sua vez, possibilita o desenvolvimento da habilidade de trabalhar em conjunto, de propor soluções, inovações e melhorias por meio de uma visão sistêmica da empresa, conforme Chiavenato

(2014) salienta, indo contra ao que Lopes (2006) aponta como fragilidade de uma formação, isto é, o aspecto fragmentador, que não considera aprendizagem de procedimentos e atitudes.

Nesse caso, há de se aferir que as metodologias ativas abordadas no processo de ensino e aprendizagem devem ser analisadas levando em conta os estilos de aprendizagem individual e advindos da interação com o outro. Moran (2014; 2015) salienta que o projeto a ser desenvolvido deve se orientar por um equilíbrio entre o tempo pessoal e colaborativo de ensino e aprendizagem. No caso do uso da tecnologia, constata-se que ela pode desempenhar um papel importante no equilíbrio dos espaços de aprendizagem, uma vez que possibilita o aprendizado fora da sala de aula, sozinho ou em colaboração. Conforme orienta Almeida (2018) as plataformas disponíveis na internet possuem um potencial informativo, instrutivo e formativo que auxilia a aplicação da APB, propiciando “o intercâmbio de ideias, concepções, experiências e culturas, o desenvolvimento de produções colaborativas, a participação em projetos de cooperação, a aprendizagem, a organização de movimentos sociais locais ou globais, a criação e publicação de informações” (ALMEIDA, 2018, p. 11). Dessa forma, o uso de recursos tecnológicos, em apoio às metodologias ativas de aprendizagem requerem o planejamento adequado e adaptado a cada contexto pedagógico.

Nesse sentido, descreve-se, na tabela a seguir, alguns recursos tecnológicos que podem dar suporte à ABP, adaptado ao contexto do desenvolvimento, individual e colaborativo, de competências e habilidades de um curso de Administração.

Tabela 1. Recursos tecnológicos que dão suporte à aplicação da ABP

Recursos tecnológicos	Características	Aplicabilidade
<i>Google Classroom</i>	Plataforma com um ecossistema destinado ao ensino fundamental e superior com feedback em tempo real.	Videoconferências. Upload de material. Criação de atividades, testes e formulários.
<i>Google Drive</i>	Aplicativo do ecossistema do <i>Google</i> que permite a visualização de arquivos remotos em ambiente virtual.	Desenvolvimento de trabalhos/projetos individuais/colaborativos.
<i>Google formulário</i>	Aplicativo do ecossistema do <i>Google</i> que permite criar questionários de pesquisa com tabulação imediata dos resultados.	Pesquisas em geral.
<i>Canvas empresarial</i>	Plataforma de gerenciamento estratégico de plano de negócios.	Modelos de telas de gerenciamento de negócios.
<i>Excel</i>	<i>Software</i> de design de planilhas diversas.	Planilhas organizacionais para fins pessoais e empresariais.

Fonte: o autor (2020).

Assim, destaca-se a importância do planejamento da metodologia ABP, de acordo com suas características a fim de que, com sua aplicação, os objetivos traçados a partir de sua abordagem sejam alcançados.

4.2 ESTRUTURA DE APLICAÇÃO DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS

Dentre os modelos que os projetos podem ser desenvolvidos a partir da ABP, Moran (2018) exemplifica o exercício-projeto, que ocorre com a aplicação em uma única disciplina. O componente-projeto, quando há desenvolvimento independente/não articulado com as outras disciplinas de maneira que se apresenta como uma atividade acadêmica, apenas, também é outro modelo de projeto. Além desses, a abordagem-projeto, que se desdobra como atividade entre duas ou mais disciplinas, demonstrando seu caráter interdisciplinar. E, por fim, o currículo-projeto, quando as disciplinas dão lugar e os conteúdos ficam à disposição do projeto.

Por certo, os modelos de projetos são escolhidos a partir dos objetivos que se pretende alcançar a partir de sua abordagem. Ainda segundo Moran (2018), quando essa escolha é pautada nos objetivos do seu desenvolvimento eles podem assumir a forma de um projeto construtivo, tendo a função de criar algo novo ao longo do processo ou no resultado, mas também pode ser investigativo, quando se utiliza de técnicas científicas para pesquisar uma situação; e, ainda, explicativo, quando visa responder questionamentos tais como “para que” e “como”.

Existem atividades a serem desenvolvidas para que a abordagem por projetos se configure como tal. Moran (2018), nesse sentido, descreve que o desenvolvimento de projeto precisa engendrar atividades para motivação e contextualização, a fim de que os estudantes se envolvam emocionalmente, se sintam desafiados e se comprometam em realizá-lo. Além disso, atividades de *brainstorming* estimulam a criatividade dos estudantes, conduzindo-os para a consolidação de suas próprias ideias para a execução do projeto a partir de processos colaborativos.

Ademais, deve ser contemplado, no projeto, atividades de organização, isto é, no estabelecimento de tarefas, nos recursos a serem utilizados e nas responsabilidades de cada um,

no grupo, isto é, no planejamento em si. Outras atividades que devem ser contempladas na abordagem da ABP são as de registro e reflexão, em que o processo avaliativo perpassa a sua condição de autoavaliação e avaliação dos colegas, decorrente das reflexões sobre as escolhas dos recursos e processos para a execução do mesmo e da possível demanda de modificá-los.

As atividades de produção também devem fazer parte do planejamento do professor quando a abordagem metodológica for a ABP, pois elas, efetivamente, ensejam a relação entre teoria e prática, uma vez que os educandos aplicam suas aprendizagens para gerar o projeto e suas etapas. E, por fim, as atividades de apresentação e/ou publicação do produto, que pode decorrer da celebração e, também, da avaliação final (MORAN, 2018). Parte importante do planejamento da aplicação da metodologia ABP deve ser destinada a definição das tecnologias que serão utilizadas tanto para elaboração do projeto quanto para o processo de comunicação entre estudantes, professores e mentores, quando for o caso. Existem algumas possibilidades ofertadas por empresas de tecnologia educacional que oportunizam essa interação, tais como a plataforma *google classroom*, a plataforma de modelos empresariais *Canvas* e o Excel.

Sob a ótica das características dessa abordagem de ensino, ressalta-se que ela deve buscar o desenvolvimento de um produto. Um produto que, não necessariamente, precisa ser um objeto concreto, mas, pode ser também uma ideia, uma campanha ou uma teoria, segundo Moran (2018). No que concerne a relação do produto ou do processo como metodologia ativa, Moran (2015) destaca outra característica da ABP pautada no equilíbrio que se deve observar quanto ao produto (projeto) estar associado à vida do educando para que ele desenvolva competências e habilidades de maneira participativa e processual. Competências, tais como as de pensar crítica e criativamente, bem como de perceber que há outras maneiras de realizar uma mesma tarefa (Moran, 2018), dando origem ao pensamento autônomo e competente.

Ou seja, o estudante que aprende por meio de ABP tem condições mais amplas de associar a teoria com a prática e de se desenvolver individual e socialmente, uma vez que ele vivencia a teoria em situações reais e, para tanto, participa do processo de aprendizagem se propondo a solucionar problemas e enfrentar desafios individualmente ou em grupo quando divide as tarefas com membros da equipe envolvida no projeto.

Tomando essa perspectiva de desenvolvimento de competências e habilidades de maneira participativa e processual como outra característica da ABP, podemos perceber que o ensino não é unilateral, mas mediado e a aprendizagem não é produto, mas processo, tal como

ocorre na vida cotidiana. Por isso fica mais motivador ensinar e aprender, desde que não se encare essas assertivas como modelos prontos e engessados, mas que esses aspectos sirvam de base para colocar em evidência sua real necessidade, de acordo com a realidade e objetivos a serem alcançados a partir da metodologia baseada em projetos.

Uma metodologia que, como forma de inovar no ensino de graduação de um curso de Administração, será abordada tanto para diferenciar práticas pedagógicas arcaicas quanto para desenvolver outras competências e habilidades apenas de ordem técnica, no âmbito do conhecimento, mas de ordem ampla neste contexto, como demanda a reformulação do ensino deste futuro profissional. Até porque, a sociedade transformou-se e, dessa maneira, o ensino precisa acompanhar suas finalidades em função das necessidades sociais.

4.3 VANTAGENS E LIMITAÇÕES DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS

As vantagens dessa metodologia de ensino, segundo Moran (2015), podem ser percebidas no âmbito da flexibilidade dos tempos e espaços de aprendizagem, que podem ser redimensionados, principalmente, se a perspectiva dessa metodologia envolver a questão híbrida deste ensino (virtual e presencial). Além de apresentar determinado conteúdo curricular de maneira relevante e promover uma abordagem não convencional de ensino e aprendizagem que a torne enfiada e sem ligação com a realidade, ela também promove a observação dos diferentes estilos de aprendizagem individual e coletivo dos ambientes pedagógicos utilizados.

A flexibilidade, tanto do acesso ao saber quanto do tempo e espaço da aprendizagem, uma de suas vantagens, destaca-se no modo como cada estudante alcança o saber, isto é, decorrente de descobertas, de questionamentos investigativos e da proposição de resolução de problemas (MORAN, 2018).

Contudo, de forma a demarcar as dificuldades da implantação das metodologias ativas o número de estudantes de uma sala de aula deve ser considerado como fator limitante, entretanto os recursos tecnológicos são ferramentas que ampliam as possibilidades de manejo e gerenciamento de projetos. Neste sentido, o planejamento do professor é essencial para prevenir problemas de sua implantação quanto ao nível de conhecimento, adequação do currículo e interesse dos estudantes que, pode variar em questão de temas, demandando, nesse caso, que o professor flexibilize em parte, o componente curricular (MORAN, 2018).

Um dos aspectos que pode eliminar essa desvantagem encontra-se no fato de que, se a turma for numerosa, ou as aulas forem remotas ou virtuais, grupos podem se encontrar em videoconferências para distribuir as tarefas, discutir as proposições do projeto de maneira a demarcar seu engajamento com as atividades propostas por eles mesmos.

Assim, para descrever e verificar a efetividade do uso da metodologia ativa por meio da estratégia da elaboração e desenvolvimento da ABP como forma de integrar o currículo e o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes de um curso de Administração, foi executado um estudo de caso na Faculdade de Guaratinguetá – FACEG.

5 METODOLOGIA DE PESQUISA

Metodologia é o estudo de métodos utilizados para realizar uma pesquisa. A pesquisa científica, nesse caso, é o produto “[...] formal e sistemático de desenvolvimento do método científico” (GIL, 2011, p. 26), desdobrando-se, por sua vez, quanto aos objetivos da pesquisa e os procedimentos de coleta de dados e sua abordagem de análise.

Essa pesquisa, quanto ao objetivo, é descritiva, pois visa descrever, entre outros aspectos, “[...] o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2011, p. 28). Nesse caso, a descrição da relação entre as variáveis concernentes à abordagem de uma metodologia de ensino e aprendizagem ativa com o desenvolvimento de competências e habilidades de uma disciplina do curso de Administração da FACEG.

Quanto aos procedimentos científicos para sua realização ela classifica-se como bibliográfica, pois, a partir da leitura de livros e artigos científicos, construiu-se o referencial teórico (GIL, 2011). E estudo de caso, pelo fato de que seus procedimentos são caracterizados como estudos investigativos empíricos e contextualizados de um fenômeno, no qual o pesquisador é também sujeito e objeto de pesquisa (YIN, 2010), podendo ocorrer em “[...] uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social (GIL, 2011, p. 17).

Quanto à abordagem de análise de dados, ela é qualitativa e quantitativa. A análise de dados se deu em duas etapas: primeiramente, na disciplina chamada de Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais, da FACEG, com abordagem qualitativa sobre o planejamento do professor, que abordou a ABP como capaz de desenvolver competências e habilidades prescritas pelas DCNs.

Em segundo lugar, uma abordagem quantitativa sobre os dados colhidos a partir do questionário elaborado (Apêndice A) com perguntas fechadas e abertas e aplicado ao público alvo de 30 graduandos matriculados nos 4º, 5º e 6º períodos do curso de Administração da IES pesquisada, no segundo semestre de 2019, sobre sua percepção das competências e habilidades desenvolvidas a partir da ABP como metodologia de ensino.

A aplicação deste instrumento foi feita a partir do envio da ferramenta *google forms*. Uma ferramenta que permite criar formulários a serem respondidos para um grupo de pessoas

destinadas previamente e que evidencia os resultados em tempo real às respostas dos entrevistados por meio de tabulação. Com base neste instrumento, obteve-se um quantitativo de 27 estudantes respondentes, equivalente a 90% do universo pesquisado.

6 ESTUDO DE CASO

Para o estudo investigativo empírico e contextualizado do fenômeno aprendizagem de competências e habilidades prescritas pelas DCNs, foi escolhido o curso de Administração da Faculdade de Administração Guaratinguetá (FACEG), que pertence ao Grupo Mantenedor “União das Instituições Educacionais de São Paulo” (UNIESP) S.A, localizada em São Paulo, mais especificamente sobre a disciplina Projeto Integrador.

Essa disciplina tem como proposta metodológica a integração de conteúdos objetivando a aplicabilidade do conhecimento teórico em situações reais. Esta proposta metodológica pretende materializar, na prática acadêmica, a construção e o desenvolvimento de competências que as DCNs dos cursos de graduação preconizam, bem como, as que o mercado de trabalho requer de seus futuros profissionais.

Na FACEG, essa disciplina é intitulada “Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais” e ocorre semestralmente, um encontro por semana com duração de 4 horas (de 19h às 22h), com o intuito de integrar as disciplinas de Planejamento Estratégico, Diversidade Humana, Administração de Produção, Contabilidade de Custos e Gestão de Pessoas, que ocorrem concomitantemente no semestre em que ela é realizada.

Esse componente curricular, na IES pesquisada, não atende a nenhuma política institucional de desenvolvimento. O professor tem liberdade para conduzir o planejamento e execução dessa disciplina, desde que desenvolva um projeto que estabeleça uma integração com as outras disciplinas do curso de Administração ao mesmo tempo em que desenvolva competências e habilidades prescritas para o curso em que está sendo desenvolvida, nesse caso, o curso de Administração.

A escolha do desenvolvimento de um projeto social, que seria desenvolvido e aplicado para oferecer uma festa para as crianças, como celebração de seu dia, na Escolinha “Gota de Leite”, uma escola da rede municipal de ensino de São Paulo que atende crianças extremamente carentes, para a disciplina de Projeto Integrador (PI), da IES, deu-se por dois motivos: primeiro, pelo fato de que os estudantes dessa disciplina, no segundo semestre de 2019, escolheram-no como produto e, segundo, pelo fato de que o professor da disciplina em questão, percebeu

que este produto estabeleceria a conexão entre o desenvolvimento de competências e habilidades prescritas no projeto pedagógico do curso de Administração da FACEG.

6.1 RESULTADOS

Quanto à análise qualitativa de dados sobre o planejamento do professor da disciplina Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais, da FACEG, destaca-se os aspectos de atendimento às atividades e características da metodologia abordada em função de promover o desenvolvimento de competências e habilidades prescritas pelas DCNs.

Para as orientações do desenvolvimento de projeto da disciplina, seguiu-se o roteiro do planejamento das aulas (Apêndice B) quanto à definição do tema e da problemática do PI e dos recursos tecnológicos a serem utilizados. Nessa fase, a escolha das tecnologias, tais como o *data show* e o notebook, contribuíram para que os estudantes pudessem visualizar os conceitos, previamente acessados na sala de aula remota do *Google Classroom*, a fim de colocá-los em prática em momento presencial.

O objetivo das aulas da disciplina Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais consistia em propor, por meio da metodologia ativa ABP, a elaboração e aplicação de um projeto a fim de integrar a teoria das disciplinas Planejamento Estratégico, Diversidade Humana, Administração da Produção, Contabilidade de Custos, Gestão de Pessoas e sua prática para o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes prescritas pelas DCNs. No âmbito da integração entre teoria e prática, em conformidade com o que preconizam Moran (2014) e Silva (2018), esse aspecto foi atendido, pois a abordagem da ABP foi planejada em aspectos pedagógicos e tecnológicos, bem como seguiu o modelo construtivo, de acordo com a classificação de Moran (2018).

No que se refere a este modelo construtivo, a partir da utilização da ABP, nas aulas da disciplina Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais, ressalta-se que a integração entre a teoria da disciplina Planejamento Estratégico com a prática do projeto decorreu da construção escrita do mesmo, na qual avaliando riscos e calculando os custos, ainda, se envolveu integração entre teoria e prática para Contabilidade e Custos, quando eles deveriam calcular a despesa em função da receita. Além disso, quando os estudantes se organizaram em grupos e, dividiram as tarefas entre os componentes, determinadas pelo líder escolhido para o

grupo. A integração entre teoria e prática decorreu das disciplinas de Administração da Produção, Gestão de Pessoas e Diversidades Humana, uma vez que, com a orientação de seu líder, eles mesmos deveriam, mediante suas diferenças, trabalhar em grupo para que suas produções evidenciassem a execução do projeto. Para tanto, os estudantes foram orientados a buscar informações com os outros professores das disciplinas envolvidas a fim de evidenciar conhecimentos específicos dessas áreas a serem contempladas no plano de negócios sobre a gestão dos recursos humanos, a logística, os materiais utilizados, o planejamento estratégico, o cálculo das finanças e dos custos da produção, bem como os riscos do negócio.

Para a construção de conhecimentos e flexibilização dos espaços e tempos para a aprendizagem, destaca-se a observância no planejamento pautado na ABP como metodologia de ensino ativa que promove o equilíbrio entre o tempo pessoal e colaborativo de ensino, entre a vantagem de ir contra à unilateralidade e a flexibilização do acesso ao saber, bem como da limitação da metodologia quanto ao número de estudantes de uma sala de aula, conforme orienta Moran (2018).

Como suporte tecnológico para essa metodologia, foram utilizadas as TDIC (*google classroom*) em função de promover interações, estabelecer as relações condizentes com o projeto a ser desenvolvido, conforme aponta Almeida (2018).

Em momento remoto/virtual de aprendizagem, os estudantes acessaram o material, antecipadamente, pelo aplicativo *google classroom*, uma sala de aula remota criada pelo professor para compartilhar material de consulta e construção de conhecimento, não sua reprodução, conforme adverte Behrens (2000). Nesse aspecto, o planejamento evidencia o reconhecimento do potencial informativo, instrutivo e formativo das plataformas de ensino remotas, que Almeida (2018) destaca como TDIC que favorecem a aprendizagem centrada no estudante. Assim, foram disponibilizados, antecipadamente, conteúdos teóricos relacionados à liderança e problemas sociais para acelerar aprendizagens individuais, sociais e grupais, conforme afere Moran (2015), objetivando promover o conhecimento prévio dos estudantes às aulas presenciais sobre essas temáticas para a futura construção do projeto.

Essa ação pedagógica do planejamento visava o desenvolvimento da capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se

profissional adaptável, pois eles fariam uso da tecnologia para trocar informações e promover desenvolvimentos individuais e grupais.

Por sua vez, em momento presencial, os estudantes foram orientados a se dividirem em cinco em grupos de seis membros, escolherem o líder do grupo para, então, discutir o tema e o problema do desenvolvimento do projeto, atividades que estavam previstas para a etapa 1 – definição do tema e da problemática do projeto a ser desenvolvido – no roteiro do planejamento para as aulas (Apêndice B), que desdobraria o plano de negócios para uma empresa. Esse plano de negócios, dessa maneira, tomou a forma de um produto, um projeto social.

Essa parte do planejamento visava promover o desenvolvimento de competências e habilidades prescritas pelas DCNs quanto a reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão, bem como desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais.

Nesse sentido, o planejamento previa, como atividade para a abordagem da metodologia ABP, a aplicação de *brainstorming*, conforme afere Moran (2018), responsável por desenvolver a competência da criatividade, pois a partir das ideias dos estudantes, sobre o produto a ser desenvolvido, suas escolhas seriam validadas por suas argumentações.

Além disso, a atividade de *brainstorming* engendra a motivação, promove a contextualização e o envolvimento emocional dos estudantes fazendo com que se sintam desafiados e comprometidos com o projeto (MORAN, 2018). Os aspectos visíveis no planejamento permitem o desenvolvimento de competências e habilidades na esfera pessoal, emocional e social a partir de uma situação real, contextualizada.

Assim, essa ação do planejamento visava promover o desenvolvimento de competências e habilidades prescritas pelas DCNs no que se refere a ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional.

No que concerne à etapa 2, do roteiro do planejamento de aula (Apêndice B), isto é, a elaboração do planejamento do trabalho, destaca-se, ainda, a interdisciplinaridade que Moran

(2018) classificada como característica da ABP, pois promove a integração entre mais de uma disciplina.

Nesta etapa, os estudantes buscaram informações com os professores e os conteúdos das disciplinas envolvidas na elaboração do projeto. Logo, demarca o desenvolvimento e integração de competências e habilidades em aspectos e áreas diferenciadas, bem como denota-se uma abordagem-projeto que visa a interdisciplinaridade. Essa ação pedagógica, tendo a ABP como metodologia que promove o desenvolvimento de competências e habilidades prescritas pelas DCNS associa-se ao desenvolvimento do raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais, pois os estudantes fariam uso dos conhecimentos das disciplinas integradas à realização do projeto a ser desenvolvido na disciplina Projeto Integrador.

Além disso, no que diz respeito ao item desta etapa quanto a definir as atribuições do papel de cada componente do grupo, essa atividade caracteriza o desenvolvimento de competências que Moran (2018) descreve quanto aos próprios estudantes se organizaram com a distribuição de tarefas e execução das mesmas, na metodologia ABP. E, no que concerne ao desenvolvimento de competências e habilidades prescritas pelas DCNs, ela visava promover o desenvolvimento de refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento.

A etapa 3, do roteiro do planejamento das aulas, previa a implementação do projeto. Para esta etapa, estabeleceu-se, ainda, que a escrita do projeto deveria ser iniciada, conforme se observa na figura 1.

Figura 1. Elaboração do plano de negócios



Fonte: Próprio autor (2019).

Como suporte para facilitar essa atividade, o professor, como mediador e facilitador da aprendizagem, fez, mais uma vez, o uso de tecnologia por meio de uma plataforma de gerenciamento estratégico de negócios, chamado *Canvas* (Apêndice C).

O uso dessa plataforma visava facilitar a aprendizagem da escrita de um projeto quanto aos seus aspectos primordiais na área de Administração, que vai de encontro ao desenvolvimento da competência e habilidade prescrita pelas DCNS quanto a desenvolver a capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações e da capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

Na etapa 4, do planejamento, que trata da aplicação do projeto, afim de que todas as ações previstas pudessem ser realizadas, os estudantes visitaram a entidade escolhida para a execução do projeto social e colheram dados sobre o público alvo, a quantidade de crianças e gênero, a fim de contabilizar os custos com o orçamento estabelecido para a aquisição de comidas, bebidas, decoração e brinquedos a serem entregues para cada criança. De posse das informações colhidas para a elaboração do plano de negócios, bem como das atribuições de cada componente do grupo de trabalho, obedecendo ao cronograma base, a aplicação do projeto

ficou prevista para o dia 12 de outubro de 2019. Dia para o qual foi planejado decorar o local com enfeites, entregar os brinquedos e promover as recreações, além de organizar a distribuição de comidas e bebidas (Figura 2).

Figura 2. Dia da aplicação do projeto



Fonte: Próprio autor (2019).

O cronograma base (Apêndice D), ainda, foi utilizado Da mesma forma, na etapa 5 – avaliação do projeto e desempenho dos alunos – pôde-se perceber e avaliar o desenvolvimento de competências e habilidades de maneira processual e participativa, conforme Moran (2018) ressalta.

A elaboração do Cronograma Base (Apêndice D) também envolveu o uso de tecnologia como suporte às atividades de registro e reflexão. Foram disponibilizadas, no *Google Classroom*, as planilhas de *Excel* para o registro das ações de cada membro do grupo e mecanismos de controle quanto a realização ou não de suas atribuições, o remanejamento de ações, entre outras questões passíveis de reflexão e reorganização. Dessa forma, oportunizou-se o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais relacionadas aos processos de avaliação e identificação de necessidades de mudanças de rotas, como ressalta Moran (2018). Embora o uso da tecnologia dê suporte para acelerar aprendizagens e desenvolver competências e habilidades, ressalta-se que, nesse caso, seu uso se colocou a favor

da ABP e favoreceu a percepção de que há diferentes maneiras de fazer a mesma tarefa (escrever o projeto). Isso, segundo Moran (2018), equivale ao desenvolvimento da criatividade e do pensamento crítico, autônomo e competente e visando promover desenvolvimento da competência e habilidade prescrita pelas DCNs quanto a ter iniciativa e criatividade, já abordada na primeira etapa do planejamento. Em síntese, o planejamento pedagógico para as aulas da disciplina Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais, evidenciou características e atividades da ABP para promover o desenvolvimento de competências e habilidades prescritas pelas DCNs. Dessa maneira, ressalta-se que, mesmo sem a IES possuir uma política para o desenvolvimento da disciplina Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais, o professor, ao abordar a ABP como metodologia de ensino, contribuiu para balizar o Projeto Pedagógico de Curso - PPC dessa IES considerando o desenvolvimento das competências e habilidades prescritas pelas DCNs. Esta prática pedagógica promoveu a inovação na metodologia de ensino sem alterar o currículo. Dessa forma, o professor acentua uma mudança na proposta metodológica, como aspecto reflexivo, ao manter a estrutura curricular incluindo características da metodologia ABP, cuja assertiva primordial coloca o estudante no centro da aprendizagem (MORAN, 2015).

Evidenciadas as atividades e pontos que caracterizam a metodologia ABP no planejamento das aulas da disciplina Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais como metodologia responsável por desenvolver competências e habilidades prescritas pelas DCNs do curso de Administração, inicia-se a apresentação dos resultados, a partir da coleta de dados pelo instrumento de pesquisa.

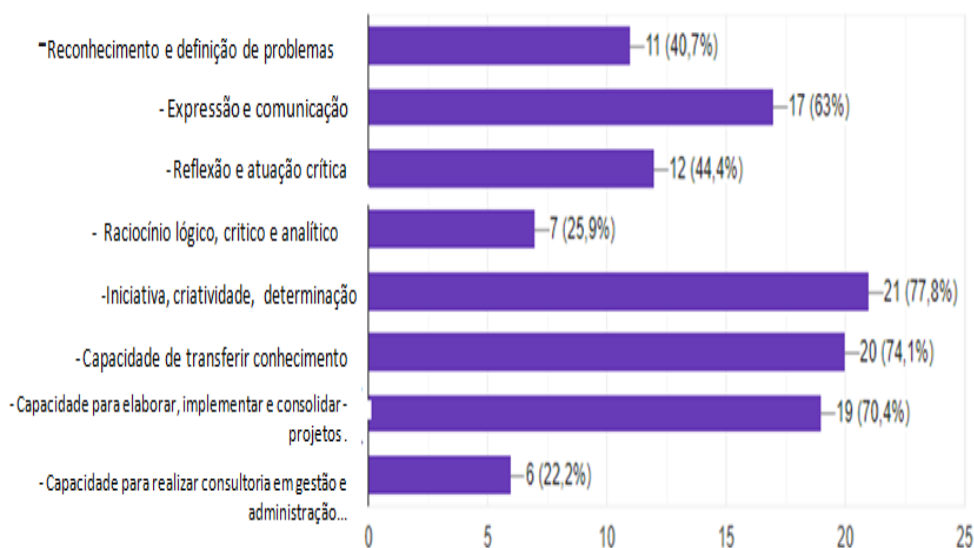
6.2 A PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS QUANTO AO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PRESCRITAS PELAS DCNS, A PARTIR DA METODOLOGIA ABP

Quanto à aplicação do questionário para averiguar se, na percepção dos alunos, as competências e habilidades prescritas pelas DCNs foram desenvolvidas a partir da ABP, a análise foi quantitativa, isto é, caracterizando-se pela representatividade numérica (GIL, 2011) com a mensuração dos dados colhidos pelo questionário aplicado à amostra de pesquisa e apresentado por meio de gráfico. Este instrumento foi aplicado na turma constituída de 30

graduandos matriculados nos 4º, 5º e 6º períodos do referido curso, no segundo semestre de 2019.

O universo pesquisado corresponde a 30 estudantes da disciplina Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais no ano de 2019. Deste universo, 27 responderam ao questionário, representando uma amostra de 90%. A caracterização da amostra de pesquisa consiste em estudantes com faixa etária entre os 20 aos 38 anos com predominância do gênero feminino. As DCNs elencam oito competências e habilidades que devem balizar o PPC de um curso de graduação. A partir do questionário de pesquisa aplicado, essas foram as competências e habilidades abordadas para que os estudantes apontassem a sua percepção como desenvolvimento a partir da ABP. O gráfico a seguir apresenta a representação numérica dos dados colhidos.

Gráfico 1 – Competências e habilidades desenvolvidas a partir da ABP



Fonte: Próprio autor (2020).

Como se pode observar no gráfico, todas as competências e habilidades prescritas pelas DCNs para o curso de Administração foram percebidas como desenvolvidas a partir da metodologia ABP pela amostra de pesquisa. Em primeiro lugar, aparece a quinta competência e habilidade prescrita pelas DCNS – ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das

implicações éticas do seu exercício profissional. Para esta variável, 77,8%, isto é, 21 estudantes a perceberam como desenvolvida, a partir da ABP.

Em segundo lugar, aparece a sexta competência e habilidade prescrita pelas DCNS, isto é, desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável. Perceberam-na como desenvolvida, a partir da ABP como metodologia, 74,1% dos educandos, o correspondente a 20 pesquisados.

Na sequência, a terceira competência e habilidade percebida pelos educandos como desenvolvida a partir da ABP foi a sétima prescrita pelas DCNS, ou seja, desenvolver a capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações, com 70,4%, equivalente a 19 entrevistados.

Em quarto lugar, com a observância de 17 estudantes, equivalente a 63% da amostra, a competência e habilidade percebida como desenvolvida, a partir da ABP, foi a segunda prescrita pelas DCNS – desenvolver a expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais.

Em quinto lugar, a terceira competência e habilidade prescrita pelas DCNs– poder refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento – foi percebida como desenvolvida pela minoria da amostra de pesquisa, a partir da ABP, isto é, 12 estudantes, que correspondem a 44,4% da amostra. Assim, não se pode deixar de ressaltar a característica dessa metodologia que converge para essa competência e habilidade, isto é, alcançar processos mais avançados de reflexão, conforme salienta Moran (2015) e que a coloca como recurso condizente para seu desenvolvimento. Com um montante de 11 pesquisados que equivalem a 40,7% da amostra, ressalta-se que a primeira competência e habilidade prescrita pelas DCNs foi percebida como desenvolvida, a partir da ABP, pelos estudantes. Isso converge para a competência e habilidade prescrita quanto ao reconhecimento e definição de problemas, equacionamento de soluções, pensamento estratégico, introdução de modificações no processo produtivo, atuação preventiva, transferência e generalização de conhecimentos e exercício, em diferentes graus de complexidade, do processo da tomada de decisão. Na sequência, o raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e



ISSN 2675-9128
DOI 10.51473

Volume 4 - Número 4
Abril de 2021

oportunizam e contribuem para o desenvolvimento das competências e habilidades prescritas para o graduando em Administração.

CONCLUSÃO

A formação acadêmica de um administrador é orientada por diretrizes curriculares que, por sua vez, balizam o PPC das IES em função de graduar profissionais, em aspectos teóricos e práticos, com, pelo menos, oito competências e habilidades que englobam as diferentes dimensões que compõem a integralidade do ser humano.

Para tanto, a teoria da aprendizagem Behaviorista, pautada na reprodução do conhecimento, evolui para a uma teoria de aprendizagem construtivista pautada na produção de conhecimento, tendo o estudante como protagonista da sua aprendizagem, e o professor, um mediador/facilitador. As tecnologias, sejam elas, ou não, de informação ou comunicação, dão suporte, favorecem e contribuem para a aprendizagem ativa que originou diferentes metodologias de ensino e promovem reflexões quanto a forma como a aprendizagem é processual e participativa.

Assim, dentre essas metodologias ativas de aprendizagem, a ABP é concebida como capaz de oportunizar o desenvolvimento de competências e habilidades prescritas pelas DCNs para o curso de Administração, uma vez observadas suas características específicas quanto ao seu aspecto de integrar teoria e prática.

No caso de sua abordagem, com o objetivo de verificar sua efetividade para desenvolver competências e habilidades prescritas pelas DCNS para o curso de Administração, considera-se que esta metodologia coloca o estudante como protagonista da aprendizagem e, através do suporte tecnológico, facilita aprendizagens individuais e grupais, promove o engajamento com tarefas e possibilita a contextualização de conteúdos com a vida extraescolar de forma interdisciplinar, processual e participativa.

A ABP foi efetiva a partir da sua característica interdisciplinar que integra teoria e prática; pela atividade de *brainstorming*, que oportuniza situações de criatividade e de argumentação; pela atividade de motivação e contextualização, que promove o envolvimento emocional, a transposição de um desafio e o engajamento com as tarefas para realizar o projeto proveniente de suas próprias ideias; pelo suporte dado à metodologia pelas TDCI, pelo fato de que elas promovem espaços e tempos de aprendizagem individual e colaborativa; bem como

pela atividade de organização em que os estudantes deliberam as próprias tarefas a serem executadas e cumpridas.

Além disso, ela mostra sua efetividade quanto à atividade de registro e reflexão, contando como suporte à tecnologia da plataforma *Canvas*, que essa atividade permite organizar e reorganizar tarefas deliberadas, cumpridas e não cumpridas, de forma a reorganizá-las e, assim, desenvolver a criatividade e o pensamento crítico. Tanto é assim que, por meio da ABP, na disciplina projeto integrador, todas as oito competências e habilidades prescritas pelas DCNs foram consideradas desenvolvidas pela amostra de pesquisa. Assim, a partir da abordagem da ABP como metodologia de ensino e aprendizagem, mesmo sem uma política institucional para tanto, considera-se que sua escolha, permeada por tecnologias adequadas e um planejamento pedagógico, torna possível desenvolver as competências e habilidades prescritas pelas DCNS para o curso de Administração, conforme percebe a amostra de pesquisa. Como apontamento para pesquisas futuras ressalta-se a importância de apontar a contribuição que as metodologias ativas podem trazer para a construção do PPC, baseado em competências e habilidades dos cursos de graduação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. Apresentação. *In*: BACICH, L.; & MORAN, J. 2018. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico prática**. Porto Alegre: Penso. p. 10-15.

ARAÚJO, V. P. **Competências e formação do administrador**. 105f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Positivo, Organizações, Programa de Mestrado e Doutorado em Administração, Curitiba. 2010. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp150482.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

AUSUBEL, D. P. A. A natureza do significado e da aprendizagem significativa. *In*.: AUSUBEL, D. P. A. **Aquisição e retenção de conhecimentos: Uma perspectiva cognitiva**. Trad. Lígia Teopisto. Lisboa, Paralelo Editora, LDA, 2000, p. 71-104.

BEHRENS, M. A. Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente. *In*: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. (org.). **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 13. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000, p. 67-132.

BRASIL. **Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965**. Dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador e dá outras providências. 1965. Disponível em: http://documentos.cfa.org.br/arquivos/lei_4769_1965_645.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 mai. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf. Acesso em: 30 abr. 2020.

CHIAVENATO, I. **Administração: teoria, processo e prática**, Rio de Janeiro, Elsevier, 2007.

CHING, H.; SILVA, E. C.; TRENTIN, P. H. Formação por competência: experiência na estruturação do Projeto Pedagógico de um Curso de Administração. **RAEP – Administração: Ensino e Pesquisa** [online], 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5335/533556757002.pdf>. Acesso: 19 jun. 2020.

DELORS, J. *et. al*, **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI [e-book]. São Paulo: Cortez Editora. 1999. Disponível em: http://files.beaescd.webnode.pt/200000311-1533a17273/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf. Acesso em: 01 mai. 2020.

FERNANDES, B. H. R. **Gestão estratégica de pessoas com foco em competências**. Rio de Janeiro, Elsevier. 2013.

GIL, A. C. **Metodologia do Ensino Superior**, São Paulo, Atlas, 2011.

ISMAIL, S.; MALONE, M. S.; GEEST, Y. V. **Organizações exponenciais: por que elas são 10 vezes melhores, mais rápidas e mais baratas que a sua (e o que fazer a respeito)**. São Paulo, HSM Editora. 2015.

LA ROSA, J. **Psicologia e educação: o significado do aprender**, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2003.

LISBOA, T. C. **A formação do administrador no Brasil: competências e habilidades**. 2016. São Paulo. Disponível em: https://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/11/38-Teresinha-Covas-Lisboa_A-formacao-do-administrador-no-Brasil.pdf. Acesso em: 30 abr. 2020.

LOPES, P. C. A formação do Administrador no ensino de graduação: uma reflexão. **Semina: Ciências Sociais e Humanas** [online], 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3749>. Acesso em: 21 mai. 2020.

MARTINS-SILVA, P. O.; SILVA, C. S.; & SILVA JÚNIOR, A. As competências dos administradores: seu processo de formação e as exigências do mercado de trabalho. **Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão** [online], 14. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/22480>. Acesso em: 15 mai. 2020.

MASIERO, G. A. **Administração de empresas: teoria e funções com exercícios e casos**, São Paulo, Saraiva, 20212.

MORAN, J. Ensino e Aprendizagem com tecnologias audiovisuais e telemáticas. *In:* MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. (org.). **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 13. ed. Campinas, SP: Papirus. (Coleção Papirus Educação), 2000, p. 11-66.

MORAN, J. Autonomia e colaboração em um mundo digital. **RevistaEducatrix** [online], 2014. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/autonomia.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2020.

MORAN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. *In:* Souza, C. A.; & Morales, O. E. T. **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**. 2015. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf. Acesso em: 11 mai. 2020.

MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. *In:* BACICH, L.; & MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. 2018. Porto Alegre: Penso. p. 26-53.

MINTZBERG, H.; GOSLING, J. Educando administradores além das fronteiras. **ERA** [Online], 2003. Disponível em: <http://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-43-num-2-ano-2003-nid-45513/>. Acesso em: 20 mai. 2020.

NUNES, S. C.; BARBOSA, A. C. Q. Formação baseada em competências? Um estudo em cursos de graduação em administração. **RAM. Revista de Administração Mackenzie** [online], 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712009000500003&script=sci_arttext. Acesso em: 19 jun. 2020.

ODA, É.; & MARQUES, C. Administração: definição e contextualização. *In.*: ODA, É.; & MARQUES, C. **Gestão das funções organizacionais**. Curitiba: IESDE Brasil S. A. p. 7-18, 2008.

OLIVEIRA, É. T. **Projetos e metodologias ativas de aprendizagem**, São Paulo, Editora Senac, 2019.

SCALLON, G. **Avaliação da aprendizagem numa abordagem por competência**, Curitiba, pucpress, 2015.

SILVA, C. M. **Análise da efetividade da aprendizagem baseada em projetos no desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes no ensino superior de contabilidade**. 88f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciência Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Natal, RN. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25718>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SILVA, J. G. **O ensino de Filosofia: um diálogo com a educação interdimensional na formação de um jovem solidário, autônomo e competente**. 128f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Mestrado Profissional em Filosofia, Recife. 2019. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/35350/4/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Jos% c3%a9%20Gilberto%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**, Porto Alegre, Bookmann, 2010.

ZABALA, A.; ARNAU, L. **Como aprender e ensinar por competências**. [e-book] Porto Alegre: Penso. 2014. Disponível em: http://www.creaes.org.br/img/III_FEAT/3_GT_Aprendizagem-ativa/Como-Aprender-e-Ensinar-Competencias.pdf. Acesso em: 19 jun. 2020.

ZANELLA, L. Aprendizagem: uma introdução. *In.*: La Rosa, J. (org.). **Psicologia e educação: o significado do aprender**. 7. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 23-36.

ZARIFIAN, P. **Objetivo competência: por uma nova lógica**, São Paulo, Atlas, 2001.

APÊNDICES

Apêndice A - instrumento de coleta de dados – questionário

Este questionário refere-se ao instrumento de coleta de dados da pesquisa acadêmica de Danillo Miguel de Sales Santos, intitulada “Aprendizagem baseada em projetos como tecnologia emergente no ensino superior para o desenvolvimento de competências e habilidades em Administração, do curso de Mestrado em Tecnologias Emergentes em Educação, pela Must University. Esta pesquisa tem o objetivo de verificar a efetividade da aplicação da metodologia Aprendizagem Baseada em Projetos no desenvolvimento de competências e habilidades definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de Graduação em Administração. Os dados colhidos serão utilizados para efeito de divulgação acadêmica e seus dados pessoais serão mantidos em sigilo.

Nome: _____

Idade: _____ Gênero: _____

As DCNs do curso de graduação em Administração deliberam sobre competências e habilidades que devem ser desenvolvidas pelo egresso ao longo de sua formação, a fim de que sua atuação na área evidencie uma atuação sistêmica e multidimensional da administração de organizações em geral.

Compreendemos como competências “[...] a possibilidade, para um indivíduo, de mobilizar de maneira interiorizada um conjunto integrado de recursos em vista de resolver uma família de situações-problema” (SCALLON, 2015, p. 143); e habilidades como a capacidade de utilizar esses recursos de maneira inter-relacionada às competências (ZABALA; ARNAU, 2014), isto é, ser funcional.

Considerando a metodologia de aprendizagem baseada em projetos, aplicada na disciplina Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais, marque um X nos itens que descrevem as competências e habilidades contidas nas DCNs, que você percebe ter desenvolvido durante a sua formação, a partir do desenvolvimento do projeto.

() Reconhecimento e definição de problemas, equacionamento de soluções, pensamento estratégico, introdução de modificações no processo produtivo, atuação preventiva, transferência e generalização de conhecimentos e exercício, em diferentes graus de complexidade, do processo da tomada de decisão.

() Expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais.

() Reflexão e atuação crítica sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento.

- () Raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais.
 - () Iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional.
 - () Capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável.
 - () Capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações.
 - () Capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.
- II – Qual (is) outra (s) competência (s) e habilidade (s) você pode citar que desenvolveu com o percurso do projeto social e por que você assim considera.

Apêndice B – Roteiro do planejamento das aulas do Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais – 2º semestre/2019

Professor: Danilo Miguel de Sales Santos

Turma: Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais – 2º semestre 2019 (4º, 5º e 6º período de Administração).

Disciplinas envolvidas: Planejamento Estratégico, Diversidade Humana, Administração da Produção, Contabilidade de Custos, Gestão de Pessoas.

Objetivo: propor, por meio da metodologia ativa ABP, a elaboração e aplicação de um projeto de a fim de integrar a teoria das disciplinas envolvidas no semestre e sua prática quanto ao desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes prescritas pelas DCNs.

AULA/CONTEÚDO	ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS DENTRO E FORA DA SALA DE AULA	RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS UTILIZADOS
Etapa 1 – Definição do tema e da problemática do PI.	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão dos grupos. • Escolha do líder do grupo. • Escolha do tema gerador do projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pincel. • Lousa. • Papel chamex. • Canetas. • Notebook. • Data show.
Etapa 2 – Elaboração do planejamento do trabalho e atribuições do papel de cada membro.	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas na internet. • Buscar informações com professores de outras disciplinas envolvidas no projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Laboratório de informática. • Impressão do modelo de desenvolvimento de negócios da plataforma <i>Canvas</i>.
Etapa 3 – Implementação do projeto.	<ul style="list-style-type: none"> • Início do plano de negócios do projeto. • Coletar informações sobre a entidade escolhida quanto ao público alvo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Papel chamex. • Lousa. • Canetas. • Computadores. • Data show.
Etapa 4 – Aplicação do projeto.	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar as ações previstas no plano de negócios quanto a prover a decoração, os enfeites, a entrega dos brinquedos, as recreações e as comidas e bebidas a partir do cronograma e dos dados coletados sobre o público alvo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de negócios elaborado. • Papel chamex. • Canetas. • Estudantes. • Professor.
Etapa 5 – Avaliação do projeto e do desempenho dos alunos.	Discussão, em sala de aula, sobre a efetivação do projeto em aspectos de que se o que foi previamente planejado e estruturado, foi realizado ou não (orientado pelo cronograma base (Apêndice D).	<ul style="list-style-type: none"> • Impressão do cronograma base. • Pincel. • Lousa. • Professor. • Estudantes.

Apêndice C – Plataforma de modelo de desenvolvimento de negócios da plataforma Canvas

PROJETO:

OBJETIVOS	PRODUTOS	STAKEHOLDERS	PREMISSAS	EQUIPE
Indicar as perguntas a serem respondidas	Relacionar os produtos resultantes do trabalho - Inclusive a ferramenta desenvolvida	Nome de todos envolvidos e o respectivo envolvimento	Destacar as condições adotadas para elaboração do trabalho	Relacionar os membros do grupo e sua função na equipe
DISCIPLINAS	HIPÓTESES	REQUISITOS	GRUPOS DE ENTREGA	LINHA DO TEMPO
Incluir as disciplinas envolvidas	Soluções possíveis para a resolução dos problemas	Destacar as condições a serem atendidas	Relacionar os itens a serem entregues	Destacar por aula em função do cronograma base
PROBLEMA		RESTRICÇÕES	CUSTOS	
Destacar os problemas a serem resolvidos		Destacar o que não veio a ser feito no trabalho	Demonstrar os valores estimados para realização do trabalho	

Apêndice D – Cronograma base

Cronograma																				Data elaboração
Nome da disciplina / atividade:																				Data revisão
Membros do grupo																				STATUS
Mês	Agosto				Setembro				Outubro				Novembro				Dezembro			
Semana	S32	S33	S34	S35	S36	S37	S38	S39	S40	S41	S42	S43	S44	S45	S46	S47	S48	S49	S50	
1ª																				
2ª																				
3ª																				
4ª																				
5ª																				
6ª																				
7ª																				
8ª																				
9ª																				
10ª																				
11ª																				
12ª																				
13ª																				
14ª																				
15ª																				
16ª																				
17ª																				
18ª																				
19ª																				
20ª																				
21ª																				
22ª																				
23ª																				
24ª																				
25ª																				
26ª																				
27ª																				
28ª																				
29ª																				
30ª																				
31ª																				
32ª																				

A PROTEÇÃO DA
CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE,
DEVER DE TODOS

THE PROTECTION
OF CHILDREN AND
ADOLESCENTS, THE
DUTY OF
EVERYONE

SANTOS, Fernanda Camargo dos

[1]

[1] fernanda-santos@susepe.rs.gov.br

RESUMO

Infelizmente, a presença de adolescentes na criminalidade urbana não tem a falta de recursos financeiros como único aspecto responsável. Devemos acrescentar a este fator a baixa escolaridade, a fragilidade dos vínculos familiares, bem como, a violência social que integra e assola nosso cotidiano. Requer muita atenção da família e do Estado a responsabilidade pelo desenvolvimento físico, cognitivo, social e afetivo do adolescente. As dificuldades financeiras, assim como nas relações sociais e afetivas, dificilmente superadas pelas famílias, podem ocasionar uma situação de risco ao adolescente, as quais, por vezes, acabam impulsionando seu ingresso na criminalidade. E, após ingressarem na criminalidade, a ressocialização torna-se quase que impossível. É urgente e extremamente necessário um trabalho preventivo. Devemos trabalhar e dar proteção antes de entrarem para o mundo do crime, pois após, muito difícil salvá-los.

palavras-chave: Criança e Adolescente; proteção é dever de todos; família; vulnerabilidade social; e criminalidade juvenil.

ABSTRACT

Unfortunately, the presence of adolescents in urban crime does not lack financial resources as the only responsible aspect. We must add to this factor the low level of education, the fragility of family bonds, as well as the social violence that integrates and plagues our daily lives. Responsibility for the adolescent's physical, cognitive, social and affective development requires a lot of attention from the family and the State. Financial difficulties, as well as in social and affective relationships, which are difficult to overcome by families, can cause a situation of risk to adolescents, which, at times, end up boosting their entry into crime. And, after entering criminality, resocialization becomes almost impossible. Preventive work is urgently and

extremely necessary. We must work and provide protection before they enter the world of crime, because afterwards, it is very difficult to save them.

Keywords: Child and Adolescent; protection is everyone's duty; family; social vulnerability; and juvenile crime.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a tecer uma breve explanação sobre a proteção das Crianças e dos adolescentes. Importante lembrar que a edição da lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, conhecida como “Lei do Ventre Livre”, que concedia liberdade aos escravos nascidos a partir da data de sua promulgação, contribuiu muito para os primeiros passos rumo aos direitos das crianças e adolescentes. Apesar de ser um passo rumo à abolição da escravatura, tinha efeito mais simbólico que prático, pois, mesmo sendo considerados livres, dependiam dos cuidados de seus genitores, os quais ainda eram escravos. Nasceram legalmente livres, mas a efetivação dessa liberdade estava comprometida, uma vez que mantida a escravidão de seus ascendentes, que só seriam totalmente libertos com a Lei Áurea, em 1888.

Na época da lei Áurea, tivemos a mão de obra feminina e infantil amplamente utilizada com o desenvolvimento da indústria brasileira, principalmente na indústria têxtil. Em 1891, antes da promulgação da Constituição republicana, o Decreto nº 1.313, de 17 de janeiro, buscou regularizar o trabalho infantil quando estabeleceu a idade mínima de doze anos para o trabalho e, a partir dos oito anos, somente na condição de aprendiz.

Com a constituição de 1934 passou-se a fazer menção ao amparo à maternidade e infância, no artigo 138, que previu amparo às famílias de prole numerosa, incumbindo aos três entes federados que adotassem medidas legislativas e administrativas no intuito de reduzir a mortalidade infantil, além de proteger a juventude contra exploração e abandono físico, moral e intelectual (BONAVIDES; ANDRADE, 1990, p. 321-325).

A partir de 1988, os princípios passam a ser normas vinculantes nas relações do Estado com a pessoa e dos particulares entre si. Ao considerar a dignidade da pessoa humana como fundamento da República e colocar a família como base da sociedade a Constituição de 1988 contribuiu de forma fundamental na defesa dos direitos da infância e da juventude. Nesta época temos o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. A proteção integral às crianças e aos adolescentes foi consagrada nos direitos fundamentais

inscritos no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 3 e 4 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

Considerando sua condição de pessoas em desenvolvimento é ainda maior o dever da família, do Estado e da sociedade na proteção destes indivíduos. Neste viés, importante pensar em um estudo acerca dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, buscando esclarecer em que condutas e iniciativas de proteção está sustentada a cidadania que emana dos direitos fundamentais. Dou início pela proteção à infância e à adolescência prevista na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, descrevendo os principais elementos. Na sequência, considerações a respeito dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes positivados no artigo 227 da Constituição Federal de 1988. Esta reflexão busca compreender o sentido e a abrangência da proteção requerida.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Eis que a criança é reconhecida como pessoa em desenvolvimento, dotada de dignidade e personalidade. De mera expectadora da vida familiar, deverá ter seus direitos protegidos e assegurados. O pátrio poder passou por transformações que permitem ser exercida por ambos os genitores no sentido de promover o desenvolvimento e personalidade do menor.

O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal propuseram a proteção integral do menor. Assim, se pensarmos nesta responsabilidade apenas contando com as políticas públicas em sentido estrito, não alcançaremos o objetivo por lei determinados. Segundo Murillo José Digiácomo (2013, p.1) dentro do sistema de garantias “o papel de cada um é igualmente importante para que a proteção integral de todas as crianças e adolescentes, prometida no art.1º, da lei nº 8.069 de 1990, seja alcançada”.

A família também é responsável pela aplicação e acompanhamento dos direitos fundamentais destes menores, como a própria lei determina, no caso, a Constituição Federal (art. 227) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). Aduz a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 226, que “a família é a base da sociedade e tem especial proteção do Estado”, portanto, tem papel importante no tocante à criação e aproveitamento

dessas políticas, pois é dela que emerge a população infanto-juvenil vitimizada e é para ela que também devem ser direcionadas estas políticas, na tentativa de criar um esteio familiar que suporte, e que, ao mesmo tempo, evite a agressão aos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Importante referir que a família não é considerada a única ou a principal culpada das agressões, pois o Estado tem responsabilidade no provimento de políticas que possam melhorar a condição de vida da criança conjuntamente a da sua família. O artigo 3º do Estatuto da criança e do adolescente é muito apropriado quando diz que: [...] é assegurado por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (ECA, 2011, art.3º).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi inovadora ao adotar a Doutrina da Proteção Integral na questão da infância e adolescência no Brasil. Cury, Garrido e Marçura ensinam que:

A proteção integral tem como fundamento a concepção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, frente à família, à sociedade e ao Estado. Rompe com a ideia de que sejam simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processo de desenvolvimento (2002, p. 21).

Como bem define Paolo Vercelone, Juiz de Direito na Itália, “o termo proteção pressupõe um ser humano protegido e um ou mais seres humanos que o protegem, isto é, basicamente, um ser humano que tem necessidade de outro ser humano” (CURY, 2008, p. 37). Referido magistrado vai mais a fundo ao tratar do presente tema, diz que:

Deve-se entender a proteção integral como o conjunto de direitos que são próprios apenas dos cidadãos imaturos; estes direitos, diferentemente daqueles fundamentais reconhecidos a todos os cidadãos, concretizam-se em pretensões nem tanto em relação a um comportamento negativo (abster-se da violação daqueles direitos) quanto a um comportamento positivo por parte da autoridade pública e dos outros cidadãos, de regra dos adultos encarregados de assegurar esta proteção especial. Em força da proteção integral, crianças e adolescentes têm o direito de que os adultos façam coisas em favor deles (CURY, 2008, p. 36).

O princípio da proteção integral, em síntese, norteia a construção de todo o ordenamento jurídico voltado à proteção dos direitos da criança e do adolescente. Parte do pressuposto de que tais seres humanos não são detentores de capacidade de exercício, por si só, de seus direitos, necessitando, por isso, de terceiros (família, sociedade e Estado) que possam resguardar os seus bens jurídicos fundamentais, consagrados na legislação específica, até que se tornem plenamente desenvolvidos físico, mental, moral, espiritual e socialmente.

Infelizmente, sofremos com o aumento diário de adolescentes envolvidos na criminalidade Brasileira. Caracterizada com uma fase crucial do desenvolvimento humano, a adolescência, tendo em vista ocorrer nesta etapa vários processos relacionados a aquisições cognitivas, emocionais e sociais. É esta fase a propícia para a formação de hábitos e padrões de comportamentos. Nesse momento, existe uma maior permeabilidade às influências do meio quando o indivíduo começa a tornar-se independente dos pais e a explorar situações variadas com as quais pode ainda não saber lidar muito bem. Há, ainda, as intensas transformações físicas e psicológicas.

Assim, se faz necessário entender a grande importância de garantir políticas públicas que ajudem e protejam os grupos mais vulneráveis com os problemas sociais da atualidade. Em suma, crianças e adolescentes estão muito mais vulneráveis ao crime.

Os traços de delinquência podem ser resultantes de uma construção social cuja raiz está na própria violência familiar e social (LEVISKY, 2000, p.31). A partir desta perspectiva é possível deduzir que a frágil e insuficiente vinculação social de crianças e adolescentes a projetos e/ou instituições (como a família, escola e igreja, por exemplo) que têm por função a adaptação e a formação destes indivíduos às normas sociais, propicia-os a praticarem comportamentos desviantes. Transparece, assim, que o cometimento dos atos infracionais é decorrente da falha ou simplesmente pela inexistência eficaz de controles sociais convencionais que impedissem tal cometimento (HIRSCHI, 1969).

A falta de estrutura familiar, falta de um projeto de vida, a valorização do ter ao invés do ser, falta de políticas públicas que combatam as desigualdades sociais e o aumento do consumo de drogas, são apontados por especialistas como a grande motivação para o envolvimento de adolescentes com o crime.

A cada minuto, o universo sombrio do crime conta com um aumento significativo de crianças que deixam a inocência da infância de lado. Meninos e meninas de 11, 12, 13 anos de idade, brincam com armas, canivetes e facas, ao invés de carrinhos, bolas e bonecas. O meio familiar, a cada dia que passa ainda mais desestruturado, quando não consegue impor limites, ensinar valores e educar para a vida, cede cada vez mais espaço para as drogas.

Entre 1996 e 2014, o número de jovens entre 12 e 17 anos que foram apreendidos no Brasil pela prática de crimes aumentou em quase seis vezes. De acordo com o anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgado nesta segunda-feira (30), há uma crescente no encarceramento de adolescentes no país: passou de 4.245 para 24.628. Os dados foram compilados pelo anuário através de índices do ministério dos Direitos Humanos e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística). Entre os jovens apreendidos, 22,5% está em detenção provisória. E cerca de 9% está em semiliberdade.

Triste afirmar que o alvo preferencial dos traficantes são justamente os adolescentes. É nesta fase da vida que surge a pressão entre grupos de amigos, a curiosidade e a busca da autoestima. Com o uso das substâncias químicas, as quais provocam dependência, há o forte envolvimento do adolescente com a violência, pois eles precisam cometer atos ilícitos para sustentar seu vício.

Somado a isto, não possuímos escolas com estruturas suficientes e adequadas para proporcionar educação com qualidade para todos. Programas voltados para a cidadania são raros nos estabelecimentos de ensino. Ações culturais, esportivas e artísticas é artigo de luxo. E é justamente toda esta falta que faz a carência de conteúdos para expandir o horizonte dos alunos.

CONCLUSÃO

Impossível negar o aumento da criminalidade entre os jovens brasileiros. É notório que ela vem crescendo gradativamente em grandes centros urbanos no Brasil, envolvendo um aumento da participação dos jovens ao mundo do crime.

No meu entender, a falta de perspectivas e de projetos de vida são as principais causas do envolvimento de jovens e adolescentes com a criminalidade. Infelizmente, vivemos em tempos em que tudo é descartável, passageiro, transitório e superficial. Onde o TER é muito mais valorizado do que o SER. Os jovens tomam como exemplos para suas vidas o que está diretamente relacionado ao consumo, a superficialidade e a falta de valores positivos.

Precisamos cercar nossos filhos de exemplos positivos e esta é uma tarefa que todos devem envolver-se. Devemos resgatar momentos em família, preocupar-nos e envolver-nos de forma sincera com as aspirações e projetos de nossos filhos. Valorizar pequenas coisas não relacionadas ao consumo e a superficialidade, tais como um abraço, um almoço em família, uma conversa com amigos. Valorizar o que realmente temos de importante nesta vida.

Além disto, entendo que faltam políticas públicas sérias, mais especificamente na área da educação, saúde e assistência social. Importantíssimo incentivar a permanência do adolescente na escola, com reforço para cursos profissionalizantes, programas para tratamento

de drogadição e sua reinserção na sociedade, assim como acompanhamento da família do viciado.

Não menos importante, a sensibilização dos órgãos públicos e políticos acerca da importância de Programas de medidas sócio educativas que realmente cumpram o papel de reeducar. Dinheiro aplicado com segurança e educação, principalmente de nossos adolescentes, é investimento e deve ser prioritário. Acredito, com todas as minhas forças, que é nesta fase (crianças e adolescentes) que há a real possibilidade de ressocialização. Devemos trabalhar com ação de prevenção, para evitarmos a busca pela ressocialização.

É forçoso, portanto, que nossos Governantes e sociedade, como um todo, passem a dar a devida importância ao assunto em tela. Para tanto, basta um pouco de vontade política integrada entre os agentes públicos que detêm as competências necessárias, assim como, a dedicação e vontade das famílias brasileiras.

O crime, cada vez mais organizado e forte, está sempre pronto para aliciar nossos jovens. De extrema urgência os investimentos em projetos educacionais modernos, clínicas de reabilitação para os dependentes, enfim, medidas essenciais para ajudar os jovens a saírem da delinquência e evitar outros que entrem.

Assim, embora o ordenamento jurídico Brasileiro tenha introduzido a Doutrina da Proteção Integral através do artigo 227 da Constituição Federal, que declarou ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, há que se falar, pensar e agir no sentido de realmente tornar toda esta proteção efetiva. Buscar ações e medidas que sejam garantidoras destes direitos e que, de forma efetiva, tire qualquer possibilidade destas crianças e adolescentes entrarem para o crime, uma vez que, após entrar para esta vida, dificilmente se vê uma oportunidade aproveitada de sair. Depois de entrarem para a escola e “família” do crime, infelizmente, quase que impossível sair!

REFERÊNCIAS

CURY, M. (coord.). **Estatuto da criança e do adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais**. 9. ed., atual. São Paulo: Malheiros, 2008.

CURY, M.; PAULA, P. A. G. de; MARÇURA, J. N. **Estatuto da criança e do adolescente anotado**. 3. ed., rev. E atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

HIRSCHI, T. *Causes of Delinquency*. **Berkeley**: University of California Press, 1969.
Disponível em: <http://www.cruzeirodovale.com.br/geral/por-que-tantos-adolescentes-estao-se-envolvendo-na-criminalidade/>. Acesso em: 12 mar. 2020.

LEVISKY, D. L. **Aspectos do processo de identificação do adolescente na sociedade contemporânea e suas relações com a violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000

ASSESSORIA DE
IMPrensa COMO
ATIVIDADE
JORNALÍSTICA NAS
EMPRESAS

PRESS ADVISORY
AS NEWSPAPER
ACTIVITY IN
BUSINESS

FERREIRA, Aline [1]

[1] Esp. Jornalismo. Mestranda em
Comunicação. E-mail:
a.ferreira@gmail.com

RESUMO

Esse estudo se propõe a abordar o jornalista na condição de assessor de imprensa, fundamental para empresas públicas e privadas. Entende-se que a relevância dessa pesquisa está em contribuir para a explanação desse profissional. Assim, tem-se como objetivo analisar a evolução da assessoria de imprensa como atividade jornalística em organizações. Como metodologia foi utilizada pesquisa bibliográfica a partir de livros e artigos publicados em periódicos científicos, de modo a embasar o desenvolvimento desta pesquisa. A partir dessa pesquisa foi possível entender e compartilhar a função de assessor de imprensa, uma atividade complexa que pautada na ética garante a veracidade dos fatos. Foi visto que tanto empresas públicas como privadas precisam do assessor de imprensa para informar a sociedade sobre suas ações, visando promover sua boa imagem.

Palavras-chave: Jornalismo. Assessoria de imprensa. Organizações.

ABSTRACT

This study proposes to approach the journalist as a press officer, essential for public and private companies. It is understood that the relevance of this research is to contribute to the explanation of this professional. Thus, the objective is to analyze the evolution of the press office as a journalistic activity in organizations. As a methodology, bibliographic research was used from books and articles published in scientific journals, in order to support the development of this research. From this research it was possible to understand and share the role of press officer, a complex activity that based on ethics guarantees the veracity of the facts. It was seen that both public and private companies need the press officer to inform society about their actions, in order to promote their good image.

Keywords: Journalism. Press office. Organizations.

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo tem como proposta abordar o jornalista na condição de assessor de imprensa, fundamental para empresas públicas e privadas.

O jornalismo contemporâneo faz uso de complexas formas de produção da subjetividade, como a assessoria de imprensa que em organizações públicas e privadas busca propagar a imagem do cliente assessorado, pautando-se na ética com a divulgação de fatos verídicos. (ALVEZ; NOBREGA, 2017).

Cada vez mais as organizações tem priorizado profissionais de comunicação social. Segundo o Manual de Assessoria (FENAJ), a assessoria de imprensa está contida na estrutura de um departamento de comunicação de uma empresa (GUIMARÃES; REIS, 2017).

Dentre os serviços dos assessores de imprensa tem-se criação de releases, elaboração de press-kits, acompanhamento de entrevistas de suas fontes, edição de jornais, revistas, preparação de textos de apoio, artigos, clipping de notícias, dentre outros (GUIMARÃES; REIS, 2017).

Deste modo, entende-se que a relevância dessa pesquisa está em contribuir para a explanação desse profissional. Assim, tem-se como objetivo analisar a evolução da assessoria de imprensa como atividade jornalística em organizações.

Como metodologia foi utilizada pesquisa bibliográfica a partir de livros e artigos publicados em periódicos científicos, de modo a embasar o desenvolvimento desta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O SURGIMENTO DA IMPRENSA NO BRASIL

Define-se comunicação como uma ciência que consiste na transmissão e recepção de uma mesma linguagem, etimologicamente deriva do latim "*comunicare*" e significa pôr em comum. No Brasil, a imprensa foi conhecida de forma tardia em relação às outras nações, até mesmo latino-americanas, o México conheceu a imprensa no ano de 1539, já o Peru, em 1583, as colônias inglesas, Guiana e Trinidad & Tobago, conheceram a imprensa em 1650. (SODRÉ, 1983). A história da imprensa no Brasil ocorreu no século XIX, com a circulação de

dois periódicos, o *Correio Braziliense*, feito em Londres por Hipólito José da Costa, e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal oficial produzido na Imprensa Régia sob rígido controle da Coroa, informando a chegada da família Real portuguesa no ano de 1808. Contudo, vale ressaltar que imprensa e jornalismo possuem conceitos distintos, pois conforme Rüdiger (2003) existe a possibilidade de haver imprensa sem que haja o correspondente jornalista.

No início, pode-se dizer que o tipo de imprensa existente não continha características que lhe fossem próprias, ou seja, as características não eram da imprensa, mas do período histórico. Segundo Sodré (1983), os jornais publicados refletiam a intensidade do debate político que se travou primeiramente em torno da questão da Independência e depois quanto à estrutura do Estado-Nacional a ser moldada a partir da separação de Portugal. Consistia em uma espécie de jornalismo político, porém de vozes desarmônicas, sem uma causa a lhes integrar a ação. Estas características se davam pela absoluta impossibilidade de assumirem outras, pois serviam a um público pequeno, de nível baixo, usando os artifícios que o período proporcionava e admitia: a ofensa e a difamação.

A educação estava em estado embrionário, o ensino era pouco difundido, havia inúmeros analfabetos e os poucos sabiam ler, não compreendiam os assuntos públicos. Assim, “a única linguagem que todos compreendiam era mesmo a da injúria”. Ainda assim, Sodré (1983) sustenta que o período Regencial ocorrido entre os anos de 1831 e 1840, incide em um período de ascensão liberal entre o Primeiro e o Segundo Reinado, época em que os valores nacionais se asseguram e em que imperam alguns aspectos de regime republicano, como as eleições, a primazia do legislativo sobre o executivo, e a ampla liberdade de imprensa.

Após a consolidação da imprensa brasileira no século XX, o conceito de jornalismo significa fornecer periodicamente informações da atualidade. Antes, a imprensa era apenas literária ou instrumento político. A partir da década de 1920, vários novos títulos vão surgir: *O Globo*, *Folha de São Paulo*, revista *O Cruzeiro*, *Revista do Globo* etc., configurando assim o ingresso do jornalismo brasileiro numa fase empresarial.

A profusão de novos títulos e as reformas gráficas, editoriais e administrativas praticadas por publicações já firmadas, como o *Jornal do Brasil*, no final dos anos 1950, irão caracterizar um momento de modernização da imprensa jornalística. Essa modernização vai preparar a mídia jornalística para o acesso era das indústrias culturais, o que ocorre a partir do final da década de 1960, consolidando-se inteiramente nos anos 1970.

Entre os anos 1970 e 1980, percebe-se plena subordinação do jornalismo ao capitalismo. A partir dos anos 1990, o regime de acumulação, dominante no início do século XXI, tem um aprofundamento dessa subordinação, desse aspecto mercadológico da informação, que passa a ser um dos utensílios de lucro e poder mais importantes nas sociedades contemporâneas. Ressalta-se que com o impeachment do presidente da república do Brasil no ano de 1992, o jornalismo teve papel determinante e os meios de comunicação passaram a refletir pressões crescentes de democratização do poder, e o Estado mostrava-se ineficiente frente às expectativas da população. Com isso cresce a percepção crítica da imprensa em relação aos poderes públicos, e da população para com a imprensa, causando um mal-estar baseado em três acusações: a imprensa é superficial, invasiva e pessimista. (FOLHA, 1997)

Em decorrência deste fato, a imprensa começa a simplificar suas publicações com aparente conivência com as estruturas do país, buscando publicar matérias de interesses públicos de forma moderada, assim, o atual jornalismo busca corresponder às exigências e sensibilidades de seu público, com críticas ponderadas.

2.2 HISTÓRICO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA

A profissão de assessor de imprensa teve início com Ivy Lee, um jornalista americano que em 1906, abriu o primeiro escritório de assessoria de comunicação do mundo, tendo como primeiro cliente, o empresário John Davison Rockefeller cujo objetivo seria de reparar a sua imagem perante a sociedade (GUIMARÃES; REIS, 2017).

Durante aquele período os Estados Unidos enfrentavam um tempo de grande crescimento empresarial no norte do país, isso se dava decorrente da Guerra da Secessão e da vitória contra os escravistas do Sul.

Nos Estados Unidos, a assessoria de imprensa expandiu-se com a crise de 1929, em que o aumento do desemprego resultante da crise e da crescente pobreza da população gerou complicação para os empresários norte-americanos. Assim, na década de 1930, a assessoria de imprensa chegou as universidades que com a percepção da demanda desses profissionais no mercado, passou a formar especialistas em relações públicas (PECIN, 2010). Em seguida houve uma expansão da assessoria de imprensa, ela deixou rapidamente de atender apenas os

Estados Unidos e expandiu-se para o Canadá, em seguida para a Europa. Em 1950 já tinham sido criados departamentos de assessoria de empresa em mais de sete nações europeia. Nesses países a atividade tinha relação com profissionais de relações públicas, o seu principal intuito era conseguir estabelecer uma promoção entre as organizações, a mídia e o público, tanto no âmbito interno quanto no âmbito externo. (PECIN, 2010)

Segundo Pecin (2010) há uma particularidade no tocante a essa profissão no Brasil, pois ela está ligada diretamente a competência de jornalistas, tradicionalmente. O desenvolvimento da assessoria de imprensa no Brasil veio através de influências norte-americanas na área de relações públicas. Com a chegada de empresas multinacionais ao Brasil, algo que sofreu ainda uma maior potencialização com o governo de Juscelino Kubistchek, ajudou com que houvesse uma expansão das práticas de relações públicas para com empresas privadas.

De acordo com Duarte (2003) o governo de Getúlio Vargas em 1931, criou o Departamento de Imprensa e Propaganda, esse departamento tinha como sua finalidade promover a imagem do governo, porém com o acontecimento da ditadura do Estado Novo, esse passou a ser o responsável pela censura da mídia, tendo a mídia então a necessidade de solicitar permissão para divulgar informações a esse órgão.

Como relata Pecin (2010) com o final do primeiro governo de Vargas, o Departamento de Imprensa e Propaganda teve a sua substituição pelo Departamento Nacional de Informações, esse departamento tinha como sua responsabilidade tratar sobre a divulgação e o atendimento aos jornalistas de forma isenta. Em 1944 surge a Agência Nacional para disseminar informações de interesse governamental. Havia tranquilidade nesse setor, até em 1964 ocorre o início do Regime Militar. Enquanto estavam no poder os militares realizaram investimentos para o setor de comunicação, dessa maneira desenvolvendo propagandas, e trazendo a divulgação de informações referentes ao governo para que o povo tivesse uma melhor aceitação do governo militar. Com essa situação foi desenvolvida a Assessoria Especiais de Relações Públicas, conhecida pela sigla (AERP).

No tocante as empresas privadas, Pecin relata que o desenvolvimento da assessoria como uma prática organizacional foi algo que se deu de forma tardia, tendo sua ocorrência após 1950. O Marco desse acontecimento se deu pela Seleção de Imprensa que tinha ligação com o Departamento de Relações Públicas da Volkswagen no Brasil, esse departamento tinha

como seu responsável os jornalistas, Alaor Gomes e Reginaldo Finotti, que estavam estruturando um setor específico para lidar com a imprensa. Posteriormente esses dois profissionais criaram para si uma assessoria que era independente, algo que foi considerado pioneiro naquela época, o nome da assessoria era Unipress.

Com o decorrer da década de 1980, a comunicação entre as empresas e o público alvo se tornou fundamental, que cumprido pela assessoria de imprensa, atua dentre outros, medindo e gerenciando informações (FENAJ, 1985).

Duarte (2003) ainda considera que graças ao crescimento do mercado de assessoria de imprensa, esse segmento se tornou algo muito atrativo aos novos jornalistas, visto que o ritmo de trabalho tido pelos mesmos era considerado bastante estressante, contendo também uma baixa remuneração e uma oferta de emprego também escassa.

Dessa maneira, Pecin (2010) aborda que a consolidação da assessoria de imprensa como um fazer jornalístico, ocorreu de fato graças a ação dos sindicatos, que fizeram o controle para que essa atividade fosse exclusividade da categoria. A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) juntamente com o Conselho Nacional de Relações Públicas através do Decreto nº 83.284/1979 e o Decreto-Lei nº 972/69 foi decidido que a função de assessor de imprensa deverá ser exercida única e exclusivamente pelo jornalista profissional.

2.3 O PAPEL DA ASSESSORIA DE IMPRENSA

Conceitua-se assessoria de imprensa, a gestão de relacionamento e de informações entre a fonte e a imprensa, devendo criar imagem desejada seja para corporações públicas ou privadas (DUARTE, 2011).

A atividade de assessoria de imprensa possui espaço significativo nos processos jornalísticos e no ordenamento da mídia, estando além de um meio de defender interesses particulares a partir da divulgação de informação à sociedade (SILVA, 2017).

A assessoria de comunicação trabalha as notícias que vem de uma empresa, ou seja, lida com as informações organizacionais que serão colocadas para os seus clientes e a sociedade num geral (CHINEM, 2006). Nas empresas a assessoria de imprensa tem importância significativa na adoção de novas tendências da comunicação, em que se tem a

necessidade adequar a comunicação às mídias digitais, reestruturando as práticas da empresa (RIBEIRO, *et. al.*, 2015).

A comunicação social organizacional, segundo Azeredo (2010) tem o envolvimento de atos diretos, indiretos, unilaterais e públicos, dessa maneira é possível afirmar que todas as ações coletivas ou de massa que são produzidas através de jornais, revistas, rádio ou da televisão.

Chinem (2006) diz que uma das principais tarefas relacionado a assessoria de comunicação é a permanente interpretação crítica e seletiva do ambiente exterior. Para o autor esse trabalho traz a condição de ampliar mais ainda a sua capacidade em detectar alterações nas mais variadas áreas da sociedade e dessa maneira poder prever problemas que podem vir a surgir, por exemplo objeções, inconvenientes ou mal-entendidos.

Para Azeredo as assessorias de comunicação frequentemente são encaradas apenas como estruturas de apoio. Tendo a sua utilidade para servir de consulta, assessorar, porém sem nenhum tipo de autoridade dentro das organizações.

Todavia o autor considera que isso está passando por uma fase de mudança, a comunicação tem começado a assumir uma posição mais voltada a gestão da empresa, passando a também poder tomar decisões e participar de situações importantes dentro da organização, tal situação faz com que os assessores de imprensa necessitem ter habilidades em gestão e administração.

A função do assessor de comunicação é o de zelar pela boa imagem da instituição e realizar uma comunicação de maneira integrada, ele deverá se comunicar com diversos públicos, dentre esses públicos estão os externos, setorial e externo no tocante a comunicação institucional.

O assessor de imprensa tem como a sua principal função o abastecimento de veículos de comunicação social, esses veículos recebem notícias sobre o seu assessorado, sugestões de pautas de artigo, entrevistas dentre outros serviços que são oferecidos (AZEREDO, 2010).

Para Carvalho e Reis (2009) é preciso que o assessor de imprensa seja além de um bom redator, uma pessoa que tenha a total noção entre a diferença de uma informação e de uma notícia, ele também deverá tratar os jornalistas que com ele se relacionarem de maneira respeitosa, sabendo que esses jornalistas têm horários para fechar suas pautas e que precisam ter um atendimento em critério de urgência para poder desempenharem bem a sua função.

De acordo com Santana (2012) a assessoria de comunicação é formada por um tripé, nesse tripé estão: jornalistas, publicitários e relações públicas, embora os três profissionais tenham sua especialidade voltada para a ciência da comunicação, cada um deles tem uma especialidade voltada para uma determinada atuação.

Um desses profissionais que fazem parte desse tripé é o jornalista, que é um profissional conhecido como Assessor de Imprensa. O jornalista é aquele responsável por fazer o contato com a mídia e divulgar quais serão as ações da empresa, desenvolvendo dessa maneira o papel de facilitador entre a mídia e a empresa. Através do seu trabalho esse profissional deverá atrair a imprensa com fatos positivos acerca daquela organização para a qual ele trabalha, e assim ajudar a manter sempre a melhor percepção possível acerca da empresa (SANTANA, 2012)

De acordo com Santana outras atividades que também são de responsabilidade do jornalista são o envio de releases ou de notas, assim como o agendamento de entrevistas, eles são responsáveis por conseguir a mídia espontânea, sendo assim, as informações acerca da empresa ou daquele assessorado que irão ser divulgadas nos veículos de comunicação, como o rádio, a televisão, a internet dentre outros meios possíveis, de maneira gratuita.

O Relações Públicas tem a responsabilidade de realizar o mapeamento dos públicos para que dessa maneira eles possam vir a ser bem atendidos, a identificação de públicos dentro de uma organização é um trabalho tanto interno quanto externo para aquele profissional que lida com essa área, precisando assim conseguir lidar de uma forma eficaz com esse público para que assim possa alcançar uma comunicação tanto interna quanto externo com excelência (SANTANA, 2012).

Santana (2012) deixa então claro que apensar de que cada um tenha uma função específica no tripé, essas três áreas são complementares entre si e não podem ser ignoradas, o mercado atual tem buscado por um profissional que possa ser multidisciplinar. Deve ser levado também em consideração que a existência de uma Assessoria de Comunicação é algo fundamental para qualquer que seja a organização, pois será através desses profissionais que a imagem positiva da empresa chegará aos seus *stakeholders*, a opinião pública deverá ser valorizada pela alta gestão das empresas e dessa maneira não se deve ignorar a forma com a qual o público pode criar um julgamento que poderá colocar uma empresa em uma situação ruim perante seus clientes, por tanto saber se comunicar e ter profissionais competentes para

fazer tal função é de extrema importância para a empresa, não se pode menosprezar o poder da comunicação no mundo corporativo.

2.4 O PAPEL DA ASSESSORIA DE IMPRENSA COORPORATIVA

Para que o trabalho da Assessoria de Imprensa tenha sucesso é preciso as estratégias de marketing estejam perfeitamente alinhadas com o objetivo de aumentar o valor da marca, dessa forma se faz possível a construção de uma identidade sólida e positiva, tendo assim o poder de obter destaque e conseguir ganhar um espaço de preferência na mentalidade do consumidor, algo que não é conseguido com facilidade como mencionado anteriormente. Para que ocorra essa consolidação da marca é preciso que exista um relacionamento duradoura que será construído entre a empresa e o público por meio de valores reais gerados por ela (MARTINS; MARIANO, 2013).

Martins e Mariano (2013) afirmam que a assessoria é algo fundamental para a construção de imagem de uma empresa e de suas marcas, pois apesar do sucesso realizado com a comunicação em massa, existem objetivos que não podem ser atingidos por ela, dentre esses objetivos que não conseguem ser atingidos por ela estão a consolidação das competências e da reputação da empresa.

É necessário que exista uma diferenciação de uma marca perante aos seus concorrentes, por tanto é preciso não sejam oferecidos apenas produtos padrão para que se torne de fato um parceiro do cliente, a padronização é um sinal de qualidade, mas não passa a compreensão de fornecer um serviço mais qualificado a um determinado parceiro. Para que isso aconteça é preciso trazer sempre informações acerca dos seus produtos, para isso a assessoria de imprensa pode ser tida como uma boa maneira na execução dessa tarefa, ela tem a capacidade de trazer informações ao mercado e dessa forma é passada uma imagem de uma empresa que é destaque na sua área. (MARTINS; MARIANO, 2013)

Uma boa assessoria de imprensa deve conseguir entender o mercado e ter a capacidade de elaborar planos para qualquer que seja o segmento que ela esteja envolvida. Tal plano deve estar inserido de maneira mais geral com relação a comunicação e também ao plano de marketing, tendo apoio de eventos, comunicação direta e de propaganda para que a empresa possa tirar uma imagem de ser uma empresa chata que tem apenas o intuito da venda e

coloca-la no âmbito de um parceiro de negócios, agregando dessa maneira mais valor à sua marca e colocando em evidência no mercado (MARTINS; MAIANO, 2013).

2.5 ASSESSORIA DE IMPRENSA COMO GESTORA DE CRISES

De acordo com Lopes (2000) através da assessoria de imprensa se torna possível para uma empresa a possibilidade de trazer à tona a identificação antecipada de crises que possam vir a rondar a organização, essas crises podem causar mudanças de diversas maneiras na sociedade.

A opinião pública para Rabaça e Barbosa (2001) é um agregado de opiniões que predominam em uma determinada localidade. Ela é manifestada de maneira coletiva, os valores que interferem para o desenvolvimento desse tipo de opinião são psicológico, sociológico e histórico.

Martins e Mariano (2013) consideram que ter o apoio da opinião pública é algo que é desejado de maneira completa por qualquer que seja aquele que tem algo a oferecer a sociedade. Empresas que pretendem obter uma posição de destaque precisam estar preocupadas com a maneira que a sua imagem é passada ao público, pois caso o contrário se faz praticamente impossível que essa empresa consiga passar uma imagem institucional positiva e que consiga gerar valor e credibilidade para o mercado.

Ignorar a opinião pública é uma forma ingênua de lidar com a necessidade de profundas mudanças que ocorreram no mundo ao longo do século atual. Essa mudança ocorre graças ao crescimento gigantesco de informações, a democratização do acesso à informação e a percepção da sociedade enquanto aos seus direitos e deveres como consumidores (MARTINS; MARIANO, 2013).

Sabendo da rapidez que as informações podem tomar quando se propagam pelos veículos de comunicação, é necessário ter a perfeita compreensão do impacto que isso pode causar na imagem de uma organização, uma crise tem o poder de abalar ou até mesmo em casos mais extremos de gerar a destruição da imagem de uma organização perante o mercado, uma má comunicação durante um período de crise poderá significar o fim para uma organização (AZEREDO, 2010). Para Azeredo (2010) na chegada de uma situação de crise deve-se imediatamente realizar a montagem de todo um aparato para poder lidar com tal

momento, isso irá exigir a participação de diretores, advogados, e também do departamento de comunicação da organização. No momento de tal situação a honestidade é o melhor caminho para ser seguido, a mentira poderá atrapalhar ainda mais o momento que é enfrentado pela empresa. O assessor durante tal situação não deve deliberadamente expor toda a situação, porém quando der alguma declaração, essa deverá ser em sua totalidade verídica.

No combate a uma crise Azeredo também traz à tona a necessidade de se criar um discurso único, dessa forma deve ser evitado que muitas pessoas expressem opiniões ao mesmo tempo.

Uma maneira de se administrar uma crise é também descrita por Carvalho e Reis (2009), para ele no caso de uma crise chegar a um patamar superior ao que era esperado, ocorre que os jornais começam a persistir em um assunto e dessa maneira essa crise pode chegar à pauta de algum jornal de grande repercussão nacional, dessa forma o autor informa que quando passou por tal situação ele desenvolveu um site onde ele a cada quinze minutos atualizava informações e remetia os jornalistas para esse site.

Assim, o momento de crise é um momento para que sejam evitadas as mentiras e que a empresa se prepara para com a devida responsabilidade expor sua situação perante o público, as explicações devem ser dadas de maneira responsável, pois uma má gestão de crise tem o potencial de ocasionar estragos irreparáveis para uma organização nesse momento, portanto ter cautela e saber como proceder podem evitar situações que ponham a credibilidade de uma organização em risco e salvar sua reputação perante o público em um momento de descrédito.

2.6 ASSESSORIA DE IMPRENSA E ÉTICA

As organizações também possuem um compromisso com a informação, dessa maneira elas devem levar a sério o trabalho das assessorias em se manterem sempre verídicas e preocupadas em sempre manter uma boa imagem perante a opinião pública. O assessor terá a responsabilidade de buscar trazer a união perante os departamentos da empresa e dessa forma desenvolver um relacionamento positivo dentro da organização. (MARTINS; MARIANO, 2013)

De acordo com Bueno (2003) a transparência é uma das principais ferramentas que podem ser utilizadas pelas organizações, pois ela tem o potencial de trazer uma relação de

confiança entre os seus públicos. Perante a sociedade uma informação não deve ser posta sobre a verdade, pois a transparência é sempre cobrada e uma divulgação falsa de fatos pode colocar a empresa em uma situação passiva de penalização perante a imprensa.

Segundo Pecin (2010) em certo sentido atenta-se para a questão de que a assessoria de imprensa vai de contramão os princípios do jornalismo visto que nesse tipo de situação ele vai contra a imparcialidade. Já que nesse tipo de situação para aquele assessor de imprensa o bem-estar da organização na qual ele faz parte é o mais importante naquele momento.

Martins e Mariano (2013) alegam que consolidar a imagem de uma marca é algo que faz parte de um planejamento estratégico e que os seus efeitos somente poderão ser sentidos a longo prazo, pois para que isso ocorra são envolvidos diversas atividades da assessoria de imprensa, ela necessita elaborar publicações tanto internas quanto externas; precisa enviar releases a imprensa; elaborar conteúdo para sites e mídias sociais, dentre várias outras funções que terão a capacidade de levar a empresa a consolidação de sua marca.

Dentre as ferramentas de comunicação utilizadas pelo assessor de comunicação tem-se a edição de jornais, revistas, sites de notícia e material jornalístico para vídeos (FENAJ, 2007). Além da mídia externa, pode o assessor de imprensa atuar na comunicação interna da empresa, na produção de conteúdo voltados para os clientes internos (HRENECHEN; SOARES, 2016).

Dessa maneira Lopes (2000) alerta que as empresas precisam estar constantemente prontas para fornecer uma resposta de forma rápida e objetiva, de uma maneira que não traga comprometimento a imagem da mesma, e para que isso seja possível um profissional da comunicação deverá estar incluído nesse planejamento.

Assim Chinem (2006) afirma que uma relação baseada na confiança entre o seu assessor e o seu assessorado traz facilidade para a tomada de decisões durante um momento de crise. O Assessor deverá ter comprometimento com a proposta trazida pela empresa e a sua política, sempre que a mesma necessitar de alterações, e por causa de tal situação muitos colegas de veículos de imprensa veem o assessor com uma certa desconfiança. Porém ser fiel a seu cliente não deve ter o significado de ser infiel a sua profissão de jornalista, deve exatamente significar que transmitir essas informações ajudam na criação da cidadania.

CONCLUSÃO

A partir dessa pesquisa foi possível entender e compartilhar a função de assessor de imprensa, uma atividade complexa que pautada na ética garante a veracidade dos fatos. Embora a assessoria de imprensa seja uma atividade ligada a instituições, passou a ser mais buscada por pessoas públicas. No entanto, foi visto que tanto empresas públicas como privadas precisam do assessor de imprensa para informar a sociedade sobre suas ações, visando promover sua boa imagem.

REFERÊNCIAS

- ALVEZ, A. E. A. NOBREGA, Z. S. N. A relação do jornalismo e assessoria de imprensa em João Pessoa: a rotina produtiva das agências Integrativa e News Comunicação. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Fortaleza-CE. 29 jun. a 01 jul. 2017. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-0820-1.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- AZEREDO, B. R. **O Papel e a Importância das Assessorias de Imprensa nas Organizações**. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro. 2010.
- BUENO, W. **Comunicação empresarial: teoria e pesquisa**. São Paulo: Manole, 2003.
- CARVALHO, C; REIS, L. M. A. **Manual Prático de Assessoria de Imprensa**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2009.
- CHINEM, R. **Comunicação Empresarial: teoria e o dia a dia das assessorias de comunicação**. São Paulo: Horizonte, 2006.
- DUARTE, J. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- DUARTE, J. (Org.). **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia: Teoria e Técnica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas. **Manual Assessoria de Comunicação**. Brasília, 1985.
- FENAJ- Federação Nacional dos Jornalistas. **Manual Assessoria de Comunicação/Imprensa**. Brasília, 2007. Disponível em <http://fenaj.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

FOLHA, Online. **Um jornalismo cada vez mais crítico e mais criticado**. 1997. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/projetos-1997-4.shtml>. Acesso em: 25 abr. 2021.

GUIMARÃES, R. N.; REIS, L. C. M. dos R. A Ética profissional na assessoria de imprensa. **Revista eletrônica Cosmopolitana em ação**. Cosmos. v. 4, n. 1, p. 01-12, 2017.

HRENECHEN, V. C. DE A. T. SOARES, A. S. S. Análise da assessoria de imprensa como atividade jornalística. **EIICS**, 2016.

KOTLER, P; ARMSTRONG, G. **Princípios de Marketing**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

LOPES, M. **Quem tem medo de ser Notícia?** da informação à notícia - a mídia formando ou "deformando" uma imagem. São Paulo: Makron Books, 2000.

MARTINS, S; MAINO, JOELMA. A assessoria de imprensa como ferramenta de marketing e construção de imagem da marca. **X Congresso Online – Administração**. 7 a 9 nov. 2013.

PECIN, G. D. G. Um Estudo sobre a Assessoria de Imprensa como Atividade Jornalística. **XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste**. Goiânia. 27 a 29 mai. 2010.

RABAÇA, A. C.; BARBOSA, G. G. **Dicionário de Comunicação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus. 2001.

RIBEIRO, V.; CAMPELO, F.; RODRIGUES, I.; MARMELO, M. ROCHA, M. A assessoria de imprensa e as redes sociais: Estudo de caso sobre as mudanças no relacionamento fonte-jornalista e o processo de produção do press release, **Comunicação Pública**, n. 10, v. 19, 2015.

RÜDIGER, F. **Tendências do jornalismo**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2003.

SANTANA, L. F. V. **O papel da assessoria de comunicação no relacionamento entre as organizações e seus vários públicos**. Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2012.

SILVA, R. C. de O. **Doar por amor**: elaboração de revista para o hospital de câncer de Barretos. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo à Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Campus de Frutal, sob a orientação do Professor Fernando Ringel. Frutal (MG) 2017.

SODRÉ, N. W. **A história da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

IMPLICAÇÕES
SOCIOAMBIENTAIS
DE UMA
PANDEMIA

SOCIO-
ENVIRONMENTAL
IMPLICATIONS OF
A PANDEMIC

MARINHO, Valdemiro Lopes [1]
JESUS, Vanessa Damasceno de [2]
DAMIÃO, Paula da Silva [3]

[1] Professor, Coordenador do
GEMA e Líder do GPTEEJA na
UNEB. E-mail:

miomarinho60@gmail.com

[2] Estudante de Geografia e
membro do GEMA na UNEB. E-
mail: nyssajesus@gmail.com

[3] Estudante de Pedagogia e
membro do GEMA na UNEB. E-
mail:Paula.damiao@yahoo.com.br

RESUMO

O presente estudo aponta que para a Humanidade lograr uma qualidade de vida satisfatória, ela depende do meio ambiente, sendo dever do poder público e da coletividade garantir e efetivar o direito a esse meio ambiente ecologicamente equilibrado. O ano de 2021, vem sendo marcado por uma avalanche de problemas socioambientais não somente na saúde, mas, no que se refere a violência, desmatamento, política, entre outros. E mais os apelos, vindo por toda parte do planeta, suplicando por vacinas no combate ao vírus ceifador de vidas. A nova onda e suas variantes originárias da África do Sul, Brasil e Reino Unido, já atingiram mais 70 países. Ante tal condição, este trabalho é parte do estudo realizado em 2020, com professores e estudantes e das atuais discussões realizadas semanalmente nas reuniões on-line do Grupo de Estudo em Educação e Meio Ambiente (GEMA) do campus XI da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que tem como objetivo estudar e dialogar sobre os problemas socioambientais e o coronavírus, no território do sisal. Ampara-se na abordagem qualitativa, apresenta possíveis resultados e considerações finais. Objetivando assim a retroalimentação das ações do GEMA nos espaços formais e não formais na comunidade.

Palavras-chave: Educação Socioambiental.
Coronavírus. Comunidade. GEMA.

ABSTRACT

The present study points out that for Humanity to achieve a satisfactory quality of life, it depends on the environment, and it is the duty of public authorities and the community to guarantee and enforce the right to this ecologically balanced environment. The year 2021 has been marked by an avalanche of socio-environmental problems, not only in health, but in terms of violence, deforestation, politics, among others. And the appeals, coming from all over the planet, pleading for vaccines to fight the life-scavenging virus. The new wave and its variants originating in South Africa, Brazil and the United

Kingdom, have already reached 70 more countries. In view of this condition, this work is part of the study carried out in 2020, with teachers and students and of the current discussions held weekly in the online meetings of the Study Group on Education and Environment (GEMA) on campus XI of the University of the State of Bahia (UNEB), which aims to study and discuss social and environmental problems and the coronavirus in the sisal territory. It is supported by the qualitative approach, presents possible results and final considerations. Thus, aiming the feedback of GEMA's actions in formal and non-formal spaces in the community.

Keywords: Socioenvironmental Education. Coronavirus. Community. GEMA.

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2020 e o início de 2021, tem deixado a Humanidade em choque, assustada, preocupada diante ao invisível vírus que surgiu no final de 2019 em Hubei na China. A avalanche das novas variantes do coronavírus, infelizmente, aterrissou em terras brasileiras e a mais preocupante é a variante brasileira, que surgiu em Manaus. Desde o seu início em 2019, esse maldito vírus, atravessou fronteiras e atingiu cinco continentes, manifestando sintomas e causando a maldita doença que inspiram cuidados, a Covid-19.

Os Coronavírus são organismos acelulares, pequenos e simples, protegido por uma capa proteica que envolve o material genético. Tem se alastrado de forma espantosa, e no município de Serrinha – BA, localizado no território do Sisal, onde está instalado o Campus XI da UNEB e o GEMA, grupo impulsionador deste estudo, não foi diferente de outras partes do Brasil e do mundo, registrando aumento de casos de contaminação e de morte, principalmente agora com a segunda onda, a qual estamos enfrentando com os serviços de saúde em alerta diário sobre a ocupação de quase 100% dos seus leitos.

A população apela por um serviço de saúde completo e de qualidade. Todos os seres existentes necessitam do meio ambiente e dos recursos naturais para viver em harmonia. Cientistas alertam sobre a destruição dos habitats, isto contribui na proliferação de doenças, já que os patógenos aumentam com facilidade e se espalham para os animais não humanos e destes para os animais humanos.

Assim, este estudo foi desenvolvido com a finalidade de promover o diálogo com professores e estudantes sobre os problemas socioambientais e o novo coronavírus, através da aplicação de uma enquete on-line, e atualmente ampliar e aprofundar os estudos nos encontros semanais do GEMA, sobre o invisível vírus, nessa avalanche da segunda onda, com tantas variantes. Apoiou-se na pesquisa participante, com abordagem qualitativa, no intuito de

despertar os envolvidos sobre os problemas e a busca de possíveis soluções, assim como na pesquisa bibliográfica, com levantamento em material já publicado para leitura e fundamentação do trabalho.

Buscou-se apoio nas recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), nas políticas socioambientais e com base nos princípios da educação, que possam contribuir com as ações que serão executadas durante e pós pandemia com o público escolar e não escolar, bem como afirma Sato (2004, p. 17), “reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social”. E assim construir conhecimentos que venham contribuir com as finalidades do GEMA no contexto atual.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PESTES, PANDEMIAS E AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS

Na história da humanidade, não é nenhuma novidade, sobre os registros de mortes causadas pela transmissão de doenças infecciosas, em pleno século XIII e XIV, a peste negra ceifou a vida de mais de 40% da população europeia. Os estudiosos da época atestaram que o surto foi por piolhos e pulgas encontrados nas roupas, nos corpos humanos e nos ratos que circulavam livremente pelas cidades.

Assim, como no final da primeira guerra mundial – a gripe espanhola, registrou 5% de óbitos em toda a população mundial. Alguns estudos da época apontaram que em termos de números, foi mais letal que as ameaças da própria guerra.

O ciclo de doenças rodeia a humanidade; a ebola tem no morcego, o seu provável vetor, enquanto que, a dengue, a febre amarela, tem seu transmissor o mosquito, assim como alguns especialistas concordam que o coronavírus tem o morcego de Wuhan como o seu principal vetor. Certo é que muitas suspeitas e desconfiças não foram confirmadas. E por falta de comprovações científicas, não se corta o mal pela raiz. As doenças infecciosas transmitidas entre os animais não humanos e os animais humanos, representam 60% das doenças infecciosas em humanos. Os argumentos apresentados em diversos estudos, são reflexos de uma política negligente, a qual visa o capitalismo sem se importar com as causas e consequências que estas podem gerar para a população. Bem como, discorre o filósofo italiano, Giorgio Agamben, ao

afirmar que existe um “paralelo entre as medidas de emergência motivadas pela pandemia, especialmente o distanciamento social, e as formas totalitárias de governo, chamando a atenção para a ‘crescente tendência de usar o estado de exceção como paradigma normal de governo’”.¹ Assim como, os comércios de animais selvagens não existem por serem exóticos, atrativos ou afrodisíacos, mas por necessidade: a fome se faz presente na China, como também em outros países.

A Agência Europeia do Ambiente (AEA), divulgou que as cidades de Bruxelas, Paris, Madrid e Milão pontuaram entre os dias 5 e 25 de março de 2020, uma significativa redução de dióxido de nitrogênio, isso em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Com o fechamento de indústrias, fábricas e comércio, além das restrições de viagens, mesmo que temporários, para conter a disseminação do novo coronavírus, o ambiente pontuou como favorito nas baixas taxas de emissões de poluentes na atmosfera. A exemplo disso, tivemos a cidade de São Paulo que registrou índices de redução de poluição atmosférica em torno de 50%, no período crítico da pandemia no Brasil.

A Organização das Nações Unidas (ONU), responsável por promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente dos recursos naturais na circunstância do desenvolvimento sustentável, em 2016, disponibilizou em seu Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o estudo “Emerging Issues of Environmental Concern”,² um capítulo desse documento foi dedicado e demonstrou a relação da expansão das zoonoses com a destruição dos biomas.

Assim, as pessoas em todo o mundo tiveram que, repentinamente, dar início a uma nova forma de vida, numa convivência mais demorada com os membros da família, bem como aprender a conviver e lidar com algo invisível que tem um poder de disseminação rápido, transformando numa doença de letalidade perigosa, que é a Covid-19.

O confinamento das pessoas em domicílio, deu lugar aos animais não humanos, a respirarem melhor e a circularem livremente em seus próprios habitats sem serem perseguidos e apedrejados. Isso possibilitou a ouvir-se em cada horizonte, o canto, o eco e sons dos animais

¹ Disponível em:

<https://www2.boitempoeditorial.com.br/produto/reflexoes-sobre-a-pestes-ensaios-emtempos-de-pandemia-971>.
Acesso em: 10 mar.2021.

² Disponível em:

https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/7664/Frontiers_2016.pdf.sequence=1&isAllowed=y.
Acesso em: 22 fev. 2020.

não humanos. Como bem confirma Martins *et. al.* (2020, p. 6), sobre a ambição humana, “o animal humano esqueceu que foi o último chegar à história evolutiva do planeta. Os vírus, por exemplo, estão aí há bilhões de anos antes dos humanos e as bactérias estão aqui desde o princípio da vida”.

No território do Sisal a presença de aves bem como de outros animais, que há muito tempo não eram vistos, voltaram a ser observados ao amanhecer e entardecer no semiárido nordestino, tal comprovação, é compartilhada pelo o estudo de Martins *et. al.* (2020, p. 7), quando relatam sobre a presença de animais nos “pontos turísticos, do Pão de Açúcar e Baía de Guanabara”.

É necessário um fazer diferente na busca por mudanças e proteção coletiva que garantam a qualidade de vida para as espécies humanas e não humanas do planeta terra; os humanos vivem carentes de abraço, chamego, cheiro, carinho ou mesmo de um afetuoso aperto de mãos, pois, estar por perto de quem você gosta ou deseja, tornou-se difícil.

2.2 RE(FLEXÕES) EM TEMPOS DE PANDEMIA

O ser humano é caracterizado por ser esperançoso e resiliente, é um ser que possui uma alta capacidade de adaptação em diversas realidades, nada parecia ser capaz de parar o ser humano, no entanto, a partir do início do ano de 2020 foi mostrado uma realidade humana totalmente diferente do habitual. Uma pandemia foi capaz de desfazer sonhos, planos, metas e até ceifar vidas. Muitos dos seres humanos que eram esperançosos e resilientes acabaram sucumbindo em face da SARS-CoV-2. Santos, alerta que:

De repente, a pandemia irrompe, a luz dos mercados empalidece, e da escuridão com que eles sempre nos ameaçam se não lhe prostrarmos vassalagem emerge uma nova claridade. A claridade pandêmica e as aspirações em que ela se materializa (SANTOS, 2020, p.10).

De maneira tão rápida, o cruel vírus se propagou e, com isso pairou no ar incertezas, medos e aflições em face da realidade posta. O que muitos não imaginavam é que a pandemia (que foi assim definida pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020), teria longa duração e milhões de vítimas fatais. A pandemia da Covid-19 parou tudo, economia, política, ensino, diversão... O que não parou mesmo foi a circulação do vírus e das pessoas pelo

mundo, mesmo com as alertas dos órgãos de saúde. Santos (2020, p. 6). “Em cada época histórica, os modos de viver dominantes (trabalho, consumo, lazer, convivência) e de antecipar ou adiar a morte são relativamente rígidos e parecem decorrer de regras escritas na pedra da natureza humana”.

O vírus teve seu início em Wuhan, na China, mas não se limitou apenas à China. O vírus segue em alta nos Estados Unidos e assustadoramente no Brasil, chegando a registrar mais de 3 mil mortes diárias causadas pelo coronavírus. A realidade brasileira atual é mais delicada do que no início da pandemia quando ainda não tinha vacina contra a Covid-19, o Brasil continua sendo motivo de preocupação para muitas autoridades globais. Iniciou-se o processo de vacinação, mas ainda assim, os números de infectados e de mortos seguem em alta, provocando assim um colapso no sistema de saúde brasileiro. Para Reich, *et. al.* (2020, p. 50-51), “o caso brasileiro talvez seja o mais ilustrativo dos danos que um governo pode causar à sua população ao omitir-se na adoção de medidas de proteção à saúde e à integridade física de seus cidadãos”.

O Brasil hoje se encontra em seu pior momento desde que a pandemia começou, tudo isso por causa da omissão e falta de um plano nacional pelo poder executivo em relação a propagação e a letalidade do vírus, se as medidas sanitárias fossem divulgadas ou reforçadas por parte deste, certamente o cenário brasileiro seria diferente.

Logo que foi definido a pandemia, algumas pessoas foram consideradas como sendo do grupo de risco, no entanto, hoje em dia não se pode mais falar apenas dos grupos de risco, haja vista que o vírus segue fazendo todos os seres humanos de vítimas. Para Santos (2020):

A etimologia do termo pandemia diz isso mesmo: todo o povo. É difícil compreender ‘a cruel pedagogia do vírus’ quando centenas e até milhares de famílias choram a dor de seus entes-queridos, choro esse que na maioria das vezes é causado pelo simples fato de ter feito uma visita. Uma pandemia desta dimensão provoca justificadamente comoção. Apesar de se justificar a dramatização, é bom ter sempre presente as sombras que a visibilidade vai criando (SANTOS, 2020, p. 7-8).

A dramatização do coronavírus é justificada por conta dos seus resultados negativos, mas vale também ressaltar que o vírus foi responsável por trazer à tona muitas mazelas sociais que estavam camufladas. O racismo, a fome, a falta de saneamento básico, o feminicídio, violência contra a mulher e a falta de muitos direitos básicos sociais. Se for feita uma análise criteriosa dos fatos perceberá que a Covid-19 veio mostrar as situações de misérias em que se

encontram muitas famílias brasileiras e que diante dessas fragilidades essas pessoas se tornaram e se tornam as principais vítimas do vírus.

De acordo a Reich, *et. al.* (2020), o coronavírus é capaz de fazer um alto número de vítimas e que para além disso, essa pandemia mostra, contudo, o seu grande poder de letalidade que pode ser superior ao de muitas guerras. Nos Estados Unidos, grande potência mundial, por exemplo, em apenas dois meses o total de vítimas da Covid-19 superou o número de americanos mortos na guerra do Vietnã, guerra essa que durou mais de uma década.

Reich, *et. al.* (2020, p. 50), destaca que, “o poder executivo federal, em nome da defesa de interesses econômicos, tem feito tudo o que pode para boicotar o isolamento social, condenando publicamente os governadores de Estados que o adotaram”. Quando ocorre essa discordância com relação as medidas preventivas do não avanço do vírus, fica extremamente complicado frear o vírus, haja vista que a população na maioria das vezes não sabe quais medidas adotar com relação ao coronavírus, pois boa parte da população parece não entender a gravidade do vírus, ou até mesmo relaxam.

O ser humano tornou-se inimigo do próprio ser humano. Festas com aglomerações continuam acontecendo, muitas pessoas ignoram o uso de máscaras, não respeitam o distanciamento social, tampouco aplicam o álcool em gel e com isso o vírus continua seu caminho deixando rastros. O negacionismo tem contribuído muito para o aumento das mortes, uma vez que boa parte dos brasileiros não acreditam nos estudos científicos e o governo federal não investe na ciência e quando isso acontece a sociedade de maneira geral perde muito ao tentar negar a importância e o valor da ciência.

Infelizmente, “até hoje, países como o Brasil continuam a negar a gravidade do problema, ainda que o número de mortes aumente diariamente, e tornamo-nos pouco a pouco um dos países com o maior número de pessoas infectadas” (REICH, *et. al.*, 2020, p.8).

Sabe-se que, ainda existe muito o que ser feito por parte de todos, e enquanto a vacina não chega para todos os brasileiros, recomenda-se que as pessoas continuem praticando as medidas de prevenção contra o vírus: usando máscaras, higienizando as mãos com frequência e claro, manter o distanciamento social. A pandemia nos ensinou muito, e um desses ensinamentos é que precisamos cuidar mais uns dos outros, precisamos acreditar e investir mais na ciência, estender os nossos cuidados aos animais e ressignificar a nossa relação com a natureza que também necessita dos nossos cuidados.

Que este terrível vírus nos humanize mais, afim de que possamos amar mais, compreender mais, valorizar mais. O futuro é uma construção diária, a pandemia com suas restrições está a nos moldar e a revelar que alternativas sustentáveis são possíveis e que os sujeitos se adaptam a novas maneiras de ser e de viver quando necessário e urgente.

2.3 OS GOVERNANTES NO CONTROLE DA COVID-19

Vive-se um período em que tudo se transformou em caos e incertezas em decorrência da pandemia do coronavírus e, em meio a tudo isso, a sociedade mais do que nunca deposita sua esperança e confiança nos governantes, os quais detém o poder para adotar medidas que venham controlar esse vírus, cuja ação tem desestabilizado os sistemas de saúde, a economia mundial e também a rotina das pessoas.

Enquanto o mundo estava preocupado com a vacina, o Presidente da República Brasileira, fazia pouco caso da mesma, o que se vê ao redor do mundo é que diversos países investiram e continuam investindo em uma cultura de prevenção contra o vírus, enquanto que, no Brasil muito pouco foi feito nesse sentido.

Algumas poucas autoridades políticas (governadores e prefeitos especificamente) tem levado em consideração as recomendações científicas, resolveram adotar medidas de segurança mais drásticas na tentativa de frear o vírus. Adotaram o lockdown, fechamento parcial ou total de fronteiras e de estabelecimentos considerados não essenciais, ainda assim, essas medidas não estão resolvendo o problema, pois essas e outras medidas que são adotadas por governadores estaduais e prefeitos municipais são criticadas pelo próprio presidente da República e seus fiéis apoiadores.

Alguns governadores seguem firmes na tentativa de frear o vírus, mas não basta que apenas governadores faça sua parte, é necessário o empenho e envolvimento de todos para que, tal situação seja controlada.

Nesse sentido, é impossível não trazer para a discussão as ações contrárias que têm se apresentado como um grande obstáculo para que muitos governantes, principalmente os estaduais e municipais desempenhem com eficácia o seu papel. Essa é a situação do Brasil, onde, em um cenário de crise no qual se faz necessária a cooperação entre todos os poderes a fim de preservar a vida da população, encontra-se um Presidente da República caminhando em

direção oposta, provocando assim confusão na população, já que enquanto a OMS (BRASIL, 2020) e o próprio Ministério da Saúde (MS) brasileiro orientam sobre algumas medidas já ouvidas anteriormente onde o presidente profere discursos contrários; e além dos discursos, suas ações reforçam comportamentos que contribuem para que a vida de milhares de pessoas estejam em risco. Desse modo, segundo Martins *et. al.* (2020, p.4):

Os discursos que circulam pelos noticiários não poderiam ser mais contraditórios. Enquanto a Organização Mundial da Saúde – OMS e o Ministério da Saúde do Brasil fazem campanhas pelo isolamento social, tentando, de todas as formas possíveis, conter a transmissão descontrolada do vírus por toda a população brasileira, sugerindo medidas de higiene, distanciamento físico e isolamento, o Presidente da República Jair Bolsonaro saiu, em frente ao Palácio do Planalto, vestido com a camisa da seleção brasileira de futebol, em meio a uma manifestação pró-governo, tocando as pessoas, fotografando e contrariando todas as medidas ditas anteriormente.

É importante ressaltar que, não é só o Presidente da República que contraria as orientações, existem pessoas que mesmo sabendo dos riscos apresentados pelo coronavírus, insistem em sair sem necessidade, promover festas com aglomerações, não obedecendo às medidas de prevenção e incentivando outras pessoas a não cumprirem as recomendações feitas, uma realidade que se faz presente em diversos estados do Brasil.

A situação tornou-se crítica em 2021, bem pior da qual passamos em 2020, requerendo dos governantes mais investimentos em ações de saúde pública, bem como em pesquisa e tecnologia, sendo necessário que todas as nações despendam esforços e articulem medidas, buscando atender às determinações da OMS no combate ao coronavírus. Ao si referir a atrasos e decisão política, Negri *et. al.* (2020), afirmam que:

No Brasil as iniciativas de coordenação pelo governo federal, em especial pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), ainda estão se iniciando. Foi instituído no começo de março de 2020 o Comitê de especialistas Rede Vírus – MCTIC, que pretende exatamente promover a integração dos esforços de pesquisa científica e desenvolvimento; definir as prioridades de pesquisa; articular e integrar as iniciativas de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI); e promover o desenvolvimento de tecnologias sobre viroses emergentes.

Enquanto isso, observa-se que o vírus não escolhe vítimas, embora se tenha um grupo de pessoas que são consideradas mais vulneráveis e que fazem parte do chamado grupo de “risco”. Assim, este terrível vírus que assola a humanidade tem demonstrado que é necessário que os seres humanos se humanizem verdadeiramente. As novas variantes já contaminam uma

geração, que os cientistas não previam em seus estudos. Esse terrível vírus que assola a humanidade tem exigido mais humanização e amor entre as pessoas.

2.4 COLABORAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E OS ESTUDANTES

São várias as instituições que buscam encontrar as melhores estratégias que evitem as aglomerações, respeitando todas as orientações que a OMS, a OPAS e o Ministério da Saúde indicam, estas têm colaborado através dos recursos laboratoriais e profissionais das próprias instituições no desenvolvimento de projetos com vistas a combater à Covid-19 (SEMESP, 2020).

A aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), no dia 28 de abril de 2020, das já conhecidas diretrizes para orientar os gestores das escolas e das IES sobre o novo coronavírus (BRASIL, 2020). Instigou as instituições de ensino a se desdobrarem na busca de estratégias, para atingir os estudantes, além das promoções das lives, encontros e reuniões, que já vinham ocorrendo por iniciativas das próprias universidades e das demais instituições de ensino. Na UNEB, essa mesma prática foi aplicada, vale destacar o “Projeto Face Shield for Life 3D”, desenvolvido em parceria com a Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP) e a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), que as máscaras foram doadas aos profissionais de saúde da linha de frente no atendimento (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 2020).

Ademais, a UNEB produziu em seus diversos departamentos material educativo em formato de mídias digitais a exemplo de (cards, vídeos curtos, videoaulas, *podcast*, *slidshare*, material em LIBRAS). Serviços de teleatendimento e teleacolhimento. Produção de insumos e desenvolvimento de equipamentos/tecnologias: EPIS, álcool em gel, sabonetes, lavadores públicos, respiradores. Realização de seminários, encontros atividades culturais e desportivas, debates, oficinas, festivais via web. Produção de cartilhas, artigos, ensaios, textos etc. Orientação financeira, jurídica, acolhimento psicológico, auxílio a idosos e grupos de maior vulnerabilidade socioeconômica entre outros. Uma média de 60 projetos em áreas prioritárias: educação, saúde e tecnologia (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 2020).

Diante disso, é possível perceber que as instituições de ensino têm colaborado de forma contínua para o combate ao novo coronavírus, visto que essas colaborações são feitas de

maneiras diferentes, mas com o mesmo objetivo. Lembrando que é importante sempre buscar meios para que toda a população tenha acesso a esses cuidados, pois só assim o coronavírus pode ser aniquilado.

Vivencia-se um momento em que, em escala mundial, a vida de todos mudou, seja a pessoa rica ou pobre e se tratando dos estudantes, estes também correram atrás das alternativas, na possibilidade de desenvolverem atividades acadêmicas mediados por tecnologias digitais, nesse período de confinamento, o normal tornou-se “anormal”, para alguns poucos exercer atividades on-line é possível, mas para a maioria, esta prática além de inviável é impossível para cada caso de realidade de características econômicas dos estudantes e também pela ausência de rede de internet em localidades de suas moradias.

Desde o início do confinamento, as instituições vêm viabilizando formas para o ensino e a aprendizagem dos estudantes, seja ele do ensino público ou privado, disponibilizando materiais de estudos em *sites*, *links*, *lives*, plataformas, ações que chamem a atenção de todos e reforçam a sensação de coletividade.

Salienta-se, que muitas instituições de ensino superior, no gozo de sua autonomia universitária, e após a Portaria nº 374/2020 do MEC, baixaram resoluções com vistas a antecipação de colação de grau (formatura on-line) dos diversos cursos institucionais, desde que tenham cumprindo todos os requisitos de carga horária, tantos nos cursos de regime de internato, como os de estágios obrigatórios.

O confinamento tem promovido a união de algumas pessoas no controle do coronavírus, a exemplo dos estudantes do curso de Sistema de Informação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRP), que criaram um aplicativo, onde usuários faz aplicação sem sair de casa; na UNEB, campus XI, os estudantes do curso de Pedagogia, através do Diretório Acadêmico, promoveu *lives com diversos temas*; o GEMA recomendou leituras de livros e artigos socioambientais e a Covid-19 e promoveu *live socioambiental*; os estudantes do curso de Administração, promoveram através da Realiza, Empresa Júnior, *lives* sobre o coronavírus, ambas as atividades foram realizadas em consonância com o Departamento e os respectivos colegiados dos cursos. Segundo o Portal G1 PR (2020), esse período de confinamento fez com que professores de Londrina criassem plataforma para ajudar estudantes de instituições pública e privada a não diminuïrem a rotina de estudos, com isso, oferecendo cursos gratuitos, pois, não é apenas tempo de confinamento, mas também de solidariedade.

2.5 VACINA, CIÊNCIA E OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Já existe vacina no Brasil, é verdade, mas até agora menos de dez por cento da população já recebeu ao menos uma dose da vacina, no entanto, muitas pessoas encontram várias dificuldades para serem vacinadas, houve casos em que profissionais de saúde fingiram aplicar vacina no paciente, quando na verdade as seringas estavam vazias e, por último, mas não menos revoltante, temos ainda a campanha contra a vacinação que vem sendo disseminada por algumas pessoas que exercem poderes políticos aqui no Brasil e até mesmo tentam desmerecer a eficácia da vacina.

Se para muitos a esperança era o último alento, agora, a vacina se tornou a esperança. Entretanto, o Brasil, atrasou e demorou em fechar acordos com os países que estão produzindo vacinas desde a fase de testes e, conseqüentemente, agora encontra dificuldades para adquirir a quantidade de vacinas suficientes para vacinar 70% da sua população.

Os primeiros casos foram tratados como uma pneumonia viral, já que se sabia muito pouco sobre o patógeno, muito menos que se tratava do início da propagação de uma doença que se tornaria um desafio sanitário global.

Além das vacinas já existentes, atualmente, vem sendo investigadas e produzidas novas vacinas, com vistas ao combate as novas variantes do vírus, assim como as tentativas e esforços na descoberta por tratamentos e medicamentos específicos, com testes através de ensaios clínicos, que comprovem a sua eficácia. Nesse sentido a OMS está coordenando esforços para desenvolver vacinas e medicamentos para prevenir e tratar a Covid-19 (OPAS/BRASIL, 2020).

Tais investigações permitiram que cientistas descobrissem que o novo tipo de coronavírus tem um período de incubação, e que mesmo as pessoas que não apresentam sintomas podem transmitir a doença.

Sabe-se que leva anos para se desenvolver uma vacina, mas no caso do novo coronavírus, houve uma verdadeira corrida para se conseguir conter a doença. Isso graças aos avanços da ciência e da tecnologia, que possibilitaram aos cientistas e os laboratórios acelerarem nos testes em animais não humanos, e também em humanos. Vencidas as etapas de testes e dando início a vacinação, estas continuam lentas na maioria dos países, com o Brasil não é diferente, apesar de nos últimos dias ter avançado um pouco no ritmo de vacinação e,

hoje ocupa o quarto lugar em vacinação no ranking mundial dos países mais populosos do mundo.

Apesar de alguns especialistas se sentirem céticos quanto a uma rápida solução. O trabalho de cientistas em diversos países tem constituído uma rede sólida de informações, colocando a ciência na vanguarda das decisões governamentais e isso é muito importante.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, cerca de 180 vacinas contra a Covid-19, vem sendo desenvolvidas por diversos países. Vale ressaltar, que o Brasil se transformou num grande laboratório mundial para testes de vacinas.

Alguns laboratórios, divulgaram pesquisas sobre a constituição dos tipos de vacinas, a saber: Vacinas com vírus: utilizam o próprio vírus (enfraquecido ou inativo) para estimular o corpo a produzir anticorpos; Vacinas genéticas: utilizam instruções genéticas (DNA ou RNA), de modo que o próprio corpo produza cópias de alguma proteína do vírus, estimulando assim uma resposta do sistema imunológico; Vacinas de vetor-viral: utilizam um outro vírus, que é geneticamente modificado para produzir proteínas virais no corpo e provocar uma resposta imunológica. Para isso, os vírus são enfraquecidos e não chegam a causar doenças; Vacinas a base de proteínas: utilizam uma proteína do vírus ou uma parte dela, ou ainda proteínas que imitam algo da estrutura do vírus, como seu revestimento externo, para assim provocar uma resposta imunológica no corpo.

Sabe-se que para o desenvolvimento de uma vacina eficaz, são necessários até 10 anos. Mas, com o avanço da ciência, da tecnologia e a mobilização da sociedade científica internacional, este processo foi acelerado. Pois, os cientistas tem pressa para salvar vidas humanas. Sato *et. al.* (2020, p.14) afirmam que:

A humanidade já enfrentou muitas pandemias, mas desta forma é inédita, pois ela acontece num contexto econômico e político inéditos. Há novas variáveis em jogo, apesar de todos os avanços das tecnologias e das ciências, as desigualdades sociais e ambientais criaram um fosso entre os seres humanos que tem acesso à saúde por meio de tratamentos e medicamentos e os outros que não têm.

Conforme Silva e Lopes (2020), a Covid-19 acena para outras possibilidades de “imaginário pandêmico” no antropoceno, que não sejam apenas a espera resignada da “próxima peste”, com aparatos médicos, sanitários e tecnológicos cada vez mais “preparados” e eficientes para enfrentar uma ameaça de extinção humana sempre reiterada, mas não cumprida, como um fim sempre adiado. Os profissionais da saúde estão a par de tudo que se passa em um hospital,

policlínica, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Unidade de Saúde da Família (USF), Programa Saúde da Família (PSF) e Unidade Básica de Saúde (UBS), cuidando e amparando aos que mais necessitam, quando estes buscam atendimento num destes locais de assistência médica. Atualmente, esses profissionais, travam uma dura batalha contra esse agente invisível, que ameaça a saúde pública, mantendo as pessoas reféns (GAUCHAZH, 2020). Eles estão na linha de frente do problema, arriscando a própria vida pela do próximo, empreendendo grande esforço e temerosos de serem infectados.

Segundo a equipe do Serviço de Medicina Ocupacional do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), a situação tem sido vista por muitos como um cenário de guerra, já que toda sociedade é afetada, não pelo vírus, mas pelas medidas tomadas para prevenir sua disseminação em larga escala. “A doença que assola o planeta não faz distinção entre jovens e idosos, homens e mulheres, ricos e pobres” (GAUCHAZH, 2020).

Contudo, muitos profissionais relatam que o medo não é exatamente de ser infectado, mas de que a sua contaminação represente risco a muitas pessoas que estão no seu convívio, ao seu redor, seja em casa, nas relações de amizade, no trabalho, pois apesar de serem profissionais da saúde, são, antes de tudo, seres humanos, e que medidas de prevenção se fazem necessárias para que de fato, possa vencer essa terrível pandemia.

Com certeza, a esperança tem um lugar de destaque na vida das pessoas, e é por meio dela que se encontram forças diariamente para enfrentar as dificuldades. Esperança do verbo esperar e não do verbo esperar! Assim, Sato *et. al.* (2020, p. 13) dizem que:

É preciso reinventar a experiência de estar neste mundo de uma maneira mais simples e solidária. Aliás, a experiência da solidariedade e da compaixão são pilares fundamentais da experiência humana, desde os tempos mais longínquos da civilização, em várias sociedades e este tempo nos exige que lembremos destas experiências (SATO, *et. al.*, 2020, p. 13).

3 METODOLOGIA

Devido a peculiaridade do tema, este estudo optou pelos os tipos de pesquisas: bibliográfica que “é a mais comum nos estudos acadêmicos, pois utiliza fontes escritas como livros, jornais, revistas, relatórios, artigos e outros documentos” (BARBOSA, 2006, p. 57) e a participante que “exige que pesquisadores e membros da situação investigada estejam em interação, não é possível fazer um planejamento prévio” (ALVES, 2007, p. 57). Estudo de

abordagem qualitativa, segundo Richardson (1999, p. 79), “além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Deu-se início a coleta de dados em documentos já existentes e nas 40 enquetes aplicadas, com os envolvidos no estudo. O processamento dos dados foi realizado e organizado de forma simples com o uso do Programa Microsoft Office (Word, versão 2016). O procedimento compreendeu os seguintes passos:

Passo 1: ocorreu na segunda quinzena de março de 2020, no encontro on-line com os componentes do GEMA, logo após a publicação da Portaria da Reitoria suspendendo todas as atividades presenciais em todo o campus da UNEB. A partir dessa decisão, o GEMA, a Empresa Júnior do curso de Administração, os colegiados e a direção, começou a estabelecer contatos e diálogos com os professores e os estudantes, ocasião em que se recomendou leituras, filmes, séries, com vistas a não perder o foco nos estudos, o ponto de equilíbrio, a harmonia, estimulando o relaxamento, passando segurança;

Passo 2: durante a segunda quinzena de abril de 2020, realizou-se leituras específicas sobre coronavírus e meio ambiente de livros, artigos, folhetos, boletins, jornais, consultas a *sites* etc.;

Passo 3: nos últimos dias da segunda quinzena de abril de 2020, construiu-se a enquete que foi aplicada a trinta estudantes dos cursos de Administração, Geografia e Pedagogia, sendo dez estudantes de cada curso e mais dez professores, totalizando uma população amostral de quarenta participantes;

Passo 4: na primeira quinzena de maio de 2020, foi enviada a enquete de forma on-line para os quarenta participantes que se dispuseram a participar do estudo;

Passo 5: recebimento da enquete na segunda quinzena de maio de 2020;

Passo 6: realização da leitura e processamento da enquete durante a segunda quinzena de maio de 2020 e a primeira quinzena de junho de 2020, a partir da análise dos registros de cada participante, a qual está descrita nos resultados deste estudo; estes dados, mais a consulta bibliográfica, lives, palestras, seminários, encontros semanais do GEMA, e as informações atuais sobre o coronavírus e suas variantes, permitiram a construção do presente artigo;

Passo 7: divulgação dos resultados para os participantes e para a comunidade;

Passo 8: base fundamental para atuação do GEMA junto à escola e à comunidade, no retorno das atividades presenciais. Serão realizadas, círculo de cultura, rodas de conversa,

palestras, minicursos, oficinas, teatro, programas de tv e rádio, contação de histórias, vivências e jogos ecológicos educativos, gincana socioambiental, simulações, distribuição de cartilhas e folhetos educativos que serão construídos com a temática: educação, vírus e saúde socioambiental; construção de mapas conceituais, tertúlia dialógica, paródia, literatura de cordel, painéis, palavras cruzadas, caça-palavras.

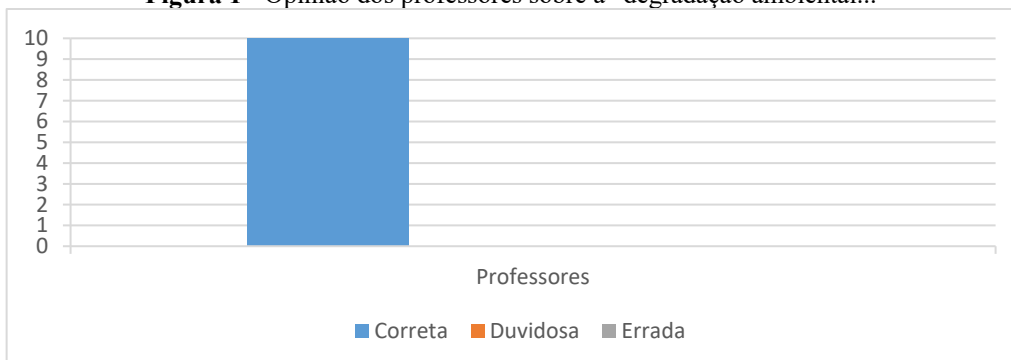
4 RESULTADOS

O vírus avassalador surgiu em Wuhan, na China, em 2019, e num curto espaço de tempo atravessou fronteiras e ganhou o mundo, atingindo a maioria dos países em cinco continentes. Segundo a OMS (2021), somente quinze (15) países, não foram atingidos pelo o coronavírus, são países menos populosos do mundo e situam-se em ilhas remotas. Vale ressaltar que os danos causados pelo vírus na Itália, Estados Unidos, Rússia, China, Espanha, França, Reino Unido, Alemanha etc. foi assustador. Essa tragédia não isentou o Brasil, que hoje está passando por uma situação grave e muito preocupante, na liderança do segundo lugar mundial em nº de mortes e casos de infectados, com registros recordes em várias cidades brasileiras.

A suspensão do semestre acabou se tornando um fator motivador para que os pesquisadores se reinventassem no contexto de replanejar as suas atividades, estabelecendo os contatos com envios de mensagens, poesias, músicas, promoção de *lives*, estas com os mais variados temas, tais como: coronavírus, aula a distância, atividade remota, relações interpessoais, isolamento, currículo EaD, aumento da violência doméstica, saúde e meio ambiente, humanização, entre outros. Tudo isso como um alento num momento de tantas incertezas.

A análise da enquete foi iniciada com os professores, que ao serem indagados sobre a afirmação: “a degradação ambiental afeta e causa o desequilíbrio de várias formas de vida e, conseqüentemente, produz riscos e agravos à saúde coletiva” (Figura 1).

Figura 1 - Opinião dos professores sobre a “degradação ambiental...”



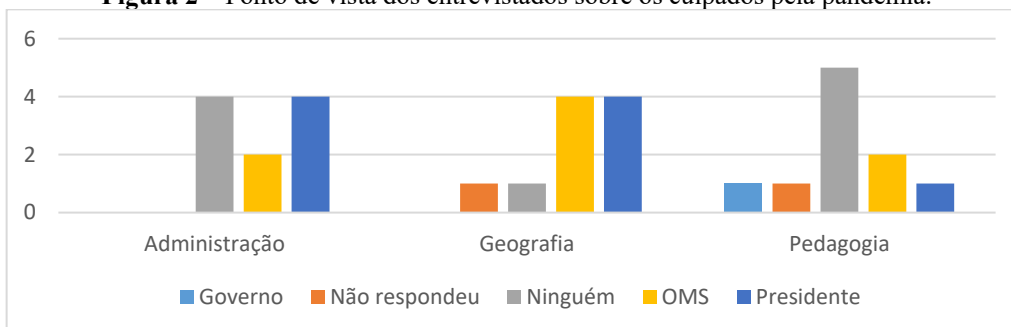
Fonte: dados da pesquisa.

Os professores comungam com o que cientistas, pesquisadores e correntes ambientalistas de todo o mundo relatam sobre a degradação do ambiente durante há muitos anos, por meio de práticas devastadoras como, desmatamentos, queimadas, e a tradição milenar do uso de pesticidas, germicidas, como, Dicloro-Difenil-Tricloroetano, o conhecido DDT, que é aplicado na agricultura, com a finalidade de erradicar e combater os insetos/pragas, provocam o envenenamento, não somente dos insetos, mas também do solo, dos peixes, dos rios, dos pássaros e do próprio homem, como mostra a pesquisa da cientista Christa Knapper, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos:

A presença de resíduos de inseticidas clorados – que são largamente utilizados nas plantações de soja, arroz e trigo – nos solos onde foram coletadas as minhocas. Coincidentemente, é esse mesmo tipo de câncer o responsável pela maior parte dos doentes cancerígenos em Porto Alegre (CARVALHO, 1989, 25-26).

O presente estudo foi desenvolvido com professores e estudantes dos cursos de Administração, Geografia e Pedagogia do campus XI da UNEB. E no que se refere aos estudantes, ao serem interrogados sobre quem é ou são os culpados pela pandemia? Estes contestaram conforme mostra figura 2.

Figura 2 – Ponto de vista dos entrevistados sobre os culpados pela pandemia.



Fonte: dados da pesquisa

Sabe-se que não existe um culpado por propagar ou produzir o vírus, como já bem difundido pelos meios de comunicação. Há contestação sobre a data em que ocorreu o primeiro caso da doença e que fora tratada como uma simples “gripezinha”, e mais tarde com as complicações de alguns contaminados, foi identificada como SARS-CoV-2.

As sugestões dos professores e dos estudantes divergem, mas também convergem nos seguintes aspectos: educação, saúde, social, cultural, econômico, político, religião entre outros, conforme impressões no quadro 1.

Quadro 1 - Sugestões dos professores e dos estudantes participantes do estudo com relação aos cuidados e prevenções contra o coronavírus.

CATEGORIA	PARTICIPANTE 1	PARTICIPANTE 2
ESTUDANTE DE ADMINISTRAÇÃO	“Seguir as recomendações da OMS e do MS, buscando manter o isolamento social, mesmo não podendo devido ao trabalho de muitos brasileiros que se enquadram em atividades essenciais”.	“Infelizmente, muitos ainda não acreditam, mesmo vendo o caos que o mundo está e várias pessoas morrendo sem ter doenças crônicas, sem fazer parte do grupo de risco”.
ESTUDANTE DE GEOGRAFIA	“Leia um livro, aprenda uma receita nova, escute música, assista filmes/séries, tente aproveitar ao máximo desses momentos com quem está em isolamento com você”.	“Buscar a calma e o equilíbrio psicológico, digo por experiência própria: o início disso tudo me abalou muito psicologicamente”.
ESTUDANTE DE PEDAGOGIA	“Que os governos nas três esferas utilizem dos meios de comunicação, bem como, das redes sociais, com a intencionalidade de sensibilizar a população da importância de respeitar os critérios preconizados pela OMS e os demais profissionais da saúde”.	“Só sair de casa se for realmente necessário e não tiver outro jeito, utilizar máscara, evitar aglomerações, não fazer festinhas com amigos, lavar bem as mãos, utilizar álcool gel”.
PROFESSOR(A)	“Sugiro ações contínuas de educação, focando na importância do isolamento social, hábitos de higiene, uso de máscaras dentre outros, como essenciais para nós da educação”.	“Calma, paciência, afeto, mobilidade física, hidratar o corpo, muita fé e oração”.

Fonte: dados da pesquisa.

As respostas e sugestões apresentadas pelos participantes corroboram com os comentários dos teóricos que fundamentam este estudo. Assim como apontam possibilidades de e caminhos a serem trilhados em tempos de pandemia.

A esperança de um retorno presencial em 2021, também foi de pura ilusão, pois as incertezas, dúvidas e inseguranças diante ao cruel vírus permanece e somente com a população vacinada é que os serviços presenciais não essenciais na área de educação, retornarão pouco a pouco suas ofertas, ante as precauções e de um rigoroso planejamento. A UNEB, segue com ensino remoto, bem como a realização de seminários, encontros, reuniões, defesas de TCC,

participação em eventos, dentre outras atividades acadêmicas, com vistas as ações inter, multi e pluridisciplinares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde pública no Brasil vem sendo marcada por consecutivas reorganizações administrativas, estabelecendo normas e diretrizes em todo o seu processo histórico. E com o aparecimento do coronavírus em fevereiro de 2020, este, não tocou parte das autoridades brasileiras, no que se refere à tomada de decisão para um planejamento de contenção e precaução, mesmo sabendo de toda sua gravidade para a população. Passou-se por maus momentos nos meses de pico da doença no ano de 2020 e em pleno ano de 2021, tudo se repete quiçá com maior gravidade e preocupação, pelo surgimento das novas variantes e os casos de contágios registrados em idades infantis, juvenis e adultas.

O início da vacinação mesmo que tardia ou em seu tempo, traz um pouco de alento, pois a vacina existe e é de fato a única segurança e esperança na garantia de preservação à vida. Diante às complexidades e controvérsias existentes, estas são importantes para o desafio e avanço da ciência, pois, esta não é irrefutável e sua complexidade não pode ser tratada por uma visão dogmática.

Importante atentar-se aos bons exemplos de ideias e políticas inovadoras, num processo de expansão e execução das boas iniciativas, assim poder coibir o colapso que beira os serviços de saúde brasileiro. A falta dessas políticas compromete a qualidade de vida da atual, da futura geração e dos recursos naturais.

Tendo em vista essa necessidade, os membros do GEMA continuarão estudando e pesquisando e, juntamente com a Universidade e os componentes curriculares: Educação Ambiental, Educação e Saúde, Gestão Ambiental e Análise Ambiental, irão atuar mais intensamente nas atividades de extensão e intervenção; bem como elaborar documentos, artigos, cartilhas, textos e folhetos informativos, dentre outros informes, sobre o coronavírus, suas variantes, Covid-19, bem como outras temáticas de saúde e socioambientais para serem socializados e implementados nas escolas e na comunidade.

Diante a tal cenário, mudanças que, de fato culminem em uma nova postura do ser humano são necessárias, comedida numa perspectiva de um olhar coletivo, solidário e

humanitário, com vistas na construção de uma sociedade mais equilibrada, harmoniosa quer no social, educacional e ambiental.

Infelizmente, foi necessário acontecer uma pandemia para que a humanidade e em especial as espécies não humanas alcançasse índices, moderados de equilíbrio e harmonia socioambiental para sobrevivência em seus próprios habitats. É como bem enfatiza, Giorgio Agamben, “quando a peste, for declarada terminada, se isso alguma vez acontecer-, não penso que, pelo menos para aqueles que mantiveram o mínimo de lucidez, seja possível voltar a viver como antes”.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. **Como escrever teses e monografias**: um roteiro passo a passo. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BARBOSA, D. **Manual de Pesquisa**: metodologia de estudos e elaboração de monografia. São Paulo: Expressão & Arte, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia?Itemid=164>. Acesso em: 13 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Orientações da OMS para prevenção da Covid-19**. Disponível em: <https://sbpt.org.br/portal/covid-19-oms/>. Acesso em: 6 mai. 2020.

CARVALHO, C. G. de. **A natureza pede socorro**. 2. ed. Cuiabá: Verde Pantanal, 1989.

CORONAVÍRUS: professores criam plataforma para ajudar estudantes de escolas públicas que vão prestar vestibular. **Portal G1 PR**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2020/03/30/coronavirus-professores-criam-plataforma-para-ajudar-estudantes-de-escolas-publicas-que-vaio-prestar-vestibular.ghtml>. Acesso em: 3 mai. 2020

MARTINS, E. C. D.; CRUZ, E. P.; SANTOS, S. F. Imaginações multiespécies sobre o novo coronavírus. **Revista Estudos Libertários (REL)**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 2, p. 2-4, n. 3, 2020. Edição Especial n. 1.

NEGRI, F. de; ZUCOLOTO, G.; MIRANDA, P.; KOELLER, P. **Ciência e tecnologia frente à pandemia**. Ipea, 2020. Disponível em: <https://ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/182-corona>. Acesso em: 5 mai. 2020.

OMS. 15 países no mundo ainda não registraram casos de Covid-19. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-01/oms-15-paises-no-mundo-ainda-nao-registraram-casos-de-covid-19>. Acesso em: 2 abr. 2021.

OPAS/BRASIL. Folha Informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). 13 mai. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 15 mai. 2020.

PROFISSIONAIS da saúde relatam como é ser a primeira linha de frente de combate à pandemia do coronavírus. GAUCHAZH. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/03/profissionais-da-saude-relatam-como-e-ser-a-primeira-linha-de-combate-a-pandemia-do-coronavirus-ck80nfyab06hk01pqwcc2j85q.html>. Acesso em: 8 mai. 2020.

REICH, E.; BORGES, M. de L.; XAVIER, R. C. Reflexões sobre uma pandemia. Florianópolis: Néfiponline, 2020.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, B. de S., A cruel pedagogia do vírus. Coimbra, Portugal: Almedina, 2020.

SATO, M. Educação Ambiental. São Carlos – SP: Rima, 2004.

SATO, M.; SANTOS, D.; SÁNCHEZ, C. Vírus: simulacro da vida? Rio de Janeiro: GEA-, UNIRIO / Cuiabá: GPEA, UFMT, 2020.

SEMESP. O ensino superior no combate à Covid-19. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/ies-contra-a-covid-19/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

SILVA, A. F. C. da; LOPES, G. A pandemia de Coronavírus e o Antropoceno. Rev Hcsm, 2020. Disponível em: <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/a-pandemia-de-coronavirus-e-o-antropoceno/>. Acesso em: 5 mai. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Covid-19: UNEB integra grupo de trabalho para produção de máscaras de proteção 3D para profissionais de saúde. Disponível em: <https://portal.uneb.br/uneb-integra-grupo-de-trabalho-para-producao-de-mascaras-contracovid-19-para-profissionais-de-saude/>. Acesso em: 13 mai. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. UNEB convoca estudantes para combate a Covid-19 em força-tarefa de telemedicina. Disponível em: <https://portal.uneb.br/noticias/2020/03/20/uneb-convoca-estudantes-para-combate-ao-covid-19-em-forca-tarefa-de-telemedicina/>. Acesso em: 13 mai. 2020.



EXPEDIENTE

Editora Responsável: Aline Ferreira, Esp. Jornalismo. Mestrando em Comunicação - FUNIBER

Bibliotecária Responsável: Rosilda Oliveira, CRB-9: 1959, Universidade Salgado Filho.

EQUIPE EDITORIAL E CONSULTIVA

1. Dr. Cyro Masci. Médico (CRMSP 39126) Psiquiatra (RQE CFM 9738). Faculdade de Ciências Médicas de Santos, 1980. Qualificado com Especialista pelo Conselho Federal de Medicina - RQE 9738. Pós graduado em Medicina Tradicional Chinesa / Acupuntura - Associação Médica Brasileira de Acupuntura. São Paulo, Brasil.
2. Dr. Jorge Adrihan N. Moraes. Ciências da Educação. FEUC - Universidade Columbia del Paraguay. Áreas de interesse: literatura, direitos humanos, ensino e aprendizagem. Rio de Janeiro, Brasil.
3. Prof. Me. Carlos Alberto S. Júnior. Especialista em Direito e Processo Constitucionais - UNIFOR. Mestre em Direito Constitucionais - UNIFOR; Professor de Direito na Faculdades Cearenses - FAC. Advogado. Ceará, Brasil.
4. Prof. Me. Eduardo Gomes da Silva Filho. Mestre em História Social. Universidade Federal do Amazonas-UFAM; Doutorando em História. Universidade Salgado de Oliveira-RJ. Professor da Universidade Federal de Roraima - UFRR.
5. Prof. Me. Michel Alves da Cruz. Mestre em Ciências Humanas - Universidade Santo Amaro Unisa. Graduado em História - Faculdade Sumaré. Professor de História da Necropsia do Instituto Profissionalize, sua pesquisa tem o enfoque na parte do estudo das mulheres, mulheres na educação. São Paulo - SP.
<http://lattes.cnpq.br/1176007206210386>
6. Prof. Hugo Ferreira. Graduação em Administração de empresas- Faculdade Educacional da Lapa. Pós-Graduação -Docência do Ensino Superior com MBA em Gestão de Pessoas e Educação Corporativa. Mestrando - Administração de Empresas. MUST University, MUST, Estados Unidos. Minas Gerais, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/3036555262514704>
7. Prof. Paulo Maia. Graduação em Processos Gerenciais. FACI; MBA em Gestão e gerenciamento de projetos. Estação Business School - EBS; Mestrando em Desenho, direção e gestão de projetos. Universidade Europeia Miguel de Cervantes, Espanha. Pará, Brasil.
8. Rosilda Oliveira. Bibliotecária. Universidade Salgado Filho. Pós-graduada em Gestão e tutoria: educação à distância. Paraná, Brasil.
9. Guilherme Bonfim. Farmácia. Universidade Paulista. São Paulo, Brasil.
10. Felipe Lazari. Fotografia. Universidade Paulista. São Paulo, Brasil.

APRESENTAÇÃO

A edição número 4 de 2021 da Revista Científica Multidisciplinar O Saber – RCMOS é lançado mantendo o seu fluxo editorial e consolidando a responsabilidade com a comunidade científica.

A publicação dessa edição vem ainda, em meio, a pandemia de Covid-19 em que se espera ansiosamente pelo dia em todos estejam vacinados. Sem dúvidas, vivemos em um momento de mudanças, no qual acesso a acervos, documentos, arquivos, bibliotecas teve que ser reinventado com implantação de sistemas que ultrapassem barreiras de distâncias, somando-se ao esforço em divulgar cientificamente dados, informações e conhecimentos.

Nossas jornadas de trabalho regida pela rotina das nossas casas e a busca constante por adequação dos sistemas de informação, faz jus ao reconhecimento de que nossa revista científica permanece com o compromisso de garantir que a difusão do conhecimento fortaleça suas bases.

Com relevante contribuição dos autores, esta edição é composta por 15 artigos e 2 dissertações que abordam diferentes temáticas. Destacamos o mérito coletivo evidenciado pelo empenho da equipe editorial e dos autores que submetem seus artigos, contribuindo para manter a periodicidade e qualidade da RCMOS.

À equipe, autores e leitores o meu sincero agradecimento.

Boa leitura.

Aline Ferreira

UMA ANÁLISE DAS
BIODIVERSIDADES
PRESENTES NA
FAIXA DE AREIA
DA PRAIA DA VILA
EM IMBITUBA - SC:
ATRAVÉS DOS
ESTUDOS DAS
CONCHAS.

AN ANALYSIS OF
THE
BIODIVERSITIES
PRESENT IN THE
SAND STRIP OF
PRAIA DA VILA IN
IMBITUBA - SC:
THROUGH THE
STUDIES OF
SHELLS.

SOUZA, Manuela Pereira de [1]
MARQUES, Thiago Domingos [2]

[1] Instituto Federal Catarinense
[2] Instituto Federal Catarinense

RESUMO

Este artigo tem por objetivo a avaliação da vida marinha e terrestre na praia da vila no Município de Imbituba em Santa Catarina, o estudo traz uma avaliação da vida existente na faixa de areia, com a análise das diferentes espécies que sobrevivem nesse nicho, bem como, as variações de espécies ao longo de um período de tempo pré-determinado, com demonstrativo de alterações que são produzidas no meio ambiente, pela constante movimentação das pessoas na praia, e a presença constante de resíduos deixados pela população. Será feita uma análise das diferentes espécies encontradas, demonstrando as interações dos seres vivos que habitam esta localização com a necessidade de sobrevivência, muitas vezes em meio a lixo e presença constante de pessoas, que utilizam a praia como lazer. O estudo buscou identificar as principais espécies que habitam essa localização.

Palavras-chave: Praia da Vila. Vida Marinha. Faixa de Areia. Conchas. Espécies. Detritos

ABSTRACT

This article aims to assess marine and terrestrial life on the village beach in the municipality of Imbituba in Santa Catarina., as species variations over a predetermined period of time, with demonstrations of changes that are produced in the environment, by the constant movement of people on the beach, and the constant presence of residues left by the population. An analysis of the different species found will be made, demonstrating the interactions of living beings that inhabit this location with the need for certain ones, often in the midst of garbage and the constant presence of people, who use the beach as leisure. The study sought to identify the main species that inhabit this location.

Key words: Praia da Vila. Marine Life. Sand Strip. Shells. Species. Debr.

1 INTRODUÇÃO

Imbituba localiza-se no centro-sul do país, numa região em que a plataforma continental é a que menos se estende em direção ao Oceano. Na região da praia da vila, a ondulação chega com mais energia na costa, por este motivo, há diferenciações e peculiaridades, em relação a outras regiões do Brasil. O banco de areia é quase fixo, com presença de duas ilhas (Santana de Dentro e de Fora).

Os primeiros povos ancestrais de Imbituba, que habitaram o local, foram os índios da cultura dos Carijós, que habitavam a região litorânea de Vila nova e Laguna, eles moravam em choças de palha tendo um chefe na tribo, tal qual a cultura indígena da época. Os sambaquis existentes na região de Roça Grande e Barbacena comprovam a proliferação indígena na região de Imbituba. (Prefeitura de Imbituba, Histórico, 2014)

As diferentes populações, inicialmente indígenas, e depois com a chegada dos Portugueses Açorianos, utilizavam a pesca e extração de frutos do mar, para sua alimentação e assim, ter a energia necessária à sobrevivência e habitação da região. As diferentes espécies de moluscos do local, serviam de alimentos para essas populações.

Desta maneira, podemos observar a real importância dos animais invertebrados marinhos, como fonte de energia desde nossos ancestrais, passando pelos colonizadores, até homens contemporâneos.

Além da questão alimentícia, os moluscos também são indicadores da qualidade da água no ambiente de seu habitat, são utilizados em artesanato, e fazem movimentar a economia local em muitas regiões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A presença de diferentes espécies de moluscos não se limita ao mar aberto, mas também há forte presença em bacias hidrográficas, de diferentes regiões, sendo comum uma diversidade de espécies de moluscos. Segundo Mansur & Pereira, o número de espécies constatado na bacia do rio dos Sinos, na região sul do país, é superior aos números de espécies conhecidas em outras bacias gaúchas. O número de espécies de bivalves límnicos foi mais elevado em direção à foz

do rio dos Sinos (MANSUR; PEREIRA, 2006, p. 1144). As biodiversidades de moluscos marinhos é fruto de diversos estudo na região sul do Brasil.

Bruno e Santos descrevem que resíduos sólidos, principalmente plásticos, é um fato concreto, desafiador e que exige um esforço coletivo da sociedade e dos órgãos governamentais no sentido de ser revertida. As consequências ambientais e estéticas e os prejuízos econômicos são enormes, com a redução de atrativos e limpeza dos ambientes, sendo fatores determinantes na adoção de uma abordagem em relação ao lixo, buscando medidas de prevenção (BRUNO; SANTOS, 2012, p. 68.)

O estudo de comunidade mostrou a importância de uma pesquisa causal das ações do homem, ao longo da história. Observa-se que ao passar dos anos com a poluição, tanto nos oceanos, quanto nas faixas de areia na orla marítima. O mau comportamento do homem contemporâneo. Sendo este o efeito, a causa seria vários impactos ambientais. Justificando com a história e tendo a percepção da importância dos bivalves na gastronomia do local. A presença de certos moluscos na água, como o berbigão (*Tivela mactroides*), indica que no ambiente é propício para banho, já que este molusco não sobrevive em regiões poluídas (SILVA, 2019).

Fauna de Bentos são considerados filtradores, e se alimentam retirando partículas orgânicas por processo de filtração da água. Visto que, além do alimento, compõem microalgas e matéria orgânica. Esses animais podem acumular substâncias tóxicas ou organismos que sejam nocivos à saúde humana, quando consumido.

Os berbigões são um exemplo de organismos filtradores da água, servindo também de fonte de renda e alimentação humana. Estes moluscos servem de alimentação, iscas para pesca e produção de artesanato (SILVA, 2019)

Na esfera aquática vivem em seu hábito natural muitos organismos microscópicos que produzem substâncias denominadas biotoxinas marinhas. E tem a percepção através de estudos que estas substâncias são perigosas para a saúde humana e de outros animais. As biotoxinas quando expostas ao calor e não são eliminadas com o cozimento, ou em outro tipo de processamento. Devido à sua resistência a altas temperaturas, mesmo após levadas ao cozimento, podem prejudicar o homem. Demonstrando-se que a alimentação com moluscos requer alguns cuidados. Segundo Vale e Burri; estas toxinas são produzidas por um reduzido número de espécies de microalgas, cujas concentrações no meio marinho aumentam

casualmente quando as condições do meio favorecem o seu crescimento. Devido à potente atividade destes compostos, podem ter a proliferações relativamente diminutas de células que não chegam a alterar a cor da água, não originando o fenômeno designado por “maré vermelha”.

Quando a comunidade se alimenta de moluscos bivalves contaminados com biotoxinas, o resultado em alguns casos observar se sérias complicações à saúde, tais como diarreia, vômitos, dores abdominais, amnésia, distúrbios cardíacos, nervosos e respiratórios, convulsão e, em casos extremos, a coma e morte. Segundo Silva (2019, p. 63), os riscos causados aos ecossistemas pela ação humana, devem ser mitigados com a contrapartida de ações a fim de garantir a biodiversidade e saúde marinha.

É observado no local de estudo, que há muita iluminação proveniente do Porto de Imbituba, durante a noite, e essa luminosidade artificial da praia à noite, que reflete iluminando na areia, possivelmente pode estar causando interferência no ecossistema, já que conversando com nativos surfistas, também foi percebido por estes, a diminuição de alguns representantes do filo molusca na praia, como a popular “Busela”.

Então este fator da luz artificial está auxiliando a aumentar a curva de degradação, em conjunto com a diminuição da biota, prejudicando o funcionamento e a resiliência dos sistemas costeiros (AZEVEDO, 2018). No Brasil, fatores como produtos químicos, metais pesados, carboníferos, efluentes de vinhaça, aterros, agrotóxicos, despejo de lixo e óleo de navios e a especulação imobiliária incidem sobre as praias, acelerando sua degradação (BRASIL, 1990). Os efeitos da dinâmica natural, combinados com as perturbações antrópicas, podem levar a uma desestabilização da integridade desse sistema, induzindo às mudanças profundas das unidades fisiográficas, quase sempre com uma significativa redução da biodiversidade (PORTZ, 2012), o que vem a ameaçar a sua capacidade de fornecer o fluxo de serviços de forma contínua (AZEVEDO, 2018).

Segundo os dados do site do IBGE, na cidade de Imbituba, varia entre a terceira e a quarta posições no ranking das cidades com maior número de habitantes da Associação de Municípios da Região de Laguna - Amurel. Sendo assim, observou-se o registro crescimento populacional no período.

A Lei 7661 de 1988 que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, em seu artigo segundo parágrafo único, traz a definição de zona costeira, que segundo este diploma

legal é “o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre, que serão definidas pelo Plano” (BRASIL, 1988). Sendo assim, este artigo visa avaliar e verificar as diferentes espécies de moluscos costeiros presentes na praia da vila em Imbituba no estado de Santa Catarina.

3 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa será uma amostragem, tendo como delimitação a praia da vila, será avaliado as espécies, através da existência de suas conchas, que vivem e que têm seu habitat na faixa de areia.

Figura 01 - Imbituba - SC - Marcado em Vermelho.



Fonte: Google Earth.

As coletas e locais de pesquisa e amostragem situam-se nos trechos da barra da lagoa, no local denominado o Jangadeiro e finaliza no canto da praia, esses locais serão analisados, e feitas as coletas de materiais. Haja visto, a grande incidência de representantes de espécies bivalves na praia da vila localizada em Imbituba, SC em três trechos de coleta. A pesquisa foi realizada no período de 01 setembro de 2020 a 10 novembro de 2020, observando-se que a partir do dia 01/11 começou a temporada de veraneio, ou seja, mais turistas, causando maior interferência na coleta.

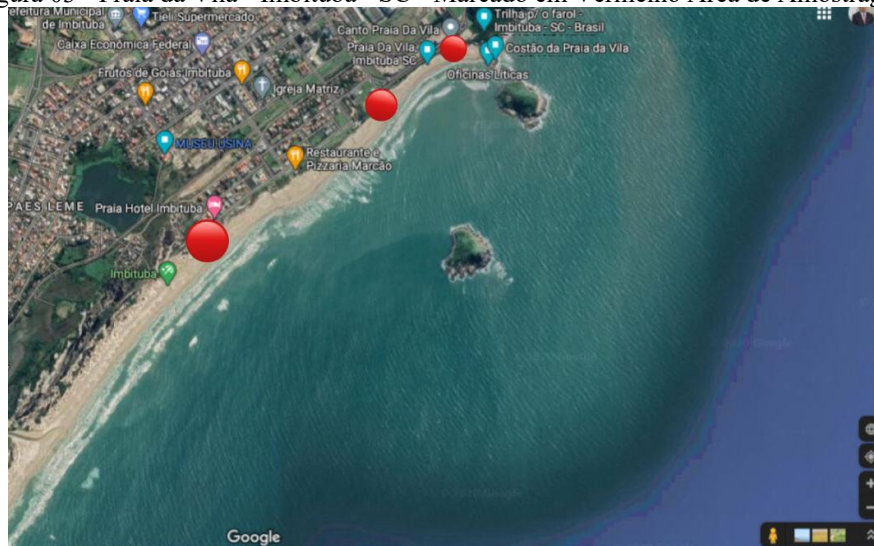
Figura 02 - Praia da Vila - Imbituba - SC - Marcado em Vermelho.



Fonte: Google Earth.

A coleta será realizada na localização de Imbituba, situada no sul do Brasil, Estado Santa Catarina. Suas coordenadas geográficas da área de loco seriam Latitude: -28.2405 , e Longitude: -48.6703 $28^{\circ} 14' 26''$ Sul, $48^{\circ} 40' 13''$ Oeste.

Figura 03 - Praia da Vila - Imbituba - SC - Marcado em Vermelho Área de Amostragem.



Fonte: Google Earth.

De acordo com a literatura, o ciclo reprodutivo dos moluscos bivalves inicia-se em setembro, seguido de uma fase madura de fevereiro até abril e ocorreram dois períodos de desova, um que começa março/abril e o outro em maio/junho, este estará alojado a pedra, como o mexilhão. Os ciclos de armazenamento e a utilização de energia traduzem-se num padrão sazonal de composição bioquímica que pode variar de acordo com as espécies e a origem

geográfica (OJEA *et. al.*, 2004). Para Trindade as reservas de energia são de importância considerável na reprodução, o armazenamento sazonal de energia e a utilização em bivalves estão intimamente correlacionadas com as condições ambientais e com os ciclos reprodutivos anuais. De acordo com a temperatura do meio aquático e variedade dos alimentos são os indicadores que alteram com relevância o tempo e a taxa de armazenamento de energia em bivalves. Tem-se a percepção, que o resultado dessas variáveis é complexo e depende especificamente no armazenamento e consumo de energia.

Seu ciclo de vida não foi estudado na praia da Vila. Sabe-se que os representantes da espécie jovens ocupam inicialmente a parte submersa da faixa de areia, até cerca de 5 m de profundidade. Ao longo de sua vida, os moluscos, na maioria, se deixam levar, rolando, pelas correntes de marés até que, na fase adulta (maiores que 20 mm). Observa-se com estudos empíricos durante o ciclo de reprodução o todo o ano. Os indivíduos machos e fêmeas liberam seus gametas na água do mar e a fecundação, a fecundação externa (ocorre fora do organismo), não havendo cópula. Os óvulos fecundados após a gametogênese, em compactos ovos flutuantes, que ao eclodirem, liberam as larvas também flutuantes (plancônicas). Depois de uma fase de permanência no ambiente aquático, as larvas migram para interior e no sedimento, onde desenvolvem a metamorfose, se transformando em um pequeno molusco com conchas.

De acordo com histórias dos nativos da região pode observar que os moluscos em geral, como o berbigão, que é usado como alimento típico de comunidades caiçaras, possui carne saborosa e é preparado em diversos pratos: refogados, espaguetes, omeletes, ao vinagrete, tortas, panquecas, moquecas, sopas, suflês e risotos. Desta maneira define-se a preservação da sua época reprodutiva, para não haver extinção.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo foi realizado na cidade de Imbituba, a mesma localizada geograficamente ao norte com Garopaba e Paulo Lopes, ao sul com Laguna e ao oeste com Imaruí. O município de Imbituba tem uma população estimada de 40.170, possui uma densidade demográfica 219.59 de quilômetros por habitante, sua unidade territorial tem 182.929 quilômetros quadrados. Foi analisada a Lei 11.959, de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento

Sustentável da Aquicultura e da Pesca, o legislador procurou com esta normativa, ordenar a atividade e principalmente o desenvolvimento socioeconômico cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades. (BRASIL, 2009). Esta legislação classificou em seu artigo 8º, a atividade de pesca em comercial e não comercial, a saber;

Art. 8º Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como: I – comercial: a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte; b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial; II – não comercial: a) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica; b) amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto; c) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica.

A principal atividade pesqueira de ocorrência na praia da vila é a pesca de subsistência, praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica, o que não causa prejuízos consideráveis ao meio ambiente. A única pesca não praticada na região próxima a costa, é industrial, que é de prática mais distante da faixa de areia. Durante a pesquisa foram identificadas as seguintes espécies:

N	Nome da Espécie
01	Amiantis purpurata (Lamarck, 1818)
02	Pitar rostrata (Koch, 1844)
03	Anadora Brasiliana (Lamarck, 1819)
04	Anadora ovalis (Bruguière, 1789)
05	Barbatia Candida
06	Olivancillaria carcellesi klappenbach (1965)
07	Donax hanleyanus (Philippi, 1842)
08	Perna perna (Linnaeus, 1758)
09	Diodora dysoni (Reeve, 1850)

10	Lucapina aegis (Reeve, 1850)
11	Tegula Viridula (Gmelin, 1791)
12	Lottia subrugosa (d'Orbigny, 1846)
13	Thais haemastoma (Linnaeus, 1767)
14	Bostrycapulus odites Collin, 2005
16	Olivancillaria contorturplicata (Reeve, 1850)

Fonte: Autores, 2020.

As coletas foram feitas em diferentes períodos e com ampla variação climática. Foi identificando os dados climáticos para verificação de possíveis interferências do clima na presença das espécies. Bem como, as coletas eram feitas pela manhã, no ano de 2020, sempre próximo do amanhecer do sol. Abaixo demonstra-se as variações climáticas:

Tabela 01 - Dados Climáticos do dia da Coleta

N	Dados Climáticos	01/09	10/09	20/09	30/09	10/10	10/11
01	Temperatura ambiente	17°C	19°C	13°C	24°C	23°C	18°C
02	Tempo	Chuva	Nublado	Nublado	Nublado	Nublado	ensolarado
03	Umidade	89%	92%	65%	76%	70%	72%
04	Vento	10km/h	35km/h	11km/h	18km/h	10m/h	10m/h
05	Maré	Seca	Seca	Seca	Seca	seca	alta
06	Ondas	2m	1,4m	1,8m	1,4m	1 m (6.3 seg)	1,4m
07	Lua	Cheia	Minguante	Crescente	Cheia	Decrescentr	Cheia

Foram feitos quantitativos das coletas em diferentes períodos e com ampla variação no climática. Abaixo demonstra-se as espécies encontradas e suas quantidades:

Tabela 01 - Espécies de moluscos encontradas na areia

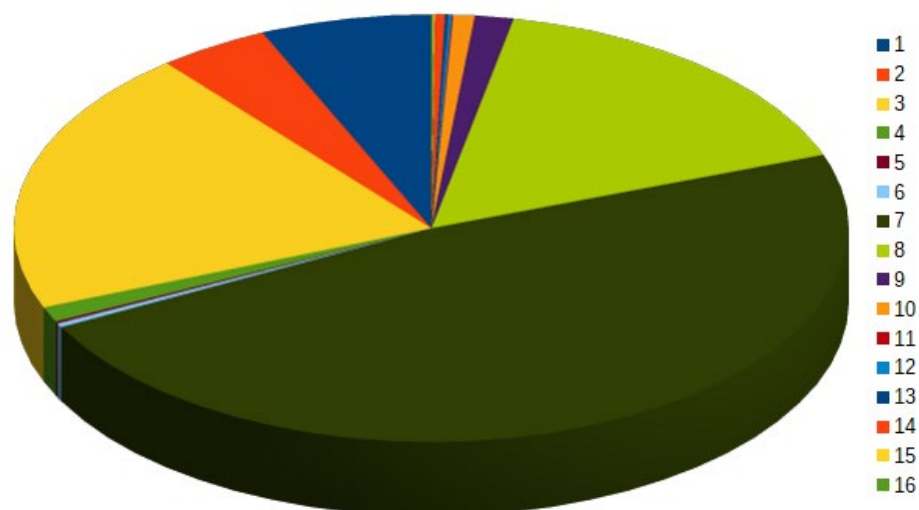
N	Espécie	01/09	10/09	20/09	30/09	10/10	01/11
01	Amiantis purpurata (Lamarck, 1818)	18	48	02	29	52	02
02	Pitar rostrata (Koch, 1844)	06	36	01	11	44	0
03	Anadora Brasiliana (Lamarck, 1819)	103	138	26	53	109	29
04	Anadora ovalis (Bruguière, 1789)	06	11	03	1	3	02
05	Barbatia Candida	02	00	00	00	1	0
06	Olivancillaria carcellesi klappenbach (1965)	03	03	01	0	0	0
07	Donax hanleyanus (Philippi, 1842)	84	223	44	205	280	255
08	Perna perna (Linnaeus, 1758)	78	127	61	46	44	14
09	Diodora dysoni (Reeve, 1850)	02	14	0	4	14	0
10	Lucapina aegis (Reeve, 1850)	02	02	02	5	5	3
11	Tegula viridula (Gmelin, 1791)	01	0	0	0	0	0
12	Lottia subrugosa (d'Orbigny, 1846)	00	03	0	0	0	0
14	Thais haemastoma (Linnaeus, 1767)	00	00	02	0	0	1

15	<i>Bostrycapulus odites</i> Collin, 2005	0	0	0	2	4	3
16	<i>Olivancillaria contorturplicata</i> (Reeve, 1850)	0	0	0	1	0	0

Fonte: Autores, 2020.

Os dados demonstraram as seguintes espécies com maiores quantidades na praia, sendo que se demonstra uma predominância da espécie *Donax hanleyanus*. A principal espécie encontrada foi a *Donax hanleyanus* (PHILIPPI, 1842), seguida em segundo lugar pela *Anadora Brasiliana* (LAMARCK, 1819) e em terceiro a *Perna perna* (LINNAEUS, 1758), foi observado a variação de predominância destas espécies em determinados dias em relação a outros:

Figura 01 – Porcentagens de Espécies de moluscos encontradas na areia



Além da espécie *Donax hanleyanus* (PHILIPPI, 1842), *Anadora Brasiliana* (LAMARCK, 1819) e *Perna perna* (LINNAEUS, 1758), foi observado a presença constante de *Amiantis purpuratus* (LAMARCK, 1818), *Olivancillaria auricularia* (LAMARCK, 1810).

1. *Amiantis purpuratus* (Lamarck, 1818)

Conchas com formato oval a subtrigonal, valvas grossas com cicatrizes musculares visíveis. Ligamento externo muito forte, charneira heterodonte, com três dentes cardinais.

Valva esquerda com um dente cardinal bífido, um anterior proeminente e um lateral. Umbos prosógiros, lúnula suave. Sinus palial profundo. 256 Identificação de Remanescentes Conquiliológicos. Escultura externa com finas linhas concêntricas de crescimento. Tamanho aproximado de 6,3 cm de comprimento com 5,6 cm de altura. Pode alcançar 8,5 cm de comprimento com 7,3 cm de altura (figura 32). Coloração externa típica em tons púrpura, coloração interna branca porcelanada. Ocorre em pouca profundidade, em fundos de areia e, muitas vezes, junto com *Macra isabelleana*. Espécie comestível, explorada comercialmente no Golfo de San Matias, Argentina. No Brasil se distribui do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul.

2. *Anadara Sp.*

Anadara brasiliana (nomeada, em inglês : incongruous ark; na tradução para o português: "arca incongruente") é uma espécie de molusco Bivalvia marinho litorâneo da família Arcidae, classificada por Jean-Baptiste de Lamarck em 1819; descrita como *Arca brasiliana*.

Anadara chemnitzii, nome comum de molusco da arca de Chemnitz, é um molusco de água salgada da família Arcidae, as conchas da arca. Esta espécie é encontrada no Mar do Caribe, do Texas às Índias Ocidentais e Brasil.

Anadara ovalis (Bruguière, 1789) Valvas com formato trapezoidal, superfície externa com 30 a 35 costelas radiais, charneira taxodonte levemente arqueada e estreita, umbos prosógiros. O tamanho das valvas varia entre 3,8 cm de comprimento por 2,5 cm de largura. Coloração branca, perióstraco espesso de cor marrom ou marrom-esverdeado (figura 22). A espécie ocorre desde o infralitoral até os 35 m de profundidade, sobre fundos de areia, rochas ou corais. Está distribuída ao longo de toda a costa do Brasil. Nome popular "arca-sangue".




3. *Olivancillaria auricularia* (Lamarck, 1810)




Formato da concha oval, espira curta, com forte calosidade posterior. Concha sólida, grossa e pesada. Última volta longa, abertura larga e alongada. Columela voltada à esquerda, com pregas. Concha mediana com aproximadamente 4,3 cm de comprimento e 3 cm de largura. Coloração externa cinza-azulada, banda fasciolar com coloração marrom-amarelada (figura 16). Ocorre em fundos arenosos, em águas rasas, na zona de mediolitoral. Espécie gregária.





Predadora de outros moluscos e crustáceos. Espécie comestível. No Brasil ocorre em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Pode figurar como subespécie de *O. vesica*. Nome popular “linguarudo”.





4. *Donax hanleyanus* Philippi, 1842

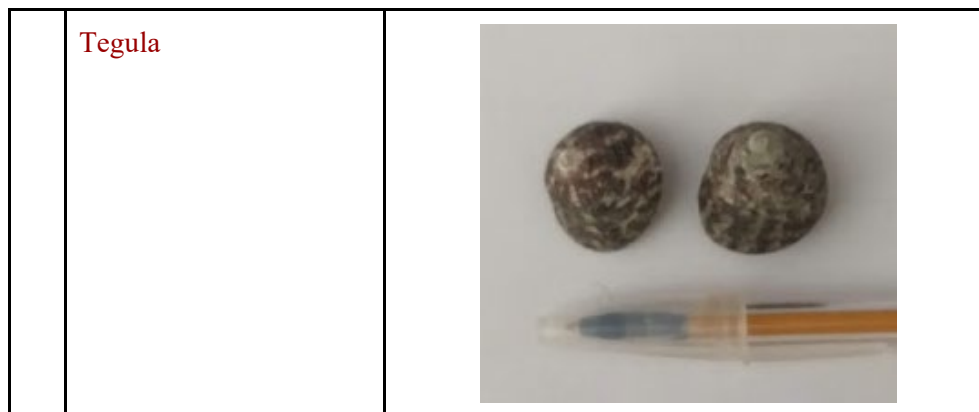
Valvas trigonais, inequilaterais com região anterior alongada. Bordas ventrais das valvas com crenulações. Superfície dorsal das valvas com estrias radiais concêntricas. Charneira com dois dentes cardinais, e dois laterais em cada valva. Valva esquerda com fosseta de encaixe do dente posterior da valva oposta (figura 28). Tamanho aproximado de 2,8 cm de comprimento com 1,5 cm de largura. Coloração variável; em geral são brancas com faixas radiais marrons, perióstraco amarelado. Ocorrem em águas rasas, enterrados na zona de infralitoral; são utilizados como alimento. Na costa do Brasil se distribuem desde o Espírito Santo até o Rio Grande do Sul. Nome popular “moçambique”. A espécie *Fissurella clenchi* Farfante, 1943, se confunde com a *Lucapina aegis* (REEVE, 1850). bem como a muitas semelhanças entre *Olivancillaria auricularia*, e a presença de *Pitar rostratus* (KOCH, 1844), foi constante em alguns dias, sendo uma concha sólida, equivalves, valvas de formato trigonal a quadrangular. Umbos salientes, fortemente voltados para a região anterior, prosógiros. Superfície externa com finas linhas de crescimento, concêntricas. Lúnula cordiforme, ligamento externo espessado, borda ventral lisa. Tamanho aproximado de 5,6 cm de comprimento com 4,7 cm de altura (figura 31). Coloração externa em geral esbranquiçada, variando do bege ao creme, perióstraco amarelado, coloração interna branca. Ocorrem em fundos arenosos, com cascalhos ou conchas fragmentadas, em profundidades dos 10 aos 100 m. Espécie comestível. No Brasil ocorre do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul.

N	Espécie	Fotos
01	Amiantis purpurata (Lamarck, 1818)	
02	Pitar rostrata (Koch, 1844)	
03	Anadora Brasiliana (Lamarck, 1819)	

04	<i>Anadora ovalis</i> (Bruguière, 1789)	
05	<i>Barbatia candida</i>	
05	<i>Olivancillaria vesica auricularia</i> (Lamarck, 1810)	

06	<i>Olivancillaria carcellesi</i> klappenbach (1965)	
07	<i>Olivancillaria vesica</i> , vesica (Gmelin, 1791)	
08	<i>Lucapinella henseli</i> (Martens, 1900)	
11	<i>Donax hanleyanus</i> (Philippi, 1842)	

14	Diodora dysoni (Reeve, 1850)	
	Lottia subrugosa (d'Orbigny, 1846)	
		
	Lucapina aegis (Reeve, 1850)	



Fonte: Autores, 2020.

Por meio das imagens acima podemos verificar a diversidade de espécies de moluscos, com diferentes cores e formatos, o que demonstra rica biodiversidade marinha na região.

5 CONCLUSÃO

É observado que há muita iluminação proveniente do Porto de Imbituba, durante a noite, e essa luminosidade artificial pode ter interferido na vida marinha, sendo que, nessa região há pouca presença de conchas, já que reflete a luminosidade e fica iluminando a areia, possivelmente pode estar causando interferência no ecossistema, já que conversando com nativos surfistas, também foi percebido por estes, a diminuição de alguns representantes do filo molusca, como a Busela. O estudo desenvolvido conseguiu mostrar a grande biodiversidade de moluscos na praia objeto de estudo, contribuindo assim, para o entendimento das formas de vida de habitação costeira nessa região.

Os dados identificados sugerem que, dentre os moluscos, o táxon da espécie *Donax hanleyanus* (PHILIPPI, 1842), *Anadora Brasiliana* (LAMARCK, 1819) e *Perna perna* (LINNAEUS, 1758), *Amiantis purpuratus* (LAMARCK, 1818), e *Olivancillaria auricularia* (LAMARCK, 1810) o recurso mais frequentemente encontrado. O estudo traz, ainda, novos aportes ao conhecimento da malacofauna atual e local, contribuindo para as futuras pesquisas na região.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, D. M. C. DE. Os Serviços Ecosistêmicos e sua valoração The Ecosystem Services and their valuation. **VI Simpósio de Ciência do Agronegócio**. Anais. Porto Alegre / Rio Grande do Sul, 2018.

BRASIL. **Lei 11959**. Site do Planalto, Brasília, 29 jun. 2009. ISSN X. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm Acesso em 18 ago. 2020.

BRASIL. **Lei 7661**. Site do Planalto, Brasília, 16 mai. 1988. ISSN X. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7661.htm Acesso em 18 ago. 2020.

GONÇALVES, T. A.B. G. **Estudo do ciclo reprodutivo do berbigão (*Cerastoderma edule*, Linnaeus, 1758), da Lagoa de Óbidos, Leiria Portugal**. Disponível em: <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/2995/1/Dissertação%20Beatriz%20Trindade.pdf>. Acesso: 18 ago. 2020.

MANSUR, M. C. D.; PEREIRA, D. Bivalves límnicos da bacia do rio dos Sinos, rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, ande do Sul, Brasil (Bivalvia, Unionoidea, Unionoidea, Veneroidea e Mytiloidea) oidea e Mytiloidea) **Revista Brasileira de Zoologia**. v. 23, n. 4, p. 1123–1147, dez. 2006.

OJEA, J., PAZOS, A.J., MARTÍNEZ, D., NOVOA, S., SÁNCHEZ, J.L., ABAD, M. Seasonal variation in weight and biochemical composition of the tissues of *Ruditapes decussatus* in relation to the gametogenic cycle. **Aquaculture**, n. 238, p. 451-468, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA. **História**. Disponível em: <https://www.imbituba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49267> Acesso em 18 ago. 2020.

SALVADOR, L B.; DOMANESCHI, O., AMARAL, A. C. Z., MORGADO, E. H. HENRIQUES, S. A. Malacofauna da região entremarés de praias da ilha de são sebastião (SÃO PAULO, BRASIL). **Revista bras. Zool.** v.15, n. 4, p. 1013 -1035, 1998.

SILVA, J. N. **Análise dos riscos aos serviços ecossistêmicos prestados pela biodiversidade de praias arenosas**: um estudo de caso com a gestão do bivalve *Tivela mactroides* na Enseada de Caraguatatuba (São Paulo - Brasil). 2019. Dissertação (Mestrado em Oceanografia) - Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SIMÕES BRUNO, G.; SANTOS, J. L. dos. Análise qualitativa dos detritos acumulados na praia do Cuiúba, Guarujá, SP. **Revista Ceciliana**. p. 66-70, v. 4, n. 2. 2011/20122012 ISSN 2175-7224. Universidade Santa Cecília Disponível em: <http://www.unisanta.br/revistaceciliana>. Acesso em: 20 ago. 2020.



ISSN 2675-9128
DOI 10.51473

Volume 4 - Número 4
Abril de 2021

BURRI, S. VALE, P. Contaminação de bivalves por DSP: risco de episódios de gastroenterites numa região de toxicidade endêmica. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, n. 24, v. 1, p. 115-124, 2006. Disponível online: S Burri, P Vale - Revista Portuguesa de Saúde Pública, 2006 - run.unl.pt:

UFRJ. **Museu Nacional**. Disponível em:

http://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/zoologia/zoo_invertebrados/zoo_moluscos/index.html Acesso em 18 ago. 2020.

EL CRIMEN DE
TORTURA: SU
HISTORIA Y
DELIMITACIÓN EN
EL
ORDENAMIENTO
JURÍDICO
BRASILEÑO

O CRIME DE
TORTURA: SUA
HISTÓRIA E
DELIMITAÇÃO NO
ORDENAMENTO
JURÍDICO
BRASILEIRO

DOI 10.51473/rcmos.v4i4.56

OLIVEIRA, Lícia Mara da Silva
[1]

[1] Advogada. Aluna do Curso Intensivo válido para o Doutorado da Universidade de Buenos Aires-UBA. Mestre em Neurociências, Universidade Federal do Pará. Servidora na Procuradoria Geral do Estado do Pará.

RESUMEN

La tortura, una práctica que nos gustaría considerar abolida, todavía está presente hoy, aunque estrictamente prohibido por convenciones internacionales. El acto de tortura se ha llevado a cabo entre las esferas del poder público en varios países como un instrumento para obtener la confesión de crímenes, o simplemente para castigar al criminal por sus actos. Este documento aborda la práctica de la tortura, y para trazar un punto de partida al tema, nos apropiamos de las visiones y aportes de Beccaria (1738-1794) y Foucault (1926-1984), además de construir un breve histórico sobre los derechos humanos, centrándose en de que forma el Ordenamiento Jurídico Brasileño ha reaccionado, a la luz de las condiciones internacionales, a la falta de respeto a las garantías fundamentales en cuanto a la práctica de la tortura, y su compromiso para cohibir esta práctica en territorio brasileño. El Estado Democrático de Derecho, a través de la sociedad civil organizada ha conseguido avances significativos en la denuncia contra la práctica de tortura, centrándose en comprender la importancia del dispositivo constitucional, cual sea el Principio de la Dignidad de la Persona Humana.

Palabras-clave: Tortura. Derechos Humanos. Ordenamiento Jurídico Brasileño.

RESUMO

A Tortura, prática que gostaríamos de considerar abolida, existe ainda hoje, embora estritamente proibida pelas convenções internacionais. O ato de tortura tem sido praticado nas esferas do poder público em diversos países como instrumento para obter a confissão de crimes, ou simplesmente para punir o criminoso por seus atos ilícitos. Este documento trata da prática da tortura, e para traçar um ponto de partida ao tema, nos apropriamos das visões e contribuições de Beccaria (1738-1794) e de Foucault (1926-1984), além de construir um breve histórico sobre os direitos humanos, enfocando como o ordenamento jurídico brasileiro tem reagido, à luz das condições internacionais, ao desrespeito às garantias quanto à prática da tortura e seus compromissos para inibir tal prática em território

brasileiro. O Estado democrático de Direito, por meio da sociedade civil organizada, tem feito avanços significativos na denúncia da prática da tortura, enfocando a compreensão da importância do dispositivo constitucional, qual seja o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Palavras-chave: Tortura. Direitos Humanos. Ordenamento Jurídico Brasileiro.

1 INTRODUCCIÓN

El término "tortura" indica cualquier tipo de imposición, dolor o sufrimiento físico o psicológico, practicada por una persona (llamada Torturador) en detrimento de otra (llamada Torturado), a través de crueldad, de castigo o de intimidación, con la finalidad de obtener algún tipo de información, o confesión, o para castigarla por la presunción de un acto cometido, o, aún, simplemente intimidar, por puro placer del torturador.

Entre tanto, aunque considerada inaceptable en la actualidad, la tortura no fue siempre objeto de repudio en la sociedad. Esta práctica fue largamente utilizada como medio legal de prueba, tratando la búsqueda de la "verdad" en el proceso, o entonces, como especie de pena cruel impuesta para determinados crímenes.

La práctica de la tortura es inaceptable en un Estado democrático de Derecho, principalmente cuando practicada por los órganos encargados del cumplimiento de las leyes que no pueden actuar de forma ilícita.

La tortura presente en la Historia de Brasil fue, durante siglos, utilizada en casi todo el mundo, como un ejercicio de venganza y dominio sobre el alma y el cuerpo de aquellos que infligían las leyes. De esta forma, es importante que, mismo de forma breve, se rescata como las prácticas de tortura estuvieron presentes en nuestro ordenamiento jurídico y cuales las secuelas dejadas por el período dictatorial enfrentado por la Nación brasileña, en el período de la dictadura militar, que abrazó los años 1964 a 1985, y como Brasil reaccionó a este período de violaciones de Derechos Fundamentales, ratificando, posteriormente, Tratados Internacionales de Protección a la Tortura y de Derechos Humanos.

Así, el trabajo tiene el objetivo precipuo de presentar una breve contextualización acerca del crimen de tortura y sus entremedios históricos, bien como explicitar de que forma el Ordenamiento Jurídico Brasileño ha reaccionado, a la luz de las condiciones internacionales, a la falta de respeto a las garantías fundamentales en cuanto a la práctica de la tortura, y su compromiso para cohibir esta práctica en territorio brasileño.

En este contexto, es presentado un panorama histórico y sociológico sobre la temática, en estudio, teniendo su objetivo centrado en el empleo de la tortura en Brasil y la tortura a la

luz de los Derechos Humanos. Por fin, fue abordada la cuestión de la tortura bajo la óptica de los Tratados Internacionales y de Derechos Humanos, permeándose la cuestión con los dispositivos internacionales que mencionan el tema. Se procuró, aún, registrar de qué forma Brasil, ha actuado frente al problema, que aún está diseminado en suelo brasileño.

2 FUNDAMENTACIÓN TEÓRICA

2.1 TORTURA: ASPECTOS HISTÓRICOS Y SOCIOLÓGICOS

La tortura se constituye en un tema complejo y encuentra eco en varias áreas del conocimiento. En este contexto, estudios históricos y sociológicos relatan la historia de la práctica de la tortura, enunciando las razones para su prohibición en la sociedad occidental (FOUCAULT, 1987; OLIVEIRA, 1994). No obstante, el abordaje histórico, destacando las concepciones jurídicas existentes en cada época con relación a este fenómeno, es importante resaltar de qué forma el crimen de tortura es inserida en el ordenamiento jurídico brasileño, coadunando con los análisis histórico y sociológico que son importantes para explicar la persistencia de la tortura incluso luego de su abolición.

La temática de la tortura, también, está presente en estudios relacionados a los sistemas de punición y de violencia policial, no de forma central, sino como consecuencia de una serie de factores políticos, sociales y culturales. Se resalta, aún, que la tortura es descripta, por algunos, como un ritual de expiación, que establece límites de la comunidad contra los transgresores (LYRA, 2004).

Estudios antropológicos mencionan el uso de la violencia durante la colonización de América, siendo la tortura uno de los componentes utilizados para el control y sumisión de los nativos por los colonizadores (TODOROV, 1983; TAUSSING, 1993). Más allá de esto, se considera importante la discusión del significado de la tortura en sociedades “primitivas”, cuya característica no es infligir el dolor como forma de castigo corporal u obtención de confesión e informaciones, sino como práctica de un ritual para marcar en el cuerpo de sus miembros las leyes que deben ser respetadas por todos (CLASTRES, 1988; ANTAKI, 2007).

Según Oliveira (1994), pocos son los estudios que realizan un análisis acerca de los efectos morales de la tortura, mostrando la fragilidad de la prohibición moral de la misma, una vez que a aquellos que entienden que su aplicación es necesaria relativizan los términos morales

que acompañan tal práctica. De esta forma, podemos considerar las discusiones que encaminan la práctica de la tortura como moralmente aceptada, teniendo, dentro de este modelo, las situaciones de guerra y enfrentamiento del enemigo, para la obtención de informaciones (SHUE, 1978; SUSSMAN, 2005). Conforme estos estudios, la relativización de la tortura es amparada por el entendimiento de que ella es necesaria y que sus daños se justifican, frente al enemigo, para evitar algún mal mayor.

Durante el período de la inquisición, la justicia religiosa pasa a tener el control de la práctica de la tortura, que era empleada a los crímenes de herejía como forma de obtener la confesión del reo, pues según el pensamiento de la época, la herejía tenía su génesis en lo íntimo del individuo y, por lo tanto, era un crimen difícil de ser descubierto, a no ser por la confesión.

La historia registra que, en el año 1252, el Papa Inocencio IV, a través de la bula *Ad extirpanda*, autorizó la tortura como forma de no promover tratamiento diferenciado a los herejes, de aquel ya extendido a los crímenes comunes de mayor gravedad. Entre tanto, su aplicación, requería algunos criterios y, según Gonzaga (1993), las condiciones eran las de que no podría poner en riesgo la vida y la integridad física de las personas sometidas a tales actos y solo podría ser empleada una sola vez, jamás reiteradamente. Luego, la tortura comenzó a ser encarada como práctica natural por eclesiásticos, jurisconsultos, nobles y por el propio pueblo como práctica importante en la tutela del bien común.

En la contemporaneidad, surgen polémicas en relación al tema con la llegada de la “tortura light” que comprende el ahogamiento, la privación del sueño, el aislamiento, la humillación, largas exposiciones al calor y al frío extremos, siendo estas modalidades de tortura consideradas aceptables por el gobierno de los Estados Unidos (2001-2009) para el enfrentamiento de la llamada “guerra contra el terror”. Esta práctica, ahora adoptada, defiende que la “tortura light” se diferencia de la tortura padrón, por esta última ser más violenta y dejar mutilaciones en el cuerpo.

2.2 LA TORTURA EN LA VISIÓN DE CESARE BECCARIA

Cesare Beccaria (1738-1794) es considerado el principal representante del Iluminismo Penal e, imbuido por los valores e ideales iluministas, se volvió reconocido por contestar la triste condición en que se encontraba la esfera punitiva de Derecho en Europa. En este contexto, Beccaria se presenta como figura importante en la defensa de eliminación de prácticas de tortura

para la obtención de confesión del reo. Los argumentos encontrados para defender su postura en relación a la práctica de la tortura se basan en el hecho de que la práctica era funcional a los débiles, pero acababa por absolver a los criminales fuertes, pues el dolor del tormento hace, muchas veces, que la persona para liberarse del sufrimiento inmediato opte por la confesión. Entonces, “este es el medio seguro para absolver a los delincuentes de constitución resistentes y condenar a los inocentes débiles y debilitados”. No obstante, complementa con lo que hoy nos disciplina la Constitución Federal de Brasil, en su artículo 5º, inciso LXII que “un hombre no puede ser culpado antes que la sentencia del juez lo declare”. En este caso el crimen estaría basado en dos proposiciones como siendo cierto e incierto. En la primera el acusado debería ser punido apenas con la sanción fijada en la Ley y mismo si es considerado incierto, no podría ser sometido a tormentos por crimen que pueda ser inocente, pues no quedo probada su culpabilidad. En la perspectiva de Beccaria de que el crimen es cierto o incierto, se aleja de la idea de Foucault de que habría una culpa parcial.

Es importante la concepción de Beccaria porque, según él, el resultado de la tortura no tiene ninguna relación con la verdad, pero indica apenas la resistencia física del atormentado.

La obra de Beccaria representa todo un movimiento intelectual que no acepta más un sistema destituido de racionalidad. Su libro, “*Dos Delitos e das Penas*” (1995) fue de suma relevancia para desestructurar el sistema penal entonces vigente, fue una obra política de gran repercusión, en la cual se demostró que el sistema penal debe tener como criterio la utilidad, renegando toda forma de violencia institucional que no sea útil y necesaria.

Beccaria rechaza tal concepción religiosa, mística, procurando imponer siempre la racionalidad, por medio de un argumento lógico. Es verdad que él no abandona la emoción al mencionar la tortura, o la punición, valiéndose de adjetivos constantes como cruel y atroz. Entre tanto, la emoción sirve para sensibilizar sobre el sufrimiento de los reos y la razón sirve para demostrar la inutilidad y falta de necesidad de tal dolor. (ZAFFARONI, 1987, p. 91)

Así, Beccaria combate la tortura demostrando, racionalmente, su inutilidad, su ineficacia para la obtención de la verdad. Aunque use expresiones con el fin de sensibilizar, de conmover, la fuerza de esta argumentación está en su racionalidad, al comprender y demostrar que, siendo ineficaz, no hay como mantenerse la cruel práctica de la tortura.

2.3 LA TORTURA, EN LA VISIÓN DE LOS SUPPLICIOS DE MICHEL FOCALUT

Michel Foucault (1926-1984) en sus teorías aborda la relación entre poder y conocimiento y como ellos son usados como una forma de control social por medio de instituciones sociales. El autor, en su obra “*Vigiar e Punir*” (2005), probablemente sea el único a describir con minucias los métodos de tortura a que eran sometidos los acusados de crímenes en la Edad Media, dentro de una especie de liturgia punitiva, ejemplificando esta tortura con el caso de DAMIENS, un reo condenado en el año 1757, mediante al que se denominaba **supplicios**.

[Damiens fue condenado, el 2 de marzo de 1757], a pedir perdón públicamente delante de la porta principal de la Iglesia de Paris [donde debía ser] llevado y acompañado en una carroza, desnudo, de camisola, cargando una tocha encendida de dos libras; [y seguida], en dicha carroza, en la plaza de huelga, y sobre un patíbulo que ahí será erguido, atenazado en los pezones, brazos, muslos y barriga de las piernas, su mano derecha asegurando la faca con que cometió dicho parricidio, quemada con fuego de azufre, y a las partes que será atenazado se aplicarán plomo derretido, óleo hirviendo, alquitrán en fuego, cera y azufre derretidos conjuntamente, y a seguir su cuerpo será tirado y desmembrado por cuatro caballos y sus miembros y cuerpo consumidos al fuego, reducidos a cenizas, y sus cenizas lanzadas al viento (FOUCAULT, 2005, p. 9).

En este caso, el uso de la tortura, conforme apunta Foucault, no era desmedido: “cruel, ciertamente, pero no salvaje”. Al contrario, había una serie de reglas que detallaban el tormento, fuese estipulando la duración, fuese definiendo los instrumentos utilizados (FOUCAULT, 1999). En fin, no se trataba de una masacre practicada sin criterio por el verdugo.

La confesión hecha sobre tortura debería ser ratificada, posteriormente, para que tuviese validez. Si no fuese hecha la ratificación, el reo podría ser sometido a nueva sesión de tortura, por dos o tres veces, dependiendo de la legislación (VALIENTE, 1994).

Según Foucault, hubo una especie de ajuste entre el reo-torturado - llamado paciente - y el juez, en una especie de disputa: si el reo soportase, el juez no podrá hacer uso de las pruebas ya obtenidas.

Como suplicio de la verdad, el interrogatorio encontraba su funcionamiento. La confesión era la pieza complementar de una información escrita y secreta. Pero, vale destacar que el interrogatorio no era una manera de arrancar la verdad a cualquier precio. Era cruel, pero no salvaje, como mencionó Foucault (2012, p. 42), tratando a la tortura como una práctica reglamentada que obedecía a un procedimiento definido, siendo el sufrimiento, el confront y la verdad ligados unos a los otros. Así, el suplicio se insertó fuertemente en la práctica judicial porque era revelador de la verdad y agente del poder. Su práctica permitió que el crimen fuera

reproducido y volcado contra el cuerpo del criminal. Siendo así, la población era, sin duda, el personaje principal de las ceremonias de suplicio. Atraídos por el espectáculo hecho para aterrorizarlos, podrían até alterar o rumbo do momento punitivo: impidiendo la ejecución, persiguiendo los ejecutores, haciendo tumulto contra la sentencia. Los grandes asesinatos se volvieron el juego silencioso de los sabios (FOUCAULT, 2012, p. 67).

Solamente a partir de 1850, se inicia en Europa un movimiento de protesta de parte de intelectuales, juristas y parlamentares con la aquiescencia del pueblo, contra las penas de suplicio consideradas, ahora, tiranía y crueldad. Se buscaba, extinguir el duelo entre soberano y acusado. La justicia criminal paso a punir a los criminales y no a vigilar sus crímenes, siendo inserido en la orden jurídica el principio de la proporcionalidad entre el crimen y la pena.

2.4 ASPECTOS LEGISLATIVOS DE LA TORTURA

La Declaración Universal de los Derechos Humanos de la ONU, datada de 10.12.1948, establece en su artículo V que “nadie será sometido a tortura ni a tratamiento o castigo cruel, deshumano o degradante”. En el mismo giro, establece la Convención Americana sobre Derechos Humanos (Pacto de San José de Costa Rica), de 1969, en su artículo 5º., n.º 2, que “nadie debe ser sometido a tortura, ni a penas o tratos crueles, deshumanos o degradantes. Toda persona privada de la libertad debe ser tratada con el respeto debido a la dignidad inherente al ser humano”. La Convención de la ONU, en su artículo 1º, conceptúa tortura como:

Cualquier acto por el cual dolores o sufrimientos agudos, físicos o mentales son infligidos intencionalmente a una persona a fin de obtener, de ella o de una tercera persona, informaciones o confesiones, de castigarla por acto que ella o una tercera persona haya cometido, o sea sospecha de haber cometido; de intimidar u obligar a esta persona u otras personas; o por cualquier motivo basado en discriminación de cualquier naturaleza; cuando tales dolores o sufrimientos son infligidos por un funcionario público u otra persona en el ejercicio de funciones públicas, por su instigación, o con su consentimiento o aquiescencia.

En Brasil, desde la Constitución Imperial de 1824, se tiene una declaración solemne contra la tortura y otros tratamientos deshumanos, disciplinada en el artículo 179, §19 de aquel diploma, que aduce: Desde ya quedan abolidos los azotes, la tortura, la marca de hierro caliente, y todas las demás penas crueles.

Así, la condena explicitada en la Constitución Federal de 1988, en el artículo 5º, III, XLIII, XLVII y XLIX, en referencia la práctica de la tortura y otros tratamientos o penas crueles, degradantes o deshumanas ya fuera prevista en constituciones anteriores. Aunque la

Constitución Federal de 1988, haya hecho mención de repudio a la tortura, quedó a cargo del legislador ordinario determinar cuáles son los límites y la definición de las conductas que representan la práctica de la tortura y la violación de los derechos fundamentales del ser humano.

Se registra, que la primera manifestación del legislador ordinario patrio sobre la tipificación del crimen de tortura se dio con la promulgación del Estatuto del Niño y del Adolescente – Ley n.º 8.069/90 que, en su artículo 223, previa como crimen el acto de “someter al niño o adolescente, bajo su autoridad, guarda o vigilancia a la tortura”. No obstante, la Ley de los Crímenes Hediondos – Ley 8.072/90, en seguida, vino a equiparar el crimen de tortura a los llamados crímenes hediondos, en plena concordancia con el dispositivo constitucional previsto en el artículo 5º., XLIII. c/c con los artículos 1º y 2º de la ley 8.072/90.

Finalmente, en 1997 Brasil introdujo la Ley n.º 9.455/97, llamada Ley de la Tortura, que prevé un crimen específico para la tortura. La referida ley, pune al individuo que comete la tortura y cualquier persona que tenga conocimiento sobre el acto y que tenga el deber de prevenirlo. La tortura es, por lo tanto, punible con pena de prisión, que es determinada de acuerdo con las circunstancias del caso. La Ley n.º 9.455/97 entra en vigor en el Ordenamiento Jurídico Brasileño como instrumento regulador de la práctica de Tortura, previéndola como crimen sin fianza y no susceptible de gracia o amnistía, disciplinando, aún, que el condenado por ese crimen iniciará el cumplimiento de pena, necesariamente, en régimen cerrado.

Además, de positivar legítimamente el crimen de tortura, la ley revoco expresamente el artículo 223 del Estatuto del Niño y del Adolescente, a través de su artículo 4º y proceso a la previsión del crimen de tortura a través de lo dispuesto en su artículo 1º, incisos, letras y párrafos:

Art. 1º. – Constituye crimen de tortura:

I – Obligar a alguien con empleo de violencia o grave amenaza, causándole sufrimiento físico o mental:

- a) Con el fin de obtener información, declaración o confesión de la víctima o de tercera persona;
- b) Para provocar acción u omisión de naturaleza criminal;
- c) En razón de discriminación racial o religiosa;

II – Someter a alguien, bajo su guarda, poder o autoridad, con empleo de violencia o grave amenaza, a intenso sufrimiento físico o mental, como forma de aplicar castigo personal o medida de carácter preventivo.

Pena: reclusión, de 2 (dos) a 8 (ocho) años.

§1º - En la misma pena incurre quien somete a una persona presa o sujeta a medida de seguridad, a sufrimiento físico o mental, por intermedio de la práctica de acto no previsto en ley o no resultante de medida legal.

Se resalta, que la referida ley, también, incorpora la Convención de las Naciones Unidas contra la Tortura en el Derecho Interno Brasileño.

2.5 EL EMPLEO DE LA TORTURA EN BRASIL: UNA INTERFASE CON EL RÉGIMEN DICTATORIAL

Las tres Ordenanzas del Reino Portugués, cuáles sean: Manoelinas, Afonsinas y Filipinas, poseían rigor excesivo en las penas, no proporcionalidad entre las penas y los castigos cometidos, siendo permitido del azote a la marca de fuego, con el propósito de imponer el terror a los condenados, a través de la mutilación de sus cuerpos.

Se resalta que, entre esas Ordenanzas, las Ordenanzas Filipinas vigoraron en Brasil, en el período de 1609 hasta 1830, período en que paso a vigorar el Código Criminal del Imperio. Fue establecido por las Ordenanzas que un Juez, sería la figura que, delante de indicios, podría ordenar que el individuo fuese torturado hasta confesar o delatar a sus cómplices. En la muerte cruel, la vida era acabada lentamente, entreverada de suplicios. Muchas veces, la elección del medio para volver más sufrido el pasatiempo del reo escapaba del control del juez o del ejecutor (ZAFFARONI, 2002).

Con la Constitución de 1824, en la observancia de su artículo 179. XIX, fueron abolidas las penas de tortura, en respeto al dispositivo que disponía estar abolido el azote, la tortura, la marca de hierro y todas las demás penas crueles.

El Código Penal de la República Vieja, estuvo en vigor de 1890 hasta 1941 y no se manifiesta en cuanto la práctica de tortura, en congruencia con las Constituciones de 1946 y 1967, que juntamente con la Emenda Constitucional n.º 1, de 1969 poseen textos omisos en cuanto a la práctica de la tortura.

Bajo la excusa de temporalidad y bajo el pretexto de proteger al país de la amenaza comunista, el régimen militar fue instaurado el 1º de abril de 1964 en Brasil. En ese momento, no era favorable a los militares que la Constitución de 1946, continuase en vigor, teniendo entonces, la queda del gobierno legitimado por esta Constitución y la ascensión del comando militar. En este contexto, surge el Acto Institucional n.º 5. Este conjunto normativo, dilaceró la democracia, firmó elecciones indirectas para presidente, militarizó la Presidencia de la República, acabó con el federalismo, decretó la pena de muerte para crímenes de seguridad nacional y restringió al trabajador el derecho de huelga. Más allá de esto, volvió legal la

casación de políticos y ciudadanos de oposición, puso fin a derecho de *habeas corpus*, extinguió partidos políticos, cerró el Congreso Nacional y suspendió derechos constitucionales.

Nen el régimen militar, la tortura era utilizada como estrategia para intimidar adversarios, desestructurando la oposición. La tortura era aplicada independientemente de edad, sexo, situación moral, física o psicológica de los sospechosos. La finalidad de la práctica era la de causar dolor físico y psicológico, rompiendo los límites emocionales para la confesión de informaciones.

Cabe resaltar, que, más allá de someter a la propia nación al terror, Brasil exportó su régimen para diversas otras dictaduras latinoamericanas, por medio de técnicas de tortura, de interrogatorio, de la formación de torturadores y de la figura del desaparecido político (COIMBRA, 2001).

Aún que existan diferencias conceptuales acerca de los derechos fundamentales en cuanto a ser innatos al hombre o no, es cierto que su ápice garantista se da con la Declaración Universal de los Derechos Humanos, aprobada en 1948, por la Asamblea General de las Naciones Unidas. En este documento, constan como fundamentales la igualdad, los derechos políticos, la presunción de inocencia, la libertad de pensamiento, de reunión y asociación y la prohibición de las discriminaciones de cualquier padrón y de las prisiones arbitrarias. En su artículo V, aduce, aún, que “nadie será sometido a tortura ni a tratamiento o castigo cruel, deshumano o degradante” (NACIONES UNIDAS, 1948)

Un nuevo aliento, en cuanto al repudio a la práctica de la tortura, viene con la Constitución de la República Federativa de Brasil, de 1988 que, influenciada por el Pacto de San José de Costa Rica, prohíbe la práctica de la tortura y los tratamientos deshumanos o degradantes, considerándolos crímenes sin fianza y no susceptibles de gracia o amnistía (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 5º, XLIII).

2.6 TORTURA A LA LUZ DEL DERECHO INTERNACIONAL Y DE LOS DERECHOS HUMANOS

La práctica de la tortura es absolutamente prohibida en el Derecho Internacional y no puede ser justificada bajo ninguna circunstancia. La Organización de las Naciones Unidas – ONU considera la tortura como una negación de los propósitos de su Carta y como violación de Derechos Humanos y de las libertades fundamentales proclamados en la Declaración

Universal de Derechos Humanos. La prohibición de la tortura es encontrada en innumerables tratados internacionales de derechos humanos y tratados humanitarios internacionales, siendo considerada un principio general de Derecho Internacional. La prohibición de la tortura sigue, entonces, la norma de Derecho Internacional “*jus cogens*”, que es una norma imperativa y que vincula a todos los Estados, mismo a aquellos que no hayan ratificado un tratado en particular. De esta forma, los preceptos “*jus cogens*” no pueden ser derogados o contrariados por tratados u otros preceptos del Derecho Internacional (FOLEY, 2011).

Brasil, solamente ratificó los dos pactos de Derechos Humanos bien después de sus vigencias en el plan internacional, lo que, por sí solo, demuestra el *déficit* brasileño en relación al conocimiento y a la concretización de los derechos humanos. El hecho nos lleva a creer que en Brasil hay deficiencia teórica y práctica en la promoción de los derechos humanos (LEITE, 2014).

La Convención Americana sobre Derechos Humanos, también llamada Pacto de San José de Costa Rica, entro en vigor en el plano internacional el 22 de noviembre de 1969, pero, infelizmente, solamente fue ratificada por Brasil el 6 de noviembre de 1992, por medio del Decreto n.º 678.

El reconocimiento y la protección de la dignidad de la persona humana, entonces, fueron frutos, en gran parte, de intensas violaciones a la integridad física y psicológica de grandes colectividades de seres humanos, siendo entonces la barbarie la gran impulsora de estas conquistas. En las palabras de Comparato (2010, p. 50):

(...) A cada gran brote de violencia, los hombres retroceden, horrorizados, a la vista de la ignominia que al final se abre claramente delante de sus ojos; y el remordimiento por las torturas, por las mutilaciones en masa, por las masacres colectivas y por las explotaciones degradantes hace nacer en las consciencias, ahora purificadas, la exigencia de nuevas reglas de una vida más digna para todos.

En esta comprensión las Naciones Unidas, desde su creación en 1945, no han medido esfuerzos en el estímulo y en la promoción de Derechos Humanos para todos. En este contexto, la Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas, en día 10 de diciembre de 1948, adoptó y proclamó la Declaración Universal de los Derechos Humanos que paso a representar el marco en la historia de los derechos humanos. Así, de acuerdo con lo preconizado en la Declaración, la tortura es considerada como condición inaceptable en todas sus formas.

En el mismo entendimiento, la Convención Europea de Salvaguarda de Derechos Humanos de la ONU, firmada en Roma en día 4 de noviembre de 1950, en su artículo 3º que:

“nadie puede ser sometido a torturas, ni a penas o tratamientos deshumanos o degradantes”, siendo esta incorporada a las leyes internas de los países-miembros.

El comité contra la tortura fue creado en conformidad con lo dispuesto en el artículo 17 de la Convención contra la Tortura y otros Tratamientos o Penas Cruels, Deshumanos o Degradantes, teniendo como principal objetivo controlar la aplicación, por los Estados Partes, de las disposiciones de la Convención. De este modo, el Comité posee competencia para instaurar investigaciones en caso de sospecha bien fundamentada de la práctica sistemática de la tortura en el territorio de un Estado Parte (artículo 20) y para analizar quejas presentadas por Estados Partes o particulares contra un Estado que haya reconocido la competencia del Comité para tal efecto (artículos 21 y 22 de la Convención).

A Convención establece, también, que ningún Estado parte expulsará o extraditará a una persona para otro Estado cuando existan motivos serios para creer que pueda ser sometido a la tortura.

Para el crimen de tortura, la jurisdicción es compulsoria y universal, en los términos de los artículos 5° a 8° de la Convención contra la Tortura y otros Tratamientos o Penas Cruels, Deshumanos y Degradantes. Es compulsoria porque los Estados Partes están obligados a punir a los torturadores, independientemente del territorio en que el hecho haya ocurrido, de la nacionalidad del autor del hecho y de la víctima. Es universal porque el torturador, donde quiera que esté debe ser procesado (CASTILHO, 2013). La práctica de la tortura está prohibida por la mayoría de los ordenamientos jurídicos nacionales en el mundo. Aún que no exista el crimen específico de tortura, en un determinado ordenamiento jurídico, hay, normalmente, otras leyes por medio de las cuales los perpetradores pueden ser responsabilizados. De esta forma, aún que un Estado no haya ratificado determinado tratado que prohíba la tortura, tal país está de cualquier forma vinculado en virtud del Derecho Internacional General, a través de la fuerza imperativa de la norma “*jus cogens*” (FOLEY, 2011).

Así, la prohibición de la tortura es encontrada en el artículo 5° de la Declaración Universal de los Derechos Humanos (1948) y en varios tratados internacionales y regionales de Derechos Humanos, la mayoría de los Estados ratificó tratados que contienen dispositivos que prohíben la tortura y otras formas de malos tratos. Esta normativa incluye el pacto Internacional sobre Derechos Civiles y Políticos (1966), la Convención Europea de Derechos Humanos (1950), la Convención Americana sobre Derechos humanos (1978) y la Carta Africana de los Derechos Humanos y de los Pueblos (1981).

2.7 LA PERSISTENCIA DE LA TORTURA EN BRASIL¹

A pesar de su prohibición absoluta, por los instrumentos normativos, la tortura en Brasil permanece ampliamente diseminada. Una de las mayores preocupaciones en relación a esta práctica abusiva, se direcciona al uso excesivo de la fuerza por policías y agentes penitenciarios, bien como las condiciones de las prisiones y superpoblación en prisiones. En este contexto, los organismos internacionales se declaran preocupados con la cultura de violencia e impunidad que prevalece en Brasil, en cuanto Estado Parte.

Los informes elaborados sobre la problemática brasileña, apuntan que el número de personas asesinadas bajo custodia es un problema grave, observando, aún, que la frecuencia de rebeliones y muertes en las prisiones es resultado de una serie de factores, entre los cuales podemos citar: la superpoblación que provocan la agitación de los internos, la incapacidad de los agentes de las prisiones en efectivamente prevenir la entrada de armas y aparatos de teléfonos celular para el interior de las celdas, el bajo nivel de educación y pocas oportunidades de trabajo, las fallas en asegurar al preso y régimen de progresión de la pena, los atrasos en el proceso de transferencia combinados a la violencia de los agentes y las precarias condiciones de las prisiones. El Comité de Derechos Humanos apunto su preocupación con el diseminado uso de fuerza excesiva por los agentes aplicadores de la ley, con la ejecución extrajudicial de sospechosos, con el uso de la tortura para extraer confesiones de sospechosos, con los malos tratos de individuos bajo la custodia de la Policía y con los diversos informes de amenazas y homicidios de testigos, vigilancia de la Policía y Jueces. En este contexto, el Comité, también observó que las condiciones de detención en cárceles, se configura como deshumano.

El Gobierno brasileño declaro reconocer la gravedad de la condición que la Nación enfrenta, en cuanto a la práctica de la tortura en territorio nacional, y en el año 2007, reaccionó al problema con un “Plan de Acciones Integradas de Prevención y Combate a la Tortura”, basado en las recomendaciones del Relator Especial, Nigel Rodley, encaminadas en 2001 a la Comisión de Derechos Humanos de la ONU. Actualmente, 12 (doce) estados brasileños adhirieron al Plan, creando Comités estatales con el objetivo de promover, en nivel local, las medidas previstas en aquel instrumento. Más allá de esta medida, existió la creación del Comité Nacional de Prevención y Combate a la Tortura en Brasil, el 26 de junio de 2006, y ratificado

¹ Texto adaptado de FOLEY, C. Protegendo os brasileiros contra a tortura: Um manual para Juízes, Promotores, Defensores Públicos e Advogados.

el Protocolo Facultativo a la Convención Contra la Tortura de la ONU en enero de 2007. El Gobierno Brasileño, entonces, declaró que están siendo tomadas providencias para la construcción de un mecanismo nacional de prevención y combate a la tortura, en atención a los compromisos establecidos en el Protocolo Facultativo recientemente ratificado.

CONSIDERACIONES FINALES

A partir del estudio, se observó que la tortura es considerada, por la gran mayoría de la población mundial, un tratamiento deshumano. Brasil, a su vez, legalmente repudia cualquier acto de tortura que, cuando es practicada, hiere principios constitucionales brasileños, como, por ejemplo, el principio de la dignidad de la persona humana.

En el contexto, son importantes las contribuciones de estudiosos como Michel Foucault que, de forma brillante y con una riqueza de detalles, elucida el carácter punitivo, en detrimento del investigativo, de la práctica de la tortura. Sus ideas trajeron humanización tanto al proceso penal, como a la propia aplicación de la pena, no sirviendo más esta como el reflejo de la aplicación de la ley en el cuerpo del apenado. Vale resaltar, también, la importancia de Cesare Beccaria para la formación de la opinión mundial a respecto de este tema polémico, pues en sus lecciones explican aspectos negativos que la tortura trae para la sociedad, con la punición de inocentes y la libertad de verdaderos culpados, se vuelve esta, un medio de impunidad.

Es notorio que la práctica de la tortura ocurrió paralelamente con la historia de los pueblos de la humanidad. Su observancia viene de lejos como forma legítima para imponer el orden y garantizar el poderío absoluto de reyes y de la iglesia. Durante el proceso histórico de evolución natural que la humanidad viene alcanzando, mucho ha sido hecho en el sentido de elaborar instrumentos que cohiban esta práctica violenta y deshumana, ahora utilizada a la obtención de pruebas de cualquier naturaleza, ahora para obtener informaciones o declaraciones de sujetos, más allá de cuidar para prevenir que sujetos en custodia del Estado no sean sometidos a tal atrocidad.

El Estado brasileño tuvo, en su historia, un período dictatorial que, como en cualquier Gobierno absolutista, violó mucho los derechos y garantías fundamentales de sus ciudadanos. No obstante, las reservas que eran hechas en relación con el modo de vida de los brasileños, en este período, consideremos las prácticas violentas de torturas practicadas, bien como las innumerables desapariciones ocurridas en el período en tema. Aún hoy, el Estado brasileño,

principalmente en la figura de sus militares, se niega a admitir las atrocidades ocurridas en el período de la dictadura, estableciendo una especie de “calla-boca” entre los involucrados, contribuyendo para que no sea promovido ningún tipo de reparación, que sea moral o financiera a las familias de muertos desaparecidos políticos. Así, el período dictatorial vivido por Brasil, en mucho se confunde con la narración de los suplicios de Michel Foucault.

Entre tanto, el Gobierno brasileño ha estado atento en acompañar los instrumentos protectores internacionales, a fin de responder a la sociedad brasileña, criando a expectativa de que tales prácticas estén en el camino de ser definitivamente abolidas en nuestro Estado Democrático de Derecho. Realidad que puede ser utópica, y que no agota las discusiones en el momento, pero las Convenciones y Tratados, incluso ratificados hace corto tiempo por Brasil, embuten en los ciudadanos brasileños el sentimiento de respeto y de protección de sus miembros por la Nación, acentuando la perspectiva de garantía de derechos y de garantías fundamentales.

Con esto, el Estado Democrático de Derecho, a través de la sociedad civil organizada ha conseguido avances significativos en la denuncia contra la práctica de tortura, respetándose la dignidad de la persona humana, a fin de no constituir al ciudadano o a los operadores de la ley en la posición de justicieros, dejando a cargo de la justicia, y tan solamente de ella, la carga de la sanción penal.

REFERENCIAS

BORN, G. B. **O emprego da tortura no regime militar sob a ótica dos direitos humanos e tratados internacionais.** UNB, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília/DF, 1996.

BRASIL. **Lei Complementar nº 9.445/97** – Define crimes de tortura e dá outras providências. Constituição Federal, Código de Processo Penal, Código Penal. Organizador Luiz Flávio Gomes, 5.ed. ver. atual e ampl. San Pablo: Editora Revistas dos Tribunais, 2003.

CABETE, E.L.S. **A definição do crime de tortura no ordenamento jurídico brasileiro,** 2008.

CASTILHO, R. **Direitos Humanos.** San Pablo: Saraiva, 2013.

COIMBRA, C. M. R. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. **Psicol. Estud.** v.6, n. 2, 2001.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7. ed. San Pablo: Saraiva, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 29.ed., Petrópolis: Vozes, 1987.

FOLEY, C. **Protegendo os brasileiros contra a tortura**. Um Manual para Juizes, Promotores, Defensores Públicos e Advogados. Tradução: Tatiana Dicenzo, Rita Lamy Freund – Brasília: International Bar associations's Human Rights Intitute (IBAHRI) (IBA)/Ministério das relações Exteriores Britânico e Embaixada Britânica no Brasil, 2011.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 20. ed., trad.: Raquel Ramalhete, Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência das prisões**. 30. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

GONZAGA, J. B. G. **A Inquisição em seu Mundo**. San Pablo: Saraiva, 1993.

JESUS, M. G. M. **O crime de tortura e a justiça criminal: um estudo dos procesos de tortura na cidade de São Pablo**. Mestrado (Departamento de Sociologia). Universidade Federal de São Paulo, 2009.

LYRA, D. A. **A perpetuação da Tortura em uma Ordem Democrática: expiação e marginalidade social no Brasil redemocratizado**. Ríó de janeiro: Dissertação (Mestrado em Sociologia), IUPERJ, 2004.

VALIENTE, F. T y. **La tortura en España**. 2. ed. Barcelona: Editorial Ariel, 1994.

WOLOSZYN, A. L. **O crime de tortura na história e sua evolução no direito penal brasileiro**. UFRGS, 2003.

ZAFFARONI, E. R. **Tratado de Derecho Penal**. Parte General, tomo II, Buenos Aires: Ediar, 1987.

ZAFFARONI, E. R., PIERANGELI, J. H. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 4. ed., San Pablo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

DESAFIOS DA
GESTÃO PRISIONAL

CHALLENGES OF
PRISON
MANAGEMENT

BOHN GASS, Eduardo [1]

BECKER, Carol Elisa [2]

[1] Pós-graduado em Direito Processual Civil e Temas Relevantes de Direito Civil– Faculdades Integradas Machado de Assis.

E-mail: bohngass@yahoo.com.br

[2] Mestrado em Agronomia Agricultura e Ambiente. UFSM

E-mail:

carol.becker1@yahoo.com.br

RESUMO

Esse artigo possui como tema a análise dos diversos fatores que dificultam a gestão das casas prisionais. Para tanto o trabalho tem como objetivo geral demonstrar a dificuldade da gestão prisional e, como objetivos específicos, a análise de fatores como a gestão de recursos, população carcerária e efetivo funcional. A metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica, utilizando-se o método de abordagem hipotético-dedutivo. Os conceitos elencados demonstram que os gestores enfrentam diariamente fatores internos e externos que prejudicam sobremaneira o sistema prisional. A falta de investimentos em saúde, educação e geração de empregos contribui para o crescimento dos índices de criminalidade e da superlotação dos estabelecimentos, dificultando a reinserção dos apenados ao convívio social.

Palavras-chave: Gestão. Prisional. Dificuldades.

ABSTRACT

This article has as its theme the analysis of the several factors that hinder the management of prison houses. For this purpose, the work has as general objective to demonstrate the difficulty of prison management and, as specific objectives, the analysis of factors such as resource management, prison population and functional staff. The applied methodology was bibliographic research, using the hypothetical-deductive approach method. The concepts listed demonstrate that managers face daily internal and external factors that greatly damage the prison system. The lack of investments in health, education and job creation contributes to the growth of crime rates and the overcrowding of establishments, making it difficult to reinsert those sentenced to social life.

Keywords: Management. Prison. Difficulties.

1 INTRODUÇÃO

O sistema prisional brasileiro enfrenta problemas de estruturação e organização desde o seu surgimento. As condições que os gestores encontram para o seu gerenciamento são assustadoras, tanto do ponto de vista econômico quanto social.

A falta de recursos monetários e humanos nos sistemas prisionais vem fazendo com que essa dificuldade aumente, pois, a estrutura física encontra-se precária, causando o abarrotamento de detentos em celas. Da mesma forma, o baixo número de agentes e técnicos penitenciários em relação a população carcerária agrava ainda mais essa situação, fragilizando a segurança e a ressocialização nesses locais.

Esses problemas vêm se agravando ainda mais ao longo dos anos devido ao aumento da população carcerária, dificultando ainda mais a gestão das casas prisionais, desmascarando a precariedade das estruturas físicas prisionais, bem como a falta de agentes e técnicos penitenciários. Tendo ciência da relevância deste tema, o presente trabalho apresenta como problema de pesquisa a análise da dificuldade da gestão das casas prisionais frente à situação atual.

Levando-se em consideração tal problemática, surgem algumas hipóteses, quais sejam, o investimento em recursos humanos, a melhora e o aumento das unidades prisionais que poderão ser indicadores de redução da população carcerária, culminando em uma maior ressocialização e reinserção em sociedade desses detentos.

Sendo assim, o presente artigo tem por objetivo geral demonstrar a dificuldade da gestão prisional. Para tanto, possui como objetivos específicos, analisar fatores como a gestão de recursos, população carcerária e efetivo funcional.

Com o aumento de recursos e investimentos nos estabelecimentos prisionais a população carcerária estaria melhor atendida e o processo de ressocialização poderia ser realizado de uma melhor forma, fazendo com que uma maior parte desses detentos se reinserisse no meio social, reduzindo a população carcerária e a criminalidade como um todo.

Para a realização e desenvolvimento do presente trabalho será utilizada a pesquisa bibliográfica, utilizando-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, para verificar as dificuldades da gestão prisional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme citado anteriormente, a gestão prisional tem se tornado cada vez mais difícil ao longo dos anos. Diversos fatores como, a reduzida quantidade de servidores, a precariedade da estrutura física e o aumento da população carcerária vem agravando ainda mais essa situação.

Os problemas econômicos e sociais da população em geral têm feito com que as pessoas busquem sua renda com a venda de ilícitos, comercialização essa que aumenta a criminalidade no país e conseqüentemente faz com que aumente a população carcerária.

Com o aumento no número de apenados e diante do tempo de cumprimento das penas, a estrutura física acaba superlotando, causando desconforto entre os apenados e a sensação de estarem esquecidos pela sociedade, dificultando o processo de reinserção na comunidade. Essa conjuntura está diretamente relacionada com a quantidade de agentes prisionais, que não aumentam na mesma proporção que a população carcerária, refletindo na segurança do sistema prisional e dos apenados, sendo mais um agravante para a gestão prisional.

2.1 PROBLEMAS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA POPULAÇÃO

Com o agravamento dos problemas econômicos e sociais da sociedade como um todo, diversos indivíduos têm encontrado na marginalidade uma forma de sustento para si e para sua família. Impactando no aumento do número de crimes, na população carcerária e dificultando a gestão prisional.

2.1.1 Problemas econômicos

A crise político-financeira que o país tem enfrentado nos últimos anos fez com que muitas pessoas ficassem desempregadas. Aliado a isso, a retirada de direitos trabalhistas da população fez com que a situação econômica dos desempregados se agravasse ainda mais.

Diante desse cenário, Alvez e Pessoa (2019) afirmam que cenários como esses são alarmantes devido ao aumento da criminalidade nas periferias dos grandes centros urbanos. Esses mesmos autores asseguram que o crescimento econômico impacta no desenvolvimento,

estando intimamente relacionado com o aumento de renda da população e a redução da criminalidade.

2.1.2 Problemas sociais

A precariedade dos sistemas públicos em geral, como acesso à educação e a saúde, juntamente com os problemas econômicos da população também tem colaborado com o aumento de crimes e consequentemente com o aumento da população carcerária.

Jovens de diferentes idades já iniciam na criminalidade por perceberem que são desassistidos pela sociedade, “[...] arriscam-se a seguir caminhos, imaginando fazer escolhas, muitas delas já definidas pela conjuntura em que vivem e que envolvem maior risco psicossocial, como alguns dos casos de descaminhos sociais” (LEITE, BOTELHO e LIMA, 2019, p.48).

Situações sociais como essas que acabam agravando o sistema prisional como um todo, pois o indivíduo além de estar inserido em um contexto social considerado problemático, ainda, quando cumpre a sua pena em um sistema prisional, acaba se sentindo completamente desassistido e não prospecta um futuro além desse contexto.

2.2 GESTÃO PRISIONAL

Há muitos anos já se percebe a dificuldade que o sistema prisional vem enfrentando diante da falta de investimentos em recursos humanos e na estrutura física penitenciária.

[...] o Estado Brasileiro, que conviveu com episódios de violência desde a chegada dos Portugueses, passando pelas revoltas abolicionistas e lutas pela independência e posteriormente pela imposição da ditadura militar e a redemocratização do país. Todo esse trajeto de violência rural, criminal e urbana reverberam em problemas para o sistema carcerário brasileiro (CARVALHO, 2015, p. 2).

Conforme Leite (2019), gerir uma unidade prisional é um processo difícil, que necessita de engajamento, planejamento, organização, direcionamento e controle da massa carcerária. Isso implica no desempenho efetivo dos servidores para alcançar objetivos organizacionais. Sendo assim, com a redução da população carcerária, com a quantidade de agentes necessária e com a reestruturação física das penitenciárias, será possível realizar a

gestão adequada das casas prisionais. Todo esse processo fará com que os indivíduos que estão cumprindo pena se sintam parte integrante da sociedade, facilitando o processo de reinserção social. Ainda, conforme o mesmo autor citado anteriormente,

a formulação de um Modelo de Gestão para a Política Prisional tem por principal desafio conceber e implantar modos estratégicos e operacionais que privilegiem a qualificação dos servidores e o desenvolvimento das pessoas privadas de liberdade, buscando, num conjunto mais amplo de ações, romper com o processo crescente de encarceramento e com os ciclos individuais e coletivos de prisão – soltura – re-aprisionamento (LEITE, 2019, p. 7).

Corroborando com o autor acima, Silva e Alencar (2019) afirmam que um dos maiores problemas enfrentados pelos gestores dos sistemas prisionais, desde o seu surgimento, é a superlotação e as condições que se encontram os apenados, enfim, a falta de necessidades básicas para esses detentos.

Sendo assim, a gestão prisional vem sofrendo desde a criação do sistema prisional, porém, com o passar dos anos, esse papel tem se tornado cada vez mais difícil por ter aumentado a criminalidade e por conseguinte, aumentado a superlotação nas penitenciárias. Para agravar ainda mais essa situação, o Estado destina uma pequena quantidade de servidores para trabalhar nesses locais, dificultando ainda mais essa gerência.

Outro fator que vem influenciando muito negativamente na gestão prisional é a superlotação das penitenciárias. Conforme citado anteriormente, diversos fatores influenciam nessa superlotação e segundo autores referidos, esses elevados índices estão diretamente relacionados com os fatores econômicos e sociais nos quais estão inseridos os sujeitos.

Conforme informações do Departamento Penitenciário Nacional, em dezembro de 2019, a população carcerária no Brasil estava em 755.274 pessoas para 442.349 vagas, um déficit de 312.925 vagas.

Dados como esses nos levam a refletir como se encontram esses apenados nas estruturas penitenciárias, em que condições que os servidores estão trabalhando e, ampliando o debate, como é possível fazer uma gestão de uma casa prisional onde o número de apenados só aumenta e o espaço físico e o número de agentes penitenciários continuam o mesmo.

Lima (2019) afirma que existe muita dificuldade e complexidade para gerir uma unidade prisional, pelo fato do gestor liderar os servidores públicos, lidar com presos de justiça e seus familiares, além de entes públicos e privados que fazem o uso deste serviço.

Como o gestor atua no âmbito prisional, um ambiente extremamente complexo, na busca constante de melhorias para tornar a vida atrás das grades o menos degradante possível torna-se um desafio diário e fazer com que os servidores envolvidos nesse processo se mantenham sempre motivados (LIMA, 2019 p. 6).

Ainda, Barros (2019) afirma que além das questões citadas anteriormente, como os problemas econômicos e sociais que acarretam em uma superpopulação carcerária e dificulta a gestão prisional, o número de agentes penitenciários insuficientes também agrava essa situação.

Todos esses fatores fazem com que encontremos no país, um sistema prisional falido, desde o seu surgimento. Algumas práticas adotadas como direitos dos apenados dentro das penitenciárias, políticas públicas eficazes, conhecimento acadêmico dos gestores e demais servidores, tem se mostrado fatores importantes para a redução da dificuldade de gestão.

A Crise e Falência do Sistema Penitenciário Brasileiro normalmente é tratada pela perspectiva exclusiva da Segurança Pública e não como reflexo de um problema social. A segurança dos presídios não garante real proteção à sociedade, aos agentes e nem tampouco aos próprios presos. O aumento da criminalidade na sociedade reflete o aumento da superlotação no Sistema Penitenciário na mesma proporção. A existência do sistema prisional só se justifica pela situação fática de que uma quantidade considerável de criminosos não pode ser reintegrada à sociedade, apresentando assim uma relação social negativa como esta enquanto livre, pelo tempo que sua existência perdure (BARROS, 2019, p. 22).

Percebe-se que enquanto as políticas públicas não forem eficientes e os apenados não conseguirem se reinserir na sociedade, o sistema penitenciário brasileiro continuará vivendo em um caos e os problemas de gestão prisional, citados aqui, continuarão sendo enfrentados.

CONCLUSÃO

Diante de tudo acima exposto, verifica-se que o sistema prisional brasileiro há muito tempo vem enfrentando uma série de problemas que dificultam sobremaneira a gestão das casas prisionais.

Os gestores enfrentam diariamente fatores internos e externos que não permitem o ideal cumprimento da pena por parte dos infratores, o que culminaria com um maior número de apenados reinseridos ao convívio social, meta esta almejada pela legislação em vigor.

Problemas sociais, econômicos e de estruturação são os mais visíveis quando se pensa em gestão prisional e devida reinserção dos indivíduos na sociedade. Notório que o aumento

da pobreza e do desemprego faz com que as pessoas mais necessitadas, por estarem desamparadas, busquem muitas vezes no crime um meio de sobreviver.

Condições precárias de saúde e educação, falta de políticas públicas que atendam aos mais necessitados e baixo suporte estatal aos mais carentes são fatores que contribuem para o aumento da criminalidade e, por consequência, do aumento do número de pessoas privadas de liberdade.

Tal fato implica diretamente na gestão do sistema prisional, que luta para abrigar cada vez mais pessoas, sem que, em contrapartida, o número de vagas e estabelecimentos cresça no mesmo fluxo.

Para corroborar ainda mais com tais fatores, além das precárias condições dos estabelecimentos, o número reduzido de servidores, tanto agentes quanto técnicos penitenciários, dificulta ainda mais a reinserção dos internos ao convívio social, pois o devido cumprimento da pena, voltado para a ressocialização, fica deveras prejudicado.

É visível que as dificuldades enfrentadas pelos gestores estão diretamente ligadas aos problemas sociais e econômicos da população. Não há falar em gestão prisional sem falar na necessidade de investimentos em educação, saúde, emprego e, principalmente, políticas públicas que atendam todas as pessoas, em especial aos mais necessitados.

Estes são os elementos capazes de contribuir para que os indicadores de criminalidade sejam reduzidos com o passar dos anos, evitando-se que mais pessoas ingressem no sistema prisional e, caso assim o façam, o estado crie condições para que tais indivíduos possam ser efetivamente ressocializados, retornando ao convívio social.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. R. O. **A crise no sistema penitenciário**: um estudo sobre a função social e o estigma dos indivíduos pós cárcere. 2019. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Bacharelado em Direito. Centro Universitário Tabosa de Almeida, Caruaru, 2019.

CARVALHO, J. Políticas públicas prisionais: a APAC de Pouso Alegre e a sociedade. **Semana de ciência política da usfscar**, v. 3, 2015.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZWl2MmMmZmZyODQ2MC00YmZiLWl4M2ItNDU2ZmlyZjFjZGQ0IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MlYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 13 ago. 2020.

LEITE, J. da S. **Panorama do sistema prisional no brasil.** 2019. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Tecnólogo em Gestão Pública. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

LEITE, L. C.; BOTELHO, A. P.; LIMA, B. Evasão escolar, drogas, criminalidade: os descaminhos na adolescência e suas articulações com questões do sujeito. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 5, n. 10, p. 45-59, 2019.

LIMA, C. C. L. **Liderança na gestão prisional:** um estudo no Complexo Penal João Chaves. 31 f. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Bacharelado em Administração Pública. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SILVA, V. J.; ALENCAR, T. C. de S. B. D. Administração de presídios público e privados diferenças relevantes para sociedade. **Management Journal**, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2019.

FINALIDADE DA
PENA E SUA
EFICÁCIA PERANTE
A ATUAL SITUAÇÃO
DA SOCIEDADE
BRASILEIRA

PURPOSE OF THE
PENALTY AND ITS
EFFECTIVENESS
BEFORE THE
CURRENT
SITUATION OF
BRAZILIAN SOCIETY

BOHN GASS, Eduardo [1]
BECKER, Carol Elisa [2]

[1] Pós-graduado em Direito Processual Civil e Temas Relevantes de Direito Civil-Faculdades Integradas Machado de Assis.
E-mail: bohngass@yahoo.com.br

[2] Mestrado em Agronomia Agricultura e Ambiente. UFSM
E-mail: carol.becker1@yahoo.com.br

RESUMO

Esse artigo possui como tema a análise da eficácia da finalidade da pena, segundo teoria adotada pela legislação penal em vigor, diante da atual situação da sociedade brasileira. Para tanto o trabalho tem como objetivo geral verificar se a finalidade da pena é efetivamente alcançada em nossa sociedade atual e, como objetivos específicos, a análise das diferentes teorias da finalidade da pena, o seu enquadramento na legislação penal em vigor e os reflexos na sociedade contemporânea. A metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica, utilizando-se o método de abordagem hipotético-dedutivo. Os conceitos elencados demonstram que a teoria mista da finalidade da pena adotada pelo legislador pátrio é a que melhor atende aos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana. No entanto, devido à diversos problemas, as finalidades da pena, em especial a preventiva, não estão alcançando plena eficácia em nossa sociedade atual.

Palavras-chave: Pena. Teorias. Finalidade. Eficácia.

ABSTRACT

This article has as its theme the analysis of the effectiveness of the purpose of the penalty, according to the theory adopted by the penal legislation in force, given the current situation of Brazilian society. For this purpose, the work has as general objective to verify if the purpose of the penalty is effectively achieved in our current society and, as specific objectives, the analysis of the different theories of the purpose of the penalty, its framing in the penal legislation in force and the reflexes in the society contemporary. The applied methodology was bibliographic research, using the hypothetical-deductive approach method. The concepts listed demonstrate that the mixed theory of the purpose of punishment adopted by the national legislator is the one that best meets the fundamental principles of the dignity of the human person. However, due to several

problems, the purposes of the penalty, especially the preventive one, are not reaching full effectiveness in our current society.

Keywords: Feather. Theories. Goal. Efficiency.

1 INTRODUÇÃO

Partindo-se da premissa de que a pena é uma consequência jurídica da infração penal, inúmeros estudos foram sendo desenvolvidos durante os anos acerca de sua finalidade. A necessidade de uma resposta do Estado frente à criminalidade fez com que o Direito Penal desenvolvesse diferentes soluções como forma de reação ao delito, as denominadas teorias da pena.

Apesar de se tratar de uma discussão histórica, tem-se por base o surgimento de três teorias basilares que melhor buscam definir a finalidade da pena, quais sejam, a teoria absoluta ou da retribuição, a teoria relativa ou da prevenção e, por fim, a teoria mista ou conciliatória.

Tendo ciência da relevância deste tema, o presente trabalho apresenta como problema de pesquisa a análise da eficácia da finalidade da pena, segundo teoria adotada pela legislação penal em vigor, diante da atual situação da sociedade brasileira.

Levando-se em consideração tal problemática, surgem algumas hipóteses, quais sejam, a teoria adotada pelo Direito Penal Brasileiro é a que melhor atende aos princípios que norteiam a finalidade da pena, ao passo que busca ao mesmo tempo punir o autor da infração penal e prevenir a prática de novos delitos e, a atual situação do Estado encontra dificuldades estruturais e procedimentais para garantir a efetiva aplicabilidade de tais preceitos.

Em razão disso, o presente trabalho possui como objetivo geral verificar se a finalidade da pena é efetivamente alcançada em nossa sociedade atual. Para tanto, tem-se como objetivos específicos a análise das diferentes teorias da finalidade da pena, o seu enquadramento na legislação penal em vigor e os reflexos na sociedade contemporânea.

O presente trabalho revela-se de grande importância tendo em vista os crescentes índices de criminalidade, aliados ao dever do Estado em garantir a segurança da população, punindo

devidamente o autor de determinado delito e, ao mesmo tempo, criando meios que coíbam a prática de novas infrações.

Para a realização e desenvolvimento do presente trabalho será utilizada a pesquisa bibliográfica, utilizando-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, para verificar se a finalidade de pena é efetiva em nossa sociedade atual.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O aumento da criminalidade ao longo dos anos fez com que inúmeras discussões se fizessem necessárias, especialmente acerca da necessidade e das formas com que o Direito Penal deveria se comportar, através do Poder Estatal, em relação aos autores dos delitos.

A partir do momento em que há o cometimento de uma infração penal, seja crime ou contravenção penal, deve o Estado, através de seu poder/dever de punir, aplicar uma pena ao autor do fato, o que na doutrina é denominado *jus puniendi*.

Ou seja, a pena é uma consequência jurídica da infração penal, que consiste na privação de determinados bens jurídicos diante do cometimento de algum fato típico, atentando-se sempre ao princípio da legalidade, conforme Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso XXXIX, que preceitua que “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988), bem como ao princípio da anterioridade da lei, nos termos do artigo 1º do Código Penal, “não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal” (DECRETO-LEI Nº 2.848, 1940).

No entanto, para que o *jus puniendi* do Estado atinja efetivamente o mundo dos fatos e cause efeitos concretos sobre o autor do fato, deve a pena ser construída com uma finalidade, e que não busque apenas privar o indivíduo de determinados bens jurídicos de uma forma simplória de causa e efeito.

2.1 TEORIAS DA FINALIDADE DA PENA

Tendo por base o dever/poder de punir do Estado, inúmeras construções doutrinárias e legislativas foram sendo desenvolvidas através dos anos para tentar definir qual seria a finalidade da pena imposta ao autor do fato ilícito, culminando com o surgimento de três teorias basilares, quais sejam, a teoria absoluta ou da retribuição, a teoria relativa ou da prevenção e, ainda, a teoria mista ou conciliatória, as quais serão analisadas de forma breve e individualizada.

2.1.1 Teoria absoluta ou da retribuição

Esta primeira teoria entende que a pena nada mais é do que uma retribuição ao criminoso em razão de uma conduta ilícita anteriormente praticada. Ou seja, ao autor do fato será causado um prejuízo, em razão de sua própria conduta.

Tendo por base a característica retributiva, “a finalidade da pena é punir o autor de uma infração penal. A pena é a retribuição do mal injusto, praticado pelo criminoso, pelo mal justo previsto no ordenamento jurídico (*punitur quia peccatum est*)” (CAPEZ, 2009, p. 364).

Sendo assim, a teoria absolutista ou da retribuição não possui efetivamente uma finalidade, ao passo que sua aplicação possui o simples propósito de reparar um mal com outro mal. Neste sentido:

A pena é concebida como uma forma de retribuição justa pela prática do delito. Concebe-se que o mal não deve restar impune, de sorte que o delinquente deve receber um castigo como forma de retribuição do mal causado para que seja realizada a Justiça. Para essa concepção, a pena não possui nenhum fim socialmente útil, como, por exemplo, a prevenção de delitos, mas sim de castigar o criminoso pela prática do crime. Kant e Hegel são os dois grandes expoentes das teses absolutas da pena (AZEVEDO; SALIM, 2016, p. 398-399).

Da mesma forma, Bitencourt (2019) entende que a referida teoria concebe a pena como sendo um mal em retribuição à determinado mal causado pelo criminoso, sem idealizar um fim futuro, mas, simplesmente, punir o fato passado. Conforme acima referido, a aludida teoria entende que a pena se baseia apenas em uma certa exigência de justiça, ao passo que pune o

indivíduo que outrora causou mal a outro cidadão através de uma conduta ilícita, não havendo um fim útil como, por exemplo, de prevenir novos delitos.

2.1.2 Teoria relativa ou da prevenção

Também denominada de teoria finalista ou utilitária, ao contrário da anterior, esta possui uma finalidade específica, qual seja, a prevenção de novos delitos e a ressocialização do autor do fato.

A prevenção é abordada de duas formas diversas, sendo uma geral e outra especial. A primeira é dirigida para a sociedade como um todo, a qual sofre a intimidação de não cometer delitos em razão da punição que será aplicada. Por outro lado, a prevenção especial é dirigida ao criminoso, para que este seja ressocializado e não volte a cometer novos delitos. Seguindo este entendimento:

[...] a pena tem um fim prático e imediato de prevenção geral ou especial do crime (*punitur ne peccetur*). A prevenção é especial porque a pena objetiva a readaptação e a segregação sociais do criminoso como meios de impedi-lo de voltar a delinquir. A prevenção geral é representada pela intimidação dirigida ao ambiente social (as pessoas não delinquem porque têm medo de receber a punição) (CAPEZ, 2009, p. 364).

No mesmo sentido:

Enquanto a prevenção geral visa à prevenção de crimes pela intimidação da sociedade, a prevenção especial dirige-se ao criminoso em particular, visando, assim, a ressocializá-lo e reeduca-lo. A pena, nesse enfoque, tem a finalidade de impedir que o delinquente volte a cometer crimes. (AZEVEDO; SALIM, 2016, p. 400).

Vislumbra-se que esta teoria não está fundamentada na ideia de fazer justiça, mas sim, na necessidade social de aplica-la no momento correto para que o autor do fato não volte a delinquir, bem como para que novos delitos não sejam cometidos, cumprindo assim sua finalidade preventiva.

2.1.3 Teoria mista ou conciliatória

Também conhecida como teoria eclética ou intermediária, trata-se da fusão das teorias anteriores, tendo em vista que busca, ao mesmo tempo, punir o autor do fato e prevenir que novos delitos voltem a ser cometidos.

Com esta teoria “fundiram-se as duas correntes. Passou-se a entender a pena, por sua natureza, é retributiva, tem seu aspecto moral, mas sua finalidade é não só a prevenção, mas também um misto de educação e correção” (MIRABETE, 2005, p. 245). Sobre este assunto:

As teorias mistas ou unificadoras tentam agrupar em um conceito único os fins da pena. Esta corrente tenta escolher os aspectos mais destacados das teorias absolutas e relativas. Merkel foi, no começo do século, o iniciador desta teoria eclética na Alemanha, e, desde então, é a opinião mais ou menos dominante. No dizer de Mir Puig, entende-se que a retribuição, a prevenção geral e a prevenção especial são distintos aspectos de um mesmo e complexo fenômeno que é a pena [...] (BITENCOURT, 2004, p. 88).

Seguindo este entendimento:

Modernamente, adotou-se um posicionamento eclético quanto às funções e natureza da pena. É o que se convencionou chamar de pluridimensionalismo, ou *mixtum compositum*. Assim, as funções retributiva e intimidativa da pena procuram conciliar-se com a função ressocializante da sanção. Passou-se a aplicar a pena *quia peccatum est et ut ne peccetur* [...] (COSTA JR, 2000, p. 119).

Analisando a parte final do artigo 59 do Código Penal, que preceitua que “o juiz [...] estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime” (DECRETO-LEI Nº 2.848, 1940), verifica-se que foi esta a teoria adotada por nosso legislador.

Nosso ordenamento jurídico busca, através da edição de leis, a prevenção geral, ao passo que direciona uma possível sanção a qualquer indivíduo que vier a cometer um ilícito. Num segundo momento, caso já tenha ocorrido um fato típico, ao autor do fato é atribuída uma retribuição, através de uma decisão judicial.

Por fim, percebe-se o fim ressocializador da pena quando da sua execução, momento em que a prevenção especial é verificada sobre o indivíduo de forma individual.

2.2 EFICÁCIA DA FINALIDADE DA PENA

Da análise do artigo 59 do Código Penal, conclui-se que o direito pátrio adotou a teoria mista da finalidade da pena, tendo em vista que a norma vigente busca ao mesmo tempo que punir o autor do delito, retribuindo o mal injusto por ele causado, ressocializar o agente que delinuiu e prevenir que novos delitos sejam praticados.

Superada tal discussão e analisadas as principais teorias que buscam definir a finalidade da pena, não restam dúvidas que a teoria adota pela legislação brasileira é a que melhor se enquadra com os preceitos gerais que norteiam nosso ordenamento.

O Estado, sendo o detentor exclusivo de poder/dever de punir, é o único responsável por retribuir o mal praticado por determinado agente através de uma pena, mas, mais importante do que isso, deve também ter capacidade de ressocializá-lo, reeduca-lo, para que este possa retornar ao convívio social e não volte a cometer novos delitos.

No entanto, na prática, não é o que se verifica. Apensar da teoria mista ser a mais aconselhável, pois pune o agente pelo mal cometido, criando nele a consciência de que o mal causado não restará impune e, ao mesmo tempo, com sua característica preventiva, a atual situação de nossa sociedade nos faz crer que a finalidade da pena não está alcançando o plano da eficácia.

Tendo como principal pena a privação de liberdade e, conhecendo a atual situação precária de praticamente todos os estabelecimentos penais do país, é de fácil conclusão que o Estado encontra dificuldades estruturais para garantir a efetiva aplicabilidade da finalidade ressocializadora e preventiva.

Levando-se simplesmente em consideração as condições físicas deploráveis e a superlotação, conclui-se por consequência lógica que um indivíduo que delinuiu não encontrará no sistema prisional, mesmo que tenha interesse, meios efetivos para sua reinserção na sociedade.

Pelo contrário, fugas, rebeliões e os altos índices de reincidência comprovam que o sistema atual não é capaz de garantir a ressocialização e a prevenção ao cometimento de novos delitos. Vislumbra-se que não se trata apenas de coibir penas cruéis, degradantes ou que infrinjam

os preceitos fundamentais de nossa carta magna ou da Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas sim de garantir que a pena atinja sua finalidade preventiva. Nesse sentido:

Em nosso país, após lenta evolução, a Constituição Federal, visando proteger os direitos do cidadão, proibiu a cominação de uma série de penas, por entender que, todas elas, em sentido amplo, ofendiam a dignidade da pessoa humana, além de fugir, em algumas hipóteses, a sua função preventiva (GRECO, 2011, p. 469).

Visto isso, verifica-se que a teoria adotada pelo direito penal brasileiro é a que melhor representa os princípios do Estado Democrático de Direito. No entanto, a finalidade da pena, em especial a preventiva, não está sendo efetivamente alcançada em nossa sociedade atual.

CONCLUSÃO

Diante de tudo acima exposto, verificamos que a pena é uma consequência jurídica da infração penal, aplicada pelo Estado, detentor exclusivo do poder/dever de punir. Inúmeras discussões foram motivadas na busca de definir qual seria a finalidade da pena, culminando com o surgimento de três teorias basilares, quais sejam, a teoria absoluta ou da retribuição, a teoria relativa ou da prevenção e, por fim, a teoria mista ou conciliatória.

Da análise do artigo 59 do Código Penal, já acima referido, conclui-se que o legislador pátrio adotou a teoria mista, ao passo que a norma busca, ao mesmo tempo que pune o autor do delito retribuindo-lhe o mal injusto por ele causado, ressocializar o indivíduo que delinuiu e prevenir que novos delitos sejam praticados.

Não há dúvidas que a teoria adotada pela legislação pátria é a que melhor se adapta os princípios fundamentais elencados em nossa Constituição Federal, bem como aos direitos protegidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, os quais, dentre outras regras, proíbem penas degradantes, cruéis ou que de alguma maneira firam a dignidade da pessoa humana.

No entanto, o que se verifica na prática é que o Estado não está conseguindo, por diversos motivos, dentre eles, falta de estrutura física e superlotação dos presídios, garantir efetivamente que a finalidade principal da pena atinja o plano da eficácia.

Conclui-se dessa forma que, tendo como principal pena aplicada em nosso sistema atual a privação de liberdade, não há como conceber que, nos moldes degradantes como se encontram a maioria das casas prisionais do país, que um indivíduo tenha condições de se ressocializar, reeducar, para voltar ao convívio social.

Desta forma, apesar da teoria da finalidade da pena acolhida pela nossa legislação primar pela prevenção, atualmente, seus efeitos não estão alcançando grande efetividade, haja vista o aumento da criminalidade, o grande número de reincidência e a dificuldade de se reinserir na sociedade um indivíduo que outrora cometera crimes.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A. de; SALIM, A. **Direito Penal: parte geral**. Salvador: Juspodium, 2016.

BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal: parte geral**, v. 1. São Paulo: Saraiva, 2004.

BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal: parte geral**, v. 1. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

CAPEZ, F. **Curso de direito penal: parte geral**, v. 1. São Paulo: Saraiva, 2009.

COSTA JR, P. J. da. **Direito Penal Curso Completo**. São Paulo: Saraiva, 2000.

GRECO, R. **Direito de direito penal: parte geral**. Niterói: Impetus, 2011.

MIRABETE, J. F. **Manual de Direito Penal: Parte Geral**, 22. edição. São Paulo: Atlas, 2005.

MEDIAÇÃO DE
CONFLITOS E
SEGURANÇA
SOCIAL

CONFLICT
MEDIATION AND
SOCIAL SECURITY

BOHN GASS, Eduardo [1]
BECKER, Carol Elisa [2]

[1] Pós-graduado em Direito
Processual Civil e Temas
Relevantes de Direito Civil–
Faculdades Integradas Machado
de Assis.

E-mail: bohnass@yahoo.com.br

[2] Mestrado em Agronomia
Agricultura e Ambiente. UFSM

E-mail:

carol.becker1@yahoo.com.br

RESUMO

Esse artigo possui como tema a análise do instituto da mediação de conflitos como forma para auxiliar na gestão da segurança pública. Para tanto o trabalho tem como objetivo geral verificar se a mediação de conflitos tem condições de ajudar na redução da violência e, como objetivos específicos, a análise do instituto da mediação de conflitos, os princípios que o norteiam e sua eficácia no plano da segurança pública. A metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica, utilizando-se o método de abordagem hipotético-dedutivo. Os conceitos elencados demonstram que os modelos tradicionais de combate à violência não estão surtindo com seus devidos efeitos. Nesta perspectiva que surge o instituto da mediação de conflitos que, diante de seus princípios e suas peculiaridades, pode contribuir sobremaneira para que problemas de diversas naturezas sejam solucionados antes que evoluam para violência e crimes.

Palavras-chave: Mediação. Princípios. Segurança.

ABSTRACT

This article has as its theme the analysis of the institute of conflict mediation as a way to assist in the management of public security. For this purpose, the work has as its general objective to verify if conflict mediation is able to help in reducing violence and, as specific objectives, the analysis of the conflict mediation institute, the guiding principles and its effectiveness in the public security plan. The applied methodology was bibliographic research, using the hypothetical-deductive approach method. The concepts listed demonstrate that the traditional models of combating violence are not having their due effects. In this perspective, the institute of conflict mediation emerges, which, in view of its principles and peculiarities, can greatly contribute so that problems of various kinds can be solved before they evolve into violence and crimes.

Keywords: Mediation. Principles. Safety.

1 INTRODUÇÃO

A questão da segurança pública sempre foi, e continua sendo, uma das principais preocupações de toda a comunidade brasileira, tendo em vista, principalmente, os alarmantes índices de violência que assolam nossa sociedade. A população, com medo, exige cada vez mais de seus governantes soluções para este problema.

Apesar de todos os esforços direcionados à solução de tal impasse, o que se verifica é que não há avanços significativos, pois, a população continua convivendo diariamente com o medo, o que nos leva a crer, pelo menos em tese, que os modelos de segurança entendidos como tradicionais não estão atingindo o plano da eficácia, ao passo que não atingem seus objetivos.

Tendo ciência da relevância deste tema, o presente trabalho apresenta como problema de pesquisa a análise do instituto da mediação de conflitos como nova ferramenta à disposição dos gestores para o enfrentamento dos problemas que envolvem a segurança pública.

Levando-se em consideração tal problemática, surgem algumas hipóteses, quais sejam, os indicadores de violência social demonstram que os modelos tradicionais de enfrentamento não estão surtindo os resultados esperados e, neste contexto, a mediação de conflitos surgiria como uma nova opção no campo da gestão da segurança pública.

Em razão disso, o presente trabalho possui como objetivo geral verificar se a mediação de conflitos tem condições de ajudar na redução da violência. Para tanto, tem-se como objetivos específicos a análise do instituto da mediação de conflitos, os princípios que o norteiam e sua eficácia no plano da segurança pública.

O presente trabalho é de grande importância tendo em vista a crescente sensação de insegurança enfrentada diariamente pela população, em consonância com o dever do Estado em garantir que a segurança pública atinja efetivamente o meio social.

Para a realização e desenvolvimento do presente trabalho será utilizada a pesquisa bibliográfica, utilizando-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, para verificar se a mediação de conflitos é capaz de auxiliar os gestores nos problemas da segurança pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O aumento da violência e da criminalidade são problemas que vem assolando a população há inúmeros anos e, pelo menos em tese, não há uma solução em vista. As pessoas convivem com o sentimento de medo diariamente, tanto na rua, enquanto saem para suas tarefas rotineiras, quanto dentro de suas próprias casas. Em detrimento disso, e com toda razão, exigem do Estado políticas públicas e ações afirmativas que garantam segurança para todos.

Apensar da segurança ser um direito fundamental garantido pela nossa Carta Magna, sempre foi um problema de difícil solução e de extrema delicadeza a ser enfrentado pelos gestores.

A crescente nos índices de criminalidade e a insatisfação da população para com a segurança pública durante o passar dos anos nos leva a crer, pelo menos em tese, que o modelo tido como tradicional de combate à violência não vem surtido seus devidos efeitos. Desta forma, cada vez mais os gestores estão buscando novas ferramentas para o enfrentamento e combate à violência.

É sob esta perspectiva que cada vez mais tem se apostado em novas formas de lidar com tais problemas. Uma destas novidades, que foge um pouco do modelo tido como tradicional, o qual simplesmente pune os indivíduos após o cometimento de determinado delito, é a utilização da mediação de conflitos, sobre a qual teceremos alguns breves comentários.

2.1 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Tratar de segurança pública sempre foi uma questão de extrema delicadeza para os gestores, haja vista os alarmantes índices de criminalidade e violência e a incessante exigência por parte da população de uma resposta efetiva do Estado para o enfrentamento deste problema. É sob este prisma que cada vez mais vem se falando em utilizar meios alternativos, que se afastam um pouco dos moldes tradicionais de justiça ao qual estamos acostumados, destes que basicamente procuram penalizar o indivíduo após o cometimento de algum fato ilícito. Nesta linha de raciocínio é que o instituto da mediação de conflitos está cada vez mais

em pauta, surgindo como uma ferramenta à disposição da sociedade para o enfrentamento dos problemas da segurança pública. Nos termos do parágrafo único do artigo primeiro da Lei 13.140/2015, a qual regulamenta o aludido instituto,

Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia (LEI Nº 13.140, 2015).

Apesar de não ser tão usual na esfera criminal, já está amplamente difundida na esfera cível, trazendo maior celeridade às demandas e contribuindo para o desafogamento do Poder Judiciário, tendo em vista suas peculiaridades, em especial, a autonomia das partes e a informalidade.

Para melhor compreender o instituto da mediação, necessário analisar brevemente seus princípios, o que contribuirá metodologicamente para enfrentar a questão central deste trabalho.

2.1.1 Princípios que norteiam a mediação

A Lei 13.140/15 em seu artigo segundo dispõe sobre os princípios que norteiam a mediação. Não são princípios taxativos, aplicando-se também os princípios que fundamentam a matéria atinente ao problema envolvido, seja ele cível, penal ou de outro ramo do direito. No entanto, a mediação tem como princípio basilar o da dignidade humana. Assim dispõe a aludida lei:

Art. 2º A mediação será orientada pelos seguintes princípios:

- I - Imparcialidade do mediador;
- II - Isonomia entre as partes;
- III - oralidade;
- IV - Informalidade;
- V - Autonomia da vontade das partes;
- VI - Busca do consenso;
- VII - confidencialidade;
- VIII - boa-fé. (LEI Nº 13.140, 2015).

O princípio da imparcialidade do mediador carrega consigo a ideia que de este não tenha interesse nenhum na causa ou na solução a ser encontrada, tratando os litigantes de igual forma. Percebe-se que este princípio é específico para a pessoa do mediador, que não deve aconselhar e nem tomar partido de nenhuma das partes. É fundamental que não haja

qualquer tipo de relacionamento ou conflito de interesses entre o mediador e uma das partes que possa interferir na busca da solução do conflito. Nesse sentido:

Por outro lado, percebe-se que ao juiz não lhe é exigida a neutralidade. Nem poderia. A ele caberá dizer o resultado ou, em caso de acordo por ele presidido, não lhe é defeso opinar, pelo que não é neutro.

Diferente, o mediador, além de observar todos os requisitos legais atinentes a sua imparcialidade, deve atentar, com zelo extremo, para a sua neutralidade, já que, de uma maneira ou de outra, intervém no processo comunicacional no espaço da mediação (ALBUQUERQUE, 2017, p. 79).

O segundo princípio trata da isonomia entre as partes, as quais devem ser tratadas de forma igualitária durante a mediação, para que se crie um ambiente mais confortável, passível de arrependimento por parte do ofensor e capaz de propiciar o entendimento entre as partes. O objetivo central não é julgar o certo e o errado, mas buscar a solução mais adequada para o problema. Tal princípio, no entanto, permite que o mediador indique quando notadamente o acordo beneficiar apenas uma das partes, atentando-se para a igualdade material, que é alcançada levando-se em consideração as desigualdades dos envolvidos. Sobre este tema:

A responsabilidade do mediador em garantir, durante o processo de mediação, a igualdade, o respeito à autonomia da vontade e o empoderamento dos envolvidos na solução de seus conflitos requer, sobretudo, uma postura ética. O “modo de ser” do mediador, que se traduz numa posição neutra, imparcial e de não julgamento, será determinante na sua intervenção e no sucesso de uma mediação. A mediação não se resume a um acordo, mas ao entendimento das diferenças, ao respeito às singularidades de cada um e ao entendimento de que é possível lidar com as diferenças sem desrespeitar ou desvalorizar os valores culturais, morais e éticos de cada mediando (FAGUNDES, 2017, p. 306).

A oralidade e a informalidade caminham juntas. A não exigência do formalismo exagerado permite às partes que estas proponham o melhor caminho a ser seguindo para que a solução dos problemas seja alcançada. E nada melhor que a comunicação entre as partes, seguindo o princípio da oralidade, para que tais diretrizes sejam traçadas. A conversa entre os envolvidos é peça chave neste processo, através de uma linguagem simples e corriqueira, que permite que todos exponham suas ideias e convirjam para o acordo.

O princípio da autonomia de vontade das partes significa que cabe única e exclusivamente aos envolvidos firmarem, ou não, o acordo. Por se tratarem dos personagens principais desta relação, tudo que por ventura venha a ser decidido deve ser por sua vontade e com sua permissão. O interesse das partes deve ser sempre respeitado, mesmo se estas

optarem por não mais prosseguirem com o processo de mediação. Seguindo este entendimento:

Em outras palavras, o mediador é um moderador, pois não pode sugerir uma saída para o problema enfrentado, devendo deixar a cargo das partes a negociação do litígio, para que elas cheguem a uma solução sem sua intervenção direta, devendo apenas assegurar as mínimas condições de cordialidade e diálogo entre as partes (PERPETUO, *et. al*, 2018, p. 14).

Todos estes princípios devem ser utilizados para se alcançar o consenso entre as partes, que é o foco central da mediação. As partes devem, através da conversa, encontrar a melhor solução para os seus problemas, com o auxílio do mediador, que deve atuar com extrema boa-fé, justificando a confiança depositada nele pelas partes envolvidas, tendo estas a garantia de que o que fora ali tratado estará abarcado pelo princípio da confidencialidade.

Apesar de serem estes apenas os princípios elencados na lei que regulamenta a mediação, conforme já informado, não se trata de um rol taxativo, sendo que os princípios gerais do direito, bem como dos específicos da área, devem ser sempre respeitados, para que o direito fundamental da dignidade da pessoa humana seja sempre garantido no processo de mediação.

Tecidos tais considerações acerca do instituto da mediação de conflitos, bem como dos princípios que o regem, passamos a analisar a sua aplicabilidade na gestão da segurança pública.

2.2 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E SEGURANÇA PÚBLICA

Conforme já exaustivamente analisado, os índices de violência e criminalidade comprovam que o modelo atual, e tido como tradicional, de enfrentamento à tais problemas, não está surtindo seus esperados efeitos.

É neste ambiente que surge o instituto da mediação de conflitos como nova ferramenta à disposição dos gestores para o enfrentamento deste delicado tema da segurança pública.

Apesar de já ser amplamente utilizado na esfera cível, os gestores estão tomando gosto pela utilização na área criminal. A mediação permite que os envolvidos sentem e discutam sobre os reais motivos pelos quais não estão conseguindo conviver em sintonia. Não está se buscando saber quem está certo ou errado aos olhos da lei, mas sim, o enfrentamento da raiz

do problema, para que as partes cheguem à um acordo e que desta relação não surtam mais problemas.

Salienta-se que a simples penalização de determinado ofensor não é capaz de gerar tais efeitos, pois não há o enfrentamento do problema em sua essência, sendo que, após certo tempo, provavelmente novos atritos surgirão, tendo em vista que o problema não foi posto a termo. Nesse sentido:

Atuam, outrossim, não somente na resolução, mas também na prevenção de conflitos, na medida em que os partícipes, em vez de constrangidos à decisão inafastável de um terceiro, como ocorre com os métodos hetero compositivos, são os próprios autores do acordo. Desse modo, lhes é concedida a oportunidade de resgatar a sua autonomia, com a ampliação de sua capacidade analítica e decisória, a partir do reconhecimento de suas necessidades e potencialidades, da capacitação ao diálogo colaborativo e às técnicas de negociação, a fim de que passem a prescindir do Judiciário para resolver eventuais novos conflitos (ALMEIDA, PELAJO; JONATHAN, 2016, p. 67).

Os princípios que norteiam a mediação, em especial da autonomia da vontade, informalidade e oralidade, criam condições favoráveis para que os envolvidos caminhem para um acordo que possa efetivamente acabar com o problema em sua essência.

Problemas de menor complexidade, do cotidiano da população, da relação entre parentes e vizinhos são exemplos de conflitos que podem ser resolvidos em sua origem, através de políticas de mediação, justiça restaurativa e polícia comunitária. Aproximando as pessoas aos órgãos de segurança e criando meios propícios para a mediação, inúmeros conflitos sociais podem ser resolvidos, evitando-se assim que se transformem em violência e crimes.

CONCLUSÃO

Diante de tudo acima exposto, verificamos que o problema da segurança pública sempre foi, e continua sendo, um problema de extrema delicadeza a ser enfrentado pelos gestores. Os índices de violência e de criminalidade comprovam que o modelo tido como tradicional de enfrentamento não está conseguindo dar conta.

A simples penalização do indivíduo após o cometimento de algum ilícito não é meio capaz e suficiente para evitar que novos delitos sejam praticados, tendo em vista que não há o enfrentamento real do problema. Por outro lado, o instituto da mediação de conflitos se

apresenta como uma ferramenta de grande importância para o combate à insegurança que assola a sociedade.

Princípios como o da autonomia da vontade, informalidade e oralidade, proporcionam condições favoráveis para que os envolvidos caminhem para um acordo que possa efetivamente acabar com o problema em sua essência.

A utilização deste instituto, combinado com políticas públicas direcionadas à justiça restaurativa e polícia comunitária, podem trazer grandes avanços para a segurança pública, pois aproximam a população dos órgãos de segurança e, ao mesmo tempo, problemas de menor complexidade, do cotidiano da população, de relação entre parentes e vizinhos podem ser resolvidos através do diálogo, evitando sua evolução para violência e crimes.

Tais ações são de grande valia e podem contribuir sobremaneira para que o Estado consiga fornecer mais segurança à população, bem como dar maior confiança e credibilidade aos órgãos estatais que atuam nesta área, fazendo com que o sentimento de insegurança que se perpetua em nossa sociedade seja cada vez menor.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, D. O. **O marco legal da mediação no Brasil e o mediador judicial, sua capacitação e formação continuada** – o exemplo do NUPEMEC – TJRS. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/export/processos/conciliacao/ebooks/Colecao-Mediacao-2017-Vol-II.PDF>. Acesso em: 04 ago. 2020.

ALMEIDA, T.; PELAJO, S.; JONATHAN, E. **Mediação de conflitos: para iniciantes, praticantes e docentes**. Salvador: JusPodivm, 2016. Disponível em: <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/9de9ecc398efc20c24c40b1dba5674d4.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2020.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.140**, de 26 de junho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113140.htm. Acesso em: 30 jul. 2020.

FAGUNDES, I. C. P. **A mediação no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul e a supervisão na formação do mediador judicial**. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do

Estado do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em:

<https://www.tjrs.jus.br/export/processos/conciliacao/ebooks/Colecao-Mediacao-2017-Vol-II.PDF>. Acesso em: 04 ago. 2020.

PERPETUO, R. S. *et. al.* Os métodos adequados de solução de conflitos: mediação e

conciliação. **Rev. Fac. Direito São Bernardo do Campo**. v. 24, n. 2, 2018. Disponível em:

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-FD-SBC_v.24_n.2.01.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.



ISSN 2675-9128
DOI 10.51473

Volume 4 - Número 4
Abril de 2021

A MISSÃO
CONSTITUCIONAL
DAS FORÇAS
ARMADAS DO
BRASIL NA
GARANTIA DA
ORDEM

THE
CONSTITUTIONAL
MISSION OF THE
ARMED FORCES OF
BRAZIL IN THE
GUARANTEE OF
THE ORDER

PEREIRA, Luiz Fernando de
Campos [1]

[1] Direito - Faculdade de Direito
Santo André – FADISA.

RESUMO

Esse estudo traz em seu bojo o emprego das Forças Armadas e sua atuação em operações de Garantia de Lei e da Ordem. Apresenta-se a missão Constitucional das Forças Armadas pautadas, sobretudo na proteção do território nacional e fortalecimento do efetivo para prevenção de ataques sejam eles de natureza nacional ou internacional. Concluiu-se que a missão constitucional das Forças Armadas, fundamentada no cumprimento da lei exerceram um papel fundamental para conquistas sociais e políticas.

Palavras-chave: Missão Constitucional. Forças armadas. Ordem.

ABSTRACT

This study brings with it the employment of the Armed Forces and their performance in Law and Order Guarantee operations. The Constitutional mission of the Armed Forces is presented, mainly in the protection of the national territory and strengthening of the force to prevent attacks, whether they are of a national or international nature. It was concluded that the constitutional mission of the Armed Forces, based on compliance with the law, played a fundamental role for social and political conquests.

Keywords: Constitutional Mission. Armed forces. Order.

1 INTRODUÇÃO

Apesar do emprego das Forças Armadas não ser predominantemente relacionado à violência urbana, torna-se relevante apresentar que sua atuação em operações de Garantia de Lei e da Ordem tem tornando-se cada vez mais comum, sobretudo, no Estado do Rio de Janeiro, onde a segurança pública e seu efetivo encontram-se em combate diário com

facções criminosas, seja pela quantidade de comunidades ao longo do território, seja pelo domínio exercido pela criminalidade.

Apresenta-se a missão Constitucional das Forças Armadas pautadas, sobretudo na proteção do território nacional e fortalecimento do efetivo para prevenção de ataques sejam eles de natureza nacional ou internacional, pois, o Estado deve estar preparado para enfrentar e proteger seus cidadãos de quaisquer ameaças.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 FORÇAS ARMADAS E A SUA MISSÃO CONSTITUCIONAL

O estudo das diretrizes constitucionais sobre o papel das Forças Armadas é essencial para promoção da compreensão das instituições militares responsáveis pela salvaguarda, defesa e fiscalização terrestre, área e marítima, do território nacional. As Forças Armadas são instituições compostas das seguintes Armas Exército, marinha e Aeronáutica, que juntas exercem uma função primordial para sociedade defendendo a pátria, produzindo garantias aos poderes constitucionais e servindo de forma permanente sob a autoridade do Presidente da República Brasil, seguindo os preceitos do artigo 142 da Constituição Federal de 1988¹

Pode-se questionar: qual é o efetivo das Forças Armadas? Quantos da reserva e reservistas? Se o Brasil entrasse hoje em guerra, de quantos homens poderia dispor para emprego imediato? Tem-se, hoje, a pronto emprego, 1.674.000 homens e mulheres, sendo 334.500² de militares da ativa e 1.340.000 de militares da reserva. Policiais militares no Brasil: 413.920, no ano de 2012, anuário brasileiro de segurança pública. Esse efetivo público tem a função de proteger todo o território nacional, bem como, estabelecer a proteção do país contra possíveis ataques e desentendimentos nacionais e internacionais. Segundo Friede (2018, p.13): “(...) a construção dada ao texto atual (art. 142, Constituição Federal) foi justamente evitar o

¹ Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

² Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre: III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas; (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

manejo, antes frequente, das Forças Armadas como instrumento de estabilização política, como tantas vezes ocorreu”.

O papel das Forças Armadas perante a Constituição Federal passou por um longo processo histórico, principalmente durante o período de elaboração do texto constitucional vigente, veja-se:

O general Leônidas conheceu um artigo, mas o que saiu impresso no substitutivo foi outro. Os ministros militares queriam - e continuarão querendo que o artigo reservado ao emprego das Forças Armadas fizesse expressa menção à função delas de garantirem, também, a lei e a ordem, como está dito, por exemplo, na Constituição atual. A referência à manutenção da lei e da ordem desapareceu no substitutivo de Cabral. Poderá retornar depois que o substitutivo for examinado na Comissão de Sistematização.

Essa discussão apresentava concepções divergentes entre os doutrinadores constitucionais, pois havia compreensões diferentes sobre a importância do papel das Forças Armadas. Entre os militares, enquanto parte almejava uma menção clara sobre “submissão” desta figura à de maior poder dentro Estado, outra buscava a consolidação de uma independência destas, bem como o reconhecimento de sua força institucional. Após intensos debates sobre a expressão “por iniciativa de qualquer destes”, houve a positivação do dispositivo do Artigo 142 da Constituição Federal vigente³.

Após intenso debate, definiu-se que as Forças Armadas, compostas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas de acordo com a hierarquia e disciplina sob a autoridade máxima do Presidente da República, e visam à Defesa da Pátria, a garantia do poder constitucional e a garantia de lei e ordem (FERREIRA FILHO, 2008).

A Assembleia Constituinte também determinou a adoção de uma lei complementar para estabelecer as normas gerais a serem adotadas na organização, preparação e emprego das Forças

³ Apenas os partidos de "esquerda" foram contra a aprovação do artigo que regulamenta o papel constitucional das Forças Armadas. Por 326 a 102 votos e cinco abstenções, o plenário do Congresso constituinte manteve ontem o texto da Comissão de Sistematização (idêntico ao do Centrão) que permite aos militares defender o território nacional, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de um destes (referência aos três Poderes), a lei e a ordem. [...] "Se manteve a tutela militar porque a extensão da expressão 'da lei e da ordem' é muito abrangente. Pode ser tanto uma intervenção numa greve quanto um golpe militar", disse o deputado José Genoíno (PT-SP), autor da tentativa de restringir os poderes das Forças Armadas. Sua emenda, que reproduzia integralmente o texto da ex-comissão de Estudos Constitucionais presidida pelo hoje senador Afonso Arinos (PFL-RJ), limitava a ação dos militares à defesa "da ordem constitucional". (MOREIRA, 1988, p. 6)

Armadas. Desde a Constituição de 1891, têm sido utilizadas para garantir a lei e a ordem e, como se vê na carta constitucional atual, esta missão foi mantida. Apesar dessa tradição, mas pela inserção de comandos do artigo 142, §1º da Constituição Federal de 1988, e no intuito de se evitar a repetição dos mesmos erros, é necessário delinear adequadamente o papel das Forças Armadas.

Nesse diapasão, especialmente no que tange à proteção da lei e da ordem, coordenar perfeitamente o sistema jurídico e democrático com os contornos adequados para prevenir que incidentes de controle inconstitucionais venham a ocorrer. De acordo com a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, o Ministro da Defesa exerce a chefia superior das Forças Armadas, além de outras funções, como: formular políticas e diretrizes para produtos de defesa utilizados em atividades empresariais, incluindo armamentos, munições, meios de transporte e comunicação, uniformes e materiais de uso individual e coletivo (Artigo 11-A)⁴.

Ainda no que se refere ao tema da salvaguarda da lei e da ordem, o Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, aprovou a Estratégia Nacional de Defesa, um passo importante na coordenação da legislação e no treinamento das Forças Armadas para o uso esporádico de métodos específicos para essas tarefas. Isso mostra que a Constituição e a lei definem o desempenho das Forças Armadas no nível atual.

De acordo com o **Livro Branco da Defesa Nacional (do Ministério da Defesa)**, a expressão “defesa nacional” pode ser descrita como um conjunto de medidas e ações somadas pelo país, enfatizando expressões militares para proteger o território, a soberania e os interesses nacionais de grandes ameaças ou listas externas. Por sua vez, de acordo com a Política de Defesa Nacional aprovada pelo Decreto nº 5.484 de 30 de junho de 2006, os objetivos da defesa nacional são: assegurar a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; defender

⁴ Outrossim, o art. 15 da citada Lei Complementar assevera que o emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em operações de paz, é de responsabilidade do Presidente da República, que determinará ao Ministro da Defesa a ativação de órgãos operacionais. Da mesma forma, o parágrafo 1º do mesmo art. 15 confere ao Presidente da República a decisão do emprego das Forças Armadas, por iniciativa própria ou em atendimento a pedido manifestado por quaisquer dos poderes constitucionais, por intermédio dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados. Ademais, nos termos art. 15, § 2º, a atuação das instituições militares na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados (caráter subsidiário) os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal. (FRIEDE, 2018, p. 30).

os interesses nacionais e do povo brasileiro e recursos no exterior; contribuir e manter a coesão e unidade nacionais; promover a estabilidade regional; contribuir para a manutenção da paz e segurança internacionais; fortalecer as previsões do Brasil na cooperação internacional e um maior envolvimento do Brasil no processo de tomada de decisão internacional (SILVA, 2005).

Ressalte-se que a atuação das Forças Armadas está bem definida de acordo com o referido marco normativo (Constituição Federal, Lei Complementar nº 97/99, Estratégia Nacional de Defesa, Livro Branco da Defesa Nacional, Política Nacional de Defesa), o que não ocorreu no passado. Dada a sua relevância, ainda no discurso de despedida do General Enzo Martins Peri no Comando do Exército Brasileiro em 5 de fevereiro de 2015, ele lembrou dos três últimos documentos de orientação para as atividades das Forças Armadas.

Cabe destacar que o Comandante Enzo não fez qualquer comentário de cunho político em seu discurso, mas apenas expressou o entendimento de que as Forças Armadas devem conhecer sua importância e posição no quadro institucional Brasileiro. Em que pese à clara vocação constitucional das Forças Armadas, há circunstâncias excepcionais em que podem ser empregadas subsidiariamente às autoridades descritas no artigo 144, da Constituição Federal, em atividades típicas de segurança pública, para o restabelecimento ou garantia da lei e da ordem.

2.2 DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E CLASSIFICAÇÕES

A prestação de serviços públicos está positivada no art. 175 da Constituição Federal de 1988. A partir da leitura do artigo nota-se que a titularidade dos serviços públicos é concernente ao Estado, a figura do particular na prestação de serviços públicos ocorrerá apenas ante a delegação por parte estatal. Via de regra os serviços públicos não são livres para serem exercidos pelos particulares, que somente poderão exercê-lo através de um contrato de concessão ou de permissão. E como tudo no direito é cercado por exceções temos as seguintes ressalvas. Existem serviços relevantes para a população que podem ser proporcionados tanto pelo Estado quanto pelos particulares, se prestada pelo estado são consideradas serviço público é o que ocorre com a prestação da saúde através dos hospitais públicos, postinhos, agências. Quando prestados pelos particulares serão consideradas atividades privadas com interesse público. O artigo 6º da Constituição Federal demonstra um rol exemplificativo de direitos

sociais pelo Estado à educação, a saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção a maternidade e a infância, assistência aos desamparados. As classificações abaixo dos serviços públicos são apresentadas por Hely Lopes Meirelles e Celso Antônio Bandeira de Mello (2007, p. 89):

Os serviços públicos podem ser classificados a partir de variados critérios: a primeira categoria diz respeito a essencialidade: a) serviços públicos propriamente ditos: são privativos do Poder Público por serem considerados indispensáveis e necessários para sobrevivência do grupo social e do próprio Estado. Exemplo: defesa nacional; b) serviços de utilidade pública: sua prestação não é indispensável para a sociedade, mas conveniente e oportuna na medida em que facilita a vida do indivíduo. Exemplo: energia elétrica.

Outra categoria diz respeito à adequação: a) serviços próprios do Estado: são aqueles vinculados às atribuições essenciais do Poder Público, sendo em regra prestados diretamente pelo Estado, de modo gratuito ou mediante baixa remuneração. Exemplo: saúde pública e segurança pública; b) serviços impróprios do Estado: aqueles que não afetam substancialmente as necessidades da coletividade, razão pela qual podem ter a prestação outorgada a entidades estatais descentralizadas ou delegada a particulares. Exemplo: telefonia fixa.¹⁷

E ainda no que tange a finalidade que são: a) serviços administrativos: prestados para atender necessidades internas da Administração. Exemplo: imprensa oficial; b) serviços industriais: consistem na exploração de atividades econômicas pelo Estado, produzindo renda e lucro para o prestador. Exemplo: venda de refeições a preços populares por empresa pública municipal.¹⁸

Por outro lado, segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, ante o tratamento dado pela Constituição Federal, os serviços públicos podem ser divididos em quatro categorias: a) serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado: são aqueles que somente podem ser prestados diretamente pelo Estado ou por entidades estatais, não admitindo delegação a particulares. São casos em que o Estado tem que prestar sozinho o serviço. Exemplo: serviço postal e correio aéreo nacional (MEIRELLES, 2007). Serviços que o Estado tem obrigação de prestar e obrigação de conceder: são casos em que a Constituição determina a prestação pelo Estado e simultaneamente a delegação a particulares. Em tais hipóteses, o Estado tem que prestar junto com particulares E ainda, os serviços que o Estado tem obrigação de prestar, mas sem exclusividade: é o caso dos serviços de saúde e educação, que, quando prestados pelo

Estado, são serviços públicos. Neles, o Estado não pode admitir prestação somente por particulares.

Nesse aspecto, há que se ressaltar que a classificação até apresentadas são essenciais para construção da problemática do trabalho, de modo que percebamos a existência de serviços públicos é essencial para construção e manutenção da sociedade ideal, pautada em aspectos de justiça, igualdade, equidade, nesse diapasão veremos a seguir sobre a violência urbana.

CONCLUSÃO

Apresentou-se a missão constitucional das Forças Armadas, fundamentada no cumprimento da lei e principalmente como um instrumento de estabilização política, isso porque ao longo da história as Forças Armadas exerceram um papel fundamental para conquistas sociais e políticas.

Durante a elaboração do texto constitucional vigente houve uma preocupação sobre o papel dessas forças e a quem elas seriam submissas, ou ainda, se seriam consideradas independentes funcionalmente.

Durante cada período histórico houve uma concepção da importância das policiais para organização social, isso porque um governante independente do regime, precisa dessas forças para fazer valer seu poder dentro de determinado território.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010**, altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado- Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. 2010.

BRASIL. **Sítio da 2ª Divisão de Exército**: Exercício de Garantia da Lei e da Ordem. Texto disponível em: <http://2de.eb.mil.br/exercicio/glo/2009/index.htm>. Acesso em 13 nov. 2020.
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 34. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

FRIEDE, R. Do emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem. **Jus Brasil**. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/64323/do-emprego-das-forcas-armadas-na-garantia-da-lei-e-da-ordem/4>. Acesso em 08 nov. 2020.

MARTINS, E. P. Direito Constitucional Militar. **Jus Navigandi**, ano 8, n. 63, 1 mar. 2003.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Ed. Malheiros, 2007, p. 289.

MELLO, C. A. B. de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Ed. Malheiros. 2009.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Ocasões em que as Forças Armadas (FA) foram empregadas em GLO**. Estado-Maior conjunto das Forças Armadas Chefia de Operações Conjuntas. 2018. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2018/02/levantamento-operacoes-GLO.pdf>. Acesso em 17 nov. 2020.

MOREIRA, D. **Constituinte mantém atribuições das Forças Armadas**. Folha de São Paulo, edição de 13 abr. 1988, p. 6.

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

O EMPREGO DAS
FORÇAS ARMADAS
NAS OPERAÇÕES
DE GARANTIA DA
LEI E DA ORDEM
NO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO:
ASPECTO
JURÍDICO DIANTE
O ART 16-A CPPM.

THE USE OF THE
ARMED FORCES IN
LAW AND ORDER
GUARANTEE E
OPERATIONS IN
THE STATE OF RIO
DE JANEIRO:
LEGAL ASPECT
UNDER ART 16-A
CPPM.

PEREIRA, Luiz Fernando de
Campos [1]

[1] Direito - Faculdade de Direito
Santo André – FADISA.

RESUMO

O presente trabalho trata sobre o emprego das Forças Armadas nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem uma discussão sobre o artigo 142 da Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Essa temática é extremamente relevante no cenário jurídico e fático, pois, além de ser uma questão de preservação e promoção da segurança pública em diversas facetas, também é uma forma de proteção humana e patrimonial coletiva, tendo em vista que o emprego das Forças Armadas compreende a defesa da pátria, garantia dos poderes constitucionais, garantia do cumprimento da lei e da ordem e segurança nacional. Os objetivos do presente trabalho são: apresentar a importância e relevância das Forças Armadas para a coletividade; analisar o artigo 124 da Constituição Federal; demonstrar a situação do estado do Rio de Janeiro no que tange a segurança pública. Nesse diapasão, fora necessária uma problemática que levantou os seguintes questionamentos: Sabendo que a garantia da lei e da ordem pública é fundamental para proteção coletiva, como e quando os estados brasileiros podem suscitar o apoio das Forças Armadas? O que mudou com a implementação do artigo 16-A do Código Processual Penal Militar? Assim, através de uma revisão bibliográfica com emprego dos métodos analítico e com levantamento de dados através do método qualitativo, fora possível apresentar a Forças Armadas, a missão constitucional por ela exercida, apresentação de conceitos, demonstração de aplicabilidade da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro e a competência da Justiça Militar a partir da inserção do artigo 16-A do Código Processual Penal Militar.

Palavras-chave: Segurança. Polícia. Sociedade. Legalidade. Garantia da Lei e da Ordem

ABSTRACT

The present work deals with the employment of the Armed Forces in Law-and-Order Guarantee Operations, a discussion on Article 142. This theme is extremely relevant in the legal and factual

scenario, because, in addition to being a matter of preservation and promotion of security public in various facets, it is also a form of collective human and patrimonial protection, considering that the use of the Armed Forces comprises: the defense of the country, guarantee of constitutional powers, guarantee of compliance with law and order and national security. The objectives of this paper are: to present the importance and relevance of the Armed Forces to the community; analyze article 124 of the Federal Constitution; demonstrate the situation of the state of Rio de Janeiro with regard to public security. In that pitch, a problem was necessary that raised the following questions: Knowing that the guarantee of law and public order is fundamental for collective protection, how and when Brazilian states can elicit the support of the Armed Forces? What has changed with the implementation of Article 16-A of the Military Penal Code? Thus, through a bibliographic review using analytical methods and data collection using the qualitative method, it was possible to present to the Armed Forces, the constitutional mission performed by them, presentation of concepts, demonstration of the applicability of federal intervention in the state of Rio de Janeiro and the jurisdiction of the Military Justice after the insertion of article 16-A of the CPPM.

Keywords: Security. Police; Society. Legality. GLO.

1 INTRODUÇÃO

Estudar sobre o emprego das Forças Armadas nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem e promover uma discussão sobre o artigo 142 da Constituição Federal, Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, compreende uma série de aspectos e temáticas relevantes tanto para o Direito quanto para a sociedade. Isso porque, existe uma necessidade de organização urbana, sobretudo nas comunidades em que a falta de soberania estatal leva ao domínio das facções e promoção do caos.

Nesse diapasão, o trabalho buscou através de seus objetivos apresentarem um estudo relevante e de importância jurídica e socialmente, assim os objetivos do trabalho foram: apresentar a importância e relevância das Forças Armadas para a coletividade; analisar o artigo 124 da Constituição Federal que trata da competência Justiça Militar; demonstrar a situação do estado do Rio de Janeiro no que tange a segurança pública. Assim, através destes foi possível compreender a importância de institutos como: intervenção federal prevista no artigo 34 da Constituição Federal, Forças Armadas, operações em campo, necessidade promoção da segurança pública.

Estudar um tema que envolve a segurança pública e uma intervenção das forças policiais é relevante porque a partir dele pode-se abordar sobre a organização urbana das Comunidades, ressaltar o papel das operações de Garantia da Lei e da Ordem e apresentar o principal papel exercido pelas Forças Armadas no Território Nacional. Todos esses aspectos são relevantes no

sentido de apresentação e compreensão da parceria que deve ser estabelecida entre a União Federal e os Estados membros.

Foram levantados os seguintes questionamentos para elaboração desta pesquisa: Sabendo que a garantia da lei e da ordem pública é fundamental para proteção coletiva mais seu acionamento deve ocorrer em casos de extrema necessidade, como e quando os estados Brasileiros podem suscitar o apoio das Forças Armadas? O que mudou com a implementação do artigo 16-A do Código Processual Penal Militar?

Deste modo, tratou-se das Forças Armadas seu surgimento ligado a necessidade de segurança pública desde os primórdios e a importância das organizações militares para consolidação da estrutura das Forças Armadas.

São apresentadas as previsões constitucionais e classificações pertinentes aos direitos sociais, a prestação de segurança pública, análise da importância do serviço público, sobretudo, a necessidade de proteção territorial e dos cidadãos promovida pelas Forças Armadas, além de abordar a segurança pública e organização urbana, isso porque um dos principais locais em que não há efetividade do trabalho correlacionado à segurança pública são nas comunidades e periferias, locais que se padece de segurança pública efetiva, ocasionando a necessidade interventiva estatal.

Aborda-se o conceito de intervenção federal, bem como, uma breve análise sobre o crescimento dos crimes nas comunidades no sentido de apresentação da necessidade de organização urbana nas comunidades como forma de promoção da segurança pública. Por fim, tem-se uma apresentação do artigo 16-A do Código Processual Penal Militar que trouxe uma mudança circunstancial na atuação da justiça militar em questões que envolvem garantia da lei e da ordem.

Assim, a atuação das Forças Armadas pode ser compreendida com amplitude a partir dos pontos apresentados, exercendo papel Constitucional de proteção da Pátria, sendo de grande relevância jurídica e social, onde todos os policiais exercem dentro de suas competências um papel importante para o coletivo como previsto no artigo 144 da Constituição Federal, no qual se realizou a análise em tela, fundamental para enriquecimento profissional e acadêmico sobre a temática estudada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DAS FORÇAS ARMADAS

O surgimento das Forças Armadas é fundamentado em um contexto histórico que não ocorre de forma voluntária estatal, mas, sim através de uma necessidade, de manutenção da ordem pública através do cumprimento da Lei desde a época da colonização do Brasil, onde a já existente Marinha Portuguesa com a utilização de suas Forças Armadas foram as principais responsáveis pela organização de um novo sistema de sociedade que seria implementado por Portugal no Brasil.

Quando se busca compreender a história legal das Forças Armadas, destaca-se sua existência de fato, quanto mantenedoras da ordem pública desde os períodos imperiais. Em 1824, apesar a existência de uma Constituição Política do Império, composta por 179 artigos não havia a utilização dos termos Forças Armadas de maneira clara, mas, menções aos guardas imperiais. Lado outro, apenas terminologias como Comandantes da Força de terra e Mar, no artigo 102 dessa Constituinte que tinham a obrigatoriedade de servir sua nação (MATHIAS, GUZZI, 2009, p. 45).

Nesse aspecto, o papel das Forças Armadas é demonstrado ao longo de toda a história, tendo em vista que em cada período, a guarda, política e a militância eram responsáveis por assegurar a qualidade de vida e aplicação das normas legais, levando em consideração o regime político predominante. Não diferente é o que ocorre atualmente através da ligação entre as forças armadas e o Estado.

A atuação das Forças Armadas ocorre de forma integrada por militares, isso porque o sistema militar é composto por diversas regras e princípios, dentre eles o da hierarquia, disciplina, respeito e atitudes fieis para com seu comando, civismo, em como o respeito e participação ativa nas atividades concernentes ao Pavilhão Nacional.

Vale ressaltar a existência desses princípios nas normas nacionais civilistas, sobretudo, a importância dessa temática e sua atuação. Porém dentro das Forças Armadas existe a distribuição hierárquica pautada no período de academia, condizente também com as conquistas e condutas desses membros denominados militares da pátria, e ainda possuem patentes no campo militar, pois as suas atividades militares são distribuídas e respeitam acima de tudo a hierarquia. Nesse diapasão, ao tratarmos de atividade militar é necessário evocar a noção de

que existem, atividades e agentes nas mais diversas categorias uns subordinados e outros subordinadores, que devem ser devidamente escalonados, seguir a normativa numa estrutura vertical rígida. Há que se ressaltar que os fundamentos aplicados a sociedade são diversos daqueles aplicados aos militares, pois “[...] sociedade civil é fundada na liberdade, a sociedade militar é fundada na obediência” (MATHIAS; GUZZI,2009). Há que se destacar que aqueles que integram as Forças Armadas estão submetidos à diversas circunstâncias nas quais um cidadão comum não está submetido, onde o risco de perder a própria vida é a demonstração da existência de um sacrifício em prol da Pátria e da honra de servir, ou seja, ainda que a própria vida do membro das Forças Armadas esteja em risco, servir a pátria torna-se algo maior.

O trabalho e a responsabilidade das Forças Armadas exigem muito dos seus membros, no qual a Constituição Federal de 1998, dispõe de diversas responsabilidades a esses agentes de modo a se observar o mais importante que é a defesa da pátria.

Ressalta-se o art. 5º, XLVII da Constituição Federal que tem a previsão da possibilidade de morte nos casos de guerra declarada, veja então como a profissão possui riscos. O risco de morte, e a responsabilidade de matar em casos extremos, já em confrontos policiais devem ser levados em consideração, por isso a importância da realização de um treinamento de qualidade e respeito às normas positivadas sobre as Forças Armadas.

O Estado de Defesa deve ser decretado pelo Presidente da República, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, além de ser aprovado pelo Congresso Nacional, para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçada por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza (NASCIMENTO, 2017, p. 49).

A vigência do estado de defesa é de 30 dias e pode ser prorrogável apenas por igual período e apenas uma única vez. Diferente do que ocorre no Estado de Sítio é que sua autorização depende de autorização do Congresso Nacional e do decreto presidencial, desde que sejam ouvidos o Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, isso ocorre nos casos em que existe uma grande comoção com repercussão nacional.

O Estado de Sítio também poderá ser decretado nos casos de declaração de Estado de Guerra ou resposta a agressão armada estrangeira, tendo sua vigência o tempo que perdurar a guerra ou a agressão armada estrangeira. A Intervenção Federal, por sua vez, é uma medida de exceção, ou seja, a União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para, entre outras hipóteses, repelir invasão de uma unidade da Federação em outra, pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, ou ainda, garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação (NASCIMENTO, 2017, p. 59)

Assim, a decretação do Estado de Sítio é uma medida de extrema urgência, e deve ser compreendido tanto em seu papel pela manutenção da organização do estado quanto pela proteção de seus cidadãos. Apesar da gravidade das medidas busca-se a paz social e a integridade física e nacional, considerando a importância do trabalho exercido pelas Forças Armadas, não apenas para manutenção da paz social, mas, para o equilíbrio da sociedade.

O exercício dessa profissão é relacionado aos períodos de calamidade ou guerra, porém, na maior parte do trabalho exercido pelas Forças Armadas ocorre em tempos de paz, seja para manutenção da organização civil ou ainda no sentido econômico, e principalmente na promoção da proteção dos interesses nacionais.

2.2 DA SEGURANÇA PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO URBANA

A priorização da segurança pública é uma temática que vem sendo debatida ao longo do tempo, justamente porque se trata de uma preservação da própria sociedade brasileira, o de possuir e proporcionar uma boa convivência entre os membros da sociedade, sendo uma função essencial do estado, em que a Constituição Federal prevê além dos demais direitos e garantias a questão da segurança pública (CARVALHO; SILVA, 2011).

Nesse aspecto o Estado passa a ser responsável pela sociedade ocupante de seu território, bem como, pela organização da sociedade através do sistema legal, dentro da organização sociais diversos fatores precisam ser avaliados, dentre eles a questão educacional, de saúde, de segurança pública, uma sociedade saudável e com uma boa qualidade de vida necessita de mecanismos de proteção e coesão social de modo a conseguir transitar sem demais problemas.

Sendo assim, para que exista e se mantenha uma figura estatal é imprescindível que a coletividade exerça o poder político, ou seja, que sociedade se expresse através de uma organização seja ela parlamentarista, republicana, socialista, nesse aspecto a carta magna constitucional vigente do Brasil possui aspectos republicanos democráticos¹. É nesse sentido a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) é considera carta magna, ou seja, o documento norteador das relações sociais estabelecidas em sociedade, nela temos diversas disposições a respeito de deveres, garantias, procedimentos, processos, é um documento no qual se encontram

¹ “o Estado passa a ter existência a partir do momento em que o povo, consciente de sua nacionalidade, organiza-se politicamente”. SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

as diretrizes máximas e invioláveis, que organizam de fato o ente estatal, ressalta-se a previsão do artigo 1º da Constituição Federal². Quando se analisa a perspectiva garantista brasileira, a distribuição democrática do direito e os fundamentos da nossa constituição perceberam uma preocupação com o bem-estar da sociedade de modo geral, isso porque com a preservação da soberania, da cidadania e da dignidade da pessoa humana conseguimos compreender que o Estado busca a preservação de uma sociedade organizada, com acesso a direitos. No que se refere ao artigo 1º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), Kohama (2008, p. 27), demonstra que:

[...] a União constitui-se em pessoa de direito público interno, autônoma em relação aos Estados, tendo por missão o exercício das prerrogativas da soberania do Estado brasileiro, pois se configura como entidade federal resultante da reunião dos Estados-membros, Municípios e do Distrito Federal. Consequentemente, os Estados-membros são entidades federativas que compõem a União, dotados de autonomia e também se constituem em pessoas de direito público interno.

A segurança passa ser um direito fundamental que deve ser ofertado à coletividade, assim o Estado tem como finalidades básicas: “a segurança, com o objetivo de manter a ordem política, econômica e social; e o desenvolvimento, com o objetivo de promover o bem comum” (SILVA, 2004, p. 21). A fim de cumprir as finalidades mencionadas pelo autor no qual o Estado desempenha funções múltiplas³. E essas funções devem ser executadas pelos agentes públicos cada qual dentro de suas respectivas atividades, isso porque cada órgão é responsável pela execução de um determinado serviço.

A cidade é um conjunto essencial para organização da sociedade atual, nela tem-se além dos edifícios, bens, agrupamentos, relações entre seus indivíduos, movimentos sociais, conflitos sociais dentre outras características que a tornam importante para o desenvolvimento humano. Nesse sentido, há que se ressaltar em primeiro plano a figura de um lugar que deve cumprir a sua função social de permitir a sobrevivência de uma sociedade, seja ela organizada ou não, respeitando o senso de comunidade e suportando as transformações que decorrem com a evolução da sociedade e seus mais diversos níveis sociais.

² Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político. Parágrafo único. Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. Constituição Federal de 1988.

³ O Estado tem a função de instituir e dinamizar uma ordem jurídica (função normativa, ordenadora ou legislativa); a de cumprir e fazer cumprir as normas próprias dessa ordem, resolvendo os conflitos de interesses (função disciplinadora ou jurisdicional); a de cumprir essa ordem, administrando os interesses coletivos, gerindo os bens públicos e atendendo às necessidades gerais (função executiva ou administrativa).

A histórica segregação espacial, que corresponde a uma espécie de ecologia da desigualdade social, favoreceu a que essa ponta do tráfico internacional, relacionada ao comércio a retalho para o consumo final, tivesse um de seus canais concentrado nas favelas, entre outras "periferias". Isso redefiniu a imagem pública desses territórios e afetou profundamente o entendimento coletivo de seu lugar na organização urbana (VALLADARES, 2005, p. 45).

Por outro lado, a violência urbana inevitável que decorre dessa organização acarreta à população pacífica uma sensação de insegurança que no segundo artigo demonstrou um dos principais mecanismos utilizados no combate à violência, a repressão trazida pelas UPP's (Unidades de Polícia Pacificadora no Estado do Rio de Janeiro), que tem a finalidade de reforçar a segurança.

Nesse sentido é possível compreendermos que ambas as problemáticas apresentadas são questões que possuem similaridades como, por exemplo, a necessidade de haver uma forma mais complexa e refinada de civilização, mas, sabe-se que desde os primórdios as tentativas de uma organização civilizada foram frustradas pelas condutas inadequadas ou ilícitas dos indivíduos a depender do período.

A medida adotada nas Comunidades do Rio de Janeiro como forma de controle, segurança e repressão têm se destacado, pois elas são consequências de mudanças trazidas primeiramente pelas Forças Federais, posteriormente passada ao Exército como no caso da Favela da Maré.

Os efeitos sobre a questão da segurança pública, como é fácil de compreender, são explosivos. Antes de qualquer coisa, porém, é preciso considerar que, embora afete toda a população, eles não são homogêneos. Nos territórios da pobreza, há uma inapelável contiguidade espacial com a "sociabilidade violenta", gerando condições de vida críticas para a população moradora. As camadas abastadas dispõem de mais recursos (materiais e simbólicos) para auto solar-se, além de já viverem em regiões física e socialmente mais afastadas dos "portadores" da "sociabilidade violenta". Na pesquisa que o grupo que coordeno realiza no momento, começamos a explorar a ideia de uma "sociabilidade fortaleza", sugerida por Luis Fridman a partir do conhecido livro de Caldeira (2000) sobre os condomínios em São Paulo: ela seria uma resposta reativa, uma das variantes possíveis da gramática da *violência urbana* (SILVA, 2010, p. 56).

Assim, como temos a problemática em torno da cidade que apesar de ser formada por um conjunto de bens e habitantes para alguns possui um valor intrínseco tão importante a ponto de o indivíduo sentir-se acolhido pelo meio e dele não poder ou não querer mudar-se. Nesse diapasão temos a questão dos moradores das comunidades. Diz-se "moradores das comunidades", pois, estes que residem nos locais onde as Forças Armadas estão constantemente chegando e alterando as relações sociais destes ambientes. De alguma maneira a violência

trazida por este embate demonstra que esse processo precisa ser analisado. Para Isaac Asimov “A Violência é o último refúgio do incompetente” (ASINOV, 2002, p 200).

Diante dessa afirmativa temos uma indagação importante, como a administração pública através de seus agentes poderá combater a onda de violência das Comunidades sem dela se utilizar? Esse questionamento torna-se semelhante ao levantando no contexto da cidade onde o que faz e desfaz a cidade permanente? Ambas as questões possuem respostas que nos conduzem a reflexão por viés filosófico, pessoal, intrínseco de cada indivíduo. Pois, existe a necessidade de combate à violência e para alguns a resposta será “olho por olho, dente por dente”, para outros quando se permite que os cidadãos sejam atingidos por essa violência é inadmissível. Ainda para uns, a cidade demonstra a evolução de processos políticos que impulsionam a sua existência, e para outros se trata apenas de objeto real necessário à sobrevivência humana, que passa por transformações que posteriormente a fará desaparecer.

A segurança pública continua sendo um tema complexo, e apesar das propagandas de suas ações, criou-se um senso comum negativo, pois não corresponde ao objetivo primordial ao designar UPP's de combate à violência, onde sem a existência delas não seria possível a convivência urbana.

Deste modo, o crescimento do contingente policial e o desenvolvimento acelerado das cidades proporcionam aos cidadãos a sensação de medo, incertezas, que não possuem um remédio imediato. Somente com a evolução da sociedade e conseqüentemente das cidades, com uma educação de qualidade, e com um policiamento adequado teremos uma sociedade mais sociável e mesmo hostil.

2.3 DA INTERVENÇÃO FEDERAL

A Constituição Federal de 1988, é responsável por disciplinares matérias referentes à intervenção, encontra-se disposta nos artigos 34 a 36⁴ da Carta Magna. Os três artigos

⁴ CAPÍTULO VI DA INTERVENÇÃO Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: I - manter a integridade nacional; II - repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra; III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública; IV - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação; V - reorganizar as finanças da unidade da Federação que: a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior; b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei; VI - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial; VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático; b) direitos da pessoa humana; c) autonomia municipal; d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta. e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção

conseguem apresentar situações em que é necessária uma intervenção da figura estatal na organização civil, desde que haja risco à coletividade ou desrespeito à norma, finanças, patrimônio públicos, pois a busca por assegurar os direitos constitucionais é uma preocupação constante na carta constitucional.

Segundo Cecilia de Almeida Silva (2006, p. 2) “A intervenção federal é instituto previsto no esquema avançado a partir do federalismo, de origem americana, e constitui medida extrema para situações pontuais de grande crise”, ou seja, ligado de forma direta a defesa do Estado, afetando de maneira direta o pacto federativo, tendo em vista que existe uma organização administrativa e separação dos poderes e suas respectivas funções, fazendo assim, que a intervenção federal seja um mecanismo que permite a ação interventiva de um poder em detrimento do outro.

Nesse sentido, a partir da leitura do artigo 34 da Constituição Federal verifica-se que “A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, **exceto para**” (BRASIL, 1988). É possível identificar que a regra é a não intervenção, uma vez que o exceto dentro da carta constitucional serve para apresentação de um rol taxativo (conforme ocorre neste dispositivo legal), ou seja, considera-se a intervenção como uma medida excepcional, que só pode ser aplicada nos casos taxativamente descritos na ordem constitucional.

Nessas circunstâncias, há riscos para a integridade da Federação, a ordem e a moral públicos, a segurança nacional e o cumprimento da Constituição. Portanto, a Constituição autoriza a União a atuar em nome de toda a Federação e a intervir na gestão administrativa dos

e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando: I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada; II - não forem prestadas contas devidas, na forma da lei; III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial. Art. 36. A decretação da intervenção dependerá: I - no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário; II - no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral; III - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal. § 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas. § 2º Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembléia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no mesmo prazo de vinte e quatro horas. § 3º Nos casos do art. 34, VI e VII, ou do art. 35, IV, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela Assembléia Legislativa, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade. § 4º Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal. Constituição Federal de 1988.

estados membros ou do Distrito Federal sob qualquer das exceções anteriores. Nesse diapasão, apresenta-se os requisitos para o ato interventivo, que segundo Silva (2006, p. 4) podem ser divididos entre pressupostos materiais e formais.

Nos pressupostos materiais é possível perceber que a Constituição confere à União o poder de interferir no poder administrativo dos Estados membros e extingue temporariamente a sua autonomia, limitando assim a possibilidade de interferir nas circunstâncias estipuladas no seu próprio texto. Estes fatos comprovam a racionalidade da intervenção e constituem a base material do seu pedido de intervenção. Assim, os incisos I ao IV do artigo 34 da Constituição Federal, delimitam os pressupostos materiais para ocorrência de uma intervenção federal.

Por outro lado, os pressupostos formais são demarcados pela existência de fatos específicos que podem justificar a intervenção, a Constituição estipula que é necessário o cumprimento de certas regras formais para garantir a validade do decreto. Esses requisitos são fornecidos pelo artigo 36 da Constituição Federal, que em seu §1º estipula que a intervenção será efetuada nos termos do decreto do Presidente da República e fixa o âmbito, o prazo e as condições da sua execução.

A Assembleia Nacional deve deliberar sobre o decreto de intervenção no prazo de 24 horas (SANTOS, 2009), e se o decreto estiver de férias, será convocado especialmente durante o mesmo período (SILVA, 2006, p. 5).

Com a previsão dos quatro incisos do artigo 36 da Constituição Federal, é possível compreender que existem pressupostos formais e materiais, pois a finalidade primordial dessa intervenção será a promoção da garantia dos direitos coletivos, aplicação da lei e da ordem, e, sobretudo, promoção da segurança pública nacional.

É relevante mencionar que o emprego da intervenção federal busca de maneira veemente consolidar um padrão de segurança pública, pois, os casos em que esta pode ser aplicada estão diretamente ligados à falta de segurança, de organização, de ordem e o desrespeito aos direitos sociais e, sobretudo os coletivos.

Outro aspecto importante de ser ressaltado são os efeitos de uma intervenção federal que podem ser diferentes, dependendo das razões do decreto. Se a intervenção for motivada pelo descumprimento de leis, ordens ou decisões judiciais federais, ou ainda por descumprimento de princípios constitucionais, o decreto limita-se à suspensão da execução do ato polêmico (artigo 36). Ou seja, aqueles que violam as leis federais, ordens judiciais ou violam os princípios constitucionais. Nesse caso, também é eliminada a presença de intervencionistas

federais, não havendo necessidade de destituição do governador ou do legislativo. Se o decreto envolver o poder executivo dos estados membros, o governador deve ser temporariamente destituído e, em seguida, o governador deve ser substituído por um interventor previamente nomeado. Se for para a legislatura, o deputado será destituído e suas funções serão transferidas para o governador, que também exercerá as funções legislativas do estado.

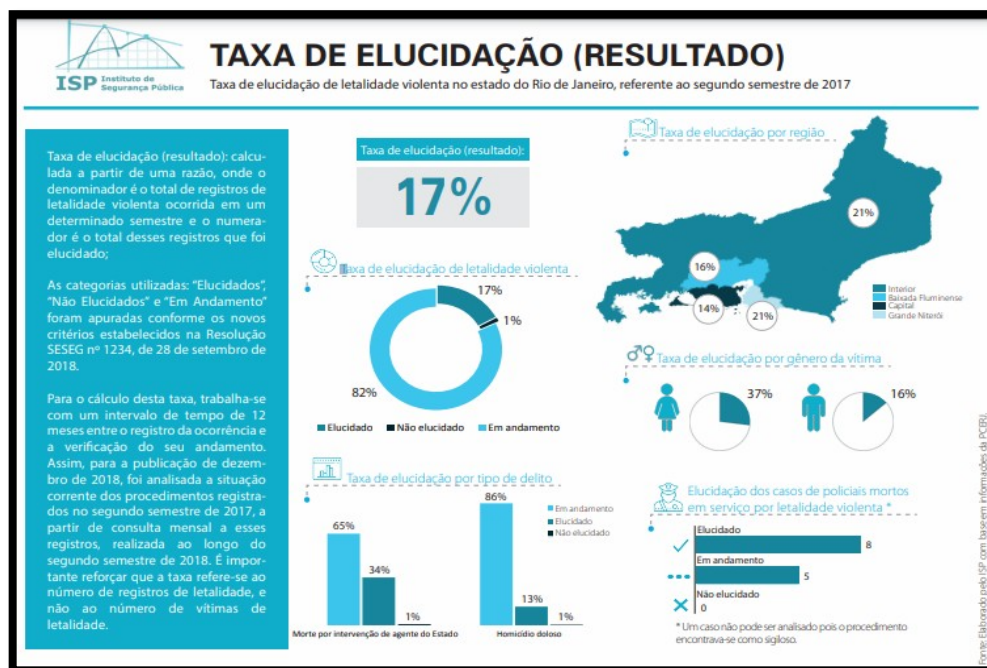
Uma vez provado que a ordem de intervenção é justificada e suspensa, a autoridade extinta retomará suas funções normais, a menos que seja legalmente proibida de fazê-lo (artigo 36, parágrafo 4º). No entanto, o principal efeito da implementação das medidas de intervenção foi à abolição temporária da autonomia nacional, que se confirmou nos princípios da auto-organização, autonomia e legislação, passando a união federal a intervir na administração de um dos estados membros ou municípios.

Dessa forma, compreendendo que a intervenção federal é um mecanismo de promoção da paz social, busca-se apresentar os dados referentes à criminalidade no estado Rio de Janeiro antes, durante e após a instauração de uma intervenção federal. Como se sabe, a intervenção requer a promulgação de um decreto, o último decreto relacionado ao Estado do Rio de Janeiro foi promulgado sob o nº 9.288 em 16 de fevereiro de 2018, com validade até 31 de dezembro de 2018.

Ocasão em que a segurança pública deixou de ser responsabilidade do então governador do estado e passou a ser responsabilidade do Interventor e General do Exército Walter Souza Braga Netto, respondendo de forma direta por todos os órgãos de segurança pública do estado, ficando subordinado apenas ao Presidente da República, deixando de responder às normas estaduais, bem como, liberado para realizar ações que cumprissem o objetivo da intervenção federal “pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública do Estado do Rio de Janeiro” (2018).⁵ Nesse sentido seguem abaixo os dados comparativos:

⁵ DECRETO Nº 9.288, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018 Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. (Revogado pelo Decreto nº 9.917, de 2019) O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso X, da Constituição, DECRETA: Art. 1º Fica decretada intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro até 31 de dezembro de 2018. § 1º A intervenção de que trata o caput se limita à área de segurança pública, conforme o disposto no Capítulo III do Título V da Constituição e no Título V da Constituição do Estado do Rio de Janeiro. § 2º O objetivo da intervenção é pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no estado do Rio de Janeiro. Art. 2º Fica nomeado para o cargo de Interventor o General de Exército Walter Souza Braga Netto.

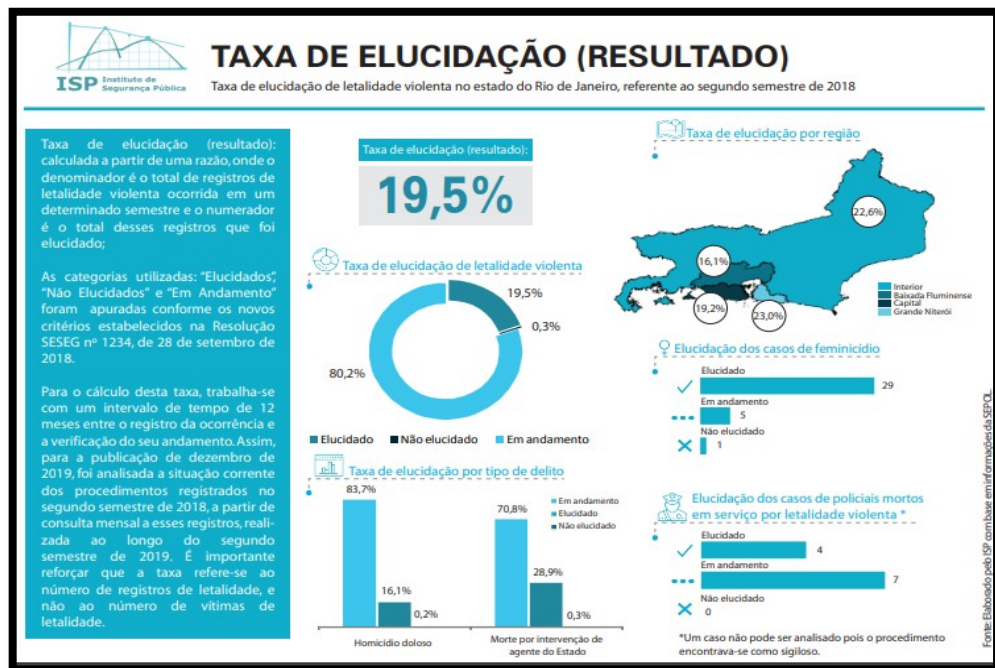
Figura 01: Taxa de Elucidação de casos em 2017 no Rio de Janeiro



Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (2018) INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA: Avenida Presidente Vargas, nº 817 - 16º andar - Centro CEP: 20.071-004 - Rio de Janeiro/RJ. Chefia de Gabinete - 2332-9709 / Comunicação Social 2332-9690 / Conselhos Comunitários de Segurança - CCS - 2332-9648 / 9693.

Os dados apresentados na figura acima demonstram uma taxa de elucidação de casos que envolvem mortes letais no Estado do Rio de Janeiro, concernente ao período de 2017, ano em que ainda não havia a promulgação e vigência do decreto de intervenção federal. Quando se analisam os dados expostos é possível perceber pela taxa de 17% que a violência expressa no estado não era solucionada de forma eficaz, e que essa morosidade corrobora para aumento e manutenção dos índices de violência.

Figura 02: Taxa de elucidação de casos em 2018 no Estado do Rio de Janeiro.



(Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (2018) INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA: Avenida Presidente Vargas, nº 817 - 16º andar - Centro CEP: 20.071-004 - Rio de Janeiro/RJ. Chefia de Gabinete - 2332-9709 / Comunicação Social 2332-9690 / Conselhos Comunitários de Segurança - CCS - 2332-9648 / 9693

Após a compreensão da necessidade de promoção de eficácia tanto no que tange ao processo investigatório e elucidatório dos delitos, quanto da necessidade de reforço e promoção da segurança pública, de modo que a ordem e a lei fossem de fatos cumpridos, durante o período de apuração pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro⁶ foi possível perceber de 2,5% na eficácia elucidatória dos crimes dolosos contra a vida com e sem intervenção estatal, bem como a investigação das mortes de agentes públicos em serviço por letalidade violenta.

Nesse sentido, fora perceptível a eficácia da intervenção federal no que tange ao processo elucidatório, no que se refere aos dados de 2019, ainda não houve por parte do instituto a sua publicação.

⁶ O Instituto de Segurança Pública, conforme atribuições previstas no Decreto nº 36.872, de 17 de dezembro de 2005, publica, com periodicidade semestral, o quadro consolidado do resultado do trabalho investigativo da Secretaria de Estado de Polícia Civil (Sepol) do Rio de Janeiro, em procedimentos cujos objetos são a apuração dos delitos que compõem o indicador “letalidade violenta” (homicídio doloso, morte por intervenção de agente do Estado, roubo seguido de morte e lesão corporal seguida de morte). Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (2018)

2.3.1 O crescimento dos crimes nas comunidades

Uma comunidade inicialmente era associada à diferentes tipos de plantas brasileiras. Com o passar do tempo contraiu outro significado, passando a representar os agrupamentos de domicílios urbanos localizados em territórios muito precários e com histórico peculiar. Pode também ser compreendido como uma resposta dada as práticas sociais e econômicas da época, sendo observado que grande maioria das pessoas que reside nas comunidades é de classe baixa ou média baixa.

Além dos nomes as mesmas têm semelhanças físicas também, uma vez que a estrutura na qual as residências ficam alocadas na favela se assemelha a forma física da planta da qual seu nome deriva. Para Cruz (1941) as Comunidades estão relacionadas diretamente a Guerra de Canudos como descrito no parágrafo abaixo.

A favela tem sua toponímia ligada à chamada “guerra de Canudos”. Terminara a luta na Baía. Regressavam as tropas que haviam dado combate e extinguiram o fanatismo de Antônio Conselheiro. Muitos soldados solteiros vieram acompanhados de “cabrochas”. Elas queriam ver a Corte. Esses soldados tiveram de arranjar moradas. Foram para o antigo morro de S. Diogo e, aí, armaram o seu lar. As “cabrochas” eram naturais de uma serra chamada Favela, no município de Monte Santo, naquele Estado. Falavam muito, sempre da sua Baía, do seu morro. E aí ficou a Favela nas terras cariocas. Os barracões foram aparecendo, um a um. Primeiro, na aba da Providência, morro em que já morava uma numerosa população; depois, foi subindo, virou para o outro lado, para o Livramento. Nascera a Favela (CRUZ, 1941, p. 102).

Com o crescimento assustador das habitações em comunidades começou a surgir grandes debates quanto à questão estrutural das moradias e das condições oferecidas pelas mesmas, pois não havia pavimentação ou saneamento em grande parte das comunidades já que as mesmas eram construídas de forma irregular e com o aparecimento de forma imediata de novas moradias a cada dia. Isso dificultava ainda mais para o governo ter um controle maior da quantidade exatas de famílias que estavam habitando nas comunidades.

À medida que os anos vão passando as comunidades nos estados crescem de forma admirável até mesmo para os governantes, sendo exigida por parte dos mesmos alguma postura política sobre as condições de moradias, de saúde pública e acima de tudo da segurança das pessoas, tendo em vista que grande parte das comunidades se transformaram em morros totalmente sujeitos a incêndios (ocorridos devido à instalação elétrica feita de forma clandestina) ou mesmo deslizamentos (devido ao grande volume de chuvas em certas estações). Por conta desse fato o estado passou a ter uma maior atenção para os cidadãos que residiam nas

comunidades, implantou alguns postos de saúde para assegurar uma grande epidemia ou até mesmo a contração de novas doenças relacionadas ao ambiente no qual as mesmas ficam localizadas.

Devido à grande dificuldade de conseguir emprego mais precisamente por conta da grande demanda de pessoas, começaram a ocorrer certos casos de crimes cometidos por pessoas moradas das comunidades, esses crimes se tornaram mais frequente indo desde pequenos furtos até mesmo o tráfico de drogas. Esse último ganhou destaque com o passar dos anos, se tornando atualmente o grande desafio da segurança pública do país. A cada dia que passa é crescente os números de crimes cometidos ou associados às comunidades, isso ocorre devido à dificuldade de localizar determinadas pessoas dentro delas, não somente pela difícil localidade das comunidades mais por conta das próprias pessoas moradoras de determinadas comunidades não denunciarem ou cooperarem com o poder público.⁷

Pode-se apontar esse conflito atual como uma resposta as ações governamentais feitas contra a classe pobre durante o século XIX, onde aos poucos criaram dentro do estado do Rio de Janeiro um estado a parte, com casas, mercados, sistema de eletricidade, telefonia, entre outros, independente da permissão do estado. Não se trata mais somente de problemas estruturais, pois podem ser amenizados, trata-se de um grave problema social e econômico, onde a cada dia se torna ainda mais complexo de ser resolvido (CARVALHO; SILVA, 2011).

Atualmente o crime é o subtítulo dado a comunidades, para muitos no ambiente das comunidades não existem outras pessoas se não os criminosos ou pessoas que estão associadas a eles. Porém a verdade é que por se tratar de um ambiente aberto, onde todos podem chegar e

⁷ Em mais uma análise conjuntural do município a partir do estudo “O Rio em perspectiva: um diagnóstico de escolhas públicas”, a Diretoria de Análise de Políticas Públicas da FGV, atualiza o cenário do mercado de trabalho carioca, a partir dos dados recém divulgados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) contínua do primeiro trimestre de 2017. Há três anos, o desemprego no município era em torno de 4% da população economicamente ativa. Já no final de 2016, a situação era completamente diferente, com 10,4% da população desocupada. Refletindo o comportamento geral do mercado de trabalho do país nos últimos meses, o desemprego no município do Rio de Janeiro chegou a 11,4% da população economicamente ativa no primeiro trimestre de 2017. É a maior taxa de desemprego que o IBGE levantou para o município desde 2012, quando a Pnad passou a ser divulgada por nova metodologia de pesquisa. As taxas da região metropolitana e do estado mantêm-se em patamar significativamente mais elevado, acima de 14% de desemprego, superando a cifra nacional (13,7%). Embora mais baixo, o desemprego no município começa a se aproximar do nível nacional. Esse quadro é bem diferente de meados de 2015, quando o desemprego no município chegou a ser metade do nacional e manteve-se em queda por mais tempo — seis meses — enquanto subia a desocupação no país, no estado e na região metropolitana. No primeiro trimestre de 2017, contabiliza-se um total de 382 mil desocupados, o triplo do que se estimava no segundo trimestre de 2015, revelando o ritmo acelerado de deterioração do emprego no município nos dois últimos anos. Em comparação com a análise realizada anteriormente, há um aumento de 37 mil pessoas desocupadas no município. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/o-rio-em-perspectiva-desemprego-ainda-crescente/>. FGV. 2018.

construir suas moradias a comunidades não tinha nenhum meio de se contrapor aos criminosos que com o tempo passaram a dominá-las. Como no início o governo e órgãos públicos não se importavam com as mesmas, as pessoas criminosas passaram a perceber as comunidades uma oportunidade de praticarem suas ações sem serem incomodados, existe casos em que os criminosos ajudaram a desenvolver estruturalmente as comunidades para possam desenvolver suas atividades criminosas em local de difícil visibilidade ou acesso do poder público quanto segurança pública.⁸

Somente quando não havia mais oportunidade ou forma de conter o crescimento das comunidades e das práticas criminosas que ocorriam nelas, foi que governos e órgãos públicos passaram a se preocupar em agir. Essa ação tardia custou e ainda custa a vida de muitas pessoas inocentes, uma vez que devido ao território ocupado por comunidades se torna quase que impossível ter um controle preciso de onde determinado criminoso se encontra e se o mesmo ainda reside em tais comunidades ou não. Outro ponto bastante relatado é a questão geográfica das comunidades, tendo a maioria delas várias vielas o que torna impossíveis os poderes militares transitarem de carros.

Nos últimos anos tem crescido o número de confronto entre militares e criminosos, assim como o número de vítimas devido ao alto índice de crimes cometidos no estado. Em grande parte, esses crimes são associados às comunidades ou seus moradores, porém podemos apontar tal índice como algo semeado pelo próprio governo e por suas práticas tardias. Cabe ao poder público assim como aos governantes agir de forma rápida quando identificado determinado problema principalmente social, pois foi isso que a criminalidade do Rio de Janeiro virou um problema social. Atingindo grande parte da população que reside no estado e levando aos brasileiros em geral questionar a competência militar de nosso país (CARVALHO, SILVA, 2011).

Existem inúmeras reclamações acerca do governo e das medidas adotadas pelo mesmo para evitar que o processo de comunidades se tornasse cada vez maior, porém para que tal processo fosse inibido ou mesmo combatido, os governantes precisavam de informações mais específicas sobre alguns pontos relacionados às comunidades e seus pontos fracos. Somente depois de tomar conhecimento dessas informações, os governantes poderiam realizar ações para combater ou até mesmo diminuir o crescimento desproporcional das comunidades dentro do

⁸ FGV. Fundação Getúlio Vargas. O Rio em perspectiva: desemprego ainda crescente. 2018. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/o-rio-em-perspectiva-desemprego-ainda-crescente/>. Acesso em 19 de nov. 2020.

estado (CARVALHO, SILVA, 2011). Dessa forma surgiu o Censo das comunidades, sendo descrito por muitos como uma maneira que o governo do estado encontrou de obter determinadas informações de moradores das comunidades sem que precisasse esperar pelo órgão do IBGE.

No primeiro momento o censo foi criado para fornecer umas visões gerais quanto à localização, extensão e quantidade de habitantes das comunidades que se encontravam localizadas no estado do Rio de Janeiro. O mesmo pode ser apontado como uma ferramenta muito útil até os dias atuais, por transmitir aos representantes políticos, militares e econômicos qual a real situação das comunidades e das pessoas que lhe habitam.

Por meio da obtenção de informações mais específicas sobre determinadas comunidades foram que os governantes puderem realizar algumas ações, como verificar em quais comunidades as ações criminosas era mais constante, em quais comunidades o mesmo poderia implantar certas práticas para ajudar aos cidadãos residentes nas mesmas. Além de fornecer uma visão geral de como estava ocorrendo o seu crescimento e as principais necessidades que o estado precisava suprir para evitar que tal crescimento colocasse em risco a situação do estado ou de alguma forma gerasse um incômodo político e social.

Muitas das táticas realizadas pela polícia ou exército para combater o tráfico de drogas dentro das comunidades foram organizadas mediante obtenção de dados, evitando dessa forma que a ação de combate ao tráfico atingisse os cidadãos trabalhadores ou mesmo famílias não praticantes de tais ações criminosas.

Claro que as informações em si só não são uma forma eficiente de realizar os processos de combate ou retenção das comunidades, é necessária uma profunda análise e estudo de tudo que for apresentado como informação, para que só depois o governo ou demais órgãos possam praticar o que consideram como sendo as melhores saídas.

Deve ser ressaltado que dentro das comunidades existem pessoas de bem, que se sentem muitas vezes sem valor, sem ajuda para melhorar de vida, cabendo aos governantes pensar quando forem realizar as práticas militares desejadas. Os criminosos estão infiltrados entre cidadãos e necessitam ser identificados e presos, porém o que se tem visto constantemente são mortes de pessoas inocentes e um total despreparo por parte da fonte organizadora das ações militares (REZENDE, 2009).

A criminalidade do estado do Rio de Janeiro só será contida no que se refere as comunidades quando forem fornecidas as mesmas condições sociais e econômicas para todas as pessoas, independente de sobrenome familiar ou mesmo do valor monetário que as mesmas

possuem. Quando for fornecida igualdade por parte do governo as pessoas que residem hoje em casas no alto do morro podem ter as condições necessárias para possuir uma casa boa, dentro dos padrões necessários para seu conforto deixaram de morar em comunidades.

Buscando aplicar os procedimentos de segurança, alguns estados como o Rio de Janeiro, utilizaram as Forças Armadas para combater os principais focos de criminalidades no estado, uma vez que o poderio militar da polícia não estava conseguindo atender as necessidades de segurança do estado. Ao longo dos anos se tornou muito comum a utilização de determinados grupos das Forças Armadas nas regiões com alta criminalidade, procurando dessa forma os governantes fornecer todos os recursos possíveis para que os casos de criminalidade sejam reduzidos ou trabalhados de forma eficiente.

Em alguns casos a utilização das Forças Armadas em campo visa gerar uma maior estabilidade aos procedimentos de segurança aplicados dentro do estado ou região, visando principalmente conceder aos cidadãos um sentimento que todos os procedimentos possíveis e aplicáveis por parte dos governantes estão sendo aplicados para que eles tenham sua segurança estabelecida.

Vale ressaltar que para as Forças Armadas atuarem juntamente as tropas militares estaduais os governantes precisam apresentar algumas documentações e obedecerem a determinados procedimentos estabelecidos pelos regimentos das Forças Armadas (SILVA, 2006, p. 2).

Percebe-se dessa forma que as Forças Armadas passaram a se tornar uma importante aliada de forma perigosa ao combate ao crime urbano até porque esta não faz parte da segurança pública, e sim da defesa nacional, procurando fornecer assistência aos focos internos de problemas com segurança, em muitos momentos chegou a ser utilizado como uma forma de minimizar os altos números de crimes ou atentados a segurança pública.

Já que esse pode ser considerado um dos problemas nacionais mais presentes em diversos estados do país, os governantes passaram a enxergar que somente com a implantação de determinadas parcerias militares os cidadãos poderiam se tornar mais seguros. Assim, os criminosos passaram a compreender que suas posturas diante da sociedade não seriam aceitas por nenhum órgão de segurança do país.

2.4 COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR NA GARANTIA DA LEI E DA ORDEM E O ARTIGO 16-A DO CPPM (*Código de Processo Penal Militar*).

A competência da justiça militar da União passou por um processo de ampliação a partir da aprovação da Lei de nº 13.491 de 2017, de modo que esta passou a processar e julgar os homicídios cometidos por militares, ocorrendo assim uma mudança circunstancial ao Código Processual Penal Militar. Dessa feita, a lei supracitada trouxe a alteração do artigo 9º do Código Penal Militar, inciso II, §§ 1º e 2º.

Nestas alterações, é possível perceber a competência da justiça militar no julgamento de ações que envolvem práticas ilícitas pelo efetivo das Forças Armadas, sobretudo, quando estas ações ocorrerem durante o cumprimento de ações comandadas pelo Ministro de Estado e Defesa e pelo Presidente da República, ou ainda, quando envolver segurança da instituição militar e quando for uma atuação em operações de paz, com enfoque na garantia da Lei e da Ordem.

Antes de analisar as alterações legislativas, lembre-se que este artigo foi alterado em 1996 para estabelecer que “os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos contra civil, serão da competência da justiça comum.” (Artigo 9.299 / Alterações feitas pela Lei nº 96). Sabendo que houve essas alterações de competência em 2017, no mesmo ano, de acordo com a mesma lei, o art. 82 da Lei Processo Penal Militar estipula que embora não seja um fórum dedicado, juízes militares (federais ou estaduais, porque não se faz distinção) não serão capazes de prevalecer contra o tratamento dos militares de civis quando se tratar de crimes deliberados (membros das polícias militares dos Estados membros) ou forças armadas, não diferente).

Posteriormente, o Código Penal Militar sofreu novas alterações. O artigo 9 reafirma o poder do júri de julgar crimes militares que ponham deliberadamente em risco a vida com base neste artigo, mas desta vez, exceto para os crimes de ação militar nos termos do artigo 303 da Lei do Código Brasileiro da Aeronáutica. Portanto, nas circunstâncias mencionadas, os crimes comuns (decididos por júri) não serão mais considerados crimes comuns, quando forem realizados por membros da Marinha do Brasil, Exército brasileiro, Força aérea brasileira contra civis e deliberadamente atentarem com a vida humana. Assim, com a mudança do artigo 9 é possível perceber que a justiça militar recupera a sua competência.⁹

⁹ Assim, não mais se considerariam crimes comuns (sujeitos ao julgamento pelo Tribunal do Júri) os cometidos pelos integrantes da Marinha do Brasil, contra civis e dolosos contra a vida, nos casos do referido art. 303. Neste RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo, v. 04, n. 4 p. 01-27, abril, 2021.

Há que se ressaltar, que o artigo 45 da Emenda Constitucional de 2004, a chamada reforma judiciária (aliás, nenhuma reforma foi realizada, pelo menos em grande parte o contrário), O artigo 125, em seu §4º da Constituição Federal, relativo aos tribunais e juízes dos estados, passa a ter a seguinte redação:

Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Embora a "reforma judicial" não tenha alterado os artigos 122 e 124 da Constituição, que tratam da justiça militar da União, o Código Penal Militar em seu artigo 9 deixou de ser um crime militar e, portanto, já não desta natureza. Refere-se a qualquer militar (polícia militar estadual ou forças armadas), em operações militares realizadas de acordo com o disposto neste artigo exceto na prática. Com a segunda revisão da Lei nº 12.432 / 11, foi instituído o artigo 303 do Código Brasileiro de Aeronáutica.

E, se não eram mais crimes militares, por óbvio, a competência era do Tribunal do Júri, observando-se a competência constitucional estabelecida no art. 5º., XXXVIII da Constituição Federal.

Assim, objetivamente, pode-se concluir que quando se tratasse de crime doloso contra a vida praticado por militares (obviamente em serviço) contra civis, o delito não tinha mais a natureza de crime militar, devendo o julgamento, por conseguinte, ser realizado pelo Tribunal do Júri (salvo no caso do art. 303 do Código Brasileiro de Aeronáutica). Por outro lado, caso se tratasse de um homicídio praticado por militar contra outro militar, ambos em serviço, (conduta tipificada no art. 205 do Código Penal Militar), a competência para o processo e julgamento seria da Justiça Militar (estadual ou federal, conforme o caso). Aqui, evidentemente, não se feria a competência constitucional do Tribunal do Júri, pois a competência da Justiça Militar para julgar crimes militares (como é o caso do art. 205) também tem foro constitucional (arts. 124 e 125, §§ 3º. e 4º., da Constituição).

Por exemplo, é o caso em foro em razão dos privilégios funcionais previstos na Constituição Federal (nesse sentido, ver Parecer nº 721 do Resumo do Supremo Tribunal

caso, a Justiça Castrense “recuperou” a sua competência. Foi o primeiro retrocesso! Agora, vê-se, modificasse-lo, mais uma vez, o parágrafo único do art. 9º. do Código Penal. MOREIRA, Rômulo de Andrade. A lei que tornou a competência da Justiça Militar da União. Justificando. 2017.

Federal): o júri não julgará agente federal ou um membro do magistrado ou do Ministério Público. Agora, devido à nova emenda, as vidas deliberadamente perigosas cometidas por membros das forças armadas contra civis serão responsabilizadas pelos juízes militares da coalizão, e o procedimento do júri não se aplicará.

Por este motivo, apenas membros da Marinha, Força Aérea ou Exército são obrigados a cometer infrações penais para desempenhar as funções que lhes são atribuídas pelo Presidente da República ou pelo Secretário de Defesa ou pelo Ministro de Operações. Envolve a segurança de instituições militares ou missões militares (mesmo que não militantes), e até mesmo militares. A natureza das atividades, manutenção da paz, garantia de segurança ou transferências acessórias estão todas de acordo com o art. Artigo 142 da Constituição Federal na forma da Lei Brasileira de Aviação, Lei Complementar nº 97/99 (que dispõe sobre as regras gerais de organização, preparação e emprego das Forças Armadas), Lei de Processo Penal Militar e Lei Eleitoral.

Portanto, mediante a análise da nova lei do ponto de vista constitucional há que se perguntar se a norma viola a Constituição Federal. Mas, em um sistema jurídico democrático, pelo menos em tempos de paz, a justiça militar não é permitida os crimes que foram encontrados no direito penal comum não podem ser julgados. A justiça militar pode julgar os seus próprios crimes militares apenas e em circunstâncias excepcionais, ou seja, crimes especificamente representados por legislação militar especial, que são obviamente cometidos em tempo de guerra.

Em qualquer caso, abstraído da questão levantada no parágrafo anterior, a justiça militar do Brasil tem um dispositivo constitucional que inclui regras, inclusive aquelas originárias do país constituinte original artigos 124 e 125, §§3º e 4º da Constituição Federal. Em seguida, voltando à questão levantada, questiona-se se o Tribunal do Júri pode perder a sua competência para o julgamento de crimes dolosos contra a vida praticados pelos integrantes das Forças Armadas tendo como vítimas um civil? Sim, pois, fora justamente o que ocorreu com a modificação da competência da justiça militar.

Observe que a mencionada “Reforma Judicial” nº 45 da Emenda da Constituição de 2004 não trouxeram nenhuma alteração ao art. De acordo com os artigos 122 a 124 da Constituição, a organização, a estrutura e as atribuições da Justiça Militar Federal permanecem inalteradas. Por exemplo, o Artigo 124 afirmou desde o início que a justiça militar (da coalizão)

deve processar e julgar crimes militares definidos por lei e cometidos por membros das Forças Armadas.

As polícias militares dos estados membros e Distrito Federal (incluindo os bombeiros) será julgada pela justiça militar nos termos do art. 125, §. Ao contrário do parágrafo 4 *da Constituição Federal*, quando a vítima é um civil e o crime (lesão corporal dolosa) é cometido por um policial militar em serviço, a referida alteração da Constituição reserva claramente a jurisdição do júri. De acordo com a Lei Penal Militar nº 9, o crime contra a vida deliberada cometido por militares dos Estados Membros e Distrito federal, contra civis é removido da jurisdição do júri.

Os crimes desta natureza cometidos por estes militares (e neste caso) passaram a ser de natureza militar (ocorrendo antes da emenda de 1996), pelo que devem ser proferidos julgamentos no sistema judiciário Federal castrista conforme necessário. Execute a arte dentro dos limites da instituição. Constituição 124. Aqui, a própria Constituição exclui a competência do júri, assim como o titular da jurisdição privilegiada estabelecida pela Constituição Federal (rememoração da Súmula 721 do processo do Supremo Tribunal Federal). Dados os termos técnicos claros, não será mais possível fazer tais mudanças quando se trata de crimes dentro da jurisdição militar nacional.

Assim, de acordo com a nova lei, os crimes cometidos por membros das forças armadas deixam de ser considerados crimes militares, nos termos do artigo 9, §2º do Código Penal Militar, em vez de crimes dos aspectos militares, os juízes naturais serão Conselho de Justiça da Justiça Militar da União. Em relação à Polícia Militar, tendo em vista que o mesmo se aplica aos integrantes das Forças Armadas (quando não ocorrem atos criminosos nesses contextos), nada mudou, ou seja, crimes que colocam deliberadamente a vida de civis em risco não são crimes militares, em tribunais federais, federais ou estaduais. Nesse diapasão, reitera-se que essa alteração legislativa da competência da justiça militar não é benéfica, pois, tanto a realização do ato ilícito quanto o julgamento constam em um mesmo poder com a mesma compreensão jurídica, não se trata de um benefício explícito aos agentes das Forças Nacionais, mas, sim um retrocesso concernente à instituição e manutenção do Estado Democrático de Direito.

Outro aspecto importante de ser ressaltado é o artigo 16-A¹⁰ do Código de Processo Penal Militar, que foi uma inclusão advinda do Pacote Anticrime, que trouxe diversos aspectos relevantes para atuação policial, bem como alteração de competência da justiça militar, mudança da legítima defesa policial, bem como outros aspectos relevantes para construção e modificação do direito penal.

O art. 16-A do CPPM (*Código de Processo Penal Militar*); possui seis parágrafos, idênticos ao 14-A, do CPP, sendo que, da mesma forma, e houve o veto presidencial de três parágrafos os §§ 3º, 4º e 5º. A principal diferença entre esses artigos (16-A CPPM e 14-A CPP) é o emprego da expressão servidores vinculados às instituições dispostas no art. 144 da Constituição Federal, o art. 16-A do CPPM utilizou a expressão servidora das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares. O § 6º remete aos militares das Forças Armadas que estiverem em operações de garantia da lei e da ordem, os mesmos benefícios estabelecidos para os agentes das instituições de segurança pública e fica passível das mesmas críticas e observações.

Tomando por base a expressão mais ampla "servidores vinculados às instituições dispostas no art. 144 da Constituição Federal", pode-se afirmar que serão os integrantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, Polícias Penais federal, estaduais e distritais, bem como, as Guardas Municipais dos municípios que as houverem instituídas, regidas que estão, hoje, pela Lei 13.022, de 2014 - Estatuto Geral das Guardas Municipais. Embora o objetivo deste regulamento seja a proteção dos militares envolvidos no conflito, não se deve esquecer que esta investigação pode deixar de cumprir o princípio constitucional da eficiência da administração pública, mas seu comportamento ultrapassa o modo de atuação necessário, esta fiscalização é sempre exercida pelo poder público, seja civil ou militar, por isso esta norma é

¹⁰ Art. 16-A. Nos casos em que servidores das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares figurarem como investigados em inquéritos policiais militares e demais procedimentos extrajudiciais, cujo objeto for a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício profissional, de forma consumada ou tentada, incluindo as situações dispostas nos arts. 42 a 47 do decreto-lei 1.001/69 (Código Penal Militar), o indiciado poderá constituir defensor. (Incluído pela lei 13.964/19). § 1º Para os casos previstos no caput deste artigo, o investigado deverá ser citado da instauração do procedimento investigatório, podendo constituir defensor no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da citação. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) § 2º Esgotado o prazo disposto no § 1º com ausência de nomeação de defensor pelo investigado, a autoridade responsável pela investigação deverá intimar a instituição a que estava vinculado o investigado à época da ocorrência dos fatos, para que esta, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, indique defensor para a representação do investigado. Código de Processo Penal Militar.

considerada bizarra e viola, inclusive, o princípio da igualdade que norteia toda a atividade e quaisquer servidores públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Forças Armadas são fundamentais dentro da sistemática jurídica e prática porque é através de seu efetivo que mantemos a defesa da pátria e garantia dos poderes constituintes, dentre tantas outras competências pertinentes à profissão. Foi possível compreender o conceito e a importância das Forças Armadas para a coletividade, de modo que dentro do período histórico estes já exerciam atividades dentro da sociedade, tendo a integração das polícias para a promoção de um bem maior e cumprimento da lei.

Também foi tratado sobre a segurança pública, bem como a necessidade de uma organização urbana, pois, deve-se levar em consideração que a garantia de direitos constitucionais e a promoção da segurança pública deve ser efetiva em todo o território nacional, mas não é isso que acontece na prática, pois, em locais como favelas e periferias há maior predominância da criminalidade do que da força estatal.

Porém, os estados brasileiros, principalmente o Rio de Janeiro, não têm conseguido êxito do enfrentamento dessas demandas, o que enseja uma interferência da União, através da intervenção federal, responsável por encaminhar reforços policiais para outras localidades do território nacional, sobretudo, com a função de pacificação. O Rio de Janeiro é um dos estados que ao longo dos últimos dez anos mais obteve intervenções Federais, demonstrando que seu efetivo policial e a organização estatal não logram êxito no quesito segurança pública.

Foi apresentado o crescimento das favelas, sendo possível perceber a falta de estrutura estatal para promoção do mínimo existencial, ocasionando assim uma população que vive em condições onde há a falta de segurança, educação, de saneamento básico, além de que a própria organização das favelas oferece risco a população, seja pela estrutura íngreme dos morros, seja pela falta de estrutura no geral. Assim, através de todos os aspectos, apresentou-se a competência da justiça militar para realizar julgamento de ações que envolvem como partes policiais que atuam nas Forças Armadas, pois, com a implementação do pacote anticrime houve a inserção do artigo 16A responsável pela mudança de competência que ainda reflete no cenário jurídico com enfoque primordial na questão de julgamento “privilegiado”, ou seja, que o julgamento na justiça militar de militares não obteria a parcialidade necessária para investigação e promoção da justiça.

Dessa forma, ante aos objetivos levantados no trabalho através dos questionamentos foi possível compreender questões relacionadas a competência, necessidade, relevância e importância das forças policiais, bem como a discussão de aspectos jurídicos e os sociais que envolvem a atuação das forças policiais com enfoque na promoção da segurança pública nacional.

REFERÊNCIAS

ASIMOV, J. J. **Epilogue**. It's Been a Good Life. Amherst: Prometheus Books, 2002. p. 251–256.

BRASIL. **Código de Processo Penal**, e na Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7627.htm. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto 7.627 de 24 de novembro de 2011** – Regulamenta a monitoração eletrônica de pessoas prevista no Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941. Planalto. 2011.

BRASIL. **Código de Processo Penal Militar**. Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969. Código de Processo Penal Militar. Planalto. 1969.

BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**, dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

CARVALHO, V. A. de; SILVA, M. do R. de F. e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, jun. 2011.

CRUZ, H.D. **Os morros cariocas no novo regime**: notas de reportagem. Rio de Janeiro: S/E. 1941.102p.

CUNHA, R. S. **Manual de Direito Penal**: parte geral. v. único. 2 ed. São Paulo: Jus Podivm, 2014.

MATHIAS, S. K.; GUZZI, A. C. Autonomia na lei, as forças armadas nas constituições nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 25 n. 73, 2009.

MOREIRA, R. de A. A lei que tornou a competência da Justiça Militar da União. **Justificando**. 2017. Disponível em: <https://www.justificando.com/2017/10/19/lei-que-tornou-competencia-da-justica-militar-da-uniao/>. Acesso em 18 nov. 2020.

NASCIMENTO, C. S. **O emprego das forças armadas em ações conjuntas com a segurança pública dos Estados como um remédio constitucional**. Macaé, 2017.

REZENDE, C. S. **Despesas com a função Saúde no Município de Florianópolis, no período de 2004 a 2008. 2009.** 130 p. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RODRIGUES, F. Rio é o Estado que mais usou a Garantia da Lei e da Ordem na década. **Poder 360.** 2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/rio-de-janeiro-e-estado-com-mais-glos-na-decada/>. Acesso em 16 nov. 2020.

SANTOS, G. M. G. dos. **O sistema federativo e a intervenção federal.** Universidade Católica de Salvador. 2009. Disponível em: <http://www.raul.pro.br/artigos/interven.pdf>. Acesso em 19 nov. 2020.

SILVA, C. de A. **Intervenção Federal e seus contornos no estado democrático brasileiro.** Os desafios da intervenção federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado de São Paulo. 2006. p.2.

SILVA, L. M. da. **Contabilidade governamental:** um enfoque administrativo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, L. A. M. da. "Violência urbana", segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283- 300, ago. 2010.

VALLADARES, L. do P. **A invenção da favela.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

INTERVENÇÃO DA
FISIOTERAPIA NO
TRATAMENTO DE
FIBROSE
CICATRICIAL NO
PÓS-OPERATÓRIO
DE CIRURGIA
ESTÉTICA

INTERVENTION OF
PHYSIOTHERAPY
IN THE
TREATMENT OF
CICATRIC FIBROSIS
IN THE POST-
SURGERY OF
AESTHETIC
SURGERY

MACHADO, Gleise da Camara

[1]

LIMA, Thamires Souza [2]

[1] Fisioterapia, Centro
Universitário São Francisco de
Barreiras (UNIFASB), Barreiras-
Bahia, gleisecamara32@gmail.com.

[2] limaathamires@outlook.com

RESUMO

A fibrose é uma alteração que ocorre no pós-operatório, trata-se da formação ou desenvolvimento excessivo de tecido fibroso que acontece após um trauma, apresentando-se como processo reparativo. Dentre os principais recursos usados para tratamento, tem-se: Drenagem Linfática Manual (DLM) e massagem manual, cinesioterapia, US, laser terapêutico, radiofrequência **Objetivo:** Pesquisar referências bibliográficas para evidenciar benefícios do atendimento fisioterapêutico no tratamento da Fibrose Cicatricial no pós-operatório de cirurgia plástica. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura. Utilizaram-se artigos (publicados entre 2008 a 2019) pesquisados nas bibliotecas virtuais Google Acadêmico, Lilacs e Scielo. **Resultados:** Foram encontrados oito artigos publicados entre 2008 a 2019 onde todos demonstraram a eficácia da fisioterapia na modulação da resposta inflamatória e cicatricial, atuando no tratamento de fibroses cicatriciais. **Conclusão:** Percebeu-se ser extremamente importante uma minuciosa avaliação do tecido por parte do fisioterapeuta para eleger o método mais condizente ao caso garantindo uma recuperação cirúrgica rápida e eficiente.

Palavras-chave: Fibrose Cicatricial. Fisioterapia. Pós-Operatório.

ABSTRACT

Fibrosis is a change that occurs in the postoperative period, it is the formation or excessive development of fibrous tissue that occurs after a trauma, presenting itself as a reparative process. Among the main resources used for treatment, there are: Manual Lymphatic Drainage (DLM) and manual massage, kinesiotherapy, US, therapeutic laser, radiofrequency **Objective:** To search bibliographic references to show benefits of physical therapy in the treatment of Cicatricial Fibrosis in the postoperative period of plastic surgery. **Methodology:** This is a literature review. Articles

(published between 2008 to 2019) researched in the Google Academic, Lilacs and Scielo virtual libraries were used. Results: Eight articles published between 2008 and 2019 were found where all demonstrated the effectiveness of physiotherapy in modulating the inflammatory and scar response, acting in the treatment of cicatricial fibrosis. Conclusion: A thorough evaluation of the tissue by the physiotherapist was perceived to be extremely important in order to choose the most appropriate method for the case, guaranteeing a quick and efficient surgical recovery.

keywords: Scarring Fibrosis. Physiotherapy. Postoperative.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente tem se tornado constante a busca por homens e mulheres para se alcançar um padrão de beleza estabelecido pela mídia, referente ao corpo magro e belo, as mulheres principalmente, submetem-se a sacrifícios exaustivos buscando este corpo considerado perfeito. Com isso, a fisioterapia dermato-funcional vem desempenhando um importante papel, auxiliando nessa busca pelo corpo desejado, elevando cada dia mais a sua aplicabilidade (GUIMARÃES, 2015).

Entre as principais complicações pós-cirúrgicas mais frequentes encontram-se os hematomas, infecções na cicatriz cirúrgica, seromas, alterações cicatriciais, deiscência, necrose cutânea e gordurosa, queloides, assimetrias, retrações, cicatriz, dormência ou formigamento, sangramentos, entre outras (MACEDO, 201).

A atuação da fisioterapia dermato funcional no pós-cirúrgico permite a redução de possíveis complicações e recuperação de regiões com hipoestésias, diminuindo edemas e aderências teciduais, acarretando melhorias na textura da pele evitando a formação de fibrose subcutânea. A formação da fibrose se dá pelo aumento do tecido fibroso intersticial, sendo a pouca elasticidade sua principal característica, isso acaba gerando outras complicações (SANTOS, 2013).

A fibrose é uma das principais complicações que acontece no pós-operatório, essa formação ou o desenvolvimento excessivo de tecido fibroso acontece como processo reparativo ou reativo depois de um possível trauma tecidual. Há uma reação do tecido com inflamação, remodelagem e proliferação que acontece como resposta da agressão e à medida que o processo cicatricial vai evoluindo, o tecido de granulação vai se transformando em um tecido menos vascular e mais fibroso até que se torna, um tecido fibroso denso e posterior fibrose (MACEDO, 2014). As fibroses e aderências são características bem comuns presentes

em pós-operatórios de várias cirurgias. São consideradas “normais” durante certo período de reparo pelo fato de fazerem parte do processo cicatrização, porém, não devem de forma alguma, ser consideradas parte do resultado final da cirurgia. O tratamento fisioterapêutico planejado após o processo cirúrgico é amplamente variável e é aplicado depois de uma avaliação rigorosa. Dentre os recursos usados conforme os protocolos, destacam-se a drenagem linfática manual (DLM) e massagem manual, cinesioterapia, US, LASER terapêutico, estimulação elétrica nervosa transcutânea (TENS), radiofrequência, evacuoterapia, crioterapia, fototerapia e termoterapia. Exercícios ativos também são fundamentais no processo de recuperação etc. (OLIVEIRA, 2011).

Com isso, atualmente a fisioterapia dermatofuncional tem sido imprescindível no segmento da atenção ao paciente submetido à cirurgias plásticas, não somente em virtude da técnica de drenagem linfática manual, mas também por seus inúmeros recursos terapêuticos, como: o ultrassom, vacuoterapia, entre outros recursos, os quais objetivam a preparação dos tecidos para a realização do procedimento cirúrgico, assim como conseguem acelerar o processo de recuperação pós-operatória, prevenindo e controlando algumas complicações consideradas mais comuns (HECKER, 2011).

Pelo fato da fisioterapia dermatofuncional ter um papel de extrema importância no tratamento pós cirúrgicos, o objetivo do presente estudo é descrever a atuação e os recursos do fisioterapeuta dermatofuncional no tratamento de fibrose cicatricial em pós-operatório de cirurgia estética.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os procedimentos fisioterápicos da pós cirurgia plástica estética irá variar de acordo com as características específicas de cada procedimento cirúrgico, dessa forma, é de extrema importância o conhecimento sobre as técnicas aplicadas para planejar as condutas obedecendo as especificidades de cada paciente (GUIMARÃES, 2015).

A fisioterapia dermatofuncional desenvolve um papel de extrema importância quanto a prevenção e tratamento de respostas provenientes de processos cirúrgicos, reduzindo o tempo pós-operatório (PO), restaurando a funcionalidade, tornando melhor o resultado do procedimento e reintegrando o indivíduo as suas atividades. No pós-operatório de cirurgia

plástica, a fisioterapia é fundamental para propiciar meios de recuperação rápida e adequada, sendo o reconhecimento das alterações funcionais apresentadas pelo paciente, o primeiro passo a ser investigado (MACEDO, 2014).

A fisioterapia PO poderá objetiva prevenir a formação das aderências, principal fator agravante no PO, tais aderências dificultam o fluxo normal de sangue e linfa, elevando o quadro edematoso, dificultando e retardando a recuperação do paciente. Além do mais, no pós-cirurgia o tratamento fisioterapêutico possibilita, melhorias significativas na textura da pele, diminuição do edema, elimina nodulações fibróticas no tecido subcutâneo auxiliando no processo de cicatrização (GUIMARÃES, 2015).

Há diversos recursos fisioterapêuticos que podem ser utilizados no tratamento da fibrose cicatricial no pós-operatório de cirurgia estética. Entre os métodos mais usados estão: os recursos manuais (DLM e massagem manual), cinesioterapia, ultrassom terapêutico, radiofrequência, endermoterapia, crioterapia, fototerapia e a termoterapia (MACEDO, 2014).

Preconiza-se que a técnica de drenagem linfática manual deve ser iniciada logo no primeiro dia do pós-operatório com o emprego de manobras de captação e evacuação nas redes ganglionares e vias linfáticas, devendo ser executada somente em áreas mais distantes da zona edematosa estimulando as anastomoses linfáticas. Tais manobras devem ser suaves, lentas e coordenadas, em velocidade que acompanhe os linfangions e direção da circulação linfática. A drenagem linfática é um recurso que trata das consequências causadas por alterações vasculares características da fase inicial (edema) (OLIVEIRA, 2011).

A drenagem linfática manual tem a função de atuar diretamente no deslocamento de proteínas extravasadas em prol de sua absorção. Desta forma consegue equilibrar as pressões hidrostáticas e tissulares, reduzindo o edema. Este procedimento pode ser iniciado depois de 48 horas de ocorrido a cirurgia. Assim, com a redução da secreção de cortisol liberada durante o processo inflamatório, conseqüentemente o edema será definitivamente reduzido também. A drenagem linfática manual trata-se de uma técnica não-deslizante que deve ser executada na direção do fluxo linfático, aplicando-se golpes rítmicos e curtos, com pressão mínima ou suave, está ação irá deformar o tecido subcutâneo de forma que não envolva o músculo (SANTOS, 2013). O uso do ultrassom de 3MHz no pós-operatório imediato está diretamente relacionado ao processo de cicatrização. O principal objetivo da utilização precoce deste método é promover melhorias na circulação sanguínea e na linfática, de modo a alcançar uma

melhor nutrição celular. Nesta fase, a redução da dor também é requerida. O ultrassom no pós-cirúrgico plástica tem a capacidade de promover a aceleração da cicatrização, atingir força tênsil normal e até mesmo prevenir cicatrizes hipertróficas e queloides. Dessa forma, o ultrassom proporciona uma significativa elevação na quantidade de fibroblastos, proporcionando um arranjo ideal para contração da ferida (PRAVATTO, 2007).

A endermoterapia trata-se de uma técnica de aspiração capaz de atuar a nível hipodérmico. Nesta técnica é executada uma massagem traumática à pressão negativa. No pré-operatório, antes do procedimento cirúrgico a aplicação desta, ajuda a amenizar a capa fibrosa da hipoderme, isso irá facilitar a passagem da cânula em técnicas como a fase lipossucção e lipoescultura. Em estudos realizados em que a endermoterapia foi aplicada na etapa de remodelagem para os pacientes que apresentaram fibrose, a probabilidade de redução da fibrose por esta prática, é bastante evidente em cicatrizes mais recentes, podendo ser observado em lesões mais antigas, tornando possível o seu remodelamento. Na fase inicial do tratamento, a endermologia, deve ser evitada por conta do risco de impedir a aderência da pele, isso pode acarretar flacidez, rompimento de capilares e possíveis hematomas caso não seja bem manuseada (SANT'ANA, 2007).

A radiofrequência, é um método bem recente que está sendo usado nos protocolos de pós-operatório das cirurgias plásticas. A conversão da energia eletromagnética em efeito térmico é a principal base terapêutica desta modalidade. Este tipo de calor consegue atingir tecidos a vários centímetros de profundidade, tendo uma intensidade e ação maior nas camadas internas da pele, proporcionando contração das fibras de colágeno existentes, fazendo com que estas fiquem ainda mais eficientes quanto a sustentação da pele. A radiofrequência utiliza um aparelho de frequência elevadíssima que com corrente alternada a mais de 3.000 Hz provoca diatermia, ou seja, aquecimento por calor profundo. É um tratamento não invasivo que acarreta melhorias na circulação de nutrientes, aumenta a oxigenação, hidrata os tecidos, lipólise e também tem a capacidade de reorganizar as fibras de colágeno. É extremamente importante salientar que, pacientes portadores de desfibriladores, marca-passo ou qualquer tipo de implante metálico e neoplasias tem contraindicação para serem submetidos a este tratamento (MAYER, 2010). A Liberação Tecidual Funcional (LTF) é a aplicação de tensões mecânicas no tecido em fase de cicatrização esta prática organiza os feixes de colágeno mais naturalmente, com mais elasticidade do que quando não aplica

tensão. Este é o método mais eficaz e rápido de tratamento característico para fibroses e aderências em cirurgia plástica. Como o colágeno se deposita aleatoriamente, a manipulação deverá ser executada em todos os sentidos, para que os feixes de colágeno sejam totalmente reorganizados. Evidencia-se que a intensidade do estiramento será relativa à resistência ofertada pelo tecido, sua utilização ideal, como forma preventiva, é a partir do 3º ao 5º dia pós-operatório, aplicado de 2 a 3 vezes por semana, durante a período de reparo (aproximadamente 30 a 40 dias), podendo ser associada ou não aos outros recursos de fisioterapia disponíveis (MACEDO, 2014).

A cinesioterapia também é um eficaz método de tratamento para fibroses, a execução correta e uso consciente da cinesioterapia após a cirurgia plástica é bastante útil na prevenção e no tratamento das aderências e fibroses. Assim que o paciente tiver alta hospitalar deve iniciar o exercício observando e tendo sempre cuidado com as cicatrizes. Depois de 30 dias do pós-operatório, pode-se dar início as técnicas de manipulação profunda do tecido conjuntivo e descolamento de fáscia, em prol de evitar ou minimizar saliências ou depressões no tegumento cutâneo. Tais alterações podem desencadear-se na presença de nódulos gordurosos, nódulos subcutâneos, aderências faciais ou fibroses (HECKER, 2011).

2 METODOLOGIA

Este é um estudo de revisão de literatura que aborda a intervenção da fisioterapia no tratamento de fibrose cicatricial no pós-operatório de cirurgia estética. A coleta de dados foi realizada nas bases de dados eletrônicas: Bireme, Google Acadêmico, Lilacs e SciELO, como estratégias de buscas foram utilizados os seguintes descritores “Fibrose Cicatricial, Fisioterapia, Pós-operatório” como palavras-chaves. Foram selecionados 08 artigos relacionados a cirurgias plásticas, publicados no período de 2008 a 2019 no idioma português, destes, após análise 3 foram excluídos por não se encaixarem no critério de inclusão. O critério de inclusão abrangia os artigos que abordaram o tratamento para Fibrose Cicatricial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a fisioterapia dermatofuncional tem um papel de extrema importância no pós-operatório de cirurgias plásticas, sendo composta por diferentes técnicas e métodos de tratamento para obter-se resultados positivos antes, durante e após o processo cirúrgico. Com isso, diferentes recursos da fisioterapia têm eficácia quanto a modulação da resposta inflamatória e cicatricial, podendo atuar também como prevenção de fibroses cicatriciais e tratando-as, reduzindo o tempo pós-operatório, restaurando a funcionalidade, acarretando consideráveis melhoras no resultado do procedimento e permitindo a reintegração do paciente às suas atividades.

Entretanto, é extremamente importante que o profissional fisioterapeuta realize uma prévia e minuciosa avaliação do tecido com a finalidade de se eleger o método mais propício para cada paciente de maneira específica, considerando o caso, para que assim possa garantir uma recuperação cirúrgica eficiente, rápida e funcional. Há também a necessidade de mais estudos referentes ao tema, visto que a área de dermatofuncional ainda é carente em publicações.

REFERÊNCIAS

GUIMARRÃES, L. A. Mamoplastia redutora com utilização de implantes de mamas. **Revista Brasileira de Cirurgia Plástica**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 544-551, 2015.

HECKER, C. D. Análise dos efeitos da cinesioterapia e da hidrocinesioterapia sobre a qualidade de vida de pacientes com fibromialgia – um ensaio clínico randomizado. **Fisioter. Mov.**, Curitiba, v. 24, n. 1, p. 57-64, jan. 2011.

MACEDO, A. C. B. A atuação da fisioterapia no pré e pós-operatório de cirurgia plástica corporal: uma revisão de literatura. **Cadernos da Escola de Saúde**, Curitiba, n. 05, p. 169-189, 2014.

MEYER, P. F. Radiofrequência. *In*: BORGES, F. S. **Fisioterapia Dermato-Funcional: Modalidades Terapêuticas nas Disfunções Estéticas**. São Paulo: Phorte, 2010 Cap. 25, p.601-620.

OLIVEIRA, S. M. A Atuação da Fisioterapia no pré e pós-operatório de Cirurgia Plástica Corporal. **Cadernos da Escola de Saúde. Curitiba**, v. 1, n. 5, 2011.

PRAVATTO, M. **Efeitos do ultra-som terapêutico 3MHz associado à endermoterapia no tratamento do fibro edema gelóide e da gordura localizada.** Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2007. Disponível em: <http://docplayer.com.br/4927465-Mariana-pravatto-efeitos-do-ultra-som-terapeutico-3mhz-associado-a-endermoterapia-no-tratamento-do-fibro-edema-geloide-e-da-gordura-localizada.html>. Acesso em 23 mar 2021.

SANT'ANA, E. M. C. **Fibro edema gelóide (celulite): fisiopatologia e tratamento com edermologia.** Fisioterapia Especialidade. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 33-34, out. dez., 2007.

SANTOS, L. P. Recursos fisioterapêuticos utilizados no pós-operatório de abdominoplastia. **Revista Amazônia.** v. 01, n. 02, p. 44-55, 2013.

ASPECTOS GERAIS,
TÉCNICAS DE
APLICAÇÃO E
EFEITOS
COLATERAIS DO
USO DO ÁCIDO
HIALURÔNICO NA
BIOMEDICINA
ESTÉTICA

GENERAL
ASPECTS,
APPLICATION
TECHNIQUES AND
SIDE EFFECTS OF
THE USE OF
HYALURONIC ACID
IN AESTHETIC
BIOMEDICINE

SOUZA, Wanessa De Oliveira [1]

[1] Mestranda em ciências da saúde, graduanda em biomedicina pela Faculdade Joaquim Nabuco (UNINABUCO), graduada em Estética pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), Pós graduada em estética avançada e educação a distância pela Uniasselvi e Pós graduada em acupuntura pela Faculdade da Região Serrana (FARESE).
wanessadeoliveirasouza@gmail.com

RESUMO

Este estudo descreve e analisa os aspectos gerais, técnicas de aplicação e efeitos colaterais do uso do ácido hialurônico na biomedicina estética. Levando em conta que a estética é factualmente um dos segmentos mais poderosos da economia, há uma enorme procura por procedimentos estéticos para amenizar as desordens corporais e faciais. A sociedade contemporânea está cada vez mais preocupada em manter uma aparência jovem e harmoniosa, levando a busca constante por métodos que amenizem ou retardem a expressão desses sinais, permanecendo assim com a aparência da pele jovem por mais tempo. Atualmente, a utilização de preenchedores na estética expandiu consideravelmente. Se tornando ferramenta cada vez, mas usada no auxílio ao rejuvenescimento. Há atualmente numerosos tipos distintos de preenchedores, todavia não há no mercado um preenchedor ideal, puro e sem efeitos adversos. Dentre os preenchedores, o ácido hialurônico (AH) é o que mais se aproxima dessas peculiaridades esperadas, por essa razão é o que tem sido mais utilizado, no entanto salienta-se que ele pode apresentar alguns efeitos adversos. O presente estudo teve como objetivo descrever e analisar os aspectos gerais e técnicas de aplicação do ácido hialurônico na biomedicina estética, expor seus riscos e enumerar as suas possíveis complicações. Para tanto realizou-se uma pesquisa bibliográfica nas principais bases de dados, a biblioteca virtual em saúde (bvs); scientific electronic library online (scielo), Google acadêmico e lilacs. Concluindo então que o AH é uma alternativa eficaz e relativamente segura para diversos usos na biomedicina estética.

Palavras-chave: Preenchedores. Envelhecimento Facial. Ácido Hialurônico. Biomedicina estetica.

ABSTRACT

This study describes and analyzes the general aspects, application techniques and side effects of the use of hyaluronic acid in aesthetic biomedicine. Taking into

account that aesthetics is factually one of the most powerful segments of the economy, there is a huge demand for aesthetic procedures to alleviate body and facial disorders. Contemporary society is increasingly concerned with maintaining a youthful and harmonious appearance, leading to the constant search for methods that soothe or delay the expression of these signs, thus remaining with the appearance of young skin for a longer time. Currently, the use of fillers in aesthetics has expanded considerably. Becoming a tool every time, but used to aid rejuvenation. There are currently many different types of fillers, however there is no ideal, pure filler on the market without adverse effects. Among the fillers, hyaluronic acid (HA) is the closest to these expected peculiarities, for this reason it is the one that has been most used, however it is emphasized that it can have some adverse effects. The present study aimed to describe and analyze the general aspects and techniques of application of hyaluronic acid in aesthetic biomedicine, expose its risks and list its possible complications. To this end, a bibliographic search was carried out in the main databases, the virtual health library (bvs); scientific electronic library online (scielo), academic Google and lilacs. Concluding then that HA is an effective and relatively safe alternative for several uses in aesthetic biomedicine.

Keywords: Fillers. Facial aging. Hyaluronic acid. Aesthetic biomedicine.

1 INTRODUÇÃO

A estética é factualmente um dos segmentos mais poderosos da economia, o Brasil é o terceiro maior consumidor mundial de produtos de beleza e serviços de estética, devido a enorme procura por procedimentos estéticos para amenizar as desordens corporais e faciais. A sociedade contemporânea está cada vez mais preocupada em manter uma aparência jovem e harmoniosa, pois através da aparência da pele é possível observar o avanço da idade, levando a busca por recursos que possam amenizar esses efeitos, fomentando assim o mercado da estética a evoluir seus protocolos, produtos e serviços, devido a essa demanda crescente, há a necessidade de uma constante evolução das terapêuticas disponíveis na estética, impulsionando assim a pesquisa científica na área da biomedicina estética (DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; SANTONI, 2018; FERREIRA; CAPOBIANCO, 2016).

A pele é o órgão do corpo humano com maior extensão, ela forma uma barreira semipermeável que fornece proteção e regulação entre os meios internos e externos do corpo humano, ela determina a aparência, a característica racial e sexual (SANTONI, 2018; PEREIRA; DELAY, 2017). O ácido hialurônico está presente naturalmente na matriz extracelular dos tecidos conectivos, líquido sinovial, líquido intraocular e corpo vítreo do olho, além do tecido epitelial, onde ele forma a matriz fluida elástica e viscosa que circunda as fibras colágenas, elásticas e estruturas intercelulares. Sua concentração na pele reduz com o

passar da idade, resultando em decréscimo da hidratação tornando a derme menos volumosa formando os transtornos que caracterizam o envelhecimento da pele. (DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012).

Com o passar dos anos a pele sofre câmbios nas suas características devido a fatores intrínsecos e extrínsecos, ocasionando uma redução da elasticidade do tecido e da sua camada adiposa, atrofia, perda de colágeno, entre outros, tornando assim os sinais característicos do envelhecimento da pele mais visíveis, surgem então as rugas, linhas de expressão, redução da hidratação e da luminosidade e aumento da flacidez. Por esse motivo os indivíduos estão em busca constante por métodos que amenizem ou retardem a expressão desses sinais, permanecendo assim com a aparência da pele jovem por mais tempo (DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012; SANTONI, 2018).

Atualmente, a utilização de preenchedores na estética expandiu consideravelmente. Se tornando ferramenta cada vez, mas usada no auxílio ao rejuvenescimento. Há atualmente numerosos tipos distintos de preenchedores, classificados em temporários, semipermanentes (permanência mínima de 18 meses no tecido) e permanentes, também são caracterizados de acordo com a sua composição em colágeno, ácido hialurônico, ácido poli lático, polimetilmetacrilato e hidroxiapatita (CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012; SANTONI, 2018). Os preenchedores são indicados para o tratamento de rítdes, reparação de cicatrizes atróficas e pequenas imperfeições cutâneas, além do aperfeiçoamento do contorno facial. É esperado que eles proporcionem excelente resultado estético, tenha extensa duração, sejam estáveis e seguros, com mínimas complicações (CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012).

Todavia não há no mercado um preenchedor ideal, puro e sem efeitos adversos. Dentre os preenchedores, o ácido hialurônico (AH) é o que mais se aproxima dessas peculiaridades esperadas, por essa razão é o que tem sido mais utilizado, no entanto salienta-se que ele pode apresentar alguns efeitos adversos. Ele é um preenchedor reabsorvível temporário da família dos glicosaminoglicanos (GAG), com origem sintética ou animal, é usado para minimizar os danos na pele devido a sua considerável atividade higroscópica, fornecendo preenchimento, volume, sustentação, hidratação e elasticidade da pele retardando assim os sinais de envelhecimento (CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012; SANTONI, 2018; GARBUGIO; FERRARI, 2010; SALLES *et. al.*, 2011). Diante desse cenário e levando em consideração que o ácido hialurônico, atualmente tem diversas aplicações tanto na estética quanto em outras

áreas, espera-se com esse artigo descrever e analisar os aspectos gerais e técnicas de aplicação do ácido hialurônico na biomedicina estética, expor seus riscos e enumerar as suas possíveis complicações, dessa forma, o problema de pesquisa tem como pergunta norteadora: Quais os aspectos gerais, técnicas de aplicação e efeitos colaterais do uso do ácido hialurônico na biomedicina estética? Para responder à pergunta norteadora apresentada no problema de pesquisa, este estudo teve como objetivo descrever as principais características, as técnicas de aplicação do ácido hialurônico na biomedicina estética, descrever seus riscos e enumerar as suas possíveis complicações.

Justifica-se essa pesquisa por considerar fundamental a apropriação da literatura para avançar no conhecimento a respeito das diversas aplicações do ácido hialurônico na biomedicina estética, seus riscos e possíveis efeitos colaterais. Após uma análise da literatura especializada, refletiu-se que, todavia, não há estudos científicos suficientes que relacionem o ácido hialurônico, suas aplicações, riscos e efeitos adversos na área da biomedicina estética, tornando fundamental a realização de pesquisas científicas nessa área.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 SISTEMA TEGUMENTAR HUMANO

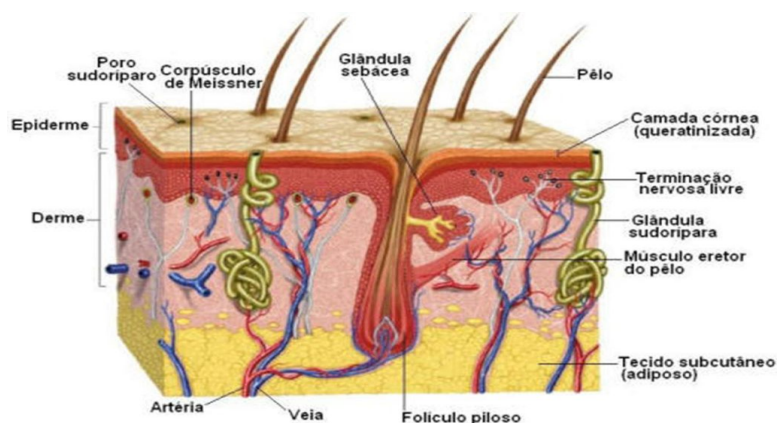
A pele é o maior órgão do corpo humano, dado que, ela reveste toda a extensão corporal, tem cerca de 4,5 Kg, ou seja, 15% do volume corporal humano. Dispõe de estruturas especializadas, flexíveis, resistentes e complexas, sendo encarregada por numerosas atribuições extremamente importantes, tais como a transpiração, percepção, proteção física e imunológica, pigmentação, nutrição, queratogênese, defesa, metabolização, absorção, secreção, excreção e a termorregulação, assim sendo a pele se comporta como isolante térmico, regulando a perda hídrica e de eletrólitos, conservando assim a temperatura corporal (NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; RUIVO, 2014; JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013; MONTANARI, 2016; ESMERALDO, 2014).

A pele age como uma membrana envolvente e isolante, uma barreira física contra agressões externas, reduzindo a penetração de substâncias estranhas, químicas e nocivas,

protegendo contra a ação de microrganismos patogênicos e radiação ultra violeta, além da sua capacidade de regeneração tecidual, um processo complexo que visa a restauração da integridade do tecido lesionado. Os nervos sensoriais e autonômicos são parte estrutural da pele, eles são necessários para detecção do toque, vibração, pressão, temperatura, dor e prurido, suas propriedades biomecânicas agem em resposta à força de deformação (NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; RUIVO, 2014; JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013; MONTANARI, 2016; ESMERALDO, 2014).

Três camadas sobrepostas compõe a pele. A epiderme é a camada a mais superficial, é a principal barreira de defesa, a intermediária é uma camada muito vascularizada denominada derme e a camada mais profunda é a hipoderme, constituída de tecido adiposo. Na figura 1 temos a representação gráfica das estruturas do sistema tegumentar humano. Elas executam suas funções de forma autônoma, experimentando regulação, modelação molecular e celular enquanto desempenharem suas funções. A água compõe cerca de 70% da pele, se distribuindo pelas camadas, sendo a hipoderme a mais hidratada, possui também proteínas, lipídeos, glucídios e sais minerais (NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013; MONTANARI, 2016; ESMERALDO, 2014).

Figura 1- Estruturas do sistema Tegumentar Humano



Fonte: (Oliveira, 2011).

2.1.1 Epiderme, derme e hipoderme

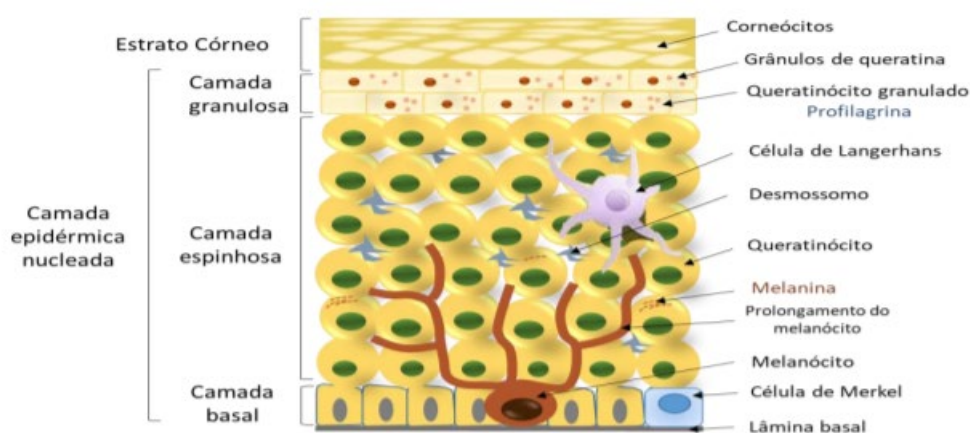
A epiderme é constituída por epitélio pavimentoso estratificado que se renova continuamente. Os capilares da derme superficial adjacente nutrem a epiderme por difusão pois ela é avascular. É composta principalmente de queratinócitos (>90%), essas células mantem a homeostasia e a constante renovação dos folículos pilosos da epiderme, essa diferenciação renova o epitélio ao longo da vida pela queratinização, os queratinócitos se deslocam progressivamente a partir da membrana basal até a superfície da pele, onde descamam, formando ao longo deste trajeto várias camadas distintas, figura 2, são elas: o estrato basal ou germinativo, a camada mais profunda, ligadas a derme pelos hemidesmossomas que estão fixados a membrana basal, esse estrato é constituído de uma única camada de queratinócitos na sua maioria, intercalados por células de Merkel e melanócitos, sendo os melanócitos responsáveis pela produção de melanina que conferem a pigmentação da pele (NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013; MONTANARI, 2016; ESMERALDO, 2014).

O estrato espinhoso ou de Malpighi está localizado sobre o estrato basal e se constitui de 8 a 10 camadas de células, contem desmossomos e célula de Langerhans que participam da função imunitária. O estrato granuloso está constituído por 2 a 5 camadas de células achatadas com estrutura granular devido a presença de grãos de querato-hialina que atuam como barreira e participam da coesão entre as células devido a sua elevada quantidade de lipídios, fosfolipídios e proteínas. Na superfície desse estrato, o núcleo e organelas da célula se desintegram e a célula morre, formando o estrato córneo, a camada mais superficial da epiderme e contém várias camadas de células pavimentosas mortas, unidas por desmossomos, denominadas corneócitos, são queratinócitos mortos, anucleados e queratinizados, elas são ricas em queratina, lipídios e água, formando uma barreira impermeável (NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013; MONTANARI, 2016; ESMERALDO, 2014).

A espessura do estrato córneo pode variar de acordo com a região do corpo, chegando a 1,5 mm nas plantas dos pés e palma das mãos, onde ganha uma camada adicional palmo-plantar, o estrato lucido, essa camada é composta por células mortas, homogêneas e

translúcidas cuja função é de proteção. A renovação celular dura aproximadamente 28 dias, podendo sofrer alterações ocasionada por processos patológicos (NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013; MONTANARI, 2016; ESMERALDO, 2014).

Figura 2- Camadas da epiderme



Fonte: (SOUSA, 2018).

Composta por substância fundamental amorfa, anexos cutâneos córneos e diversas células, dentre elas, temos o fibroblastos, responsável pela síntese de colágeno e elastina, a derme está localizada acima da hipoderme e abaixo da epiderme, unida a epiderme pela junção dermoepidêmica, uma estrutura composta por fibroblastos, esses formam o colágeno e a elastina que oferecem resistência contra forças externas que causam deformação, servindo como barreira impermeável, e realizando a sinalização para crescimento e regeneração tecidual. A derme possui espessura variável e grande resistência contra agressões mecânicas, nela se encontram estruturas vasculares e nervosas, glândulas sebáceas e sudoríparas e folículos pilosos. Abaixo da derme, há também, a hipoderme, formado por tecidos fibrosos, elásticos e gordurosos (NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013; MONTANARI, 2016; ESMERALDO, 2014).

A derme se segmenta em derme superficial ou papilar, localizada na junção dermoepidêmica, é muito vascularizada, rica em fibras e terminações nervosas, viabilizando os trocas metabólicos com a camada germinativa, possui várias células e finos feixes

fibrilares; já a derme profunda ou reticular, está localizada na parte inferior da derme, ela é composta por feixes calibrosos de colágeno, e finalmente a derme adventícia, constituída por finos feixes de colágeno, distribuída entre os anexos e vasos. A hipoderme é a camada mais profunda da pele localizada abaixo da derme reticular, ela se relacionando em sua porção superior com a derme profunda, constituindo-se a junção dermo-hipodérmica (NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013; MONTANARI, 2016; ESMERALDO, 2014).

A hipoderme possui espessura variável e está formada exclusivamente de adipócitos, colágeno e vasos sanguíneos, esses com maior calibre que os da derme, ela se comporta como uma tela subcutânea, tecido subcutâneo ou fáscia superficial. Ela funciona como um reservatório de energia que se denomina tecido adiposo, um isolante térmico que além de amortecer a pele permitir sua mobilidade sobre os tecidos adjacentes. A distribuição do tecido adiposo não é uniforme em todas as regiões do corpo, algumas regiões podem não acumular gordura, como as pálpebras, a cicatriz umbilical, a região do esterno, o pênis, e as dobras articulares. Em outras regiões em contra partida, há maior acúmulo de tecido adiposo: a porção proximal dos membros e as porções laterais da parede abdominal (NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013; MONTANARI, 2016; ESMERALDO, 2014).

O colágeno é a proteína mais abundante e funcional presente no corpo humano, ela constitui o arcabouço extracelular em todos os seres vivos, oferece resistência e integridade estrutural a vários órgãos e tecidos, atua também no processo de cicatrização e/ou regeneração tecidual além de auxiliar na hidratação da pele. Há dezenove classes distintas de colágeno, distribuídas entre tipos I a XIX. O tipo I é o mais abundante no corpo humano, ele é o mais importante para a elasticidade do tecido, enquanto o tipo IV, integra a junção dermoepidérmica e membrana basal. O colágeno representa 30% da derme total e 75% deste, é formado pelo colágeno tipo I e tipo III (NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; RUIVO, 2014; JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013; MONTANARI, 2016; ESMERALDO, 2014).

A elastina é uma proteína fibrosa com resistência elástica que permite que a pele recupere sua forma original após ser tracionada. Essas fibras são finas na derme papilar, permitindo que haja ramificações verticais em relação à epiderme, e grossas com orientação

horizontalizada na derme reticular. Elasticidade é a capacidade da pele em retornar ao seu estado inicial, após cessarem as forças que provocam essa extensão. Esta capacidade depende da atividade das fibras elásticas e colágenas, e do estado de hidratação da substância fundamental, determinando a importância da manutenção do conteúdo hídrico da pele (NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; RUIVO, 2014; JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2013; MONTANARI, 2016; ESMERALDO, 2014). Considerando que a pele é o receptor de diversas substâncias de atuação cosmética, considera-se fundamental o conhecimento das suas estruturas e da sua fisiologia, do mesmo modo é imprescindível o aprendizado das nuances do envelhecimento cutâneo (DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018; RUIVO, 2014; SANTONI, 2018).

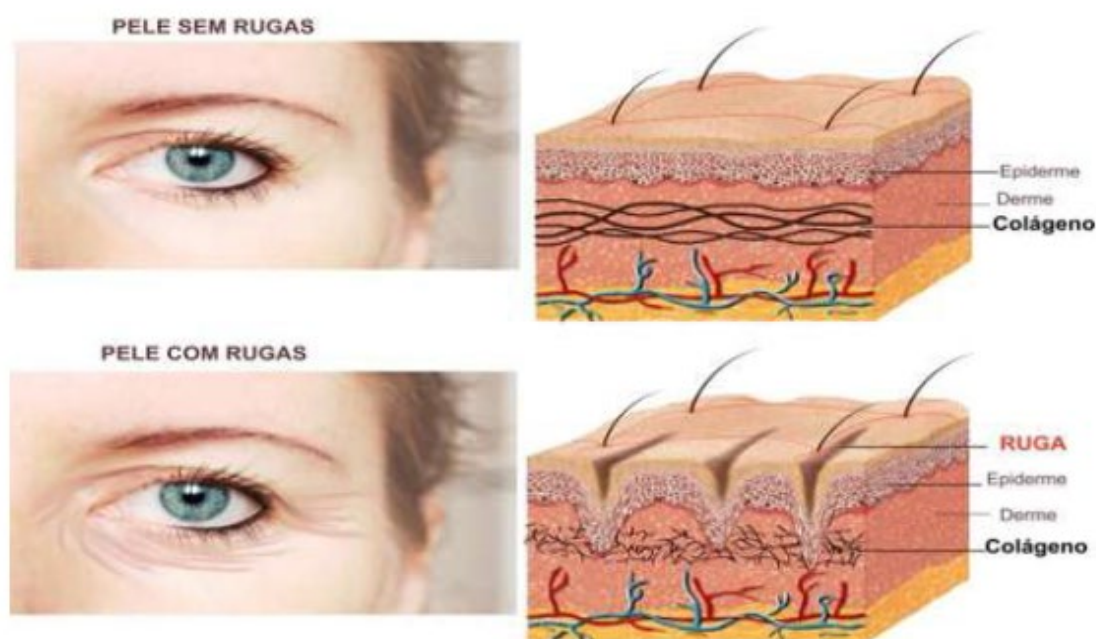
1.1.2 Envelhecimento cutâneo

O envelhecimento é um processo complexo e multifatorial, são alterações morfológicas, fisiológicas, bioquímicas, estéticas e funcionais, acarretando decréscimo das funções biológicas do corpo humano, resultando em alterações visíveis na aparência da pele ao longo do tempo, devido a degradação dos seus componentes estruturais, variação da textura e da cor, caracterizando assim envelhecimento visível da pele, nota-se o aparecimento de rugas, flacidez, manchas, diminuição da capacidade de regeneração dos tecidos, perda do tônus, da hidratação, do viço, aumento da fragilidade capilar e da aspereza da pele, figura 3. O envelhecimento está classificado em intrínseco ou cronológico, este é previsível, progressivo e inevitável, a pele cronologicamente envelhecida apresenta, palidez, ressecamento, rugas finas, flacidez, redução do tecido adiposo, alopecia e tumores cutâneos benignos (SANTONI, 2018; HOORENS; ONGENAE, 2012; SALLES, *et. al.*, 2011; DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018).

Já o envelhecimento extrínseco ou foto envelhecimento é oriundo e cumulativo de fatores como a exposição crônica a radiações ultravioletas (UV), poluição, radiação infravermelha, sedentarismo, má alimentação, estresse, consumo de álcool e tabaco. A pele foto envelhecida apresenta rugas, sardas, lentigos, telangiectasias, ritides superficiais e profundas, tumores cutâneos benignos, neoplasias malignas hiperpigmentação, hipopigmentação, sendo a hipomelanose gutata a mais comum (SANTONI, 2018;

HOORENS; ONGENAE, 2012; SALLES *et. al.*, 2011). As ritides estão classificadas em dinâmicas, que surgem devido a mimica facial e movimentos repetitivos, as estáticas são oriundas da fadiga de estruturas da pele, e as gravitacionais estão relacionadas com a flacidez e ptose tissular (SANTONI, 2018; HOORENS; ONGENAE, 2012; SALLES *et. al.*, 2011).

Figura 3 – Pele jovem versus pele envelhecida



Fonte: DA ROCHA BRITO; FERREIRA, 2018

Aproximadamente 80% do envelhecimento facial está relacionado ao foto envelhecimento, cujos principais vilões são os radicais livres, estes são moléculas de oxigênio instável que surgem devido ao estresse oxidativo ocasionado pela presença de diversos fatores, tais como, estresse, radiação solar, pesticidas, a fumaça do cigarro e a poluição. O acúmulo de radicais livres gera alterações nos componentes do tecido conectivo, dos quais se pode citar, o aumento da atividade proliferativa dos fibroblastos, redução e desorganização das fibras de colágeno e elastina e a diminuição do ácido hialurônico na pele (SANTONI, 2018; HOORENS; ONGENAE, 2012; SALLES *et. al.*, 2011; GARBUGIO; FERRARI, 2010). Alguns autores mencionam que independente das causas do envelhecimento cutâneo há algumas características que devem ser consideradas, observe a tabela abaixo:

Tabela 1- Localização das peculiaridades do envelhecimento cutâneo

Autor	Localização	Características
-SANTONI (2018) -HOORENS; ONGENAE, (2012) -SALLES <i>et. al.</i> , (2011)	Epiderme	-Achatamento da junção dermoepidermica. -Redução do número de melanócitos de 8 a 20% por década, a partir dos 30 anos, o que pode resultar em hipocromias. -Ativação dos melanócitos em alguns casos ocasionando hiperpigmentações. - Diminuição de lipídeos intercelulares tais como: cerâmicas, colesterol e ácidos graxos, fundamentais funcionalmente na barreira cutânea, essa diminuição torna a pele susceptível a perda transepidermal de água, ocasionando descamações, fissuras e ressecamento.
-SANTONI (2018)	Derme	- Achatamento das papilas dérmicas. -Comprometimento da nutrição celular. -Redução do número de fibroblastos. -Decréscimo de 1% ao ano na produção de colágeno e elastina. -Regressão da vascularização. -Redução das glicosaminoglicanos (AH).
-SANTONI (2018)	Tecido subcutâneo	-Redução do tecido adiposo na face, dorso das mãos e região tibial anterior. -Acúmulo de tecido adiposo na região abdominal.

Fonte: Desenvolvido pela autora

Corroborando com as ideias dos autores, destaco que diversos são os sinais visíveis do envelhecimento cutâneo, dentre eles os principais são: pele espessa e amarelada, aparecimento progressivo de rugas e sulcos superficiais e profundos e manchas pigmentadas. Levando em conta o exposto, indica-se alguns cuidados básicos para amenizar e retardar os sinais do envelhecimento, são eles, hábitos saudáveis de alimentação, ingestão de água e cosméticos, cita-se os preenchedores, como principal coadjuvante no tratamento dos sinais de envelhecimento, com ênfase no AH.

2.2 PREENCHEDORES FACIAIS

O preenchimento é um procedimento estético para o rejuvenescimento da pele, injetável, moderno, porém não cirúrgico, indicado na terapêutica de sulcos, rugas estáticas, cicatrizes atróficas e para aprimorar o contorno facial, pode ser usado também para ampliar o volume dos lábios e corrigir deformações nasais. Atualmente amplamente utilizados na terapêutica do rejuvenescimento, pois seus resultados são percebidos desde a primeira

aplicação, além da vantagem de não ser um método invasivo, ou seja, não é necessário internação hospitalar ou anestesia geral. (NERI *et. al.*, 2013; TAMURA, 2013; GUTMANN; DUTRA, 2018). Os preenchedores são utilizados levando em consideração a finalidade da aplicação, ele atinge desde a derme superficial, passa pela derme profunda e chega até o tecido subcutâneo, geralmente se usa anestesia local ou tópica. Para o preenchimento labial se usa a anestesia de bloqueio do nervo infraorbitário, aplicando anestesia na região do canino, além disso, deve-se realizar a anestesia do freio labial e das comissuras, utilizando técnica anestésica infiltrativa, similar a anestesia odontológica. A aplicação dos preenchedores pode ser feita em clínicas e consultórios. Dentre os diversos preenchedores faciais, um dos mais usados é o ácido hialurônico, devido a sua praticidade de aplicação, boa margem de segurança e excelente compatibilidade (NERI *et. al.*, 2013; TAMURA, 2013; GUTMANN; DUTRA, 2018).

2.2.1 Ácido Hialurônico (AH)

Os primeiros estudos a respeito do AH iniciaram em 1934, no laboratório de bioquímica oftalmológica da universidade da Columbia, Karl Meyer e John Palmer, isolaram o AH do humor vítreo bovino, na década de 40, Meyer e colaboradores isolaram o AH presente na pele, articulações, cordão umbilical e crista de galo. No ano de 1937, Kendall, Heidelberger e Dawson constataram que o polissacarídeo da cápsula do bactérias *Streptococcus* do grupo A hemolítica e o AH possuíam grande semelhança, iniciando assim as pesquisas a respeito do AH de origem microbiana. Em 1950, Meyer e sua equipe averiguaram a morfologia do AH e expuseram as suas propriedades. Trata-se de um polissacarídeo linear de alta massa molar, formado por unidades dissacarídicas polianiônicas de ácido D-glucurônico (GlcUA) e Nacetilglicosamina (GlcNAc) ligados (SANTONI, 2018; PAN *et. al.*, 2013; GARBUGIO; FERRARI, 2010)

O termo Ácido Hialurônico deriva do grego com a palavra hialoide que significa vítreo, é a descrição precisa da aparência do AH, pois hialoide significa transparente relativo ao vidro. O ácido urônico, um monossacarídeo que o compõe, também é inspiração do termo AH. O ácido hialurônico é da família das glicosaminoglicano não sulfatadas, é uma molécula que já está presente no corpo humano, sendo responsável por atrair e reter água ao seu redor,

possibilitando assim mais viço, firmeza e textura a pele. Algumas de suas peculiaridades, distinguem o ácido hialurônico de outros preenchedores, são elas, o tamanho da sua partícula, sua maior viscoelasticidade, a diferença no comprimento de cadeia dos polímeros e o tipo e densidade de *crosslinker*, para assim obter uma melhor acomodação do produto na pele, sem riscos de migração para outros locais (GUTMANN; DUTRA, 2018; REQUENA *et. al.*, 2011; CROSSO; ALVES; ALESSI, 2012; SANTONI, 2018).

A quantidade total de AH no organismo está estimada em 12 gramas, estando na pele a maior parte, cerca de 7g, é ele que fornece o volume, a sustentação, hidratação e elasticidade a pele e sua menor concentração está no sangue. O ácido hialurônico é uma das moléculas mais higroscópicas conhecidas até o momento, pois dispõe da capacidade de se ligar a água em até 1000 vezes o seu volume. Levando esse fato em consideração entende-se que o AH é extremamente relevante para a pele, devido a sua capacidade hidratante e preenchedora, contribuindo para manter e recuperar a elasticidade da pele (SANTONI, 2018)

Por causa da sua consistência gelatinosa e espessa e seu alto grau de hidratação, o AH, age como preenchedor de lacunas na derme, absorvendo choques e fornecendo estabilização, além de contribuir com as propriedades elásticas para formar a rede de estruturas helicoidais. Devido as suas propriedades biológicas de lubrificação, viscoelasticidade, retenção de líquido, biocompatibilidade e sua biodegradabilidade, o AH é retratado na literatura como hidratante potente e restaurador da pele da face, sendo seu potencial de hidratação maior do que outros polissacarídeos, ele influencia na proliferação celular, na diferenciação e no reparo dos tecidos, gerando alterações na disponibilidade e na síntese do AH (SANTONI, 2018).

Ao ressarcir o AH nas camadas profundas do tegumento, é possível restaurar o equilíbrio hídrico, ocorre a filtração, regulação e a distribuição de proteínas nos tecidos e um ambiente físico onde as células se movimentam se forma, cooperando para melhora na estrutura e elasticidade da pele, suavizando as rugas e as linhas de expressão, realçando e restaurando o volume facial, criando volume labial e proporcionando o rejuvenescimento facial. Os fornecedores comercializam o ácido hialurônico em seringa agulhada na forma de gel incolor denso, não particulado, e pode ser acondicionado em temperatura ambiente, como pode ser visto na figura 4. Não há a necessidade de um teste cutâneo antes da aplicação. Por ser um preenchedor não permanente, o AH, dura em média 6 meses, por esse motivo para prolongar a duração do AH é feita a estabilização pela técnica de *crosslinking*, nesta técnica

as moléculas que se ligam ao AH produzem macromoléculas mais estáveis porem com a mesma biocompatibilidade, sendo necessário realizar o cálculo do nível ideal de *crosslinking*, pois quanto maior o nível de crosslinking menor será a propriedade hidrofílica do AH, portanto sua eficácia será reduzida (GUTMANN; DUTRA, 2018; GUTOWSKI, 2016; SANTONI, 2018).

Figura 4- Seringa com agulha 40G contendo ácido hialurônico



Fonte: GUTMANN; DUTRA, 2018

O AH industrial é comercializado sob a forma de gel espesso, não particulado, incolor, em seringa agulhada e pode ser armazenado e conservado em temperatura ambiente, contudo sem congelar. É importante, entretanto, evitar a exposição dos produtos hialurônicos ao calor, pois pode estimular a formação de monômeros, potencialmente contribuindo para a inflamação (PAN *et. al.*, 2013; REQUENA *et. al.*, 2011; OLIVEIRA, 2021).

2.2.1.1 Técnica, locais e produtos para a aplicação do AH

O ácido hialurônico na forma de gel injetável é o mais utilizado em abordagens estéticas e configuram os melhores resultados, é geralmente utilizado para o tratamento de rugas, correção do contorno facial e reposição do volume facial, com o preenchimento de sulcos nasojungais (olheiras), de sulcos nasogenianos (“bigode chins”), na região periocular (“pés de galinha”), aumento do volume labial, linha de marionete, região malar, mandibular, mento, pescoço e mãos, cicatriz, sendo usado também na rinomodelação. A quantidade de AH a ser injetado para uma boa correção depende da profundidade dos sulcos, das rugas e também da viscosidade do ácido utilizado. São várias as opções no mercado, e a escolha do AH deve considerar aspectos como: compatibilidade biológica, segurança, estabilidade no local de aplicação, ser de baixo risco de alergia, não desenvolver reação inflamatória, não ser carcinogênico, não ser removido por fagocitose, ser de fácil aplicação, resultar em aparência natural, baixa imunogenicidade, o tempo de reabsorção, a forma de obtenção do produto e o

custo para o paciente. Estas são as características esperadas pelos preenchedores dérmicos, todas elas atendidas pelo AH, o que o torna um produto aceito em todo o mundo para o preenchimento cutâneo temporário, figura 5 (GUTMANN; DUTRA, 2018; GUTOWSKI, 2016; SANTONI, 2018; OLIVEIRA, 2021).

Figura 5- Aplicação do Ácido Hialurônico



Fonte: (OLIVEIRA, 2021).

Dentre os AH disponíveis no mercado, podemos citar o Hylaform® (Genzyme Corporation, USA) de origem animal, obtido da crista do galo, sua concentração é de 5,5 mg/ml de AH, já o Restylane® e o o Perlane® (Galderma) não possuem origem animal, e são produzidos pela fermentação bacteriana de Streptococcus, com concentração de 20 mg/ml de AH, o Juvéderm® (Allergan Industrie SAS, França) e o Surgiderm® , tem origem não animal, são produzidos pela fermentação bacteriana de Streptococcus e suas concentrações são de 18m mg/ml a 24 mg/ml de AH, Belotero® (Anteis AS, Suíça) tem origem não animal e concentração de 20 mg/ml a 26 mg/ml de AH, por fim o Redexis® (Prolenium Medical Technologies, Canada) tem origem não animal, é produzido por fermentação bacteriana de Streptococcus, com concentração de 17 mg/ml e 25 mg/ml de AH, entre outros (GUTMANN; DUTRA, 2018; GUTOWSKI, 2016; SANTONI, 2018; OLIVEIRA, 2021).

Antes de se submeter ao procedimento, o paciente deve passar por uma avaliação para saber não só sobre suas expectativas e possíveis resultados, mas também para checar o histórico de saúde, verificando possíveis contraindicações, deve-se investigar o histórico do paciente em relação a distúrbios hemorrágicos, herpes, doenças autoimunes, gravidez, alergias, tendência à formação de queloides e uso de medicamentos, como anticoagulantes, deve se definir o tipo de preenchedor mais adequado para as necessidades específicas do

paciente, a técnica que será utilizada e quais serão os custos do procedimento, também, deve ser realizada documentação fotográfica para registrar a aparência dos pacientes antes do procedimento, assim como para permitir melhor análise das áreas críticas específicas, eventuais assimetrias e comparação com o resultado final (GUTMANN; DUTRA, 2018; GUTOWSKI, 2016; SANTONI, 2018; OLIVEIRA, 2021).

A aplicação é feita na derme superficial, média e profunda. A profundidade de aplicação dependerá da viscosidade do produto, sendo que quanto mais fluido for o produto, mais superficial deverá ser sua aplicação, com isso, quanto mais superficial a aplicação, maior o risco de visibilidade. Em consequência disso, vários produtos de AH passaram a ser usados em diferentes partes do rosto, devido à diferença de tempo de permanência, persistência, injeção e necessidade de anestesia local. Para permitir maior conforto aos pacientes, é preciso um pré-tratamento com formulações tópicas de anestésico durante 30 minutos antes do procedimento. Imediatamente antes, é realizada assepsia com clorexidine alcoólico a 4%. Algumas marcas de AH possuem em sua formulação um anestésico, a lidocaína, sendo assim desnecessário o uso tópico de anestésico (GUTMANN; DUTRA, 2018; GUTOWSKI, 2016; SANTONI, 2018; OLIVEIRA, 2021).

A técnica de aplicação mais utilizada é a retro injeção ou injeção retrógrada, onde se introduz todo o comprimento da agulha na área a ser tratada, injetando-se o material no movimento de retirar a agulha, técnica comumente usada na linha da glabella, sulcos nasolabiais, lábios e sulco lacrimal, dentre outros. A técnica em leque é similar a técnica retrógrada, pois logo que a agulha é completamente retirada da pele, ela é reinserida em outra direção, e o produto é novamente injetado em uma via retrógrada. Esse processo é repetido inúmeras vezes em direções diferentes até a correção adequada ser alcançada. Essa abordagem é particularmente útil no aumento malar, mas é também usada na correção do sulco nasolabial. Na técnica de linhas cruzadas (rede ou malha) são realizadas injeções paralelas entre si, posteriormente injeções cruzadas perpendicularmente com as linhas paralelas iniciais, propondo o preenchimento de grandes áreas ou para a restauração de volume, sendo usada também para linhas de marionete e aumento de bochecha (GUTMANN; DUTRA, 2018; GUTOWSKI, 2016; SANTONI, 2018; OLIVEIRA, 2021). Na técnica pontual seriada a aplicação é feita ponto a ponto, sendo realizada em pontos bem próximos para prevenir irregularidades. Essa técnica é geralmente utilizada na correção do sulco lacrimal, no

aumento de labial e no tratamento de outras rugas e sulcos. As técnicas podem ser combinadas durante o preenchimento. Após o produto ser injetado, o local poderá ser modelado com a ponta dos dedos para suavizar qualquer irregularidade. Desta forma a técnica correta é crucial; injeções muito superficiais podem causar irregularidades aparentes e nódulos, enquanto injeções muito profundas podem ser ineficazes. O preenchimento com AH não requer cuidados especiais e não interfere com a rotina do paciente. Pode-se utilizar gelo logo após a aplicação e até mesmo no dia seguinte, caso necessário. Deve-se evitar a manipulação de área tratada exercícios físicos e exposição solar e outras fontes de calor ou frio, em média, recomenda-se aplicar na mesma região anatômica 1 ml, no máximo 2 ml, em 80% dos pacientes, geralmente é suficiente usar 1 ml de produto. Se for necessário mais produto, sugere-se um reforço em outra sessão de tratamento (GUTMANN; DUTRA, 2018; GUTOWSKI, 2016; SANTONI, 2018; OLIVEIRA, 2021).

2.2.1.2 Riscos da aplicação do ácido hialurônico

Embora os preenchimentos faciais tenham um perfil de segurança muito favorável, não há existência de preenchedor totalmente desprovido de riscos, e mesmo profissionais experientes podem se deparar com reações imediatas, como eritema, sangramentos, nodulação e necroses. Sendo assim, é de grande importância o conhecimento das possíveis complicações que podem ocorrer nesse procedimento, o profissional deve estar apto a identificar, classificar e saber tratá-la (GUTMANN; DUTRA, 2018).

2.2.1.3 Efeitos colaterais precoces do ácido hialurônico

Este ácido é considerado padrão ouro em procedimentos estéticos para correção de rugas, perda de contorno e reposição de volume facial. Embora seja uma substância degradável pelo organismo e a maioria dos seus efeitos adversos ser apenas inestético, as complicações exigem um tratamento efetivo e rápido com o intuito de diminuir o risco de sequelas ou morbidades (GUTMANN; DUTRA, 2018). Sendo ainda considerado como seguro, o implante dérmico de AH não está isento de riscos e nem de reações adversas, sendo elas reações inflamatórias, pequenos hematomas, eritema, infecção, nódulos, abscessos nos

locais de aplicação, cicatrizes hipertróficas, necrose tecidual advinda de aplicação intravascular ou compressão da rede vascular adjacente, edema persistente e granulomas. Ressalta-se que edema persistente e granulomas podem ser desencadeados por alergia a material que contenham divinil sulfona e butanediol-diglicidil-éter, ou resposta imunológica aos componentes proteicos presentes nas preparações de AH. Estas complicações podem ser tratadas com aplicação local de hialuronidase (FERREIRA; CAPOBIANCO, 2016; CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012; TAMURA, 2013; GUTMANN; DUTRA, 2018; GUIMARÃES, 2021)

As complicações também podem ser decorrentes de inexperiência do aplicador, técnica incorreta ou inerente ao próprio produto, considerando suas diferentes origens, formulações e concentrações (CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012; FERREIRA; CAPOBIANCO, 2016). A glabella é considerada área de risco, pela possibilidade de comprometimento vascular importante, levando a efeitos colaterais graves, como necrose tecidual e até cegueira. Os feixes vasculares supratroclear e supraorbitario, onde está localizado os ramos da artéria carótida interna irrigam a glabella, a parede nasal e a porção centro-inferior da fronte. A necrose tecidual nesses territórios pode ocorrer por injeção intravascular, compressão por grandes volumes de AH e/ou injúria vascular, diminuindo o suprimento sanguíneo local. Há, no entanto, outras hipóteses para o trajeto de embolização ocasionando cegueira a partir de preenchimentos na fronte medial e lateral. Há relatos de isquemia cerebral devido a difusão do material injetado para o território da carótida interna (FERREIRA; CAPOBIANCO, 2016; CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012; TAMURA, 2013; GUTMANN; DUTRA, 2018; GUIMARÃES, 2021)

Os efeitos colaterais podem ser divididos em precoces e tardios. O Eritema e edema geralmente são imediatos e observados na maioria dos casos, ocorrem por inflamação local em resposta à injúria tecidual e pela propriedade hidrofílica do AH. Podem ainda ser agravado por múltiplas injeções, material espesso e técnica incorreta de aplicação. Para aliviar deve-se colocar gelo durante cinco a dez minutos e manter a cabeça elevada, costuma regredir em horas ou em um ou dois dias. O edema pode ser evitado ou minimizado pelo uso de anestésico com epinefrina, compressa fria e menor número de picadas na pele. A equimose/hematoma geralmente ocorre imediatamente por perfuração de pequenos vasos no local da aplicação ou por compressão e ruptura secundária dos vasos. Deve-se fazer compressão local imediata

(FERREIRA; CAPOBIANCO, 2016; CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012; TAMURA, 2013; GUTMANN; DUTRA, 2018; GUIMARÃES, 2021)

Há maior risco de sangramento volumoso se houver ruptura de vasos profundos. Recomenda-se realizar a aplicação em local com boa iluminação para evitar a perfuração dos vasos. É importante saber que os preenchedores associados à lidocaína promovem vasodilatação e podem aumentar o risco de sangramento local. Geralmente melhoram em cinco a dez dias e não interferem no resultado final. Nos casos de sangramento abundante pode ser necessário a cauterização do vaso. A necrose é uma complicação rara, ocasionada por compressão local, supercorreção, intensa inflamação ou aplicação intra-arterial acidental, com embolização vascular. Casos relatados ocorreram na área das artérias angular, região nasolabial e supratrocLEAR. Não existe consenso quanto ao tratamento ideal nesses casos, mas é importante ter cuidados locais de higiene, realizar compressas mornas, massagem local para dissolver o êmbolo e pasta de nitroglicerina a 2% (FERREIRA; CAPOBIANCO, 2016; CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012; TAMURA, 2013; GUTMANN; DUTRA, 2018; GUIMARÃES, 2021). Também é descrita a injeção de hialuronidase o mais precoce possível, nas primeiras 24 horas do procedimento, reduzindo dos danos causados pela necrose. No caso de embolização pode-se realizar heparinização plena do paciente. As oclusões venosas são geralmente mais tardias, de evolução mais lenta, com menos dor local e tom azulado na pele. A infecção é provavelmente decorrente de contaminação do produto ou técnica inadequada de assepsia do paciente. Os autores acreditam que a contaminação ocorre por má higienização da pele. Os nódulos geralmente são observados a curto e médio prazos, manifesta-se como pápulas esbranquiçadas ou normocrômicas. Ocorrem na maioria das vezes por má técnica de aplicação e por injeção muito superficial do AH. O tratamento pode ser feito com massagem local, e em casos extremos o corticoide oral está indicado. Nos casos graves pode ser realizada remoção cirúrgica do material. Felizmente, a maioria dos casos tem resolução espontânea (FERREIRA; CAPOBIANCO, 2016; CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012; TAMURA, 2013; GUTMANN; DUTRA, 2018; GUIMARÃES, 2021)

Os granulomas ocorrem em 0,01 a 1% dos casos, entre seis e 24 meses após aplicação dos preenchedores. Surgem como nódulos palpáveis não dolorosos no trajeto de aplicação dos preenchedores. Acredita-se que essas reações ocorram pela presença de impurezas no processo de fermentação bacteriana na produção do ácido hialurônico e não decorrentes de

hipersensibilidade ao próprio produto. O tratamento é controverso, e pode ser realizada aplicação de hialuronidase com concentrações que variam de 50U/mL¹⁰ a 150U/mL¹⁷ ou infiltração intralesional de corticoide (FERREIRA; CAPOBIANCO, 2016; CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012; TAMURA, 2013; GUTMANN; DUTRA, 2018; GUIMARÃES, 2021).

As reações alérgicas são descritas em 0,1% dos casos, inicia-se entre três e sete dias após a aplicação do produto, prazo, entretanto, que se pode estender até o período de um a seis meses, o tratamento descrito é com corticoide oral ou infiltração intralesional de corticoide. As cicatrizes hipertróficas podem estar nos locais de puntura da pele, podendo estar relacionada com histórico de queloides, o tratamento é feito com corticoide oclusivo. As contraindicações para o preenchimento com AH são gravidez, lactação, doenças sistêmicas autoimunes e imunodepressão, distúrbios de coagulação ou uso de anticoagulantes, inflamação ou infecção no local a ser tratado e pacientes com distúrbio de comportamento (FERREIRA; CAPOBIANCO, 2016; CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012; TAMURA, 2013; GUTMANN; DUTRA, 2018; GUIMARÃES, 2021).

3 METODOLOGIA

Para o presente estudo, foram realizados os seguintes procedimentos: Realizou-se uma pesquisa bibliográfica nas principais bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Lilacs. Tendo em vista que a proposta deste trabalho é realizar uma abordagem descritiva acerca dos aspectos gerais, técnicas de aplicação e possíveis complicações no uso do ácido hialurônico na biomedicina. Foram utilizadas as seguintes palavras-chaves: preenchedores, envelhecimento facial, ácido hialurônico e biomedicina estética.

A pesquisa bibliográfica foi realizada no período compreendido entre 01 de dezembro de 2020 e 11 de abril de 2021 usando materiais publicados nos últimos 10 anos. Para critério de inclusão, os materiais deveriam relacionar-se a temática, materiais localizados na pesquisa bibliográfica que não contemplassem nenhum dos critérios anteriormente descritos ou que não tivessem disponibilidade de referências não foram selecionados para inclusão neste artigo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo da literatura atual demonstra que de maneira geral o AH é uma alternativa eficaz para o tratamento do envelhecimento facial conferindo volume, sustentação, hidratação, e elasticidade à pele, melhorando assim, sua estrutura e as linhas de expressão. O seu uso tem se tornado muito frequente, pela sua capacidade de atuar como preenchedor dérmico na correção de lábios, malar, mento dentre outras imperfeições, repondo assim o volume facial perdido com o passar dos anos. Existem ainda poucos estudos científicos que comprovem a resistência a longo prazo do ácido hialurônico ou que forneçam dados que provem a durabilidade de cada produto. Em contrapartida temos no mercado um grande número de apresentações comerciais disponíveis. Este trabalho tornou-se importante para o aprofundamento do tema, pois permite compreender melhor a função, durabilidade e efeitos do ácido hialurônico.

Sabe-se que o uso do AH para tratamentos estéticos, como harmonização facial, está em crescimento nos últimos anos. Apesar de ser considerado seguro e eficaz por sua biocompatibilidade, deve-se atentar para os riscos e as possíveis complicações, precoces e tardias: resposta inflamatória, eritema, edema, sensibilidade, dor, nodulações, ulcerações, crostas, necrose, embolia vascular, cegueira, formação de biofilme, granuloma, entre outros. Por isso, para o uso adequado, necessita-se de profissionais habilitados, com extenso conhecimento da anatomia da face e compreendam a história clínica individual. É importante avaliar os riscos e benefícios dessa aplicação e informar ao paciente todas as possibilidades de efeitos adversos, para que seja feita uma decisão conjunta e consciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de conhecimento que o envelhecimento cutâneo é um processo natural, gradativo e contínuo, determinado por processos intrínsecos e extrínsecos. Com o passar do tempo, essas alterações levam ao declínio dos níveis de colágeno, elastina e fibroblastos e consequentemente o AH também se encontra em baixas concentrações, com perda da elasticidade e flexibilidade e posteriormente formação de rugas e desidratação. Um produto para retardar os dados do envelhecimento, o AH injetável, pode melhorar o aspecto facial,

pois apresenta vários benefícios e funções como volume, sustentação, hidratação e elasticidade. Sendo um implante temporário, o AH vem sendo muito utilizado como um procedimento prático, que restaura a aparência de uma pele saudável e melhora linhas e rugas faciais.

Existem vários laboratórios que fabricam produtos a base desse ácido; e quando utilizado de forma minimamente invasiva, pode apresentar alguns efeitos colaterais, mas poucos artigos relataram complicações graves, uma vez que o AH faz parte da constituição natural da derme. A aplicação de AH tem crescido, mas os profissionais habilitados como: médicos, biomédicos, farmacêuticos e odontologistas, devem ter o devido cuidado em sua aplicação, bem como ressaltar para seus pacientes os efeitos do ativo para que o mesmo consiga perceber os resultados prometidos na restauração do preenchimento facial. Portanto, o AH é um bom coadjuvante para retardar o envelhecimento facial, combatendo os sinais de envelhecimento, possibilitando uma pele com aspecto mais jovem e hidratada

REFERÊNCIAS

CROCCO, E. I.; ALVES, R. O.; ALESSI, C. Eventos adversos do ácido hialurônico injetável. **Surgical & cosmetic dermatology**, v. 4, n. 3, p. 259-263, 2012.

DA ROCHA BRITO, D. C.; FERREIRA, L. A. Estudo de pré-formulação de gel contendo ácido hialurônico em embalagem massageadora microvibratória. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 4, n. 1, p. 130-146, 2018.

DANTAS, S. Fonseca Ingênito Moreira *et. al.* As eficácias a curto e longo prazo do preenchimento com ácido hialurônico no rejuvenescimento facial. **Saúde & ciência em ação**, v. 5, n. 1, p. 63-81, 2019.

ESMERALDO, Arthur Rafael Amorim Alves *et. al.* Atlas virtual interativo de histologia e biologia celular. 2014.

FERREIRA, N. R.; CAPOBIANCO, M. P. Uso do ácido hialurônico na prevenção do envelhecimento facial. **Revista Científica UNILAGO**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2016.

GARBUGIO, A. F.; FERRARI, G. F. Os benefícios do ácido hialurônico no envelhecimento facial. **Revista UNINGÁ Review**, Paraná, v. 2, n. 4, p. 25-36, 2010.

GUIMARÃES, A. C. R. C. *et. al.* Efeitos deletérios do uso do ácido hialurônico para fins estéticos. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 2, p. 6103-6115, 2021.

GUTMANN, I. E.; DUTRA, R. T. Reações adversas associadas ao uso de preenchedores faciais com ácido hialurônico. **Revista eletrônica biociências, biotecnologia e saúde**, v. 11, n. 20, p. 7-17, 2018.

GUTOWSKI, K. A. Hyaluronic Acid Fillers. **Clin Plast Surg**, v. 43, n. 3, p. 489-96, 2016.

HOORENS, I.; ONGENAE, K. Primary focal hyperhidrosis: current treatment options and a step-by-step approach. **Journal of the European Academy of Dermatology and Venereology**, v. 26, n. 1, p. 1-8, 2012.

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. Histologia Básica: Texto e Atlas. 12. **Koogan**, Guanabara, p. 568, 2013.

MONTANARI, T. **Histologia**: texto, atlas e roteiro de aulas práticas. 2016.

NAYLOR, E. C.; WATSON, R. E. B; SHERRATT, M. J. Molecular aspects of skin ageing. **Maturitas**, v. 69, n. 3, p. 249-256, 2011.

NERI, SRNG *et. al.* O uso da hialuronidase nas complicações causadas pelo ácido hialurônico para a volumização da face: relato de caso. **Surg Cosmet Dermatol**, v. 5, n. 4, p. 364-6, 2013.

OLIVEIRA, C. S. *et. al.* Fototerapia, cuidados e atuação da Enfermagem. **UNICiências**, v. 15, n. 1, 2011.

PAN, N. C. *et. al.* Ácido hialurônico: características, produção microbiana e aplicações industriais. **BBR-biochemistry and biotechnology reports**, v. 2, n. 4, p. 42-58, 2013.

PAPAZIAN, M. F. *et. al.* Principais aspectos dos preenchedores faciais. **Revista Faipe**, v. 8, n. 1, p. 101-116, 2018.

PEREIRA, K. P.; DELAY, C. E. Ácido hialurônico na hidratação facial. **Universidade Tuiuti do Paraná**, 2017.

REQUENA, L. *et. al.* Adverse reactions to injectable soft tissue fillers. **Journal of the American Academy of Dermatology**, v. 64, n. 1, p. 1-34, 2011.

RUIVO, A. P. **Envelhecimento Cutâneo**: fatores influentes, ingredientes ativos e estratégias de veiculação. 2014. Tese de Doutorado. [sn].

SALLES, A. G. *et. al.* Avaliação clínica e da espessura cutânea um ano após preenchimento de ácido hialurônico. **Revista Brasileira de Cirurgia Plástica**, v. 26, n. 1, p. 66-69, 2011.

SANTONI, M. T. S. **Uso de ácido hialurônico injetável na estética facial**: uma revisão da literatura. 2018.

SOUSA, N. F. da S. *et. al.* Envelhecimento ativo: prevalência e diferenças de gênero e idade em estudo de base populacional. **Cadernos de saúde pública**, v. 34, p. e00173317, 2018.

TAMURA, B. M. Topografia facial das áreas de injeção de preenchedores e seus riscos. **Surgical & Cosmetic Dermatology**, v. 5, n. 3, p. 234-238, 2013.

MULHERES
CANGACEIRAS: A
ESSÊNCIA
FEMININA COMO
QUESTÃO DE
GÊNERO E
ALGUNS FATOS
HISTÓRICOS
ACONTECIDOS NO
NORDESTE
BRASILEIRO

CANGACEIRAS
WOMEN: FEMALE
ESSENCE AS A
GENDER ISSUE
AND SOME
HISTORICAL FACTS
HAPPENING IN
NORTHEAST
BRAZIL

CRUZ, Michel Alves da [1]

[1] Mestre em Ciências Humanas - Universidade Santo Amaro Unisa. Graduado em História - Faculdade Sumaré. São Paulo - SP.

RESUMO

O mistério habita profundamente as fendas áridas e pedregosas do Nordeste Brasileiro e é nesse inóspito, selvagem e agressivo pedaço de chão ardente que nos remeteremos ao passado para entendermos algumas questões sociais que envolveram o conceito de gênero e suas adaptações ideológicas. A entrada das mulheres no cangaço criou novos rumos, alavancou um novo conceito. Elas impuseram identidade própria, personalidades singulares. Foram perseguidas, enfrentaram estruturas de poder, criaram estratégias de sobrevivência, influenciaram posturas, ditaram regras e tornaram-se respeitadas cangaceiras no contraditório mundo machista do cangaceirismo.

Palavras-chave: Mulheres Cangaceiras. História Regional. Nordeste.

ABSTRACT

The mystery deeply inhabits the arid and rocky cracks of the Brazilian Northeast and it is in this inhospitable, wild and aggressive piece of burning ground that we will refer to the past to understand some social issues that involved the concept of gender and its ideological adaptations. The entry of women in the cangaço created new directions, leveraged a new concept. They imposed their own identity, unique personalities. They were persecuted, faced power structures, created survival strategies, influenced postures, dictated rules and became respected in the contradictory sexist world of cangaceirismo.

Keywords: Women Cangaceiras. Regional History. North East.

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais a mulher tem ocupado espaços e se diferenciado em suas funções, mais nem sempre foi assim, as mulheres não tinham os mesmos direitos dos homens, só pra se ter uma ideia a mulher não tinha direito de votar e nem de ocupar cargos na sociedade. No Brasil Imperial a mulher era descartada dos

contextos sociais e só no Brasil República começaram as mudanças. Uma família brasileira clássica consistia numa família patriarcal, com a presença de um marido autoritário, cercado de concubinas escravas, que dominava os filhos e uma mulher submissa, passiva, indolente, que vivia enclausurada em casa, gerava inúmeras crianças e abusava dos escravos. Hoje o quadro é outro e a mulher tem sua importância e valorização, inclusive com a data de 08 de março dedicada ao Dia Internacional da Mulher.

Mulheres livres e pobres, lutando para sobreviver em São Paulo, atravessavam sem restrições praças e ruas públicas, agregavam-se nas fontes, nos tanques de lavar roupa, ou na beira dos rios, para exercer seu trabalho como lavadeiras. Empregavam-se como domésticas, cozinheiras, amas de leite ou costureiras. Algumas vezes, como vendedoras ambulantes enfrentavam não apenas a fome, mas também a polícia, regulamentos burocráticos e taxas impostas à sua minúscula atividade comerciais (HAHNER, 2003, p. 41).

O dia Internacional da Mulher é marcado pela história que se inicia em 08 de março de 1857, quando 130 operárias de uma fábrica de tecidos, em Nova York, foram assassinadas quando lutavam por reconhecimento e melhores condições de vida. Foi preciso uma tragédia para que a sociedade ao longo da história pudesse reconhecer o papel importante da mulher.

Pensar a educação de mulheres no Brasil do século XIX significa pensar uma educação muito reduzida, que não passa muito do universo da alfabetização. Nesse sentido é que se pode afirmar que a educação das meninas permaneceu extremamente atrasada em relação à dos meninos. (HAHNER, 2003, p. 56).

O século XX passou por profundas transformações e conquistas. Muitas mulheres entraram para a história e ficaram como símbolo de que nada seria como antes: Direito ao voto, pílula anticoncepcional, divórcio e conquistas no mercado de trabalho e outros direitos e garantias.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ALGUNS FATOS HISTÓRICOS REPRESENTADOS POR MARIA BONITA, A RAINHA DO CANGAÇO

A peculiaridade mais notável apresentada por um grupo psicológico é a seguinte: sejam quem forem os indivíduos que o compõe, por semelhantes ou dessemelhantes que sejam seu modo de vida, suas ocupações, seu caráter ou inteligência, o fato de

haverem sido transformados num grupo coloca-os na posse de uma espécie de mente coletiva que os faz sentir, pensar e agir de maneira muito diferente daquela pela qual cada membro dele, tomado individualmente sentiria, pensaria e agiria, caso se encontrasse em estado de isolamento... O grupo psicológico é um ser provisório, formado por elementos heterogêneos que por um momento se combinam, exatamente como as células que constituem um ser vivo, formam, por sua reunião, um novo ser que apresenta características muito diferentes daquelas possuídas por cada uma das células isoladamente (*apud* FREUD 1996/1921, p. 83-84).

As sociedades regem-se por padrões de condutas, leis, direitos e deveres estabelecidos. Notadamente as manifestações de épocas remotas serviram para criar personagens polêmicos, tantos odiados quanto amados, dependendo da ótica de quem vivia os extremos da situação. É notório observar que as escolhas de caminhos percorridos podem ser vistas como trajetórias positivas ou negativas, dependendo da visão de quem se posiciona fora do quadro acontecido. O Sertão nordestino tem sido palco de inesquecíveis posicionamentos de pessoas que de alguma forma mudaram suas trajetórias e envolveram vidas de outras pessoas, havendo dentre os fatos ocorridos um pré-julgamento de uma sociedade que muda seus pensamentos com o passar do tempo. A guerra de Canudos é a síntese de uma grande falha de pensamentos de uma sociedade equivocada e hoje se tenta justificar os meios utilizados, as formas de atuações e as várias análises do que na época foi chamada de Vitória de Heróis em referência às ações dramáticas realizadas pelo exército, ao martírio de um povo que almejava só provar que era possível uma vida longe dos impostos e dos deveres criados apenas para uma classe menos abastada, obedecendo ao líder Antonio Conselheiro. A esse fenômeno juntou-se Pau - de - Colher, Pedro Batista, Beato Lourenço e o polêmico e adorado Padre Cícero Romão Batista.

O fenômeno cangaço escreveu na história Brasileira uma página diferenciada de todo o contexto social de uma nação e ainda hoje há uma polêmica duradoura que recai sobre esse acontecimento. Apesar de uma grande lacuna sobre um estudo sociológico mais aprofundado ou entrando a fundo nas questões psicanalíticas, torna-se difícil a discussão; fatos gerados entre os acadêmicos e os pesquisadores de campo, com seus minuciosos detalhes reais colhidos da historiografia oral. É uma discussão há longe despertada e ainda difícil de se chegar a um consenso.

O cangaço era particularmente, pela sua brutal forma de vida, um mundo exclusivamente machista. A mulher era figura descartada nesse meio. Os cangaceiros sempre que possível mantinham suas relações sexuais, aproveitando os bailes realizados nos coitos,

sítios, fazendas, ou quando eram seviciadas e vítimas dos *GERÁS* (palavra usada na época para definir a prática do estupro).

A entrada das mulheres nos bandos foi vista por uns como sendo a desgraça e a decadência do cangaço. Para outros as mulheres vieram aplacar a fúria assassina e o desejo disforme que tanto feriram e humilharam as famílias nordestinas. Com a chegada e a permanência feminina, os cangaceiros adquiriram mais respeito para com as indefesas caboclas sertanejas. Sebastião Pereira da Silva, o famoso Sinhô Pereira, único cangaceiro a chefiar Lampião, fez a seguinte declaração:

Eu fiquei muito admirado quando soube que Lampião havia consentido que mulheres ingressassem no cangaço. Eu nunca permiti e nem permitiria. Afinal, o Padre Cícero tinha profetizado: Lampião será invencível enquanto não houver mulher no seu bando.

O certo é que Lampião contrariou todas as expectativas e cedeu às armadilhas invisíveis do amor, lançando-se nos braços formosos e entregando-se aos beijos ardentes e sedutores da bela morena, da Malhada da Caiçara.

Foi em Paulo Afonso que Lampião encontrou sua grande paixão, Maria Gomes de Oliveira, a eternizada Maria Bonita. Foi ela a primeira mulher cangaceira e com ela abriu-se o precedente das companhias femininas, sendo Paulo Afonso, responsável por uma enorme leva de mulheres para o cangaço. Das mais famosas cangaceiras que saíram de Paulo Afonso, podemos citar as seguintes: Maria Bonita (a Rainha do Cangaço), Lídia Pereira de Souza (a mais bela das cangaceiras), Nenê (Nenê, de Luiz Pedro), Otília Maria de Jesus (Otília, de Mariano), Inácia Maria das Dores (Inacinha, de Gato), Catarina Maria da Conceição (Catarina, de Nevoeiro) e a recém descoberta, Durvalina Gomes de Sá (Durvinha, de Virgínio e Moreno).

Com as mulheres vieram alguns contratempos, pois elas não tinham a valentia e a resistência dos homens e muitas vezes atrapalhavam quando ficavam doentes ou grávidas, tendo os cangaceiros que baterem em constantes retiradas, quando dos combates, para resguardarem a integridade física das companheiras.

Segundo relatos das próprias cangaceiras sobreviventes, a pior coisa era ter filhos e não poder criá-los. O amor de mãe era substituído pela dor ao ver seus frutos carnis serem postos em outros braços. Os filhos eram doados, geralmente a algum conhecido que tivesse

condições para dar um mínimo de conforto à criança. Relato forte que temos nos dias atuais é o de Inácio Carvalho de Oliveira, Inacinho. Filho do casal de cangaceiros Moreno e Durvinha, que foi deixado com o cônego Frederico Araújo, religioso responsável pela igreja de Tacaratú, em Pernambuco.

Inacinho nasceu em plena caatinga, cercado pelo medo da aproximação dos volantes policiais, parto realizado com recursos primordiais. Diante do risco dos tiroteios e do constante choro da criança que poderia ser rastreado, a alternativa para resguardá-lo foi a entrega ao Padre. Uma sábia e abençoada decisão.

Inacinho procurou durante anos por seus verdadeiros pais, nunca perdendo a esperança e sendo recompensado pelo reaparecimento do casal e do reencontro depois de setenta longos anos. Outro caso célebre foi o caso Sílvio Bulhões, filho de Corisco e Dadá, entregue ao Padre Bulhões, em Santana do Ipanema, Alagoas.

Maria Bonita, também sofreu seus dissabores, quando do seu primeiro parto teve que se contentar com a dor ao ver seu primogênito ser um natimorto e ter que enterrá-lo no fundo do quintal do coiteiro que lhe deu guarida, o velho Venceslau, Seu Lau, fiel guardião dos trajetos do Rei do Cangaço, nas proximidades do povoado Campos Novos, em Paulo Afonso.

O que aparentemente seria uma ótima vida na visão das mulheres, que viam nos cangaceiros algo novo, uma aventura que poderia lhe trazer proveitos, acabava por mostrar o outro lado de uma vida sempre atribulada, de combates, fugas, mortes e desassossego. Arrastar as alpercatas sem ter pouso certo era tarefa penosa, muito mais para as mulheres que geralmente estavam sonhando com os príncipes que povoam seus sonhos de adolescentes. Na rebeldia de meninas-moças muitas deixaram o calor das moradias paternas para se lançarem nesse caminho sem volta. Muitas outras foram raptadas, lembrando o caso da cangaceira Dadá que foi raptada por Corisco, sendo estuprada e ficando sob a guarda de uma tia do cangaceiro. Dadá deixou um forte depoimento relatando que só o tempo curou os traumas do estupro e depois, com o passar do tempo, ela foi se apaixonando por Corisco e por ele nutriu o mais fiel sentimento de amor, até morrer.

Com Maria Bonita foi diferente ela já tinha sido casada quando conheceu Lampião e com ele resolveu seguir para o cangaço e a partir daí o cangaço nunca mais foi o mesmo, as mulheres trouxeram outra cara àquele mundo só de homens. Sobre a Rainha do Cangaço muito se escreveu, alguns fatos comprovados e outros sem comprovações, sendo que em

alguns momentos foram disseminadas pesquisas irresponsáveis de escritores que escreveram capítulos fantasiosos, que servem apenas para confundir a cabeça dos que buscam as reais informações sobre um tema tão debatido e pouco confrontado em suas bases orais. Em outros momentos os depoentes mentiram e enganaram os escritores e os leitores. O campo da pesquisa é complexo e é preciso tempo e discernimento para se aproximar das bases concretas, buscando os mínimos detalhes das falas dos depoentes, ouvindo o maior número possível de pessoas que viram ou viveram as cenas, na busca da aproximação com a veracidade.

[...]A natureza masculina é a correlativa à violência, à crueldade, diferentemente da natureza feminina, materna? São tantos os relatos de que a entrada de Maria Bonita no Cangaço, de mais de 60 mulheres, teria humanizado, feminilizado “o império do machismo nos sertões” que poderíamos supor que sim.

Pois bem. Há vários relatos de episódios em que Maria Bonita intervém em momentos de fúria e crueldade do seu amado. Um deles descrito por Melquíades da Rocha, presente no livro sobre Maria Bonita de João Lima. Trata-se do momento em que Lampião havia capturado em 1935, na Forquilha, hoje Paulo Afonso, Manoel Cândido, promotor de justiça da Comarca de Água Branca, em Alagoas e já se preparava para espetá-lo, atravessando-lhe o peito com um afiado punhal quando, suplicou a Maria Bonita que não o fizesse, pois tinha uma filhinha de seis anos que dependia dele. Nesse instante Maria Bonita pediu ao amado que evitasse tal desgraça, pois só lembrava da sua filhinha (Expedita) que também havia deixado em Jeremoabo. O embravecido Lampião, tocado pelas suplicadas da mulher que amava, o fez.

Inválido, pois, afirmar que todos os cangaceiros têm uma estrutura perversa? Que a violência cometida por eles, em nome dos ideais que possuíam e dos quais se retroalimentavam é o traço, a letra, a marca dessa perversão? Há que se esclarecer que, não é apenas a estrutura perversa que goza da perversão, uma vez que é possível identificá-la como traços em outras estruturas.

Marcela Antelo, psicanalista argentina radicada na Bahia, diz que “a falta central que a castração introduz pode estar representada pelo olhar”, conforme estabelece Lacan. Problematisa ainda mais esta questão afirmando: “nascemos sendo vistos e é esse olhar que escapa ao nosso campo de visão. A perversão constitui a tentativa de ver o que é impossível de ver. O desmentido desse impossível constitui a paixão do sujeito da perversão” ... (Dr. Juracy Marques – 2012- Diferentes Contextos que envolvem a vida da Rainha do cangaço).

2.2 MARIA BONITA: UMA BREVE BIOGRAFIA

Maria Gomes de Oliveira nasceu no dia 08 de março de 1911, na fazenda Malhada da Caiçara, distrito de Santo Antonio da Glória do Curral dos Bois. Desde 28 de julho de 1958, quando Paulo Afonso foi emancipado de Glória, o povoado Malhada da Caiçara ficou nas terras pertencentes a Paulo Afonso. Maria Bonita foi a segunda filha do casal José Gomes de

Oliveira, conhecido como Zé Felipe e Maria Joaquina Conceição Oliveira, apelidada por Dona Déa.

Teve mais dez irmãos: Benedita Gomes Oliveira, Joana Gomes de Oliveira (Nanzinha), Amália Oliveira Silva (Dondon), Francisca Gomes Oliveira (Chiquinha), Antonia Gomes de Oliveira, Olindina Oliveira Santos (Dorzina), Ozéas Gomes de Oliveira, José Gomes de Oliveira, Arlindo Gomes de Oliveira e Ananias Gomes de Oliveira (Pretão). Teve como principal amiga a prima Maria Rodrigues de Sá. Foi casada com José Miguel da Silva, conhecido por Zé de Nenê.

Entrou para o cangaço no finalzinho de 1929 ou princípio de 1930. Foi a primeira mulher a fazer parte de um grupo de cangaceiros. Morreu no dia 28 de julho de 1938, junto com Lampião e mais nove companheiros, na Grota do Angico, em Poço redondo, Sergipe.

2.3 MARIA BONITA MOTORISTA

Sobre os fatos registrados em que apontam Maria Bonita dominando o volante de um carro, existem raríssimas informações e muitas dúvidas, pela falta de testemunhas de fatos tão inusitados. Em referência aos relatos escritos, podemos citar o livro: Lampião: As mulheres e o cangaço, páginas 217 e 218, 1 edição, de 1984, de autoria de Antônio Amaury Corrêa de Araújo e que transcrevemos na íntegra:

Contou-nos Leônidas que havia na fazenda Cuiabá (pertencente a poderosa família Brito, terras do engenheiro Hercílio Brito), um carro da marca Ford, ano de 1924 ou 1925, coisa assim, e que quando o grupo de Lampião ficava por ali, Maria Bonita dirigia o tal veículo”.

Juntavam algumas companheiras ou companheiros e ela saía aos trancos e barrancos, pelas vias internas da fazenda, com o pessoal sacolejando-se todo quando o carro balançava, como um barco em mar bravio, pela estrada esburacada e cheia de pedra. Os cabras gritando, rindo e praguejando. As mulheres chamando pelos santos de devoção, dando gritinhos histéricos, pedindo cuidado a motorista aprendiz

Jamais ouvi referências sobre tal pormenor da boca de qualquer elemento do povo de Lampião. Nem das mulheres nem dos homens. “Damos as informações com as devidas reservas e fiado nas palavras do nosso caro Leônidas, que diz ter assistido tais cenas” ...

Encontramos também uma citação sobre os dotes automobilísticos de Maria Bonita, no livro “Quem Foi Lampião”, de autoria de Frederico Pernambucano de Mello, página 108, transcrito aqui, também, em sua forma original:

Nas proximidades da antiga vila de Pau Ferro, hoje Itaiba, Pernambuco, Maria Bonita aprendeu a dirigir em veículo do chefe político do município, Audálio Tenório de Albuquerque, chegando a dominar inteiramente a função, segundo ouvimos do motorista do político, Antônio Paranhos, que serviu de professor, com a concordância de Lampião (MELLO, 2005, p.108).

Os fatos relacionados acima não foram comentados por nenhum dos ex-integrantes do cangaço, tornando ainda mais difícil de colher informações e de se prolongar na averiguação dos detalhes. Nas duas transcrições dos livros não existem por parte de qualquer componente a confirmação sobre os relatos. Curiosamente os informes foram acontecidos em estados diferentes, municípios diferentes e ocasiões diferentes e sempre afirmando que o aprendizado havia sido feito nos locais citados.

A dificuldade da elucidação do caso em pauta, por não vir apoiada em testemunhas oculares pertencentes ao bando de Lampião, vem alicerçado nos relatos isolados e colhidos por dois dos maiores escritores do tema cangaço, Antonio Amaury Correa Araujo e Frederico Pernambucano de Mello, pesquisadores sérios e que transcreveram relatos de pessoas que disseram terem visto as cenas. Os escritores confiaram nas explicações de um ex-motorista e de Leônidas Fernandes dos Santos, salientando que o Leônidas foi o mesmo que inventou a mentira que Maria Bonita havia traído Lampião com o homem de sua maior confiança, o cangaceiro Luiz Pedro.

Coloca-se ao conhecimento do público estas narrativas tendo por escudo a credibilidade nos dois escritores acima mencionados. Quase impossível é saber se as histórias realmente aconteceram ou se os depoimentos foram criados por seus depoentes.

2.4 MARIA BONITA: SUA BELEZA E SEU TEMPERAMENTO NA VISÃO DOS COMPANHEIROS E CURIOSOS

Lacan, no seu Seminário da Angústia (2005) diz que: Se há uma coisa que sabemos do perverso, é que aquilo que aparece externamente como uma satisfação irrefreada é uma defesa, bem como o exercício de uma Lei, na medida em que esta refreia, suspende, detém o sujeito no caminho do gozo.

A muito se discute a beleza e o difícil temperamento de Maria Bonita. Apesar da grande quantidade de fotografias encontradas com a figura da Rainha do Cangaço, somos

sempre interpelados e postos a dar definições sobre os traços fisionômicos e esculturais da cangaceira.

Os cangaceiros sobreviventes, quando reunidos em conversas ou postos a darem suas informações sobre as façanhas vividas no cangaço, tendem naturalmente a relatar e a discutirem os traços harmoniosos das cangaceiras e em particular os traços de Maria Bonita, assim como o comportamento dela, as vezes complicados. Um fato curioso é que muitos dos sobreviventes daquela época afirmam que as cangaceiras mais bonitas eram Lídia de Zé Baiano, Durvalina de Virgínio, Maria de Pancada e Nenê de Luiz Pedro, relevando Maria Bonita a um plano além desta primeira qualificação.

O cangaceiro Balão, pai de trinta e oito filhos, estes procriados com diferentes mulheres, então conhecedor do produto feminino, tendo inclusive tido alguns encontros amorosos com Maria de Pancada, possuindo-a durante várias vezes, em um só dia, enquanto realizavam uma viagem, na época ainda vestindo o mescla azulão do cangaço. Apesar dos refinados gostos masculinos, cada um tem suas escolhas e visões. Sobre Maria Bonita, Balão deu a seguinte definição: “Ela era baixa, um pouco cambota e de bunda batida”!

Dadá comentou a beleza de Maria sem antes citar a perfeição de Lídia e Durvalina.

O relato mais grosseiro acerca de Maria Bonita foi feito pelo escritor e ex-policial de volante, Joaquim Gois, que diz ter conhecido a cangaceira, quando esteve na casa de Maria, ainda na época em que ela vivia com o sapateiro Zé de Nenê, local onde Joaquim havia ido, junto com o sargento Manoel Rosendo, com o intuito de encomendarem alguns artificios em couro. Joaquim Góis mostra sua antipatia contra Maria Bonita, onde faz o seguinte relato:

...Personagem exagerada pela fantasia popular elevada às alturas de uma beleza que não possuía, dentro da auréola de um romantismo falso que a ausência de dotes físicos tanto a distância da lenda amorosa que seu interesse por Lampião criou e difundiu, Maria Bonita, sob o refletor de uma crítica séria, desapaixonada, perde o lugar a que subiu na imaginação do povo simples.

Na crédula e comovida invencionice da ignorância o seu nome iluminou-se de simpatia e entusiasmo.

Um mito que não perdura, porque tem raízes longas na superstição ou nas mentiras ingênuas de que a credence popular constrói os seus ídolos.

..., mas a história que é inflexível, destrona essa heroína improvisada, colocando-a no lugar comum das mulheres comuns a quem a insensatez e o adultério mudaram o destino.

Para melhor retratá-la, sem retoques, na visão de sua alma mestiça, sem a moldura doirada pelos recursos fáceis da fantasia, convém vê-la no enredo barato da sua separação do marido.

Analisando os fatos: Estas são as informações proferidas por Joaquim Góis, das quais discordo baseado na seguinte análise: Como é possível Joaquim Góis ter conhecido Maria Bonita ao lado de seu marido no ano de 1932 (ano em que o referido escritor foi contratado pelas forças volantes)? Porque desta pergunta? É que desde o finalzinho de 1929 ou princípio de 1930, Maria havia acompanhado o grande chefe cangaceiro e jamais retornado a sua casa, no povoado Malhada da Caiçara, em Paulo Afonso, sendo, portanto, impossível ter sido analisada tão minuciosamente, em sua residência, por Joaquim Góis.

As filmagens e as fotos realizadas por Benjamin Abraão são registros que comprovam que Maria Bonita não era uma cabocla apagada. Fica fácil, em uma análise visual, observar os traços do rosto, a perfeição dos lábios, os contornos das pernas.

Questão de gosto é individual, essa discussão será eterna, os arquivos fotográficos estão aí para análises individuais.

2.5 O ENCONTRO DE LAMPIÃO E MARIA BONITA

A irmã de Maria Bonita, Olindina Oliveira Santos, conhecida como Dorzina, foi quem deu as melhores informações, dizendo que as primeiras vezes em que Lampião pisou as terras da Malhada da Caiçara, Maria Bonita não estava na casa dos pais e sim na casa do marido José Miguel. A ex-cangaceira Dadá, conversando, por mais de uma vez, com Antonio Amaury, dizia que dona Déa havia facilitado, de todas as formas, o encontro da filha com Rei do Cangaço.

Certa ocasião, a residência dos “Gomes de Oliveira”, recebendo a visita do grupo Lampiônico, foi surpreendida pela chegada de um primo de Maria Bonita, que viera visitar os parentes.

Quando foi se aproximando a escuridão da noite, o rapaz tentou retornar e teve sua intenção barrada por Lampião sendo impedido pelo cangaceiro que exigiu que o mesmo dormisse ali, temendo o arisco cangaceiro, ser denunciado pelo jovem.

Nessa noite Lampião dormiu encima da mesa e o primo de Maria Bonita embaixo. Lampião passava sempre a mão por baixo da mesa para confirmar a presença do jovem. O rapaz sofria de bronquite e como não queria incomodar o cangaceiro, com as horas foi transcorrendo o desejo de tossir e era sempre reprimido, tornando aquela noite um tormento

para o doente. Ao clarear do dia, os cangaceiros se prepararam para viajar e liberaram o doente. O curioso é que depois deste episódio, o moço ficou curado da velha bronquite. Santo remédio!

Segundo Antônio Marques da Silva, o Antônio, de Jacó, seu tio Elias Marques da Silva, patriarca da família, também ficou conhecendo o famoso cangaceiro quando este passou a freqüentar a região de Santa Brígida. O fato de ser amigo da família de Zé de Filipe, este deve ter facilitado este conhecimento entre Lampião e Elias, que resultou, inclusive, em que Elias Marques durante algum tempo auxiliasse o grupo cangaceiro. Posteriormente houve um desentendimento entre eles e passaram a se odiarem. Por esta momentânea amizade entre Lampião e Elias permitiu que Antônio de Jacó tivesse o conhecimento do início do namoro entre Lampião e Maria.

O que Antônio narrava, juntando com outras informações, chegou-se ao seguinte quadro:

As primeiras visitas de lampião a Malhada da Caiçara foram passagens rápidas em que o mesmo recebia comida, água e abrigo. Em uma dessas visitas o chefe cangaceiro conheceu Maria, a filha casada que residia próximo ao local e por estar em desentendimento com o marido José Miguel da Silva, situação comum entre os dois, ela encontrava-se na casa dos pais. Vários depoimentos de pessoas da época, muitas ainda vivas, confirmam que Lampião conheceu Maria Bonita, através do tio dela, o senhor Odilon Café, homem rico que residia no povoado vizinho Sítio do Tará.

O destino fez com que neste momento de separação de Maria e José Miguel, o grupo de Lampião chegasse ao local. Foi a conta! Do conhecimento para o namoro foi um passo, principalmente por que a mãe da moça deu total apoio ao relacionamento da filha com o cangaceiro. As visitas repetidas causaram transtornos a família.

2.6 MARIA NA CIDADE DE BEMBOM

Reportando ao livro: Lampião, de Ranulpho Prata, primeira edição, em foto inserida entre as páginas 180 e 181, retratando a família de José Gomes de Oliveira, pai de Maria Bonita, encontraram a seguinte legenda (seguindo a legenda da época): “Paes e irmãos de

Maria Déa, amante e companheira de “Lampião”, que se destacou no sangue do povoado Bembom, conforme depoimento do coronel Antônio Nunes, vendo-se uma das vítimas”.

A fim de esclarecer os fatos, em janeiro de 1977, Antonio Amaury, em companhia de sua esposa René Maria, estiveram no local em que teria acontecido tal episódio e descobriram que o máximo de aproximação do Rei do Cangaço aconteceu do outro lado do rio São Francisco, na localidade Oliveira, povoado de Sento Sé, defronte a Bembom, hoje ambas alagadas pela usina de Sobradinho. Oliveira, situada na parte direita do Rio e Bembom na margem esquerda. Quando do ataque dos cangaceiros a uma casa comercial em Oliveira, a mesma depois de saqueada foi incendiada, subindo aos ares uma fumaça negra, avistada de Bembom.

A informação, também veiculada em jornais, que coloca Maria Bonita como suposta autora de sangramento em vítima residente no povoado de Bembom, onde teria sangrado uma pessoa da localidade e em seguida lambido o sangue que corria de seu punhal. Foi com a intenção de confirmar ou não, este ato, que Antonio Amaury Correa de Araujo esteve nesta povoação e ao chegar, procurou antigos moradores da localidade e obteve dos senhores José Marcelo de Souza e José Guedes, a confirmação de que Lampião nunca havia estado lá.

As informações desencontradas ou às vezes mal intencionadas serviam para culpar inocentes, fantasiar uma história ou tentar engrandecer artigos de pessoas que viviam dependentes de mentiras, na tentativa de obterem reconhecimento através da notícia.

2.7 A RAINHA BALEADA

Madrugada do dia 20 de julho de 1935, mês de festas juninas e de fartura na mesa do sertanejo, o bando de Lampião chega à Vila de Serrinha do Catimbau, distrito de Garanhuns, Agreste Meridional de Pernambuco. O coronel Zezé Abílio era quem dava segurança aos cangaceiros quando eles estavam nas redondezas de Bom Conselho, Águas Belas, Itaíba e em partes do Agreste pernambucano. A visita do Rei do Cangaço à Serrinha encontra nos anais históricos duas versões, a primeira que ele tinha ido buscar dez contos de réis com o senhor Chiquito. A segunda versão e a mais provável é que Lampião teria pedido para alguns conhecidos seu organizarem um baile. A idéia do baile não foi aceita por João Caxeado, Inspetor de Quarteirão e comerciante local. A reação de João Caxeado, Oséas Correa, João

Bezerra e outras pessoas da localidade foi de apreensão e pavor, pois logo ficaram sabendo que o grupo havia assassinado o Senhor José Gomes Bezerra, na fazenda Queimada do André, distante seis quilômetros da Vila de Serrinha. A notícia do assassinato de Zé Gomes chegou como um relâmpago. Algumas informações deixam claro que a morte de José Gomes se deu como ajustes de contas entre ele e Zezé Abílio, além de que Zé Gomes teria afrontado com palavras, o Rei do cangaço, assinando sua sentença de morte com sua ignorância.

Diante da notícia da morte de Zé Gomes, João Caxeado organizou um pequeno grupo para defender o local e seu povo. Da Queimada do André o pequeno grupo de Lampião, Maria Bonita, Medalha, Fortaleza, Gato, Moita Braba, Maria Ema e Maçarico marcham para Serrinha. Vários moradores amedrontados com a aproximação dos cangaceiros fugiram. Os poucos homens que ficaram na cidade organizaram a recepção para o capitão e seu grupo. Ao dirigir-se a residência de Chiquito onde talvez fosse pegar os dez contos de réis, o Rei do Cangaço foi recepcionado por uma saraivada de balas, os primeiros disparos atingiram Maria Bonita, que vinha usando um vestido branco com os detalhes de bolinhas. A cor branca se tornara um alvo fácil de ser visualizado. Lampião diante da situação revidou os disparos e tomou como providência socorrer sua Amada. A Rainha do Cangaço foi baleada com um tiro nas costas e outro nas nádegas (segundo depoimento da cangaceira Dadá, de Corisco, Maria Bonita, depois desse ferimento passou a escarrar sangue e foi se tratar em Propriá).

O cachorro que tinha o apelido Dourado tombou na Rua de Serrinha crivado de balas. Os cangaceiros desistiram do ataque. Na fuga Lampião pegou um rapaz conhecido como Zé Tutinha para ajudar carregar Maria Bonita em uma rede. O bando tomou a direção da Serra do Ermitão, de lá seguiram para a Serra do Tará. No Tará o senhor Antonio das Guaribas prestou os primeiros socorros a Rainha Baleada. Lampião jurou voltar a Serrinha e vingar-se, especialmente de João Caxeado, Chiquito e Zé Birunda.

A sua vingança não se concretizou, pois fora aconselhado pelo Coronel José Abílio a não fazer tal vingança. João Caxeado passou quase um ano esperando a vingança de Lampião. Os habitantes de Serrinha só tiveram sossego quando Lampião morreu em 1938. Zé Tutinha, o carregador da rede teria dito que Lampião resmungava com os dentes serrados: "Traíçoeiros! Covardes! É por isso que não vale a pena tratar bem essa gente!". Lampião batia os queixos de tanto ódio com a traição dos possíveis aliados e, indignado teria dito ao

carregador da rede: “Diga aqueles papa-favas que eu vou chamar Corisco e que ele reúna seus meninos que um dia eu volto a Serrinha e juro que deixo a vila ao montão de terra, a minha vingança é sem limites”. Sobre esse episódio existe um processo contra os cangaceiros que tramitou em Serrinha e que segue transcrito, em partes e com a grafia original, abaixo:

“JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE GARANHUNS, ESTADO DE PERNAMBUCO” 1935, Distribuição N°795 – 3° Cartório, n° 85
SUMÁRIO CRIME, por denúncia de Dr. Promotor Público contra Virgolino Ferreira, vulgo Lampeão; Natalício de Tal, vulgo Fortaleza ou “Cabo Velho”; Medalha, Maçarico ou Juriti, Gato, Moita Braba; denunciados como incursos na sanção do art.268 com 18 s 1° da consolidação das Leis Penaes.
O Escrivão Josaphat Pereira

AUTOAÇÃO

Aos onze dias do mez de novembro, do anno de mil e novecentos e trinta e cinco, nesta cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco, em meu Cartório, á rua Santo Antonio, 497, autoei a petição de denuncia e o inquérito policial, que adeante, se encontram, de que, para constar, fiz este termo. Eu, Josaphat Pereira – escrivão e dactylografei e subscrevo.

Agostinho Barboza de Lima, com sessenta e quatro anos de idade, casado, agricultor, filho de Jacinto Barboza Maciel, sabe ler e escrever, natural deste Estado, residente a rua de Serrinha, disse que declarava o seguinte que na madrugada de vinte de julho, por volta das trez horas foi avisado que o grupo de bandidos, chefiados por Virgulino Ferreira (vulgo “Lampião”) vinha atacar essa Villa, que o declarante providenciou esconder sua família, que de volta do esconderijo é quando o grupo vai entrando na rua, que quando o declarante que achava-se conversando mais Miguel Pereira dos Santos e Floriano Duda da Costa, dez bandidos botaram as armas em cima e disse para o declarante e seus companheiros, não se mexam, não quero alteração, aqui não há nada, e perguntaram aqui tem soldado?, que o declarante respondeu que não tinha, ainda perguntaram tem gente na espingarda? O declarante respondeu que não, que Lampião perguntou quem é o chefe daqui que o declarante respondeu é Inácio Bezerra, que Lampião ordenou Floriano Duda ir chamar Inácio Bezerra que ele chegasse até aqui, quero fazer um acordo com ele, que Floriano Duda

.....que a despença-se porque era facilitar com Inácio Bezerra que Lampião disse para Manoel Pereira você dar-se com ele que Manoel Pereira disse que dava-se, diz “Lampião” pois então vá chamar ele que Manoel Pereira seguindo “Lampião” disse vamos todos, que todos nós seguimos juntos para a porta da residência de Inácio Bezerra, que chegando Manoel Pereira bateu e chamou, mas não foi atendido; que “Lampião” disse vamos para a casa de Chiquito, que chegando a porta “Lampião” começou a bater e chamando Chiquito, Chiquito, que Manoel Pereira disse para “Lampião” estas famílias já correram tudo, que “Lampião” disse se correram tudo fogo já nessa merda, é quando saiu o primeiro tiro que feriu a bandida, que está encontrando-se na parede sem poder falar, que “Lampião” perguntou a ela foi tu que atirasse, que ela respondeu se torcendo estou ferida, que “lampião” grita aos cabras retaguarda e façam fogo, que o declarante vendo o tiroteio correu e nada mais viu, e nada mais havendo nem lhe sendo perguntado deuse por findo a declaração que depois de lida e aclamado conforme vai assinado pela autoridade pelo o declarante e por mim escrivão que o escreveu.

João Antonio da Silva
Agostinho Barboza Lima
Jucir Penha

Em seguida a acaloração de Floriano Duda da Costa, com quarenta anos de idade, casado, marchante, filho de José Celestino da Costa, sabe ler e escrever, natural deste estado, residente a rua de Serrinha, disse que declarava o seguinte:

que na madrugada de vinte de julho, por volta das três horas foi avisado(s) que o grupo de bandido chefiado por Virgulino Ferreira (vulgo “Lampião”) vinha atacando os agesteiros e com direção a esta velha, que o declarante tendo sahiu avizando sua família, que acabando a sua mição, encontra-se com Manoel Pereira dos Santos e junto achava-se Agustinho Barboza de Lima, que tendo uma pequena palestra é quando vem chegando o grupo e que este foi logo se aproximando-se do declarante e seus companheiros, que ao chegar junto, pegou no braço do declarante e perguntando de quem era, que o declarante respondeu sou um pequeno marchante e que o bandido que estava pegado.. merda deixava por terras que a bandida vendo um vulto vai abaixada ver quem era e disse para o vulto venha para cá que aqui tem é e não bicho, que ela ao ver o vulto disse se correr eu atiro, que de volta ela recebe um tiro, que “Lampião” perguntou a ela, foi tu Maria que atirou, ela respondeu estou baleada, que ele pegando a bandida.....da calçada abaixo e ali serrando tiroteio, que o declarante procede se escapulindo e nada mais sabe. E nada mais sabendo nem lhe sendo perguntado deu-se por fim a declaração que depois de lida e achada conforme vai assinada pela autoridade pelo declarante e por mim escrivão que o escrevi.

João Antônio da Silva
Floriano Duda da Costa
Jucir Penha

Além desta descrição exposta acima ainda vem um calhamaço de papel, com 39 páginas, onde são ouvidos os senhores Manuel Herculano dos Santos, Celestino Bulandeira dos Santos, Ciríaco Lyra dos Santos, José Correia da Silva, Inácio Bezerra de Assunção, João Antônio da Silva, Manoel Jacob de Noronha, Aureliano Januário de Souza, Luiz Alessandro de Noronha, José Alessandro de Noronha, Antonio Vicente Ferreira, Luiz Gonzaga da Costa, e as testemunhas Euclides José dos Santos, Venâncio Bulandeira dos Santos e Maurício Francisco da Silva.

Em seqüência vem o seguinte mandado:

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE GARANHUNS, ESTADO DE PERNAMBUCO

Mandato

Dr. Edmundo Jordão de Vasconcellos, Juiz de Direito da Comarca de Garanhuns, Estado de Pernambuco, em virtude da lei, etc.

MANDO a qualquer dos officiaes de minha jurisdição, que em cumprimento do presente, indo por mim assignado, dirija a Villa de Serrinha deste município, e, ahi sendo, intime Manoel Costa Filho, Salustiano Bazílio da Silva, Pedro Baptista de Azevedo e Miguel Fabiano de Azevedo para, na qualidade de testemunhas do processo crime instaurado contra Virgulino ferreira, vulgo LAMPEÃO, Natalício de Tal, vulgo FORTALEZA ou CABO VELHO, Medalha, Maçarico ou Jurity; Gato;

Moita Braba, denunciados como incurso na sanção do art. 268 comb. Com o 18 s 1º da consolidação das Leis Penaes, comparecerem no dia 16 do andante, pelas 14 horas, na sala das audiências deste juízo, afim deporem o que souberem e lhes for perguntado, sob ás penas da lei. Citem-se os réos e científique-se o dr. Promotor Público. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Garanhuns, aos 8 de janeiro de 1936. Dactylographei e subscrevo.

Josafá Pereira, escrivão do crime
Edmundo Jordão, Juíz de Direito

Em anexo às declarações vem uma guia de exame de lesões corporais com as seguintes informações:

DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE GARANHUNS
VIOLÊNCIA CARNAL

Auto de exame feito na pessoa de: Antonia Avelina da Conceição. Aos trinta e um dias do mez de agosto de mil novecentos e trinta e cinco, nesta cidade de Garanhuns e na Delegacia Polícia, as 14:30 horas, perante o Cap. Miguel Cap. Manoel..... Cabral, commigo abaixo assignado escrivão de seu cargo, compareceram os peritos nomeados e notificados Dr. Pauloe Tavares Correia

As testemunhas também notificadas José da Silva Maia, Gerson Souza..... ordenou aos peritos sob juramento de seus cargos procedessem exame médico na pessoa de Antonia Avelina da Conceição e respondessem os quesitos seguintes:

1º si houve defloramento; 2º qual o meio empregado; si houve copula carnal; 4º si houve violência para fim libidinoso; 5º qual o meio empregado, si força physica, si outros meios que privassem a mulher de suas faculdades e assim da possibilidade de resistir e defender-se.

Em consequência os peritos, passaram a fazer exame médico na pessoa de Antônia Avelina da Conceição, no dia 31 de agosto de mil novecentos e trinta e cinco, as 14;30 horas, na delegacia de Polícia, de côr branca, altura regular, natural de Pernambuco, de.....annos de idade, residente em Distrito de Serrinha, de constituição forte, temperamento calma e constantanea.

No diário do poder Judiciário de novembro de 1935 sai a seguinte citação:

Juízo de Direito da Comarca de Garanhuns

EDITAL DE CITAÇÃO

O doutor Edmundo Jordão de Vasconcellos, Juíz de Direito da Comarca de Garanhuns, Estado de Pernambuco, em virtude da lei, etc

FAZ saber a VIRGULINO FERREIRA, vulgo LAMPEÃO; NATALÍCIO DE TAL, vulgo FORTALEZA; ou CABO VELHO; MEDALHA; MAÇARICO ou JURITY; GATO; MOITA BRABA; que o doutor promotor publico da comarca os denunciou como incursos na sanção do artigo 268 combinado com o artigo 18 parágrafo 1º da consolidação das leis penais, e como se encontrem os denunciados em lugar incerto e não sabido pelo presente edital de citação com o praso de vinte(20) dias, a contar da data da publicação, chamo-os, cito-os e os hei por citados para no referido praso comparecerem perante esse juízo, na sala das audiências, a fim de assistirem o que for a bem dos seus direitos, inclusive interrogatórios sob pena de revelia.

E para que chegue ao conhecimento dos ditos denunciados mandei passar este edital que será affixado no lugar do costume e publicado no DIÁRIO DO ESTADO.

Dado e passado nesta cidade de Garanhuns, aos 14 dias de novembro de 1935. Dactylographei e subscrevo.

Josaphat Pereira.

Escrivão.
Edmundo Jordão
juiz de direito
(S. crime)

2.8 UM MUNDO DE MENTIRAS E DE HISTÓRIAS CRIADAS POR OPORTUNISTAS IRRESPONSÁVEIS

As inverdades rondam o mundo do cangaço como se fossem tatuagens impregnadas na epiderme da história, fatos imaginários são tidos como verdadeiros e propagados com a velocidade de raio. Sempre surgem desatinados querendo vender mentiras como veracidades e se os leitores e estudiosos não conhecerem os fatos reais transformam-se em agentes propagadores de depoimentos irresponsáveis e carentes de análises.

Durante os Seminários e conferências, quando das palestras e mesas redondas é quase uma regra perguntarem se Maria Bonita traía Lampião, se no cangaço tinha homossexual, se Lampião jogava criancinhas pra cima e aparava com o punhal, se Lampião tinha por regra assassinar todos os sertanejos que encontrasse pela frente. Sem contar que alguns afirmam que Lampião não morreu na Grota do Angico, em Poço Redondo, Sergipe. Ele foi visto em Goiás, Minas Gerais e no Acre, sendo grande fazendeiro. Vez ou outra aparece alguém querendo se passar por cangaceiros como foi o caso do aparecimento, em 1984, de um suposto Ezequiel, o irmão mais jovem de Lampião, que apareceu em serra Talhada, Pernambuco e passou mais de vinte dias perambulando pela cidade dizendo que era irmão do Rei do Cangaço. O verdadeiro Ezequiel morreu no povoado Baixa do Boi, em Paulo Afonso, Bahia, atingido pelo disparo da metralhadora do tenente Arsênio de Souza, nas proximidades da Lagoa do Mel, um tanque construído por Antônio Chiquinho (vivo ainda enquanto escrevia esse texto, em 20 de janeiro de 2010, com 104 anos de idade e ainda lúcido). Sem contar que o Ezequiel mentiroso foi desmascarado e reconhecido como sendo um vendedor de cordel. Outro impostor foi desmascarado por Zé Sereno e Sila, enquanto se apresentavam em um programa de rádio, em São Paulo e por lá apareceu alguém se dizendo ser um cangaceiro que Zé Sereno conhecia bem. O impostor teve que sair amparado para não apanhar. Caso igual aconteceu em Paulo Afonso quando fiquei sabendo que o Moita Brava estava vivo e fui entrevistá-lo. O homem colocou-se como um dos maiores amigos de Lampião e quando perguntei a data de nascimento do suposto cangaceiro ele respondeu: 1940, 25 de abril de

1940 pra ser mais preciso. Quando lhe perguntei como ele poderia ser amigo de Lampião tendo nascido em 1940 e Lampião morrido em 1938, o homem desmoronou-se e a conversa acabou aí.

As indagações são diversas e muitos afirmam serem verdadeiras as histórias, pois leram nos livros sobre o cangaço, diga-se passagem, livros e autores irresponsáveis, que confundem mentes de interessados em conhecer um pouco da história e de uma época. Com a Rainha do Cangaço não poderia ser diferente, as conversas rolam colocando-a como amante do inglês que andou um tempo com Lampião, inglês esse fruto de um personagem fictício criado para o filme Lampião e Maria Bonita, da Rede Globo de Televisão. Ainda Maria teria um caso com Sabonete, cangaceiro que seria um Guarda de Honra da cangaceira e que aparece na película de Benjamin Abraão segurando algumas correntes de ouro enquanto Maria Bonita vai se enfeitando com os trancelins.

Outros boatos de traição envolvendo Maria Bonita, ainda na época sendo ela casada com o sapateiro Zé de Nenê, são citados em livros, como é o caso citado no livro do meu amigo Alcino Alves Costa, Lampião além da versão, página 133, que diz, em certo trecho: “...Faz feira, com um comércio de tecidos, em Santa Brígida, um dos descendentes da tradicional família Carvalho, de Serra Negra. É ele um jovem moço que anos depois veio a se tornar no famoso e temido tenente João Maria de Carvalho”. A futura Rainha do Cangaço inicia um romance com o prestimoso lojista que seria depois o grande patriarca daqueles sertões. Romance ardoroso. “Altamente sigiloso. Tão sigiloso que ainda hoje é negado por seus familiares. Maria Déa se atira nos braços do amante. João Maria é exatamente o inverso do marido. É explosivo, ardente, carinhoso, e arrojado, deixa a moça na mais completa felicidade...”

Em outro livro do Alcino, intitulado o Sertão de Lampião, Alcino diz que obteve a informação acima de um ex-soldado, policial que pertencia a volante de Zé Rufino e na página 114 vem o depoimento de Lindoaldo Alves de Oliveira, ex-prefeito de Santa Brígida, discordando dessa história, pois conheceu Zé de Nenê e foram muitos amigos e se verdade fosse esse boato, todos da região ficariam sabendo.

Outro artigo que foi bastante difundido foi o que Maria teria traído Lampião com o cangaceiro Luiz Pedro, justamente o maior amigo do Rei do Cangaço, o homem que jurou fidelidade ao amigo e dele só se separando quando da morte na Grota do Angico. Esse artigo

da traição veio impresso no “Informativo Xingó”, ano 10, número X, de novembro de 1999. O artigo é de Miguel Ângelo de Alencar, pesquisador da AT Aqüicultura. Segue o artigo na íntegra:

Subia o Rio São Francisco a canoa (Teresa Góes) de seu Moisés Tambanque, carregada de mantimentos para o armazém de Chiquinho Rodrigues, quando na margem, um homem acena, pedindo para que o levasse. Atendendo ao chamado, seu Moisés encosta a canoa e nesse momento é surpreendido por Lampião e Maria Bonita, acompanhados por dezessete cangaceiros que ordenam que façam a volta e desçam o Rio.

Seu Moisés, canoeiro experiente, sabia que o fato de sua canoa estar descendo o Rio, quando tinha a pouco subido e ainda estava carregada de cangaceiro, com certeza chamaria a atenção dos ribeirinhos, que poderiam alertar a polícia, provocando um possível tiroteio que colocaria a vida de todos em perigo, inclusive a sua. Resolve, então, pedir a Lampião que seus homens se sentem no lastro, para que não fossem vistos, sendo prontamente atendido. Maria Bonita foi alojada na tolda e Lampião ficou com seus homens e os passageiros.

Moisés, precisando de umas cordas que estavam na tolda, pede permissão para ali entrar, sendo atendido. Quando seu Moisés empurra a porta eis a surpresa: Luiz Pedro estava dando um beijo apaixonado na boca de Maria Bonita. Seu Moisés, fingindo não ver nada, pega suas cordas e de fininho se retira.

Em determinado momento, Lampião nota a presença de um bonito saxofone, e pergunta a quem pertence, sendo respondido por Walter, tocador de primeira, que estava com destino A Pão de Açúcar onde tocaria o carnaval. Lampião solicita que ele toque, sendo prontamente atendido com um tango que muito o agradou, pedindo que fosse repetido. Walter toca toda viagem até chegarem à fazenda Saco do Medeiro, vizinho da fazenda Jacobina, no município de Gararú, em Sergipe, onde Lampião mandou atacar.

Neste instante, Lampião paga ao saxofonista a importância de 50.000 réis pelos seus serviços e desembarcam com sua tropa se embrenhando novamente na caatinga.

“Provavelmente feliz por aquele momento de descontração, e por ignorar a traição de sua companheira com seu cabra de confiança”.

Esse é um dos mais fantasiosos capítulos já escritos sobre Maria Bonita. Segundo o escritor Alcino Alves Costa, que foi amigo do barqueiro, ele deu o seguinte depoimento: Moisés Tambanque era um beiradeiro de pura raça, nascido e criado no povoado Curralinho, hoje município de Poço Redondo, Sergipe. O Curralinho, a Capoeira, seus terrenos na beira do Rio São Francisco e a canoa Tereza Góes eram a vida de Moisés. Ali viu seus filhos crescerem e já caindo pra idade, deixou seu povoado, seu terreno, a sua canoa e se destinou para as terras distantes de Juazeiro da Bahia. Seus filhos e descendentes, ainda residindo em Curralinho e Poço Redondo, não se recordam de terem ouvido do velho patriarca, nada em referência a esse acontecimento.

Eles que tanto tempo conviveram com o pai e amigos acostumados a conversarem sobre as aventuras do dia a dia no Rio confirmam que esse é um fato inverídico.

2.9 MARIA BONITA, CRIANÇA, MENINA, MULHER, VIDA, TRAÇADOS CAMINHOS E O ÚLTIMO ATO DE UMA VIDA ATRIBULADA

Nasceu menina, criancinha, igual a todos quando nascem e não se nasce com estigmas, nem o tempo traz deformações que nos levam a ser bandidos ou heróis, não é regra natural seguir lados, natural é amar todas as coisas, se defendendo dos perigos e seguindo rumos, se bem que as sociedades modernas criaram leis e diretrizes.

Inconscientemente busca-se algo que se desconhece, reflexos dos sentidos gerados pela própria natureza, defesas decorrentes de medos do desconhecido. A humanidade em seus princípios básicos nascidos no berço da vida nos tolhe às suas circunstâncias.

Maria Gomes de Oliveira veio ao mundo como criança, foi criança, brincou de ser criança, teve bonecas, brincou de casinha, aprendeu sendo criança. O tempo a transformou em mulher, cresceu mulher, foi mulher. Conheceu pessoas, teve amigos, descobriu amores, sabores, palavras. Sentiu saudades, sonhou, chorou, correu, cansou, sangrou, sorriu, amou. Conheceu lugares, cores, se emocionou, cantou, se enfeitou, engomou, costurou, bordou, adorou, orou, andou. Colheu flores, tomou banho de chuva e se banhou nos barreiros, apreciou o orvalho, aparou águas nas biqueiras, encheu potes, acendeu candeeiros, sentiu o calor de um sol causticante, suou. Apreciou os pássaros e seus cantos, seguiu borboletas, colheu lenha, acendeu fogo, cozinhou, apagou chamas. Sentiu dor, talvez mais que muitos de sua geração. Perdoou, consolou. Olhou da janela, divisou alazão que voava nas veredas infundas, trilhou caminhos quase sem volta. Viveu momentos, muitos momentos, caminhou muitas léguas, várias tiranas, teve medo, engravidou, teve filhos, nos matos bravios da caatinga. Se embriagou com os aromas da fauna sertaneja, fragrâncias únicas. Se feriu, nos tantos espinhos, filetes de sangue a manchar-lhe a pele, a pele morena, morena tão bela. Sarou feridas, criou cicatrizes. Sentiu saudades, essas muito mais que todos. O tempo castigou, a distância fez com a vida o que faz com as flores, desseca-as. Tombou ferida, agonizou, viu a morte chegando, a sentença dos justos ou dos injustos? Momento final, a vida se foi. Cabeças expostas, corpos sem cabeças, perdidos. O fim.

Foi criança um dia, amou como criança, aprendeu sendo criança. Foi mulher e como tal viveu os sabores e as dores do mundo. Teve amigos, mãe, pai e irmãos. Engatinhou, andou, correu, percorreu estradas, amou, se emocionou, chorou, sofreu, igual todos nós, como é pra ser a vida, a vida é assim (Lima, 2005).

Maria Bonita e Lampião morreram no dia 28 de julho de 1938, na Grota do Angico, em Poço Redondo, Sergipe, atacados pelos volantes do sargento Aniceto, aspirante Chico ferreira e o comandante geral do ataque, o tenente João Bezerra. Segundo algumas informações ela foi degolada ainda com vida. Ela viveu ao lado de Lampião por quase dez anos, de 1929 a 1938, seguindo uma vida de correrias constantes. Tiveram quatro filhos, sendo dois natimortos.

Depois das mortes dos cangaceiros, as cabeças foram expostas como troféus e saíram por várias cidades sendo mostradas a população. Tempos depois as cabeças ficaram no Instituto Nina Rodrigues, em Salvador, Bahia, onde depois de uma longa briga judicial, foram enterradas.

No dia 13 de janeiro de 1969, o governador Luis Vianna Filho assinou uma ação autorizando o sepultamento das cabeças dos cangaceiros. O ato final do enterro das cabeças aconteceu no dia 13 de fevereiro de 1969.

Exame médico-legal da cabeça de Maria Bonita:

(seguindo a grafia original)

“A cabeça de Maria Bonita deu entrada às 22 horas do dia 31 de julho de 1938 no Serviço Médico Legal do Estado de Alagoas, em mau estado de conservação, razão por que não foi retirado o encéfalo, já reduzido a uma pasta esbranquiçada e amorpha que se escoava pelo orifício occipital. As partes moles infiltradas não permitiram fossem melhor apreciados os traços physiônômicos da companheira de Lampião, os quais, aliás, não pareciam desmentir o apelido que lhe deram. Aparentava ser uma mulher de trinta, trinta e cinco annos de idade. À primeira impressão, o que mais prende a attenção em vê-la é a testa alta e de todo vertical. Cabellos negros, longos, finos e lisos, arrumados em trança pendente. Tez morena clara. Pode ser incluída no grupo dos brasileiros xanthodermas da classificação de Roquette-Pinto. Perímetro cephalico é de 57 centímetros. Diâmetro transverso máximo mede 150 milímetros. Índice cephalico, 32. Por tanto bracycephala. O comprimento total do rosto alcança 190 milímetros. O comprimento total da face é de 120 milímetros. O comprimento simples da face é de 72 milímetros. Diâmetro bizigomatico ou transverso máximo da face: 153 milímetros. Índice parcial de broca: 47,0. Nariz de ápice grosso e rhombro, um pouco achatado, mede 50 centímetros de altura e tem largura máxima de 35 milímetros. Índice nasal transverso é de 70. Portanto, mesorrhina. Orelhas simétricas, tendo comprimento total de 50 milímetros e largura máxima de 40. Índice auricular de Topinard: 80. Lábios grossos, sendo a cavidade bucal de 45 milímetros. Dentes pequenos, bem plantados e em excellent estado de conservação. A largura da fenda palpebral é de 40 milímetros, olhos castanhos escuros.

São esses principaes elementos colhidos traçando-se o perfil anthropologico de Maria Bonita. Não denunciam elles a existência de quaesquer estigmas de degenerescença ou signaes atávicos. Na busca de sua constituição delinquencial muito mais importância teria o estudo psicológico que permitiria pôr em relevo os caracteres fundamentais de sua personalidade. Em verdade uma conclusão definitiva e segura só poderia ser tirada da apreciação physiopsichyca e biographica da victima, único meio capaz de revelar suas tendências criminosas mesmo se despertadas estas pela paixão e pelo amor.

Maceió, 3 de agosto de 1938

Dr. José Lages Filho, médico legista.

Fonte: jornal de Alagoas, edição do dia 4 de agosto de 1938.

2.10 POR UMA QUESTÃO DE GÊNERO: UM TOQUE FEMININO NO CORAÇÃO DO CANGAÇO

A mulher que na República já tinha um papel diferenciado na sociedade rompeu parâmetros e barreiras impostas também em um nordeste arcaico quando na década de 1930, no Sertão fragilizado por falta de políticas públicas entraram para o cangaço, quebrando convenções, protagonizando ações, provocaram o toque de gênero para se chegar à igualdade, se fizeram visíveis e influenciaram corações, na dureza de uma época e antes mesmo de entoar conquistas, muitas tombaram com a lâmina cruel da covardia.

Para entendermos algumas questões sociais que envolvem o feminino e o masculino, ou as relações construídas na sociedade sobre o homem e a mulher é necessário nos remeter as questões de gênero. Os valores das esferas públicas como o trabalho, política, educação, construção de conhecimento, dentre outros. Na esfera privada como o amor, ódio, sexualidade, casamento, família, amizade, continuam instituindo os comportamentos diferenciados por sexo. Portanto, o feminismo compreende que são esses valores que trazem prejuízos à construção de igualdade entre homens e mulheres para a transformação da sociedade.

O conceito de gênero é gestado de diversas formas, de acordo com o ambiente onde é ajustado. Assim seu uso sofre adaptações ideológicas, que em muitos casos reduzem o seu conteúdo político e, a sua potencialidade para a transformação das relações de poder. Joan Scott (1995) num artigo editado pelo SOS Corpo (Organização Feminista) define: Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. Gênero é a forma primeira de significar as relações de poder.

Logo gênero é um conceito relacional, elaborado pela teoria feminista, útil para entender a sociedade nas relações de poder, corrobora Cristina Buarque (2006).

A construção das relações sociais entre pessoas e a natureza e o desenvolvimento de cada sociedade, vão construindo aos poucos as culturas dos povos. Com base nestas culturas, vemos que homens e mulheres mudam de papéis, dependendo de qual contexto esteja inserido e do momento histórico vivenciado.

Compreendendo gênero como relações socialmente c construídas, ou seja, o ser humano do jeito que são moldados, construídos e reconhecidos culturalmente, a constituição

de gênero vai se dando no cotidiano e moldando um modelo de homem e mulher que lhe é apresentado a partir da definição de papéis sociais. Daí aquilo que é aprendido torna-se “natural”: a superioridade do homem e a subordinação da mulher. A partir disso, os estereótipos foram sendo normatizados nas relações desiguais.

Esse estado de “naturalização” tornou-se bastante acentuado no Sertão, por causa de um modelo dominante e em todas as atividades da vida aparece a situação privilegiada dos homens e a discriminação das mulheres como algo independente da vontade de cada pessoa, trazidos em leis, costumes e estruturas.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Foi elaborada uma pesquisa de campo através de entrevistas e consultas documentais na região que compreende as cidades baianas de Paulo Afonso, Glória, Rodelas, Macururé, Chorrochó, Canudos, Jeremoabo e Santa Brígida. Foram colhidos depoimentos dos remanescentes, fotografias e documentos referentes à história.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo dos relatos das antologias do cangaço é perfeitamente possível observar numa perspectiva de gênero essa construção de homens e mulheres e suas transformações culturais num cenário de adversidades do Sertão do Nordeste, em plena caatinga ocorre um curioso protagonismo de mulheres no cangaço.

Simone de Beauvoir (1974) acentua numa concepção feminista de gênero que: Cada ser humano nasce macho ou fêmea (sexo), mas torna-se homem ou mulher (gênero): “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Essa construção social de gênero também se faz no movimento do cangaço. As mulheres, de femininas, se tornaram dentro de uma concepção de gênero, mulheres.

O Sertão do nordeste do Brasil historicamente foi marcado em sua estrutura vital. Castigados por secas naturais e por cercar tão desiguais, as políticas de descaso se encarregaram de aprofundar a pobreza e reproduzir diferenças de relações sociais e de poderes estruturais. Mas, também deu espaços a lógica da contradição, que possibilitaram a

organização de populações afetadas, a mobilização, a sua alta proteção ou mesmo as suas cobranças de medidas de amparo.

Como o protagonismo das mulheres é esquecido pela história, faz-se justo, dentre tantas mulheres de destaque mundial, considerar as mulheres do cangaço. Por que não?

Dentre as controvérsias da história, se edifica um Movimento do Cangaço determinado segundo inúmeros escritos, entre um misto de justiceiros e bandidos. Frente ao absolutismo dos coronéis, num cenário sertanejo tão adverso, o papel secundário das mulheres, dá lugar à atitude frente à sobrevivência na esperança justicosa. Mulheres e homens como sujeitos coletivos, assumem papéis semelhantes na trajetória do cangaço.

Pobreza e exclusão são fenômenos que atingem de forma diferenciada homens e mulheres. Para as mulheres, a realidade de carência é ainda pior, pois são elas encarregadas pela herança patriarcal, de executar tarefas majoritariamente dependentes da provisão masculina para sustentar a família.

Dessa feita, numa visão preconcebida, parece inapropriado o protagonismo de mulheres embrenhadas nas caatingas, em pleno Sertão no exercício de temidas cangaceiras. Essas mulheres, de femininas tornaram-se mulheres de afronta, mesmo com querelas, a anticultura de domínio e da violência de gênero.

A condição de subalternidade das mulheres tem sido explicada por diferentes estudos, em diversas áreas do conhecimento. Mas é com base nesta concepção, que o protagonismo das mulheres no cangaço se revela, no rompimento familiar no fascínio dos bandos, nas agruras do tempo, na sorte que lhes escapavam e nos papéis que a sociedade lhe impunha, elas protagonizaram cenários.

Historicamente as mulheres têm sido coisificadas, violentadas, agredidas, subjugadas e oprimidas. A opressão “bloqueia a capacidade das pessoas encontrarem os caminhos para mudar o mundo e a si mesmos, de modo que o oprimido pode nem sequer enxergar sua opressão” (BEAUVOIR, 2000).

As mulheres do cangaço buscaram outros caminhos, se destacaram, transformaram-se de fêmeas em mulheres na condição do cangaço. Elas impuseram uma identidade própria, personalidades singulares. Foram perseguidas, enfrentaram estruturas de poder, criaram estratégias de sobrevivência, influenciaram posturas, ditaram regras e tornaram-se temidas cangaceiras no controverso mundo dos homens do cangaço. Nesta inclusão, as pessoas do

cangaço constroem novas relações de gênero, o que nos permite observar uma nova cultura e a redefinir novos vínculos.

Foi a partir desse quadro da entrada das mulheres no cangaço que ficou evidenciado uma nova faceta da mulher nordestina, ela transpôs os códigos vigentes, driblou as regras familiares, investiu em uma página a ser escrita sem pesar suas consequências.

CONCLUSÃO

A abertura do cangaço às mulheres modificou a ordem masculina e integrou a apologia do movimento enquanto desordem dos signos e dos sentidos. Uma nova economia amorosa guerreira se instaurou. As mulheres, conhecedoras ímpares do feminino no masculino, vão impor uma práxis, uma contabilidade amorosa na qual o ideal de vida vai prevalecer substituindo-se ao espectro da morte, feito espetáculo de violência sem objetivo, sem direção. Como os homens, elas sabiam que o cangaço não era uma brincadeira ou um passatempo; acreditavam, porém, na possibilidade de construir a vida a partir da morte. Era como se, doravante, a morte calculada, pensada; a morte como produto da cultura de honra e não movimento esquizofrênico de uma violência esvaziada de conteúdo, uma violência desesperada.

Ao contrário da violência dos homens, as mulheres pareciam optar pela agressividade, enquanto movimento ação e reação, alavanca necessária à autonomia dos sujeitos - uma violência positiva, quem sabe? - produtora de novos conceitos, novos saberes, numa nova sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTELO, M. O Uso Perverso do Gozo. *In.*: Agente: **Revista de Psicanálise**. Perversão Generalizada. Ano VIII. n.14. Salvador: EBP: 2007.

BEAUVOIR, S. de. **The Second Sex**. Trad. H. M. Parshley. New York: Vintage Books, 1974. (O Segundo sexo).

FREUD, S. **Psicologia de Grupo e Análise do Ego**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LACAN, J. **O Seminário, livro 10: A Angústia, Pontuações sobre o Desejo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed: 2005.

LACAN, J. **O Seminário, livro 23: O Sinthoma.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed: 2007.

LIMA, J. de S. **A Trajetória Guerreira de Maria Bonita – A Rainha do Cangaço.** Ed. Fonte Viva. Paulo Afonso, 2005.

LIMA, J. de S.; BARRETO, E. I.; GALDINO, A.; LIMA, R.; MARQUES, J. **Diferentes contextos que envolvem a vida da Rainha do Cangaço.** Ed. Paulo Afonso: Fonte Viva, 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Recife, SOS Corpo, 2005.

Tomáz, A. de F.; Brito, A. F. S.; Silva, M. S. da; Silva, D. C. da. **Por uma Questão de Gênero no Sertão. Texto apresentado no II Seminário Internacional do Centenário de Maria Bonita. NECTAS/UNEB- Campus VIII. 08 mar. 2010.**

COMPETÊNCIAS E
HABILIDADES NO
CURSO DE
ADMINISTRAÇÃO
POR MEIO DA
METODOLOGIA
DE
APRENDIZAGEM
BASEADA EM
PROJETOS
MEDIADA POR
TECNOLOGIA

SKILLS AND SKILLS
IN THE
ADMINISTRATION
COURSE THROUGH
PROJECT-BASED
LEARNING
METHODOLOGY

DOI 10.51473/rcmos.v%vi
%i.78.g43

FERREIRA, Hugo Silva [2]
MARTINS, Geisse [3]
SANTOS, Danillo Miguel de
Sales [4]

[1] Dissertação original apresentada em Must University Master of Science in Emergent Technologies in education. Flórida – USA.

[2] Mestrando-administração de Empresas. MUST University, MUST, Estados Unidos. E-mail:
prof.hugosferreira@gmail.com

[3] E-mail:
profmartinsgeisse@gmail.com

[4] E-mail: danillo.miguel@live.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo verificar a efetividade da aplicação da metodologia ativa Aprendizagem Baseada em Projetos, mediada por tecnologia, no desenvolvimento de competências e habilidades definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Administração. Nesse sentido, uma pesquisa descritiva, a partir da revisão bibliográfica e estudo de caso, foi realizada, na Faculdade de Administração Guaratinguetá, na disciplina Projeto Integrador dessa instituição, com abordagem qualitativa e quantitativa dos dados coletados. Considera-se que essa metodologia ativa de ensino e aprendizagem tem características e atividades específicas, que foram observadas no planejamento do professor, quanto a integrar teoria e prática, estimular o protagonismo e autonomia do estudante no processo de ensino e aprendizagem, promover o engajamento com tarefas, desenvolvimento de projeto contextualizado com a vida extraescolar, ser uma aprendizagem desafiadora, processual e participativa contribuindo para que competências e habilidades prescritas pelas diretrizes sejam desenvolvidas. Além disso, quando mediada por tecnologia, ela, ainda, contribui para a facilitação de aprendizagens individuais e grupais que, da mesma forma, contribui para o desenvolvimento de competências e habilidades, conforme aponta a amostra de pesquisa. Assim, ela é considerada efetiva para tanto. Nesse caso, como apontamento para pesquisas futuras ressalta-se a importância da contribuição que as metodologias ativas podem trazer para a construção do Projeto Pedagógico de Curso baseado em competências.

Palavras-chave: Aprendizagem Baseada em Projetos. Competências e habilidades. Metodologias ativas.

ABSTRACT

This work aims to verify the effectiveness of the application of the active Project Based Learning methodology, mediated by technology, in the

development of competences and skills defined by the National Curricular Guidelines of the Administration course. In this sense, a case study was carried out at the Faculty of Administration Guaratinguetá, as well as an action research, in the discipline Integrator Project of this institution. The research is descriptive and applied, with a quantitative qualitative approach to the results. It is considered that this active teaching and learning methodology has specific characteristics and activities, which were observed in the teacher's planning, as to integrate theory and practice, to stimulate the student's role and autonomy in the teaching and learning process, to promote engagement with tasks, development of a project contextualized with extra-school life, being a challenging, procedural and participatory learning, contributing to the development of competences and skills prescribed by the guidelines. In addition, when mediated by technology, it also contributes to the facilitation of individual and group learning, which, likewise, contributes to the development of competences and skills, as pointed out by the research sample. Thus, it is considered effective for both. In this case, as an indication for future research, the importance of pointing out the contribution that active methodologies can bring to the construction of the competency-based Pedagogical Course Projects emphasized.

Keywords: Project Based Learning, Skills and abilities, Active teaching-learning methodologies.

1 INTRODUÇÃO

A formação acadêmica em Administração requer competências e habilidades do administrador que compreende diferentes dimensões nas esferas social, interpessoal, pessoal e profissional (ODA; MARQUES, 2008) a fim de que ele tenha uma visão sistêmica das diferentes situações nas organizações empresariais, tais como resolução de problemas, inovação e melhorias (CHIAVENATO, 2007; 2014).

Nesse sentido, os cursos de Administração devem se orientar pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para este curso a fim de balizar o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) das Instituições de Ensino Superior (IES), isto é, a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), Câmara de Educação Superior (CES), nº 4, de 13 de julho de 2005(4/2005), que institui as DCNs do Curso de Graduação em Administração.

Um projeto que, segundo Nunes e Barbosa (2009), mais do que evidenciar tais competências deve, de fato, efetivá-lo, de forma que as mudanças necessárias para essa efetivação sejam percebidas na visão de todos os envolvidos no processo: alunos, professores, coordenadores de curso e da IES), repercutindo em uma formação que atenda às exigências do mercado (CHING; SILVA; TRENTIN, 2014). Dentre os processos em que se desdobram a prática educativa, as metodologias de ensino e aprendizagem no ensino superior de

Administração precisam, da mesma forma, acompanhar essas prerrogativas, além de se apoiarem nas tecnologias para mediar, intervir e favorecer a aprendizagem (ALMEIDA, 2018).

As metodologias ativas de ensino e aprendizagem se configuram como meio para viabilizar uma aprendizagem centrada no educando, sendo o professor, o mediador (MORAN, 2000). Nesse ínterim, a Aprendizagem Baseada em Projeto (ABP), pode ser eleita como capaz de atender às prerrogativas da formação de um graduando de Administração, uma vez que envolvem estudantes em tarefas e desafios para executar um projeto (MORAN, 2018), desenvolvendo competências e habilidades, inclusive em âmbito cognitivo e sócio emocional. Quando apoiadas em tecnologias, as metodologias ativas contam com a facilidade de integração, de cooperação, troca de ideias e experiências (ALMEIDA, 2018).

Dessa maneira, o presente estudo tem por objetivo verificar a efetividade da aplicação da metodologia ABP, mediada por tecnologias, no desenvolvimento de competências e habilidades definidas pelas DCNs do curso de graduação em Administração, na disciplina Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais, da Faculdade de Administração Guaratinguetá (FACEG).

Assim, o desenvolvimento do trabalho gira em torno da exposição das exigências para a formação do administrador, com base nas DCNs, em termos de competências e habilidades, na fundamentação das teorias de ensino e aprendizagem por competências e habilidades, que balizam a aplicabilidade das metodologias ativas, mediada por tecnologias de ensino, como suporte a sua execução. A metodologia de pesquisa escolhida foi a descritiva, a partir da revisão bibliográfica e estudo de caso, com abordagem qualitativa, sobre o planejamento do professor que utilizou a ABP como metodologia como capaz de desenvolver as competências e habilidades prescritas pelas DCNs; e quantitativa, sobre a percepção dos pesquisados sobre o desenvolvimento das competências e habilidades prescritas pelo documento. No segundo caso, os dados foram coletados a partir de um questionário desenvolvido com perguntas fechadas e abertas para a amostra de pesquisa.

Dessa forma, foi possível concluir que a metodologia é efetiva nesse sentido, pois suas atividades e características específicas, observadas no planejamento pedagógico, engendram o desenvolvimento de competências e habilidades prescritas pelas DCNs e que foram percebidas pela amostra de pesquisa.

2 EXIGÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR COM BASE NAS DCNS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece diretrizes para a educação superior da mesma forma que estabelece ao longo da educação básica, aproximando os diferentes níveis de educação. Em seu Artigo 43, por exemplo, percebe-se que, para que essa aproximação ocorra, no que tange ao desenvolvimento pleno e interdimensional do sujeito e sua qualificação para o trabalho, há o estabelecimento de diretrizes quanto a finalidade desta etapa de ensino, entre as quais destaca-se a de “[...] formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua” (Brasil, 1996).

A profissão do Administrador, no Brasil, foi criada pela Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965 (4769/65), dispondo sobre o exercício da profissão de Administrador. Em seu Artigo 3º, essa lei prevê que este profissional se refere ao bacharel em Administração, graduado no Brasil ou no Exterior, e ao Técnico, a nível de Ensino Médio (Brasil, 1965), sendo regulamentada pelo Decreto 61.934, de 24 de fevereiro de 1966. Nesse sentido, sua formação deve atender às seguintes atividades profissionais, conforme o Artigo 2º da Resolução 4769/65:

- a) pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos, assessoria em geral, chefia intermediária, direção superior;
- b) pesquisas, estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos da Administração, como administração e seleção de pessoal, organização e métodos, orçamentos, administração de material, administração financeira, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que esses se desdobrem ou aos quais sejam conexos. (BRASIL, 1965).

Exposto isto, é importante destacar, portanto, que as IES que ofertam cursos de graduação em Administração devem orientar-se por exigências estabelecidas por políticas educacionais que lançam mão de diretrizes específicas para cada curso a fim de graduar cidadãos que atendam às exigências tanto técnicas quanto práticas, perpassando os diferentes âmbitos da formação humana. Dentre as exigências estabelecidas, pode-se destacar a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), Câmara de Educação Superior (CES), nº 4, de 13 de julho de 2005, que, em seu Artigo 2º, orienta sobre a organização do curso de graduação em Administração na qual,

A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade, como Trabalho de Curso, componente opcional da instituição, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico (BRASIL, 2005).

Nessa composição, as DCNs de 2005, de acordo com o que solicita a LDB, elegem assegurar que os Projetos Pedagógicos de Cursos – PPC – contemplem as competências e habilidades que têm a finalidade de formar administradores aptos a exercerem suas funções no mercado de trabalho, considerando que a formação profissional tem sua gênese nas IES.

O PPC é um documento de suma importância para IES, pois ele deve contemplar, de acordo com diretrizes exigidas, todos os processos que compõem a prática educativa (planejamento, metodologia, avaliação, recursos pedagógicos) para estruturar um curso superior que atenda a tais exigências. Ou seja, uma lógica pautada na prescrição de competências e habilidades a partir da finalidade de formar um cidadão pleno (ZABALA; ARNAU, 2014) que deve se estender aos PPC das IES. Dessa maneira, aponta-se a pesquisa de Nunes e Barbosa (2009) que, com objetivo de buscar a caracterização da noção de competências na formulação/reestruturação dos cursos de Administração (2009), salientam que, dentre as IES envolvidas em sua pesquisa, a maioria evidencia as competências no PPC da instituição, mas que o seu sentido normativo deveria dar lugar a uma concepção real e efetiva, perpassando, inclusive, a formação do professor em aspectos de conteúdo, metodologias de ensino e processos de avaliação articulados a essa proposta de graduação em Administração.

Ching, Silva e Trentin (2014), relatam a experiência em contribuir na estruturação de um PPC do curso de Administração baseado em competências exigidas pelas DCNs para este curso, bem como outros órgãos de classe, tais como a Pesquisa Nacional do Conselho Federal de Administração e Conselho Regional de Administração (CFA/CRA). Concordam que tal estruturação deve repercutir em mudanças, não apenas, na teoria do ensino e aprendizagem por competências prescritas como paradigma, mas também na visão dos envolvidos no processo (alunos, professores, coordenadores de curso e da IES) a fim de formá-los mediante as exigências do mercado. Ou seja, não basta ter um PPC alinhado com as diretrizes, embasado no ensino e aprendizagem de competências se não o operacionalizar pautado pela aplicação contextualizada na prática. Nesse sentido, a Resolução 4/2005 prescreve, em seu Artigo 4º, as

competências e habilidades a serem desenvolvidas no curso de Administração a serem observadas pelas IES quanto a organização do currículo:

- I - Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- II - Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
- III - refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- IV - Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- V - Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- VI - Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;
- VII - desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações; e
- VIII - desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais (BRASIL, 2005).

Assim, sem classificá-las, essas são as competências, habilidades e atitudes que devem ser observadas na organização das disciplinas e de todo o aparato que envolve a prática pedagógica, do curso de Administração tanto em seu âmbito técnico, quanto humano e conceitual. Inclusive, essa observação também cabe às atividades complementares deste curso que devem se orientar e avaliar competências e habilidades fora do ambiente escolar, conforme institui o Artigo 8º, da CNE/CES 4/2005.

2.1 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO ADMINISTRADOR

Atualmente, vivemos o mundo *VUCA* – volátil, incerto, complexo e ambíguo. Esse termo foi utilizado inicialmente pelo exército dos Estados Unidos e adotado pela Universidade de Harvard para descrever um mundo com mudanças rápidas, que requer um profissional moderno, dotado de competências e habilidades necessárias para enfrentar os desafios impostos às organizações (ISMAIL; MALONE; GEEST, 2015). Nesse ínterim, os avanços tecnológicos

evoluíram, principalmente no que concerne às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), demandando competências e habilidades do administrador que balizam uma atuação profissional que acompanhe tais mudanças rápidas deste mundo *VUCA*.

As DCNs prescrevem esta perspectiva quando, em seu Artigo 5º, orientam a integração dos conteúdos da organização curricular entre a formação básica, a formação profissional, os estudos quantitativos e suas tecnologias e os conteúdos complementares. Nesse caso, os cursos de Administração devem se orientar, também, pela utilização de tecnologias inovadoras interrelacionada às realidades nacionais e internacionais (BRASIL, 2005).

Corroborando com essa necessidade de se adequar a tais mudanças rápidas, pode-se apontar, por exemplo, as competências e habilidades prescritas pelo documento, em seu Artigo 4º, Incisos V e VI, quanto a este futuro profissional ser aberto às mudanças, revelando-se adaptável ao uso e aplicabilidade da tecnologia em seu contexto profissional seja para gerar ou divulgar conhecimento. Para o administrador, essas competências e habilidades, desenvolvidas durante o curso, evidenciam-se ao longo de sua atuação e estabelece o desenvolvimento de um profissional que atende às necessidades do mercado.

Mas o que é Administração, no que se refere a atuação profissional, para demandar competências e habilidades em um curso de formação superior? Oda e Marques (2008, p. 7) definem a administração como uma ciência social que se vale do conjunto de “[...] teorias e técnicas para a gestão dos recursos humanos, naturais, financeiros e informacionais”, objetivando o desenvolvimento socioeconômico.

Chiavenato (2007, p. 29), por sua vez, envolvendo tanto a participação no desenvolvimento da sociedade quanto a da empresa em si como forma de demarcar seus objetivos, gerindo recursos humanos, naturais, financeiros e informacionais, define a administração como “[...] a realização de um empreendimento sob as ordens de alguém ou simplesmente como a prestação de um serviço a outrem”. Nesse mesmo sentido, e considerando os recursos humanos, naturais, financeiros e informacionais, Masiero (2012) orienta que o conceito de administração emerge, quando há integração coerente de um conjunto de conhecimentos de áreas humanas existentes nas organizações, com o intuito de que ela tenha eficiência e eficácia para sobreviver ao mercado e contribuir para o alcance de objetivos, a partir da proposição de técnicas, estratégias e ações. Assim, percebe-se que competências e habilidades se desdobram na gestão dos recursos em uma organização que devem perpassar

tendências do mercado que determinam a direção e o destino das empresas de maneira competitiva e em consonância com a visão dos consumidores. Esse conceito orienta-se pela a Teoria do conforto Total (TCT) pautada na conveniência e facilidade que o consumidor busca; na qualidade de vida; no meio ambiente; na conectividade e mobilidade; na globalização e na responsabilidade social (ODA; MARQUES, 2008). Portanto, um educando formado em Administração deve possuir competências e habilidades para a gestão e implementação desses recursos em aspectos de planejamento, organização, controle e comando seja para o alcance de objetivos da organização pública, privada ou sem fins lucrativos (LISBOA, 2016).

Para compreender as competências a serem desenvolvidas em um curso de Administração, prescrita pelas DCNs, há de se conceituar o que são competências e habilidades. Competência, segundo Roegiers (2000, p. 66) como citado em Scallon, (2015, p. 143) “[...] é a possibilidade, para um indivíduo, de mobilizar de maneira interiorizada um conjunto integrado de recursos em vista de resolver uma família de situações-problema”. Portanto, é a capacidade do indivíduo recorrer às experiências prévias adquiridas tanto na escola quanto na vida real. Ou seja, competências desenvolvidas que permitem a mobilização de recursos e sua aplicação em diferentes contextos e situações.

Para Zarifian, (2001, p. 72) é “um entendimento prático de situações que se apoia em conhecimentos adquiridos e os transforma na medida em que aumenta a diversidade das situações”. Nesse sentido, o conceito incorpora atributos vinculados aos conhecimentos (saber), às habilidades (saber fazer), aos comportamentos e experiências (saber ser), uma vez que o desenvolvimento de uma competência requer a vivência em determinado contexto (saber conviver), reforçando a importância da ação educativa, ressaltada por Delors et al. (1999), quanto à formação escolar para o século XXI.

Habilidade, por sua vez, segundo Chiavenato (2007, p. 69), “[...] é a capacidade de aplicar o conhecimento adquirido seja na resolução de problemas, na melhoria da situação ou em inovação para fazer algo completamente novo e diferente”, isto é, saber usar o conhecimento em função de uma visão ampla e sistêmica das diferentes situações presentes nas organizações.

Se as habilidades se encerram em diferentes situações de uso permeadas pelas competências, logo, envolve conhecimento de estruturas organizacionais das quais Silva (2008, como citado em LISBOA, 2016) destaca três categorias: a técnica, que corresponde a relação

entre o desempenho e a formação; a humana, que equivale as relações com as pessoas; e a conceitual, que se refere a compreender as organizações.

Inserir e desenvolver competências e habilidades na formação acadêmica do administrador requer a elaboração de uma organização curricular que possibilite, portanto, articular o contexto da formação do aluno com o mundo do trabalho, focalizando a gestão acadêmica como um processo que integra a educação formal, a experiência profissional e a experiência social.

Nesse caso, o estudante deve ser um sujeito ativo e determinante no processo, pois a lógica das competências indica que o seu desenvolvimento envolve a capacidade de mobilizar recursos, a integração entre saberes que possibilitem a sua aplicação e ação em uma situação concreta.

Mintzberg e Gosling (2003, p. 30) ressaltam que “existe uma fronteira entre o processo de educação e a prática empresarial”. Assim, essa fronteira, como linha tênue entre o que se desenvolve como competências e habilidades na graduação e sua aplicação na organização empresarial é transposta ao passo que este profissional as desenvolve durante seu processo educacional. Logo, a introdução da lógica de competências e habilidades na formação de administradores implica em repensar os currículos, rever as práticas pedagógicas, o sistema de avaliação e principalmente a ação docente. Não se pode pensar a formação do graduando em administração de forma estanque e descontextualizada do mundo do trabalho.

O estudo das competências e habilidades, por sua vez, engloba dois modelos: organizacional e individual. De acordo com Fernandes (2013, p. 19), “competência organizacional é um conjunto de recursos articulados que geram valor para a organização e que podem ser transferidos a outras áreas, produtos ou serviços da organização e impactam o desempenho organizacional em um fator-chave de sucesso”. As competências organizacionais estão vinculadas intimamente com a administração estratégica da organização e fazem parte dos elementos que compõem o sucesso competitivo de cada setor. Para Fernandes, (2013) elas iluminam os recursos a serem monitorados e alimentados pelas organizações. Em contrapartida, a competência individual é “um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que um indivíduo mobiliza e aplica, de forma reiterada, dentro de um contexto profissional, agregando valor à organização e a si mesmo” (FERNANDES, 2013, p. 48). Seja no âmbito organizacional ou individual, as competências e habilidades englobam um conjunto de

elementos que perpassam a globalidade do sujeito (empresa/colaborador) em função de aprimorá-los enquanto organização/pessoa.

Em outras palavras, espera-se de um futuro administrador, por exemplo, as competências necessárias para a gestão de pessoas, as habilidades para lidar, tratar e valorizá-las, colocando em prática esses conhecimentos em diferentes contextos. Por exemplo, a grosso modo, uma de suas competências para a gestão de pessoas seria estimular o colaborador a ter qualidade de vida no trabalho mitigando possíveis problemas de saúde, no exercício de suas funções. O que implica ter uma visão sistêmica de sua função dentro da organização que possibilite a proposição de soluções em diferentes contextos e situações. Acrescentando a este construto de competências e habilidades, como elementos interdependentes, Araújo (2010) ressalta as atitudes como parte deste conjunto. Para ele, nessas três dimensões, ratificando o que foi considerado anteriormente,

[...] o conhecimento corresponde a uma série de informações assimiladas e estruturadas pelo indivíduo, que lhe permite entender o mundo, é a dimensão do saber; a habilidade está associada ao saber-fazer, ou seja, à capacidade de aplicar o conhecimento adquirido (uso produtivo); a atitude é a dimensão do querer- saber - fazer, que diz respeito aos aspectos sociais e afetivos relacionados ao trabalho (ARAÚJO, 2010, p. 46).

Tanto é assim que, ao evidenciar alguns desses componentes, Oda e Marques (2008, p. 105) não os diferencia e os exemplifica como competências, habilidades e atitudes desse futuro profissional: “aprendizagem permanente, tomada de decisões, empreendedorismo, adaptabilidade situacional, trabalho em equipe, liderança e delegação, negociação e mudança, visão estratégica e multidimensional e atuação ética com responsabilidade social”. Logo, os conteúdos abordados no curso de Administração precisam contemplar aprendizagens a fim de que estes elementos sejam evidenciados.

Embora Oda e Marques (2008) não dividam as competências, habilidades e atitudes, Zabala e Arnau (2014) as classifica na dimensão social, interpessoal, pessoal e profissional. Pode-se dizer, dessa maneira, que há competências que são gerais e competências que são específicas. Ao abordar as competências e habilidades de um administrador, ressalta-se que, na dimensão profissional, como aferem Zabala e Arnau:

[...] o indivíduo deve ser competente para exercer uma tarefa profissional adequada às suas capacidades, a partir dos conhecimentos e habilidades específicas da profissão [...], contudo, sem se esquecer das competências gerais que perpassam a integralidade

do ser humano e, nesse caso, há de se apontar que, no âmbito dos conteúdos dessa formação, [...] as competências deverão incluir os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais a fim de não valorizar, apenas, os conhecimentos técnicos. (ZABALA; ARNAU, 2014, p. 98).

Assim, em paralelo ao que está prescrito pelas DCNs como competências da formação de um administrador, além das competências gerais, há as competências específicas da profissão quanto ao que o mercado exige deste profissional. Nesse caso, aponta-se quinze competências, que Martins-Silva, Silva e Silva Júnior (2016, p. 124) reuniram como forma de revisão de literatura dos autores Kilimnik, Sant'anna e Luz (2004) e Sant'anna, Moraes e Kilimnik (2005), para a construção de seu instrumento de coleta de dados a fim de identificar e analisar a visão dos administradores inscritos no Conselho Regional de Administração do Espírito Santo (CRA/ES) acerca do processo de formação de competências que são requeridas pelo mercado de trabalho.

(1) domínio de novos conhecimentos técnicos associados ao exercício do cargo ou função ocupada; (2) capacidade de aprender rapidamente novos conceitos e tecnologias; (3) criatividade; (4) capacidade de inovação; (5) capacidade de comunicação; (6) capacidade de relacionamento interpessoal; (7) capacidade de trabalhar em equipes; (8) autocontrole emocional; (9) visão de mundo ampla e global; (10) capacidade de lidar com situações novas e inusitadas; (11) capacidade de lidar com incertezas e ambiguidades; (12) iniciativa de ação e decisão; (13) capacidade de comprometer-se com os objetivos da organização; (14) capacidade de gerar resultados efetivos; e (15) capacidade empreendedora. (MARTINS-SILVA, SILVA; SILVA JÚNIOR, 2016, p. 124).

A experiência de vida do futuro administrador analisada na pesquisa de Martins-Silva, Silva e Silva Júnior (2016) apresentam dados em relação a esta variável, apontando, com maior ênfase, para o desenvolvimento de competências exigidas pelo mercado contemporâneo quanto à capacidade de trabalhar em equipe, capacidade de relacionamento interpessoal e a capacidade de comprometer-se com os objetivos da organização.

A experiência de vida, nesse caso, pode ser abordada pela instituição de ensino nos cursos de Administração em atividades que façam com que o estudante que, por ventura, não tenha essas capacidades desenvolvidas, possa experimentá-las e praticá-las ao longo do curso, por meio de metodologias de ensino que as oportunize e as promova. Dessa maneira, essas experiências farão parte de seu conhecimento prévio para serem retomadas ao longo da sua formação e, posteriormente, em sua carreira profissional. Portanto, entende-se que o perfil profissional indicado nas diretrizes, aliado às competências profissionais e os campos

interligados de formação propostos pelas DCNs, fornecem, portanto, subsídios para elaboração do projeto pedagógico, considerando as peculiaridades e o contexto do curso, além de diretrizes pedagógicas para o processo de ensino e aprendizagem e desenvolvimento de competências do educando.

3 ENSINO E APRENDIZAGEM

3.1 TEORIAS DA APRENDIZAGEM

A educação para o século XXI demanda mudanças em diferentes contextos, dentre os quais podemos destacar as de ordem da formação do sujeito que, atualmente, deve ser perseguida em função de uma perspectiva acadêmica, pessoal e social, isto é, de maneira integral e interdimensional, estendendo-se ao longo da vida do sujeito (DELORS *et. al.*, 1999; SILVA, 2019). Uma proposta que caminha em oposição à praticada em tempos anteriores, isto é, sob uma perspectiva fragmentada.

Logo, a educação no século XXI, mediante essa demanda de mudanças na formação escolar, requer o desdobramento nos diferentes elementos que envolvem a prática de ensino e aprendizagem. Dentre essas mudanças, no que se refere ao estudante e a aprendizagem, preconiza-se que se dê de forma autônoma, solidária e competente, isto é, que englobe as dimensões que compõem o ser humano. Quanto ao professor e o ensino, projeta-se que promovam condições para que essa formação interdimensional se efetive.

Por certo, essa mudança de pensamento foi influenciada por diferentes teorias de aprendizagem, repercutindo em processos cognitivos dos educandos, na interação entre os pares e nos papéis desempenhados no ensino e aprendizagem. Aspectos que, por sua vez, modificam a dinâmica desse processo enquanto metodologias de ensino e todo o aparato pedagógico que as configura, tais como, recurso pedagógico e tecnológico, avaliação pedagógica que destacam processos mentais ativos ao invés de memorização de conhecimento.

No campo educacional, por muito tempo a educação foi concebida como uma prática social em que o saber era transmitido do professor para o estudante por meio da exposição dos conteúdos e conhecimentos dos quais os estudantes se apropriavam do mesmo modo e no mesmo tempo. Nesse contexto, as diretrizes educacionais voltavam-se para o estabelecimento de conteúdos exigidos para cada etapa de ensino e o professor era o centro do processo de ensino e aprendizagem, uma vez que ele era o responsável por ela, o chamado Modelo de Escola Tradicional (OLIVEIRA, 2019). Nesse sentido, as teorias de aprendizagem, segundo Zanella (2003), eram baseadas em moldar comportamentos (estímulo condicionador do meio em que o

sujeito vive), uma corrente teórica conhecida como Behaviorismo, dos pensadores Pavlov e Skinner. Assim, o professor era o responsável por estimular (condicionar) uma aprendizagem (resposta), dando todas as condições para tanto, o que não necessariamente significava que desencadearia, segundo a autora, uma aprendizagem definitiva.

Seguindo essa linha de pensamento sobre a aprendizagem de forma tradicional como marca de estímulo e resposta, mas por uma perspectiva social (Construtivismo), Zanella (2003) explica a teoria da aprendizagem social na qual ela só decorre do reforço (aprendizagem) por imitação de comportamentos. Portanto, o ambiente social em que o sujeito está inserido, nesse caso, a escola, tem que prover estímulos de forma que o aprendiz os imite. Necessário expor que, embora o social tenha sido um ambiente em que diferentes formas de aprendizagem acontecem, apenas, o meio é levado em conta para desencadear aprendizagens, e não o sujeito inserido neste meio. Nesse sentido, alguns conceitos contidos no ideário do movimento da Escola Nova, em contraposição à escola tradicional dos idos de 1932, guardam ainda, relevância e atualidade com os critérios de qualidade de uma formação do indivíduo para a atuação em sociedade. Essa concepção de educação colocava “[...] no centro do processo os interesses do indivíduo – e não necessariamente das classes – para que o conhecimento escolar estivesse estritamente vinculado ao meio social ideal, mas de modo humano, solidário” (OLIVEIRA, 2019, p. 43). Dessa maneira, levava em consideração que o ensino e a aprendizagem deviam se ancorar na assertiva de que se aprende fazendo e sob uma perspectiva integral. Logo, o educando passa de receptor de informações a produtor de conhecimentos, concebido como protagonista de sua aprendizagem, um ser autônomo e com experiências e conhecimentos prévios à disposição do aprender, tendo, no professor, um mediador para tanto. Nesse caso, conforme reconhece Oliveira (2019), as metodologias ativas entram como forma de atender a esses anseios, devidos às suas características de processos ativos de produção do saber.

Zanella (2003), nesse contexto, apresenta a teoria da aprendizagem cognitiva (Cognitivismo) de Piaget que introduz elementos na prática pedagógica em que se deve observar que desafios precisam ser estimulados e propostos pelo professor para que o estudante tenha condições de pensar por si só e, por consequência, aprender por si, mediante a necessidade de modificar o conhecimento da forma como ele recebe e, assim, aplicar ao longo de sua vida. Portanto, dessa teoria pode se depreender que uma aprendizagem deve ser colocada à disposição

de forma contínua, pois a modificação na estrutura cognitiva passa a ser adaptada ao contexto de aprendizagem.

Diferente da teoria da aprendizagem social, em que o meio é o reforço para a aprendizagem, a teoria da aprendizagem sociointeracionista, de Vygotsky, segundo La Rosa (2003), acrescenta a interação como forma de demarcar aprendizagens. Assim, nessa teoria, o processo e não o produto da aprendizagem é importante de serem observados, bem como sua origem social e seus elementos mediadores. A partir dessa teoria de aprendizagem, percebe-se que o papel da aprendizagem não se encerra mais no professor, todavia, ele é o mediador das aprendizagens relacionadas à interação com o meio social.

Por fim, a Teoria da Aprendizagem Significativa (AUSUBEL, 2000), isto é, uma forma inicial de ampliar estruturas mentais cognitivas já existentes na qual, o estudante parte de suas próprias experiências. Portanto, como portador de conhecimentos prévios acerca de situações, maneiras próprias de resolver problemas e propor soluções, o estudante acrescenta novas aprendizagens às estruturas cognitivas já existentes como forma de demarcar sua participação no processo de aprendizagem e não, apenas, de receber e reter informações. O estudante, nesse caso, é um ser ativo no processo de aprendizagem.

Por conseguinte, percebe-se que a evolução do aspecto fragmentado para um aspecto mais amplo de formação, advindo das teorias de aprendizagem que balizam essa evolução, são necessárias para dar suporte a uma prática pedagógica comprometida com o desenvolvimento pleno do sujeito em aspectos acadêmicos, teóricos e práticos, pessoais e sociais, conforme requer uma aprendizagem por competências. Nesse cenário de evolução de teorias de aprendizagem, há ainda que se destacar que a inserção das tecnologias na educação foi uma maneira, tanto de acompanhar as mudanças requeridas nesse contexto, quanto de promover a visão da aprendizagem, antes centrada no professor e, atualmente, centrada nos estudantes para uma formação por competências.

Conforme aponta Almeida (2018, p. 10), as diferentes metodologias de ensino e aprendizagem que utilizam as TDIC “[...] empregadas para interagir, criar, estabelecer relações e aprender” contribuem para que o estudante, além de quebrar fronteiras entre o espaço virtual e o espaço físico, sejam mediados na aprendizagem de maneira significativa, acrescentam novos conhecimentos e facilitam o processo pelo fato de que modificam espaços e tempos de aprendizagem.

3.2 APRENDIZAGEM POR COMPETÊNCIAS

O debate sobre a aprendizagem por competências, no Brasil, veio marcado pela influência dos discursos do Banco Mundial e da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico que emergiram da ideia de que a aprendizagem não deve ensinar apenas a aquisição de conhecimentos, mas também de competências e habilidades que sejam colocadas à disposição da sociedade e da prática social do trabalho, como forma de demarcar a necessidade de formação em um aspecto mais amplo dessa prática (Oliveira, 2019). O que, para Zabala e Arnau (2014) pode contribuir substancialmente para a melhoria da educação, indo contra ao reducionismo desta como prática de memorização de conteúdos e sem aplicação na vida real.

O desenvolvimento de competências e habilidades está intimamente ligado ao processo de ensino aprendizagem. Assim, qualquer iniciativa no meio acadêmico, visando o desenvolvimento destas, passa pela discussão em torno deste processo educativo. Nesse sentido, Zabala e Arnau (2014) salientam que, como processo educativo, a aprendizagem por competências deve abarcar os âmbitos sociais, interpessoais, pessoais e profissionais de desenvolvimento, contribuindo para a formação integral do estudante. Aprender por competências, portanto, não equivale a um processo educativo pautado, apenas, na aquisição de conhecimentos, mas estes e todos os outros aspectos de aprendizagem que ele pode ensinar.

Se a aprendizagem por competências envolve aspectos não só, mas também, condizentes com a escola e intrínsecos ao estudante, enquanto pessoa que se relaciona com outras pessoas em contextos sociais e profissionais, logo, ensinar e aprender por competência deve envolver experiências reais. Analogicamente, pode-se associar essa questão das experiências reais com a característica de que ensinar e aprender por competências incide, também, sobre aplicar conteúdo para desenvolver competências a partir de situações e problemas reais, conforme aferem Zabala e Arnau (2014). Por exemplo, no curso de Administração, o desenvolvimento de um plano de negócios, como conteúdo de alguma disciplina integrado ao contexto de uma empresa real que pode desencadear uma competência desenvolvida pelo graduando a partir de sua formação.

Entretanto, Zabala e Arnau (2014) ressaltam que os conteúdos não esgotam as possibilidades para ensinar e aprender por competências, e que elas não são antagônicas aos

conhecimentos, mas ser competente significa utilizar os conhecimentos de maneira relacionada às habilidades e atitudes, isto é, essencialmente ser funcional. O que, no caso do exemplo acima, o conteúdo poderia ser flexibilizado em função de responder a algum problema social para alavancar competências que vão desde trabalhar em equipe, ter iniciativa e proatividade, até a tomada de decisão para solucionar problemas complexos na resolução deste problema social. Ou seja, uma visão centrada, antes, no conteúdo, passa a ser uma visão centrada no estudante, pois ele utilizará seus processos mentais como competência para solucionar um problema real, como faz em contextos reais de vida em que ele utiliza seus conhecimentos comuns para empregar na resolução de algum problema particular.

Assim, aprender por competências não implica em, apenas, deixar de centrar no conteúdo e centrar a aprendizagem no estudante. Todavia, centrar nos processos mentais ativos que o estudante pode produzir, ao invés de passivos em que o estudante recebe informações prontas.

As TDIC, nesse caso, auxiliam no desenvolvimento de competências, pois, segundo Almeida (2018, p. 10), de suas conexões, “[...] surgem novos modos de expressar pensamentos, sentimentos, crenças e desejos por meio de uma diversidade de tecnologias e linguagens midiáticas [...]” capazes de alcançar o desenvolvimento de competências nas dimensões cognitivas e socioemocionais, tais como a criatividade, a iniciativa, a adaptabilidade em diferentes contextos, conforme requer as DCNs para o curso de Administração.

4 METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Considerando o estudante como a figura central do processo de aprendizagem, Moran (2015, p. 18) define metodologias ativas como “[...] pontos de partida para avançar para processos mais avançados de reflexão, de integração cognitiva, de generalização, de reelaboração de novas práticas”, equivalendo ao seu papel desempenhado no processo educacional.

Conforme assume a LDB, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a educação ocorre e decorre de diferentes espaços que perpassam a vida do educando (escola, família, trabalho, práticas sociais) na qual ele é o sujeito e o centro da perspectiva de aprendizagem.

Dessa maneira, compete ao professor, como mediador do processo de aprendizagem, a reelaboração de novas práticas, evidenciando inovações no âmbito do currículo, das metodologias, dos recursos de ensino e aprendizagem (SILVA, 2019). Conforme reconhece Moran (2015, p. 19), “[...] nas metodologias ativas de aprendizagem, o aprendizado se dá a partir de problemas e situações reais; os mesmos que os alunos vivenciarão depois na vida profissional, de forma antecipada, durante o curso”. Logo, as metodologias ativas podem dar suporte para tanto de forma a integrar teoria e prática (MORAN, 2014; OLIVEIRA, 2018), sendo o estudante o centro do processo de seu desenvolvimento pautado em competências, habilidades e atitudes advindas de situações reais que perpassam sua vida.

Conforme ressalta Behrens (2000, p. 103, grifos do autor), a inovação das metodologias ativas não está no fato do tempo e espaço do ensino e aprendizagem ser virtual ou remoto, com base na tecnologia, mas na “[...] maneira como o professor vai se apropriar destes recursos para criar projetos metodológicos que superem a *reprodução* do conhecimento e levem à *produção* do conhecimento”, o que implica na elaboração de novas práticas.

A relação entre reprodução e produção de conhecimentos que define metodologias ativas como ferramentas do processo de ensino e aprendizagem deve transparecer em práticas educacionais de base presencial, a distância, ou remota demarcando, além dos outros aspectos de sua concepção, a reelaboração de novas práticas. Neste sentido, os modelos híbridos de aprendizagem em nível individual, grupal ou tutorial como descreve Moran (2015), podem

acelerar aprendizagens sempre orientadas ou supervisionadas, considerando o protagonismo do estudante.

O fato é que uma prática pedagógica que utilize as metodologias ativas como inovação engendra características que se referem à manutenção, ou não, do modelo curricular predominante das disciplinas, todavia, tendo maior envolvimento do estudante em seu processo de aprendizagem, sendo classificadas, por Moran (2015), como mudanças suaves, quando se mantém o modelo curricular; e profundas, quando rompem com a organização por disciplinas. Portanto, essa característica de inovação da prática pedagógica, como característica da ABP, engendra a flexibilização do acesso ao saber, colocando o estudante como protagonista de sua aprendizagem e o professor como mediador e facilitador desta (MORAN, 2000).

São exemplos de metodologias ativas no percurso de mudanças progressivas/suaves, indicada por Moran (2015, p. 15) “[...] o ensino por projetos de forma mais interdisciplinar, o ensino híbrido ou *blended* e a sala de aula invertida”. Essas metodologias estão fazendo parte das reflexões que assegurem uma formação escolar que extrapole a visão de sequenciamento, isto é, de passar entre os níveis de educação. Contudo, uma formação que garanta uma aprendizagem que contribua para que o estudante saiba como aprender, como fazer e como interagir com os envolvidos no processo de aprendizagem.

Quanto à metodologia ativa baseada em projetos, Moran (2015) cita as seguintes estratégias que consideram o ensino e a aprendizagem colaborativa, dentre outros exemplos, o método *Project Based Learning* (PBL), isto é, a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) e o *Team-Based Learning* (TBL) que oportunizam aprendizagens individuais e coletivas, desviando o foco de aprendizagem do professor para o estudante.

Neste trabalho, a ABP será a estratégia da metodologia ativa que fundamentará as discussões que evidenciam o desenvolvimento de competências e habilidades do curso superior de Administração de forma a atender o que preconiza as DCNs.

4.1 APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS E MEDIADA POR TECNOLOGIA

A aprendizagem baseada em projetos é individual e colaborativa definida por Moran (2018, p. 42) como “uma metodologia de aprendizagem em que os alunos se envolvem com tarefas e desafios para resolver um problema ou desenvolver um projeto que tenha ligação com

a sua vida fora da sala de aula”. Nessa metodologia, dessa maneira, há um engajamento maior dos educandos pelo fato de que sua abordagem pode tornar a aprendizagem desafiadora em um contexto inerente à vida dos estudantes.

Nesse sentido, a APB considera as premissas de educação para e no século XXI de maneira a ressaltar o acompanhamento das transformações sociais, econômicas e tecnológicas ocorridas para contribuir com a formação de cidadãos de maneira integral/interdimensional com uma prática proativa de atuação social e profissional, demarcando suas competências, habilidades e atitudes desenvolvidas na sua formação acadêmica a partir da relação entre a teoria e a prática.

Tanto é assim que Behrens (2000, p. 104) defende uma visão de educação a partir de um paradigma emergente, ou seja, uma “[...] proposição de aliança entre a abordagem progressista, o ensino e a pesquisa e a visão holística”. Uma visão que converge para as perspectivas educacionais do e para o século XXI, na qual as metodologias ativas de ensino e aprendizagem, o aprender individual e aprender com, para e a partir do outro são alternativas para o desenvolvimento de competências e habilidades. O autor sugere, nesse sentido, que o professor aborde a ABP, uma vez que os estudantes podem ressaltar as aptidões e competências a serem desenvolvidas com essa abordagem no âmbito individual ou coletivo.

Ou seja, o projeto pode ser colaborativo, mas sua proposição pode angariar competências e habilidades individuais da mesma maneira, reverberando em diferentes aspectos da formação do estudante como sujeito, seja na área do conhecimento, da relação com o outro, da ética, do profissionalismo, entre outros elementos da formação plena humana que perpassa a prática social e a qualificação para o trabalho, conforme, ainda, estabelece a LDB, sobre os princípios e fins da educação nacional.

Moran (2015; 2018) afere que a interdisciplinaridade é uma das características da ABP em que o projeto pode ser desenvolvido. Nesse contexto, pelo fato de que as decisões e as ações estabelecidas são provenientes dos estudantes, essa característica demarca o desenvolvimento e a integração de competências e habilidades em diferentes aspectos e áreas de conhecimento.

Assim, pode-se aprender aspectos da Teoria da Administração, por exemplo, por meio dessa metodologia de ensino e aprendizagem, a partir do trabalho em equipe que, por sua vez, possibilita o desenvolvimento da habilidade de trabalhar em conjunto, de propor soluções, inovações e melhorias por meio de uma visão sistêmica da empresa, conforme Chiavenato

(2014) salienta, indo contra ao que Lopes (2006) aponta como fragilidade de uma formação, isto é, o aspecto fragmentador, que não considera aprendizagem de procedimentos e atitudes.

Nesse caso, há de se aferir que as metodologias ativas abordadas no processo de ensino e aprendizagem devem ser analisadas levando em conta os estilos de aprendizagem individual e advindos da interação com o outro. Moran (2014; 2015) salienta que o projeto a ser desenvolvido deve se orientar por um equilíbrio entre o tempo pessoal e colaborativo de ensino e aprendizagem. No caso do uso da tecnologia, constata-se que ela pode desempenhar um papel importante no equilíbrio dos espaços de aprendizagem, uma vez que possibilita o aprendizado fora da sala de aula, sozinho ou em colaboração. Conforme orienta Almeida (2018) as plataformas disponíveis na internet possuem um potencial informativo, instrutivo e formativo que auxilia a aplicação da APB, propiciando “o intercâmbio de ideias, concepções, experiências e culturas, o desenvolvimento de produções colaborativas, a participação em projetos de cooperação, a aprendizagem, a organização de movimentos sociais locais ou globais, a criação e publicação de informações” (ALMEIDA, 2018, p. 11). Dessa forma, o uso de recursos tecnológicos, em apoio às metodologias ativas de aprendizagem requerem o planejamento adequado e adaptado a cada contexto pedagógico.

Nesse sentido, descreve-se, na tabela a seguir, alguns recursos tecnológicos que podem dar suporte à ABP, adaptado ao contexto do desenvolvimento, individual e colaborativo, de competências e habilidades de um curso de Administração.

Tabela 1. Recursos tecnológicos que dão suporte à aplicação da ABP

Recursos tecnológicos	Características	Aplicabilidade
<i>Google Classroom</i>	Plataforma com um ecossistema destinado ao ensino fundamental e superior com feedback em tempo real.	Videoconferências. Upload de material. Criação de atividades, testes e formulários.
<i>Google Drive</i>	Aplicativo do ecossistema do <i>Google</i> que permite a visualização de arquivos remotos em ambiente virtual.	Desenvolvimento de trabalhos/projetos individuais/colaborativos.
<i>Google formulário</i>	Aplicativo do ecossistema do <i>Google</i> que permite criar questionários de pesquisa com tabulação imediata dos resultados.	Pesquisas em geral.
<i>Canvas empresarial</i>	Plataforma de gerenciamento estratégico de plano de negócios.	Modelos de telas de gerenciamento de negócios.
<i>Excel</i>	<i>Software</i> de design de planilhas diversas.	Planilhas organizacionais para fins pessoais e empresariais.

Fonte: o autor (2020).

Assim, destaca-se a importância do planejamento da metodologia ABP, de acordo com suas características a fim de que, com sua aplicação, os objetivos traçados a partir de sua abordagem sejam alcançados.

4.2 ESTRUTURA DE APLICAÇÃO DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS

Dentre os modelos que os projetos podem ser desenvolvidos a partir da ABP, Moran (2018) exemplifica o exercício-projeto, que ocorre com a aplicação em uma única disciplina. O componente-projeto, quando há desenvolvimento independente/não articulado com as outras disciplinas de maneira que se apresenta como uma atividade acadêmica, apenas, também é outro modelo de projeto. Além desses, a abordagem-projeto, que se desdobra como atividade entre duas ou mais disciplinas, demonstrando seu caráter interdisciplinar. E, por fim, o currículo-projeto, quando as disciplinas dão lugar e os conteúdos ficam à disposição do projeto.

Por certo, os modelos de projetos são escolhidos a partir dos objetivos que se pretende alcançar a partir de sua abordagem. Ainda segundo Moran (2018), quando essa escolha é pautada nos objetivos do seu desenvolvimento eles podem assumir a forma de um projeto construtivo, tendo a função de criar algo novo ao longo do processo ou no resultado, mas também pode ser investigativo, quando se utiliza de técnicas científicas para pesquisar uma situação; e, ainda, explicativo, quando visa responder questionamentos tais como “para que” e “como”.

Existem atividades a serem desenvolvidas para que a abordagem por projetos se configure como tal. Moran (2018), nesse sentido, descreve que o desenvolvimento de projeto precisa engendrar atividades para motivação e contextualização, a fim de que os estudantes se envolvam emocionalmente, se sintam desafiados e se comprometam em realizá-lo. Além disso, atividades de *brainstorming* estimulam a criatividade dos estudantes, conduzindo-os para a consolidação de suas próprias ideias para a execução do projeto a partir de processos colaborativos.

Ademais, deve ser contemplado, no projeto, atividades de organização, isto é, no estabelecimento de tarefas, nos recursos a serem utilizados e nas responsabilidades de cada um,

no grupo, isto é, no planejamento em si. Outras atividades que devem ser contempladas na abordagem da ABP são as de registro e reflexão, em que o processo avaliativo perpassa a sua condição de autoavaliação e avaliação dos colegas, decorrente das reflexões sobre as escolhas dos recursos e processos para a execução do mesmo e da possível demanda de modificá-los.

As atividades de produção também devem fazer parte do planejamento do professor quando a abordagem metodológica for a ABP, pois elas, efetivamente, ensejam a relação entre teoria e prática, uma vez que os educandos aplicam suas aprendizagens para gerar o projeto e suas etapas. E, por fim, as atividades de apresentação e/ou publicação do produto, que pode decorrer da celebração e, também, da avaliação final (MORAN, 2018). Parte importante do planejamento da aplicação da metodologia ABP deve ser destinada a definição das tecnologias que serão utilizadas tanto para elaboração do projeto quanto para o processo de comunicação entre estudantes, professores e mentores, quando for o caso. Existem algumas possibilidades ofertadas por empresas de tecnologia educacional que oportunizam essa interação, tais como a plataforma *google classroom*, a plataforma de modelos empresariais *Canvas* e o Excel.

Sob a ótica das características dessa abordagem de ensino, ressalta-se que ela deve buscar o desenvolvimento de um produto. Um produto que, não necessariamente, precisa ser um objeto concreto, mas, pode ser também uma ideia, uma campanha ou uma teoria, segundo Moran (2018). No que concerne a relação do produto ou do processo como metodologia ativa, Moran (2015) destaca outra característica da ABP pautada no equilíbrio que se deve observar quanto ao produto (projeto) estar associado à vida do educando para que ele desenvolva competências e habilidades de maneira participativa e processual. Competências, tais como as de pensar crítica e criativamente, bem como de perceber que há outras maneiras de realizar uma mesma tarefa (Moran, 2018), dando origem ao pensamento autônomo e competente.

Ou seja, o estudante que aprende por meio de ABP tem condições mais amplas de associar a teoria com a prática e de se desenvolver individual e socialmente, uma vez que ele vivencia a teoria em situações reais e, para tanto, participa do processo de aprendizagem se propondo a solucionar problemas e enfrentar desafios individualmente ou em grupo quando divide as tarefas com membros da equipe envolvida no projeto.

Tomando essa perspectiva de desenvolvimento de competências e habilidades de maneira participativa e processual como outra característica da ABP, podemos perceber que o ensino não é unilateral, mas mediado e a aprendizagem não é produto, mas processo, tal como

ocorre na vida cotidiana. Por isso fica mais motivador ensinar e aprender, desde que não se encare essas assertivas como modelos prontos e engessados, mas que esses aspectos sirvam de base para colocar em evidência sua real necessidade, de acordo com a realidade e objetivos a serem alcançados a partir da metodologia baseada em projetos.

Uma metodologia que, como forma de inovar no ensino de graduação de um curso de Administração, será abordada tanto para diferenciar práticas pedagógicas arcaicas quanto para desenvolver outras competências e habilidades apenas de ordem técnica, no âmbito do conhecimento, mas de ordem ampla neste contexto, como demanda a reformulação do ensino deste futuro profissional. Até porque, a sociedade transformou-se e, dessa maneira, o ensino precisa acompanhar suas finalidades em função das necessidades sociais.

4.3 VANTAGENS E LIMITAÇÕES DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS

As vantagens dessa metodologia de ensino, segundo Moran (2015), podem ser percebidas no âmbito da flexibilidade dos tempos e espaços de aprendizagem, que podem ser redimensionados, principalmente, se a perspectiva dessa metodologia envolver a questão híbrida deste ensino (virtual e presencial). Além de apresentar determinado conteúdo curricular de maneira relevante e promover uma abordagem não convencional de ensino e aprendizagem que a torne enfiada e sem ligação com a realidade, ela também promove a observação dos diferentes estilos de aprendizagem individual e coletivo dos ambientes pedagógicos utilizados.

A flexibilidade, tanto do acesso ao saber quanto do tempo e espaço da aprendizagem, uma de suas vantagens, destaca-se no modo como cada estudante alcança o saber, isto é, decorrente de descobertas, de questionamentos investigativos e da proposição de resolução de problemas (MORAN, 2018).

Contudo, de forma a demarcar as dificuldades da implantação das metodologias ativas o número de estudantes de uma sala de aula deve ser considerado como fator limitante, entretanto os recursos tecnológicos são ferramentas que ampliam as possibilidades de manejo e gerenciamento de projetos. Neste sentido, o planejamento do professor é essencial para prevenir problemas de sua implantação quanto ao nível de conhecimento, adequação do currículo e interesse dos estudantes que, pode variar em questão de temas, demandando, nesse caso, que o professor flexibilize em parte, o componente curricular (MORAN, 2018).

Um dos aspectos que pode eliminar essa desvantagem encontra-se no fato de que, se a turma for numerosa, ou as aulas forem remotas ou virtuais, grupos podem se encontrar em videoconferências para distribuir as tarefas, discutir as proposições do projeto de maneira a demarcar seu engajamento com as atividades propostas por eles mesmos.

Assim, para descrever e verificar a efetividade do uso da metodologia ativa por meio da estratégia da elaboração e desenvolvimento da ABP como forma de integrar o currículo e o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes de um curso de Administração, foi executado um estudo de caso na Faculdade de Guaratinguetá – FACEG.

5 METODOLOGIA DE PESQUISA

Metodologia é o estudo de métodos utilizados para realizar uma pesquisa. A pesquisa científica, nesse caso, é o produto “[...] formal e sistemático de desenvolvimento do método científico” (GIL, 2011, p. 26), desdobrando-se, por sua vez, quanto aos objetivos da pesquisa e os procedimentos de coleta de dados e sua abordagem de análise.

Essa pesquisa, quanto ao objetivo, é descritiva, pois visa descrever, entre outros aspectos, “[...] o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2011, p. 28). Nesse caso, a descrição da relação entre as variáveis concernentes à abordagem de uma metodologia de ensino e aprendizagem ativa com o desenvolvimento de competências e habilidades de uma disciplina do curso de Administração da FACEG.

Quanto aos procedimentos científicos para sua realização ela classifica-se como bibliográfica, pois, a partir da leitura de livros e artigos científicos, construiu-se o referencial teórico (GIL, 2011). E estudo de caso, pelo fato de que seus procedimentos são caracterizados como estudos investigativos empíricos e contextualizados de um fenômeno, no qual o pesquisador é também sujeito e objeto de pesquisa (YIN, 2010), podendo ocorrer em “[...] uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social (GIL, 2011, p. 17).

Quanto à abordagem de análise de dados, ela é qualitativa e quantitativa. A análise de dados se deu em duas etapas: primeiramente, na disciplina chamada de Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais, da FACEG, com abordagem qualitativa sobre o planejamento do professor, que abordou a ABP como capaz de desenvolver competências e habilidades prescritas pelas DCNs.

Em segundo lugar, uma abordagem quantitativa sobre os dados colhidos a partir do questionário elaborado (Apêndice A) com perguntas fechadas e abertas e aplicado ao público alvo de 30 graduandos matriculados nos 4º, 5º e 6º períodos do curso de Administração da IES pesquisada, no segundo semestre de 2019, sobre sua percepção das competências e habilidades desenvolvidas a partir da ABP como metodologia de ensino.

A aplicação deste instrumento foi feita a partir do envio da ferramenta *google forms*. Uma ferramenta que permite criar formulários a serem respondidos para um grupo de pessoas

destinadas previamente e que evidencia os resultados em tempo real às respostas dos entrevistados por meio de tabulação. Com base neste instrumento, obteve-se um quantitativo de 27 estudantes respondentes, equivalente a 90% do universo pesquisado.

6 ESTUDO DE CASO

Para o estudo investigativo empírico e contextualizado do fenômeno aprendizagem de competências e habilidades prescritas pelas DCNs, foi escolhido o curso de Administração da Faculdade de Administração Guaratinguetá (FACEG), que pertence ao Grupo Mantenedor “União das Instituições Educacionais de São Paulo” (UNIESP) S.A, localizada em São Paulo, mais especificamente sobre a disciplina Projeto Integrador.

Essa disciplina tem como proposta metodológica a integração de conteúdos objetivando a aplicabilidade do conhecimento teórico em situações reais. Esta proposta metodológica pretende materializar, na prática acadêmica, a construção e o desenvolvimento de competências que as DCNs dos cursos de graduação preconizam, bem como, as que o mercado de trabalho requer de seus futuros profissionais.

Na FACEG, essa disciplina é intitulada “Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais” e ocorre semestralmente, um encontro por semana com duração de 4 horas (de 19h às 22h), com o intuito de integrar as disciplinas de Planejamento Estratégico, Diversidade Humana, Administração de Produção, Contabilidade de Custos e Gestão de Pessoas, que ocorrem concomitantemente no semestre em que ela é realizada.

Esse componente curricular, na IES pesquisada, não atende a nenhuma política institucional de desenvolvimento. O professor tem liberdade para conduzir o planejamento e execução dessa disciplina, desde que desenvolva um projeto que estabeleça uma integração com as outras disciplinas do curso de Administração ao mesmo tempo em que desenvolva competências e habilidades prescritas para o curso em que está sendo desenvolvida, nesse caso, o curso de Administração.

A escolha do desenvolvimento de um projeto social, que seria desenvolvido e aplicado para oferecer uma festa para as crianças, como celebração de seu dia, na Escolinha “Gota de Leite”, uma escola da rede municipal de ensino de São Paulo que atende crianças extremamente carentes, para a disciplina de Projeto Integrador (PI), da IES, deu-se por dois motivos: primeiro, pelo fato de que os estudantes dessa disciplina, no segundo semestre de 2019, escolheram-no como produto e, segundo, pelo fato de que o professor da disciplina em questão, percebeu

que este produto estabelecerá a conexão entre o desenvolvimento de competências e habilidades prescritas no projeto pedagógico do curso de Administração da FACEG.

6.1 RESULTADOS

Quanto à análise qualitativa de dados sobre o planejamento do professor da disciplina Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais, da FACEG, destaca-se os aspectos de atendimento às atividades e características da metodologia abordada em função de promover o desenvolvimento de competências e habilidades prescritas pelas DCNs.

Para as orientações do desenvolvimento de projeto da disciplina, seguiu-se o roteiro do planejamento das aulas (Apêndice B) quanto à definição do tema e da problemática do PI e dos recursos tecnológicos a serem utilizados. Nessa fase, a escolha das tecnologias, tais como o *data show* e o notebook, contribuíram para que os estudantes pudessem visualizar os conceitos, previamente acessados na sala de aula remota do *Google Classroom*, a fim de colocá-los em prática em momento presencial.

O objetivo das aulas da disciplina Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais consistia em propor, por meio da metodologia ativa ABP, a elaboração e aplicação de um projeto a fim de integrar a teoria das disciplinas Planejamento Estratégico, Diversidade Humana, Administração da Produção, Contabilidade de Custos, Gestão de Pessoas e sua prática para o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes prescritas pelas DCNs. No âmbito da integração entre teoria e prática, em conformidade com o que preconizam Moran (2014) e Silva (2018), esse aspecto foi atendido, pois a abordagem da ABP foi planejada em aspectos pedagógicos e tecnológicos, bem como seguiu o modelo construtivo, de acordo com a classificação de Moran (2018).

No que se refere a este modelo construtivo, a partir da utilização da ABP, nas aulas da disciplina Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais, ressalta-se que a integração entre a teoria da disciplina Planejamento Estratégico com a prática do projeto decorreu da construção escrita do mesmo, na qual avaliando riscos e calculando os custos, ainda, se envolveu integração entre teoria e prática para Contabilidade e Custos, quando eles deveriam calcular a despesa em função da receita. Além disso, quando os estudantes se organizaram em grupos e, dividiram as tarefas entre os componentes, determinadas pelo líder escolhido para o

grupo. A integração entre teoria e prática decorreu das disciplinas de Administração da Produção, Gestão de Pessoas e Diversidades Humana, uma vez que, com a orientação de seu líder, eles mesmos deveriam, mediante suas diferenças, trabalhar em grupo para que suas produções evidenciassem a execução do projeto. Para tanto, os estudantes foram orientados a buscar informações com os outros professores das disciplinas envolvidas a fim de evidenciar conhecimentos específicos dessas áreas a serem contempladas no plano de negócios sobre a gestão dos recursos humanos, a logística, os materiais utilizados, o planejamento estratégico, o cálculo das finanças e dos custos da produção, bem como os riscos do negócio.

Para a construção de conhecimentos e flexibilização dos espaços e tempos para a aprendizagem, destaca-se a observância no planejamento pautado na ABP como metodologia de ensino ativa que promove o equilíbrio entre o tempo pessoal e colaborativo de ensino, entre a vantagem de ir contra à unilateralidade e a flexibilização do acesso ao saber, bem como da limitação da metodologia quanto ao número de estudantes de uma sala de aula, conforme orienta Moran (2018).

Como suporte tecnológico para essa metodologia, foram utilizadas as TDIC (*google classroom*) em função de promover interações, estabelecer as relações condizentes com o projeto a ser desenvolvido, conforme aponta Almeida (2018).

Em momento remoto/virtual de aprendizagem, os estudantes acessaram o material, antecipadamente, pelo aplicativo *google classroom*, uma sala de aula remota criada pelo professor para compartilhar material de consulta e construção de conhecimento, não sua reprodução, conforme adverte Behrens (2000). Nesse aspecto, o planejamento evidencia o reconhecimento do potencial informativo, instrutivo e formativo das plataformas de ensino remotas, que Almeida (2018) destaca como TDIC que favorecem a aprendizagem centrada no estudante. Assim, foram disponibilizados, antecipadamente, conteúdos teóricos relacionados à liderança e problemas sociais para acelerar aprendizagens individuais, sociais e grupais, conforme afere Moran (2015), objetivando promover o conhecimento prévio dos estudantes às aulas presenciais sobre essas temáticas para a futura construção do projeto.

Essa ação pedagógica do planejamento visava o desenvolvimento da capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se

profissional adaptável, pois eles fariam uso da tecnologia para trocar informações e promover desenvolvimentos individuais e grupais.

Por sua vez, em momento presencial, os estudantes foram orientados a se dividirem em cinco em grupos de seis membros, escolherem o líder do grupo para, então, discutir o tema e o problema do desenvolvimento do projeto, atividades que estavam previstas para a etapa 1 – definição do tema e da problemática do projeto a ser desenvolvido – no roteiro do planejamento para as aulas (Apêndice B), que desdobraria o plano de negócios para uma empresa. Esse plano de negócios, dessa maneira, tomou a forma de um produto, um projeto social.

Essa parte do planejamento visava promover o desenvolvimento de competências e habilidades prescritas pelas DCNs quanto a reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão, bem como desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais.

Nesse sentido, o planejamento previa, como atividade para a abordagem da metodologia ABP, a aplicação de *brainstorming*, conforme afere Moran (2018), responsável por desenvolver a competência da criatividade, pois a partir das ideias dos estudantes, sobre o produto a ser desenvolvido, suas escolhas seriam validadas por suas argumentações.

Além disso, a atividade de *brainstorming* engendra a motivação, promove a contextualização e o envolvimento emocional dos estudantes fazendo com que se sintam desafiados e comprometidos com o projeto (MORAN, 2018). Os aspectos visíveis no planejamento permitem o desenvolvimento de competências e habilidades na esfera pessoal, emocional e social a partir de uma situação real, contextualizada.

Assim, essa ação do planejamento visava promover o desenvolvimento de competências e habilidades prescritas pelas DCNs no que se refere a ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional.

No que concerne à etapa 2, do roteiro do planejamento de aula (Apêndice B), isto é, a elaboração do planejamento do trabalho, destaca-se, ainda, a interdisciplinaridade que Moran

(2018) classificada como característica da ABP, pois promove a integração entre mais de uma disciplina.

Nesta etapa, os estudantes buscaram informações com os professores e os conteúdos das disciplinas envolvidas na elaboração do projeto. Logo, demarca o desenvolvimento e integração de competências e habilidades em aspectos e áreas diferenciadas, bem como denota-se uma abordagem-projeto que visa a interdisciplinaridade. Essa ação pedagógica, tendo a ABP como metodologia que promove o desenvolvimento de competências e habilidades prescritas pelas DCNS associa-se ao desenvolvimento do raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais, pois os estudantes fariam uso dos conhecimentos das disciplinas integradas à realização do projeto a ser desenvolvido na disciplina Projeto Integrador.

Além disso, no que diz respeito ao item desta etapa quanto a definir as atribuições do papel de cada componente do grupo, essa atividade caracteriza o desenvolvimento de competências que Moran (2018) descreve quanto aos próprios estudantes se organizaram com a distribuição de tarefas e execução das mesmas, na metodologia ABP. E, no que concerne ao desenvolvimento de competências e habilidades prescritas pelas DCNs, ela visava promover o desenvolvimento de refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento.

A etapa 3, do roteiro do planejamento das aulas, previa a implementação do projeto. Para esta etapa, estabeleceu-se, ainda, que a escrita do projeto deveria ser iniciada, conforme se observa na figura 1.

Figura 1. Elaboração do plano de negócios



Fonte: Próprio autor (2019).

Como suporte para facilitar essa atividade, o professor, como mediador e facilitador da aprendizagem, fez, mais uma vez, o uso de tecnologia por meio de uma plataforma de gerenciamento estratégico de negócios, chamado *Canvas* (Apêndice C).

O uso dessa plataforma visava facilitar a aprendizagem da escrita de um projeto quanto aos seus aspectos primordiais na área de Administração, que vai de encontro ao desenvolvimento da competência e habilidade prescrita pelas DCNS quanto a desenvolver a capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações e da capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

Na etapa 4, do planejamento, que trata da aplicação do projeto, afim de que todas as ações previstas pudessem ser realizadas, os estudantes visitaram a entidade escolhida para a execução do projeto social e colheram dados sobre o público alvo, a quantidade de crianças e gênero, a fim de contabilizar os custos com o orçamento estabelecido para a aquisição de comidas, bebidas, decoração e brinquedos a serem entregues para cada criança. De posse das informações colhidas para a elaboração do plano de negócios, bem como das atribuições de cada componente do grupo de trabalho, obedecendo ao cronograma base, a aplicação do projeto

ficou prevista para o dia 12 de outubro de 2019. Dia para o qual foi planejado decorar o local com enfeites, entregar os brinquedos e promover as recreações, além de organizar a distribuição de comidas e bebidas (Figura 2).

Figura 2. Dia da aplicação do projeto



Fonte: Próprio autor (2019).

O cronograma base (Apêndice D), ainda, foi utilizado Da mesma forma, na etapa 5 – avaliação do projeto e desempenho dos alunos – pôde-se perceber e avaliar o desenvolvimento de competências e habilidades de maneira processual e participativa, conforme Moran (2018) ressalta.

A elaboração do Cronograma Base (Apêndice D) também envolveu o uso de tecnologia como suporte às atividades de registro e reflexão. Foram disponibilizadas, no *Google Classroom*, as planilhas de *Excel* para o registro das ações de cada membro do grupo e mecanismos de controle quanto a realização ou não de suas atribuições, o remanejamento de ações, entre outras questões passíveis de reflexão e reorganização. Dessa forma, oportunizou-se o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais relacionadas aos processos de avaliação e identificação de necessidades de mudanças de rotas, como ressalta Moran (2018). Embora o uso da tecnologia dê suporte para acelerar aprendizagens e desenvolver competências e habilidades, ressalta-se que, nesse caso, seu uso se colocou a favor

da ABP e favoreceu a percepção de que há diferentes maneiras de fazer a mesma tarefa (escrever o projeto). Isso, segundo Moran (2018), equivale ao desenvolvimento da criatividade e do pensamento crítico, autônomo e competente e visando promover desenvolvimento da competência e habilidade prescrita pelas DCNs quanto a ter iniciativa e criatividade, já abordada na primeira etapa do planejamento. Em síntese, o planejamento pedagógico para as aulas da disciplina Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais, evidenciou características e atividades da ABP para promover o desenvolvimento de competências e habilidades prescritas pelas DCNs. Dessa maneira, ressalta-se que, mesmo sem a IES possuir uma política para o desenvolvimento da disciplina Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais, o professor, ao abordar a ABP como metodologia de ensino, contribuiu para balizar o Projeto Pedagógico de Curso - PPC dessa IES considerando o desenvolvimento das competências e habilidades prescritas pelas DCNs. Esta prática pedagógica promoveu a inovação na metodologia de ensino sem alterar o currículo. Dessa forma, o professor acentua uma mudança na proposta metodológica, como aspecto reflexivo, ao manter a estrutura curricular incluindo características da metodologia ABP, cuja assertiva primordial coloca o estudante no centro da aprendizagem (MORAN, 2015).

Evidenciadas as atividades e pontos que caracterizam a metodologia ABP no planejamento das aulas da disciplina Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais como metodologia responsável por desenvolver competências e habilidades prescritas pelas DCNs do curso de Administração, inicia-se a apresentação dos resultados, a partir da coleta de dados pelo instrumento de pesquisa.

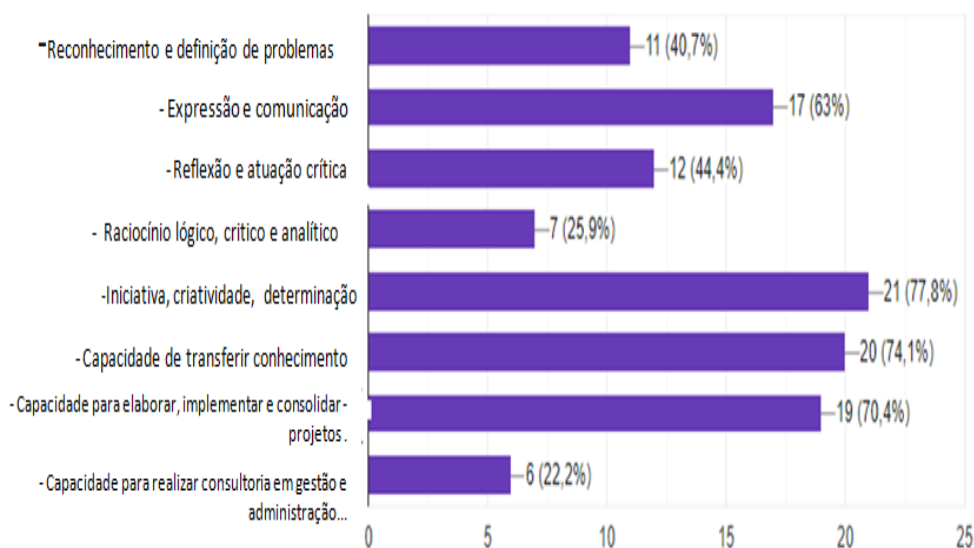
6.2 A PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS QUANTO AO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PRESCRITAS PELAS DCNS, A PARTIR DA METODOLOGIA ABP

Quanto à aplicação do questionário para averiguar se, na percepção dos alunos, as competências e habilidades prescritas pelas DCNs foram desenvolvidas a partir da ABP, a análise foi quantitativa, isto é, caracterizando-se pela representatividade numérica (GIL, 2011) com a mensuração dos dados colhidos pelo questionário aplicado à amostra de pesquisa e apresentado por meio de gráfico. Este instrumento foi aplicado na turma constituída de 30

graduandos matriculados nos 4º, 5º e 6º períodos do referido curso, no segundo semestre de 2019.

O universo pesquisado corresponde a 30 estudantes da disciplina Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais no ano de 2019. Deste universo, 27 responderam ao questionário, representando uma amostra de 90%. A caracterização da amostra de pesquisa consiste em estudantes com faixa etária entre os 20 aos 38 anos com predominância do gênero feminino. As DCNs elencam oito competências e habilidades que devem balizar o PPC de um curso de graduação. A partir do questionário de pesquisa aplicado, essas foram as competências e habilidades abordadas para que os estudantes apontassem a sua percepção como desenvolvimento a partir da ABP. O gráfico a seguir apresenta a representação numérica dos dados colhidos.

Gráfico 1 – Competências e habilidades desenvolvidas a partir da ABP



Fonte: Próprio autor (2020).

Como se pode observar no gráfico, todas as competências e habilidades prescritas pelas DCNs para o curso de Administração foram percebidas como desenvolvidas a partir da metodologia ABP pela amostra de pesquisa. Em primeiro lugar, aparece a quinta competência e habilidade prescrita pelas DCNS – ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das

implicações éticas do seu exercício profissional. Para esta variável, 77,8%, isto é, 21 estudantes a perceberam como desenvolvida, a partir da ABP.

Em segundo lugar, aparece a sexta competência e habilidade prescrita pelas DCNS, isto é, desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável. Perceberam-na como desenvolvida, a partir da ABP como metodologia, 74,1% dos educandos, o correspondente a 20 pesquisados.

Na sequência, a terceira competência e habilidade percebida pelos educandos como desenvolvida a partir da ABP foi a sétima prescrita pelas DCNS, ou seja, desenvolver a capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações, com 70,4%, equivalente a 19 entrevistados.

Em quarto lugar, com a observância de 17 estudantes, equivalente a 63% da amostra, a competência e habilidade percebida como desenvolvida, a partir da ABP, foi a segunda prescrita pelas DCNS – desenvolver a expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais.

Em quinto lugar, a terceira competência e habilidade prescrita pelas DCNs– poder refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento – foi percebida como desenvolvida pela minoria da amostra de pesquisa, a partir da ABP, isto é, 12 estudantes, que correspondem a 44,4% da amostra. Assim, não se pode deixar de ressaltar a característica dessa metodologia que converge para essa competência e habilidade, isto é, alcançar processos mais avançados de reflexão, conforme salienta Moran (2015) e que a coloca como recurso condizente para seu desenvolvimento. Com um montante de 11 pesquisados que equivalem a 40,7% da amostra, ressalta-se que a primeira competência e habilidade prescrita pelas DCNs foi percebida como desenvolvida, a partir da ABP, pelos estudantes. Isso converge para a competência e habilidade prescrita quanto ao reconhecimento e definição de problemas, equacionamento de soluções, pensamento estratégico, introdução de modificações no processo produtivo, atuação preventiva, transferência e generalização de conhecimentos e exercício, em diferentes graus de complexidade, do processo da tomada de decisão. Na sequência, o raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e

causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais, ou seja, a quarta competência e habilidade prescrita pelas DCNS, foi a percebida como desenvolvida, a partir da ABP, por 7 pesquisados que equivalem a 25,9% dessa amostra.

E, por fim, com observância de desenvolvimento, a partir da ABP, por 6 estudantes, correspondente a 22,2% da amostra de pesquisa, a oitava competência e habilidade prescrita pelas DCNs foi a apontada como percebida quanto a desenvolver a capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais. No que concerne à pergunta aberta, que solicitava que os entrevistados destacassem outras competências e habilidades desenvolvidas na disciplina Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais, a partir da ABP, ressalta-se o surgimento de competências comportamentais que convergem, de alguma maneira, para as já prescritas nas DCNs como se observa na nuvem de palavras a seguir:

Figura 3. Outras competências e habilidades desenvolvidas, a partir da ABP



Fonte: Próprio autor (2020).

Assim, a abordagem da ABP como metodologia tem potencialidade de promover mudanças nos paradigmas pedagógicos que perpassam os professores de IES no que concerne à reelaboração da sua prática no processo de ensino e aprendizagem, conforme aferem Ching, Silva e Trentin (2014) e Moran (2015).

De acordo com os resultados apresentados, além dessa inovação na prática pedagógica, a ABP tem características e atividades específicas que, se observadas no planejamento,



ISSN 2675-9128
DOI 10.51473

Volume 4 - Número 4
Abril de 2021

oportunizam e contribuem para o desenvolvimento das competências e habilidades prescritas para o graduando em Administração.

CONCLUSÃO

A formação acadêmica de um administrador é orientada por diretrizes curriculares que, por sua vez, balizam o PPC das IES em função de graduar profissionais, em aspectos teóricos e práticos, com, pelo menos, oito competências e habilidades que englobam as diferentes dimensões que compõem a integralidade do ser humano.

Para tanto, a teoria da aprendizagem Behaviorista, pautada na reprodução do conhecimento, evolui para a uma teoria de aprendizagem construtivista pautada na produção de conhecimento, tendo o estudante como protagonista da sua aprendizagem, e o professor, um mediador/facilitador. As tecnologias, sejam elas, ou não, de informação ou comunicação, dão suporte, favorecem e contribuem para a aprendizagem ativa que originou diferentes metodologias de ensino e promovem reflexões quanto a forma como a aprendizagem é processual e participativa.

Assim, dentre essas metodologias ativas de aprendizagem, a ABP é concebida como capaz de oportunizar o desenvolvimento de competências e habilidades prescritas pelas DCNs para o curso de Administração, uma vez observadas suas características específicas quanto ao seu aspecto de integrar teoria e prática.

No caso de sua abordagem, com o objetivo de verificar sua efetividade para desenvolver competências e habilidades prescritas pelas DCNS para o curso de Administração, considera-se que esta metodologia coloca o estudante como protagonista da aprendizagem e, através do suporte tecnológico, facilita aprendizagens individuais e grupais, promove o engajamento com tarefas e possibilita a contextualização de conteúdos com a vida extraescolar de forma interdisciplinar, processual e participativa.

A ABP foi efetiva a partir da sua característica interdisciplinar que integra teoria e prática; pela atividade de *brainstorming*, que oportuniza situações de criatividade e de argumentação; pela atividade de motivação e contextualização, que promove o envolvimento emocional, a transposição de um desafio e o engajamento com as tarefas para realizar o projeto proveniente de suas próprias ideias; pelo suporte dado à metodologia pelas TDCI, pelo fato de que elas promovem espaços e tempos de aprendizagem individual e colaborativa; bem como

pela atividade de organização em que os estudantes deliberam as próprias tarefas a serem executadas e cumpridas.

Além disso, ela mostra sua efetividade quanto à atividade de registro e reflexão, contando como suporte à tecnologia da plataforma *Canvas*, que essa atividade permite organizar e reorganizar tarefas deliberadas, cumpridas e não cumpridas, de forma a reorganizá-las e, assim, desenvolver a criatividade e o pensamento crítico. Tanto é assim que, por meio da ABP, na disciplina projeto integrador, todas as oito competências e habilidades prescritas pelas DCNs foram consideradas desenvolvidas pela amostra de pesquisa. Assim, a partir da abordagem da ABP como metodologia de ensino e aprendizagem, mesmo sem uma política institucional para tanto, considera-se que sua escolha, permeada por tecnologias adequadas e um planejamento pedagógico, torna possível desenvolver as competências e habilidades prescritas pelas DCNS para o curso de Administração, conforme percebe a amostra de pesquisa. Como apontamento para pesquisas futuras ressalta-se a importância de apontar a contribuição que as metodologias ativas podem trazer para a construção do PPC, baseado em competências e habilidades dos cursos de graduação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. Apresentação. *In*: BACICH; L.; & MORAN, J. 2018. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico prática**. Porto Alegre: Penso. p. 10-15.

ARAÚJO, V. P. **Competências e formação do administrador**. 105f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Positivo, Organizações, Programa de Mestrado e Doutorado em Administração, Curitiba. 2010. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp150482.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

AUSUBEL, D. P. A. A natureza do significado e da aprendizagem significativa. *In*.: AUSUBEL, D. P. A. **Aquisição e retenção de conhecimentos: Uma perspectiva cognitiva**. Trad. Lígia Teopisto. Lisboa, Paralelo Editora, LDA, 2000, p. 71-104.

BEHRENS, M. A. Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente. *In*: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. (org.). **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 13. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000, p. 67-132.

BRASIL. **Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965**. Dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador e dá outras providências. 1965. Disponível em: http://documentos.cfa.org.br/arquivos/lei_4769_1965_645.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 mai. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf. Acesso em: 30 abr. 2020.

CHIAVENATO, I. **Administração: teoria, processo e prática**, Rio de Janeiro, Elsevier, 2007.

CHING, H.; SILVA, E. C.; TRENTIN, P. H. Formação por competência: experiência na estruturação do Projeto Pedagógico de um Curso de Administração. **RAEP – Administração: Ensino e Pesquisa** [online], 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5335/533556757002.pdf>. Acesso: 19 jun. 2020.

DELORS, J. *et. al*, **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI [e-book]. São Paulo: Cortez Editora. 1999. Disponível em: http://files.beaescd.webnode.pt/200000311-1533a17273/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf. Acesso em: 01 mai. 2020.

FERNANDES, B. H. R. **Gestão estratégica de pessoas com foco em competências**. Rio de Janeiro, Elsevier. 2013.

GIL, A. C. **Metodologia do Ensino Superior**, São Paulo, Atlas, 2011.

ISMAIL, S.; MALONE, M. S.; GEEST, Y. V. **Organizações exponenciais: por que elas são 10 vezes melhores, mais rápidas e mais baratas que a sua (e o que fazer a respeito)**. São Paulo, HSM Editora. 2015.

LA ROSA, J. **Psicologia e educação: o significado do aprender**, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2003.

LISBOA, T. C. **A formação do administrador no Brasil: competências e habilidades**. 2016. São Paulo. Disponível em: https://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/11/38-Teresinha-Covas-Lisboa_A-formacao-do-administrador-no-Brasil.pdf. Acesso em: 30 abr. 2020.

LOPES, P. C. A formação do Administrador no ensino de graduação: uma reflexão. **Semina: Ciências Sociais e Humanas** [online], 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3749>. Acesso em: 21 mai. 2020.

MARTINS-SILVA, P. O.; SILVA, C. S.; & SILVA JÚNIOR, A. As competências dos administradores: seu processo de formação e as exigências do mercado de trabalho. **Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão** [online], 14. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/22480>. Acesso em: 15 mai. 2020.

MASIERO, G. A. **Administração de empresas: teoria e funções com exercícios e casos**, São Paulo, Saraiva, 20212.

MORAN, J. Ensino e Aprendizagem com tecnologias audiovisuais e telemáticas. *In:* MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. (org.). **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 13. ed. Campinas, SP: Papirus. (Coleção Papirus Educação), 2000, p. 11-66.

MORAN, J. Autonomia e colaboração em um mundo digital. **RevistaEducatrix** [online], 2014. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/autonomia.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2020.

MORAN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. *In:* Souza, C. A.; & Morales, O. E. T. **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**. 2015. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf. Acesso em: 11 mai. 2020.

MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. *In:* BACICH, L.; & MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. 2018. Porto Alegre: Penso. p. 26-53.

MINTZBERG, H.; GOSLING, J. Educando administradores além das fronteiras. **ERA** [Online], 2003. Disponível em: <http://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-43-num-2-ano-2003-nid-45513/>. Acesso em: 20 mai. 2020.

NUNES, S. C.; BARBOSA, A. C. Q. Formação baseada em competências? Um estudo em cursos de graduação em administração. **RAM. Revista de Administração Mackenzie** [online], 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712009000500003&script=sci_arttext. Acesso em: 19 jun. 2020.

ODA, É.; & MARQUES, C. Administração: definição e contextualização. *In.*: ODA, É.; & MARQUES, C. **Gestão das funções organizacionais**. Curitiba: IESDE Brasil S. A. p. 7-18, 2008.

OLIVEIRA, É. T. **Projetos e metodologias ativas de aprendizagem**, São Paulo, Editora Senac, 2019.

SCALLON, G. **Avaliação da aprendizagem numa abordagem por competência**, Curitiba, pucpress, 2015.

SILVA, C. M. **Análise da efetividade da aprendizagem baseada em projetos no desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes no ensino superior de contabilidade**. 88f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciência Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Natal, RN. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25718>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SILVA, J. G. **O ensino de Filosofia: um diálogo com a educação interdimensional na formação de um jovem solidário, autônomo e competente**. 128f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Mestrado Profissional em Filosofia, Recife. 2019. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/35350/4/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Jos%c3%a9%20Gilberto%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**, Porto Alegre, Bookmann, 2010.

ZABALA, A.; ARNAU, L. **Como aprender e ensinar por competências**. [e-book] Porto Alegre: Penso. 2014. Disponível em: http://www.creaes.org.br/img/III_FEAT/3_GT_Aprendizagem-ativa/Como-Aprender-e-Ensinar-Competencias.pdf. Acesso em: 19 jun. 2020.

ZANELLA, L. Aprendizagem: uma introdução. *In.*: La Rosa, J. (org.). **Psicologia e educação: o significado do aprender**. 7. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 23-36.

ZARIFIAN, P. **Objetivo competência: por uma nova lógica**, São Paulo, Atlas, 2001.

APÊNDICES

Apêndice A - instrumento de coleta de dados – questionário

Este questionário refere-se ao instrumento de coleta de dados da pesquisa acadêmica de Danillo Miguel de Sales Santos, intitulada “Aprendizagem baseada em projetos como tecnologia emergente no ensino superior para o desenvolvimento de competências e habilidades em Administração, do curso de Mestrado em Tecnologias Emergentes em Educação, pela Must University. Esta pesquisa tem o objetivo de verificar a efetividade da aplicação da metodologia Aprendizagem Baseada em Projetos no desenvolvimento de competências e habilidades definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de Graduação em Administração. Os dados colhidos serão utilizados para efeito de divulgação acadêmica e seus dados pessoais serão mantidos em sigilo.

Nome: _____

Idade: _____ Gênero: _____

As DCNs do curso de graduação em Administração deliberam sobre competências e habilidades que devem ser desenvolvidas pelo egresso ao longo de sua formação, a fim de que sua atuação na área evidencie uma atuação sistêmica e multidimensional da administração de organizações em geral.

Compreendemos como competências “[...] a possibilidade, para um indivíduo, de mobilizar de maneira interiorizada um conjunto integrado de recursos em vista de resolver uma família de situações-problema” (SCALLON, 2015, p. 143); e habilidades como a capacidade de utilizar esses recursos de maneira inter-relacionada às competências (ZABALA; ARNAU, 2014), isto é, ser funcional.

Considerando a metodologia de aprendizagem baseada em projetos, aplicada na disciplina Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais, marque um X nos itens que descrevem as competências e habilidades contidas nas DCNs, que você percebe ter desenvolvido durante a sua formação, a partir do desenvolvimento do projeto.

() Reconhecimento e definição de problemas, equacionamento de soluções, pensamento estratégico, introdução de modificações no processo produtivo, atuação preventiva, transferência e generalização de conhecimentos e exercício, em diferentes graus de complexidade, do processo da tomada de decisão.

() Expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais.

() Reflexão e atuação crítica sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento.

- () Raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais.
 - () Iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional.
 - () Capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável.
 - () Capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações.
 - () Capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.
- II – Qual (is) outra (s) competência (s) e habilidade (s) você pode citar que desenvolveu com o percurso do projeto social e por que você assim considera.

Apêndice B – Roteiro do planejamento das aulas do Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais – 2º semestre/2019

Professor: Danilo Miguel de Sales Santos

Turma: Projeto Integrador Interdisciplinar Práticas Empresariais – 2º semestre 2019 (4º, 5º e 6º período de Administração).

Disciplinas envolvidas: Planejamento Estratégico, Diversidade Humana, Administração da Produção, Contabilidade de Custos, Gestão de Pessoas.

Objetivo: propor, por meio da metodologia ativa ABP, a elaboração e aplicação de um projeto de a fim de integrar a teoria das disciplinas envolvidas no semestre e sua prática quanto ao desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes prescritas pelas DCNs.

AULA/CONTEÚDO	ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS DENTRO E FORA DA SALA DE AULA	RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS UTILIZADOS
Etapa 1 – Definição do tema e da problemática do PI.	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão dos grupos. • Escolha do líder do grupo. • Escolha do tema gerador do projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pincel. • Lousa. • Papel chamex. • Canetas. • Notebook. • Data show.
Etapa 2 – Elaboração do planejamento do trabalho e atribuições do papel de cada membro.	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas na internet. • Buscar informações com professores de outras disciplinas envolvidas no projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Laboratório de informática. • Impressão do modelo de desenvolvimento de negócios da plataforma <i>Canvas</i>.
Etapa 3 – Implementação do projeto.	<ul style="list-style-type: none"> • Início do plano de negócios do projeto. • Coletar informações sobre a entidade escolhida quanto ao público alvo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Papel chamex. • Lousa. • Canetas. • Computadores. • Data show.
Etapa 4 – Aplicação do projeto.	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar as ações previstas no plano de negócios quanto a prover a decoração, os enfeites, a entrega dos brinquedos, as recreações e as comidas e bebidas a partir do cronograma e dos dados coletados sobre o público alvo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de negócios elaborado. • Papel chamex. • Canetas. • Estudantes. • Professor.
Etapa 5 – Avaliação do projeto e do desempenho dos alunos.	Discussão, em sala de aula, sobre a efetivação do projeto em aspectos de que se o que foi previamente planejado e estruturado, foi realizado ou não (orientado pelo cronograma base (Apêndice D).	<ul style="list-style-type: none"> • Impressão do cronograma base. • Pincel. • Lousa. • Professor. • Estudantes.

Apêndice C – Plataforma de modelo de desenvolvimento de negócios da plataforma Canvas

PROJETO:

OBJETIVOS	PRODUTOS	STAKEHOLDERS	PREMISSAS	EQUIPE
Indicar as perguntas a serem respondidas	Relacionar os produtos resultantes do trabalho - Inclusive a ferramenta desenvolvida	Nome de todos envolvidos e o respectivo envolvimento	Destacar as condições adotadas para elaboração do trabalho	Relacionar os membros do grupo e sua função na equipe
DISCIPLINAS	HIPÓTESES	REQUISITOS	GRUPOS DE ENTREGA	LINHA DO TEMPO
Incluir as disciplinas envolvidas	Soluções possíveis para a resolução dos problemas	Destacar as condições a serem atendidas	Relacionar os itens a serem entregues	Destacar por aula em função do cronograma base
PROBLEMA		RESTRICÇÕES	CUSTOS	
Destacar os problemas a serem resolvidos		Destacar o que não veio a ser feito no trabalho	Demonstrar os valores estimados para realização do trabalho	

Apêndice D – Cronograma base

Cronograma																				Data elaboração
Nome da disciplina / atividade:																				Data revisão
Membros do grupo																				STATUS
Mês	Agosto				Setembro				Outubro				Novembro				Dezembro			
Semana	S32	S33	S34	S35	S36	S37	S38	S39	S40	S41	S42	S43	S44	S45	S46	S47	S48	S49	S50	
1ª																				
2ª																				
3ª																				
4ª																				
5ª																				
6ª																				
7ª																				
8ª																				
9ª																				
10ª																				
11ª																				
12ª																				
13ª																				
14ª																				
15ª																				
16ª																				
17ª																				
18ª																				
19ª																				
20ª																				
21ª																				
22ª																				
23ª																				
24ª																				
25ª																				
26ª																				
27ª																				
28ª																				
29ª																				
30ª																				
31ª																				
32ª																				

A PROTEÇÃO DA
CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE,
DEVER DE TODOS

THE PROTECTION
OF CHILDREN AND
ADOLESCENTS, THE
DUTY OF
EVERYONE

SANTOS, Fernanda Camargo dos

[1]

[1] fernanda-santos@susepe.rs.gov.br

RESUMO

Infelizmente, a presença de adolescentes na criminalidade urbana não tem a falta de recursos financeiros como único aspecto responsável. Devemos acrescentar a este fator a baixa escolaridade, a fragilidade dos vínculos familiares, bem como, a violência social que integra e assola nosso cotidiano. Requer muita atenção da família e do Estado a responsabilidade pelo desenvolvimento físico, cognitivo, social e afetivo do adolescente. As dificuldades financeiras, assim como nas relações sociais e afetivas, dificilmente superadas pelas famílias, podem ocasionar uma situação de risco ao adolescente, as quais, por vezes, acabam impulsionando seu ingresso na criminalidade. E, após ingressarem na criminalidade, a ressocialização torna-se quase que impossível. É urgente e extremamente necessário um trabalho preventivo. Devemos trabalhar e dar proteção antes de entrarem para o mundo do crime, pois após, muito difícil salvá-los.

palavras-chave: Criança e Adolescente; proteção é dever de todos; família; vulnerabilidade social; e criminalidade juvenil.

ABSTRACT

Unfortunately, the presence of adolescents in urban crime does not lack financial resources as the only responsible aspect. We must add to this factor the low level of education, the fragility of family bonds, as well as the social violence that integrates and plagues our daily lives. Responsibility for the adolescent's physical, cognitive, social and affective development requires a lot of attention from the family and the State. Financial difficulties, as well as in social and affective relationships, which are difficult to overcome by families, can cause a situation of risk to adolescents, which, at times, end up boosting their entry into crime. And, after entering criminality, resocialization becomes almost impossible. Preventive work is urgently and

extremely necessary. We must work and provide protection before they enter the world of crime, because afterwards, it is very difficult to save them.

Keywords: Child and Adolescent; protection is everyone's duty; family; social vulnerability; and juvenile crime.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a tecer uma breve explanação sobre a proteção das Crianças e dos adolescentes. Importante lembrar que a edição da lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, conhecida como “Lei do Ventre Livre”, que concedia liberdade aos escravos nascidos a partir da data de sua promulgação, contribuiu muito para os primeiros passos rumo aos direitos das crianças e adolescentes. Apesar de ser um passo rumo à abolição da escravatura, tinha efeito mais simbólico que prático, pois, mesmo sendo considerados livres, dependiam dos cuidados de seus genitores, os quais ainda eram escravos. Nasceram legalmente livres, mas a efetivação dessa liberdade estava comprometida, uma vez que mantida a escravidão de seus ascendentes, que só seriam totalmente libertos com a Lei Áurea, em 1888.

Na época da lei Áurea, tivemos a mão de obra feminina e infantil amplamente utilizada com o desenvolvimento da indústria brasileira, principalmente na indústria têxtil. Em 1891, antes da promulgação da Constituição republicana, o Decreto nº 1.313, de 17 de janeiro, buscou regularizar o trabalho infantil quando estabeleceu a idade mínima de doze anos para o trabalho e, a partir dos oito anos, somente na condição de aprendiz.

Com a constituição de 1934 passou-se a fazer menção ao amparo à maternidade e infância, no artigo 138, que previu amparo às famílias de prole numerosa, incumbindo aos três entes federados que adotassem medidas legislativas e administrativas no intuito de reduzir a mortalidade infantil, além de proteger a juventude contra exploração e abandono físico, moral e intelectual (BONAVIDES; ANDRADE, 1990, p. 321-325).

A partir de 1988, os princípios passam a ser normas vinculantes nas relações do Estado com a pessoa e dos particulares entre si. Ao considerar a dignidade da pessoa humana como fundamento da República e colocar a família como base da sociedade a Constituição de 1988 contribuiu de forma fundamental na defesa dos direitos da infância e da juventude. Nesta época temos o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. A proteção integral às crianças e aos adolescentes foi consagrada nos direitos fundamentais

inscritos no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 3 e 4 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

Considerando sua condição de pessoas em desenvolvimento é ainda maior o dever da família, do Estado e da sociedade na proteção destes indivíduos. Neste viés, importante pensar em um estudo acerca dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, buscando esclarecer em que condutas e iniciativas de proteção está sustentada a cidadania que emana dos direitos fundamentais. Dou início pela proteção à infância e à adolescência prevista na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, descrevendo os principais elementos. Na sequência, considerações a respeito dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes positivados no artigo 227 da Constituição Federal de 1988. Esta reflexão busca compreender o sentido e a abrangência da proteção requerida.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Eis que a criança é reconhecida como pessoa em desenvolvimento, dotada de dignidade e personalidade. De mera expectadora da vida familiar, deverá ter seus direitos protegidos e assegurados. O pátrio poder passou por transformações que permitem ser exercida por ambos os genitores no sentido de promover o desenvolvimento e personalidade do menor.

O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal propuseram a proteção integral do menor. Assim, se pensarmos nesta responsabilidade apenas contando com as políticas públicas em sentido estrito, não alcançaremos o objetivo por lei determinados. Segundo Murillo José Digiácomo (2013, p.1) dentro do sistema de garantias “o papel de cada um é igualmente importante para que a proteção integral de todas as crianças e adolescentes, prometida no art.1º, da lei nº 8.069 de 1990, seja alcançada”.

A família também é responsável pela aplicação e acompanhamento dos direitos fundamentais destes menores, como a própria lei determina, no caso, a Constituição Federal (art. 227) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). Aduz a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 226, que “a família é a base da sociedade e tem especial proteção do Estado”, portanto, tem papel importante no tocante à criação e aproveitamento

dessas políticas, pois é dela que emerge a população infanto-juvenil vitimizada e é para ela que também devem ser direcionadas estas políticas, na tentativa de criar um esteio familiar que suporte, e que, ao mesmo tempo, evite a agressão aos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Importante referir que a família não é considerada a única ou a principal culpada das agressões, pois o Estado tem responsabilidade no provimento de políticas que possam melhorar a condição de vida da criança conjuntamente a da sua família. O artigo 3º do Estatuto da criança e do adolescente é muito apropriado quando diz que: [...] é assegurado por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (ECA, 2011, art.3º).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi inovadora ao adotar a Doutrina da Proteção Integral na questão da infância e adolescência no Brasil. Cury, Garrido e Marçura ensinam que:

A proteção integral tem como fundamento a concepção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, frente à família, à sociedade e ao Estado. Rompe com a ideia de que sejam simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processo de desenvolvimento (2002, p. 21).

Como bem define Paolo Vercelone, Juiz de Direito na Itália, “o termo proteção pressupõe um ser humano protegido e um ou mais seres humanos que o protegem, isto é, basicamente, um ser humano que tem necessidade de outro ser humano” (CURY, 2008, p. 37). Referido magistrado vai mais a fundo ao tratar do presente tema, diz que:

Deve-se entender a proteção integral como o conjunto de direitos que são próprios apenas dos cidadãos imaturos; estes direitos, diferentemente daqueles fundamentais reconhecidos a todos os cidadãos, concretizam-se em pretensões nem tanto em relação a um comportamento negativo (abster-se da violação daqueles direitos) quanto a um comportamento positivo por parte da autoridade pública e dos outros cidadãos, de regra dos adultos encarregados de assegurar esta proteção especial. Em força da proteção integral, crianças e adolescentes têm o direito de que os adultos façam coisas em favor deles (CURY, 2008, p. 36).

O princípio da proteção integral, em síntese, norteia a construção de todo o ordenamento jurídico voltado à proteção dos direitos da criança e do adolescente. Parte do pressuposto de que tais seres humanos não são detentores de capacidade de exercício, por si só, de seus direitos, necessitando, por isso, de terceiros (família, sociedade e Estado) que possam resguardar os seus bens jurídicos fundamentais, consagrados na legislação específica, até que se tornem plenamente desenvolvidos físico, mental, moral, espiritual e socialmente.

Infelizmente, sofremos com o aumento diário de adolescentes envolvidos na criminalidade Brasileira. Caracterizada com uma fase crucial do desenvolvimento humano, a adolescência, tendo em vista ocorrer nesta etapa vários processos relacionados a aquisições cognitivas, emocionais e sociais. É esta fase a propícia para a formação de hábitos e padrões de comportamentos. Nesse momento, existe uma maior permeabilidade às influências do meio quando o indivíduo começa a tornar-se independente dos pais e a explorar situações variadas com as quais pode ainda não saber lidar muito bem. Há, ainda, as intensas transformações físicas e psicológicas.

Assim, se faz necessário entender a grande importância de garantir políticas públicas que ajudem e protejam os grupos mais vulneráveis com os problemas sociais da atualidade. Em suma, crianças e adolescentes estão muito mais vulneráveis ao crime.

Os traços de delinquência podem ser resultantes de uma construção social cuja raiz está na própria violência familiar e social (LEVISKY, 2000, p.31). A partir desta perspectiva é possível deduzir que a frágil e insuficiente vinculação social de crianças e adolescentes a projetos e/ou instituições (como a família, escola e igreja, por exemplo) que têm por função a adaptação e a formação destes indivíduos às normas sociais, propicia-os a praticarem comportamentos desviantes. Transparece, assim, que o cometimento dos atos infracionais é decorrente da falha ou simplesmente pela inexistência eficaz de controles sociais convencionais que impedissem tal cometimento (HIRSCHI, 1969).

A falta de estrutura familiar, falta de um projeto de vida, a valorização do ter ao invés do ser, falta de políticas públicas que combatam as desigualdades sociais e o aumento do consumo de drogas, são apontados por especialistas como a grande motivação para o envolvimento de adolescentes com o crime.

A cada minuto, o universo sombrio do crime conta com um aumento significativo de crianças que deixam a inocência da infância de lado. Meninos e meninas de 11, 12, 13 anos de idade, brincam com armas, canivetes e facas, ao invés de carrinhos, bolas e bonecas. O meio familiar, a cada dia que passa ainda mais desestruturado, quando não consegue impor limites, ensinar valores e educar para a vida, cede cada vez mais espaço para as drogas.

Entre 1996 e 2014, o número de jovens entre 12 e 17 anos que foram apreendidos no Brasil pela prática de crimes aumentou em quase seis vezes. De acordo com o anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgado nesta segunda-feira (30), há uma crescente no encarceramento de adolescentes no país: passou de 4.245 para 24.628. Os dados foram compilados pelo anuário através de índices do ministério dos Direitos Humanos e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística). Entre os jovens apreendidos, 22,5% está em detenção provisória. E cerca de 9% está em semiliberdade.

Triste afirmar que o alvo preferencial dos traficantes são justamente os adolescentes. É nesta fase da vida que surge a pressão entre grupos de amigos, a curiosidade e a busca da autoestima. Com o uso das substâncias químicas, as quais provocam dependência, há o forte envolvimento do adolescente com a violência, pois eles precisam cometer atos ilícitos para sustentar seu vício.

Somado a isto, não possuímos escolas com estruturas suficientes e adequadas para proporcionar educação com qualidade para todos. Programas voltados para a cidadania são raros nos estabelecimentos de ensino. Ações culturais, esportivas e artísticas é artigo de luxo. E é justamente toda esta falta que faz a carência de conteúdos para expandir o horizonte dos alunos.

CONCLUSÃO

Impossível negar o aumento da criminalidade entre os jovens brasileiros. É notório que ela vem crescendo gradativamente em grandes centros urbanos no Brasil, envolvendo um aumento da participação dos jovens ao mundo do crime.

No meu entender, a falta de perspectivas e de projetos de vida são as principais causas do envolvimento de jovens e adolescentes com a criminalidade. Infelizmente, vivemos em tempos em que tudo é descartável, passageiro, transitório e superficial. Onde o TER é muito mais valorizado do que o SER. Os jovens tomam como exemplos para suas vidas o que está diretamente relacionado ao consumo, a superficialidade e a falta de valores positivos.

Precisamos cercar nossos filhos de exemplos positivos e esta é uma tarefa que todos devem envolver-se. Devemos resgatar momentos em família, preocupar-nos e envolver-nos de forma sincera com as aspirações e projetos de nossos filhos. Valorizar pequenas coisas não relacionadas ao consumo e a superficialidade, tais como um abraço, um almoço em família, uma conversa com amigos. Valorizar o que realmente temos de importante nesta vida.

Além disto, entendo que faltam políticas públicas sérias, mais especificamente na área da educação, saúde e assistência social. Importantíssimo incentivar a permanência do adolescente na escola, com reforço para cursos profissionalizantes, programas para tratamento

de drogadição e sua reinserção na sociedade, assim como acompanhamento da família do viciado.

Não menos importante, a sensibilização dos órgãos públicos e políticos acerca da importância de Programas de medidas sócio educativas que realmente cumpram o papel de reeducar. Dinheiro aplicado com segurança e educação, principalmente de nossos adolescentes, é investimento e deve ser prioritário. Acredito, com todas as minhas forças, que é nesta fase (crianças e adolescentes) que há a real possibilidade de ressocialização. Devemos trabalhar com ação de prevenção, para evitarmos a busca pela ressocialização.

É forçoso, portanto, que nossos Governantes e sociedade, como um todo, passem a dar a devida importância ao assunto em tela. Para tanto, basta um pouco de vontade política integrada entre os agentes públicos que detêm as competências necessárias, assim como, a dedicação e vontade das famílias brasileiras.

O crime, cada vez mais organizado e forte, está sempre pronto para aliciar nossos jovens. De extrema urgência os investimentos em projetos educacionais modernos, clínicas de reabilitação para os dependentes, enfim, medidas essenciais para ajudar os jovens a saírem da delinquência e evitar outros que entrem.

Assim, embora o ordenamento jurídico Brasileiro tenha introduzido a Doutrina da Proteção Integral através do artigo 227 da Constituição Federal, que declarou ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, há que se falar, pensar e agir no sentido de realmente tornar toda esta proteção efetiva. Buscar ações e medidas que sejam garantidoras destes direitos e que, de forma efetiva, tire qualquer possibilidade destas crianças e adolescentes entrarem para o crime, uma vez que, após entrar para esta vida, dificilmente se vê uma oportunidade aproveitada de sair. Depois de entrarem para a escola e “família” do crime, infelizmente, quase que impossível sair!

REFERÊNCIAS

CURY, M. (coord.). **Estatuto da criança e do adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais**. 9. ed., atual. São Paulo: Malheiros, 2008.

CURY, M.; PAULA, P. A. G. de; MARÇURA, J. N. **Estatuto da criança e do adolescente anotado**. 3. ed., rev. E atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

HIRSCHI, T. *Causes of Delinquency*. **Berkeley**: University of California Press, 1969.
Disponível em: <http://www.cruzeirodovale.com.br/geral/por-que-tantos-adolescentes-estao-se-envolvendo-na-criminalidade/>. Acesso em: 12 mar. 2020.

LEVISKY, D. L. **Aspectos do processo de identificação do adolescente na sociedade contemporânea e suas relações com a violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000

ASSESSORIA DE
IMPrensa COMO
ATIVIDADE
JORNALÍSTICA NAS
EMPRESAS

PRESS ADVISORY
AS NEWSPAPER
ACTIVITY IN
BUSINESS

FERREIRA, Aline [1]

[1] Esp. Jornalismo. Mestranda em
Comunicação. E-mail:
a.ferreira@gmail.com

RESUMO

Esse estudo se propõe a abordar o jornalista na condição de assessor de imprensa, fundamental para empresas públicas e privadas. Entende-se que a relevância dessa pesquisa está em contribuir para a explanação desse profissional. Assim, tem-se como objetivo analisar a evolução da assessoria de imprensa como atividade jornalística em organizações. Como metodologia foi utilizada pesquisa bibliográfica a partir de livros e artigos publicados em periódicos científicos, de modo a embasar o desenvolvimento desta pesquisa. A partir dessa pesquisa foi possível entender e compartilhar a função de assessor de imprensa, uma atividade complexa que pautada na ética garante a veracidade dos fatos. Foi visto que tanto empresas públicas como privadas precisam do assessor de imprensa para informar a sociedade sobre suas ações, visando promover sua boa imagem.

Palavras-chave: Jornalismo. Assessoria de imprensa. Organizações.

ABSTRACT

This study proposes to approach the journalist as a press officer, essential for public and private companies. It is understood that the relevance of this research is to contribute to the explanation of this professional. Thus, the objective is to analyze the evolution of the press office as a journalistic activity in organizations. As a methodology, bibliographic research was used from books and articles published in scientific journals, in order to support the development of this research. From this research it was possible to understand and share the role of press officer, a complex activity that based on ethics guarantees the veracity of the facts. It was seen that both public and private companies need the press officer to inform society about their actions, in order to promote their good image.

Keywords: Journalism. Press office. Organizations.

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo tem como proposta abordar o jornalista na condição de assessor de imprensa, fundamental para empresas públicas e privadas.

O jornalismo contemporâneo faz uso de complexas formas de produção da subjetividade, como a assessoria de imprensa que em organizações públicas e privadas busca propagar a imagem do cliente assessorado, pautando-se na ética com a divulgação de fatos verídicos. (ALVEZ; NOBREGA, 2017).

Cada vez mais as organizações tem priorizado profissionais de comunicação social. Segundo o Manual de Assessoria (FENAJ), a assessoria de imprensa está contida na estrutura de um departamento de comunicação de uma empresa (GUIMARÃES; REIS, 2017).

Dentre os serviços dos assessores de imprensa tem-se criação de releases, elaboração de press-kits, acompanhamento de entrevistas de suas fontes, edição de jornais, revistas, preparação de textos de apoio, artigos, clipping de notícias, dentre outros (GUIMARÃES; REIS, 2017).

Deste modo, entende-se que a relevância dessa pesquisa está em contribuir para a explanação desse profissional. Assim, tem-se como objetivo analisar a evolução da assessoria de imprensa como atividade jornalística em organizações.

Como metodologia foi utilizada pesquisa bibliográfica a partir de livros e artigos publicados em periódicos científicos, de modo a embasar o desenvolvimento desta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O SURGIMENTO DA IMPRENSA NO BRASIL

Define-se comunicação como uma ciência que consiste na transmissão e recepção de uma mesma linguagem, etimologicamente deriva do latim "*comunicare*" e significa pôr em comum. No Brasil, a imprensa foi conhecida de forma tardia em relação às outras nações, até mesmo latino-americanas, o México conheceu a imprensa no ano de 1539, já o Peru, em 1583, as colônias inglesas, Guiana e Trinidad & Tobago, conheceram a imprensa em 1650. (SODRÉ, 1983). A história da imprensa no Brasil ocorreu no século XIX, com a circulação de

dois periódicos, o *Correio Braziliense*, feito em Londres por Hipólito José da Costa, e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal oficial produzido na Imprensa Régia sob rígido controle da Coroa, informando a chegada da família Real portuguesa no ano de 1808. Contudo, vale ressaltar que imprensa e jornalismo possuem conceitos distintos, pois conforme Rüdiger (2003) existe a possibilidade de haver imprensa sem que haja o correspondente jornalista.

No início, pode-se dizer que o tipo de imprensa existente não continha características que lhe fossem próprias, ou seja, as características não eram da imprensa, mas do período histórico. Segundo Sodré (1983), os jornais publicados refletiam a intensidade do debate político que se travou primeiramente em torno da questão da Independência e depois quanto à estrutura do Estado-Nacional a ser moldada a partir da separação de Portugal. Consistia em uma espécie de jornalismo político, porém de vozes desarmônicas, sem uma causa a lhes integrar a ação. Estas características se davam pela absoluta impossibilidade de assumirem outras, pois serviam a um público pequeno, de nível baixo, usando os artifícios que o período proporcionava e admitia: a ofensa e a difamação.

A educação estava em estado embrionário, o ensino era pouco difundido, havia inúmeros analfabetos e os poucos sabiam ler, não compreendiam os assuntos públicos. Assim, “a única linguagem que todos compreendiam era mesmo a da injúria”. Ainda assim, Sodré (1983) sustenta que o período Regencial ocorrido entre os anos de 1831 e 1840, incide em um período de ascensão liberal entre o Primeiro e o Segundo Reinado, época em que os valores nacionais se asseguram e em que imperam alguns aspectos de regime republicano, como as eleições, a primazia do legislativo sobre o executivo, e a ampla liberdade de imprensa.

Após a consolidação da imprensa brasileira no século XX, o conceito de jornalismo significa fornecer periodicamente informações da atualidade. Antes, a imprensa era apenas literária ou instrumento político. A partir da década de 1920, vários novos títulos vão surgir: *O Globo*, *Folha de São Paulo*, revista *O Cruzeiro*, *Revista do Globo* etc., configurando assim o ingresso do jornalismo brasileiro numa fase empresarial.

A profusão de novos títulos e as reformas gráficas, editoriais e administrativas praticadas por publicações já firmadas, como o *Jornal do Brasil*, no final dos anos 1950, irão caracterizar um momento de modernização da imprensa jornalística. Essa modernização vai preparar a mídia jornalística para o acesso era das indústrias culturais, o que ocorre a partir do final da década de 1960, consolidando-se inteiramente nos anos 1970.

Entre os anos 1970 e 1980, percebe-se plena subordinação do jornalismo ao capitalismo. A partir dos anos 1990, o regime de acumulação, dominante no início do século XXI, tem um aprofundamento dessa subordinação, desse aspecto mercadológico da informação, que passa a ser um dos utensílios de lucro e poder mais importantes nas sociedades contemporâneas. Ressalta-se que com o impeachment do presidente da república do Brasil no ano de 1992, o jornalismo teve papel determinante e os meios de comunicação passaram a refletir pressões crescentes de democratização do poder, e o Estado mostrava-se ineficiente frente às expectativas da população. Com isso cresce a percepção crítica da imprensa em relação aos poderes públicos, e da população para com a imprensa, causando um mal-estar baseado em três acusações: a imprensa é superficial, invasiva e pessimista. (FOLHA, 1997)

Em decorrência deste fato, a imprensa começa a simplificar suas publicações com aparente conivência com as estruturas do país, buscando publicar matérias de interesses públicos de forma moderada, assim, o atual jornalismo busca corresponder às exigências e sensibilidades de seu público, com críticas ponderadas.

2.2 HISTÓRICO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA

A profissão de assessor de imprensa teve início com Ivy Lee, um jornalista americano que em 1906, abriu o primeiro escritório de assessoria de comunicação do mundo, tendo como primeiro cliente, o empresário John Davison Rockefeller cujo objetivo seria de reparar a sua imagem perante a sociedade (GUIMARÃES; REIS, 2017).

Durante aquele período os Estados Unidos enfrentavam um tempo de grande crescimento empresarial no norte do país, isso se dava decorrente da Guerra da Secessão e da vitória contra os escravistas do Sul.

Nos Estados Unidos, a assessoria de imprensa expandiu-se com a crise de 1929, em que o aumento do desemprego resultante da crise e da crescente pobreza da população gerou complicação para os empresários norte-americanos. Assim, na década de 1930, a assessoria de imprensa chegou as universidades que com a percepção da demanda desses profissionais no mercado, passou a formar especialistas em relações públicas (PECIN, 2010). Em seguida houve uma expansão da assessoria de imprensa, ela deixou rapidamente de atender apenas os

Estados Unidos e expandiu-se para o Canadá, em seguida para a Europa. Em 1950 já tinham sido criados departamentos de assessoria de empresa em mais de sete nações europeia. Nesses países a atividade tinha relação com profissionais de relações públicas, o seu principal intuito era conseguir estabelecer uma promoção entre as organizações, a mídia e o público, tanto no âmbito interno quanto no âmbito externo. (PECIN, 2010)

Segundo Pecin (2010) há uma particularidade no tocante a essa profissão no Brasil, pois ela está ligada diretamente a competência de jornalistas, tradicionalmente. O desenvolvimento da assessoria de imprensa no Brasil veio através de influências norte-americanas na área de relações públicas. Com a chegada de empresas multinacionais ao Brasil, algo que sofreu ainda uma maior potencialização com o governo de Juscelino Kubistchek, ajudou com que houvesse uma expansão das práticas de relações públicas para com empresas privadas.

De acordo com Duarte (2003) o governo de Getúlio Vargas em 1931, criou o Departamento de Imprensa e Propaganda, esse departamento tinha como sua finalidade promover a imagem do governo, porém com o acontecimento da ditadura do Estado Novo, esse passou a ser o responsável pela censura da mídia, tendo a mídia então a necessidade de solicitar permissão para divulgar informações a esse órgão.

Como relata Pecin (2010) com o final do primeiro governo de Vargas, o Departamento de Imprensa e Propaganda teve a sua substituição pelo Departamento Nacional de Informações, esse departamento tinha como sua responsabilidade tratar sobre a divulgação e o atendimento aos jornalistas de forma isenta. Em 1944 surge a Agência Nacional para disseminar informações de interesse governamental. Havia tranquilidade nesse setor, até em 1964 ocorre o início do Regime Militar. Enquanto estavam no poder os militares realizaram investimentos para o setor de comunicação, dessa maneira desenvolvendo propagandas, e trazendo a divulgação de informações referentes ao governo para que o povo tivesse uma melhor aceitação do governo militar. Com essa situação foi desenvolvida a Assessoria Especiais de Relações Públicas, conhecida pela sigla (AERP).

No tocante as empresas privadas, Pecin relata que o desenvolvimento da assessoria como uma prática organizacional foi algo que se deu de forma tardia, tendo sua ocorrência após 1950. O Marco desse acontecimento se deu pela Seleção de Imprensa que tinha ligação com o Departamento de Relações Públicas da Volkswagen no Brasil, esse departamento tinha

como seu responsável os jornalistas, Alaor Gomes e Reginaldo Finotti, que estavam estruturando um setor específico para lidar com a imprensa. Posteriormente esses dois profissionais criaram para si uma assessoria que era independente, algo que foi considerado pioneiro naquela época, o nome da assessoria era Unipress.

Com o decorrer da década de 1980, a comunicação entre as empresas e o público alvo se tornou fundamental, que cumprido pela assessoria de imprensa, atua dentre outros, medindo e gerenciando informações (FENAJ, 1985).

Duarte (2003) ainda considera que graças ao crescimento do mercado de assessoria de imprensa, esse segmento se tornou algo muito atrativo aos novos jornalistas, visto que o ritmo de trabalho tido pelos mesmos era considerado bastante estressante, contendo também uma baixa remuneração e uma oferta de emprego também escassa.

Dessa maneira, Pecin (2010) aborda que a consolidação da assessoria de imprensa como um fazer jornalístico, ocorreu de fato graças a ação dos sindicatos, que fizeram o controle para que essa atividade fosse exclusividade da categoria. A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) juntamente com o Conselho Nacional de Relações Públicas através do Decreto nº 83.284/1979 e o Decreto-Lei nº 972/69 foi decidido que a função de assessor de imprensa deverá ser exercida única e exclusivamente pelo jornalista profissional.

2.3 O PAPEL DA ASSESSORIA DE IMPRENSA

Conceitua-se assessoria de imprensa, a gestão de relacionamento e de informações entre a fonte e a imprensa, devendo criar imagem desejada seja para corporações públicas ou privadas (DUARTE, 2011).

A atividade de assessoria de imprensa possui espaço significativo nos processos jornalísticos e no ordenamento da mídia, estando além de um meio de defender interesses particulares a partir da divulgação de informação à sociedade (SILVA, 2017).

A assessoria de comunicação trabalha as notícias que vem de uma empresa, ou seja, lida com as informações organizacionais que serão colocadas para os seus clientes e a sociedade num geral (CHINEM, 2006). Nas empresas a assessoria de imprensa tem importância significativa na adoção de novas tendências da comunicação, em que se tem a

necessidade adequar a comunicação às mídias digitais, reestruturando as práticas da empresa (RIBEIRO, *et. al.*, 2015).

A comunicação social organizacional, segundo Azeredo (2010) tem o envolvimento de atos diretos, indiretos, unilaterais e públicos, dessa maneira é possível afirmar que todas as ações coletivas ou de massa que são produzidas através de jornais, revistas, rádio ou da televisão.

Chinem (2006) diz que uma das principais tarefas relacionado a assessoria de comunicação é a permanente interpretação crítica e seletiva do ambiente exterior. Para o autor esse trabalho traz a condição de ampliar mais ainda a sua capacidade em detectar alterações nas mais variadas áreas da sociedade e dessa maneira poder prever problemas que podem vir a surgir, por exemplo objeções, inconvenientes ou mal-entendidos.

Para Azeredo as assessorias de comunicação frequentemente são encaradas apenas como estruturas de apoio. Tendo a sua utilidade para servir de consulta, assessorar, porém sem nenhum tipo de autoridade dentro das organizações.

Todavia o autor considera que isso está passando por uma fase de mudança, a comunicação tem começado a assumir uma posição mais voltada a gestão da empresa, passando a também poder tomar decisões e participar de situações importantes dentro da organização, tal situação faz com que os assessores de imprensa necessitem ter habilidades em gestão e administração.

A função do assessor de comunicação é o de zelar pela boa imagem da instituição e realizar uma comunicação de maneira integrada, ele deverá se comunicar com diversos públicos, dentre esses públicos estão os externos, setorial e externo no tocante a comunicação institucional.

O assessor de imprensa tem como a sua principal função o abastecimento de veículos de comunicação social, esses veículos recebem notícias sobre o seu assessorado, sugestões de pautas de artigo, entrevistas dentre outros serviços que são oferecidos (AZEREDO, 2010).

Para Carvalho e Reis (2009) é preciso que o assessor de imprensa seja além de um bom redator, uma pessoa que tenha a total noção entre a diferença de uma informação e de uma notícia, ele também deverá tratar os jornalistas que com ele se relacionarem de maneira respeitosa, sabendo que esses jornalistas têm horários para fechar suas pautas e que precisam ter um atendimento em critério de urgência para poder desempenharem bem a sua função.

De acordo com Santana (2012) a assessoria de comunicação é formada por um tripé, nesse tripé estão: jornalistas, publicitários e relações públicas, embora os três profissionais tenham sua especialidade voltada para a ciência da comunicação, cada um deles tem uma especialidade voltada para uma determinada atuação.

Um desses profissionais que fazem parte desse tripé é o jornalista, que é um profissional conhecido como Assessor de Imprensa. O jornalista é aquele responsável por fazer o contato com a mídia e divulgar quais serão as ações da empresa, desenvolvendo dessa maneira o papel de facilitador entre a mídia e a empresa. Através do seu trabalho esse profissional deverá atrair a imprensa com fatos positivos acerca daquela organização para a qual ele trabalha, e assim ajudar a manter sempre a melhor percepção possível acerca da empresa (SANTANA, 2012)

De acordo com Santana outras atividades que também são de responsabilidade do jornalista são o envio de releases ou de notas, assim como o agendamento de entrevistas, eles são responsáveis por conseguir a mídia espontânea, sendo assim, as informações acerca da empresa ou daquele assessorado que irão ser divulgadas nos veículos de comunicação, como o rádio, a televisão, a internet dentre outros meios possíveis, de maneira gratuita.

O Relações Públicas tem a responsabilidade de realizar o mapeamento dos públicos para que dessa maneira eles possam vir a ser bem atendidos, a identificação de públicos dentro de uma organização é um trabalho tanto interno quanto externo para aquele profissional que lida com essa área, precisando assim conseguir lidar de uma forma eficaz com esse público para que assim possa alcançar uma comunicação tanto interna quanto externo com excelência (SANTANA, 2012).

Santana (2012) deixa então claro que apensar de que cada um tenha uma função específica no tripé, essas três áreas são complementares entre si e não podem ser ignoradas, o mercado atual tem buscado por um profissional que possa ser multidisciplinar. Deve ser levado também em consideração que a existência de uma Assessoria de Comunicação é algo fundamental para qualquer que seja a organização, pois será através desses profissionais que a imagem positiva da empresa chegará aos seus *stakeholders*, a opinião pública deverá ser valorizada pela alta gestão das empresas e dessa maneira não se deve ignorar a forma com a qual o público pode criar um julgamento que poderá colocar uma empresa em uma situação ruim perante seus clientes, por tanto saber se comunicar e ter profissionais competentes para

fazer tal função é de extrema importância para a empresa, não se pode menosprezar o poder da comunicação no mundo corporativo.

2.4 O PAPEL DA ASSESSORIA DE IMPRENSA COORPORATIVA

Para que o trabalho da Assessoria de Imprensa tenha sucesso é preciso as estratégias de marketing estejam perfeitamente alinhadas com o objetivo de aumentar o valor da marca, dessa forma se faz possível a construção de uma identidade sólida e positiva, tendo assim o poder de obter destaque e conseguir ganhar um espaço de preferência na mentalidade do consumidor, algo que não é conseguido com facilidade como mencionado anteriormente. Para que ocorra essa consolidação da marca é preciso que exista um relacionamento duradoura que será construído entre a empresa e o público por meio de valores reais gerados por ela (MARTINS; MARIANO, 2013).

Martins e Mariano (2013) afirmam que a assessoria é algo fundamental para a construção de imagem de uma empresa e de suas marcas, pois apesar do sucesso realizado com a comunicação em massa, existem objetivos que não podem ser atingidos por ela, dentre esses objetivos que não conseguem ser atingidos por ela estão a consolidação das competências e da reputação da empresa.

É necessário que exista uma diferenciação de uma marca perante aos seus concorrentes, por tanto é preciso não sejam oferecidos apenas produtos padrão para que se torne de fato um parceiro do cliente, a padronização é um sinal de qualidade, mas não passa a compreensão de fornecer um serviço mais qualificado a um determinado parceiro. Para que isso aconteça é preciso trazer sempre informações acerca dos seus produtos, para isso a assessoria de imprensa pode ser tida como uma boa maneira na execução dessa tarefa, ela tem a capacidade de trazer informações ao mercado e dessa forma é passada uma imagem de uma empresa que é destaque na sua área. (MARTINS; MARIANO, 2013)

Uma boa assessoria de imprensa deve conseguir entender o mercado e ter a capacidade de elaborar planos para qualquer que seja o segmento que ela esteja envolvida. Tal plano deve estar inserido de maneira mais geral com relação a comunicação e também ao plano de marketing, tendo apoio de eventos, comunicação direta e de propaganda para que a empresa possa tirar uma imagem de ser uma empresa chata que tem apenas o intuito da venda e

coloca-la no âmbito de um parceiro de negócios, agregando dessa maneira mais valor à sua marca e colocando em evidência no mercado (MARTINS; MAIANO, 2013).

2.5 ASSESSORIA DE IMPRENSA COMO GESTORA DE CRISES

De acordo com Lopes (2000) através da assessoria de imprensa se torna possível para uma empresa a possibilidade de trazer à tona a identificação antecipada de crises que possam vir a rondar a organização, essas crises podem causar mudanças de diversas maneiras na sociedade.

A opinião pública para Rabaça e Barbosa (2001) é um agregado de opiniões que predominam em uma determinada localidade. Ela é manifestada de maneira coletiva, os valores que interferem para o desenvolvimento desse tipo de opinião são psicológico, sociológico e histórico.

Martins e Mariano (2013) consideram que ter o apoio da opinião pública é algo que é desejado de maneira completa por qualquer que seja aquele que tem algo a oferecer a sociedade. Empresas que pretendem obter uma posição de destaque precisam estar preocupadas com a maneira que a sua imagem é passada ao público, pois caso o contrário se faz praticamente impossível que essa empresa consiga passar uma imagem institucional positiva e que consiga gerar valor e credibilidade para o mercado.

Ignorar a opinião pública é uma forma ingênua de lidar com a necessidade de profundas mudanças que ocorreram no mundo ao longo do século atual. Essa mudança ocorre graças ao crescimento gigantesco de informações, a democratização do acesso à informação e a percepção da sociedade enquanto aos seus direitos e deveres como consumidores (MARTINS; MARIANO, 2013).

Sabendo da rapidez que as informações podem tomar quando se propagam pelos veículos de comunicação, é necessário ter a perfeita compreensão do impacto que isso pode causar na imagem de uma organização, uma crise tem o poder de abalar ou até mesmo em casos mais extremos de gerar a destruição da imagem de uma organização perante o mercado, uma má comunicação durante um período de crise poderá significar o fim para uma organização (AZEREDO, 2010). Para Azeredo (2010) na chegada de uma situação de crise deve-se imediatamente realizar a montagem de todo um aparato para poder lidar com tal

momento, isso irá exigir a participação de diretores, advogados, e também do departamento de comunicação da organização. No momento de tal situação a honestidade é o melhor caminho para ser seguido, a mentira poderá atrapalhar ainda mais o momento que é enfrentado pela empresa. O assessor durante tal situação não deve deliberadamente expor toda a situação, porém quando der alguma declaração, essa deverá ser em sua totalidade verídica.

No combate a uma crise Azeredo também traz à tona a necessidade de se criar um discurso único, dessa forma deve ser evitado que muitas pessoas expressem opiniões ao mesmo tempo.

Uma maneira de se administrar uma crise é também descrita por Carvalho e Reis (2009), para ele no caso de uma crise chegar a um patamar superior ao que era esperado, ocorre que os jornais começam a persistir em um assunto e dessa maneira essa crise pode chegar à pauta de algum jornal de grande repercussão nacional, dessa forma o autor informa que quando passou por tal situação ele desenvolveu um site onde ele a cada quinze minutos atualizava informações e remetia os jornalistas para esse site.

Assim, o momento de crise é um momento para que sejam evitadas as mentiras e que a empresa se prepara para com a devida responsabilidade expor sua situação perante o público, as explicações devem ser dadas de maneira responsável, pois uma má gestão de crise tem o potencial de ocasionar estragos irreparáveis para uma organização nesse momento, portanto ter cautela e saber como proceder podem evitar situações que ponham a credibilidade de uma organização em risco e salvar sua reputação perante o público em um momento de descrédito.

2.6 ASSESSORIA DE IMPRENSA E ÉTICA

As organizações também possuem um compromisso com a informação, dessa maneira elas devem levar a sério o trabalho das assessorias em se manterem sempre verídicas e preocupadas em sempre manter uma boa imagem perante a opinião pública. O assessor terá a responsabilidade de buscar trazer a união perante os departamentos da empresa e dessa forma desenvolver um relacionamento positivo dentro da organização. (MARTINS; MARIANO, 2013)

De acordo com Bueno (2003) a transparência é uma das principais ferramentas que podem ser utilizadas pelas organizações, pois ela tem o potencial de trazer uma relação de

confiança entre os seus públicos. Perante a sociedade uma informação não deve ser posta sobre a verdade, pois a transparência é sempre cobrada e uma divulgação falsa de fatos pode colocar a empresa em uma situação passiva de penalização perante a imprensa.

Segundo Pecin (2010) em certo sentido atenta-se para a questão de que a assessoria de imprensa vai de contramão os princípios do jornalismo visto que nesse tipo de situação ele vai contra a imparcialidade. Já que nesse tipo de situação para aquele assessor de imprensa o bem-estar da organização na qual ele faz parte é o mais importante naquele momento.

Martins e Mariano (2013) alegam que consolidar a imagem de uma marca é algo que faz parte de um planejamento estratégico e que os seus efeitos somente poderão ser sentidos a longo prazo, pois para que isso ocorra são envolvidos diversas atividades da assessoria de imprensa, ela necessita elaborar publicações tanto internas quanto externas; precisa enviar releases a imprensa; elaborar conteúdo para sites e mídias sociais, dentre várias outras funções que terão a capacidade de levar a empresa a consolidação de sua marca.

Dentre as ferramentas de comunicação utilizadas pelo assessor de comunicação tem-se a edição de jornais, revistas, sites de notícia e material jornalístico para vídeos (FENAJ, 2007). Além da mídia externa, pode o assessor de imprensa atuar na comunicação interna da empresa, na produção de conteúdo voltados para os clientes internos (HRENECHEN; SOARES, 2016).

Dessa maneira Lopes (2000) alerta que as empresas precisam estar constantemente prontas para fornecer uma resposta de forma rápida e objetiva, de uma maneira que não traga comprometimento a imagem da mesma, e para que isso seja possível um profissional da comunicação deverá estar incluído nesse planejamento.

Assim Chinem (2006) afirma que uma relação baseada na confiança entre o seu assessor e o seu assessorado traz facilidade para a tomada de decisões durante um momento de crise. O Assessor deverá ter comprometimento com a proposta trazida pela empresa e a sua política, sempre que a mesma necessitar de alterações, e por causa de tal situação muitos colegas de veículos de imprensa veem o assessor com uma certa desconfiança. Porém ser fiel a seu cliente não deve ter o significado de ser infiel a sua profissão de jornalista, deve exatamente significar que transmitir essas informações ajudam na criação da cidadania.

CONCLUSÃO

A partir dessa pesquisa foi possível entender e compartilhar a função de assessor de imprensa, uma atividade complexa que pautada na ética garante a veracidade dos fatos. Embora a assessoria de imprensa seja uma atividade ligada a instituições, passou a ser mais buscada por pessoas públicas. No entanto, foi visto que tanto empresas públicas como privadas precisam do assessor de imprensa para informar a sociedade sobre suas ações, visando promover sua boa imagem.

REFERÊNCIAS

- ALVEZ, A. E. A. NOBREGA, Z. S. N. A relação do jornalismo e assessoria de imprensa em João Pessoa: a rotina produtiva das agências Integrativa e News Comunicação. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Fortaleza-CE. 29 jun. a 01 jul. 2017. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-0820-1.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- AZEREDO, B. R. **O Papel e a Importância das Assessorias de Imprensa nas Organizações**. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro. 2010.
- BUENO, W. **Comunicação empresarial: teoria e pesquisa**. São Paulo: Manole, 2003.
- CARVALHO, C; REIS, L. M. A. **Manual Prático de Assessoria de Imprensa**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2009.
- CHINEM, R. **Comunicação Empresarial: teoria e o dia a dia das assessorias de comunicação**. São Paulo: Horizonte, 2006.
- DUARTE, J. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- DUARTE, J. (Org.). **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia: Teoria e Técnica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas. **Manual Assessoria de Comunicação**. Brasília, 1985.
- FENAJ- Federação Nacional dos Jornalistas. **Manual Assessoria de Comunicação/Imprensa**. Brasília, 2007. Disponível em <http://fenaj.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

FOLHA, Online. **Um jornalismo cada vez mais crítico e mais criticado**. 1997. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/projetos-1997-4.shtml>. Acesso em: 25 abr. 2021.

GUIMARÃES, R. N.; REIS, L. C. M. dos R. A Ética profissional na assessoria de imprensa. **Revista eletrônica Cosmopolitana em ação**. Cosmos. v. 4, n. 1, p. 01-12, 2017.

HRENECHEN, V. C. DE A. T. SOARES, A. S. S. Análise da assessoria de imprensa como atividade jornalística. **EIICS**, 2016.

KOTLER, P; ARMSTRONG, G. **Princípios de Marketing**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

LOPES, M. **Quem tem medo de ser Notícia?** da informação à notícia - a mídia formando ou "deformando" uma imagem. São Paulo: Makron Books, 2000.

MARTINS, S; MAINO, JOELMA. A assessoria de imprensa como ferramenta de marketing e construção de imagem da marca. **X Congresso Online – Administração**. 7 a 9 nov. 2013.

PECIN, G. D. G. Um Estudo sobre a Assessoria de Imprensa como Atividade Jornalística. **XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste**. Goiânia. 27 a 29 mai. 2010.

RABAÇA, A. C.; BARBOSA, G. G. **Dicionário de Comunicação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus. 2001.

RIBEIRO, V.; CAMPELO, F.; RODRIGUES, I.; MARMELO, M. ROCHA, M. A assessoria de imprensa e as redes sociais: Estudo de caso sobre as mudanças no relacionamento fonte-jornalista e o processo de produção do press release, **Comunicação Pública**, n. 10, v. 19, 2015.

RÜDIGER, F. **Tendências do jornalismo**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2003.

SANTANA, L. F. V. **O papel da assessoria de comunicação no relacionamento entre as organizações e seus vários públicos**. Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2012.

SILVA, R. C. de O. **Doar por amor**: elaboração de revista para o hospital de câncer de Barretos. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo à Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Campus de Frutal, sob a orientação do Professor Fernando Ringel. Frutal (MG) 2017.

SODRÉ, N. W. **A história da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

PROPOSTA DE
UMA ESTRUTURA
ÉTICA
COMPUTACIONAL

PROPOSAL FOR A
COMPUTER
ETHICS
FRAMEWORK

TOLEDO, Thiago Ferreira de [1]

[1] Mestre em Engenharia Elétrica
e Computação

RESUMO

A sociedade atual está imersa em meios tecnológicos, com inúmeras invenções criadas desde o último século, as quais trouxeram consigo dilemas éticos inéditos. Do advento dos computadores até a sua popularização, e uso rotineiro, transformou muitos aspectos da vida humana, pois a forma de interação entre os indivíduos e a maneira de trabalhar – apenas para citar exemplos –, mudaram em curto período, se comparado com o tempo que compreende a primeira civilização até a atual. A velocidade com que os meios computacionais foram introduzidos na sociedade não foi acompanhada por uma sólida e consistente análise ética para que o seu uso pudesse ser corretamente avaliado, no sentido de empregá-lo para a prosperidade da civilização, e, em hipótese alguma, utilizá-los para fins que não contribuam para bons propósitos. Dentro desse contexto, este trabalho objetiva apresentar uma Estrutura Ética Computacional, compreendendo os princípios éticos de respeito, tolerância, liberdade, responsabilidade, justiça e privacidade, para ser empregada em auxílio aos profissionais desse campo de atuação a verificar a ética de seus empreendimentos, podendo avaliá-los desde a concepção até após a sua conclusão. Para isso foi realizado uma revisão narrativa da literatura, bem como a consideração de alguns princípios éticos da Ciência Logosófica. Em seguida, com a finalidade de testar a Estrutura Ética Computacional, ela foi aplicada para averiguar se uma Aplicação *Web* pode ser considerada ética sob a perspectiva da estrutura proposta, o qual foi constatado que a aplicação precisa melhorar em alguns pontos para atender aos princípios de respeito, liberdade e privacidade.

Palavras-chave: Ética Aplicada. Ética em Computação. Logosofia. Moral.

ABSTRACT

The current society is immersed in technological means, with numerous inventions created since the last century, which have brought with them unprecedented ethical dilemmas. From the advent of computers to their popularisation, and routine use, many aspects of human life have been transformed, as the form of interaction between individuals and the way of working – just to cite examples –, have changed in a short period, if compared with the time between the first civilisation and the present one. The speed with which computer means were introduced into society was not accompanied by a solid and consistent ethical analysis so that their use could be correctly evaluated, in the sense of using them for the prosperity of civilisation, and, under no circumstances using them for ends that do not contribute to good purposes. Within this context, this work aims to present a Computer Ethics Framework, comprising the ethical principles of respect, tolerance, freedom, responsibility, justice and privacy, to be used to help professionals in this field verify the ethicality of their projects, evaluating them from conception until after its conclusion. For this, end a narrative review of the literature was undertaken, as well as consideration of some ethical principles of Logosophical Science. After that, with the purpose of testing the Computer Ethics Framework, it was applied to verify if a Web Application can be considered ethical under the perspective of the proposed framework, which was found that the application needs to improve in some points to meet the principles of respect, freedom and privacy.

Keywords: Applied Ethics. Computer Ethics. Logosophy. Moral.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade de hoje é marcada pelo extensivo uso de tecnologias de informação e comunicação, as quais estão presentes em diversos momentos do cotidiano, sendo utilizadas para variados fins, desde trabalho e estudo até nos momentos de lazer e descontração, cuja acentuada incorporação tecnológica criou situações até então inéditas para a humanidade, pois, se considerarmos apenas os computadores digitais, criados há cerca de oito décadas, daquele tempo até os dias atuais, houve uma acelerada modificação na sociedade.

Essa rápida transformação foi impulsionada, em alguma medida, pela introdução dos computadores, cujas implicações geradas merecem especial atenção e uma profunda reflexão sobre as suas consequências, já que as possibilidades advindas com essas tecnologias podem ser utilizadas tanto para o bem como para o mal. Dessa forma, lidar com as questões éticas sobre o uso computacional é essencial para que este não seja uma ferramenta prejudicial, ao contrário, devendo servir como um instrumento para favorecer a prosperidade da civilização.

Nesse contexto, este trabalho tem como finalidade propor uma Estrutura Ética Computacional para auxiliar os profissionais da área a avaliar a eticidade dos seus trabalhos. A ideia é a de que a equipe de desenvolvimento pondere sobre pontos éticos fundamentais no momento em que estão projetando e desenvolvendo alguma solução tecnológica, bem como averiguar algum trabalho já concluído a fim de encontrar questões que não haviam sido previamente percebidas. Este artigo está organizado da seguinte maneira: na próxima seção é fundamentado o tema sobre a ética computacional, além de citar algumas sugestões de leituras e abordagens propostas para aplicar a ética nessa área, cujos trabalhos foram selecionados através de uma revisão narrativa da literatura. Em seguida é apresentada a Estrutura Ética Computacional e exemplificado uma maneira de utilizá-la. E a última seção traz a conclusão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Ética Computacional

O trabalho produzido por James H. Moor, em 1985, publicado na revista *Metaphilosophy*, venceu o concurso de ensaios sobre ética computacional, que, em suas palavras é definida como:

Na minha opinião, a **ética computacional** é a análise da natureza e impacto social da tecnologia computacional e a correspondente formulação e justificação de políticas para a utilização ética de tal tecnologia. Utilizo a frase "tecnologia da computação" porque levo o assunto do campo de uma forma geral a incluir computadores e tecnologia associada. Por exemplo, incluo preocupações sobre *software*, bem como *hardware* e preocupações sobre redes que ligam computadores, bem como os próprios computadores. (MOOR, 1985, p. 266, tradução nossa, destaque do autor).

O papel central da ética computacional é o de dispor de políticas adequadas de como os computadores devem ser utilizados, já que a sua introdução na sociedade forneceu novas opções de ações aos indivíduos, e por isso, se faz necessário a formulação de políticas adequadas para orientar as atuações. Para tanto, é necessária uma estrutura conceitual coerente já que a falta de política e de conceitos são problemas básicos que precisam ser tratados. A ausência desses fatores resulta em uma espécie de vácuo político (MOOR, 1985).

Como os computadores executam uma vasta gama de tarefas, pode ser que surjam novas aplicações onde não haja amadurecimento suficiente, como nos casos onde não exista um preparo ético para lidar com a nova situação, criando assim, uma lacuna ética por não haver uma ideia clara de como seria uma atuação adequada. Uma lacuna também pode surgir quando a sociedade faz alguma adaptação à tecnologia existente, originando um vácuo político, e, para preenchê-lo, é necessário propor uma política que seja eticamente justificável, legalmente fundamentada e socialmente aceitável (MOOR, 1998a). Além disso, um bom começo para a criação de uma conduta ética responsável principia por evitar políticas que possam resultar em danos aos outros indivíduos (MOOR, 1998b).

Em seu turno, Johnson (1991) agrega que um vácuo ocorre quando não existem leis ou políticas para orientar condutas em determinadas circunstâncias, sendo, por isso, necessário averiguar quais são os direitos de cada parte envolvida na questão. O sentido oposto do vácuo é a complexidade, ou seja, quando há atitudes e opiniões conflitantes entre si, ou uma mistura de valores e ideias, atitudes e opiniões. Em situações complexas pode-se recorrer à análise de outros casos que possam auxiliar no atual, ou se perguntar como o conflito seria solucionado caso não houvesse a introdução de computadores.

A ética computacional engloba tanto as considerações de políticas pessoais quanto sociais. É, por isso, um campo de estudo dinâmico e complexo, que também considera as relações entre fatos, conceituações, políticas e valores no que diz respeito à tecnologia computacional, pois, a sua introdução transformou a natureza básica, ou o propósito de muitas atividades humanas, e instituições sociais (MOOR, 1985). Em outras palavras, a forma de os indivíduos se relacionarem entre si e com as organizações são modificadas, porque é reduzido ou eliminado o contato humano direto. Assim, quando as regras morais relacionadas com alguma questão que não seja óbvia, ou quando princípios morais se conflitam entre si, é necessária uma análise filosófica e ética (JOHNSON, 1984).

No que diz respeito ao comportamento, às crenças e às atitudes das pessoas, Johnson (1984) expõe que pode haver uma espécie de reivindicação empírica e descritiva sobre essas questões, que comumente se baseiam em dados obtidos pela observação, e não de forma teórica. E se tratando de como as pessoas devem se comportar, as reivindicações podem ser filosóficas e prescritivas, as quais podem se basear na aceitação de algum princípio ou regra

moral subjacente, que, embora não expresse diretamente, fica subentendido. Por exemplo, é errado fazer uma cópia ilegal de um sistema computacional porque as pessoas têm direito aos produtos do seu trabalho.

Moor (1998b) sugere a investigação empírica quando houver situações onde há uma disputa entre políticas éticas para avaliar quais são as consequências reais caso a política proposta seja implementada. Ele sugere ainda outras técnicas, como a de assumir uma posição ao avaliar a política, por exemplo, se imaginar como um indivíduo que não seria beneficiado por sua implementação, ou, pior, sendo prejudicado; e a resolução por analogia.

A respeito da analogia, mais tarde Moor (2005) acrescenta que ela pode ser usada para resolver alguma confusão conceitual quando é introduzida uma nova tecnologia que requeira atenção ética. No entanto, essa técnica talvez não seja decisiva ou convincente, requerendo outra abordagem, tal como considerar diversas políticas que poderiam ser adequadas ao dado problema e selecionar a melhor, cuja escolha seria baseada na análise das consequências, ou por outros métodos justificativos.

Entretanto, Maner (1996) argumenta sobre o fracasso em encontrar analogias úteis que possam ser empregadas em ética computacional, devido à singularidade dessa área; por isso é necessário descobrir e formular novos valores morais, desenvolver novas políticas e encontrar caminhos possíveis para resolver as novas situações.

Os computadores, assim como quaisquer outras criações tecnológicas, criam tanto possibilidades desejadas quanto indesejadas. Mesmo que ambas essas questões se relacionem entre si, é possível distingui-las entre sociológicas e éticas, cuja primeira se refere ao impacto gerado pela introdução dos computadores na sociedade, e a questão ética trata de temas relacionados às mudanças que já ocorreram e passaram a fazer parte da sociedade, bem como o impacto resultante nas relações humanas e nas instituições, de modo que tais influências desafiam as noções morais comuns, principalmente sobre as concepções de direitos e responsabilidades individuais. Além disso, a introdução dos computadores também pode ter alterado as ideias sobre os bens anelados e as estratégias empregadas na manutenção das instituições existentes (JOHNSON, 1991).

Vale destacar que para resolver as questões introduzidas pelas tecnologias computacionais há o envolvimento de outras temáticas, como a ética aplicada, a sociologia

digital, os valores tecnológicos e os crimes envolvendo computadores. Assim, a ética computacional é um campo de investigação que instiga os estudiosos a revisar constantemente as tecnologias e seus valores com o intuito de fornecer princípios para a compreensão, conceituação e uso (KUZU, 2009).

Para um maior aprofundamento no assunto, nos seguintes trabalhos são elucidados sobre a história da ética computacional: Bynum (2020), Vacura (2015) e Ramalho (2013). E alguns exemplos de abordagens propostas para auxiliar na solução de questões éticas podem ser encontradas em Masiero (2004), Friedman, Kahn e Borning (2006), Brey (2012) e Rehg (2015).

2.2 Estrutura Ética Computacional

O termo ética computacional foi cunhado por Walter Maner em meados de 1970 (BYNUM, 2020). Ele foi o primeiro a lecionar sobre esse campo de estudo como uma disciplina universitária, marcando assim, a primeira geração da ética computacional, onde foram sugeridos limites para o uso de meios informatizados na vida, de modo a não comprometer a privacidade dos indivíduos (VACURA, 2015). Além disso, por ser este um fator de interesse para todos os seres humanos muito antes da possibilidade da existência de qualquer máquina de calcular, a sua importância se tornou ainda mais evidente com o advento das tecnologias computacionais, que, devido à facilidade de armazenar, recuperar e até mesmo cruzar informações entre diferentes bases de dados, pode comprometer sobremaneira a privacidade do usuário.

Apenas para citar alguns exemplos de autores que consideraram a privacidade em seus trabalhos, tem-se: Johnson (1984), Mason (1986), Huff (1996), Moor (1997) e Masiero (2004).

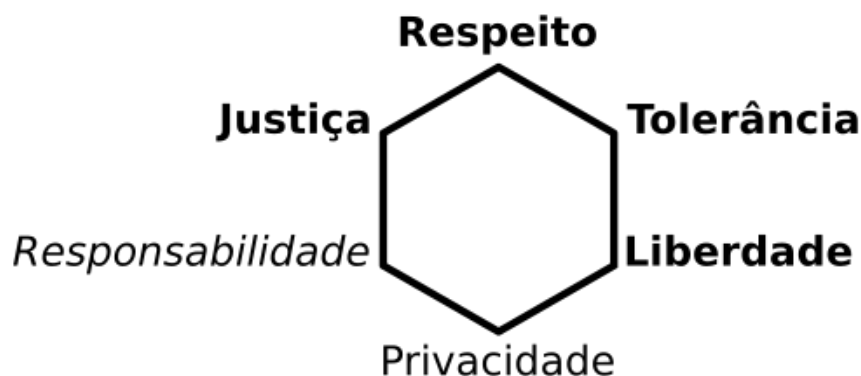
Dada a sua relevância, a privacidade foi incorporada à Estrutura Ética Computacional, a qual é composta por outros elementos originários da Ciência Logosófica, a começar pela tríade: respeito, tolerância e liberdade os quais são os princípios éticos norteadores da

Fundação Logosófica¹ (PECOTCHE, 2012), cujas qualidades formam a base para uma boa convivência (TOLEDO, 2021).

Para um indivíduo usufruir do direito de sua liberdade, antes é preciso saber dos seus deveres, os quais requerem responsabilidade de sua parte. Ademais, é preciso que o indivíduo atue com justiça, para que não abuse de sua liberdade, e não falte com responsabilidade ao assumir uma atitude de parcialidade. Com mais esses dois princípios, responsabilidade e justiça, formam o todo da Estrutura Ética Computacional, conforme ilustrado na Figura 1 (TOLEDO, 2021).

O estudo detalhado de como foi formado o conjunto de princípios éticos de respeito, tolerância, liberdade, responsabilidade e justiça, pode ser verificado no artigo "Proposta de uma Estrutura Ética em Pesquisa" (TOLEDO, 2021).

Figura 1: Estrutura Ética Computacional.



Fonte: Adaptado de Toledo (2021).

O princípio ético de respeito foi tratado em um trabalho anterior, o qual objetivou sugerir como aplicá-lo no desenvolvimento de sistemas computacionais (TOLEDO, 2020).

¹<https://logosofia.org.br/>

2.3 Exemplo de Uso da Estrutura Ética Computacional

O caso de exemplo se trata do desenvolvimento de uma Aplicação *Web* a fim de gerar laudos médicos referente ao exame de um paciente, utilizando para isso sistemas de reconhecimento de fala, os quais, ao identificar o discurso o converte automaticamente em texto. Esse sistema pode ser verificado em detalhes no livro "Integrando Sistemas de Reconhecimento Automático de Fala em Aplicações *Web*" (TOLEDO, 2019), ou de acesso facilitado na dissertação disponível em Toledo (2017).

Usando esse projeto como exemplo, a seguir é descrito como considerar cada um dos princípios da Estrutura Ética Computacional para averiguar a sua eticidade:

- **Respeito:** a Aplicação *Web* foi projetada para ser de fácil uso e com o mínimo de elementos visuais possíveis para que as telas contivessem apenas informações e opções de ações relevantes. É claro que a questão de "fácil uso" é um tanto subjetiva, porque pode não o ser para todos. Por isso, é necessário testar a aplicação para o grupo de usuários que a utilizará, dando-lhes a oportunidade de sugerir melhorias;
- **Tolerância:** o laudo médico é gerado ao reconhecer a fala de qualquer indivíduo falante da língua portuguesa do Brasil, não requerendo treinamento prévio para reconhecer uma voz específica;
- **Liberdade:** o usuário da Aplicação *Web* pode gerar o laudo médico por meio de ditado, ou o digitando. Por outro lado, o paciente não pode solicitar a exclusão do seu cadastro ou dos seus exames e laudos médicos;
- **Responsabilidade:** ao editar um laudo médico são armazenados no banco de dados todas as versões editadas, bem como a atual. Assim, cria-se um histórico com todas as modificações, contendo data e hora, e o nome do usuário que fez as alterações;
- **Justiça:** o usuário tem a opção de escolher entre dois sistemas de reconhecimento de fala e corrigir o texto gerado, bem como poder digitar o laudo médico, se assim preferir;
- **Privacidade:** esse princípio foi considerado permitindo o acesso aos exames e aos seus respectivos laudos médicos apenas para usuários cadastrados e ativos na Aplicação *Web*. No entanto, qualquer usuário autenticado tem acesso a todos os exames, podendo editá-los, bem como editar e gerar novos laudos. Além disso, os dados eram armazenados sem

criptografia, assim, alguém com acesso ao banco de dados, ou alguma invasão a ele, comprometeria a privacidade dos indivíduos caso suas informações fossem expostas.

Como conclusão, a Aplicação *Web* falhou nos princípios de respeito, liberdade e privacidade. Para o primeiro princípio ser atendido, é necessário a realização de testes para que os usuários possam emitir as suas opiniões; isso seria uma atitude respeitosa ao considerar as suas impressões, dificuldades e demais assuntos que julgassem pertinentes, as quais serviriam para melhorar a usabilidade da aplicação.

O fato de que o paciente não pode optar por ter o seu cadastro excluído, ou o dos seus exames e laudos médicos, afeta a sua liberdade, além de comprometer a sua privacidade. Com relação à privacidade, apenas o usuário que criou o exame, e os respectivos laudos, poderiam ser aptos a acessá-los, assim como necessitaria criar mecanismos que permitam transferir o exame para outros profissionais da saúde, desde que devidamente autorizado pelo paciente.

Ademais, de modo geral, para garantir maior segurança aos dados armazenados na Aplicação *Web*, eles deveriam ser armazenados de forma criptografada. Portanto, seguindo a Estrutura Ética Computacional, para que a aplicação atendesse aos seus princípios, as questões acima precisariam ser revistas.

Um último ponto, talvez o mais importante, é a de que os dois sistemas de reconhecimento de fala são provenientes de empresas de terceiros, desse modo, o processo de reconhecimento necessariamente precisa enviar a gravação da fala do usuário para os servidores das respectivas empresas para que fosse retornado o texto correspondente. Dessa forma, abrem-se novas brechas que podem comprometer a privacidade do paciente; por exemplo, caso haja a interceptação dos dados no momento em que o canal de comunicação entre a Aplicação *Web* e o servidor da empresa estiver aberto, ou ainda se a empresa armazenar ou utilizar os dados para outros fins.

CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou uma Estrutura Ética Computacional para servir aos profissionais da área a avaliarem os seus trabalhos no que concerne a sua eticidade. Isso foi alcançado considerando alguns princípios éticos presentes na Logosofia, a saber: respeito,

tolerância, liberdade, responsabilidade e justiça. Ademais, a privacidade também foi incluída, pois, esse elemento tem sido motivo de preocupação desde o nascimento da ética computacional como um campo de estudo próprio. E hoje não é diferente, já que esse é um valor comum e um direito de todo indivíduo; devendo ser um ponto-chave no desenvolvimento tecnológico, pois a tecnologia não pode ser um meio para invadir a privacidade alheia.

Dessa forma, ao averiguar a eticidade de uma Aplicação *Web* com a Estrutura Ética Computacional, foi possível constatar que alguns pontos requerem atenção, são eles: respeito, liberdade e privacidade, pois seria necessário realizar testes, desenvolver novas funcionalidades de controle de acesso, possibilitar a exclusão do cadastro, de exames e laudos médicos dos pacientes, bem como armazenar as informações no banco de dados de forma criptografada.

Por último, a Estrutura Ética Computacional pode ser ampliada para receber novos elementos que satisfaçam as necessidades particulares de cada projeto dado o contexto particular ao qual será empregada.

REFERÊNCIAS

BREY, P. A. E. Anticipating Ethical Issues in Emerging IT [Antecipando Questões Éticas em TI Emergente]. **Ethics and Information Technology**, v. 14, p. 305-317, 24 mai. 2012. <https://doi.org/10.1007/s10676-012-9293-y>.

BYNUM, T. Computer and Information Ethics [Ética da Informação e Computacional]. In: ZALTA, Edward N. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Summer 2020. ed.

FRIEDMAN, B.; KAHN, P. H.; BORNING, A. Value Sensitive Design and Information Systems [Sistemas de Informação e Projeto Sensível ao Valor]. In: ZHANG, P.; GALLETTA, D. F. **Human-computer Interaction and Management Information Systems: Foundations Advances in Management Information Systems**. Estados Unidos da América: Routledge, v. 5, 2006, p. 348-372. cap. 16.

HUFF, C. Unintentional Power in the Design of Computing Systems [Poder não Intencional no Projeto de Sistemas Computacionais]. **ACM SIGCAS Computers and Society**, v. 26, n. 4, p. 1-9, dez. 1996. "Esta versão foi um pouco modificada a partir daquela versão original e inclui novas referências e texto. (2003)".

JOHNSON, D. G. Computers and ethics [Computadores e Ética]. **National Forum**, v. 71, n. 3, 1991. Este artigo é reimpresso com permissão da The Encyclopedia of Ethics, editado por Lawrence Becker (New York: Garland Publishing, Inc., 1991).

JOHNSON, D. G. Mapping Ordinary Morals onto the Computer Society: A Philosophical Perspective [Mapeamento da Moral Comum na Sociedade da Informática: Uma Perspectiva Filosófica]. **The Society for the Psychological Study of Social Issues**, v. 40, n. 3, p. 63-76, 1984.

KUZU, A. Problems Related to Computer Ethics: Origins of the Problems and Suggested Solutions [Problemas Relacionados à Ética Computacional: Origens dos Problemas e Soluções Sugeridas]. **Turkish Online Journal of Educational Technology**, v. 8, n. 2, abr. 2009.

MANER, W. Unique Ethical Problems in Information Technology [Problemas Éticos Únicos na Tecnologia da Informação]. **Science and Engineering Ethics**, v. 2, p. 137-154, jun. 1996. <https://doi.org/10.1007/BF02583549>.

MASIERO, P. C. **Ética em Computação**. São Paulo: Edusp, 2004.

MASON, R. Four Ethical Issues of the Information Age [Quatro Questões Éticas da Era da Informação]. **MIS Quarterly**, v. 10, n. 1, Mar. 1986. <https://doi.org/10.2307/248873>.

MOOR, J. H. If Aristotle were a Computing Professionals [Se Aristóteles fosse um Profissional de Computação]. **ACM SIGCAS Computers and Society**, v. 28, n. 3, set. 1998a. <https://doi.org/10.1145/298972.298977>.

MOOR, J. H. Reason, Relativity, and Responsibility in Computer Ethics [Razão, Relatividade e Responsabilidade na Ética Computacional]. **ACM SIGCAS Computers and Society**, v. 28, n. 1, p. 14-21, mar. 1998b.

MOOR, J. H. Towards a Theory of Privacy in the Information Age [Rumo a uma Teoria da Privacidade na Era da Informação]. **ACM SIGCAS Computers and Society**, v. 27, n. 3, p. 27-32, set. 1997. <https://doi.org/10.1145/270858.270866>.

MOOR, J. H. What is computer ethics? [O que é Ética Computacional?]. **Metaphilosophy**, v. 16, n. 4, p. 266-275, 4 out. 1985.

MOOR, J. H. Why we Need Better Ethics for Emerging Technologies [Por que Precisamos de uma Melhor Ética para as Tecnologias Emergentes]. **Ethics and Information Technology**, v. 7, p. 111-119, set. 2005.

PECOTCHE, C. B. G. **Exegese Logosófica**. Tradução Fundação Logosófica. 11. ed. São Paulo: Logosófica, 2012. Tradução de: Exégesis Logosófica.

RAMALHO, R. A. S. **Tecnologia e Sociedade: Responsabilidades e Desafios na Era da Informação Digital**. São Carlos: UAB-UFSCar, 2013. Disponível em: <http://livresaber.sead.ufscar.br:8080/jspui/handle/123456789/2664>. Acesso em: 26 mar. 2021.

REHG, W. Discourse Ethics for Computer Ethics: A Heuristic for Engaged [Ética do Discurso para a Ética Computacional: Uma Heurística para o Engajamento]. **Ethics and Information Technology**, v. 17, p. 27-39, dez. 2015.

TOLEDO, T. F. de. **Desenvolvimento de um Protótipo de Sistema Web para Elaboração de Laudos Médicos Utilizando Sistemas de Reconhecimento Automático de Fala**. Foz do Iguaçu, 2017. Dissertação (Engenharia Elétrica e Computação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2017. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3399>. Acesso em: 23 mar. 2021.

TOLEDO, T. F. de. **Integrando Sistemas de Reconhecimento Automático de Fala em Aplicações Web**. Curitiba: Appris, 2019.

TOLEDO, T. F. de. Proposta de uma Estrutura Ética em Pesquisa. **Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 3, n. 3, p. 1-11, mar. 2021. <https://doi.org/10.51473/rcmos.v3i3.39>.

TOLEDO, T. F. de. Respect as an Ethical Principle in System Development [Respeito como Princípio Ético no Desenvolvimento de Sistemas]. *In*: 18TH JOHANNESBURG INTERNATIONAL CONFERENCE ON SCIENCE, ENGINEERING, TECHNOLOGY AND WASTE MANAGEMENT (SETWM-20). 2020. **Proceedings [...]** nov. 16-17, 2020 Johannesburg (South Africa), 2020. 151-154 p. Disponível em: <https://doi.org/10.17758/EARES10.EAP1120234>. Acesso em: 26 mar. 2021.

VACURA, Miroslav. The History of Computer Ethics and its Future Challenges [A História da Ética

Computacional e seus Desafios Futuros]. *In*: CONFERENCE INFORMATION TECHNOLOGY AND SOCIETY INTERACTION AND INTERDEPENDENCE, 23rd Interdisciplinary Information Management Talks. 2015. **Proceedings [...]** Linz, Austria, 2015.

ATUAÇÃO DO ESTETICISTA NO PRÉ E PÓS- OPERATÓRIO DE ABDOMINOPLASTIA

PERFORMANCE OF AESTHETICIST IN THE PRE AND POST- OPERATIVE OF ABDOMINOPLASTY

SOUZA, Wanessa De Oliveira [1]

[1] Mestranda em ciências da saúde, graduanda em biomedicina pela Faculdade Joaquim Nabuco (UNINABUCO), graduada em Estética pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), Pós graduada em estética avançada e educação a distância pela Uniasselvi e Pós graduada em acupuntura pela Faculdade da Região Serrana (FARESE).
wanessadeoliveirasouza@gmail.com

RESUMO

A estética está em evidência. A efetividade de uma cirurgia plástica não depende unicamente da sua organização cirúrgico pois a atenção com os cuidados no pré e pós-operatório tem evidenciado fator preventivo de prováveis complicações e promoção de um resultado estético mais satisfatório, nesse contexto a abdominoplastia é uma cirurgia comum entre as mulheres, e sua realização acontece normalmente após perda de peso excessivo, perda da musculatura e após a gestação. O presente estudo teve como propósito analisar a atuação do esteticista antes e após a realização da abdominoplastia, verificando se as abordagens estéticas adotadas são efetivas para proporcionar o restabelecimento completo do paciente, e evitar as possíveis intercorrências. Se realizo uma revisão bibliográfica sobre a temática em destaque em livros e periódicos, este artigo também é observacional e descritivo, caracteriza-se por um estudo de prevalência realizado com um grupo de oito pacientes do sexo feminino que previamente foram submetidas a uma cirurgia de abdominoplastia, na cidade de Belo Horizonte Minas Gerais. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário estruturado e investigativo sobre o pré e pós-operatório da abdominoplastia. A estética está fundamentada em conceitos científicos sólidos e muito tem contribuído tanto no pré quanto no pós-operatório, prevenindo e/ou tratando as complicações advindas das cirúrgicas plásticas, propiciando ainda a redução da apreensão pós-operatória, edemas habituais advindos do trauma cirúrgico, fibroses e cicatrizes.

Palavras-chave: Abdominoplastia. Pré e pós operatório. Eletroterapia. Esteticista.

ABSTRACT

Aesthetics are in evidence. The effectiveness of a plastic surgery does not depend solely on its surgical organization because the care with pre and postoperative care has shown a preventive factor for probable complications and the promotion of a more satisfactory aesthetic result. In this context,

abdominoplasty is a common surgery among women, and its performance usually happens after excessive weight loss, muscle loss and after pregnancy. This study aimed to analyze the performance of the esthetician before and after the abdominoplasty, verifying if the aesthetic approaches adopted are effective to provide the complete recovery of the patient, and to avoid possible complications. If I carry out a bibliographic review on the topic highlighted in books and periodicals, this article is also observational and descriptive, characterized by a prevalence study carried out with a group of eight female patients who had previously undergone abdominoplasty surgery, in the city of Belo Horizonte Minas Gerais. The instrument used for data collection was a structured and investigative questionnaire about the pre and postoperative period of abdominoplasty. Conclusion: Aesthetics is based on solid scientific concepts and has contributed a lot both in the pre and postoperative period, preventing and / or treating complications arising from plastic surgeries, also providing a reduction in postoperative anxiety, recurrent edema of surgical trauma, fibrosis and scarring.

Keywords: Abdominoplasty. Pre- and post-operative. Electrotherapy. Beautician.

1 INTRODUÇÃO

O índice de cirurgias plásticas estéticas tem crescimento contínuo no Brasil, a busca por beleza e corpo perfeito faz com que a procura pelas cirurgias plásticas aumente a cada dia (SOARES; SOARES; SOARES, 2012). A abdominoplastia se baseia na correção estética da parede abdominal que pode estar alterada devido a vários fatores, dentre eles estão às sucessivas gestações, amplo emagrecimento, excesso de tecido adiposo na parede abdominal e porção inferior do abdômen e flacidez da muscular (SOARES; SOARES; SOARES, 2012). Em relação ao resultado da abdominoplastia podem ocorrer a redução de peso devido à retirada de excesso de pele e tecido adiposo, no entanto os abdomens que apresentam os melhores resultados são aqueles em que se fazem as menores retiradas (MAUAD; NARESSI; BANZATO, 2011).

No que se refere ao pós-operatório podem ser observadas várias alterações. Dentre elas ocorrem edema acentuado, equimose na região pubiana e/ou flancos, hipoestesia, seroma abaixo da cicatriz e hematomas. Consequências tardias à cirurgia também devem ser evitadas e tratadas, como cicatriz hipertrófica, queloides, aderências cicatriciais, dor, flacidez e fraqueza muscular, fibrose e perda da sensibilidade (LEAL; SARA, 2017). Os sintomas do pós-operatório podem ser reduzidos pelo atendimento do especialista por meio de procedimentos e técnicas pré e pós-operatórias. Constata-se o decréscimo do edema e hematomas, com auxílio da neoformação vascular e nervosa, além de evitar ou reduzir o

desenvolvimento de cicatrizes hipertróficas ou hipotróficas, retrações e queloides (LEAL; SARA, 2017).

Diante deste cenário e a partir da oferta de diversos procedimentos em clínicas de estética dotadas de equipamentos modernos e recursos tecnológicos inovadores, espera-se com esse artigo verificar a relação entre esses procedimentos pré e pós-operatórios de abdominoplastia e a eficácia da cirurgia. Considerando que o sucesso da cirurgia plástica, não depende apenas do procedimento cirúrgico e do cirurgião, mas, também de uma abordagem pré e pós-operatória e embasamento técnico científico e experiência (LEAL; SARA, 2017). O problema da pesquisa tem como pergunta norteadora: Como o esteticista pode atuar no pré e pós-operatório de abdominoplastia para diminuir ou evitar as possíveis intercorrências?

Para responder à pergunta norteadora apresentada no problema da pesquisa, este estudo teve como objetivo descrever a atuação do esteticista e os benefícios dos procedimentos estéticos no pré e pós-operatório de abdominoplastia; e, especificamente identificar técnicas usadas no pré e pós-operatórios; descrever os resultados apresentados pela literatura científica; analisar as melhores práticas e demonstrar a importância da atuação do esteticista no pré e pós-operatórios de abdominoplastias.

Justifica-se essa pesquisa por considerar importante a apropriação da literatura para avançar no conhecimento em relação a procedimentos pré e pós-operatórios de abdominoplastia, principalmente sobre a atuação do esteticista nesse contexto. Esse estudo foi organizado em introdução, onde está exposto o tema, problema, objetivos e justificativa; referencial teórico, no qual se encontram estudo da literatura em relação ao objetivo proposto; metodologia, que descreverá o percurso metodológico adotado; e, finalmente as considerações finais, com os achados importantes sobre a atuação do esteticista no pré e pós-operatório de abdominoplastias.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ABDOMINOPLASTIAS OU DERMOLIPECTOMIAS ABDOMINAIS.

Para Santos, Cândido e Silva (2013) no princípio do século XIX, houve câmbios no padrão estético de beleza, as pessoas buscam mais condutas cirúrgicas por ser um método

veloz, eficiente e que demanda pouco esforço físico para o paciente. Satisfazendo essas peculiaridades a abdominoplastia é uma intervenção cirúrgica muito requisitada e embasa-se na remoção de tecido abdominal em demasia, por meio de uma incisão supra púbica com deslocamento do umbigo e com a plicatura dos músculos reto-abdominais, geralmente associa-se a lipoaspiração, cuja finalidade é eliminar o excedente de tecido adiposo por meio de delgadas cânulas, concedendo uma redefinição corporal. No tocante a abdominoplastia, o quadro 1 a seguir apresenta a abordagem conceitual dada por vários autores.

Quadro 1 - Definições de abdominoplastia.

Referência	Definição
Migotto (2012)	Abdominoplastia é uma correção estética e funcional da parede abdominal, devido alterações ocasionadas por flacidez muscular, emagrecimentos em excesso, gestações sucessivas, diástase abdominal, extenso depósito de tecido adiposo na parede abdominal e hérnias.
De Araújo; Cabral (2011)	Abdominoplastia é uma intervenção cirúrgica, plástica e estética do abdômen concretizada sob anestesia geral ou peridural com sedação, a critério da equipe cirúrgico-anestésica e geralmente dura entre 3 a 5 horas. Caracteriza-se pela extração da lipodistrofia encontrada no baixo abdômen, pela remoção da flacidez tecidual em torno do umbigo e das estrias.
Souza; Harada; Bolognani (2017).	A abdominoplastia pode experimentar associação a uma lipoaspiração, com o objetivo de eliminar o excesso de gordura através de delgadas cânulas, possibilitando uma redefinição total do abdômen.
Lange (2012)	A abdominoplastia consiste nos seguintes procedimentos: Uma incisão transversa baixa; Deslocamento da pele até o processo xifoide e rebordo costais; Intervenção de toda parede músculo-aponeurótica; Produção de um novo umbigo, processo que se denomina onfaloplastia, e a retirada do excesso de pele e tecido gorduroso; Colocação de drenos; a fixação da porção inferior do retalho e a sutura do retalho na região supra púbica, com fio absorvível.
Borges; Scorza; Jahara (2010)	A abdominoplastia é indicada para pacientes com moderada ou intensa flacidez cutânea, correlacionada a lipodistrofia localizada, podendo estar presente hérnias da parede abdominal. O seu objetivo é restabelecer o contorno corporal, eliminando o excesso cutâneo e o tecido adiposo, quando possível; e corrigir a flacidez muscular e eventuais hérnias. Está contraindicada se a flacidez tecidual for pequena, e em enfermos pulmonares, diabéticos e tabagistas por existir risco de necrose tecidual.
Fonseca <i>et. al.</i> (2018)	Os procedimentos operatórios utilizados para modificar o contorno e a forma do abdômen contém a abdominoplastia, também chamada de dermolipectomia clássica; a abdominoplastia modificada ou “mini abdominoplastia” e a abdominoplastia circunferencial.
Chi <i>et. al.</i> (2016)	A cicatriz da abdominoplastia é exponencialmente antiestética e injuriosa, apesar disso a cirurgia é realizada com demasiada frequência.
Da Silva <i>et. al.</i> (2014)	Dentre as técnicas de abdominoplastia destaca-se a mini abdominoplastia sem descolamento do umbigo, que trata apenas a porção inferior ao umbigo, por isso não há necessidade de reposicioná-lo; a mini abdominoplastia com descolamento do umbigo, suturando-o 2 a 3 centímetros abaixo da sua posição original; a abdominoplastia clássica que trata todo o abdome anterior e confecciona-se um novo

	orifício para o umbigo; a abdominoplastia com pequeno descolamento e a lipoabdominoplastia procede-se a lipoaspiração abdominal liberando a musculatura sem lesão dos vasos; Retira-se os excessos cutâneos inferiores e confecciona-se um novo orifício umbilical.
De Macedo e De Oliveira (2010)	Durante a abdominoplastia as suturas são internas e externas que serão retirados conforme a o planejamento medico no pós-operatório. Geralmente se coloca drenos que podem ser retirados entre 24 a 96 horas de pós-operatório, com orientação médica. Se faz um curativo no local e se coloca um modelador cirúrgico com espuma de algodão nos primeiros 30 a 60 dias.
Deterling <i>et. al.</i> (2010)	As imperfeições abdominais podem ser alterações estéticas e/ou funcionais. As limitações estéticas são aquelas que alteram o contorno corpóreo e devem-se sobretudo à flacidez da parede abdominal, ao acúmulo de adipose e enfraquecimento músculo-aponeurótico. Fatores indicativos mais comuns para a abdominoplastia.
Di Martino <i>et. al.</i> (2010)	A cirurgia plástica abdominal tem o intuito a correção das deformações na parede abdominal. Essas alterações atingem a cobertura tegumentar e a estrutura músculo-aponeurótica, então a abdominoplastia procura atingir o padrão compatível com o que se considera “normal” para o contorno corporal.

Fonte: Desenvolvido pela autora.

Corroborando com as ideias dos autores acima defino a abdominoplastias como um procedimento em que se remove o excesso de gordura e de pele do abdômen, restaurando os músculos enfraquecidos ou separados, criando um perfil abdominal harmônico e tonificado. O conhecimento sobre os aspectos cirúrgicos são fundamentais para uma boa atuação do esteticista no pré e pós-operatórios de abdominoplastias.

2.2 COMPLICAÇÕES DO PÓS-OPERATÓRIO

Independentemente das técnicas aplicadas, a abdominoplastia ainda é uma cirurgia com alto índice de complicações, todavia de fácil manipulação e bom prognóstico. As complicações pós-operatórias abrangem o hematoma, a infecção, a deiscência, as irregularidades, as depressões, as aderências, o edema, a fibroses, cicatrizes mal posicionadas, cicatrizes hipertróficas e queiloideanas, equimose, a necrose, o seroma, as depressões e os excessos cutâneos. São situações que podem variar de acordo com cada cirurgia e a técnica aplicada (LEAL; SARA, 2017; BORGES; SCORZA; JAHARA, 2010; DA SILVA, 2014; SOARES; SOARES; SOARES, 2012).

Tais inconvenientes poderiam ser evitadas, na grande prevalência dos casos, pela correta indicação da cirurgia e pelo respeito aos princípios técnicos que a orientam, além da atenção cuidados específicos, que devem ser tomados tanto no pré, inter e pós-operatório,

tanto pelo médico quanto pela equipe multidisciplinar que geralmente está acompanhando o paciente (YACOURB; BAROUDI; YACOURB, 2012).

A formação do seroma é a mais frequente complicação local na abdominoplastia. Quando presente, o tratamento dos seromas é realizado pela equipe médica, de modo geral, essa complicação é resolvida sem maiores problemas. Nos casos em que o seroma é volumoso, ou mesmo persistente após múltiplas punções, a nova intervenção cirúrgica, ocasionalmente, e a inserção de drenos são necessárias (LEAL; SARA, 2017). A infecção é a segunda complicação local mais comumente observada em abdominoplastias, sob a forma de infecção da ferida operatória e/ou seroma infectado (LEAL; SARA, 2017; NEAMAN *et. al.*, 2013).

Pacientes imunossuprimidos, desnutridos e diabéticos são mais propensos à infecção pós-operatória, especialmente se associados à obesidade (MURSHID *et. al.*, 2010; LEAL; SARA, 2017). Tabagismo também eleva o risco de infecção, devido ao fato da vasoconstrição resultante dos componentes presentes no cigarro, que modificam a microcirculação cutânea, diminuem a imunidade celular intrínseca, além de necrose tecidual e seroma oculto. A infecção deve ser administrada pela equipe médica com a realização do diagnóstico e a administração de antibióticos. Quando presentes, os sinais clássicos de infecção são a dor, o calor, o rubor, o endurecimento e o eritema (MURSHID *et. al.*, 2010; LEAL; SARA, 2017).

A necrose cutânea expõe-se de forma simples, como epiteliólise, geralmente autolimitada e pequenas deiscências, até amplas necroses. Necrose isolada do umbigo, por sua vez, pode ocorrer em raros casos, geralmente decorrente de plicatura excessiva ao redor desta estrutura (LEAL; SARA, 2017; NEAMAN *et. al.*, 2013). Tabagismo triplica as chances de evolução de necrose cutânea por isso é o principal fator de risco das necroses. O paciente deve desistir do hábito de fumar por, pelo menos, dois meses antes da cirurgia (MURSHID *et. al.*, 2010; LEAL; SARA, 2017).

É recomendado evitar cirurgias prolongadas e associação com outras cirurgias estéticas no mesmo momento, pois aumentam o risco de morbidade pós-operatória (LEAL; SARA, 2017; NEAMAN *et. al.*, 2013). As necroses mínimas e/ou deiscência devem ser manuseadas de modo cuidadoso, geralmente são tratadas com curativos, pomadas e hidratantes medicinais, sua recuperação dura de semanas a meses. As necroses amplas e aprofundadas devem ser tratadas com desbridamento cirúrgico com intuito de estimular a

formação de tecido de granulação para o fechamento da lesão. Recursos como oxigenoterapia hiperbárica e terapêutica por pressão negativa têm vantagens comprovadas, e podem ser indicadas quando necessário (LEAL; SARA, 2017).



Figura 1: Seroma infectado com necrose em paciente no vigésimo dia de pós-operatório de lipoaspiração e abdominoplastia. A: Necrose tecidual; B: Seroma infeccionado; C: Tecido de granulação derivado de desbridamento e terapêutica por pressão negativa; D: Produto final após enxertia. Fonte: (LEAL; SARA, 2017; NEAMAN *et. al.*, 2013).



Figura 2: Assimetria e cicatriz inestética pós necrose no pós operatório de abdominoplastia associada a lipoaspiração. Paciente em pós-operatório tardio de lipoaspiração e abdominoplastia com histórico de tabagismo e uso de cinta apertada no pós-operatório. Manejada com desbridamento químico e antibióticos, evoluiu com cicatriz inestética por segunda intenção e mau posicionamento do umbigo por retração cicatricial. Fonte: (LEAL; SARA, 2017; NEAMAN *et. al.*, 2013).

O hematoma é a terceira complicação local mais frequente em abdominoplastias. Alteração pressórica durante e no pós-operatória, hemostasia inadequada e coagulopatias preexistentes são considerados os principais fatores de risco para ocorrência do hematoma. Não houve relatos que relacionassem o aumento do risco para hematoma quando há associação com lipoaspiração. O hematoma é geralmente assintomático ou não diagnosticado, e não provoca sequelas graves. Entretanto, hematomas volumosos podem evoluir com

instabilidade hemodinâmica e compressão do retalho descolado, o que pode propiciar necrose cutânea, e devem ser prontamente explorados (Figura 3) (SAMRA *et. al.*, 2010).



Figura 3: Hematoma volumoso com instabilidade hemodinâmica no pós operatório recente de abdominoplastia
Fonte: (SANTOS; CÂNDIDO; SILVA, 2013).

Cicatriz queloidiana deve ser abordada com cautela, para que a lesão não piore. Assimetria de contorno corporal pode ser decorrente de mal resultado de plicatura da diástase dos músculos reto abdominais. Esta pode ocorrer em virtude de frouxidão da sutura, ruptura ou mesmo de tensão excessiva e consequente isquemia (LEAL; SARA, 2017). Alguns autores recomendam plicatura em duas camadas de modo a formar uma fibrose mais persistente, porém, há o risco teórico de isquemia e consequente deiscência aponeurótica (LEAL; SARA, 2017).

Macedo e de Oliveira (2010) descrevem a fibrose como ondulações que surgem na área lesionada, em maior ou menor grau. Esta alteração se caracteriza pela formação de colágeno de modo desorganizado, ocasionando a produção de ondulações, que causam repuxamento e dor. A fibrose está correlacionada a presença de deficiências na cicatrização devido a produção em demasia da matriz extracelular e pelo alto índice de mitose dos fibroblastos dérmicos.

Para deter a formação de fibrose, é indicado intervir terapêuticamente de imediato, no início da resposta a agressão tecidual, quando sucede a síntese de colágeno. Amontoamento de adipose localizada, ressecção incompetente de pele e mal posicionamento da cicatriz também são fatores insatisfação pós-operatória. Casos de dor crônica ocorrem, usualmente, de lesão do nervo cutâneo femoral lateral. Para tal, é aconselhado dissecação cuidadosa próxima à espinha ilíaca anterossuperior (MACEDO; DE OLIVEIRA, 2010). A dor se apresenta sob a

forma de parestesias e “pontadas”, geralmente é autolimitada. Nos casos refratários, exploração cirúrgica visando a liberação do nervo enclausurado ou ressecção de um neuroma, pode ser necessária (LEAL; SARA, 2017).

O edema é um acúmulo excessivo de fluidos nos tecidos, sendo altamente benéfico, pois é uma resposta do organismo sinalizando que há indícios de reparação tecidual, o hematoma ocorre devido ao sangue que se acumula na região lesionada, advindo do rompimento dos capilares na área afetada. Já o seroma se dá devido ao excessivo deslocamento do retalho abdominal e está caracterizado pelo excedente de líquido de cor amarela que fica retido no tecido subcutâneo (DI MARTINO *et. al.*, 2010; SOUZA; HARADA; BOLOGNANI, 2017).

Outra consequência da agressão do tecido é a fibrose que surge por baixo da pele na fase proliferativa que vai até 21 dias do pós operatório, à medida que o processo cicatricial progride, o tecido de granulação transforma-se em um tecido mais fibroso e menos vascular até se tornar, tecido fibroso denso (ROBERTSON, 2011). Esse novo tecido de início é frágil e posteriormente pode virar a tornar-se rígido e doloroso (BARROS, 2017; BRAVO *et. al.*, 2013; ANGELIM, 2010; CHI *et. al.*, 2016).

2.3 RECURSOS ESTÉTICOS

Em harmonia com os pensamentos de Vieira e Netz (2012) além da organização cirúrgica a efetividade de uma cirurgia plástica depende também da intervenção e dos cuidados antes e depois da cirurgia, prevenindo as prováveis complicações e promovendo um resultado estético mais satisfatório. Novos protocolos de intervenção estética vêm sendo utilizados na para reduzir as complicações pós operatórias citadas anteriormente.

Os principais recursos terapêuticos estéticos usados nesses protocolos são, os manuais (drenagem linfática manual - DLM e massagem clássica), a cinesioterapia, o ultrassom, o laser terapêutico, os eletroterápicos (estimulação elétrica nervosa transcutânea (TENS), a radiofrequência, a vacuoterapia, a crioterapia, a fototerapia, a termoterapia, os Leds, entre outros (LEAL; SARA, 2017; BORGES; SCORZA; JAHARA, 2010).

2.3.1 Drenagem linfática manual

As manobras fundamentais de Drenagem Linfática Manual (DLM) foram Publicadas por Vodder em 1936, elas foram classificadas em círculos verticais, bombeamento, movimento de tração e de torção. Para Zanell; Ruckl e Voloszin (2011) a técnica de Vodder baseia-se em movimentos monótonos, lentos, harmoniosos, suaves e rítmicos, respeitando sempre o sentido do fluxo linfático superficial em direção ao terminal (subclavicular), onde finda a circulação linfática. Em concordância com de Godoy e Godoy (2020) a drenagem linfática manual consiste em um dos principais pilares no tratamento do linfedema, ela foi elaborada a partir de uma pesquisa observacional e divulgada nas décadas de 60 e 70 fomentando interesse na área médicos em razão dos resultados obtidos.

Zanell; Ruckl e Voloszin (2011) mencionam que para a expansão das manobras práticas da DLM, consideraram as técnicas de Vodder e outros que continuaram as pesquisas na área e conseguiram constatar a eficiência de algumas manobras na DLM, potencializando os resultados.

2.3.2 Ultrassom

O ultrassom (US) na frequência de 3MHz é extremamente utilizado na fase inflamatória da cicatrização, ele age promovendo o reparo tecidual na área lesionada, fomentando a angiogênese, o tecido de granulação, o número de fibroblastos e a síntese de colágeno, além da redução na quantidade de leucócitos e macrófagos na área. Há evidências que relatam a eficácia do US nas diversas fases do reparo tecidual. Seu uso no pós operatório de cirurgias plásticas contribui na reabsorção de hematomas, diminuindo as chances de formação de fibrose, previne a formação de cicatrizes hipertróficas e queloides, também melhora a nutrição celular, diminuindo o edema e a dor, devido a melhora da circulação sanguínea e linfática (SANTOS; CÂNDIDO; SILVA, 2013).

O emprego do calor no pós operatório, proveniente de recursos terapêuticos térmicos propõe melhorar a qualidade do tecido cicatricial, tratando as fibroses e aderências. Seu uso deve iniciar no momento e que se avalia a presença de fibroses, normalmente na fase proliferativa. No entanto, para alcançar o nível terapêutico de aquecimento a temperatura deve

estar entre 40° e 45°, abaixo desse nível os efeitos do aquecimento são insuficientes (SANTOS; CÂNDIDO; SILVA, 2013).

O US promove por meio dos seus efeitos térmicos e não térmicos o incremento na velocidade de reparo dos tecidos e na cura das lesões, o aumento do fluxo sanguíneo e da capacidade de extensão dos tecidos, a deterioração das reservas de cálcio e a redução da dor, por meio da alteração da condução nervosa e da permeabilidade da membrana celular. Além dos benefícios já citados, a reabsorção de hematomas estimulada pelo US é fundamental na primeira fase do tratamento PO evitando que fibroses se instalem como consequência (SANTOS; CÂNDIDO; SILVA, 2013; FONSECA, 2018).

2.3.3 Crioterapia

A crioterapia é outro recurso térmico que contribui durante o pós operatório das cirurgias plásticas. Constata-se que o frio causa vasoconstrição reduzindo o fluxo sanguíneo regional e conseqüentemente, a hemorragia na área traumatizada, limitando, portanto, o trauma tecidual. Sua ação é remetida à vasoconstrição imediata das arteríolas e vênulas, e ainda a diminuição do metabolismo celular e das substâncias vasoativas, tais como histamina. Trata-se de uma técnica altamente empregada, de baixo custo, relativamente de simples manuseio e competente na redução da dor, edema e inflamação (SANTOS; CÂNDIDO; SILVA, 2013; FONSECA, 2018).

2.3.4 Laser

Laser é uma palavra de origem inglesa e sua abreviação Light Amplification by Stimulated Emission of Radiation, significa a emissão de luz por radiação. Alguns pesquisadores viram o seu potencial em radiação de baixa intensidade, causando alguns fatores como foto estimulação do processo de cicatrização dos tecidos (SANTOS; CÂNDIDO; SILVA, 2013; FONSECA, 2018). As propriedades transmitidas pela à luz do laser pode ser invisível, ou de lâmpada infravermelho (SANTOS; CÂNDIDO; SILVA, 2013; FONSECA, 2018). Os efeitos fisiológicos do uso do laser é aumentar a circulação das

artérias, vênulas, melhorar a circulação, regeneração, reparação, recrutar o colágeno, angiogênese SANTOS; CÂNDIDO; SILVA, 2013; FONSECA, 2018).

2.3.4 Fototerapia e Leds

O uso da fototerapia laser ou LED processo inflamatório, promove o incremento do fluxo linfático e da performance dos neutrófilos e macrófagos reduzindo assim o edema e fomentando a resposta imune; incrementa a formação de colágeno, estimula a formação de fibroblastos, aumento da circulação lateral e micro circulação (ESPER,2010). O terapeuta deverá definir a dosagem da energia a ser depositada no tecido, levando-se em consideração o tipo de patologia, a profundidade da lesão, tipo de lesão, o tipo de tecido, o objetivo da terapia, a cor da pele, a idade do paciente e sua condição sistêmica, entre outros itens analisados na anamnese, esta deve estar entre 1 a 6 J/cm² (DETERLING *et. al.*, 2010).

Conforme Ramos *et. al.* (2017), o LED vermelho, pode ser usado após traumas de cirurgia plástica, ele diminui o tempo de resolução dos eritemas, edema e hematomas, em metade do tempo a um terço, por sua efetiva ação anti-inflamatória. A densidade de energia é um dos mais importantes parâmetros da terapia a laser. A fototerapia pode ser estimulante ou inibitória, dependendo da dose usada (RAMOS *et. al.*, 2017). A irradiação com luz não coerente tem melhor custo benefício, pois tem custo menor e eficácia similar a dos lasers. Desta maneira, recentemente os LEDs estão sendo usados como uma alternativa para as terapias que utilizam laser de baixa intensidade no controle do edema (RAMOS *et. al.*, 2017).

3 METODOLOGIA

Para o cumprimento do objetivo da pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a temática em destaque em livros e periódicos. Foram considerados para análise artigos nos idiomas português, espanhol e inglês. Os textos foram analisados a fim de obter informações consistentes no que diz respeito à atuação do esteticista no processo de tratamentos realizados no pré e pós de abdominoplastia. conduziu-se uma análise de títulos e resumos para obtenção de artigos potencialmente relevantes para a revisão. Para critério de inclusão, os artigos deveriam relacionar-se a cirurgia plástica de abdominoplastia e

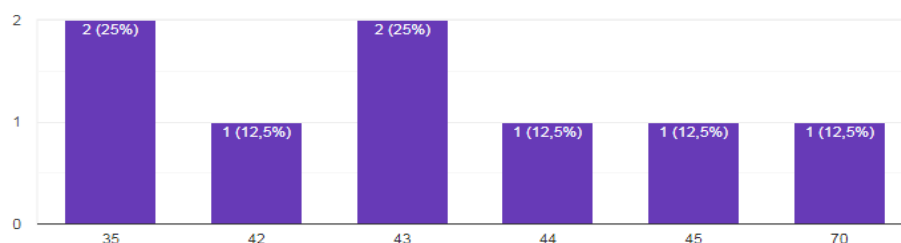
lipoaspiração, modalidades estéticas de forma geral e seus efeitos no tratamento do pré e pós-operatório. Foram desconsiderados os artigos que não se referiam ao tema pesquisado ou que não havia disponibilidade de referência.

Este artigo também é qualitativo e descritivo. Caracteriza-se por um estudo de prevalência realizado com um grupo de oito pacientes do sexo feminino que previamente foram submetidas a uma cirurgia de abdominoplastia, na cidade de Belo Horizonte Minas Gerais. O primeiro contato foi realizado por telefone para agendamento do envio do questionário. Todas aceitaram participar da pesquisa. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário estruturado e investigativo sobre o pré e pós-operatório da abdominoplastia.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

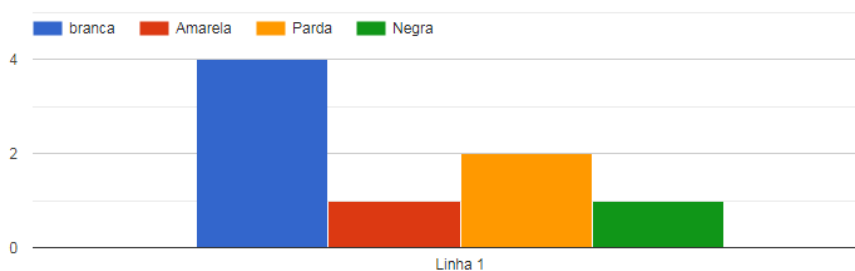
Abaixo estão relacionados os gráficos referentes às repostas fornecidas pelas entrevistadas que serão discutidos no próximo subtópico.

Figura 4: Faixa etária



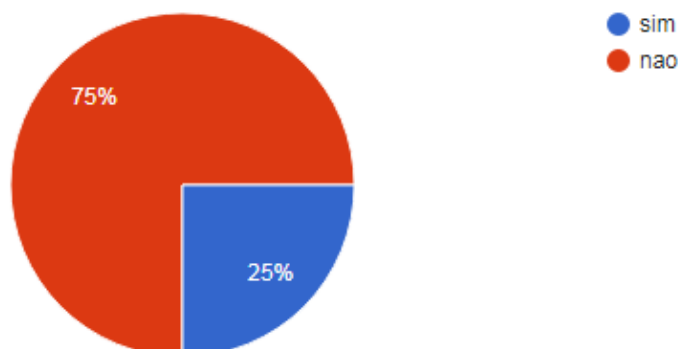
Fonte: Dados da pesquisa

Figura 5: Informação de Etnia



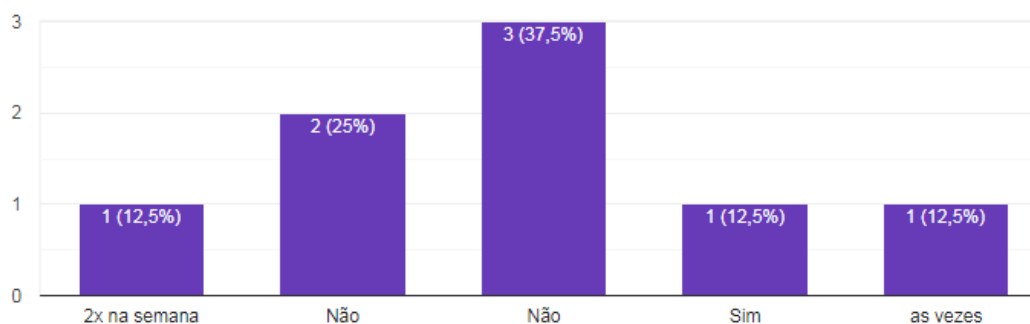
Fonte: Dados da pesquisa

Figura 6: Informação de Tabagismo



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 7: Informação de consumo de bebida alcoólica



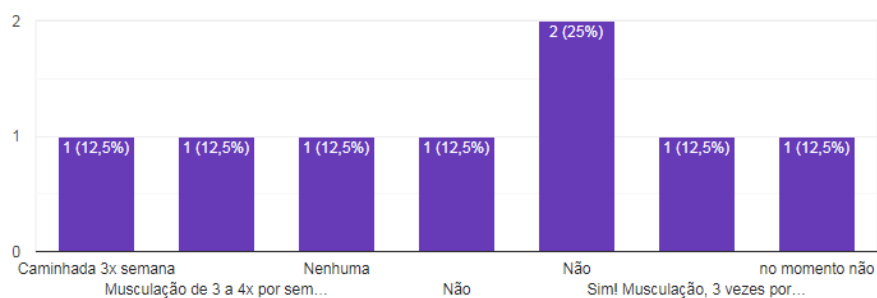
Fonte: Dados da pesquisa

Figura 8: Fator que a levou a fazer uma abdominoplastia



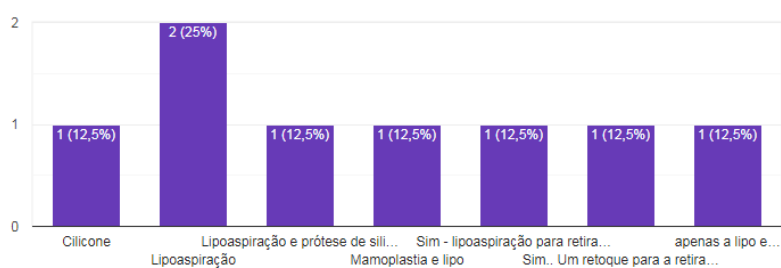
Fonte: Dados da pesquisa

Figura 9: Prática de atividades físicas



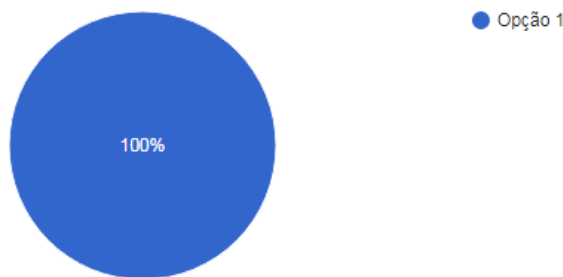
Fonte: Dados da pesquisa

Figura 10: Procedimentos associados à abdominoplastia



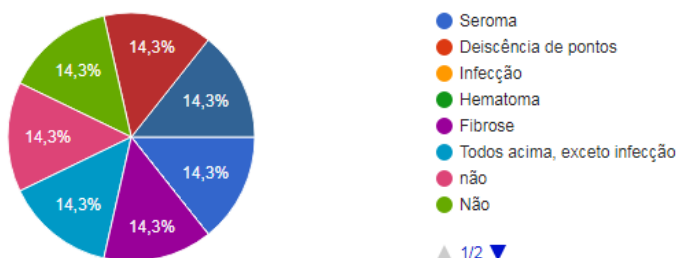
Fonte: Dados da pesquisa

Figura 11: Atuação do esteticista



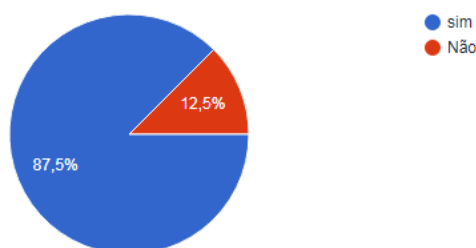
Fonte: Dados da pesquisa

Figura 12: Intercorrências pós-operatório



Fonte: Dados da pesquisa

Figura 13: Satisfação final



Fonte: Dados da pesquisa

4.1 ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS

A partir do questionário enviado as entrevistadas de forma eletrônica, foi possível quantificar que um total de oito pacientes do sexo feminino se dispusera a responder todos os questionamentos, dentre elas, duas com 35 anos, uma com 42 anos, duas com 43 anos, uma com 44 anos, uma de 45 anos e uma de 70 anos. Quatro são caucasianas, uma amarela, duas pardas, e uma negra. Vieira e Netz (2012) menciona que o Brasil está classificado como o segundo no mundo, em número de cirurgias plásticas. Após indagar sobre o consumo do cigarro, somente duas afirmaram que possuem o habito de fumar diariamente.

Murshid *et. al.*, (2010); Leal e Sara (2017) Afirmam que o habito de fumar aumenta consideravelmente o risco de infecções, que é explicado pela vasoconstrição causada pelos componentes do cigarro alterando a microcirculação cutânea, diminuem a imunidade e podem causar necrose nos tecidos e seroma oculto, o tabagismo e o principal fator de risco para o

aparecimento de complicações pós operatórias o que triplica as chances de desenvolver necrose cutânea, eles aconselham que o paciente deve abandonar o habito de fumar pelo menos dois meses antes do procedimento cirúrgico.

Perguntamos a respeito do consumo de bebidas alcoólicas, e dentre elas, somente uma mencionou fazer uso de bebidas alcoólicas duas vezes por semana, uma afirmou fazer uso de vez em quando, restando cinco que afirmaram não fazer uso de álcool. Em nossa pesquisa todas as oito participantes afirmaram ter optado pela abdominoplastia por vontade própria, não havendo previa indicação medica. Para Santos, Cândido e Silva (2013), no início do século XIX, houve mudanças no padrão estético de beleza, as pessoas procuram mais intervenções cirúrgicas por ser um método rápido, eficaz e sem tanto esforço.

Vieira e Netz (2012) afirmam que a mídia é a responsável por propor um "padrão de beleza". As cirurgias plásticas, quando realizadas com indicações pertinentes, podem proporcionar transformações, ajudando as pessoas a melhorarem sua autoestima e com isso a qualidade de vida.

Borges; Scorza; Jahara (2010) mencionaram que a abdominoplastia é indicada para pacientes com moderada ou acentuada flacidez cutânea associada à Lipodistrofia localizada ou generalizada, com ou sem hérnias da parede abdominal, com o objetivo de restabelecer o contorno corporal, eliminando o excesso cutâneo e o tecido adiposo, quando possível; e corrigir a flacidez muscular e eventuais hérnias. Está contraindicada quando houver flacidez tecidual mínima, em pacientes com alterações pulmonares, diabetes e grandes tabagistas por existir risco de necrose tecidual. Yacoub; Baroudi e Yacoub (2012) afirmam que as complicações pós-operatórias poderão ser evitadas, na grande maioria dos casos, pela correta indicação da cirurgia e pelo respeito aos princípios técnicos que a norteiam, associados também com os cuidados específicos, que devem ser tomados tanto no pré, inter e pós-operatório, tanto pelo médico quanto pela equipe multidisciplinar que geralmente está acompanhando o paciente.

No que se refere a pratica da atividade física, quatro afirmaram praticar três vezes por semana, e quatro mencionaram não realizar nenhum tipo de atividade, se enquadrando como sedentárias. A respeito do tempo decorrido desde a cirurgia, quatro mencionaram ter sido realizada a menos de um ano, duas a quatro anos, uma a 12 anos e uma a 15 anos. A pesquisa realizada revelou que todas foram submetidas a algum procedimento associado à

abdominoplastia, sendo duas com próteses mamaria e lipoaspiração e seis com a lipoaspiração. Souza; Harada; Bolognani (2017) dizem que a abdominoplastia pode estar associada a uma lipoaspiração, com a intenção de proporcionar retirada de excesso de gordura através de finas cânulas, permitindo uma redefinição global do tronco.

De acordo com as entrevistadas, duas não tiveram nenhuma recomendação médica pré-operatória e seis tiveram recomendações médicas pré-operatória, como perda de peso, exames laboratoriais, não fazer uso de cigarro ou bebida alcoólica e jejum de 12 horas antes da cirurgia. Dessas seis pacientes uma destacou a recomendação médica de fazer seis sessões de Drenagem linfática antes da cirurgia. Após a realização da cirurgia de abdominoplastia as recomendações medicas repassadas as pacientes foram de repouso por 30 dias, uso de anti-inflamatório e medicamento para alívio da dor, dormir de decúbito dorsal, andar ligeiramente curvada para frente por 15 dias, uso de cintas e início da Drenagem linfática com no mínimo quinze sessões.

De acordo com Borges; Scorza; Jahara (2010) após a intervenção cirúrgica recomenda-se: - O uso da cinta elástica no período de 45 a 60 dias; 9 - Repouso de 24 a 48 horas, até que os drenos sejam retirados; - Andar com o tronco ligeiramente curvado; - Evitar atividades que necessitam de esforço físico. Vieira e Netz (2012) mencionaram que estas recomendações são importantes para o próprio bem-estar do indivíduo e a sua correta recuperação

No que se refere à drenagem linfática, pode-se observar que as participantes relataram: uma afirmou que realizou apenas uma sessão; uma afirmou que realizou cinco sessões; uma afirmou que realizou onze sessões; uma afirmou que realizou quinze sessões; duas outras afirmaram que realizaram vinte sessões cada; uma afirmou que realizou quarenta sessões; dentre as oito participantes, apenas uma não utilizou aparelho de ultrassom, e uma utilizou tanto ultrassom quanto a radiofrequência.

Ao que foi possível analisar somente duas não mencionaram sofrer nenhuma intercorrência no pós-operatório, uma afirmou ter sofrido várias intercorrências, somente não teve infecção, e as outras cinco pacientes tiveram todas as intercorrências mais conhecidas, como fibrose, infecção, deiscência de pontos e seroma. Devido as intercorrências foi necessário que 2 das 8 mulheres ficassem afastadas por um período maior que 30 dias, uma retornou ao trabalho após quarenta e cinco dias e a última retornou após sessenta dias.

Leal; Sara (2017); Borges; Scorza; Jahara, (2010); Da Silva, (2014); Soares; Soares; Soares, (2012) relataram que as complicações pós-operatórias como hematoma, infecção, deiscência, irregularidades, depressões, aderências, edema, fibroses, cicatrizes mal posicionadas, cicatrizes hipertróficas e queloidianas, equimose, necrose, seroma, depressões e excessos cutâneos. São situações que podem variar de acordo com cada cirurgia e a técnica aplicada. Tais complicações poderão ser evitadas, na grande maioria dos casos, pela correta indicação da cirurgia e pelo respeito aos princípios técnicos que a norteiam, associados também com os cuidados específicos, que devem ser tomados tanto no pré, inter e pós-operatório, tanto pelo médico quanto pela equipe multidisciplinar que geralmente está acompanhando o paciente (YACOUB; BAROUDI; YACOUB, 2012).

Os procedimentos estéticos segundo relato de três das entrevistadas foram feitos por enfermeiras da equipe medica que realizou a cirurgia de abdominoplastia, e as outras cinco realizaram os procedimentos estéticos com uma profissional esteticista. Todas afirmaram que os procedimentos estéticos foram primordiais para o restabelecimento da rotina diária. Novos protocolos de tratamento vêm sendo utilizados na tentativa de reduzir as complicações citadas anteriormente. Dentre os recursos utilizados nestes protocolos, podemos citar os recursos manuais (drenagem linfática manual - DLM e massagem manual), cinesioterapia, ultrassom, laser terapêutico, os eletroterápicos como: estimulação elétrica nervosa transcutânea (TENS), radiofrequência, a vacuoterapia, a crioterapia, a fototerapia, a termoterapia, o uso dos Leds, entre outros (LEAL; SARA, 2017; BORGES; SCORZA; JAHARA, 2010).

Segundo De Godoy e Godoy (2020) a drenagem linfática manual constitui em um dos grandes pilares do tratamento do linfedema e contribui para transformar a abordagem clínica na principal forma de tratamento. O ultrassom (US) na frequência de 3MHz é bastante utilizado na fase inflamatória, atua estimulando o reparo tecidual sendo que seu efeito benéfico tem sido demonstrado sobre diversos tecidos destacando-se o aumento da angiogênese, do tecido de granulação, do número de fibroblastos e da síntese de colágeno, além da diminuição de leucócitos e macrófagos.

Existem evidências que demonstram a eficácia do US nas diferentes fases do reparo. Sua utilização no PO de cirurgia plástica auxilia na reabsorção de hematomas, reduzindo as chances de formação fibrótica, previne a formação de cicatrizes hipertróficas e queloides, e

ainda melhora a nutrição celular, reduzindo o edema e a dor, consequências da melhora da circulação sanguínea e linfática (SANTOS; CÂNDIDO; SILVA, 2013; FONSECA, 2018).

O US proporciona através de seus efeitos térmicos e não térmicos o aumento da velocidade de reparo dos tecidos e cura das lesões, aumento do fluxo sanguíneo, aumento da extensibilidade do tecido, dissolução dos depósitos de cálcio e redução da dor, por meio da alteração da condução nervosa e alterações da permeabilidade da membrana celular. Além dos benefícios já citados, a reabsorção de hematomas estimulada pelo US é fundamental na primeira fase do tratamento PO evitando que fibroses se instalem como consequência (SANTOS; CÂNDIDO; SILVA, 2013; FONSECA, 2018). De modo geral sete pacientes afirmaram que ficaram satisfeitas com o resultado final da abdominoplastia.

4.2 REFLEXÕES SOBRE ATUAÇÃO DO ESTETICISTA NO PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO.

A estética funcional é fundamentada em uma sólida base científica sendo uma forte contribuinte tanto no pré quanto no pós-operatório, prevenindo ou tratando as respostas advindas das intervenções cirúrgicas, possibilitando ainda a diminuição da ansiedade pós-operatória e apesar de seu papel ter início no pré-operatório, sua atuação torna-se fundamental no pós-cirúrgico, Visto que o esteticista possa avaliar e eleger os métodos que possam auxiliar o tratamento pré e pós-operatório de cirurgia plástica, será possível o entendimento de todo o processo de interação entre o esteticista e o cirurgião plástico, visando em minimizar intercorrências e concorrer para uma boa evolução pós-operatória (LEAL; SARA, 2017; BORGES; SCORZA; JAHARA, 2010).

Embora pareça desnecessário para alguns cirurgiões, o atendimento estético antes da cirurgia plástica é de extrema importância na reabilitação do paciente operado. A presença de fibroses pós-operatórias de cirurgias anteriores também pode interferir no resultado da cirurgia e devem ser preferencialmente tratadas no pré-operatório. A presença de alterações circulatórias como edemas, linfedemas e fibro edema gelóide deve ser identificada no pré-operatório para conscientização do paciente de que nem todas as afecções estéticas serão tratadas com a cirurgia e de que será necessário um tratamento pré e pós-operatório complementar (LEAL; SARA, 2017; BORGES; SCORZA; JAHARA, 2010). O pré-operatório funciona também como orientação para o paciente. É o momento de preparo para a

cirurgia, e onde se conhece suas limitações e inicia-se o plano de tratamento pós-cirúrgico (LEAL; SARA, 2017; BORGES; SCORZA; JAHARA, 2010). O papel do esteticista tem início no pré-operatório, visando uma recuperação cirúrgica mais rápida, eficiente e funcional (DE MACEDO; DE OLIVEIRA, 2010). A estética apresenta importante atuação nas abdominoplastias. Durante a fase pré-operatória, iniciamos o trabalho de drenagem linfática, com o objetivo de prevenir episódios de linfedema complexos no pós-operatório, comum principalmente nas dermolipectomias totais do abdome.

A manipulação de tecido conjuntivo e de grande importância, promovendo mobilidade a pele em seus planos mais profundos e facilitando o seu descolamento durante o ato cirúrgico. A região periumbilical também merece ser manipulada para ativação e incremento a circulação periférica, com o objetivo de prevenir possíveis fibroses (LEAL; SARA, 2017; BORGES; SCORZA; JAHARA, 2010).

Ressalte-se que o esteticista atuará, no pré-operatório, prevenindo a formação das aderências, principal fator agravante no pós-operatório, pois estas aderências impedem o fluxo normal de sangue e linfa, aumentando ainda mais o quadro edematoso, retardando a recuperação. No pós-operatório é importantíssimo para o paciente que ele seja encaminhado ao tratamento na fase imediata. A formação do esteticista lhe permite identificar o tipo e a profundidade dos tecidos envolvidos, determinar o estágio da cicatrização e reconhecer as contraindicações ao uso das modalidades de tratamento. Além do mais, poderá priorizar os problemas, estabelecer as metas e planejar o tratamento de forma a alcançar o melhor resultado possível BORGES; SCORZA; JAHARA (2010).

Infere-se que cada vez mais os esteticistas estão montando suas próprias equipes ou fazendo parte de equipes lideradas por médicos. A estética está cada vez mais em evidência na sociedade, a cada dia novos cursos de especialização e aperfeiçoamento profissional surgem no mercado de capacitação profissional nessa área, preparando o profissional para atuarem nos três níveis de atenção à saúde, por meio de medidas preventivas, restauradoras e reabilitadoras e fornecem uma formação acadêmica com visão multiprofissional (DE ARAÚJO; CABRAL, 2011).

Há na literatura científica embasamento para justificar a escolha dos diversos recursos utilizados nas patologias englobadas pela estética. Por outro lado, pesquisas relatam que muitos pacientes submetidos a cirurgia plástica não são encaminhados ao tratamento pré e

pós-operatório com o fisioterapeuta ou são encaminhados em fases muito tardias, o que pode levar a resultados poucos satisfatórios (DE MACEDO; DE OLIVEIRA, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se optar por realizar uma cirurgia plástica, é necessário que a pessoa tenha consciência dos cuidados que devem ser tomados no pós-operatório e de possíveis complicações que podem ocorrer nesse período. Faz-se necessária toda uma preparação física, mental e emocional. Percebe-se que o paradigma reabilitador também se aplica aos pacientes que se submetem as abdominoplastias. No entanto, se houver disponibilidade de atenção durante o pré-operatório, é possível informar, prevenir e orientar o paciente assim como seus familiares, sobre os cuidados indispensáveis no período pós-operatório imediato, tais como, cuidados com a incisão, importância de repouso e os esclarecimentos de possíveis dúvidas que o paciente tenha nesse momento.

Visto que o esteticista possa avaliar e eleger os métodos que possam auxiliar o tratamento pré e pós-operatório de abdominoplastia, será possível o entendimento de todo o processo de interação entre os esteticistas e cirurgiões plásticos, visando a minimizar intercorrências e concorrer para uma boa evolução pós-operatória. O papel do esteticista tem início no pré-operatório, visando uma recuperação cirúrgica mais rápida, eficiente e funcional. Na atualidade, há um crescimento das cirurgias plásticas no país e a tomada de decisão por tal procedimento, faz com que seja necessário o esclarecimento prévio das técnicas adotadas e as possíveis complicações pós-operatórias. O esteticista desempenha um importante papel no tratamento pré e pós operatório de abdominoplastia, prevenindo e/ou minimizando complicações comuns dessa cirurgia. Para que o tratamento seja efetivo, o esteticista tem que conhecer e entender as fases da cicatrização e suas características clínicas.

A partir do estudo realizado, existem vários recursos estéticos que podem ser usados no tratamento, porém a drenagem linfática foi a mais citada. É necessário que sejam realizados novos estudos sobre o tema e, como sugestão de nova pesquisa, sugere-se uma pesquisa de caráter longitudinal, comparando os resultados no curto, médio e longo prazos de pessoas que realizaram esta cirurgia e utilizaram a drenagem linfática ao longo do período pós-operatório.

REFERÊNCIAS

ANGELIM, D. **Radiofrequência x Fibrose**. Informativo Beauty, jun. 2010.

BARROS, C. J. P. **Metabonômica baseada em RMN como ferramenta para discriminação de grãos de soja irradiados & diagnóstico de hepatites e fibrose hepática**. 2017.

BORGES, F. dos S.; SCORZA, F. A.; JAHARA, R. S. **Modalidades terapêuticas nas disfunções estéticas**. 2010.

BRAVO, B. S. F. *et. al.* Tratamento da lipodistrofia ginoide com radiofrequência unipolar: avaliação clínica, laboratorial e ultrassonográfica. **Surgical & Cosmetic Dermatology**, v. 5, n. 2, p. 138-144, 2013.

CHI, A. *et. al.* O uso do linfortaping, terapia combinada e drenagem linfática manual sobre a fibrose no pós-operatório de cirurgia plástica de abdome. **Fisioterapia Brasil**, v. 17, n. 3, p. 197-203, 2016.

DA SILVA, R. M. V. *et. al.* **Avaliação da fibrose cicatricial no pós operatório de lipoaspiração e/ou abdominoplastia**. CATUSSABA-ISSN 2237-3608, v. 3, n. 2, p. 19-28, 2014.

DE ARAÚJO, A. P. S.; CABRAL, M. L. **Fisioterapia dermato-funcional: um perfil dos cursos de pós-graduação do estado do paraná**. 2011.

DE GODOY, J. M. P.; GODOY, M. de F. G. Drenagem linfática manual: novo conceito. **Jornal Vascular Brasileiro**, v. 3, n. 1, p. 77-80, 2020.

DE MACEDO, A. C. B.; DE OLIVEIRA, S. M. A atuação da fisioterapia no pré e pós-operatório de cirurgia plástica corporal: uma revisão de literatura. **Cadernos da Escola de Saúde**, v. 2, n. 4, 2010.

DETERLING, L. C. *et. al.* Benefícios do laser de baixa potência no pós-cirúrgico de cirurgia plástica. **Revista Augustus**, v. 14, n. 29, p. 45-53, 2010.

DI MARTINO, M. *et. al.* Seroma em lipoabdominoplastia e abdominoplastia: estudo ultrassonográfico comparativo. **Revista Brasileira de Cirurgia Plástica**, v. 25, n. 4, p. 679-687, 2010.

ESPER, L. R. **Análise comparativa do efeito da terapia com laser ou LED de baixa potência durante o movimento ortodôntico-Estudo clínico** [Tesis de Maestria en Ingeniería Biomédica]. São José dos Campos, SP: Universidade Do Valle Do Paraíba, Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento; 2010.

FONSECA, R P. *et. al.* Influência da abordagem fisioterapêutica no pós-operatório de abdominoplastia: Uma abordagem científica. **Semana de Pesquisa da Universidade Tiradentes-SEMPESq**, n. 19, 2018.

LANGE, A. **Drenagem linfática manual no pós-operatório das cirurgias plásticas**. Curitiba-PR: Vitoria gráfica e editora, 2012.

LEAL, S. **Atuação da fisioterapia dermatofuncional nas complicações da abdominoplastia**. 2017.

MAUAD, R. **Estética e cirurgia plástica: tratamento no pré e pós-operatório**. São Paulo: Editora SENAC, 2011.

MIGOTTO, J. S. Atuação fisioterapêutica dermato funcional no pós-operatório de cirurgias plásticas. **Gestão e Saúde**, v. 4, n. 1, p. 1365-1377, 2012.

MURSHID, M. *et. al.* Abdominoplasty in obese and in morbidly obese patients. **Journal of plastic, reconstructive & aesthetic surgery**, v. 63, n. 5, p. 820-825, 2010.

NEAMAN, K. C. *et. al.* **Outcomes of traditional cosmetic abdominoplasty in a community setting: a retrospective analysis of 1008 patients**. Plastic and reconstructive surgery, v. 131, n. 3, p. 403e-410e, 2013.

RAMOS, R. F. M. *et. al.* **Comparação entre a aplicação e não aplicação do LED (Light Emitted Diode) na cicatrização de pacientes submetidas e abdominoplastia**. 2017.

ROBERTSON, V. **Eletroterapia explicada: princípios e prática**. Elsevier Brasil, 2011.

SAMRA, S. *et. al.* **Complication rates of lipoabdominoplasty versus traditional abdominoplasty in high-risk patients**. Plastic and reconstructive surgery, v. 125, n. 2, p. 683-690, 2010.

SANTOS, Lorryne Pereira; CÂNDIDO, R. C. P.; SILVA, G. Fisioterapia dermatofuncional no pós-operatório de abdominoplastia: revisão de literatura. **Revista Amazônia Science & Health**, p. 05-07, 2013.

SOARES, L. M. A.; SOARES, S. M. B.; SOARES, A. K. Estudo comparativo da eficácia da drenagem linfática manual e mecânica no pós-operatório de dermolipectomia. **Revista Brasileira em promoção da saúde**, v. 18, n. 4, p. 199-204, 2012.

SOUZA, L. S. de; HARADA, M. N.; BOLOGNANI, E. M. C. Comparação da ocorrência de seroma entre as técnicas de abdominoplastia convencional e em âncora nos pacientes pós-bariátricos. **Rev Bras Cir Plást**, v. 32, n. 1, p. 78-86, 2017.

VIEIRA, T. S.; NETZ, D. J. **A formação da fibrose cicatricial no pós-cirúrgico de cirurgia estética e seus possíveis tratamentos: artigo de revisão**. Balneário Camboriú: Universidade do Vale do Itajaí, 2012.

YACoub, C. D.; BARoudI, R.; YACoub, M. B. **Abdominoplastia reversa estendida**. Revista Brasileira de Cirurgia Plástica, v. 27, n. 2, p. 328-332, 2012.

ZANELLA, B. I.; RUCKL, S.; VOLOSZIN, M. A importância da drenagem linfática manual no pós-operatório da abdominoplastia. **Rev. Lit.** [periódico na internet], 2011.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Todas as questões abaixo referem-se ao pré e pós-operatório de abdominoplastia.

1. Nome:

2. Idade:

3. Etnia: Branca, parda, amarela ou Negra

4. Você fuma: Sim ou Não

5. Você faz uso de bebida alcoólica? Com que frequência?

6. Você faz uso de bebida alcoólica? Com que frequência?

7. Praticar atividades físicas? Quais? E com que frequência?

8. A quanto tempo você fez a abdominoplastia?

9. Fez algum outro procedimento associado a abdominoplastia? Quais?

10. Quais as recomendações médicas antes de realização da abdominoplastia?

11. Após a cirurgia, quais as recomendações médicas e medicamentos utilizados?

12. O médico lhe recomendou algum procedimento estético como a drenagem linfática após a cirurgia? Quais outros?

13. Quantas sessões você fez de Drenagem linfática? Quantas vezes por semana?

14. Ao realizar os procedimentos estéticos, fez uso de algum aparelho (ultrassom, radiofrequência e etc.) durante o tratamento? Quais?

15. Qual o profissional que realizou este atendimento no seu pré e pós-operatório?

16. Acredita que atuação do profissional, no seu pré e pós-operatório, foi primordial para o restabelecimento da sua rotina diária?

17. Houve alguma intercorrência no pós-operatório?

18. Ficou satisfeita com o resultado da cirurgia?

A EFICÁCIA DO
LASER DE
DIÓXIDO DE
CARBONO (CO₂)
FRACIONADO NO
TRATAMENTO DAS
ESTRIAS RUBRAS E
ESTRIAS ALBAS

THE
EFFECTIVENESS
OF
FRACTIONATED
CARBON DIOXIDE
(CO₂) LASER IN
THE TREATMENT
OF RED STREAKS
AND STREAK
STREAKS

SOUZA, Wanessa De Oliveira
[1]

[1] Mestranda em ciências da saúde, graduanda em biomedicina pela Faculdade Joaquim Nabuco (UNINABUCO), graduada em Estética pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), Pós graduada em estética avançada e educação a distância pela Uniasselvi e Pós graduada em acupuntura pela Faculdade da Região Serrana (FARESE).
wanessadeoliveirasouza@gmail.com

RESUMO

A pesquisa desenvolvida constituiu-se na análise da eficácia do laser de CO₂ fracionado no tratamento das estrias. Dentre as principais alterações estéticas corporais esta as estrias. A estria é uma lesão estética atrófica, ocasionada por enorme estiramento e a consequente ruptura das fibras de colágeno e elastina, responsáveis pela elasticidade da pele. Acometem grande parcela da população, sendo mais frequente em mulheres adolescentes e gestantes, embora também possa apresentar-se em obesos, pacientes com desequilíbrios hormonais, usuários de medicamentos e portadores de histórico genético. Os tratamentos para estrias variam de acordo com o estágio de evolução da estria e o fototipo da pele do paciente. Dentre os mais procurados está o laser de CO₂ fracionado, sua atuação consiste em promover dano tissular através de dano térmico e vaporização das células, levando ao estímulo da neocolagênese, tendo como principal alvo a água presente nos tecidos. O estudo realizado teve como propósito avaliar a efetividade no uso do laser de CO₂ fracionado no tratamento das estrias rubras e albas, identificando os seus benefícios, descrevendo o seu mecanismo de ação e analisando os resultados apresentados pela literatura científica. Para tanto realizou-se uma pesquisa bibliográfica nas principais bases de dados, a biblioteca virtual em saúde (bvs); scientific electronic library online (scielo), Google acadêmico e lilacs. Concluindo, assim, que o laser de CO₂ fracionado é eficaz para o tratamento de estrias, contudo é necessária atenção com o fototipo do paciente devido as complicações que podem ocorrer, como hiperpigmentação pós-inflamatória, hiperpigmentação persistente, cicatrizes, queimaduras e síndrome Koebner.

Palavras-chave: Pele. Estrias. Laser de CO₂ fracionado. Estética.

ABSTRACT

The research developed consisted of analyzing the effectiveness of fractional CO₂ laser in the treatment of stretch marks. Among the main aesthetic changes in

the body, this one is like stars. The stretch mark is an atrophic aesthetic lesion, caused by a huge stretch and a consequent rupture of the collagen and elastin fibers, responsible for the elasticity of the skin. They affect a large portion of the population, being more frequent in adolescent and pregnant women, although it can also present in obese people, patients with hormonal imbalances, users of medications and patients with a genetic history. The treatments for stretch marks vary according to the stage of evolution of the stretch and the phototype of the patient's skin. Among the most sought after is the fractional CO₂ laser, its practice consists of promoting tissue damage through thermal damage and vaporization of cells, leading to the stimulation of neocolagenesis, with the main target being the water present in the tissues. The purpose of the study was to evaluate the effectiveness of using fractional CO₂ laser in the treatment of red and white streaks, identifying its benefits, describing its mechanism of action and analyzing the results obtained by the scientific literature. To this end, a bibliographic search was carried out in the main databases, a virtual health library (bvs); online electronic scientific library (scielo), academic Google and lilacs. Therefore, concluding that fractional CO₂ laser is effective for the treatment of stretch marks, however, attention is needed with the patient's phototype due to complications that may occur, such as post-inflammatory hyperpigmentation, persistent hyperpigmentation, scarring, burns and Koebner syndrome.

Keywords: Skin. Stretch marks. Fractional CO₂ laser. Aesthetics.

1 INTRODUÇÃO

O mundo moderno é circunscrito pelo tributo ao corpo e pela busca incessante pelo padrão de beleza ditado pela mídia, de modo a afetar a relação que os indivíduos constroem com o seu próprio corpo resultando em comprometimento emocional, baixa autoestima e desagrado com a própria aparência (DANTAS, 2011; QUEIROZ, RODRIGUES, DE CONTE, 2021). A Estética está em evidencia, dada à enorme procura por tratamentos estéticos em uma sociedade que prioriza a saúde e valoriza a aparência corporal. São inúmeras as razões que levam um indivíduo a desenvolver uma insatisfação com a própria imagem. Dentre as principais alterações estéticas corporais esta as estrias (QUEIROZ; RODRIGUES; DE CONTE, 2021).

A estria é uma injúria estética atrófica, ocasionada pela demasiada distensão e a consequente ruptura das fibras de colágeno e elastina, responsáveis pela elasticidade da pele (TACANI; TACANI, 2011). Acometem grande parcela da população, sendo mais frequente em no sexo feminino e na fase da puberdade, embora também possa apresentar-se em obesos, gestantes, usuários de medicamentos e portadores de desequilíbrios hormonais (BORGES; SCORZA; JAHARA, 2010; DA COSTA, 2016; COSTA, 2016; DOS REIS; VIEIRA, 2018). Há indícios que relatam que sua manifestação é decorrente da associação de fatores

mecânicos, endocrinológicos, predisposição genética e história familiar (REZENDE; PINHEIRO; MENDONÇA, 2016; LOPES, 2017). As zonas com maior existência de estrias são as mamas, nádegas, abdômen e coxas, por serem áreas mais sensíveis ao estiramento exagerado da pele (DOS REIS; VIEIRA, 2018).

Nesse contexto, são diversos os recursos terapêuticos estéticos desenvolvidos pelo mercado para atingir esse público consumidor que tem a intenção de melhorar a imagem corporal (PETROSKI; PELEGRINI; GLANER, 2012). Os tratamentos para estrias variam de acordo com o estágio de evolução e o fototipo do paciente. Dentre os mais procurados está o Laser de CO₂ fracionado (DOS REIS; VIEIRA, 2018). Sua atuação consiste em promover dano tissular através de dano térmico e vaporização das células, levando ao estímulo da neocolagênese, tendo como principal alvo a água presente nos tecidos (CROCCO; MANTOVANI; VOLPINI, 2012; DOS REIS; VIEIRA, 2018).

Diante desse cenário e levando em consideração que o laser de CO₂ fracionado atualmente, vem sendo usado em ríntides, rejuvenescimento facial, cicatrizes de acne e estrias, espera-se com esse artigo verificar a eficácia do laser de CO₂ fracionado no tratamento das estrias (CROCCO; MANTOVANI; VOLPINI, 2012; DOS REIS; VIEIRA, 2018).

Considerando que nenhum dos tratamentos atualmente utilizados para estrias tem sido considerado padrão ouro, e que existe uma grande demanda de clientes que buscam centros especializados em estética para amenizar essa afecção, demonstrando a necessidade de mais estudos que comprovem a verdadeira eficácia dos atuais procedimentos estéticos utilizados para esse fim; tendo sido escolhido o laser de CO₂ fracionado como objeto de estudo desse artigo, devido a carência de materiais científicos que relacionem o seu uso para tratamentos das estrias (EL TAIEB; IBRAHIM, 2016; LOPES, 2017; COSTA, 2016; NEPOMUCENO; DA-SILVA, 2018), o problema de pesquisa tem como pergunta norteadora: Qual a efetividade do laser de CO₂ fracionado no tratamento das estrias?

Para responder à pergunta norteadora apresentada no problema de pesquisa, este estudo teve como objetivo avaliar a efetividade no uso do laser de CO₂ fracionado no tratamento das estrias rubras e albas; e, especificamente identificar os benefícios do uso do laser de CO₂ fracionado no tratamento das estrias; descrever o seu mecanismo de ação e analisar os resultados apresentados pela literatura científica. Justifica-se essa pesquisa por considerar importante a apropriação da literatura para avançar no conhecimento em relação ao uso do laser de CO₂ fracionado como recurso terapêutico eficaz no tratamento das estrias.

Após uma análise da literatura especializada, refletiu-se que, todavia, não há estudos científicos suficientes sobre o laser de CO₂ fracionado para embasar o seu uso no tratamento das estrias, e ao analisar o seu mecanismo de ação, considera-se que o seu uso poderia ser eficaz para o tratamento das estrias.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ANATOMIA, HISTOLOGIA E FISIOLOGIA DA PELE

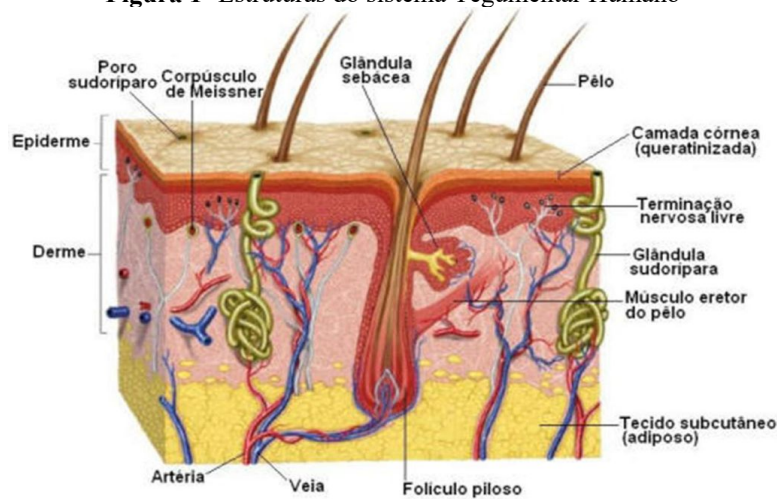
A pele é o maior órgão do corpo humano pois recobre toda a superfície corpórea, pesa aproximadamente 4,5Kg, representando 15% do peso corporal humano. Possui estruturas especializadas, flexíveis, resistentes e complexas, sendo responsável por diversas funções de importância significativa, dentre elas a transpiração, percepção, proteção física e imunológica, pigmentação, nutrição, queratogênese, defesa, metabolização, absorção, secreção, excreção e a termorregulação, pois a pele se comporta como isolante térmico, regulando a perda hídrica e de eletrólitos do organismo, resultando na conservação da temperatura corporal (FONTENELE; CARDOSO, 2011; KHAVKIN; ELLIS, 2011; COSTA, 2016; VENUS; WATERMAN; MCNAB, 2010; NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; GONDIM, 2012; DA COSTA, 2016).

A pele age como uma membrana envolvente e isolante, uma barreira física contra agressões externas, reduzindo a penetração de substâncias estranhas, químicas e nocivas, protegendo contra a ação de microrganismos patogênicos e radiação ultra violeta, além da sua capacidade de regeneração tecidual, um processo complexo que visa a restauração da integridade do tecido lesionado, fator importante para o resultado no tratamento das estrias (FONTENELE; CARDOSO, 2011; KHAVKIN; ELLIS, 2011; COSTA, 2016; VENUS; WATERMAN; MCNAB, 2010; NAYLOR; WHATSON; SHERRATT, 2011; GONDIM, 2012; DA COSTA, 2016).

Os nervos sensoriais e autonômicos são parte estrutural da pele, eles são necessários para detecção do toque, vibração, pressão, temperatura, dor e prurido, suas propriedades biomecânicas agem em resposta à força de deformação (VENUS; WATERMAN; MCNAB, 2010; KHAVKIN; ELLIS, 2011; COSTA, 2016). A pele está constituída por três camadas sobrepostas de tecidos. A epiderme é a camada a mais externa, é a principal barreira de

defesa, a intermediária é a derme, muito vascularizada, e a camada mais profunda é a hipoderme, constituída de tecido adiposo. Na figura 1 é possível observar essas três camadas. Elas desempenham suas atividades de forma independente, sofrendo regulação, modelação molecular e celular ao desempenharem suas funções. A água compõe aproximadamente 70% da pele, se distribuindo pelas camadas, sendo a hipoderme a mais hidratada, possui também proteínas, lipídeos, glucídios e sais minerais (GONDIM, 2012; KHAVKIN; ELLIS, 2011; VENUS; WATERMAN; MCNAB 2010; COSTA, 2016; DA COSTA, 2016; LOPES, 2017).

Figura 1- Estruturas do sistema Tegumentar Humano



Fonte : (Oliveira, 2011).

2.1.1 Epiderme, derme e hipoderme

De acordo com Borges; Scorza; Jahara (2010), a epiderme é composta por epitélio pavimentoso estratificado que se renova continuamente. Devido ao fato de ser avascular, os capilares da derme superficial nutrem a epiderme por difusão. Sua composição celular é principalmente de queratinócitos (>90%), que regulam a homeostasia e a constante renovação dos folículos pilosos da epiderme (KHAVKIN; ELLIS, 2011; VENUS; WATERMAN; MCNAB, 2010; COSTA, 2016; DA COSTA, 2016; GONDIM, 2012; CAUSSA; VILA, 2015; LOPES, 2017). Os queratinócitos através da sua constante diferenciação renovam o epitélio ao longo da vida pela queratinização, eles se deslocam progressivamente a partir da membrana basal até a superfície da pele, onde descamam, formando ao longo deste trajeto várias camadas distintas, figura 2, são elas: o estrato basal ou germinativo, a camada mais

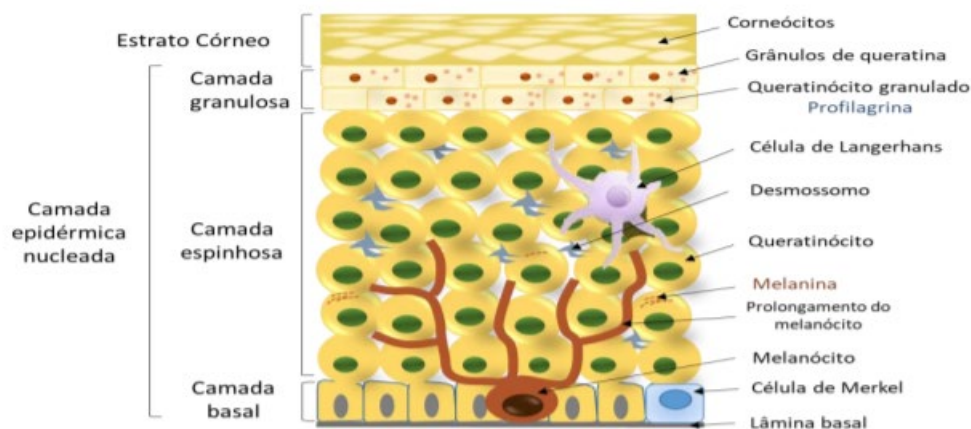
profunda, ligadas a derme pelos hemidesmossomas que estão fixados a membrana basal, esse estrato é constituído de uma única camada de queratinócitos na sua maioria, intercalados por células de Merkel e melanócitos, sendo os melanócitos responsáveis pela produção de melanina que conferem a pigmentação da pele. A partir da divisão dessas células se forma o estrato granuloso KHAVKIN; ELLIS, 2011; VENUS; WATERMAN; MCNAB, 2010; COSTA, 2016; DA COSTA, 2016; GONDIM, 2012; CAUSSA; VILA, 2015; LOPES, 2017).

O estrato espinhoso ou de Malpighi está localizado sobre o estrato basal e se constitui de 8 a 10 camadas de células, contem desmossomos e célula de Langerhans que participam da função imunitária. O estrato granuloso antecede o espinhoso e está constituído por 2 a 5 camadas de células achatadas com estrutura granular devido a presença de grãos de queratohialina que atuam como barreira e participam da coesão entre as células devido a sua elevada quantidade de lipídios, fosfolipídios e proteínas. Na superfície desse estrato, o núcleo e organelas da célula se desintegram e a célula morre, formando o estrato córneo (KHAVKIN; ELLIS, 2011; VENUS; WATERMAN; MCNAB, 2010; COSTA, 2016; DA COSTA, 2016; GONDIM, 2012, LOPES, 2017).

O estrato córneo é a camada mais superficial da epiderme e contém várias camadas de células pavimentosas mortas, unidas por desmossomos, denominadas corneócitos, são queratinócitos mortos, anucleados e queratinizados, elas são ricas em queratina, lipídios e água, formando uma barreira impermeável (KHAVKIN; ELLIS, 2011; VENUS; WATERMAN; MCNAB, 2010; COSTA, 2016; DA COSTA, 2016; GONDIM, 2012, LOPES, 2017).

A espessura do estrato córneo pode variar de acordo com a região do corpo, chegando a 1,5 mm nas plantas dos pés e palma das mãos, onde ganha uma camada adicional palmo-plantar, o estrato lucido, essa camada é composta por células mortas, homogêneas e translúcidas cuja função é de proteção. A renovação celular dura aproximadamente 28 dias, podendo sofrer alterações ocasionada por processos patológicos (KHAVKIN; ELLIS, 2011; LOPES, 2017; VENUS; WATERMAN; MCNAB, 2010; COSTA, 2016; DA COSTA, 2016; GONDIM, 2012).

Figura 2- Camadas da epiderme.



Fonte: (SOUSA, 2018).

Segundo Naylor; Watson; Sherratt (2011), a derme é composta por substancia fundamental amorfa, anexos cutâneos córneos e diversas células, dentre elas, temos o fibroblastos, responsável pela síntese de colágeno e elastina, ela está localizada acima da hipoderme e abaixo da epiderme, unida a ela pela junção dermoepidêmica, uma estrutura composta por fibroblastos, esses formam o colágeno e a elastina que oferecem resistência contra forças externas que causam deformação, servindo como barreira impermeável, e realizando a sinalização para crescimento e regeneração tecidual. A derme possui espessura variável e grande resistência contra agressões mecânicas, nela se encontram estruturas vasculares e nervosas, glândulas sebáceas e sudoríparas e folículos pilosos. Embaixo da derme, há também, a hipoderme, formado por tecidos fibrosos, elásticos e gordurosos. (VENUS; WATERMAN; MCNAB, 2010; COSTA, 2016; DA COSTA, 2016; GONDIM, 2012; FONTENELE; CARDOSO, 2011).

O colágeno é a proteína mais abundante e funcional presente no corpo humano, ela constitui o arcabouço extracelular em todos os seres vivos, oferece resistência e integridade estrutural a vários órgãos e tecidos, atua também no processo de cicatrização e/ou regeneração tecidual além de auxiliar na hidratação da pele. Há dezenove classes distintas de colágeno, distribuídas entre tipos I a XIX. O tipo I é o mais abundante no corpo humano, ele é o mais importante para a elasticidade do tecido, enquanto o tipo IV, integra a junção dermoepidêmica e membrana basal. O colágeno representa 30% da derme total e 75% deste, é formado pelo colágeno tipo I e tipo III (VENUS; WATERMAN; MCNAB, 2010; GONÇALVES *et. al.*, 2015; COSTA, 2016).

A elastina é uma proteína fibrosa com resistência elástica que permite que a pele recupere sua forma original após ser tracionada. Essas fibras são finas na derme papilar, permitindo que haja ramificações verticais em relação à epiderme, e grossas com orientação horizontalizada na derme reticular (WANG et al, 2015; GONÇALVES *et. al.*, 2015; COSTA, 2016). Elasticidade é a capacidade da pele em retornar ao seu estado inicial, após cessarem as forças que provocam essa extensão. Esta capacidade depende da atividade das fibras elásticas e colágenas, e do estado de hidratação da substância fundamental, determinando a importância da manutenção do conteúdo hídrico da pele (LOPES, 2017).

A derme se segmenta em derme superficial ou papilar, esta localizada na junção dermoepidérmica, ela é muito vascularizada, rica em fibras e terminações nervosas, viabilizando os trocas metabólicos com a camada germinativa, possui várias células e finos feixes fibrilares; já a derme profunda ou reticular, está localizada na parte inferior da derme, ela é composta por feixes calibrosos de colágeno, e finalmente a derme adventícia, constituída por finos feixes de colágeno, distribuída entre os anexos e vasos (HWANG; YI; CHOI, 2011; LOPES, 2017; AZIZ *et. al.*, 2016; DA COSTA, 2016; VENUS; WATERMAN; MCNAB, 2010; GONDIM, 2012; FONTENELE; CARDOSO, 2011; COSTA, 2016).

A hipoderme é a camada mais profunda da pele localizada abaixo da derme reticular, ela se relacionando em sua porção superior com a derme profunda, constituindo-se a junção dermo-hipodérmica. A hipoderme possui espessura variável e está formada exclusivamente de adipócitos, colágeno e vasos sanguíneos, esses com maior calibre que os da derme, ela se comporta como uma tela subcutânea, tecido subcutâneo ou fáscia superficial. Ela funciona como um reservatório de energia que se denomina tecido adiposo, um isolante térmico que além de amortecer a pele permitir sua mobilidade sobre os tecidos adjacentes (FONTENELE; CARDOSO, 2011; COSTA, 2016; GONDIM, 2012; LOPES, 2017; DA COSTA, 2016).

A distribuição do tecido adiposo não é uniforme em todas as regiões do corpo, algumas regiões podem não acumular gordura, como as pálpebras, a cicatriz umbilical, a região do esterno, o pênis, e as dobras articulares. Em outras regiões em contra partida, há maior acúmulo de tecido adiposo: a porção proximal dos membros e as porções laterais da parede abdominal (FONTENELE; CARDOSO, 2011; COSTA, 2016; GONDIM, 2012; DA COSTA, 2016).

2.2 HISTOLOGIA

A histologia estuda os tecidos do organismo e os fluidos orgânicos que contêm células. Diversas células e a matriz extracelular formam os tecidos. Há uma variedade de tecidos no corpo humano, eles se dividem em quatro grupos: tecido epitelial, tecido conjuntivo, tecido muscular e tecido nervoso. Os tecidos epiteliais e conjuntivos são os principais tecidos encontrados na pele, nas camadas epiderme e derme (DA COSTA, 2016; LOPES, 2017; COSTA, 2016).

2.2.1 Tecido epitelial e tecido conjuntivo

O tecido epitelial é composto por células unidas entre si pela matriz extracelular. O epitélio de revestimento e o epitélio glandular são categorias fundamentais do tecido epitelial, eles se diferenciam de acordo com a sua estrutura e suas funções. O epitélio de revestimento envolve as cavidades internas e externas do corpo humano, recobrando a porção interna da cavidade oral, fossas nasais, estômago e intestinos, e a porção externa, é a epiderme. O tecido epitelial se classifica de acordo com o número de camadas de células, podendo ser epitélio simples, apresenta uma única camada de células ou estratificado com mais de uma camada celular. Os epitélios simples e estratificado podem ser subdivididos em pavimentoso (plano), cúbicos e prismáticos, de acordo com a forma das suas células (DA COSTA, 2016; LOPES, 2017; COSTA, 2016).

O tecido conjuntivo apresenta fibroblastos, macrófagos, linfócitos, plasmócitos, mastócitos, adipócitos e leucócito, separadas por um abundante material extracelular ou substância fundamental, ele é classificado em tecido conjuntivo frouxo e denso, o frouxo é encontrado na pele, nas mucosas e nas glândulas, o denso é encontrado nos tendões musculares. As principais fibras do conjuntivo são as colágenas, reticulares e elásticas. As fibras colágenas compõem 95% do tecido conjuntivo da derme, sendo mais delgadas e laxos na derme papilar e mais espessos e compactos na reticular (DA COSTA, 2016; LOPES, 2017; COSTA, 2016).

O colágeno pode ser classificado de acordo com sua estrutura e função em colágenos que formam fibras, colágenos associados a fibras, colágenos que formam redes e colágenos de ancoragem. O colágeno que formam as fibras se une para sintetizá-las, pertencem a esse

grupo os colágenos tipo I, II, III, V e XI. O tipo I é o colágeno mais numeroso no corpo humano, presente nos ossos, dentina, tendões, envoltórios de inúmeros órgãos, derme entre outros. O colágeno associado as fibras fundem as fibras colágenas umas às outras e aos elementos da matriz extracelular, participam desse grupo os colágenos tipo IX e XII. O colágeno que forma a rede é um dos principais integrantes da lâmina basal, sendo assim o tipo IV, e o colágeno de ancoragem é do tipo VII, ele faz a união do colágeno tipo I às lâminas basais (DA COSTA, 2016; LOPES, 2017; COSTA, 2016).

As fibras colágenas conferem força de tensão as lesões no decorrer da fase de cicatrização. Nos tecidos saudáveis, o metabolismo resume-se em homeostase entre biossíntese e degradação. Quando ocorre uma lesão tecidual os fibroblastos não se dividem, mas durante a reparação tecidual eles entram em mitose para a cicatrização da lesão e realizam a síntese de fibras colágenas e elásticas (DA COSTA, 2016; LOPES, 2017; COSTA, 2016).

As fibras reticulares são semelhantes às fibras colágenas, pois também formam fibrilas, mas com aspecto estriado e são compostas de colágeno tipo III, porém diferenciam-se das reticulares por serem mais delgadas e em forma de rede, não formando fibras espessas. As fibras reticulares estão no tecido conjuntivo frouxo, associado aos epitélios, pequenos vasos sanguíneos, nervos e células musculares, curtas, finas e inelásticas. As fibras reticulares são distintas das fibras elásticas, as reticulares são mais delgadas e não apresentam estriação longitudinal (DA COSTA, 2016; LOPES, 2017; COSTA, 2016).

As fibras elásticas são delgadas, de cor amarelada que têm como principal componente a elastina, sendo está muito mais resistente que o colágeno e a micro fibrila elástica, ela cede a grandes forças de tração e são capazes de retornar facilmente ao seu aspecto original. A elastina é uma fibra elástica curta e sobreposta, fabricada por um precursor secretado pelos fibroblastos, tal como o colágeno, sendo responsável pela elasticidade da pele, capaz da distensibilidade de 100 a 140%. Anomalias relacionadas as fibras elásticas logram ser encontradas na pele de idosos, de jovens diabéticos ou portadores de estrias atroficas (DA COSTA, 2016; LOPES, 2017; COSTA, 2016).

2.3 PROCESSO DE REPARO TECIDUAL

Em concordância com o Portal Educação (2021) o processo de reparação dos tecidos, também denominado cicatrização, é um fenômeno muito complexo, que tem por objetivo

restabelecer a morfologia e funcionalidade de um tecido lesado, é uma cascata sistematizada de acontecimentos que interagem para que ocorra a restauração tecidual. Esse processo depende de fatores relacionados ao tipo de pele, a localização do tecido a ser reparado, a idade do paciente, a saúde geral e nutricional no paciente, o tipo de lesão tecidual e o nível de ressecamento da pele durante o reparo.

O processo de cicatrização se subdivide em fases, sendo elas a fase inflamatória, a fase proliferativa e a fase de remodelamento, essas fases são interdependentes e ocorrem simultaneamente. Inicia-se com a fase inflamatória, que vai desde o momento em que ocorre a lesão tecidual e perdura de 24 a 48 horas, se configura por exibir calor, rubor, edema e dor, com a possibilidade de perda parcial ou total das funções celulares, ocorre também a limpeza da área lesada, com a remoção dos tecidos desvitalizados e a migração de linfócitos, mediadores químicos, neutrófilos e macrófagos. Os macrófagos fagocitam os tecidos sem vitalidade, secretam agentes quimiotáticos que atraem para o local da lesão outras células inflamatórias e produzem prostaglandinas que são potentes vasodilatadores que afeta a permeabilidade dos micros vasos (ALBUQUERQUE, *et. al.*, 2010; PORTAL EDUCAÇÃO, 2021).

A segunda fase é a proliferativa, nela ocorre o fechamento da lesão. Ela é subdividida em três subfases: A reepitelização, quando os queratinócitos das laterais da lesão e dos anexos epiteliais migram para a lesão. A segunda subfase é a fibroplasia, quando ocorre a formação de elastina e colágeno tipo III, imaturo, desorganizado e com pouca resistência, e por fim, a angiogênese, a última subfase momento que ocorre a formação de um novo tecido e criação dos novos vasos. O tecido de granulação e novos vasos juntamente com os macrófagos, fibroblastos e células epiteliais vão preencher a lesão, a ferida se contrai reduzindo o seu diâmetro. A fase proliferativa dura de três dias a três semanas (ALBUQUERQUE, *et. al.*, 2010; PORTAL EDUCAÇÃO, 2021).

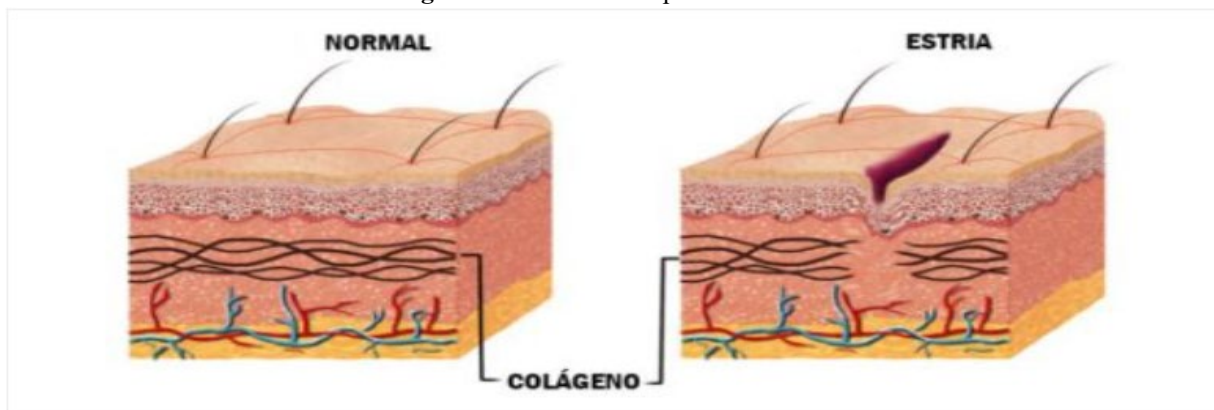
O Remodelamento é a terceira e última fase da cicatrização, é a maior fase podendo perdurar por anos, nela ocorre o realinhamento das fibras de colágeno do tecido cicatricial, diminuindo a cicatriz e aumentando a força tensão, isso ocorre devido a substituição do colágeno tipo III pelo tipo I que passar e ser organizado e funcional (ALBUQUERQUE, *et. al.*, 2010; PORTAL EDUCAÇÃO, 2021).

2.4 ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA DA EPIDERME E DERME

Mudanças nessas estruturas ocasionam alterações na espessura do tecido conectivo que aliado a maiores tensões sobre a pele produzem estriações cutâneas. As fibras elásticas com lesões recentes, estão estriadas e nas lesões antigas, se desmembram se concentrando em locais isolados, explicando essa leve depressão na textura da pele que é visível em estrias albas. Há três classes de lesões dérmicas que apresentam diferentes alterações nas fibras elásticas e colágenas, na substância fundamental amorfa e nos fibroblastos. São elas, as estrias atróficas, a lesão senil da derme papilar, a lesão senil da derme reticular e a cicatriz (ALBUQUERQUE, *et. al.*, 2010; PORTAL EDUCAÇÃO, 2021).

A estria é um processo degenerativo cutâneo benigno com variação da cor conforme sua fase de evolução. Caracteriza-se clinicamente pela morfologia linear, atrófica e superficial, com discretas ondulações e mínimas rugas que desaparecem quando tracionadas. Sua evolução clínica é semelhante as fases da cicatrização, se comparadas com a pele de aspecto normal. Possuem redução das fibras colágenas e elásticas, figura 3, podendo apresentar-se no início rubras, ou seja, com aspecto avermelhado ou albas, pois após 4 a 18 meses se tornando esbranquiçadas ou nacaradas. A variação da cor depende da presença ou não dos componentes microvasculares, do tamanho e atividade dos melanócitos e do fototipo do paciente, fototipos mais elevados tendem a ter estrias Hiperocrômicas (DA COSTA, 2016; COSTA, 2016; MAIO, 2016; ALBUQUERQUE, *et. al.*, 2010; PORTAL EDUCAÇÃO, 2021).

Figura 3- Pele normal e pele com estria



Fonte: (ALDAHAN *et. al.*, 2016)

2.4.1 As Estrias atróficas e estrias distensivas

Em 1773 Roederer realizou o primeiro estudo clínico de estrias em gestantes, em 1989, Troisier e Menetrier nomearam as estrias como doença inócua e desfigurante, Unna em 1984 criou a hipótese de que fatores endógenos influenciam as fibras elásticas do tecido conjuntivo e em 1936 Nardelli nomeou como estrias atróficas e nos dias atuais as estrias continuam sendo um desafio para os profissionais no que se refere a avaliação e tratamento (ALBUQUERQUE, *et. al.*, 2010; PORTAL EDUCAÇÃO, 2021; DA COSTA, 2016; MAIO, 2011; BUCHANAN; FLETCHER; REID, 2010).

As estrias atróficas apresentam aspecto cicatricial, hipocromia e flacidez central, criando uma depressão media. As estrias albas ou nacaradas são estrias maduras que também são consideradas atróficas, figura 5. Já as estrias, rubras são recentes e eritematosas devido ao aumento da vascularização local, figura 4. No que se refere as estrias cerúlas tem coloração azulada e são comuns em portadores da síndrome de Cushing ou usuários de corticoide por longos períodos, figura 6. As estrias enegrecidas são chamadas de estrias nigra, elas aparecem em indivíduos do fototipo IV e V, figura 7 (ALBUQUERQUE, *et. al.*, 2010; PORTAL EDUCAÇÃO, 2021).

Figura 4- Estrias Rubras



Fonte: AL-HIMDANI *et. al.*, 2012

Figura 5- Estrias Albas



Fonte: BUCHANAN; FLETCHER; REID, 2010

Figura 6- Estrias Cerúlas



Fonte: COSTA, 2016

Figura 7- Estrias Nigra



Fonte: FAAD, 2015

As *striae distensae* são estrias de distensão, estabelecidas como atrofia tegumentar adquirida que se propagam na derme, suas fibras elásticas são escassas na região periférica da estria e inexistentes na região central. São nomeadas atróficas devido as suas características, pois a atrofia é uma diminuição de espessura da pele, e as estrias são causadas pela ruptura das fibras colágenas e elásticas da derme. Elas tendem a ser simétricas e bilaterais e podem surgir em todos os tipos de pele. Possui diversas nomenclaturas levando em consideração o idioma, etiologia, aspecto da pele, e de acordo com a situação em que ocorrem, popularmente conhecidas como estrias, elas podem ser estrias de distensão (*striae distensae*), estrias atróficas, estrias grávidicas (*striae gravidarum*), *striae albicante* e *striae infectiosae* (ALBUQUERQUE, *et. al.*, 2010; PORTAL EDUCAÇÃO, 2021; DA COSTA, 2016; MAIO, 2011; BUCHANAN; FLETCHER; REID, 2010).

2.4.2 Striae Gravidarum

Durante a gestação ocorrem alterações endocrinológicas, imunológicas, metabólicas e vasculares que afetam todo o corpo inclusive a pele. As estrias ocorrem durante a gravidez devido a fatores mecânicos, genéticos e hormonais, além de história familiar, cor e fototipo da pele, idade da gestante, idade gestacional, peso do feto, diabetes, peso materno e a presença de estrias anteriores a gestação. As estrias gestacionais são alterações cutâneas benignas que afetam de 50 a 90% das gestantes, geralmente ocorrem a partir do segundo trimestre de gestação e tem preferência pela região abdominal, mamas, glúteos, coxas e axilas. As gestantes podem experimentar prurido local das estrias e caso a gestante a coce pode lesionar o local e causar infecção. As gestantes portadoras de *striae gravidarum* podem sofrer impactos psicológicos negativos, resultando em diminuição da autoconfiança e angustia. Essas lesões são de difícil prevenção e tratamento (VORA *et. al.*, 2014; TAAVONI *et. al.*, 2011; UD-DIN *et. al.*, 2013; COSTA, 2016; WANG, *et. al.*, 2015; NARIN *et. al.*, 2015; BUCHANAN; FLETCHER; REID, 2010; SOLTANIPOUR *et. al.*, 2014).

2.4.3 Estágios de evolução das estrias

As estrias Rubras se referem ao estágio agudo da evolução das estrias, são denominadas imaturas, figura 4. São lesões eritematosas, avermelhadas e um pouco elevadas,

podem ser sintomáticas, com a presença de prurido, queimadura e desconforto ou serem assintomáticas, elas estão perpendiculares ao sentido da tensão da pele. No estágio crônico as estrias são atróficas, enrugadas e hipopigmentadas, ou seja, ausência de do processo de melanização, elas estão paralelas a linha de tensão da pele, são denominadas estrias albas ou maduras, figura 5. Geralmente são assintomáticas, mas em casos raros podem apresentar urticaria, edema, despigmentação, ulceração, deiscência e enfisema subcutâneo. Em indivíduos de pele branca, as estrias iniciam como lesões eritematosas rosadas de superfície lisa e tensa e gradativamente perdem a pigmentação tornando-se atróficas e brancas (LOPES, 2017; UD-DIN; MCGEORGE; BAYAT, 2016; DEVILLERS *et. al.*, 2010; ERSOY *et. al.*, 2016; ROSS *et. al.*, 2017; AL-HIMDANI *et. al.*, 2014; NAPOMUCENO; DA-SILVA, 2018; COSTA, 2016; SAVAS *et. al.*, 2014; WANG *et. al.*, 2015 GILMORE *et. al.*, 2012).

2.4.4 Etiologia, epidemiologia e histo-patogenia das estrias

Até o momento, todavia não se conhece de fato as causas para o aparecimento das estrias, porem há teorias que se esforçam para justificar sua etiologia. A teoria mecânica enfatiza que o fato da pele sofrer um estiramento, ruptura ou perda das suas fibras elásticas dérmicas, seja devido ao aumento excessivo e/ou repentino da área corporal, demonstrando um possível mecanismo para surgimento das estrias, como em casos de obesidade e seu aumento excessivo do tecido adiposo, podendo ocorrer também durante a gravidez, puberdade, atividade física vigorosa e crescimento. A teoria endocrinológica se baseia no entendimento que o uso terapêutico de hormônios adrenais corticais, produção de glicocorticoides aumentada, o uso indiscriminado de anabolizantes, distúrbios nutricionais bioquímicos, distúrbios hormonais e iatrogenias estão associadas ao aparecimento das estrias com efeito localizado em algumas regiões corporais (COSTA, 2016; NARIN, *et. al.*, 2015; FAAD; MD, 2015; LOPES, 2017; FARAHNIK, *et. al.*, 2017).

A teoria infecciosa preconiza que seria os processos infecciosos os causadores de danos às fibras elásticas e então os responsáveis pelo aparecimento das estrias. Há relatos surgimento das estrias após a febre tifoide, febre reumática e outras infecções, além das hepatopatias crônicas, hepatite crônica, síndrome de Marfan, síndrome de Cushing, pseudo xantoma elástico, caquexia e síndrome de Buschke Ollendorf. A predisposição genética e familiar seria a teoria genética, pois se supõe que a expressão dos genes determinantes para

formação do colágeno, elastina e fibronectina estariam diminuídas em pacientes portadores dessa afecção, alterando no metabolismo dos fibroblastos ou causando uma deficiência do tecido conjuntivo (COSTA, 2016; NARIN *et. al.*, 2015; ROSS *et. al.*, 2017; LOPES, 2017).

A respeito da teoria hormonal, ela se baseia no entendimento que os hormônios esteroides influenciariam a atividade catabólica dos fibroblastos, diminuindo assim a quantidade de colágeno na matriz dérmica, então as alterações nas concentrações de estrogênios, androgênios e glucocorticoides explicando o fato dos adolescentes e as gestantes estarem no grupo de alto risco para o aparecimento das estrias, e ainda associados ao crescimento rápido e o aumento de peso, além das alterações hormonais que ocorrem (COSTA, 2016, NARIN *et. al.*, 2015; WANG *et. al.*, 2015; LEDOUX *et. al.*, 2011; ROLFE; WURM; GILMORE, 2012; LOPES, 2017). As gestantes, adolescentes e portadores de doenças endócrinas são considerados os grupos com maior predisposição ao desenvolvimento das estrias, devido aos fatores hormonais, mecânicos e endócrinos respectivamente. As estrias são mais comuns no sexo feminino do que no masculino, tem preferência pela raça negra, e é mais comum em gestantes jovens, geralmente aparece por volta do sexto e sétimo mês de gestação, mas há relatos de antes das 24 semanas de gestação. As estrias podem ter maior incidência em fumantes do que não fumantes (ROSS, *et. al.*, 2017; LOPES, 2017; SAVAS *et. al.*, 2014).

A nível tissular a pele normalmente se apresenta com pequenos feixes de colágeno e fibras de elastina que gradualmente vão aumentando sua espessura em direção as camadas mais profundas da pele. No momento em que as estrias se tornam visíveis na pele, é sinal de que ocorreram alterações no colágeno, elastina e fibrilina, componentes da pele que fornecem resistência a tração e elasticidade. Nas estrias rubras as fibras teciduais estão finas e em grande quantidade na derme papilar e espessas e desorganizadas na periferia, os vasos dérmicos estão dilatados, pode haver edema e a presença de linfócitos perivascularares. As fibras de elastina e fibrilina reduzem a quantidade e são reorganizadas, ocorrem câmbios estruturais nas fibras de colágeno se tornando densas e compactas nas linhas paralelas. (HAGUE; BAYAT, 2017; LOPES, 2017).

Nas estrias albas se pode observar atrofia epidérmica, pouca vascularização e as fibras de colágeno horizontais estão densas, compactadas, finas, fragmentadas e de aspecto cicatricial. A epiderme está mais fina e plana, as fibras elásticas estão separadas e fragmentadas, os mastócitos sofrem desgranulação o que resulta na ativação dos macrófagos, intensificando

a elastólise. A fibrilina da junção dermoepidérmica e a elastina dérmica papilar diminui sua quantidade e a elastina e as fibras de fibrilina da derme reticular se realinham, produzindo o aspecto atrófico das estrias albas (HAGUE; BAYAT, 2017; LOPES, 2017; REZENDE; PINHEIRO; MENDONÇA, 2016; EL TAIEB; IBRAHIM, 2016; REZENDE; PINHEIRO; MENDONÇA, 2016; KASIELSKA-TROJAN; OBCZAK; ANTOSZEWSKI, 2015; PARK *et. al.*, 2012; SAVAS *et. al.*, 2014; WANG *et. al.*, 2015; UD-DIN *et. al.*, 2013).

2.4.5 Métodos de avaliação das estrias no pré e pós procedimento

São usados métodos visuais e métodos com dispositivos de imagem para avaliar as estrias. O método de Davey é visual, o abdômen é dividido em quadrantes usando linhas verticais e horizontais, usando a cicatriz umbilical como referência central, e então cada quadrante é avaliado quanto a quantidade de estrias, sendo 0 para ausência, 1 para moderado, 2 para muitas. A pontuação de Atwal também é um método visual em que se quantifica a presença de estrias e eritema no abdômen, quadris, mama, coxas e nádegas. Sendo 0 para ausência de estrias e/ou ausência de eritema, 1 para <5 estrias e/ou presença de eritema vermelho claro, 2 para 5-10 estrias e/ou eritema vermelho escuro e 3 para > 10 estrias e/ou eritema roxo (AL-HIMDANI *et. al.*, 2014; LOPES, 2017).

A dermatoscopia é o método de avaliação complementar a avaliação clínica das estrias em que se utiliza um dermatoscópio para avaliar as lesões da pele, oferecendo um aumento de 10 vezes, permitindo avaliar as estruturas da epiderme, da junção dermoepidérmica e da derme papilar e reticular superficial, não visíveis a olho nu, nas estrias rubras há uma hiper melanose e nas estrias albas uma leucoderma secundária e melanócitos reduzidos. A Colorimetria de epi luminescência é um método de avaliação em que se usa o colorímetro de epi luminescência acoplado a um computador para medir a cor das estrias em pequenas áreas definidas (AL-HIMDANI *et. al.*, 2014; LOPES, 2017).

Na Microscopia confocal de reflexão se usa uma fonte pontual de luz que ilumina uma pequena área e a fotografa, sendo possível visualizar as fibras de colágeno e elastina, em áreas com estrias a pele está com mais rugosidades do que na pele adjacente. É possível obter imagens da epiderme e derme papilar e reticular superficial e profunda. Com a câmera primos 3D é possível produzir uma imagem 3D, e assim avaliar a topografia da superfície da pele, da derme e da hipoderme (AL-HIMDANI *et. al.*, 2014; LOPES, 2017).

A fotodocumentação vem sendo utilizada durante a análise da condição pré e pós tratamento permitindo o acompanhamento da resposta ao tratamento realizado e a demonstração dos resultados para o paciente. A fotografia científica é um método padrão, não invasivo, rápido, de baixo custo, preciso e de fácil utilização para o acompanhamento da área de uma lesão, sendo necessário possuir a câmera fotográfica e um computador com software para arquivar as imagens. Os profissionais da área de estética utilizam o registro fotográficos devido ao fácil acesso as informações no momento de apresentar aos seus pacientes os resultados do tratamento, apresentando ainda, versatilidade em estudos acadêmicos. Deve-se tomar precauções para tirar boas imagens, atentando-se com maquina, que deve ser de qualidade e estar posicionada em local fixo, o lugar e a iluminação adequada, O uso de flash pode comprometer a imagem (RODRIGUES *et. al.*, 2013; ALGHAMDI *et. al.*, 2012; TABERNER; CONTESTÍ, 2010; COSTA, 2016; TAHERI; YENTZER; FELDMAN, 2013).

2.4.6 Estratégias para prevenir e/ou retardar as Estrias Cutâneas

É fundamental prevenir e/ou retardar o aparecimento das estrias, alguns cosméticos de uso tópico podem ser usados com o intuito de manter a elasticidade e hidratação da pele. São usados produtos específicos para cada tipo de estria e para cada fototipo de pele. Na estria rubra é possível reduzir o eritema, o edema e a irritação e na estria alba é possível aumentar a produção de colágeno, fibras elásticas, melhorar a hidratação e reduzir a inflamação. Os cosméticos tópicos utilizados na prevenção das estrias, geralmente tem ação emoliente pois contém componentes lipídicos como óleos, ceras, extratos com fito esteroides entre outros e ação nutritiva capaz de regenerar o tecido, tais como o ácido hialurônico e vitaminas e por fim ação reparadora, como antioxidantes. Alguns ativos podem trazer benefícios no tratamento e prevenção das estrias, tais como, a manteiga de cacau, a centella asiática, óleo de amêndoas, lanolina, estearina, trietanolamina, glicerina e colágeno hidrolisado (LOPES, 2017; RIBEIRO *et. al.*, 2015; COSTA, 2016; WANG *et. al.*, 2015; BUCHANAN; FLETCHER; REID, 2010; MOORE; KELSBERG; SAFRANEK, 2012; SOLTANIPOUR, *et. al.*, 2014; TAAVONI *et. al.*, 2011; HERNÁNDEZ *et. al.*, 2013).

2.4.7 Tratamento para as estrias

Diversas são os procedimentos terapêuticos indicados para amenizar a aparência das estrias, porém ainda não existe um tratamento padrão que seja capaz de eliminar totalmente as estrias. As abordagens realizadas durante o estágio inicial têm melhores resultados pois quando as estrias evoluem para o estágio final, torna-se difícil amenizar a sua aparência. É fundamental a correta gestão das expectativas quanto aos resultados do tratamento, os pacientes devem estar cientes dos possíveis resultados e das suas características individuais, além dos cuidados pré e pós tratamento, seus possíveis efeitos colaterais do procedimento e a importância do uso do protetor solar (SOLTANIPOUR et al, 2012; COSTA, 2016; EL TAIEB; IBRAHIM, 2016; ROSS *et. al.*, 2017; KAUSHIK; ALEXIS, 2017).

Dentre os procedimentos mais utilizados no tratamento das estrias estão os lasers fracionados ablativos e não ablativos, cujo mecanismo de ação é a estimulação da produção de colágeno, ele remove a epiderme e causa danos a derme promovendo a regeneração do colágeno. Os lasers fracionados atingem áreas específicas causando danos a tecidos específicos, enquanto os lasers tradicionais visam uma área de pele maior. Os lasers fracionados ablativos (LFA) têm comprimentos de onda entre 2.940 nm a 10.600 nm, gerando à destruição total da espessura da pele, eles estão associados a intervenções mais profundas, sendo necessário um período maior de recuperação e aumento dos riscos de complicações em pacientes com fototipo IV a VI. Este estudo focara no estudo do Laser de dióxido de carbono (CO₂) fracionado (KAUSHIK; ALEXIS, 2017).

2.4.7.1 Laser fracionado de dióxido de carbono (CO₂)

Este tipo de laser é eficiente em processos de cicatrização pois interferem na camada epidérmica e assim penetram profundamente na derme. A ablação e a coagulação do tecido incitam a neocolagênese e a deposição de elastina no decorrer da cicatrização. Apresenta um risco de Hiperpigmentação pós-inflamatória principalmente em fototipos mais altos. O laser de CO₂ surge como uma opção para o tratamento das estrias cutâneas, principalmente nas estrias atróficas, apesar dos relatos de efeitos colaterais consideráveis como a dor, hiperpigmentação, eritema e crosta pós-intervenção, esses efeitos são bem aceitos pelos pacientes. Comparado com os lasers não ablativos, o Laser de CO₂ é mais doloroso e requer

maior tempos de recuperação (ALDAHAN, *et. al.*, 2016; AL-HIMDANI *et. al.*, 2014; HAGUE; BAYAT, 2017; YANG; LEE *et. al.*, 2011; LOPES, 2017).

Lee et al (2010), realizaram um estudo com o laser fracionário de CO₂ de 10,600nm em voluntárias com estrias de distensão, houve enorme melhora na metade das voluntarias, porem algumas apresentaram hiperpigmentação, eritema e crostas no pós procedimento. O estudo realizado por Marques *et. al.* (2012) a respeito do laser fracionário de CO₂ para tratamento de estrias, demonstram um acréscimo na espessura da epiderme, e um aumento na quantidade de fibras colágenas e elásticas após o tratamento. sugerindo que esse procedimento seria uma opção promissora para o tratamento das estrias devido a remodelação dérmica que ele provoca (MARQUES *et. al.*, 2012).

Dentre os recursos terapêuticos da eletroterapia, os lasers ablativos fracionários, são os que apresentaram maiores efeitos colaterais, no entanto estes efeitos tendem a ser recuperados semanas após o término do tratamento. Dentre os efeitos encontrados podemos citar o edema, o eritema e a hiperpigmentação. O emprego do laser terapêutico colabora no processo de cicatrização, pois ele estimula produção de ATP, que potencializa a atividade mitótica e mitocondrial, que por tabela favorece a síntese proteica propiciando a regeneração dos tecidos afetados pelas estrias. Na sequência, há a estimulação da microcirculação e do subsídio nutricional que incentiva o aumento da velocidade mitótica, multiplicando as células. E por fim, sucede a neoformação vascular e o processo de vasodilatação (CROCCO; MANTOVANI; VOLPINI, 2012; LEE *et. al.*, 2010; SHIN *et. al.*, 2011).

Os lasers ablativos são eficazes na cicatrização, pois causam danos na camada epidérmica e penetram até a derme profunda. A ablação e a coagulação de tecidos estimulam a neocolagênese e a deposição de elastina durante a cicatrização. Entretanto, é preciso precaução no tratamento de pacientes com fototipos altos, pois estes possuem maior risco de hiperpigmentação pós-inflamatória (YANG; LEE, 2011; SAVAS *et. al.*, 2014; SHUN *et. al.*, 2011).

2.4.7.1.1 Método de aplicação do laser de CO₂ fracionado

A pele do paciente a ser tratada precisa ser preparada com antecedência mínima de 15 dias do procedimento com a fórmula tríplice contendo tretinoína 0,05%, hidroquinona 4% e acetono fluocinolona 0,01%, é indicado também que o paciente realize a terapia anti-

herpética, com aciclovir 400mg 8/8h iniciada um dia antes do procedimento e mantida por cinco dias. É indicado a aplicação de anestésico tópico no local 30 a 45 minutos antes do procedimento, este deve ser removido antes da aplicação do Laser. O aparelho deve ser calibrado para potência de 30mJ e então deve-se iniciar a aplicação do laser na longitude da estria. Após o procedimento o paciente deve ser orientado a lavar a o local duas vezes ao dia e nele aplicar vaselina sólida durante cinco dias (YANG; LEE, 2011; SAVAS, *et. al.*, 2014; SHUN *et. al.*, 2011).

2.4.7.1.2 Precauções e contra indicações no uso do laser de co2 fracionado

Vários critérios devem ser observados antes de iniciar um tratamento com o Laser CO2 fracionado a fim de evitar complicações. Se o paciente possuir alterações hormonais, o tratamento deve ser descontinuado, pois essas alterações podem estar relacionadas com o surgimento das estrias, está contra indicado para grávidas e pós parto recente, deve-se respeitar o retorno dos níveis hormonais anteriores a gestação. Durante a puberdade evita-se o tratamento por ser um período com grandes alterações hormonais (BORGES, 2010; YANG; LEE, 2011; SAVAS *et. al.*, 2014; SHUN *et. al.*, 2011).

Pacientes portadores de marcapasso e doenças crônicas descontroladas, diabetes, hemofilia, terapias com esteroides e anti-inflamatórios também devem evitar, pois nestas condições poderá haver modificação na resposta inflamatória diferente da esperada com a utilização do laser de CO2 fracionado. Pessoas com propensão a desenvolver queloides e cicatrizes hipertróficas também não devem ser tratadas com o laser (BORGES, 2010; YANG; LEE, 2011; SAVAS *et. al.*, 2014; SHUN *et. al.*, 2011).

2.4.7.1.3 Complicações pós aplicação do laser de CO2 fracionado

Após o procedimento podem surgir complicações suaves como eritemas, erupções superficiais e acneiformes, purpura e edema, estas geralmente tendem a desaparecer em alguns dias pós procedimento. Há também as complicações denominadas moderadas, como infecção, alterações pigmentares, ceratoacantomas eruptivos e toxicidade da anestesia, estas devem ser avaliadas com cautela quanto a necessidade de intervenção medica ou medicamentosa. As complicações graves são cicatrizes e infecção disseminada. O paciente

que apresentar qualquer sinal de infecção deve ser encaminhado para atendimento médico imediato (BORGES, 2010; YANG; LEE, 2011; SAVAS *et. al.*, 2014; SHUN *et. al.*, 2011).

No momento da aplicação do laser a sensação é de calor intenso, com desconforto moderado, de 24 a 48 horas após o procedimento pode haver uma sensação de ardor intenso no local com vermelhidão, pode ocorrer inchaço local e é observado um escurecimento irregular com um toque “áspero” da pele. A partir das 72 horas ocorre uma descamação da camada superficial e recuperação da pele em aproximadamente 7 dias. Os resultados de estímulo de colágeno e reepitelização aparecem em aproximadamente 30 dias. O efeito colateral posterior ao Laser CO2 fracionado mais relatado na literatura é a hiperpigmentação pós inflamatória, mais frequente nos foto tipos mais altos e com parâmetros mais agressivos. Esta complicação pode ser evitada pela utilização de fórmula tríplice na preparação da pele e ainda pela utilização de parâmetros mais agressivos apenas focalmente nas estrias (BORGES, 2010; YANG; LEE, 2011; SAVAS *et. al.*, 2014; SHUN *et. al.*, 2011).

3 METODOLOGIA

Para o presente estudo, foram realizados os seguintes procedimentos: Realizou-se uma pesquisa bibliográfica nas principais bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Lilacs. Tendo em vista que a proposta deste trabalho é realizar uma abordagem avaliativa acerca da eficácia e os benefícios do laser de CO2 fracionado no tratamento das estrias rubras e albas, descrever o seu mecanismo de ação e analisar os resultados apresentados pela literatura científica. Foram utilizadas as seguintes palavras-chaves: anatomia, histologia e fisiologia do tecido epitelial; reparo tecidual; elasticidade do tecido epitelial; estrias e laser de co2 fracionado. A pesquisa bibliográfica foi realizada no período compreendido entre 01 de dezembro de 2020 e 10 de fevereiro de 2021, para materiais publicados nos últimos 10 anos. Para critério de inclusão, os materiais deveriam relacionar-se a ao tecido epitelial, as estrias e ao laser de co2 fracionado para a apresentação da introdução e justificativa revisão teórica e conclusão do presente trabalho. materiais localizados na pesquisa bibliográfica que não contemplassem nenhum dos critérios anteriormente descritos ou que não tivessem disponibilidade de referências não foram selecionados para inclusão neste trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 EFICÁCIA DO LASER DE CO₂ NO TRATAMENTO DAS ESTRIAS RUBRAS E ALBAS

A análise da literatura atual demonstra que em geral os lasers fracionados parecem ser a alternativa mais promissora no tratamento das estrias porque eles podem distribuir uniformemente a energia e também limitar a área de tratamento para dentro da margem da estria. As estrias rubras podem ser tratadas com sucesso com uma variedade de lasers fracionados e não fracionados, muito embora há uma insuficiência de estudos comparativos para decidir qual parâmetros do laser é mais eficaz. Os tratamentos combinados podem produzir melhores resultados clínicos com menos efeitos adversos, mas outros ensaios clínicos randomizados em larga escala serão necessários para validar a sua utilização na prática

O laser fracionado não ablativo pode levar a melhores resultados para estrias distensas, além da recuperação ser mais precoce do que com os lasers ablativos. Por isso, o laser fracionado não ablativo 1.540-nm demonstrou ser uma modalidade terapêutica relevante como linha de frente no combate as estrias. Entretanto, são necessários estudos futuros mais amplos para padronizar protocolos. Pesquisadores futuros devem cogitar incluir maior amostragem, estudos comparativos randomizados de longa duração, com medidas de resultados objetivas como biópsias de pele e estudos moleculares demonstrando aumento das fibras de colágeno e elastina que correlacione com melhoras clínicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a literatura é escassa acerca dos recursos terapêuticos utilizados para o tratamento das estrias. Há necessidade de um maior número de pesquisas sobre este tema, visto que, as estrias continuam sendo um importante alvo de investigação e talvez os estudos sobre a estimulação da remodelação dérmica irá contribuir para a elucidação destas alterações cutâneas. Os recursos terapêuticos, usados de maneira correta por profissionais adequados geram resultados positivos e satisfatórios.

Muitas são as causas do aparecimento das estrias no corpo humano tornando-se uma patologia sem distinção de gênero ou idade. Existem diversos tratamentos estéticos para trata-

las, porém, não há estudos que comprovem sua eficácia para o desaparecimento total das estrias. Essas técnicas podem ser usadas tanto em conjunto como separadas. Cabe ao profissional da área da estética avaliar corretamente e indicar o tratamento mais adequado para cada situação.

Os tratamentos com novas tecnologias ganham mais espaço e são menos dependentes de médicos, pois usam parâmetros preestabelecidos pelos fabricantes dos aparelhos. No entanto, é necessário destacar que o tratamento das estrias é multimodal e variado, com melhores respostas com associação de técnicas, tendo ainda o laser de CO₂ fracionado o seu papel, com excelentes resultados. O laser de CO₂ fracionado demonstrou ser opção segura e eficaz para o tratamento das estrias.

A prevenção e tratamento das estrias permanecem um desafio clínico como evidenciado pela variedade de métodos alternativos existentes para prevenir e tratar as estrias. As limitações incluem poucos ensaios clínicos randomizados para avaliar a eficácia a longo termo e segurança que comparem diferentes modalidades de tratamento que usam métodos de avaliação padronizados universalmente validados. Os lasers fracionados não ablativos, em especial o 1.540-nm, destacam-se como modalidade terapêutica interessante para o tratamento das estrias. Este estudo não tinha a intenção de esgotar esse assunto, outras pesquisas devem ser feitas para dar sequência, pois esse estudo tem relevância e novas pesquisas devem ser realizadas buscando esse entendimento.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. G. *et. al.* Efeitos do laser terapêutico no processo de cicatrização das queimaduras: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Queimaduras**, v. 9, n. 1, p. 21-30, 2010.

ALDAHAN, A. S. *et. al.* Laser and light treatments for striae distensae: a comprehensive review of the literature. **American journal of clinical dermatology**, v. 17, n. 3, p. 239-256, 2016.

ALGHAMDI, K. M. *et. al.* Assessment methods for the evaluation of vitiligo. **Journal of the European Academy of Dermatology and Venereology**, v. 26, n. 12, p. 1463-1471, 2012.

AL-HIMDANI, S. *et. al.* Striae distensae: a comprehensive review and evidence-based evaluation of prophylaxis and treatment. **British Journal of Dermatology**, v. 170, n. 3, p. 527-547, 2014.

AZIZ, J. *et. al.* Molecular mechanisms of stress-responsive changes in collagen and elastin networks in skin. **Skin pharmacology and physiology**, v. 29, n. 4, p. 190-203, 2016.

BORGES, F. dos S.; SCORZA, F. A.; JAHARA, R. S. **Modalidades terapêuticas nas disfunções estéticas**. São Paulo. Phortes, 2010. Paulo.

BUCHANAN, K.; FLETCHER, H. M.; REID, M. Prevention of striae gravidarum with cocoa butter cream. **International Journal of Gynecology & Obstetrics**, v. 108, n. 1, p. 65-68, 2010.

CAUSSA, Jordi Esquirol; VILA, Elisabeth Herrero. Factor de crecimiento epidérmico, innovación y seguridad. **Med. clín (Ed. impr.)**, p. 305-312, 2015.

COSTA, C. F. da C. S. **Utilização de corrente microgalvânica para o desenvolvimento de dois protocolos para tratamento de estrias albas**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

CROCCO, E. I.; MANTOVANI, P. A.; VOLPINI, B. M. Fornazier. Em busca dos tratamentos para Striae Rubra e Striae Alba: o desafio do dermatologista. **Surgical & cosmetic dermatology**, v. 4, n. 4, p. 332-337, 2012.

DA COSTA, R. S. Principais Métodos para Tratamento Estético de Estrias. **Instituto de Ensino Superior e Pesquisa**. Recife, 2016.

DANTAS, J. B. **Um ensaio sobre o culto ao corpo na contemporaneidade**. 2011.

DEVILLERS, C. *et. al.* High resolution skin colorimetry, strain mapping and mechanobiology. **International journal of cosmetic science**, v. 32, n. 4, p. 241-245, 2010.

DOS REIS, C. T.; VIERA, E. K. Recursos terapêuticos no tratamento de estrias. **Revista saúde integrada**, v. 11, n. 22, p. 59-70, 2018.

EL TAIEB, M. A.; IBRAHIM, A. K. Fractional CO2 laser versus intense pulsed light in treating striae distensae. **Indian journal of dermatology**, v. 61, n. 2, p. 174, 2016.

ERSOY, E. *et. al.* Is it possible to prevent striae gravidarum? **Journal of the Chinese Medical Association**, v. 79, n. 5, p. 272-275, 2016.

FAAD, D. S. S. MD. Therapeutic update on the treatment of striae distensae. **J Drugs Dermatol**, v. 14, n. 1, p. 11-12, 2015.

FARAHNIK, B. *et. al.* Striae gravidarum: Risk factors, prevention, and management. **International journal of women's dermatology**, v. 3, n. 2, p. 77-85, 2017.

FONTENELE, F. C.; CARDOSO, M. V. L. M. L. Lesões de pele em recém-nascidos no ambiente hospitalar: tipo, tamanho e área afetada. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 1, p. 130-137, 2011.

GILMORE, S. J. *et. al.* A mechanochemical model of striae distensae. **Mathematical biosciences**, v. 240, n. 2, p. 141-147, 2012.

GONÇALVES, G. R. *et. al.* Benefícios da ingestão de colágeno para o organismo humano. **Revista Eletrônica de Biologia (REB)**. ISSN 1983-7682, v. 8, n. 2, p. 190-206, 2015.

GONDIM, R M. F. **Avaliação da cicatrização cutânea: fluorescência e estereologia**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

HAGUE, A.; BAYAT, A. Therapeutic targets in the management of striae distensae: A systematic review. **Journal of the American Academy of Dermatology**, v. 77, n. 3, p. 559-568. e18, 2017.

HERNÁNDEZ, J. Á. *et. al.* Use of a specific anti-stretch mark cream for preventing or reducing the severity of striae gravidarum. Randomized, double-blind, controlled trial. **International journal of cosmetic science**, v. 35, n. 3, p. 233-237, 2013.

HWANG, K.-A.; YI, Bo-Rim; CHOI, K.-C. Molecular mechanisms and in vivo mouse models of skin aging associated with dermal matrix alterations. **Laboratory animal research**, v. 27, n. 1, p. 1, 2011.

KASIELSKA-TROJAN, A.; SOBCZAK, M.; ANTOSZEWSKI, B. Risk factors of striae gravidarum. **International journal of cosmetic science**, v. 37, n. 2, p. 236-240, 2015.

KAUSHIK, S. B.; ALEXIS, A. F. Nonablative fractional laser resurfacing in skin of color: evidence-based review. **The Journal of clinical and aesthetic dermatology**, v. 10, n. 6, p. 51, 2017.

KHAVKIN, J.; ELLIS, D. A. F. Aging skin: histology, physiology, and pathology. **Facial Plastic Surgery Clinics**, v. 19, n. 2, p. 229-234, 2011.

LEDOUX, M. *et. al.* A case-control study of cutaneous signs in adult patients with Marfan disease: diagnostic value of striae. **Journal of the American Academy of Dermatology**, v. 64, n. 2, p. 290-295, 2011.

LEE, S. E. *et. al.* Treatment of striae distensae using an ablative 10,600-nm carbon dioxide fractional laser: a retrospective review of 27 participants. **Dermatologic surgery**, v. 36, n. 11, p. 1683-1690, 2010.

LOPES, I. F. **Estrias cutâneas: processo, estratégias para prevenir e retardar o aparecimento**. 2017. Tese de Doutorado.

MAIO, M. **Tratado de Medicina Estética**. 2. ed. 3. vol. São Paulo: Roca, 2011.

MARQUES, E. *et. al.* Twenty-four months of clinical follow-up for the treatment of striae distensae using fractional CO2 laser in 200 Brazilian patients using a new tridimensional

photography documentation. **Journal of the American Academy of Dermatology**, v. 66, n. 4, 2012.

MOORE, J.; KELSBERG, G.; SAFRANEK, S. Do any topical agents help prevent or reduce stretch marks? 2012.

NARIN, R. *et. al.* Can different geographic conditions affect the formation of striae gravidarum? A multicentric study. **Journal of Obstetrics and Gynaecology Research**, v. 41, n. 9, p. 1377-1383, 2015.

NAYLOR, E. C.; WATSON, R. E. B; SHERRATT, M. J. Molecular aspects of skin ageing. **Maturitas**, v. 69, n. 3, p. 249-256, 2011.

NEPOMUCENO, A. C.; DA-SILVA, L. C. Tratamento a laser para estrias de distensão: revisão bibliográfica. **Rev. bras. cir. plást.**, p. 580-585, 2018.

PARK, K. Y. *et. al.* Treatment of striae distensae using needling therapy: a pilot study. **Dermatologic surgery**, v. 38, n. 11, p. 1823-1828, 2012.

PETROSKI, E. L.; PELEGRINI, A.; GLANER, M. F. Motivos e prevalência de insatisfação com a imagem corporal em adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 4, p. 1071-1077, 2012.

PORTAL EDUCAÇÃO, **Processo de reparo tecidual – estética**. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/estetica/processo-de-reparo-tecidual/31783#>. Acesso em 10 fev. 2021.

QUEIROZ, S. K. D.; RODRIGUES, G. de S. C.; DE CONTI, M. H. S. Técnica de Microagulhamento no tratamento de estrias: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 4497-4519, 2021.

REZENDE, P. P.; PINHEIRO, N. M.; MENDONÇA, A. C. Recursos terapêuticos para tratamento de estrias de distensão: uma revisão sistemática. **JBACS**, v. 1, n. 3, p. 59-67, 2016.

RIBEIRO, A. S. *et. al.* Main benefits and applicability of plant extracts in skin care products. **Cosmetics**, v. 2, n. 2, p. 48-65, 2015.

RODRIGUES, D. F. *et. al.* O programa Image j como ferramenta de análise morfométrica de feridas cutâneas. 2013.

ROLFE, H.; WURM, E.; GILMORE, S. An investigation of striae distensae using reflectance confocal microscopy. **Australasian journal of dermatology**, v. 53, n. 3, p. 181-185, 2012.

ROSS, N. A. *et. al.* Striae distensae: preventative and therapeutic modalities to improve aesthetic appearance. **Dermatologic Surgery**, v. 43, n. 5, p. 635-648, 2017.

SAVAS, J. A. *et. al.* Lasers and lights for the treatment of striae distensae. **Lasers in medical science**, v. 29, n. 5, p. 1735-1743, 2014.

SHIN, J. U. *et al.* The effect of succinylated atelocollagen and ablative fractional resurfacing laser on striae distensae. **Journal of Dermatological Treatment**, v. 22, n. 2, p. 113-121, 2011.

SOLTANIPOUR, F. *et al.* The effect of olive oil and the Saj® cream in prevention of striae gravidarum: A randomized controlled clinical trial. **Complementary therapies in medicine**, v. 22, n. 2, p. 220-225, 2014.

TAAVONI, S. *et al.* Effects of olive oil on striae gravidarum in the second trimester of pregnancy. **Complementary Therapies in Clinical Practice**, v. 17, n. 3, p. 167-169, 2011.

TABERNER, R.; CONTESTÍ, T. Digital photograph storage systems in clinical dermatology. **Actas Dermo-Sifiliográficas (English Edition)**, v. 101, n. 4, p. 307-314, 2010.

TACANI, R. E.; TACANI, P. M. Técnicas manuais nas condições inestéticas. **Tratado de medicina estética**. 2. ed. São Paulo: Roca, p. 1511-50, 2011.

TAHERI, A.; YENTZER, B. A.; FELDMAN, S. R. Focusing and depth of field in photography: application in dermatology practice. **Skin Research and Technology**, v. 19, n. 4, p. 394-397, 2013.

UD-DIN, S.; MCGEORGE, D.; BAYAT, A. Topical management of striae distensae (stretch marks): prevention and therapy of striae rubrae and albae. **Journal of the European academy of dermatology and venereology**, v. 30, n. 2, p. 211-222, 2016.

UD-DIN, S. *et al.* A double-blind controlled clinical trial assessing the effect of topical gels on striae distensae (stretch marks): a non-invasive imaging, morphological and immunohistochemical study. **Archives of dermatological research**, v. 305, n. 7, p. 603-617, 2013.

VENUS, M.; WATERMAN, J.; MCNAB, I. Basic physiology of the skin. **Surgery (Oxford)**, v. 28, n. 10, p. 469-472, 2010.

VORA, R. V. *et al.* Pregnancy and skin. **Journal of family medicine and primary care**, v. 3, n. 4, p. 318, 2014.

WANG, F. *et al.* Marked disruption and aberrant regulation of elastic fibres in early striae gravidarum. **British Journal of Dermatology**, v. 173, n. 6, p. 1420-1430, 2015.

YANG, Y. J.; LEE, Ga-Y. Treatment of striae distensae with nonablative fractional laser versus ablative CO2 fractional laser: a randomized controlled trial. **Annals of dermatology**, v. 23, n. 4, p. 481, 2011.

IMPLICAÇÕES
SOCIOAMBIENTAIS
DE UMA
PANDEMIA

SOCIO-
ENVIRONMENTAL
IMPLICATIONS OF
A PANDEMIC

MARINHO, Valdemiro Lopes [1]
JESUS, Vanessa Damasceno de [2]
DAMIÃO, Paula da Silva [3]

[1] Professor, Coordenador do
GEMA e Líder do GPTEEJA na
UNEB. E-mail:

miomarinho60@gmail.com

[2] Estudante de Geografia e
membro do GEMA na UNEB. E-
mail: nyssajesus@gmail.com

[3] Estudante de Pedagogia e
membro do GEMA na UNEB. E-
mail:Paula.damiao@yahoo.com.br

RESUMO

O presente estudo aponta que para a Humanidade lograr uma qualidade de vida satisfatória, ela depende do meio ambiente, sendo dever do poder público e da coletividade garantir e efetivar o direito a esse meio ambiente ecologicamente equilibrado. O ano de 2021, vem sendo marcado por uma avalanche de problemas socioambientais não somente na saúde, mas, no que se refere a violência, desmatamento, política, entre outros. E mais os apelos, vindo por toda parte do planeta, suplicando por vacinas no combate ao vírus ceifador de vidas. A nova onda e suas variantes originárias da África do Sul, Brasil e Reino Unido, já atingiram mais 70 países. Ante tal condição, este trabalho é parte do estudo realizado em 2020, com professores e estudantes e das atuais discussões realizadas semanalmente nas reuniões on-line do Grupo de Estudo em Educação e Meio Ambiente (GEMA) do campus XI da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que tem como objetivo estudar e dialogar sobre os problemas socioambientais e o coronavírus, no território do sisal. Ampara-se na abordagem qualitativa, apresenta possíveis resultados e considerações finais. Objetivando assim a retroalimentação das ações do GEMA nos espaços formais e não formais na comunidade.

Palavras-chave: Educação Socioambiental.
Coronavírus. Comunidade. GEMA.

ABSTRACT

The present study points out that for Humanity to achieve a satisfactory quality of life, it depends on the environment, and it is the duty of public authorities and the community to guarantee and enforce the right to this ecologically balanced environment. The year 2021 has been marked by an avalanche of socio-environmental problems, not only in health, but in terms of violence, deforestation, politics, among others. And the appeals, coming from all over the planet, pleading for vaccines to fight the life-scavenging virus. The new wave and its variants originating in South Africa, Brazil and the United

Kingdom, have already reached 70 more countries. In view of this condition, this work is part of the study carried out in 2020, with teachers and students and of the current discussions held weekly in the online meetings of the Study Group on Education and Environment (GEMA) on campus XI of the University of the State of Bahia (UNEB), which aims to study and discuss social and environmental problems and the coronavirus in the sisal territory. It is supported by the qualitative approach, presents possible results and final considerations. Thus, aiming the feedback of GEMA's actions in formal and non-formal spaces in the community.

Keywords: Socioenvironmental Education. Coronavirus. Community. GEMA.

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2020 e o início de 2021, tem deixado a Humanidade em choque, assustada, preocupada diante ao invisível vírus que surgiu no final de 2019 em Hubei na China. A avalanche das novas variantes do coronavírus, infelizmente, aterrissou em terras brasileiras e a mais preocupante é a variante brasileira, que surgiu em Manaus. Desde o seu início em 2019, esse maldito vírus, atravessou fronteiras e atingiu cinco continentes, manifestando sintomas e causando a maldita doença que inspiram cuidados, a Covid-19.

Os Coronavírus são organismos acelulares, pequenos e simples, protegido por uma capa proteica que envolve o material genético. Tem se alastrado de forma espantosa, e no município de Serrinha – BA, localizado no território do Sisal, onde está instalado o Campus XI da UNEB e o GEMA, grupo impulsionador deste estudo, não foi diferente de outras partes do Brasil e do mundo, registrando aumento de casos de contaminação e de morte, principalmente agora com a segunda onda, a qual estamos enfrentando com os serviços de saúde em alerta diário sobre a ocupação de quase 100% dos seus leitos.

A população apela por um serviço de saúde completo e de qualidade. Todos os seres existentes necessitam do meio ambiente e dos recursos naturais para viver em harmonia. Cientistas alertam sobre a destruição dos habitats, isto contribui na proliferação de doenças, já que os patógenos aumentam com facilidade e se espalham para os animais não humanos e destes para os animais humanos.

Assim, este estudo foi desenvolvido com a finalidade de promover o diálogo com professores e estudantes sobre os problemas socioambientais e o novo coronavírus, através da aplicação de uma enquete on-line, e atualmente ampliar e aprofundar os estudos nos encontros semanais do GEMA, sobre o invisível vírus, nessa avalanche da segunda onda, com tantas variantes. Apoiou-se na pesquisa participante, com abordagem qualitativa, no intuito de

despertar os envolvidos sobre os problemas e a busca de possíveis soluções, assim como na pesquisa bibliográfica, com levantamento em material já publicado para leitura e fundamentação do trabalho.

Buscou-se apoio nas recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), nas políticas socioambientais e com base nos princípios da educação, que possam contribuir com as ações que serão executadas durante e pós pandemia com o público escolar e não escolar, bem como afirma Sato (2004, p. 17), “reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social”. E assim construir conhecimentos que venham contribuir com as finalidades do GEMA no contexto atual.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PESTES, PANDEMIAS E AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS

Na história da humanidade, não é nenhuma novidade, sobre os registros de mortes causadas pela transmissão de doenças infecciosas, em pleno século XIII e XIV, a peste negra ceifou a vida de mais de 40% da população europeia. Os estudiosos da época atestaram que o surto foi por piolhos e pulgas encontrados nas roupas, nos corpos humanos e nos ratos que circulavam livremente pelas cidades.

Assim, como no final da primeira guerra mundial – a gripe espanhola, registrou 5% de óbitos em toda a população mundial. Alguns estudos da época apontaram que em termos de números, foi mais letal que as ameaças da própria guerra.

O ciclo de doenças rodeia a humanidade; a ebola tem no morcego, o seu provável vetor, enquanto que, a dengue, a febre amarela, tem seu transmissor o mosquito, assim como alguns especialistas concordam que o coronavírus tem o morcego de Wuhan como o seu principal vetor. Certo é que muitas suspeitas e desconfianças não foram confirmadas. E por falta de comprovações científicas, não se corta o mal pela raiz. As doenças infecciosas transmitidas entre os animais não humanos e os animais humanos, representam 60% das doenças infecciosas em humanos. Os argumentos apresentados em diversos estudos, são reflexos de uma política negligente, a qual visa o capitalismo sem se importar com as causas e consequências que estas podem gerar para a população. Bem como, discorre o filósofo italiano, Giorgio Agamben, ao

afirmar que existe um “paralelo entre as medidas de emergência motivadas pela pandemia, especialmente o distanciamento social, e as formas totalitárias de governo, chamando a atenção para a ‘crescente tendência de usar o estado de exceção como paradigma normal de governo’”.¹ Assim como, os comércios de animais selvagens não existem por serem exóticos, atrativos ou afrodisíacos, mas por necessidade: a fome se faz presente na China, como também em outros países.

A Agência Europeia do Ambiente (AEA), divulgou que as cidades de Bruxelas, Paris, Madrid e Milão pontuaram entre os dias 5 e 25 de março de 2020, uma significativa redução de dióxido de nitrogênio, isso em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Com o fechamento de indústrias, fábricas e comércio, além das restrições de viagens, mesmo que temporários, para conter a disseminação do novo coronavírus, o ambiente pontuou como favorito nas baixas taxas de emissões de poluentes na atmosfera. A exemplo disso, tivemos a cidade de São Paulo que registrou índices de redução de poluição atmosférica em torno de 50%, no período crítico da pandemia no Brasil.

A Organização das Nações Unidas (ONU), responsável por promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente dos recursos naturais na circunstância do desenvolvimento sustentável, em 2016, disponibilizou em seu Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o estudo “Emerging Issues of Environmental Concern”,² um capítulo desse documento foi dedicado e demonstrou a relação da expansão das zoonoses com a destruição dos biomas.

Assim, as pessoas em todo o mundo tiveram que, repentinamente, dar início a uma nova forma de vida, numa convivência mais demorada com os membros da família, bem como aprender a conviver e lidar com algo invisível que tem um poder de disseminação rápido, transformando numa doença de letalidade perigosa, que é a Covid-19.

O confinamento das pessoas em domicílio, deu lugar aos animais não humanos, a respirarem melhor e a circularem livremente em seus próprios habitats sem serem perseguidos e apedrejados. Isso possibilitou a ouvir-se em cada horizonte, o canto, o eco e sons dos animais

¹ Disponível em:

<https://www2.boitempoeditorial.com.br/produto/reflexoes-sobre-a-pestes-ensaios-emtempos-de-pandemia-971>.
Acesso em: 10 mar.2021.

² Disponível em:

https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/7664/Frontiers_2016.pdf.sequence=1&isAllowed=y.
Acesso em: 22 fev. 2020.

não humanos. Como bem confirma Martins *et. al.* (2020, p. 6), sobre a ambição humana, “o animal humano esqueceu que foi o último chegar à história evolutiva do planeta. Os vírus, por exemplo, estão aí há bilhões de anos antes dos humanos e as bactérias estão aqui desde o princípio da vida”.

No território do Sisal a presença de aves bem como de outros animais, que há muito tempo não eram vistos, voltaram a ser observados ao amanhecer e entardecer no semiárido nordestino, tal comprovação, é compartilhada pelo o estudo de Martins *et. al.* (2020, p. 7), quando relatam sobre a presença de animais nos “pontos turísticos, do Pão de Açúcar e Baía de Guanabara”.

É necessário um fazer diferente na busca por mudanças e proteção coletiva que garantam a qualidade de vida para as espécies humanas e não humanas do planeta terra; os humanos vivem carentes de abraço, chamego, cheiro, carinho ou mesmo de um afetuoso aperto de mãos, pois, estar por perto de quem você gosta ou deseja, tornou-se difícil.

2.2 RE(FLEXÕES) EM TEMPOS DE PANDEMIA

O ser humano é caracterizado por ser esperançoso e resiliente, é um ser que possui uma alta capacidade de adaptação em diversas realidades, nada parecia ser capaz de parar o ser humano, no entanto, a partir do início do ano de 2020 foi mostrado uma realidade humana totalmente diferente do habitual. Uma pandemia foi capaz de desfazer sonhos, planos, metas e até ceifar vidas. Muitos dos seres humanos que eram esperançosos e resilientes acabaram sucumbindo em face da SARS-CoV-2. Santos, alerta que:

De repente, a pandemia irrompe, a luz dos mercados empalidece, e da escuridão com que eles sempre nos ameaçam se não lhe prostrarmos vassalagem emerge uma nova claridade. A claridade pandêmica e as aspirações em que ela se materializa (SANTOS, 2020, p.10).

De maneira tão rápida, o cruel vírus se propagou e, com isso pairou no ar incertezas, medos e aflições em face da realidade posta. O que muitos não imaginavam é que a pandemia (que foi assim definida pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020), teria longa duração e milhões de vítimas fatais. A pandemia da Covid-19 parou tudo, economia, política, ensino, diversão... O que não parou mesmo foi a circulação do vírus e das pessoas pelo

mundo, mesmo com as alertas dos órgãos de saúde. Santos (2020, p. 6). “Em cada época histórica, os modos de viver dominantes (trabalho, consumo, lazer, convivência) e de antecipar ou adiar a morte são relativamente rígidos e parecem decorrer de regras escritas na pedra da natureza humana”.

O vírus teve seu início em Wuhan, na China, mas não se limitou apenas à China. O vírus segue em alta nos Estados Unidos e assustadoramente no Brasil, chegando a registrar mais de 3 mil mortes diárias causadas pelo coronavírus. A realidade brasileira atual é mais delicada do que no início da pandemia quando ainda não tinha vacina contra a Covid-19, o Brasil continua sendo motivo de preocupação para muitas autoridades globais. Iniciou-se o processo de vacinação, mas ainda assim, os números de infectados e de mortos seguem em alta, provocando assim um colapso no sistema de saúde brasileiro. Para Reich, *et. al.* (2020, p. 50-51), “o caso brasileiro talvez seja o mais ilustrativo dos danos que um governo pode causar à sua população ao omitir-se na adoção de medidas de proteção à saúde e à integridade física de seus cidadãos”.

O Brasil hoje se encontra em seu pior momento desde que a pandemia começou, tudo isso por causa da omissão e falta de um plano nacional pelo poder executivo em relação a propagação e a letalidade do vírus, se as medidas sanitárias fossem divulgadas ou reforçadas por parte deste, certamente o cenário brasileiro seria diferente.

Logo que foi definido a pandemia, algumas pessoas foram consideradas como sendo do grupo de risco, no entanto, hoje em dia não se pode mais falar apenas dos grupos de risco, haja vista que o vírus segue fazendo todos os seres humanos de vítimas. Para Santos (2020):

A etimologia do termo pandemia diz isso mesmo: todo o povo. É difícil compreender ‘a cruel pedagogia do vírus’ quando centenas e até milhares de famílias choram a dor de seus entes-queridos, choro esse que na maioria das vezes é causado pelo simples fato de ter feito uma visita. Uma pandemia desta dimensão provoca justificadamente comoção. Apesar de se justificar a dramatização, é bom ter sempre presente as sombras que a visibilidade vai criando (SANTOS, 2020, p. 7-8).

A dramatização do coronavírus é justificada por conta dos seus resultados negativos, mas vale também ressaltar que o vírus foi responsável por trazer à tona muitas mazelas sociais que estavam camufladas. O racismo, a fome, a falta de saneamento básico, o feminicídio, violência contra a mulher e a falta de muitos direitos básicos sociais. Se for feita uma análise criteriosa dos fatos perceberá que a Covid-19 veio mostrar as situações de misérias em que se

encontram muitas famílias brasileiras e que diante dessas fragilidades essas pessoas se tornaram e se tornam as principais vítimas do vírus.

De acordo a Reich, *et. al.* (2020), o coronavírus é capaz de fazer um alto número de vítimas e que para além disso, essa pandemia mostra, contudo, o seu grande poder de letalidade que pode ser superior ao de muitas guerras. Nos Estados Unidos, grande potência mundial, por exemplo, em apenas dois meses o total de vítimas da Covid-19 superou o número de americanos mortos na guerra do Vietnã, guerra essa que durou mais de uma década.

Reich, *et. al.* (2020, p. 50), destaca que, “o poder executivo federal, em nome da defesa de interesses econômicos, tem feito tudo o que pode para boicotar o isolamento social, condenando publicamente os governadores de Estados que o adotaram”. Quando ocorre essa discordância com relação as medidas preventivas do não avanço do vírus, fica extremamente complicado frear o vírus, haja vista que a população na maioria das vezes não sabe quais medidas adotar com relação ao coronavírus, pois boa parte da população parece não entender a gravidade do vírus, ou até mesmo relaxam.

O ser humano tornou-se inimigo do próprio ser humano. Festas com aglomerações continuam acontecendo, muitas pessoas ignoram o uso de máscaras, não respeitam o distanciamento social, tampouco aplicam o álcool em gel e com isso o vírus continua seu caminho deixando rastros. O negacionismo tem contribuído muito para o aumento das mortes, uma vez que boa parte dos brasileiros não acreditam nos estudos científicos e o governo federal não investe na ciência e quando isso acontece a sociedade de maneira geral perde muito ao tentar negar a importância e o valor da ciência.

Infelizmente, “até hoje, países como o Brasil continuam a negar a gravidade do problema, ainda que o número de mortes aumente diariamente, e tornamo-nos pouco a pouco um dos países com o maior número de pessoas infectadas” (REICH, *et. al.*, 2020, p.8).

Sabe-se que, ainda existe muito o que ser feito por parte de todos, e enquanto a vacina não chega para todos os brasileiros, recomenda-se que as pessoas continuem praticando as medidas de prevenção contra o vírus: usando máscaras, higienizando as mãos com frequência e claro, manter o distanciamento social. A pandemia nos ensinou muito, e um desses ensinamentos é que precisamos cuidar mais uns dos outros, precisamos acreditar e investir mais na ciência, estender os nossos cuidados aos animais e ressignificar a nossa relação com a natureza que também necessita dos nossos cuidados.

Que este terrível vírus nos humanize mais, afim de que possamos amar mais, compreender mais, valorizar mais. O futuro é uma construção diária, a pandemia com suas restrições está a nos moldar e a revelar que alternativas sustentáveis são possíveis e que os sujeitos se adaptam a novas maneiras de ser e de viver quando necessário e urgente.

2.3 OS GOVERNANTES NO CONTROLE DA COVID-19

Vive-se um período em que tudo se transformou em caos e incertezas em decorrência da pandemia do coronavírus e, em meio a tudo isso, a sociedade mais do que nunca deposita sua esperança e confiança nos governantes, os quais detêm o poder para adotar medidas que venham controlar esse vírus, cuja ação tem desestabilizado os sistemas de saúde, a economia mundial e também a rotina das pessoas.

Enquanto o mundo estava preocupado com a vacina, o Presidente da República Brasileira, fazia pouco caso da mesma, o que se vê ao redor do mundo é que diversos países investiram e continuam investindo em uma cultura de prevenção contra o vírus, enquanto que, no Brasil muito pouco foi feito nesse sentido.

Algumas poucas autoridades políticas (governadores e prefeitos especificamente) tem levado em consideração as recomendações científicas, resolveram adotar medidas de segurança mais drásticas na tentativa de frear o vírus. Adotaram o lockdown, fechamento parcial ou total de fronteiras e de estabelecimentos considerados não essenciais, ainda assim, essas medidas não estão resolvendo o problema, pois essas e outras medidas que são adotadas por governadores estaduais e prefeitos municipais são criticadas pelo próprio presidente da República e seus fiéis apoiadores.

Alguns governadores seguem firmes na tentativa de frear o vírus, mas não basta que apenas governadores faça sua parte, é necessário o empenho e envolvimento de todos para que, tal situação seja controlada.

Nesse sentido, é impossível não trazer para a discussão as ações contrárias que têm se apresentado como um grande obstáculo para que muitos governantes, principalmente os estaduais e municipais desempenhem com eficácia o seu papel. Essa é a situação do Brasil, onde, em um cenário de crise no qual se faz necessária a cooperação entre todos os poderes a fim de preservar a vida da população, encontra-se um Presidente da República caminhando em

direção oposta, provocando assim confusão na população, já que enquanto a OMS (BRASIL, 2020) e o próprio Ministério da Saúde (MS) brasileiro orientam sobre algumas medidas já ouvidas anteriormente onde o presidente profere discursos contrários; e além dos discursos, suas ações reforçam comportamentos que contribuem para que a vida de milhares de pessoas estejam em risco. Desse modo, segundo Martins *et. al.* (2020, p.4):

Os discursos que circulam pelos noticiários não poderiam ser mais contraditórios. Enquanto a Organização Mundial da Saúde – OMS e o Ministério da Saúde do Brasil fazem campanhas pelo isolamento social, tentando, de todas as formas possíveis, conter a transmissão descontrolada do vírus por toda a população brasileira, sugerindo medidas de higiene, distanciamento físico e isolamento, o Presidente da República Jair Bolsonaro saiu, em frente ao Palácio do Planalto, vestido com a camisa da seleção brasileira de futebol, em meio a uma manifestação pró-governo, tocando as pessoas, fotografando e contrariando todas as medidas ditas anteriormente.

É importante ressaltar que, não é só o Presidente da República que contraria as orientações, existem pessoas que mesmo sabendo dos riscos apresentados pelo coronavírus, insistem em sair sem necessidade, promover festas com aglomerações, não obedecendo às medidas de prevenção e incentivando outras pessoas a não cumprirem as recomendações feitas, uma realidade que se faz presente em diversos estados do Brasil.

A situação tornou-se crítica em 2021, bem pior da qual passamos em 2020, requerendo dos governantes mais investimentos em ações de saúde pública, bem como em pesquisa e tecnologia, sendo necessário que todas as nações despendam esforços e articulem medidas, buscando atender às determinações da OMS no combate ao coronavírus. Ao si referir a atrasos e decisão política, Negri *et. al.* (2020), afirmam que:

No Brasil as iniciativas de coordenação pelo governo federal, em especial pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), ainda estão se iniciando. Foi instituído no começo de março de 2020 o Comitê de especialistas Rede Vírus – MCTIC, que pretende exatamente promover a integração dos esforços de pesquisa científica e desenvolvimento; definir as prioridades de pesquisa; articular e integrar as iniciativas de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI); e promover o desenvolvimento de tecnologias sobre viroses emergentes.

Enquanto isso, observa-se que o vírus não escolhe vítimas, embora se tenha um grupo de pessoas que são consideradas mais vulneráveis e que fazem parte do chamado grupo de “risco”. Assim, este terrível vírus que assola a humanidade tem demonstrado que é necessário que os seres humanos se humanizem verdadeiramente. As novas variantes já contaminam uma

geração, que os cientistas não previam em seus estudos. Esse terrível vírus que assola a humanidade tem exigido mais humanização e amor entre as pessoas.

2.4 COLABORAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E OS ESTUDANTES

São várias as instituições que buscam encontrar as melhores estratégias que evitem as aglomerações, respeitando todas as orientações que a OMS, a OPAS e o Ministério da Saúde indicam, estas têm colaborado através dos recursos laboratoriais e profissionais das próprias instituições no desenvolvimento de projetos com vistas a combater à Covid-19 (SEMESP, 2020).

A aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), no dia 28 de abril de 2020, das já conhecidas diretrizes para orientar os gestores das escolas e das IES sobre o novo coronavírus (BRASIL, 2020). Instigou as instituições de ensino a se desdobrarem na busca de estratégias, para atingir os estudantes, além das promoções das lives, encontros e reuniões, que já vinham ocorrendo por iniciativas das próprias universidades e das demais instituições de ensino. Na UNEB, essa mesma prática foi aplicada, vale destacar o “Projeto Face Shield for Life 3D”, desenvolvido em parceria com a Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP) e a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), que as máscaras foram doadas aos profissionais de saúde da linha de frente no atendimento (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 2020).

Ademais, a UNEB produziu em seus diversos departamentos material educativo em formato de mídias digitais a exemplo de (cards, vídeos curtos, videoaulas, *podcast*, *slidshare*, material em LIBRAS). Serviços de teleatendimento e teleacolhimento. Produção de insumos e desenvolvimento de equipamentos/tecnologias: EPIS, álcool em gel, sabonetes, lavadores públicos, respiradores. Realização de seminários, encontros atividades culturais e desportivas, debates, oficinas, festivais via web. Produção de cartilhas, artigos, ensaios, textos etc. Orientação financeira, jurídica, acolhimento psicológico, auxílio a idosos e grupos de maior vulnerabilidade socioeconômica entre outros. Uma média de 60 projetos em áreas prioritárias: educação, saúde e tecnologia (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 2020).

Diante disso, é possível perceber que as instituições de ensino têm colaborado de forma contínua para o combate ao novo coronavírus, visto que essas colaborações são feitas de

maneiras diferentes, mas com o mesmo objetivo. Lembrando que é importante sempre buscar meios para que toda a população tenha acesso a esses cuidados, pois só assim o coronavírus pode ser aniquilado.

Vivencia-se um momento em que, em escala mundial, a vida de todos mudou, seja a pessoa rica ou pobre e se tratando dos estudantes, estes também correram atrás das alternativas, na possibilidade de desenvolverem atividades acadêmicas mediados por tecnologias digitais, nesse período de confinamento, o normal tornou-se “anormal”, para alguns poucos exercer atividades on-line é possível, mas para a maioria, esta prática além de inviável é impossível para cada caso de realidade de características econômicas dos estudantes e também pela ausência de rede de internet em localidades de suas moradias.

Desde o início do confinamento, as instituições vêm viabilizando formas para o ensino e a aprendizagem dos estudantes, seja ele do ensino público ou privado, disponibilizando materiais de estudos em *sites*, *links*, *lives*, plataformas, ações que chamem a atenção de todos e reforçam a sensação de coletividade.

Salienta-se, que muitas instituições de ensino superior, no gozo de sua autonomia universitária, e após a Portaria nº 374/2020 do MEC, baixaram resoluções com vistas a antecipação de colação de grau (formatura on-line) dos diversos cursos institucionais, desde que tenham cumprindo todos os requisitos de carga horária, tantos nos cursos de regime de internato, como os de estágios obrigatórios.

O confinamento tem promovido a união de algumas pessoas no controle do coronavírus, a exemplo dos estudantes do curso de Sistema de Informação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRP), que criaram um aplicativo, onde usuários faz aplicação sem sair de casa; na UNEB, campus XI, os estudantes do curso de Pedagogia, através do Diretório Acadêmico, promoveu *lives com diversos temas*; o GEMA recomendou leituras de livros e artigos socioambientais e a Covid-19 e promoveu *live socioambiental*; os estudantes do curso de Administração, promoveram através da Realiza, Empresa Júnior, *lives* sobre o coronavírus, ambas as atividades foram realizadas em consonância com o Departamento e os respectivos colegiados dos cursos. Segundo o Portal G1 PR (2020), esse período de confinamento fez com que professores de Londrina criassem plataforma para ajudar estudantes de instituições pública e privada a não diminuïrem a rotina de estudos, com isso, oferecendo cursos gratuitos, pois, não é apenas tempo de confinamento, mas também de solidariedade.

2.5 VACINA, CIÊNCIA E OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Já existe vacina no Brasil, é verdade, mas até agora menos de dez por cento da população já recebeu ao menos uma dose da vacina, no entanto, muitas pessoas encontram várias dificuldades para serem vacinadas, houve casos em que profissionais de saúde fingiram aplicar vacina no paciente, quando na verdade as seringas estavam vazias e, por último, mas não menos revoltante, temos ainda a campanha contra a vacinação que vem sendo disseminada por algumas pessoas que exercem poderes políticos aqui no Brasil e até mesmo tentam desmerecer a eficácia da vacina.

Se para muitos a esperança era o último alento, agora, a vacina se tornou a esperança. Entretanto, o Brasil, atrasou e demorou em fechar acordos com os países que estão produzindo vacinas desde a fase de testes e, conseqüentemente, agora encontra dificuldades para adquirir a quantidade de vacinas suficientes para vacinar 70% da sua população.

Os primeiros casos foram tratados como uma pneumonia viral, já que se sabia muito pouco sobre o patógeno, muito menos que se tratava do início da propagação de uma doença que se tornaria um desafio sanitário global.

Além das vacinas já existentes, atualmente, vem sendo investigadas e produzidas novas vacinas, com vistas ao combate as novas variantes do vírus, assim como as tentativas e esforços na descoberta por tratamentos e medicamentos específicos, com testes através de ensaios clínicos, que comprovem a sua eficácia. Nesse sentido a OMS está coordenando esforços para desenvolver vacinas e medicamentos para prevenir e tratar a Covid-19 (OPAS/BRASIL, 2020).

Tais investigações permitiram que cientistas descobrissem que o novo tipo de coronavírus tem um período de incubação, e que mesmo as pessoas que não apresentam sintomas podem transmitir a doença.

Sabe-se que leva anos para se desenvolver uma vacina, mas no caso do novo coronavírus, houve uma verdadeira corrida para se conseguir conter a doença. Isso graças aos avanços da ciência e da tecnologia, que possibilitaram aos cientistas e os laboratórios acelerarem nos testes em animais não humanos, e também em humanos. Vencidas as etapas de testes e dando início a vacinação, estas continuam lentas na maioria dos países, com o Brasil não é diferente, apesar de nos últimos dias ter avançado um pouco no ritmo de vacinação e,

hoje ocupa o quarto lugar em vacinação no ranking mundial dos países mais populosos do mundo.

Apesar de alguns especialistas se sentirem céticos quanto a uma rápida solução. O trabalho de cientistas em diversos países tem constituído uma rede sólida de informações, colocando a ciência na vanguarda das decisões governamentais e isso é muito importante.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, cerca de 180 vacinas contra a Covid-19, vem sendo desenvolvidas por diversos países. Vale ressaltar, que o Brasil se transformou num grande laboratório mundial para testes de vacinas.

Alguns laboratórios, divulgaram pesquisas sobre a constituição dos tipos de vacinas, a saber: Vacinas com vírus: utilizam o próprio vírus (enfraquecido ou inativo) para estimular o corpo a produzir anticorpos; Vacinas genéticas: utilizam instruções genéticas (DNA ou RNA), de modo que o próprio corpo produza cópias de alguma proteína do vírus, estimulando assim uma resposta do sistema imunológico; Vacinas de vetor-viral: utilizam um outro vírus, que é geneticamente modificado para produzir proteínas virais no corpo e provocar uma resposta imunológica. Para isso, os vírus são enfraquecidos e não chegam a causar doenças; Vacinas a base de proteínas: utilizam uma proteína do vírus ou uma parte dela, ou ainda proteínas que imitam algo da estrutura do vírus, como seu revestimento externo, para assim provocar uma resposta imunológica no corpo.

Sabe-se que para o desenvolvimento de uma vacina eficaz, são necessários até 10 anos. Mas, com o avanço da ciência, da tecnologia e a mobilização da sociedade científica internacional, este processo foi acelerado. Pois, os cientistas tem pressa para salvar vidas humanas. Sato *et. al.* (2020, p.14) afirmam que:

A humanidade já enfrentou muitas pandemias, mas desta forma é inédita, pois ela acontece num contexto econômico e político inéditos. Há novas variáveis em jogo, apesar de todos os avanços das tecnologias e das ciências, as desigualdades sociais e ambientais criaram um fosso entre os seres humanos que tem acesso à saúde por meio de tratamentos e medicamentos e os outros que não têm.

Conforme Silva e Lopes (2020), a Covid-19 acena para outras possibilidades de “imaginário pandêmico” no antropoceno, que não sejam apenas a espera resignada da “próxima peste”, com aparatos médicos, sanitários e tecnológicos cada vez mais “preparados” e eficientes para enfrentar uma ameaça de extinção humana sempre reiterada, mas não cumprida, como um fim sempre adiado. Os profissionais da saúde estão a par de tudo que se passa em um hospital,

policlínica, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Unidade de Saúde da Família (USF), Programa Saúde da Família (PSF) e Unidade Básica de Saúde (UBS), cuidando e amparando aos que mais necessitam, quando estes buscam atendimento num destes locais de assistência médica. Atualmente, esses profissionais, travam uma dura batalha contra esse agente invisível, que ameaça a saúde pública, mantendo as pessoas reféns (GAUCHAZH, 2020). Eles estão na linha de frente do problema, arriscando a própria vida pela do próximo, empreendendo grande esforço e temerosos de serem infectados.

Segundo a equipe do Serviço de Medicina Ocupacional do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), a situação tem sido vista por muitos como um cenário de guerra, já que toda sociedade é afetada, não pelo vírus, mas pelas medidas tomadas para prevenir sua disseminação em larga escala. “A doença que assola o planeta não faz distinção entre jovens e idosos, homens e mulheres, ricos e pobres” (GAUCHAZH, 2020).

Contudo, muitos profissionais relatam que o medo não é exatamente de ser infectado, mas de que a sua contaminação represente risco a muitas pessoas que estão no seu convívio, ao seu redor, seja em casa, nas relações de amizade, no trabalho, pois apesar de serem profissionais da saúde, são, antes de tudo, seres humanos, e que medidas de prevenção se fazem necessárias para que de fato, possa vencer essa terrível pandemia.

Com certeza, a esperança tem um lugar de destaque na vida das pessoas, e é por meio dela que se encontram forças diariamente para enfrentar as dificuldades. Esperança do verbo esperar e não do verbo esperar! Assim, Sato *et. al.* (2020, p. 13) dizem que:

É preciso reinventar a experiência de estar neste mundo de uma maneira mais simples e solidária. Aliás, a experiência da solidariedade e da compaixão são pilares fundamentais da experiência humana, desde os tempos mais longínquos da civilização, em várias sociedades e este tempo nos exige que lembremos destas experiências (SATO, *et. al.*, 2020, p. 13).

3 METODOLOGIA

Devido a peculiaridade do tema, este estudo optou pelos os tipos de pesquisas: bibliográfica que “é a mais comum nos estudos acadêmicos, pois utiliza fontes escritas como livros, jornais, revistas, relatórios, artigos e outros documentos” (BARBOSA, 2006, p. 57) e a participante que “exige que pesquisadores e membros da situação investigada estejam em interação, não é possível fazer um planejamento prévio” (ALVES, 2007, p. 57). Estudo de

abordagem qualitativa, segundo Richardson (1999, p. 79), “além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Deu-se início a coleta de dados em documentos já existentes e nas 40 enquetes aplicadas, com os envolvidos no estudo. O processamento dos dados foi realizado e organizado de forma simples com o uso do Programa Microsoft Office (Word, versão 2016). O procedimento compreendeu os seguintes passos:

Passo 1: ocorreu na segunda quinzena de março de 2020, no encontro on-line com os componentes do GEMA, logo após a publicação da Portaria da Reitoria suspendendo todas as atividades presenciais em todo o campus da UNEB. A partir dessa decisão, o GEMA, a Empresa Júnior do curso de Administração, os colegiados e a direção, começou a estabelecer contatos e diálogos com os professores e os estudantes, ocasião em que se recomendou leituras, filmes, séries, com vistas a não perder o foco nos estudos, o ponto de equilíbrio, a harmonia, estimulando o relaxamento, passando segurança;

Passo 2: durante a segunda quinzena de abril de 2020, realizou-se leituras específicas sobre coronavírus e meio ambiente de livros, artigos, folhetos, boletins, jornais, consultas a *sites* etc.;

Passo 3: nos últimos dias da segunda quinzena de abril de 2020, construiu-se a enquete que foi aplicada a trinta estudantes dos cursos de Administração, Geografia e Pedagogia, sendo dez estudantes de cada curso e mais dez professores, totalizando uma população amostral de quarenta participantes;

Passo 4: na primeira quinzena de maio de 2020, foi enviada a enquete de forma on-line para os quarenta participantes que se dispuseram a participar do estudo;

Passo 5: recebimento da enquete na segunda quinzena de maio de 2020;

Passo 6: realização da leitura e processamento da enquete durante a segunda quinzena de maio de 2020 e a primeira quinzena de junho de 2020, a partir da análise dos registros de cada participante, a qual está descrita nos resultados deste estudo; estes dados, mais a consulta bibliográfica, lives, palestras, seminários, encontros semanais do GEMA, e as informações atuais sobre o coronavírus e suas variantes, permitiram a construção do presente artigo;

Passo 7: divulgação dos resultados para os participantes e para a comunidade;

Passo 8: base fundamental para atuação do GEMA junto à escola e à comunidade, no retorno das atividades presenciais. Serão realizadas, círculo de cultura, rodas de conversa,

palestras, minicursos, oficinas, teatro, programas de tv e rádio, contação de histórias, vivências e jogos ecológicos educativos, gincana socioambiental, simulações, distribuição de cartilhas e folhetos educativos que serão construídos com a temática: educação, vírus e saúde socioambiental; construção de mapas conceituais, tertúlia dialógica, paródia, literatura de cordel, painéis, palavras cruzadas, caça-palavras.

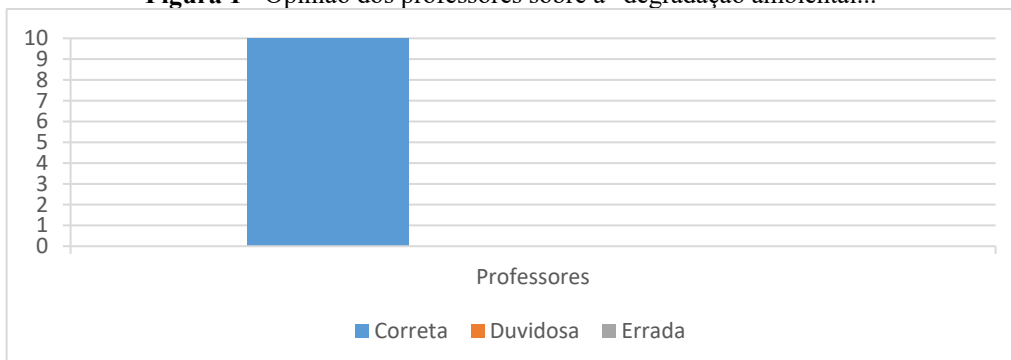
4 RESULTADOS

O vírus avassalador surgiu em Wuhan, na China, em 2019, e num curto espaço de tempo atravessou fronteiras e ganhou o mundo, atingindo a maioria dos países em cinco continentes. Segundo a OMS (2021), somente quinze (15) países, não foram atingidos pelo o coronavírus, são países menos populosos do mundo e situam-se em ilhas remotas. Vale ressaltar que os danos causados pelo vírus na Itália, Estados Unidos, Rússia, China, Espanha, França, Reino Unido, Alemanha etc. foi assustador. Essa tragédia não isentou o Brasil, que hoje está passando por uma situação grave e muito preocupante, na liderança do segundo lugar mundial em nº de mortes e casos de infectados, com registros recordes em várias cidades brasileiras.

A suspensão do semestre acabou se tornando um fator motivador para que os pesquisadores se reinventassem no contexto de replanejar as suas atividades, estabelecendo os contatos com envios de mensagens, poesias, músicas, promoção de *lives*, estas com os mais variados temas, tais como: coronavírus, aula a distância, atividade remota, relações interpessoais, isolamento, currículo EaD, aumento da violência doméstica, saúde e meio ambiente, humanização, entre outros. Tudo isso como um alento num momento de tantas incertezas.

A análise da enquete foi iniciada com os professores, que ao serem indagados sobre a afirmação: “a degradação ambiental afeta e causa o desequilíbrio de várias formas de vida e, conseqüentemente, produz riscos e agravos à saúde coletiva” (Figura 1).

Figura 1 - Opinião dos professores sobre a “degradação ambiental...”



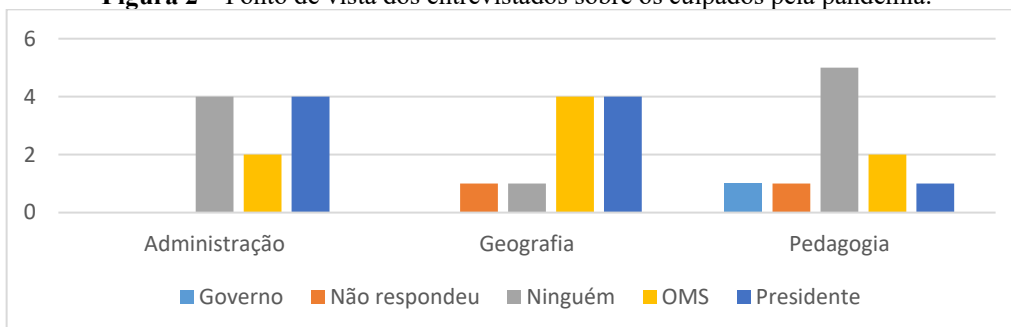
Fonte: dados da pesquisa.

Os professores comungam com o que cientistas, pesquisadores e correntes ambientalistas de todo o mundo relatam sobre a degradação do ambiente durante há muitos anos, por meio de práticas devastadoras como, desmatamentos, queimadas, e a tradição milenar do uso de pesticidas, germicidas, como, Dicloro-Difenil-Tricloroetano, o conhecido DDT, que é aplicado na agricultura, com a finalidade de erradicar e combater os insetos/pragas, provocam o envenenamento, não somente dos insetos, mas também do solo, dos peixes, dos rios, dos pássaros e do próprio homem, como mostra a pesquisa da cientista Christa Knapper, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos:

A presença de resíduos de inseticidas clorados – que são largamente utilizados nas plantações de soja, arroz e trigo – nos solos onde foram coletadas as minhocas. Coincidentemente, é esse mesmo tipo de câncer o responsável pela maior parte dos doentes cancerígenos em Porto Alegre (CARVALHO, 1989, 25-26).

O presente estudo foi desenvolvido com professores e estudantes dos cursos de Administração, Geografia e Pedagogia do campus XI da UNEB. E no que se refere aos estudantes, ao serem interrogados sobre quem é ou são os culpados pela pandemia? Estes contestaram conforme mostra figura 2.

Figura 2 – Ponto de vista dos entrevistados sobre os culpados pela pandemia.



Fonte: dados da pesquisa

Sabe-se que não existe um culpado por propagar ou produzir o vírus, como já bem difundido pelos meios de comunicação. Há contestação sobre a data em que ocorreu o primeiro caso da doença e que fora tratada como uma simples “gripezinha”, e mais tarde com as complicações de alguns contaminados, foi identificada como SARS-CoV-2.

As sugestões dos professores e dos estudantes divergem, mas também convergem nos seguintes aspectos: educação, saúde, social, cultural, econômico, político, religião entre outros, conforme impressões no quadro 1.

Quadro 1 - Sugestões dos professores e dos estudantes participantes do estudo com relação aos cuidados e prevenções contra o coronavírus.

CATEGORIA	PARTICIPANTE 1	PARTICIPANTE 2
ESTUDANTE DE ADMINISTRAÇÃO	“Seguir as recomendações da OMS e do MS, buscando manter o isolamento social, mesmo não podendo devido ao trabalho de muitos brasileiros que se enquadram em atividades essenciais”.	“Infelizmente, muitos ainda não acreditam, mesmo vendo o caos que o mundo está e várias pessoas morrendo sem ter doenças crônicas, sem fazer parte do grupo de risco”.
ESTUDANTE DE GEOGRAFIA	“Leia um livro, aprenda uma receita nova, escute música, assista filmes/séries, tente aproveitar ao máximo desses momentos com quem está em isolamento com você”.	“Buscar a calma e o equilíbrio psicológico, digo por experiência própria: o início disso tudo me abalou muito psicologicamente”.
ESTUDANTE DE PEDAGOGIA	“Que os governos nas três esferas utilizem dos meios de comunicação, bem como, das redes sociais, com a intencionalidade de sensibilizar a população da importância de respeitar os critérios preconizados pela OMS e os demais profissionais da saúde”.	“Só sair de casa se for realmente necessário e não tiver outro jeito, utilizar máscara, evitar aglomerações, não fazer festinhas com amigos, lavar bem as mãos, utilizar álcool gel”.
PROFESSOR(A)	“Sugiro ações contínuas de educação, focando na importância do isolamento social, hábitos de higiene, uso de máscaras dentre outros, como essenciais para nós da educação”.	“Calma, paciência, afeto, mobilidade física, hidratar o corpo, muita fé e oração”.

Fonte: dados da pesquisa.

As respostas e sugestões apresentadas pelos participantes corroboram com os comentários dos teóricos que fundamentam este estudo. Assim como apontam possibilidades de e caminhos a serem trilhados em tempos de pandemia.

A esperança de um retorno presencial em 2021, também foi de pura ilusão, pois as incertezas, dúvidas e inseguranças diante ao cruel vírus permanece e somente com a população vacinada é que os serviços presenciais não essenciais na área de educação, retornarão pouco a pouco suas ofertas, ante as precauções e de um rigoroso planejamento. A UNEB, segue com ensino remoto, bem como a realização de seminários, encontros, reuniões, defesas de TCC,

participação em eventos, dentre outras atividades acadêmicas, com vistas as ações inter, multi e pluridisciplinares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde pública no Brasil vem sendo marcada por consecutivas reorganizações administrativas, estabelecendo normas e diretrizes em todo o seu processo histórico. E com o aparecimento do coronavírus em fevereiro de 2020, este, não tocou parte das autoridades brasileiras, no que se refere à tomada de decisão para um planejamento de contenção e precaução, mesmo sabendo de toda sua gravidade para a população. Passou-se por maus momentos nos meses de pico da doença no ano de 2020 e em pleno ano de 2021, tudo se repete quiçá com maior gravidade e preocupação, pelo surgimento das novas variantes e os casos de contágios registrados em idades infantis, juvenis e adultas.

O início da vacinação mesmo que tardia ou em seu tempo, traz um pouco de alento, pois a vacina existe e é de fato a única segurança e esperança na garantia de preservação à vida. Diante às complexidades e controvérsias existentes, estas são importantes para o desafio e avanço da ciência, pois, esta não é irrefutável e sua complexidade não pode ser tratada por uma visão dogmática.

Importante atentar-se aos bons exemplos de ideias e políticas inovadoras, num processo de expansão e execução das boas iniciativas, assim poder coibir o colapso que beira os serviços de saúde brasileiro. A falta dessas políticas compromete a qualidade de vida da atual, da futura geração e dos recursos naturais.

Tendo em vista essa necessidade, os membros do GEMA continuarão estudando e pesquisando e, juntamente com a Universidade e os componentes curriculares: Educação Ambiental, Educação e Saúde, Gestão Ambiental e Análise Ambiental, irão atuar mais intensamente nas atividades de extensão e intervenção; bem como elaborar documentos, artigos, cartilhas, textos e folhetos informativos, dentre outros informes, sobre o coronavírus, suas variantes, Covid-19, bem como outras temáticas de saúde e socioambientais para serem socializados e implementados nas escolas e na comunidade.

Diante a tal cenário, mudanças que, de fato culminem em uma nova postura do ser humano são necessárias, comedida numa perspectiva de um olhar coletivo, solidário e

humanitário, com vistas na construção de uma sociedade mais equilibrada, harmoniosa quer no social, educacional e ambiental.

Infelizmente, foi necessário acontecer uma pandemia para que a humanidade e em especial as espécies não humanas alcançasse índices, moderados de equilíbrio e harmonia socioambiental para sobrevivência em seus próprios habitats. É como bem enfatiza, Giorgio Agamben, “quando a peste, for declarada terminada, se isso alguma vez acontecer-, não penso que, pelo menos para aqueles que mantiveram o mínimo de lucidez, seja possível voltar a viver como antes”.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. **Como escrever teses e monografias**: um roteiro passo a passo. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BARBOSA, D. **Manual de Pesquisa**: metodologia de estudos e elaboração de monografia. São Paulo: Expressão & Arte, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia?Itemid=164>. Acesso em: 13 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Orientações da OMS para prevenção da Covid-19**. Disponível em: <https://sbpt.org.br/portal/covid-19-oms/>. Acesso em: 6 mai. 2020.

CARVALHO, C. G. de. **A natureza pede socorro**. 2. ed. Cuiabá: Verde Pantanal, 1989.

CORONAVÍRUS: professores criam plataforma para ajudar estudantes de escolas públicas que vão prestar vestibular. **Portal G1 PR**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2020/03/30/coronavirus-professores-criam-plataforma-para-ajudar-estudantes-de-escolas-publicas-que-vaio-prestar-vestibular.ghtml>. Acesso em: 3 mai. 2020

MARTINS, E. C. D.; CRUZ, E. P.; SANTOS, S. F. Imaginações multiespécies sobre o novo coronavírus. **Revista Estudos Libertários (REL)**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 2, p. 2-4, n. 3, 2020. Edição Especial n. 1.

NEGRI, F. de; ZUCOLOTO, G.; MIRANDA, P.; KOELLER, P. **Ciência e tecnologia frente à pandemia**. Ipea, 2020. Disponível em: <https://ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/182-corona>. Acesso em: 5 mai. 2020.

OMS. 15 países no mundo ainda não registraram casos de Covid-19. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-01/oms-15-paises-no-mundo-ainda-nao-registraram-casos-de-covid-19>. Acesso em: 2 abr. 2021.

OPAS/BRASIL. Folha Informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). 13 mai. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 15 mai. 2020.

PROFISSIONAIS da saúde relatam como é ser a primeira linha de frente de combate à pandemia do coronavírus. GAUCHAZH. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/03/profissionais-da-saude-relatam-como-e-ser-a-primeira-linha-de-combate-a-pandemia-do-coronavirus-ck80nfyab06hk01pqwcc2j85q.html>. Acesso em: 8 mai. 2020.

REICH, E.; BORGES, M. de L.; XAVIER, R. C. Reflexões sobre uma pandemia. Florianópolis: Néfiponline, 2020.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, B. de S., A cruel pedagogia do vírus. Coimbra, Portugal: Almedina, 2020.

SATO, M. Educação Ambiental. São Carlos – SP: Rima, 2004.

SATO, M.; SANTOS, D.; SÁNCHEZ, C. Vírus: simulacro da vida? Rio de Janeiro: GEA-, UNIRIO / Cuiabá: GPEA, UFMT, 2020.

SEMESP. O ensino superior no combate à Covid-19. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/ies-contra-a-covid-19/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

SILVA, A. F. C. da; LOPES, G. A pandemia de Coronavírus e o Antropoceno. Rev Hcsm, 2020. Disponível em: <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/a-pandemia-de-coronavirus-e-o-antropoceno/>. Acesso em: 5 mai. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Covid-19: UNEB integra grupo de trabalho para produção de máscaras de proteção 3D para profissionais de saúde. Disponível em: <https://portal.uneb.br/uneb-integra-grupo-de-trabalho-para-producao-de-mascaras-contracovid-19-para-profissionais-de-saude/>. Acesso em: 13 mai. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. UNEB convoca estudantes para combate a Covid-19 em força-tarefa de telemedicina. Disponível em: <https://portal.uneb.br/noticias/2020/03/20/uneb-convoca-estudantes-para-combate-ao-covid-19-em-forca-tarefa-de-telemedicina/>. Acesso em: 13 mai. 2020.